

Amélia Cecília Domingas Carlos Cazalma

O CONTRIBUTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO NAS ÁREAS TRANSFRONTEIRIÇAS DE CONSERVAÇÃO, PARA A INCLUSÃO DAS COMUNIDADES E PROMOÇÃO DA PAZ

Área Transfronteiriça de Conservação do Okavango Zambeze componente Angolana - ATFC KAZA/Angola

Tese de Doutoramento em Turismo, Lazer e Cultura, ramo de Turismo e Desenvolvimento,
orientada pelo Professor Doutor Lúcio Cunha e coorientada pelo Professora Doutora Fernanda Cravidão,
apresentada ao Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Setembro 2016



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Amélia Cecília Domingas Carlos Cazalma



**O CONTRIBUTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO
TURISMO NAS ÁREAS TRANSFRONTEIRIÇAS DE
CONSERVAÇÃO PARA A INCLUSÃO DAS COMUNIDADES E
PROMOÇÃO DA PAZ**

Área Transfronteiriça de Conservação Okavango Zambeze
Componente Angolana – ATFC KAZA/Angola

Tese de Doutoramento em Turismo, Lazer e Cultura,

Orientador: Senhor Professor Doutor Lúcio Cunha

Coorientadora: Senhora Professora Doutora Fernanda Cravidão

Universidade de Coimbra

Faculdade de Letras

Departamento de Geografia e Turismo

2016

Parte desta tese foi apresentada nos seguintes eventos científicos:

2015 - Preletora do tema: **“O Contributo do Desenvolvimento Sustentável do Turismo nas Áreas Transfronteiriças de Conservação, para a Inclusão das Comunidades e para a Manutenção da Paz**, no Seminário de (Re) Encontro em Tempo de (Des) Encontros: Os Países de Língua Portuguesa e as suas Novas Geografias, realizado aos 23 de Abril, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal.

2014 - Preletora do Tema “O Contributo do Desenvolvimento Sustentável do Turismo nas Áreas Transfronteiriças de Conservação, para a Inclusão das Comunidades e para a Manutenção da Paz”, no Fórum Internacional do Turismo, organizada pela Universidade de Aveiro, Portugal.

Quando longitudinais as linhas imaginárias

Unem-se às linhas das palmas das mãos

Em sons e palmas

O sincopar sistólico diastólico

No silêncio do prado formam a canora plástica

De onírica paz

Vemos unir Nações vizinhas

Nações então distanciadas por fronteiras siameses

Distanciadas por traços e braços por laços e aços

Desconhecidos de envelhecidas liberdades

E quando a Graça da Raça única e Humana

Cultua de Luz e espiritualidade o Amplexo das garças

Em suas brancas vestes jornadaem em busca de outro leste

Como fazem as andorinhas de elegante porte

Na busca estonteante em voo rasante alcançando o Porto Norte

*Vemos chegar a nossos pés
Achanada estrada sob estrelado firmamento
Iluminando anseios e silêncios
Lágrimas e sorrisos
Sons e sabores odores e incensos

Onde havia chamas dilapidando corpos
Onde havia chanas inumando sonhos
Onde havia sombrios sobrolhos
Miragem e espelhos esboroando culturas
Surge em cada reverbero hilariantes criaturas
Semeando na base de cada página de uma Tese
A dignidade da união*

*A dignidade das nações e canções
A caridade das mãos e corações
Ante a Serenidade do Olhar rosa de Jesus*

Trajanno Nankhova Trajanno

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado:

*Em primeiro lugar a **Deus** o Criador dos Universos, a Causa Causal de todas as Causas, a Personificação do Amor.*

*A **Jesus** pelo exemplo maior de amor ao próximo. “Pai perdoa-lhes que eles não sabem o que fazem”. Pelo supremo exemplo harmonização: “Amai-vos uns aos outros, como eu vos amei”, comportamentos que plasmam sem segregação de espécie alguma a construção em harmonia e autonomia como alavancas da construção gradativa e irreversível da dignidade humana, espiritual e da Cidadania Planetária e Universal.*

Aos meus amigos imponderáveis, Anjos da Guarda, Seres Espirituais e Cósmicos que me orientam os passos, me dão a força e a coragem para o meu caminhar e contemplar a inclusão social, com resiliência e muita paz. E me permitem homenagear a dádiva ponderável e imponderável de estar viva apoiada na Figura do Amor, para a arquitectura livre do sorriso.

AGRADECIMENTOS

Aos filhos da minha alma a Avó Chica e o Avô João por nesta existência serem os meus valorosos pais.

Aos meus Orientadores Professor Doutor Lúcio Cunha e Professora Doutora Fernanda Cravidão pela orientação, presença sempre presente, pela força, confiança, amizade e carinho que me transmitiram, permitindo encorajar-me nesta pesquisa.

A todos os Professores do Doutorado de Turismo, Cultura e Lazer, aos Funcionários da Universidade de Coimbra e ao Nina, que tudo fizeram para nos apoiar, a minha gratidão.

Ao Trajanno Nankhova Trajanno, pela disponibilidade mentomagnética de ser meu companheiro e amigo nesta encarnação tão laboriosa e desafiante.

Às mulheres da minha vida, da minha estabilidade, felicidade e a minha alegria de viver, Brígida, Terezinha, Rita, Hérica, Vanda, Neide Sandrine, ScIheilla e Welwitschia

Aos meus companheiros da SEAKA, pela entrega e dedicação a este trabalho e por tudo que fazem para me tornar em uma pessoa feliz, na figura de Jacinto e Tamara.

Aos que se dignaram acompanhar-me nesta oportunidade reencarnatória, Inês, Ary, Lukeny, Yara, Ló, Marcos, João Carlos I e João Carlos II, Zezinha, Chiquinha, mãe São, Quim, Moreno, Ly, Mila, Júnior, Kita, Zita, Zina, Ellan, Céu, Leonor, Fernando, Pedro Tirsa, Pedrinho e ao meu Jokinha. Aos professores Carlos Costa, Jorge Costa, Carlos Lima e Luís da Silva.

Ainda a todos os meus amores na pátria espiritual, os meus eternos agradecimentos, pelo amor que me dedicam, pela força e pela beleza de vida, em especial minha mãe ANA e tantas outras Mães.

Às minhas almas amadas hoje em figura de Neta e netos, Welwitschia, Jokinha e os Kevens obrigada por me brindarem com a vossa presença.

Àqueles que comigo ficaram contemplando noites inteiras, a organização de uma proposta de paz, os meus amores do passado a Mestre Paula Silva, Joana Farhat, Trajanno Nankhova, Álvaro Silva, Catarina, Afonso e Hassan, eterna gratidão.

A todos os trabalhadores da Casa de Caminho André Luiz, em particular, Marinela, Muantombelatchi, Bernarda, Correia, Raúl e Jaime.

Os meus agradecimentos são extensivos aos Dirigentes do Ministério de Hotelaria e Turismo de Angola, aos membros do CDR e todos os Trabalhadores no geral, em particular os da ATFC KAZA, às minhas filhas do Minhotur, em particular Dra. Sandra Vigário, Dra. Loa, Dr. Joaquim e a Teresa. À equipa da Comissão Interministerial da ATFC KAZA, Secretariado Regional do KAZA, colegas do Cuando Cubango, General Fernando A. Mateus, equipa de desminagem e Comandante Nando Walter.

A todos aqueles que directa ou indirectamente participaram, que fazem a luta por um mundo melhor, equilibrado, com oportunidades e deveres iguais, que fazem da paz uma realidade em suas vidas os meus eternos agradecimentos.

A todos os meus filhos e filhas do coração aqui citados e todos quantos que por razões várias não pude aqui nomear, mais que minha alma grata seja por termos estado no mesmo sentido do caminho evolutivo, seja por ainda estarmos desencontrados, aqui os meus agradecimentos pela eternidade.

Não posso deixar de agradecer a Equipa da Embaixada de Angola em Portugal, que me têm dado um apoio incondicional, em particular ao Professor Marcos Barrica.

Os meus agradecimentos são também para aqueles que sentem e pensam que me tiram a paz, que se elegeram meus inimigos e que tudo fizeram e fazem, para que a minha existência esteja mais em estado de alerta, pois me encorajaram a luta, a prosseguir, são meus grandes professores.

Aos meus amados e amigos desencarnados: “Justinos” e “Josés” do caminho, Ruth, Reitor e a Equipa, José, Gerónimo, Rochester, Xavier, Chico Xavier, Pestallozzi, André, Agostinho Neto, André Luiz, Nestor Massotti e Bezerra de Menezes, todos que loucamente me acompanham e acreditam em mim sem palavras.

Por último, os meus agradecimentos vão para mim, pela luta pelo bem, força, ousadia, coragem de falar, exercitar e vivenciar o amor e a paz. Amar é a maior dádiva da vida, ter paz é ser livre, é ser feliz, é o que sou.

“As minhas mãos colocaram pedras nos alicerces do mundo”

Agostinho Neto

RESUMO

Pretende-se com este trabalho analisar as Áreas Transfronteiriças de Conservação, no caso a ATFC KAZA – Área Transfronteiriça de Conservação Okavango-Zambeze, bem como o formato da organização da gestão entre os cinco países que a constituem, a questão do território (principalmente dos novos territórios), assim como o desenvolvimento sustentável do turismo, fundamentalmente o de natureza e de base comunitária. Identificou-se um projeto de Base Comunitária que está sendo desenvolvido na área da ATFC KAZA, na componente da Zâmbia. Este modelo de desenvolvimento centrado na comunidade é apresentado como ferramenta para inclusão social, económica, desenvolvimento do nível de vida das comunidades e para a sustentabilidade.

O turismo é um sector com grande capacidade de resiliência, que apesar dos muitos problemas que o planeta vive, nomeadamente as tensões geopolíticas, as catástrofes naturais provocadas pelo próprio Ser Humano, a crise dos refugiados e a desigualdade na recuperação económica global, no ano de 2014 o turismo internacional atingiu um recorde histórico. Registaram-se 1.133 milhões de turistas, com um crescimento anual a nível global de 4,4% e contribuiu com um total de 1,5 biliões de dólares em exportações globais, o que representou uma média de 4 milhões por dia. Hoje o turismo representa cerca de 10% do PIB mundial, 6% das exportações totais e um em cada onze postos de trabalho no mundo. Assim, a sustentabilidade deverá estar nas prioridades do desenvolvimento do turismo, pois é um grande desafio a circulação das milhões e milhões de pessoas devido aos impactos que podem causar, tanto a nível ambiental e cultural, como a nível económico.

Se o turismo for organizado e gerido de forma ética e sustentável, constitui-se como uma alavanca para o desenvolvimento das comunidades locais, criação de sociedades mais estáveis, promoção e protecção da biodiversidade, da geodiversidade e dos recursos culturais.

Constatou-se que para a organização do modelo de turismo sustentável, são necessários indivíduos qualificados, para que estes possam vir a formar uma comunidade organizada e consciente, capaz de gerir o planeamento e execução da atividade turística da área em que estão inseridos.

Assim, foi estruturado um modelo de investigação baseado na revisão bibliográfica, trabalho de campo, inquéritos por questionário e inquéritos por entrevista - instrumentos que permitiram reflectir sobre os tipos de turismo que podem ser desenvolvidos nestas áreas e de que forma o contributo do desenvolvimento do turismo sustentável nas áreas transfronteiriças de conservação, poderá contribuir para a inclusão das comunidades e para a promoção da paz.

Dos resultados obtidos a partir dos questionários aplicados aos Pontos Focais das Áreas Transfronteiriças de Conservação da SADC (ATFC da SADC), verificamos que 77,4% dos respondentes acha que o movimento transfronteiriço promove a paz e, ainda mais, cerca de 90,3% responde que o turismo promove a paz. Relativamente aos questionários aplicados às comunidades da Área Transfronteiriça de Conservação Okavango-Zambeze (ATFC KAZA), quanto à análise da inclusão e do desenvolvimento das Comunidades, foi referido por 71,2% dos inquiridos que esta foi proporcionada pela ATFC KAZA. No que se refere à promoção da solidariedade, da segurança e da paz, cerca de 82,6% dos inquiridos afirmou que essa é feita através da gestão conjunta entre os países parceiros.

Destaca-se a importância do desenvolvimento do turismo sustentável nas áreas transfronteiriças de conservação.

Palavras-chave: Áreas Transfronteiriças de Conservação, Desterritorialização, Desenvolvimento sustentável do Turismo, Turismo de Natureza e Comunitário, Inclusão das Comunidades e Promoção da Paz.

ABSTRACT

This work intent's to analyse the Transfrontier Areas of Conservation, in this case KAZA TFCA (Kavango-Zambezi Transfrontier Conservation Area), as well as the format of the organisation, which is formed by the five countries that it consists of, the territory issue (mainly the new territories), as well as the sustainable development of the tourism, ultimately the nature and community development. A project of community base has been identified and it is being grown in the KAZA TFCA area, specifically in Zambia. This type of central growth in the community is presented as a tool for social inclusion, economy expansion, quality of the community's life up growth as well as its sustainability.

Tourism is a sector with large resilience capacities. Despite all the issues the planet is facing, particularly geopolitical tension, the natural catastrophes caused by man itself, refugee crises and inequality of the global economics recovery. In 2014 international tourism hit an historical record. 1133 millions of tourists were registered, with an annual global increase of 4,4% that contributes with total of 1,5 billion dollars in all-inclusive exports, representing an average of 4 million per day. Today tourism represents around 10%of the worldwide PIB, 6% of the overall exports and finally one in eleven work stations globally. Therefore, sustainability should be placed as a priority in a developing tourism, as the circulation of millions and millions of people is challenging due to the impacts that can be caused, affecting the environment, culture and economics.

If tourism is organised and managed ethically and sustainably, it can be used as a boost for the development of local community, the creation of a more stable society, promotion and protection of biodiversity, geodiversity and cultural resources.

It was found that for the organisation of sustainable tourism are needed skilled individuals, so that they can come to form an organised and conscious community, able to manage the planning and implementation of tourism on the area in which they live.

Thus, a research model was structured based on the literature review, fieldwork, questionnaire surveys and interview surveys - instruments that allowed to reflect on the types of tourism that can be developed in these areas and how the contribution of the developing sustainable tourism in transfrontier conservation areas, may devote to the inclusion of communities and promote peace.

The results obtained from the questionnaires to the focal points of SADC's Transfrontier Conservation Area (SADC's TFCA) shows that 77.4% of respondents think that the transfrontier movement promotes peace and, even more, about 90.3 % replies that tourism promotes peace. With regard to the questionnaires applied to communities of Transfrontier Area of Okavango-Zambezi Conservation (KAZA TFCA), regarding the analysis of inclusion and development of the Communities, it was reported by 71.2% of respondents this was provided by TFCA said that this is done through cooperative management between the associated countries.

It is highlighted the importance of sustainable tourism development in the border areas of conservation.

Keywords: Transfrontier Conservation Areas, Dispossession, Sustainable Tourism, Nature Tourism and Community, Inclusion of Communities and Promotion of Peace.

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA	VII
AGRADECIMENTOS	IX
RESUMO	XIII
ABSTRACT	XV
ÍNDICE DE FIGURAS	XXIII
ÍNDICE DE FOTOS	XXVII
ÍNDICE DE QUADROS	XXXI
ÍNDICE DE GRÁFICOS	XXXV
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	XXXIX
PARTE I: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	47
CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO – DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	51
1.1 ENQUADRAMENTO DO TEMA	53
1.2. A IMPORTÂNCIA DO TEMA E A QUESTÃO DE PARTIDA	54
1.3 MOTIVAÇÃO PARA O TRABALHO	56
1.4. OBJECTIVOS DA INVESTIGAÇÃO	63
1.5. HIPÓTESES DO TRABALHO	64
1.6. ESTRUTURA DA TESE	66
CAPÍTULO II: METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO	71
2.1 PROCEDIMENTOS: TÉCNICAS QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS	73
2.2. FASES METODOLÓGICAS	75
2.3. PLANIFICAÇÃO DA METODOLOGIA E RECOLHA DE DADOS	78
2.4. SELECÇÃO DA AMOSTRA	79
2.5. DISTRIBUIÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS E ENTREVISTAS A REALIZAR	80
2.6. INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS	82
2.7. DESENHO DA INVESTIGAÇÃO	82
CAPÍTULO III: O ESTADO DA ARTE	89
3.1. TURISMO E SEUS DIFERENTES SEGMENTOS	91
3.1.1. Algumas definições do Turismo	91

3.1.2. Alguns segmentos do turismo	97
3.2. A IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO	112
3.3 A EVOLUÇÃO DO TURISMO	114
3.4. RECEITAS DO TURISMO INTERNACIONAL	121
3.5. O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	124
3.6. DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL	137
3.6.1. O Desenvolvimento da Actividade Turística e os seus Impactos	142
3.7. TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA	147
3.8. TURISMO, DESTERRITORIALIZAÇÃO E TERRITÓRIO MUNDO	151
3.9. TURISMO COMO PROMOTOR DA REDUÇÃO DA POBREZA	157
3.9.1. O Turismo e a Redução da Pobreza	157
3.9.2. Turismo e Países em Desenvolvimento	157
3.9.3. Turismo e Globalização	158
3.9.4. Turismo e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio	159
3.9.5. Estratégias e Planos para a Redução da Pobreza	160
3.9.6. Diferentes abordagens de Redução de Pobreza através do Turismo	161
3.9.7. Estratégias de Turismo favorável a pessoas afectadas pela pobreza	163
3.10. REDUÇÃO DA POBREZA ATRAVÉS DAS ÁREAS TRANSFRONTEIRIÇAS DE CONSERVAÇÃO	164
3.10.1. Custos e Benefícios das Áreas Protegidas para as populações pobres	166
3.11. TURISMO COMO PROMOTOR DA PAZ	168
3.12. COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA - ÁREAS TRANSFRONTEIRIÇAS DE CONSERVAÇÃO	176
CAPÍTULO IV: CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA E FÍSICA DE ANGOLA E DA ATFC – COMPONENTE ANGOLANA	187
4.1. CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS DE ANGOLA	188
4.2. CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DE ANGOLA	190
4.2.1. Geomorfologia	190
4.2.2. Clima	193
4.2.3. Hidrologia	194
4.3. ÁREAS DE CONSERVAÇÃO DE ANGOLA	198
4.3.1. Estado actual das Áreas de Conservação em Angola	204
4.3.2. Análise SWOT das Áreas de Conservação	210
4.4. CARACTERIZAÇÃO DA COMPONENTE ANGOLANA DA ATFC KAZA	211

4.5. CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DA ATFC COMPONENTE ANGOLANA	213
4.5.1. Topografia	213
4.5.2. Clima	215
4.5.3. Hidrologia	216
4.5.4. Vegetação	218
4.5.5. Solos	222
4.5.6. Vida Selvagem	224
4.5.7. Estado Desejado no Futuro	225
CAPÍTULO V. CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS TRANSFRONTEIRIÇAS DE CONSERVAÇÃO (ATFC) DA SADC E DA ATFC KAZA	231
5.1. CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS TRANSFRONTEIRIÇAS DE CONSERVAÇÃO DA SADC	231
5.1.1. Estatuto das Áreas Transfronteiriças de Conservação	233
5.1.2. Visão, Missão e Objectivos da SADC	235
5.1.3. Critérios para seleção de programas e projetos regionais	235
5.1.4. Estrutura Organizativa da SADC para as ATFC	236
5.1.5. Linhas Gerais do Programa da SADC para as ATFC	237
5.2. ÁREAS TRANSFRONTEIRIÇAS DE CONSERVAÇÃO DE ANGOLA	240
5.3. ÁREA TRANSFRONTEIRIÇA DE CONSERVAÇÃO OKAVANGO ZAMBEZE – ATFC KAZA	245
5.3.1. Algumas diferenças dos cinco países da ATFC KAZA	245
5.3.2. Caracterização da ATFC KAZA	247
5.3.3. Áreas de dispersão de fauna selvagem (ADFS)	251
5.3.4. História do Processo ATFC KAZA	258
5.3.5. Princípios da ATFC KAZA	270
5.3.6. Visão, missão e objectivos da ATFC KAZA	270
5.3.7. Vantagens da ATFC KAZA	272
5.3.8. Benefícios esperados do projecto	275
5.3.9. Tratado da ATFC KAZA	276
5.3.10. Estrutura de gestão da ATFC KAZA	278
5.3.11. Análise SWOT da ATFC KAZA	286
5.3.12. Documentos Estratégicos da ATFC KAZA	289
5.3.13. Quadro jurídico	289
5.3.14. Questões e Desafios Principais	290
5.3.15. Exemplos de cooperação entre os países parceiros	291

5.3.16. Principais prioridades e compromissos de Angola para o desenvolvimento da componente angolana da ATFC KAZA.	292
5.3.17. Algumas conquistas alcançadas após a assinatura do Tratado	300
CAPÍTULO VI. DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA SADC, ATFC KAZA, ANGOLA E ATFC KAZA/ANGOLA	307
6.1. DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NAS ÁREAS TRANSFRONTEIRIÇAS DE CONSERVAÇÃO DA SADC	307
6.1.1. Projectos e intervenções	310
6.1.3. Ligações do turismo aos outros sectores de infraestruturas da SADC	317
6.1.4. Preparação para as tendências futuras do turismo (até de 2027)	318
6.1.5. Alguns exemplos de desenvolvimento do turismo de base comunitária na SADC	320
6.2. DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM ANGOLA	328
6.2.1 Principais indicadores 2016	330
6.2.2. Desenvolvimento do turismo interno	337
6.2.3. Tipologias de turismo em Angola e projectos em curso	338
6.3. DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA ATFC KAZA	352
6.3.1. Evolução do turismo	354
6.3.2. Infraestruturas	357
6.3.3. A importância do turismo na Área Transfronteiriça de Conservação Okavango Zambeze - ATFC KAZA	361
6.4. DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA ÁREA DA COMPONENTE ANGOLANA DA ATFC KAZA	369
PARTE II: MARCO EMPÍRICO	379
CAPÍTULO VII: TRATAMENTO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	389
7.1. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS QUANTITATIVOS DOS INQUIRIDOS DA SADC (PONTOS FOCALIS)	391
7.1.1. Análise Sociodemográfica dos Pontos Focais da SADC	391
7.1.2 Análise Estatística dos inquéritos aos representantes dos Pontos Focais das Áreas Transfronteiriças da SADC.	395
7.1.3. Cruzamento SADC	408
7.2. ANÁLISE DA COMUNIDADE DA ATFC KAZA	418
7.2.1. Análise Sociodemográfica da comunidade ATFC KAZA	418
7.2.2. Análise Estatística dos questionários da comunidade da Área Transfronteiriça de Conservação Okavango Zambeze	421

7.2.3. Cruzamento de algumas questões da ATFC KAZA	433
7.3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS QUALITATIVOS	446
7.3.1. Análise estatística das entrevistas aos dirigentes	446
7.4. CORRELAÇÕES ENTRE SADC E ATFC KAZA	452
CAPÍTULO VIII: CONCLUSÕES FINAIS	459
BIBLIOGRAFIA	485
ANEXOS	515

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de África Cor de Rosa (1828).	52
Figura 2: Mapa de África (1898).	52
Figura 3: Projecto Social Casa de Caminho André Luiz - Área da Saúde.	58
Figura 4: Desenho de Investigação.	84
Figura 5: Esquema de produção de conhecimento no campo do turismo.	92
Figura 6: Diversidade da Terra.	99
Figura 7: Turismo Internacional em 2015	119
Figura 8: Âmbitos do Turismo Sustentável	138
Figura 9: Aspectos-chave do Turismo Sustentável	138
Figura 10: Classificação do tipo de turismo	140
Figura 11: Modelo Conceptual para o Desenvolvimento Turístico	143
Figura 12: Mapa do índice global da paz	169
Figura 13: Objectivos e conteúdos prioritários para o proj. educação para a Paz	170
Figura 14: Mapa das ATFC Mundiais	181
Figura 15: Mapa de África – Angola	188
Figura 16: Mapa Hipsométrico de Angola	191
Figura 17: Mapa Hidrográfico de Angola	196
Figura 18: Mapa de Angola	197
Figura 19: Distribuição dos biomas angolanos	201
Figura 20: Áreas protegidas de Angola	203

Figura 21: Estrutura anterior de categorias de áreas de conservação, sendo coutadas e reservas parciais.	208
Figura 22: Parques Nacionais de Mavinga e de Luéngue-Luiana	208
Figura 23 Municípios de Cuando Cubango	212
Figura 24: Bacia antiga de Kalahari	215
Figura 25: Balanço hidrológico	216
Figura 26: Hidrologia	218
Figura 27: Carta fito-geográfica	220
Figura 28: Mapa hipsométrico de Angola	222
Figura 29: Tipos de solo	223
Figura 30: Localização Histórica dos Mamíferos	225
Figura 31: Estado desejado no futuro	226
Figura 32: SADC Mapa ATFC	233
Figura 33: Organograma para a Implementação do Programa da SADC para as ATFC a nível dos Estados-Membros.	236
Figura 34: Mapa de Angola – Áreas Transfronteiriças de Conservação	240
Figura 35: Área Transfronteiriça de Conservação Iona Skeleton Coast (Angola e Namíbia);	241
Figura 36: Área Transfronteiriça de Conservação Maiombe Forest;	243
Figura 37: Área Transfronteiriça de Conservação Liuwa Plains Mussuma	244
Figura 38: Mapa de delimitação geográfica da ATFC KAZA.	246
Figura 39: ADFS da Planície Aluvial Zambeze-Chobe	252
Figura 40: ADFS da Planície Aluvial Zambeze-Chobe	253
Figura 41: ADFS Zambeze - Mosi-oa-Tunya	254

Figura 42: ADFS do Hwange-Makgadikgadi-Nxai	256
Figura 43: ADFS do Khaudum-Ngamiland	257
Figura 44: Quadro Institucional/ Organigrama da ATFC KAZA	279
Figura 45: Estrutura da comissão Interministerial de KAZA Componente Angola	282
Figura 46: Fluxo de informações e gestão da ATFC KAZA componente angolana	283
Figura 47: Enquadramento da Gestão	285
Figura 48: Áreas de actuação	286
Figura 49: Análise SWOT da ATFC KAZA	288
Figura 50: Plano de mestre KAZA Angola PDI	293
Figura 51: Projecto de Desminagem	297
Figura 52: Desminagem na área dos parques	298
Figura 53: Potencialidades turísticas de Angola.	337
Figura 54: Tipologias do Turismo a ser desenvolvido em Angola.	338
Figura 55: Atracções Turísticas na ATFC KAZA.	352
Figura 56: Instalações turísticas na ATFC KAZA.	353
Figura 57: Sítios de património cultural na ATFC KAZA.	354
Figura 58: Postos fronteiriços na ATFC KAZA	358
Figura 59: Acessos de conexão da KAZA/ Angola e ATFC KAZA.	359
Figura 60: Acessos na componente angolana da ATFC KAZA e ligação com a Namíbia e Zâmbia.	361
Figura 61: Plano de desenvolvimento Integrado da componente Angolana da ATFC KAZA.	371
Figura 62: Linha de orientações amplas e estratégicas para o desenvolvimento do turismo na ATFC KAZA;	372

Figura 63: Principais Elementos Diferenciadores	374
Figura 64: Áreas temáticas da revisão da literatura.	381

ÍNDICE DE FOTOS

Foto 1: Visita a Comunidade na Namíbia.	60
Foto 2: Actividades com as ONGs da Namíbia e Angola, na Namíbia em 2014.	60
Foto 3: Visita a Comunidade da Namíbia (Abate de Elefantes), 2014.	61
Foto 4: Visita a uma Comunidade da Zâmbia, 2014.	62
Foto 5: Visita à Rainha e à Comunidade dos povos Sambios de Calai.	63
Foto 6: Deserto do Namibe	107
Foto 7: Lago Dilolo.	196
Foto 8: Baixa de Cassange	198
Foto 9: Parque Nacional de Cangandala - A Palanca Negra Gigante.	202
Foto 10: Tartarugas Marinhas.	202
Foto 11: Floresta do Maiombe	207
Foto 12: Elefante Africano - Parque Nacional de Luéngue – Luiana	209
Foto 13: Hipopótamo - Parque Nacional de Mavinga	209
Foto 14: Paisagem de meandros na planície aluvial do Rio Cuito	217
Foto 15: Vegetação de miombo.	220
Foto 16: Floresta de miombo na Zâmbia.	221
Foto 17: Solo arenoso na área em estudo.	223
Foto 18: <i>Welwitschia mirabilis</i> .	242
Foto 19: Planície aluvial meandros do Rio Cuito. Fonte: Componente Angolana do KAZA	248

Foto: 20 Assinatura do Memorando de Entendimento aos 7 de Dezembro de 2006.	260
Foto 21: Cimeira dos Chefes de Estado da SADC, Luanda, 2011.	263
Foto 22: Governantes dos cinco Países do KAZA, após a assinatura do Tratado.	263
Foto 24: Grupo cultural de Botswana, na Cerimónia de Lança. da ATFC KAZA.	265
Foto 25: Grupo cultural de Angola, na Cerimónia de Lançamento da ATFC KAZA	265
Foto 26: Elefantes.	272
Foto 27: Passeios Turísticos ao longo do rio Zambeze	273
Foto 28: Visita às áreas a serem desminadas.	299
Foto 29: Equipamento de caça da mosca Tsé-tsé.	300
Foto 30: Thaba Siku Cultural Village Masu/Lesotho;	320
Foto 31: Thaba Siku Cultural Village Masu/ Lesotho;	321
Foto 32: Thaba Siku Cultural Village Masu/ Lesotho;	321
Foto 33: Lodge Parque Nacional Do Limpopo.	326
Foto 34: Lodge Parque Nacional Do Limpopo.	326
Foto 35: Projecto Educativo Parque Nacional Buabuata.	327
Foto 36: Transmissão de Conhecimentos Tradicionais.	327
Foto 37: Património histórico. M'Banza Congo.	340
Foto 38: Máscara da cultura Chokwe	340
Foto 39: Quedas de Calândula.	341
Foto 40: Margem do Rio Okavango.	342
Foto 41: Cobras.	343
Foto 42: Margem do Rio Kuito.	343

Foto 43: Reserva Parcial do Búfalo em Benguela.	344
Foto 44: Reserva Natural Ihéu de Pássaros.	344
Foto 45: Ilha do Mussulo.	346
Foto 46: Ilha do Mussulo.	346
Foto 47: Polo Turístico de Cabo Ledo.	348
Foto 48: A prática de surf nas praias de Cabo de Ledo.	348
Foto 49: Deserto do Namibe.	349
Foto 50: Arco no deserto do Namibe.	349
Foto 51: Fenda de Tundavala. Fonte: 2016	350
Foto 52: Miradouro da Lua, Luanda	351
Foto 53: Vitoria Falls (KAZA), vista aérea.	364
Foto 54: Delta do Okavango, vista do espaço.	364
Foto 55: Lodge Machenje na Zâmbia.	367
Foto 56: Lodge Machenje na Zâmbia	367
Foto 57: Lodge Machenje na Zâmbia.	368
Foto 58: Cascata no Município de Nankhova.	374
Foto 59: Atividades a serem desenvolvidas pela Comunidade.	376
Foto 60: Diversas actividades a serem desenvolvidas pelas Comunidades	377

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Etapas do procedimento de investigação de acordo com a OMT	72
Quadro 2: Tipo de abordagens metodológicas segundo Jennings, Fortin e Minayo & Sanches.	77
Quadro 3: Tipo de abordagens metodológicas, segundo Armand Colin.	78
Quadro 4: Número de questionários à comunidade e técnicos da KAZA	80
Quadro 5: Número de questionários aos Pontos Focais da SADC	81
Quadro 6: Número de Entrevistas	81
Quadro 7: Os 4 Ps da sustentabilidade do turismo cultural	108
Quadro 8: Actividades que podem ser desenvolvidas no turismo sol e mar	111
Quadro 9: Chegadas de turistas às fronteiras nacionais em 2014.	118
Quadro 10: Entradas de Turistas e Previsão: 2010 – 2027 (milhões)	120
Quadro 11: Entradas e Receitas do Turismo Mundial (2013, 2014, 2015 e 2016)	121
Quadro 12: Perspectiva fraca e forte do desenvolvimento sustentável	128
Quadro 13: Objectivos de Desenvolvimento Sustentável	131
Quadro 14: Princípios do desenvolvimento sustentável	135
Quadro 15: impactos positivos do turismo	145
Quadro 16: impactos negativos do turismo	146
Quadro 17: Estratégias de turismo para redução da pobreza.	163
Quadro 18: Evolução das Áreas Transfronteiriças no Mundo por Região	180
Quadro 19: Número e Dimensão de Áreas Transfronteiriças por Região/ Continente 2016	180
Quadro 20: Resultados preliminares de algumas expedições científicas	204

Quadro 21: Descrição dos Parques nacionais existente em Angola	206
Quadro 22: Análise SWOT das áreas de conservação	210
Quadro 23: Categorias SADC	234
Quadro 24: Algumas diferenças dos cinco países da ATFC KAZA	245
Quadro 25: Dimensão da ATFC KAZA em 2011 e 2016	259
Quadro 26: Resultados de Troços Concluídos	295
Quadro 27: Resultados das áreas limpas (clarificadas)	296
Quadro 28: Ligações do Turismo aos outros sectores de infraestruturas da SADC	317
Quadro 29: Custos da melhoria e reconstrução do lodge comunitário local	325
Quadro 30: Principais Indicadores 2016	331
Quadro 31: Hotéis por categoria (2016)	331
Quadro 32: Distribuição da Rede Hoteleira por Províncias	332
Quadro 33: Lista dos hotéis a serem inaugurados em 2016	333
Quadro 34: Lista dos hotéis a serem inaugurados em 2017	334
Quadro 35: Expansão da rede hoteleira	335
Quadro 36: Número de unidades na área da ATFC KAZA	355
Quadro 37: Grau de Escolaridade	393
Quadro 38: Profissão	393
Quadro 39: Opinião dos inquiridos quanto ao desenvolvimento do turismo como um dos ATFC's	398
Quadro 40: Cruzamento: As ATFC da SADC trazem benefícios sociais/ redução da pobreza. Com a Nacionalidade	408
Quadro 41 Cruzamento: As ATFC da SADC trazem benefícios sociais / redução da pobreza. Com o Grau Académico	409

Quadro 42: Cruzamento: As ATFC da SADC trazem benefícios sociais, emprego para as Mulheres. Com a Nacionalidade	410
Quadro 43: Cruzamento: As ATFC SADC trazem benefícios sociais/ emprego para as Mulheres. Com o Grau Académico	411
Quadro 44: Cruzamento: Existem vantagens económicas em receber turistas nas ATFC da SADC. Com a Nacionalidade	412
Quadro 45: Cruzamento: Existem vantagens económicas em receber turistas nas ATFC da SADC. Com o Grau Académico	413
Quadro 46: Cruzamento: As ATFC da SADC proporcionam a inclusão e o desenvolvimento das comunidades. Com a Nacionalidade	414
Quadro 47: Cruzamento: As ATFC da SADC proporciona a inclusão e o desenvolvimento das comunidades. Com o Grau Académico	415
Quadro 48: Cruzamento: A gestão dos países parceiros das ATFC promovem a solidariedade, a segurança e a paz. Com a Nacionalidade	416
Quadro 49: Cruzamento: A gestão dos países parceiros das ATFC da SADC promovem a solidariedade, a segurança e a paz. Com o Grau Académico	417
Quadro 50: Profissão	420
Quadro 51: Cruzamento: A ATFC KAZA traz benefícios sociais/Diminuição da Pobreza (KAZA) com a nacionalidade	434
Quadro 52: Cruzamento: A ATFC KAZA traz benefícios sociais/Diminuição da Pobreza (KAZA) com o Grau de Escolaridade	435
Quadro 53: Cruzamento: Emprego das Mulheres na ATFC KAZA. Com a Nacionalidade	436
Quadro 54: Cruzamento: Emprego das Mulheres na ATFC KAZA. Com o Grau de Escolaridade	437
Quadro 55: Cruzamento: A ATFC KAZA proporciona a inclusão e o desenvolvimento das Comunidades Com a Nacionalidade	438
Quadro 56: Cruzamento: A ATFC KAZA proporciona a inclusão e o desenvolvimento das Comunidades, com o Grau de Escolaridade	438

Quadro 57: Cruzamento: A Gestão Conjunta (entre os países parceiros) da ATFC KAZA promove, a solidariedade, a segurança e a paz. Com a Nacionalidade.	439
Quadro 58: Cruzamento: A Gestão Conjunta entre os países parceiros da ATFC KAZA promove, a solidariedade, a segurança e a paz. Com o Grau de Escolaridade	440
Quadro 59: Cruzamento: A ATFC KAZA pode ser considerada um processo de ensino da convivência pacífica entre as Nações. Com a Nacionalidade	441
Quadro 60: Cruzamento: ATFC KAZA pode ser considerado um processo de ensino da convivência pacífica entre as Nações. Com o Grau de Escolaridade.	442
Quadro 61: Cruzamento: O turismo promove a paz na ATFC KAZA. Com a Nacionalidade	443
Quadro 62: Cruzamento: O turismo promove a paz na ATFC KAZA. Com o Grau de Escolaridade	444
Quadro 63: Cruzamento: O Desenvolvimento do Turismo na área na ATFC KAZA permite o aumento de emprego e conseqüentemente a redução da pobreza. Com a Nacionalidade	445
Quadro 64: Cruzamento: O Desenvolvimento do Turismo na área da ATFC KAZA permite o aumento de emprego e conseqüentemente a redução da pobreza. Com o Grau de Escolaridade	445
Quadro 65: Análise da variável “Função” dos entrevistados	447
Quadro 66: Frequência dos benefícios do ATFC KAZA	448
Quadro 67: Frequências (Segurança, Insegurança, vantagens, desvantagens)	449
Quadro 69: Frequência das 2 primeiras acções que os entrevistados desenvolveriam	450
Quadro 70: Coeficiente de Correlação de Pearson para as Questões 3 e 7 dos questionários SADC e KAZA	452
Quadro 71: Coeficiente de Correlação de Spearman para as Questões 5,9,10,11,12,15 e 17 dos questionários SADC e KAZA	453

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Percentagem de chegadas de turistas por Regiões em 2013	116
Gráfico 2: Chegadas de turistas internacionais por Regiões em 2014	117
Gráfico 3: Percentagem de chegadas de turistas por regiões em 2014.	118
Gráfico 4: Chegadas de Turistas Internacionais Países KAZA	354
Gráfico 5: Receitas de Turismo Internacional	357
Gráfico 6: País de Origem	391
Gráfico 7: Variável Idade	392
Gráfico 8: Género	392
Gráfico 9: Nome da Instituição	394
Gráfico 10: Estado Civil	394
Gráfico 11: Benefícios económicos trazidos pelas ATFC da SADC	395
Gráfico 12: Benefícios sociais trazidos pelas ATFC's	396
Gráfico 13: Benefícios organizacionais entre os países proporcionados pelas ATFC da SADC	397
Gráfico 14: Inclusão e desenvolvimento das Comunidades proporcionados pelas ATFC's	398
Gráfico 15: Vantagens em receber turistas estrangeiros nas ATFC's	399
Gráfico 16: Inconvenientes em ter turistas estrangeiros nas ATFC's-	400
Gráfico 17: Boas condições para receber turistas.	401
Gráfico 18: aumento de emprego e conseqüentemente a redução da pobreza pelo desenvolvimento do Turismo nas ATFC da SADC.	401

Gráfico 19: Promoção da estabilidade fronteiriça e do respeito pela soberania dos Estados Parceiros pela Gestão Conjunta das ATFC da SADC.	402
Gráfico 20: Promoção da solidariedade, a segurança e a paz pela Gestão Conjunta (entre os países parceiros) das ATFC da SADC	403
Gráfico 21: Promoção da paz pelo movimento transfronteiriço	403
Gráfico 22: Promoção da insegurança pela circulação nas fronteiras	404
Gráfico 23: ATFC da SADC como processo de ensino da convivência pacífica entre as Nações.	404
Gráfico 24: Vantagem da colaboração entre os países parceiros das ATFC da SADC.	405
Gráfico 25: Promoção da Paz pelo Turismo.	405
Gráfico 26: Atividades turísticas a serem desenvolvidas	406
Gráfico 27: 3 palavras relacionadas com as ATFC da SADC (Áreas Transfronteiriças de Conservação da SADC).	407
Gráfico 28: País de Residência	418
Gráfico 29: Variável Idade	418
Gráfico 30: Género	419
Gráfico 31: Grau de Escolaridade	419
Gráfico 32: Estado Civil	420
Gráfico 33: Participação na ATFC KAZA	421
Gráfico 34: Benefícios económicos do KAZA	422
Gráfico 35: Benefícios sociais do KAZA	422
Gráfico 36: Benefícios organizacionais proporcionados pelo KAZA	423
Gráfico 37: Inclusão e desenvolvimento das Comunidades proporcionada pelo KAZA	424

Gráfico 38: A importância do desenvolvimento do turismo na ATFC KAZA.	424
Gráfico 39: Vantagens em receber turistas estrangeiros na área do KAZA	425
Gráfico 40: Países da ATFC KAZA visitados pelos inquiridos.	426
Gráfico 41: Inconvenientes em receber turistas estrangeiros na área do KAZA	426
Gráfico 42: Condições para receber turista.	427
Gráfico 43: Aumento de emprego e consequentemente a redução da pobreza pelo desenvolvimento do Turismo na área do KAZA	427
Gráfico 44: Promoção da estabilidade fronteiriça e do respeito pela soberania dos Estados Parceiros pela Gestão Conjunta (entre os países parceiros) do KAZA	428
Gráfico 45: A Gestão Conjunta (entre os países parceiros) do KAZA promove a solidariedade, a segurança e paz.	429
Gráfico 46: Insegurança promovida pela circulação nas fronteiras	429
Gráfico 47: KAZA processo de ensino da convivência pacífica entre as Nações.	430
Gráfico 48: Vantagens da colaboração com os países parceiros do KAZA.	430
Gráfico 49: Promoção da Paz através do Turismo	431
Gráfico 50: Actividades turísticas a serem desenvolvidas.	431
Gráfico 51: Primeiras acções desenvolvidas pelos inquiridos se intervenientes.	432
Gráfico: 52 palavras relacionadas com a ATFC KAZA	433
Gráfico 53: Variável Idade	446
Gráfico 54: Frequências das palavras que se relacionam com o ATFC KAZA	448
Gráfico 55: Frequências da utilidade do Plano Director do Turismo de Angola	451
Gráfico 56: Frequências sobre o processo de ensino da conveniência pacífica entre as Nações	451

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACNNR:	Convenção Africana sobre a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais
ADFS:	Área de Dispersão de Fauna Selvagem
AETFAT:	Associação para o Estudo Taxonómico da Flora da África Tropical
APT:	Área Protegida Transfronteiriça
ATFC KAZA:	Área Transfronteiriça de Conservação Okavango Zambeze
ATFC:	Área Transfronteiriça de Conservação
AWF:	Fundação Africana de Vida Selvagem
BITUR:	Bolsa Internacional de Turismo de Angola
BP-Angola:	<i>British Petroleum</i> Angola
BPC:	Banco de Poupança e Crédito
BTL:	Bolsa de Turismo em Lisboa
CBD:	Convenção sobre a Diversidade Biológica
CBEDF:	Fundo para o Desenvolvimento de Empresas baseadas na Comunidade
CBNRM:	Gestão Comunitária de Recursos Naturais
CBT:	Turismo Baseado na Comunidade
CCCD:	Conservação e Desenvolvimento Centrado na Comunidade
CCE:	Comunidade Comum Europeia
CEF:	Fundo de Empresas Comunitárias
CEPT:	Centro de Estudos de Pedologia Tropical
CHA:	Áreas de Caça Controlada

CIM:	Comissão Interministerial
CITES:	Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Flora e Fauna Selvagem
CMS:	Convenção sobre as Espécies Migratórias Selvagens
CNUDM:	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
COP 10:	Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, 10 ^o ed.
COSO:	Comité dos Altos Funcionários
DENARP:	Documentos de Estratégia Nacional para a Redução da Pobreza
DFID:	Departamento para o Desenvolvimento Internacional
DNHS:	Direcção Nacional da Hotelaria e Similares
EC:	Conselho da Terra
ESA:	Agência Espacial Europeia
FAA:	Forças Armadas Angolanas
FITUR:	Feira Internacional de Turismo de Madrid
GEPE:	Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística
GMA:	Área de Gestão de Caça
GPS:	Sistema de Posicionamento Geográfico
GURN:	Governo de Unidade e Reconciliação Nacional
HWC:	Conflito entre Humanos e Fauna Selvagem
IAG:	Associação Internacional de Geomorfologistas
ICP:	Parceiros Internacionais de Cooperação
INAD:	Instituto Nacional de Desminagem
INBAC:	Instituto Nacional de Biodiversidade e Áreas de Conservação Angola

INE:	Instituto Nacional de Estatística
INFT:	Instituto Nacional de Formação Turística
IRDNC:	Desenvolvimento Rural Integrado e Conservação da Natureza
ITB:	Feira Internacional de Turismo de Berlim
IUCN:	União Internacional para a Conservação da Natureza
IUPN:	União Internacional para a Protecção da Natureza
KAZA:	Kavango Zambeze
KPA:	Áreas-Chave de Desempenho
MARPOL:	Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição causada por Navios.
MdE:	Memorando de Entendimento
MIDP:	Plano Director de Desenvolvimento Integrado
MINHOTUR:	Ministério da Hotelaria e Turismo
NBSAP:	Estratégia e Plano de Acção Nacional para a Biodiversidade de Angola
NTFP:	Produtos Florestais não Madeireiros
NU:	Nações Unidas
ODM:	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
OEA:	Organização dos Estados Americanos
OIT:	Organização Internacional do Trabalho
OKACOM:	Comissão Permanente das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Okavango
OMT:	Organização Mundial do Turismo
ONG:	Organização Não Governamental
ONU:	Organização das Nações Unidas
OUZIT:	Iniciativa de Turismo Internacional do Kubango Alto Zambeze

PDCTCC:	Plano de Desenvolvimento Estratégico para a Província do Cuando Cubango
PDI:	Plano de Desenvolvimento Integrado
PDT:	Plano Director Turismo
PDTA:	Plano Director do Turismo de Angola
PEDT:	Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico
PERNACA:	Plano Estratégico da Rede Nacional de Áreas de Conservação de Angola
PIB:	Produto Interno Bruto
PMD:	Países Menos Desenvolvidos
PN:	Parque Nacional
PNUD:	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POT:	Plano Operativo do Turismo
PP:	Parques da Paz
PPF:	Fundação Peace Parks
RAMSAR:	Convenção de Ramsar relativa às Zonas Húmidas
REM:	Rede Especial de Maputo
RETOSA:	Organização de Turismo Regional para a África Austral
RIDMP:	Plano-Mestre Regional para o Desenvolvimento de Infra -Estruturas da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
RISDP:	Plano de Desenvolvimento Estratégico Indicativo Regional da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SADC:	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SARAP:	Projecto de Arte Rupestre da África Austral
SCDT:	Organização do Desenvolvimento da Comunidade de Sekute

SEAKA:	Sociedade Espírita Allan Kardec de Angola
SIDA:	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
SNV:	Organização Holandesa de Cooperação
STEP:	Programa de Turismo Sustentável e Eliminação da Pobreza
SWOT:	Método de análise nas Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças de um projecto (<i>Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats Analysis</i>)
TBC:	Turismo de Base Comunitária
TBPA:	Complexos de Áreas Transfronteiriças Protegidas
TC:	Comité Técnico
TIC:	Tecnologias de Informação e Comunicação
TP:	Parque Transfronteiriço
UICN:	União Mundial para a Natureza
UNCTAD:	Conferência das Nações Unidas sobre as Trocas Comerciais e o Desenvolvimento.
UNEP:	Programa para o Ambiente das Nações Unidas
UNESCO:	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNRIC:	Centro Regional de Informação das Nações Unidas para a Europa Ocidental
UNSO:	Serviço de Estatística das Nações Unidas
UNWTO:	Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas
USAID:	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
USD:	Dólar americano
VIH:	Vírus da Imunodeficiência Humana
WCED:	Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento

WCMC:	Centro Mundial de Monitorização da Conservação
WDPA:	Base de Dados Mundial de Áreas Protegidas
WMA:	Área de Gestão da Fauna Selvagem
WTO:	Organização Mundial do Turismo.
WTTC:	Conselho Mundial de Viagens e Turismo
WWF:	Fundo Mundial para a Natureza
ZAMCOM:	Comissão do Curso de Água do Zambeze

PARTE I:
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Sou um valor positivo da humanidade, não abdicó e
nunca abdicarei.

Agostinho Neto

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

“Hoje a África é como um corpo inerte, onde cada abutre vem debicar o seu pedaço.”

Agostinho Neto

CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO – DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este estudo consiste numa abordagem crítica sobre o contributo do turismo para o desenvolvimento regional e para a paz nas Áreas Transfronteiriças de Conservação da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral - SADC¹, focando fundamentalmente a Área Transfronteiriça de Conservação Okavango Zambeze - ATFC KAZA². No território da SADC, as Áreas Transfronteiriças de Conservação representam uma vasta zona ecológica que se estende por dois ou mais países, integrando diversas áreas protegidas. Trata-se de um território único que foi fragmentado pela divisão imposta pelas potências colonizadoras³ no século XIX, como podemos constatar nos diferentes mapas, nomeadamente os referentes aos anos 1828 com a configuração inicial do continente e de 1898 que mostra a configuração política do continente africano,

¹ A SADC é uma Organização Internacional sub-regional da África com 15 membros: Angola, África do Sul, Botswana, Lesotho, Madagáscar, Maláui, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Seychelles, República Democrática do Congo, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue, fundada em 1992.

² ATFC KAZA - Área Transfronteiriça de Conservação Okavango Zambeze, composta por 5 países (Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbábue).

³ Mapas de África de 1828 e 1898. Fonte: in Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2016. [consult. 2016-01-22 08:26:44]. Disponível na Internet: <http://www.infopedia.pt/mapa-cor-de-rosa>

De acordo com o Dicionário Editora da Língua Portuguesa, o projecto português cujo objectivo era o de formar um vasto território na África Central unindo os litorais de Angola a Moçambique, apresentado no Congresso de Berlim de 1884, foi denominado Mapa Cor-de-Rosa, desenhava novas fronteiras no Império africano e provocou forte reacção da Inglaterra. Na segunda metade do século XIX, a Europa conheceu um elevado crescimento económico que se traduziu num forte desenvolvimento da indústria, com um conseqüente aumento vertiginoso da produção. Devido ao desenvolvimento da indústria e ao desenvolvimento económico da segunda metade do século XIX, a Europa, procurou novos mercados para escoamento dessa produção e o foco da parte das grandes potências europeias foi o continente africano. De 1850 a 1880 fizeram-se grandes viagens de exploração ao continente negro, como foram os casos de Stanley, de Livingstone e de Brazza, entre outros. As viagens intensificaram-se, ainda, a partir da Conferência de Berlim (1884-85).

próxima da actual, após tantos anos de colonização e divisão de territórios ao sabor das potências colonizadoras.



Figura 1: Mapa de África (1828).
Fonte: [http:// africanomundo.blogspot.pt/3041.html](http://africanomundo.blogspot.pt/3041.html)



Figura 2: Mapa de África (1898).
Fonte: [http:// africanomundo.blogspot.pt/3041.html](http://africanomundo.blogspot.pt/3041.html)

Nas Áreas Transfronteiriças de Conservação, o modelo de desenvolvimento centrado nas comunidades locais e no turismo de natureza são apresentados como ferramenta para inclusão social, económica, desenvolvimento do nível de vida das comunidades, preservação da natureza, enfim, para a sustentabilidade. Consta-se que para a organização do modelo de turismo de base comunitária, em primeira instância, são necessários indivíduos qualificados, para que estes possam vir a formar uma comunidade organizada e consciente, capaz de gerir o planeamento e a execução da actividade turística da área em que estão inseridos. Apesar das comunidades se organizarem com base no turismo comunitário, esperando benefícios que melhorem as suas vidas, os Estados não se podem exonerar das suas responsabilidades, esperando que o melhoramento da vida das mesmas passe somente por este modelo de turismo.

É de consenso geral que o desenvolvimento sustentável do turismo é um dos caminhos para o sucesso, através de uma competitividade e cooperação continuadas nas áreas transfronteiriças em questão. O desenvolvimento sustentável do turismo nas Áreas Transfronteiriças de Conservação poderá proporcionar o desenvolvimento das comunidades locais, bem como a diminuição das assimetrias, da desterritorialização das comunidades autóctones a par da protecção da biodiversidade e da geodiversidade.

1.1 ENQUADRAMENTO DO TEMA

Seguindo o pensamento de Sen (2010), “é bem provável que as perspectivas de paz no mundo contemporâneo dependam do reconhecimento da pluralidade das nossas afiliações e do uso da reflexão, assumindo-nos enquanto vulgares habitantes de um mundo vasto, e não como reclusos encarcerados em pequenos compartimentos”. Por isso, pretende-se salientar nesta investigação o seguinte tema: ***O Contributo do Desenvolvimento do Turismo Sustentável nas Áreas Transfronteiriças de Conservação, para a inclusão das Comunidades e promoção da Paz. Área Transfronteiriça de Conservação Okavango Zambeze componente Angolana – ATFC KAZA/Angola.***

A dimensão do território das Áreas Transfronteiriças de Conservação da SADC representa um factor impulsionador de dinâmicas positivas, objectivando o desenvolvimento sustentável do turismo, a conservação da biodiversidade e da geodiversidade, a protecção ambiental, o desenvolvimento das comunidades, a redução da pobreza, a minimização da insegurança e da desterritorialização das comunidades rurais. O desenvolvimento sustentável do turismo ocupa um papel relevante no conhecimento de novas culturas, de propulsor da paz, de globalização como factor do conhecimento de novos territórios, torna os espaços que há algum tempo atrás eram considerados distantes e com o sentido de não pertença, hoje com o desenvolvimento turístico e com um mundo mais globalizado, invertem-se os processos e as necessidades de pertença, num mundo onde todos devem ser partícipes.

Segundo Hill & Hill (2012), “o investigador deve escolher um tema sobre o qual tenha particular interesse”. Almeja-se, com este estudo, refletir de que forma o desenvolvimento sustentável do turismo na Área Transfronteiriça de Conservação em estudo poderá ser um factor de desenvolvimento do território, de inclusão das comunidades rurais, de estabilização e de promoção da paz regional e planetária.

1.2. A IMPORTÂNCIA DO TEMA E A QUESTÃO DE PARTIDA

A importância do desenvolvimento sustentável do turismo coincide com a preocupação mundial a favor da preservação ambiental, do desenvolvimento das comunidades e da redução da pobreza. A problemática abordada pela Organização Mundial do Turismo (OMT), aquando da realização da Assembleia Geral em África, Zâmbia e Zimbábue em Agosto de 2013, sobre a conectividade aérea e a redução das barreiras para a obtenção dos vistos, demonstra efectivamente a grande preocupação de uma interacção mais efectiva das pessoas, permitindo que os lugares se tornem mais acessíveis e mais próximos de qualquer ser humano.

Segundo Almeida (2011) “o turismo é um importante fenómeno a nível mundial e as múltiplas viagens efectuadas promovem o desenvolvimento intelectual, ao nível do conhecimento, capaz de projectar o saber para patamares inigualáveis. Consciente desta realidade e do alcance mundial que o turismo implica, este é um fenómeno social, económico e político de muitas localidades e regiões de muitos países”.

As áreas transfronteiriças surgem como instrumentos e processos de união e harmonização entre os países, de protecção da natureza, de inclusão e desenvolvimento conjunto dos povos transfronteiriços, proporcionando o melhoramento dos mesmos e a promoção da paz entre as nações. Por outro lado, os visitantes poderão ter a vertente de antídoto ao stress causado pela vida nas cidades, pois constituem-se como lugares de regeneração física, psicológica, emocional e espiritual. O contacto com a natureza e com o património cultural, o convívio pacífico com os animais de grande porte como elefantes, girafas, hipopótamos, rinocerontes e com as aves, a aventura, o relacionamento interpessoal, o passeio pelos vales, montanhas e áreas pantanosas exuberantes e o contacto com culturas autóctones são atividades que permitem relaxar, sentir a magia do lugar, encontrar-se enquanto habitante deste planeta, nem que seja por pouco tempo, levando a refletir na transcendência, na dimensão holística do ser humano e no exercício da cidadania planetária. Segundo Cravidão (2006, pp.269-279) “o lugar faz parte da essência do ser humano. O “estar” é necessário para a construção/realização do “ser”. O ser humano que conhece outros lugares, quando regressa faz uma diferente leitura do seu próprio lugar. Os seus olhos estão “modificados”. Modifica-se o seu “ser” e por via disso, o “estar”. Altera-se o “olhar” e vê-se de outro modo o seu lugar.” Santos (2008) diz que “cada lugar é ao mesmo tempo objecto de uma razão global e de uma razão local, que convivem dialecticamente.” Este novo olhar, nova forma de sentir e ser, fará mudanças pela positiva nas pessoas que têm a oportunidade de vivenciar o bem-estar que as viagens proporcionam, fazendo com que nasça no ser humano um sentimento de pertença e protecção aos locais visitados. Proporciona, também,

a criação do sentimento de paz interior e exterior, que mitiga a indiferença, promove a inclusão social, o respeito pelo outro e pela natureza no geral.

O desenvolvimento do Turismo Sustentável nas áreas transfronteiriças representa um novo direcionamento do turismo e, conseqüentemente, um grande desafio para os responsáveis pela preservação ambiental e pelo turismo, nos países utentes de recursos naturais e pertencentes a esta abordagem transfronteiriça.

Por tudo o que já foi referido, a problemática desta investigação está relacionada essencialmente com a Conservação da Natureza, a inclusão das Comunidades e a Promoção da Paz.

Assim, é colocada a seguinte questão de partida: as políticas de Conservação da Natureza e o desenvolvimento do Turismo Sustentável podem constituir-se como impulsionadores da inclusão social, da cooperação transfronteiriça e da paz entre os povos?

1.3 MOTIVAÇÃO PARA O TRABALHO

A escolha do presente estudo assenta, essencialmente, em motivações pessoais com preocupações e inquietações às escalas nacional, regional e global.

Em 2006, iniciámos uma investigação em psicopedagogia, em Angola, cujo tema foi “O amor como força motriz do equilíbrio psico-emocional e desenvolvimento da sociedade angolana”. Em 2014, defendemos a Tese Doutoral na Universidade de Granada cujo tema foi “A Educação para a Cidadania Democrática como factor de Bem-Estar Social e Escolar”. Assim, o tema “O Desenvolvimento do Turismo Sustentável nas Áreas Transfronteiriças de Conservação para a inclusão das Comunidades e para a promoção da Paz”, que agora nos propomos a desenvolver, vem em sequência dos temas anteriores e surge como preocupação com o modo como nos posicionamos e preocupamos com o nosso país e com o Planeta no geral.

Em 1996, fundámos uma Organização Não Governamental (ONG) – Sociedade Espírita Allan Kardec de Angola (SEAKA) que tem como objectivo, em regime permanente, dar assistência a crianças desamparadas, idosos e população carente, por forma a resgatar o direito à vida e à dignidade, prestando-lhes auxílio e orientação, a saber:

- a) Assegurar a convivência afectiva e familiar da criança e do idoso.
- b) Assistir, educar e amparar a criança das carências e das enfermidades flageladoras da sociedade.
- c) Inculcar na criança a observação de valores de justiça, morais, éticos e espirituais.
- d) Proporcionar à família formação académica e profissional.
- e) Contribuir para a melhoria da saúde pública.

Desde 1996, vários projectos foram desenvolvidos no cumprimento dos objectivos acima enunciados. A ONG em referência possui um Projecto Social denominado Casa de Caminho André Luiz, em funcionamento desde 4 de abril de 2008, com 42 hectares de dimensão, no Município de Viana, em Luanda. Contempla a área de saúde, a formação profissional, a formação académica e o atendimento psicoterapêutico. A figura 3 mostra a nossa preocupação em participar na construção da cidadania, na redução da pobreza e da delinquência, através da melhoria da saúde, da formação académica e profissional, promovendo assim a paz efectiva.

O Projecto Social Casa de Caminho André Luiz envolve várias vertentes distintas. Por um lado, a Clínica Dr. Agostinho Neto desde a sua abertura, a 14 de Setembro de 2008, até 15 de Fevereiro de 2016, atendeu entre adultos e crianças, um total de 788 994 pacientes, incluindo 10 781 partos. A Escola Henriques Pestalozzi, aberta no ano lectivo 2012, foi frequentada nesse ano, entre adultos e crianças, por 600 alunos. Em 2013, esse valor aumentou para 841, em 2014 para 1050, em 2015 para 1230 e, no ano corrente, a escola é frequentada por 1400 alunos. O Centro Profissional Rainha Njinga, desde 2007,

por falta de meios e monitores, forma essencialmente os que asseguram a manutenção da Casa, em carpintaria, serigrafia, cozinha e padaria/pastelaria, perfazendo um total de 210 indivíduos. Relativamente à vertente de assistência comunitária, teve início no ano 1999, tendo apresentado um novo cariz desde 4 de Abril de 2008, com a inauguração da Casa de Caminho André Luiz.



Figura 3: Projecto Social Casa de Caminho André Luiz - Área da Saúde.
Fonte: Própria (2016)

De acordo com Cazalma (2014), ao longo da minha vida, fui sentindo necessidade de participar no permanente processo civilizacional da humanidade e, particularmente, na criação de uma consciência sã, da promoção de uma cultura de responsabilidade individual e social, significativa da procura constante da harmonia e entendimento entre os angolanos, africanos e uma sadia interacção planetária.

Por outro lado, no ano de 2010, em 30 de Agosto fui nomeada para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Directora do Gabinete de Intercâmbio Internacional e de Coordenadora Executiva do Projecto Okavango Zambeze - ATFC KAZA. No exercício desta função acompanhei e participei em várias actividades de diferentes países, fundamentalmente em África, onde percebi,

das visitas efectuadas, uma premente necessidade de proteger e desenvolver a comunidade, o ambiente e o seu território. Percebi ainda que em alguns projectos são alocadas verbas provenientes dos doadores para a protecção animal, em detrimento da valorização das comunidades, que se deslocam a longas distâncias e a pé para crianças de tenra idade irem à escola, sem hospitais num raio de 50 Km, sem ambulâncias, sem comunicação, sem as infraestruturas básicas de sobrevivência humana. Em muitos países, vimos um isolamento medonho nas áreas fronteiriças, a exemplo da fronteira entre Portugal e Espanha, onde existem aldeias com um número reduzido de habitantes e normalmente já todos na terceira idade, por não existirem condições para os novos casais organizarem suas vidas.

São apresentadas algumas imagens de visitas efectuadas às comunidades da Namíbia, Zâmbia e de comunidades da componente Angolana do KAZA (foto 1 e 2). Essas e outras visitas a outros países impulsionaram-me a continuar a trabalhar no sentido de despertar a nossa consciência, enquanto cidadãos planetários e governos, para criar mecanismos que nos permitam minorar a situação precária em que vivem algumas populações. A experiência vivida na gestão do Projecto Okavango Zambeze e, principalmente, na participação nas reuniões dos Ministros e dos Oficiais Séniores, em que as decisões eram tomadas de modo consensual e por forma a acomodar todas as preocupações dos Estados Parceiros. Por outro lado, a participação nos fóruns internacionais e da SADC, o conhecimento das estratégias da Redução da Pobreza dos Povos Africanos e da luta da Organização das Nações Unidas (ONU) no cumprimento pelos Governos dos objectivos do Milénio, induziram-me a contribuir com um pequenino grão de areia para a grande praia do desiderato global.



Foto 1: Visita a Comunidade na Namíbia.
Fonte: Própria (2014)



Foto 2: Actividades com as ONGs da Namíbia e Angola, na Namíbia em 2014.
Fonte: Própria (2014)

A foto 1 mostra a visita efectuada a uma comunidade na Namíbia, com os responsáveis das comunidades, representantes do Ministério do Turismo e

Ambiente da Namíbia, ONG da Namíbia e ONG Cadir de Angola em Junho de 2014, aquando do lançamento do Programa dos Fogos Transfronteiriços.

O abate clandestino dos animais para fins lucrativos, quer por nacionais, quer por estrangeiros, é algo que é vivido nestas áreas de conservação, o que obriga aos Estados Membros à necessidade de actuação concertada e à procura de mecanismos que reduzam a acção nefasta dos traficantes de dentes de elefantes, de búfalos e outros animais. Esta imagem (foto 3) fala por si, mostrando o abate de um elefante.



Foto 3: Visita a Comunidade da Namíbia (Abate de Elefantes), 2014.
Fonte: Própria (2014)



Foto 4: Visita a uma Comunidade da Zâmbia, 2014.
Fonte: Própria (2014)

A foto 4 mostra o trabalho que está a ser desenvolvido numa das comunidades na área do ATFC KAZA, na Zâmbia, direccionado à agricultura de sobrevivência.

A Rainha dos povos Sambios, assim como o seu grupo cultural representam a componente cultural de Angola no âmbito da ATFC KAZA (foto 5).



Foto 5: Visita à Rainha e a Comunidade dos povos Sambios de Calai.
Fonte: Própria (2011)

1.4. OBJECTIVOS DA INVESTIGAÇÃO

Quanto aos objectivos, a presente investigação tem como finalidade principal analisar o papel do turismo nas áreas transfronteiriças para o desenvolvimento local e das comunidades, para a promoção e estabilização da paz regional e mundial. Através da revisão bibliográfica, do trabalho de campo e de acordo com as questões de partida, definimos os seguintes objectivos gerais de estudo:

- 1- Investigar o quadro de documentos orientadores e de instrumentos operacionais em vigor nas Áreas Transfronteiriças de Conservação que enfatizam a proteção do património cultural, das comunidades, da conservação da biodiversidade e a gestão conjunta do território da ATFC KAZA.
- 2- Analisar se a cooperação dos países na gestão conjunta das Áreas Transfronteiriças de Conservação e fundamentalmente no desenvolvimento sustentável do turismo, contribui para a inclusão das comunidades e se corresponde a um incentivo para promoção da paz regional.

- 3- Verificar se o desenvolvimento Sustentável do Turismo é fundamental para o desenvolvimento socio-económico da região e, em particular, para o alívio da pobreza, melhoria das condições socioeconómicas das comunidades que vivem no interior da ATFC KAZA e nas suas zonas contíguas e se permite o engajamento das Comunidades e todos os stakeholders, nomeadamente as instituições dos Estados Membros, o Sector Privado, Organizações Não Governamentais, Líderes Tradicionais.

Com o objectivo de dar resposta a questão de partida e atingir os objetivos gerais, definiram-se os seguintes **objetivos específicos**:

- 1- Avaliar em que medida o desenvolvimento do Turismo Sustentável na ATFC KAZA beneficia o desenvolvimento das comunidades e protecção da biodiversidade e da geodiversidade.
- 2- Analisar se o desenvolvimento sustentável do turismo nas Áreas Transfronteiriças de Conservação contribui para a inclusão das comunidades.
- 3- Identificar quais as tipologias do turismo a ser desenvolvidos na ATFC KAZA.
- 4- Verificar se o desenvolvimento das Áreas Transfronteiriças de Conservação acentua as assimetrias e a desterritorialização das comunidades rurais, consequentemente da desigualdade e insegurança.
- 5- Avaliar se o turismo é uma alternativa viável para o desenvolvimento do território e para a promoção da paz na área em estudo.
- 6- Avaliar se o desenvolvimento do ATFC KAZA responde aos pilares do desenvolvimento sustentável e aos objectivos do Milénio.

1.5. HIPÓTESES DO TRABALHO

Considerando os objectivos do trabalho e as perguntas científicas colocadas, eis as hipóteses que serão submetidas a verificação, a fim de serem confirmadas ou infirmadas. Para Tuckman (2000) uma hipótese, ou seja, uma sugestão de resposta para um problema, deve apresentar as seguintes características:

estabelecer uma conjectura sobre a relação entre duas ou mais variáveis; ser formulada claramente e sem ambiguidade, em forma de frase declarativa; ser testável, isto é, ser passível de reformulação, em forma operacional, de modo a poder ser avaliada a partir dos dados. Realça mesmo que uma hipótese é uma expectativa sobre acontecimentos, baseada nas generalizações de uma relação que se assume como tal, entre determinadas variáveis.

Hipóteses Gerais

- 1- O desenvolvimento sustentável do turismo nas Áreas Transfronteiriças de Conservação contribui para a inclusão das comunidades e para a paz regional e mundial.
- 2- O quadro de documentos orientadores e os instrumentos operacionais em vigor nas Áreas Transfronteiriças de Conservação enfatizam a protecção do património cultural das comunidades, da conservação da biodiversidade e a gestão comum do território da ATFC KAZA.

Hipóteses Específicas

- 1- A cooperação dos Países na gestão das áreas transfronteiriças, fundamentalmente no desenvolvimento das actividades turísticas conjunta, constitui um incentivo e um contributo para a paz regional e mundial.
- 2- O desenvolvimento Sustentável do Turismo é fundamental para o desenvolvimento socio-económico da região e, em particular, para o alívio da pobreza e melhoria das condições socioeconómicas e a inclusão das comunidades da ATFC KAZA e nas suas zonas contíguas
- 3- O engajamento das comunidades e de todos os Stakeholders permitirá o desenvolvimento sustentável do turismo numa região com dificuldades para a sua implementação.
- 4- O desenvolvimento sustentável do turismo na área do ATFC KAZA fomenta a colaboração e a cooperação transnacionais entre os Estados

- Membros na implementação da salvaguarda dos ecossistemas e na gestão de recursos culturais mediante a criação e desenvolvimento da Área Transfronteiriça de Conservação (ATFC);
- 5- O quadro de documentos orientadores, de instrumentos operacionais em vigor nas Áreas Transfronteiriças de Conservação, enfatiza a proteção do património cultural, protecção das comunidades, da conservação da biodiversidade e a gestão comum do território da ATFC KAZA.
 - 6- O turismo é a uma alternativa viável para o desenvolvimento do território na área em estudo.
 - 7- A ATFC KAZA responde aos pilares do desenvolvimento sustentável e aos objectivos do Milénio.

1.6. ESTRUTURA DA TESE

De modo a atingirmos os objetivos propostos, este trabalho de investigação está dividido em duas partes; foi estruturado em oito capítulos. A primeira corresponde essencialmente à fase exploratória da investigação, composta pelo estado da arte nas áreas de investigação, perfazendo a parte predominantemente teórica do estudo. Nesta fase pretende-se proceder à avaliação e análise crítica das teorias abordadas e lançar os pressupostos para a rutura que se pretende vir a desenvolver e confirmar posteriormente. A segunda parte do trabalho refere-se ao estudo empírico, contextualizando e justificando o estudo realizado, bem como realizando o tratamento e análise dos resultados.

O primeiro capítulo é constituído pela introdução, na qual se estabelece o enquadramento, seguindo-se a importância do tema e a questão de partida, motivação para o trabalho, objectivos da investigação, terminando com as hipóteses de trabalho. No segundo capítulo é apresentada a metodologia de investigação que irá permitir compreender os processos de investigação desenvolvidos para atingir os resultados esperados no mencionado processo.

No terceiro capítulo será abordado o estado da arte com o objetivo de fazer o enquadramento do projeto de investigação em termos do quadro teórico-conceptual e justificar as perguntas de investigação e contextualização. Assim, é feita uma revisão crítica da literatura sobre as principais áreas de investigação da tese: Turismo e seus diferentes segmentos, a sua evolução, importância do desenvolvimento sustentável do turismo, receitas do turismo internacional, turismo como promotor da redução da pobreza e da paz entre os povos, redução da pobreza através das Áreas Transfronteiriças de Conservação, Turismo e Paz e ainda Cooperação Transfronteiriça.

No quarto capítulo é feita a caracterização sociodemográfica e física de Angola e da ATFC – Componente Angolana, seguindo-se a caracterização das Áreas Transfronteiriças de Conservação (ATFC) da SADC e da ATFC KAZA no quinto capítulo.

O sexto capítulo apresenta o desenvolvimento do turismo na SADC, ATFC KAZA e Angola.

No sétimo capítulo são apresentados, analisados e discutidos os dados obtidos pela aplicação dos questionários. Considerando estes resultados e a discussão em torno dos diversos temas analisados na primeira parte da tese, no oitavo capítulo expõe-se as principais conclusões e propostas que resultaram deste trabalho, não deixando de explorar as principais limitações que fomos encontrando ao longo de todo o percurso de investigação e de indicar eventuais caminhos a seguir em investigações futuras sobre esta temática.

CAPÍTULO II

METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

“A arte de interrogar não é tão fácil como se pensa. É mais uma arte de mestres do que de discípulos; é preciso ter aprendido muitas coisas para saber perguntar o que não se sabe.”

Jean Jacques Rousseau

CAPÍTULO II: METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Toda a investigação é construída a partir de um conjunto de passos estruturados que tem por objectivo apresentar o processo de desenvolvimento levado a cabo durante a investigação do trabalho.

A apresentação da metodologia irá permitir compreender os processos de investigação desenvolvidos para atingir os resultados esperados no mencionado processo. Ocupa-se dos componentes objectivos da ciência, já que constitui, de certa forma, a “filosofia” do processo de investigação, juntamente com os supostos valores que servem como base do procedimento para que o investigador possa interpretar os dados e alcançar determinadas conclusões (Hernández Pina, 1999, p. 6,7). Será a própria concepção da realidade que nos vai situar na perspectiva qualitativa, quantitativa ou crítica, para estabelecer os diferentes elementos metodológicos e organizativos, elegendo aqueles que melhor se adequem à natureza da investigação e, mais concretamente, às finalidades que orientam toda a actividade investigadora.

Para abordar o campo de estudo pretendido é preciso escolher um “caminho” que nos aproxime, através de um procedimento científico, ao conhecimento da realidade levantada. Neste caso, e dada a natureza dos instrumentos utilizados - questionário, entrevista e grupos de discussão - levaremos a cabo uma análise quantitativa e qualitativa que permita identificar e valorizar os dados obtidos, a partir dos quais se poderá conhecer a situação real do problema levantado.

Segundo Giddens (2000), *“todos os métodos de investigação (...) têm as suas vantagens e limitações. Por isso, é vulgar combinar vários métodos num único processo de investigação, usando cada um deles para complementar e testar os outros”*.

Segundo a OMT (2001), citada por Marques (2013), a investigação em turismo consiste na formulação de perguntas, na recolha sistemática de informação para

responder a essas perguntas, e na organização de dados com vista a obter padrões de comportamento, relações e tendências que permitam a compreensão do sistema e a tomada de decisões. Marques (2013) enfatiza que o processo de investigação envolve um conjunto de métodos empírico-experimentais, procedimentos, técnicas e estratégias para se obter um conhecimento científico, técnico e prático dos factos e realidades do sector turístico.

Quadro 1: Etapas do procedimento de investigação de acordo com a OMT

ETAPA 1. PLANEAMENTO E JUSTIFICAÇÃO DO PROBLEMA

- Reconhecimento dos factos e ideias da investigação
- Identificação e formulação do problema
- Definição de objetivos
- Construção de hipóteses
- Estratégias de investigação
- Planificação dos tempos de execução
- Natureza dos resultados que se pretende obter
- Custo da investigação
- Habilidades e experiência dos investigadores

ETAPA 2. CONSTRUÇÃO DO MODELO TEÓRICO

- Revisão da literatura
- Levantamento de hipóteses
- Definição de variáveis
- Seleção do processo de investigação

ETAPA 3. DETERMINAÇÃO DA POPULAÇÃO OBJECTO DO ESTUDO E DA AMOSTRA CORRESPONDENTE

- Seleção e desenho da amostra
- Processo de amostragem
- Tamanho da amostra
- Elaboração de questionários

ETAPA 4. CODIFICAÇÃO E OBTENÇÃO DOS DADOS

- Elaboração de instrumentos de análise
- Obtenção das estatísticas descritivas
- Análise dos dados

ETAPA 5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

- Elaboração e apresentação dos resultados

ETAPA 6. APLICAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO PARA OS FINS PROPOSTOS

ETAPA 7. CONCLUSÃO DO ESTUDO

Fonte: Adaptado de OMT, 2001 (citado por Marques, 2013)

2.1 PROCEDIMENTOS: TÉCNICAS QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS

O trabalho enquadra-se numa metodologia descritiva ou eclética, tendo em conta que utilizaremos uma metodologia mista, instrumentos do tipo quantitativo e qualitativo, respectivamente: questionários, entrevistas, observação e pesquisa documental. Será também realizado trabalho de campo no sentido de validar as diferentes metodologias utilizadas.

A abordagem eclética ou mista assenta na complementaridade entre as abordagens quantitativa e qualitativa e surge como um caminho para alcançar uma maior e mais profunda compreensão dos fenómenos em estudo (Brito, 2012, p. 83). A autora defende que a investigação aplicada tem motivado os estudiosos, fundamentalmente no campo do turismo, a reconsiderarem o recurso a uma ampla variedade de estratégias de investigação, complementando as ferramentas estatísticas com as técnicas qualitativas.

Para a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2001), o processo de investigação em turismo configura-se por meio do “conjunto de métodos empírico-experimentais, procedimentos, técnicas e estratégias para obter um conhecimento científico, técnico e prático dos factos e realidade turísticas” (p. 5), portanto contempla os métodos qualitativos e quantitativos

Segundo Fortin (1999, p. 22), o método de investigação quantitativo é um processo sistemático de colheita de dados observáveis e quantificáveis. É baseado na observação de factos objectivos, de acontecimentos e fenómenos, reflecte um processo complexo que conduz a resultados que devem conter o menor enviesamento possível, tendo por finalidade contribuir para o desenvolvimento e validação dos conhecimentos e para predicção e controlo dos acontecimentos. O objectivo da utilização do método quantitativo é a generalização dos resultados a uma determinada população em estudo a partir da amostra, o estabelecimento de relações causa-efeito e previsão de fenómenos, outrossim, encontrar relações entre variáveis, fazer descrições recorrendo ao tratamento estatístico de dados recolhidos e testar teorias, de acordo com Carmo & Ferreira (1998, p.178).

Mostra-nos Brito (2012) que embora a investigação em turismo tenda a buscar a exactidão e o rigor metodológico generalizada na quantificação, a complexidade do fenómeno turístico ultrapassa a simples interacção quantificável entre as populações hospedeiras, os turistas e o ambiente, exigindo por conseguinte o recurso a análises qualitativas que avaliem os impactos do seu desenvolvimento.

No tocante ao método qualitativo, Fortin (1999) enfatiza que este método é utilizado para o desenvolvimento do conhecimento e procura a compreensão absoluta e ampla do fenómeno em estudo. Observa, descreve, interpreta e aprecia o meio e o fenómeno com o objectivo de buscar o melhor entendimento. Defendem os autores que o método qualitativo tem a característica de ser indutivo, holístico e naturalista, tendo em conta a preocupação de compreensão dos fenómenos, de abrangência do estudo e de interacção com os sujeitos ou situações de estudo.

Em virtude do nosso trabalho ter uma base multiterritorial e multidimensional, necessita de conjugar diversos métodos de investigação para atingir os objectivos definidos.

No decorrer da nossa investigação, contaremos com a contribuição de um conjunto de actores que, pela natureza e âmbito do estudo, tornam-se parte interessada dos resultados e das conclusões e recomendações da pesquisa.

Enfatizam diversos autores que, seja qual for a técnica utilizada, uma amostragem deve obedecer aos seguintes passos:

- 1- Definição da população;
- 2- Determinação da dimensão ou grandeza da amostra necessária;
- 3- Selecção da amostra.

Para levar a cabo esta técnica de investigação, consideramos uma série de critérios que podem ser significativos e proporcionais no nosso trabalho (idade, sexo, residência, nível socioeconómico e cultural, etc.).

2.2. FASES METODOLÓGICAS

Apresentamos as fases metodológicas que conduzirão à concretização dos objectivos preconizados: assim, a observação constitui elemento fundamental para a investigação e apresenta como principal vantagem, em relação a outras técnicas, a de que os factos são percebidos directamente, sem qualquer intermediação, reduzindo a subjectividade que permeia todo o processo de investigação (Gil, 2006, p. 66). A observação, na qual o investigador participa e pretende estudar o fenómeno em maior profundidade, fez-nos sentir a necessidade de trabalhar este tema. É utilizada durante os nossos trabalhos de apoio à população, tentando perceber as questões relacionadas com o território, o fenómeno turístico, o conflito homem/animal e a protecção da biodiversidade. A sua importância é capital para o trabalho e, sobretudo, para a compreensão da natureza do mesmo.

Ao efectuarmos uma investigação para abordar as Áreas Transfronteiriças de Conservação, o turismo, as comunidades, as inúmeras dimensões-alvo de estudos permanentes de vários autores, parece-nos que a pesquisa documental é adequada, pelo que temos que recorrer às bases para desenvolver um estudo teórico, consentâneo com os objectivos que pretendemos alcançar. A Pesquisa Documental, segundo Gil (2006), “assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. A pesquisa bibliográfica utiliza fundamentalmente as contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto. A pesquisa documental consiste na exploração das fontes documentais, que são em grande número e que não receberam nenhum tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contractos, diários, filmes, fotografias, gravações, etc.” Por outro lado, utiliza também outros documentos que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas, etc.

Utilizaremos como base alguns documentos estratégicos como a Convenção Africana sobre a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais - ACNNR (1968), o Programa o Homem e a Biosfera da UNESCO (1971); a Convenção de Ramsar sobre a Conservação de Zonas Húmidas (1971); a Convenção para a

Protecção do Património Mundial (1972); a Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (1973), documentos estratégicos da SADC, Tratados das Áreas Transfronteiriças de Conservação, o Plano Estratégico do Turismo de Angola, o Plano Director de Desenvolvimento Integrado da ATFC KAZA (Plano Master), o Plano de Desenvolvimento do ATFC KAZA componente Angola, o Plano Estratégico do Turismo do ATFC KAZA/Angola, decretos e outros documentos do Arquivo Histórico Nacional de Angola e da Biblioteca Nacional, documentação digital sobre conceitos, leis, normas ou procedimentos internacionais em sites identificados.

Relativamente à abordagem quantitativa, obteremos informação através da elaboração de um questionário. Colas & Buendia (2001, pp. 123-124) define o questionário como uma técnica de recolha de dados de maior utilidade para a investigação. Considerado como um instrumento de carácter quantitativo, oferece de forma rápida e geral uma visão global do problema em análise obtida através de dados numéricos e permite conhecer o que fazem, opinam e pensam os questionados através das perguntas realizadas por escrito para o efeito e que inclusive podem ser respondidas sem a presença do questionador.

No tocante à abordagem qualitativa, utilizaremos a entrevista, que segundo Morgan (1988) “é uma conversa intencional geralmente entre duas pessoas, embora por vezes possa envolver mais, dirigida por uma das pessoas, com o objectivo de obter informações sobre a outra.” O enfoque através do qual esta técnica pode ser levada a cabo por parte do investigador, enquadra-se numa abordagem não directa, já que obtemos a informação de uma forma natural e espontânea, situando o sujeito em sua sequência temporal e pessoal, no qual ele mesmo vai narrando suas vivências, experiências e demais aspectos relativos à sua vida profissional.

A pesquisa qualitativa em turismo é considerada pela Organização Mundial de Turismo (OMT, 2001) como uma forma sistemática passível de interpretar a realidade e compreender o fenómeno turístico, além de ser uma “estratégia usada para responder a questões sobre os grupos, comunidades e interacções humanas, e tem uma finalidade descritiva dos fenómenos de interesse ou

previsão dos fenómenos turísticos, ou dos comportamentos humanos e a sua relação com o turismo” (OMT, 2011, p.12)

Conceitualmente, “a pesquisa qualitativa centra-se na análise de factos e fenómenos observáveis e na medição/avaliação de variáveis comportamentais e/ou sócio-afectivas, passíveis de serem medidas, comparadas e/ou relacionadas no decurso do processo da investigação empírica” (Coutinho, 2011, p. 24).

Devido à importância das duas técnicas, a quantitativa e a qualitativa, para o nosso trabalho, apresentamos os quadros 2 e 3, que nos permitem ter uma ideia comparativa das mesmas.

Quadro 2: Tipo de abordagens metodológicas segundo Jennings, Fortin e Minayo & Sanches.

ABORDAGEM QUANTITATIVA	ABORDAGEM QUALITATIVA
Utiliza-se do campo de práticas com a finalidade de trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis. Deve ser utilizada para abarcar, do ponto de vista social, grandes aglomerados de dados, de conjuntos demográficos, por exemplo, classificando-os e tornando-os inteligíveis através de variáveis.	Procura-se aprofundar a complexidade de fenómenos, factos e processos particulares e específicos de grupos mais ou menos delimitados em extensão e capazes de serem abrangidos intensamente.
Trabalha-se com uma amostra representativa da população e determina o tamanho da amostra antes da colheita de dados.	Trabalha-se com pessoas que viveram o fenómeno que é objecto de estudo.
Os instrumentos de colheita de dados são definidos e aplicados aos participantes.	Toda a informação pertinente é recolhida junto dos participantes até à saturação dos dados. A colheita é feita por meio de entrevistas e observação participante.
O tratamento dos dados fornece valores numéricos, que permitem ao investigador confirmar ou não a hipótese.	O tratamento dos dados fornece dados qualitativos que permite resumir, sob a forma de narrativa, a informação colhida junto dos participantes.
O desenho da pesquisa é estruturado, sistematizado e replicável.	O desenho da pesquisa é não estruturado.
Foca-se em variáveis.	Foca-se em temas.
Análise estatística.	Análise baseada em temas e motivos.

Fonte: Jennings, 2011, p.130; Fortin, 2009, p.28; Minayo & Sanches, 1993, p. 247.

Quadro 3: Tipo de abordagens metodológicas, segundo Armand Colin.

QUANTITATIVA	QUALITATIVA
Abordagem das ciências naturais	Abordagem da etnologia e da comunicação
A preocupação é a objectividade	Essa preocupação é secundária
Lógica da verificação	Lógica da descoberta
O contexto é colocado	O contexto é apreendido
O controlo a priori das variáveis	O controlo a posteriori das variáveis
Procedimentos codificados e fixados	Procedimentos variáveis

Fonte: Adaptada de Dictionnaire des méthodes qualitatives en sciences humaines et sociales, segundo Armand Colin (1996), citado por Cazalma (2014).

2.3. PLANIFICAÇÃO DA METODOLOGIA E RECOLHA DE DADOS

Latorre, del Rincón y Amal (2003, p. 51) estabelecem uma série de etapas no processo de investigação que consideramos oportunas e adequadas para serem enquadradas neste trabalho:

- a) Planificação da investigação, elaborando o projecto correspondente e o desenho do fio condutor de forma sequenciada;
- b) Realização da investigação, na qual são consideradas a acção de recolha e análise de dados, mediante os instrumentos adequados e definidos que possibilitem a informação precisa e adequada;
- c) Comunicação das conclusões extraídas e plasmadas na redação de um informe.

Assim, os nossos procedimentos serão os seguintes:

- a) Pesquisa bibliográfica e análise documental das publicações em livros e revistas, teses e documentos estratégicos diversos, alguns a serem consultados através da Internet;
- b) Inquéritos por questionário às entidades governamentais dos cinco países, às comunidades, empresários, ONGs, entidades das comunidades tradicionais e turistas;
- c) Entrevistas aos diferentes stakeholders;
- d) Observação/Visitas de campo;

- e) Análise de instrumentos de gestão, nomeadamente o Plano Master Regional, o Plano de desenvolvimento integrado de Angola, o Plano Estratégico do Turismo de Angola e documentos estratégicos da SADC.

Delimitamos a nossa investigação, de uma forma mais aberta, à área da KAZA.

2.4. SELECÇÃO DA AMOSTRA

Segundo Hill & Hill (2012, p. 41) “qualquer investigação empírica pressupõe uma recolha de dados. Os dados são informação, na forma de observações ou medidas, dos valores de uma ou mais variáveis normalmente fornecidos por um conjunto de entidades. Em ciências sociais, é vulgar designarmos estas entidades por “casos” da investigação, podendo tratar-se de pessoas singulares, famílias, empresas, unidades territoriais ou qualquer outro tipo de entidade para a qual o investigador pretenda retirar conclusões a partir da informação fornecida. Ao conjunto total dos casos dá-se o nome de população ou universo”. Para Sousa (2005, p. 45), o termo população “designa geralmente o total de habitantes de determinado lugar”. Entendemos por população ou universo, um conjunto de fenómenos estudados ou a serem estudados, tais como objectos, acontecimentos ou pessoas que apresentam uma ou mais características comuns. Amostra é um subconjunto de uma população ou universo. Esta deve ser obtida de uma população específica.

Utilizaremos a amostragem probabilística e o tipo de amostragem será a estratificada. O objectivo da utilização da amostra estratificada é generalizar à totalidade da população os resultados obtidos com o estudo da amostra, pelo que esta deve ser representativa da população, composta, neste caso, por instituições dos Estados Membros, o Sector Privado, Organizações Não Governamentais, Líderes Tradicionais e Comunidades.

De acordo com Sousa (2005, p. 68), a técnica de amostragem estratificada “envolve a divisão da população em grupos homogéneos, contendo cada grupo características semelhantes, construindo-se a amostra com a mesma estratificação e sorteando os sujeitos de cada grupo com a mesma taxa

percentual que tem na população”. Para Hill & Hill (2012, p. 47) “este método é útil quando o Universo é grande e o investigador pretenda obter uma amostra representativa”. Assim, a justificação da utilização desta amostragem resulta do facto do universo alvo na área da ATFC KAZA ser muito grande (2.677.000 habitantes). De acordo com o Quadro Auxiliar para determinação dos tamanhos das amostras, quando a dimensão da população é maior que 100.000, e segundo a margem de erro que se pretende trabalhar a menor possível (<5%) indica um número de sujeitos amostrais entre os 100 aos 400 a serem investigadas nos cinco países da ATFC KAZA de forma aleatória, sendo que será na componente Angolana onde se fará a aplicação da grande maioria.

Pelo cálculo efectuado, deveríamos utilizar uma amostra de 385 inquiridos, mas tendo em conta, por um lado a importância da problemática, e por outro lado, a dificuldade de inquirir as pessoas no terreno, propomo-nos realizar 340 inquéritos à Comunidade da ATFC KAZA dos cinco Países, 31 inquéritos aos Pontos Focais da SADC e 37 entrevistas aos responsáveis da ATFC KAZA, do género masculino e feminino, totalizando assim 408 elementos amostrais, conforme a distribuição apresentada abaixo.

2.5. DISTRIBUIÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS E ENTREVISTAS A REALIZAR

Quadro 4: Número de questionários à comunidade e técnicos e responsáveis da KAZA

QUESTIONÁRIO	QUANTIDADE	
	Respostas	
	N	%
Angola	100	29,6
Botswana	60	17,6
Zâmbia	60	17,6
Zimbabwe	60	17,6
Namíbia	60	17,6
TOTAL	340	100,0

Quadro 5: Número de questionários aos Pontos Focais da SADC⁴

QUESTIONÁRIO	QUANTIDADE	
	Respostas	
	N	%
Moçambique	3	9,7
RSA	10	32,2
Zâmbia	2	6,5
USA	1	3,2
Suíça	1	3,2
Malawi	2	6,5
Lesotho	1	3,2
Botswana	2	6,5
Tanzânia	1	3,2
Namíbia	2	6,5
Kenya	1	3,2
Zimbabwe	2	6,5
Angola	3	9,6
TOTAL	31	100,0

Quadro 6: Número de Entrevistas

ENTREVISTA	QUANTIDADE
Ministros	1
Deputado Assembleia Nacional	1
Secretários de Estado	6
Comissario da Policia	4
Assistente C. C. Pres. República	1
EX- Directores KAZA /Angola	2
Directores Nacionais	9
Director Nacional KAZA Zâmbia	1
Administradores de Empresas	2
Oficial Sénior da KAZA Zimbabwe	1
Oficial Sénior KAZA Botswana	1
Oficial Sénior KAZA Namíbia	1
Oficiais Secretariado Reg. KAZA	2
Director Executivo Secret. KAZA	1
Oficiais de Parques	2
Jurista	1
Jornalista	1
TOTAL	37

⁴ Pontos Focais da SADC são os técnicos e responsáveis dos países membros que tratam do desenvolvimento das ATFC da SADC.

2.6. INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS

A recolha de dados é muito importante e deve-se ter em conta que a informação pretendida está de acordo com os objectivos que se pretende atingir.

Como instrumentos de recolha de informação, utilizamos:

- a) Questionário para a comunidade, técnicos e responsáveis da ATFC KAZA, composto pela caracterização pessoal (idade, género, grau de escolaridade, profissão e estado civil) e por 21 questões de reflexão pessoal sobre as Áreas Transfronteiriças de Conservação e o turismo, das quais em 18 se solicitou que formulassem a sua opinião através de uma escala de concordância, de tipo Likert, de 5 pontos (1 – nada a 5 – muitíssimo).
- b) Questionário para os Pontos Focais da ATFC SADC, composto pela caracterização pessoal (idade, género, grau de escolaridade, profissão e estado civil) e por 21 questões de reflexão pessoal sobre as áreas Transfronteiriças de Conservação e o turismo, das quais em 18 se solicitou que formulassem a sua opinião através de uma escala de concordância, de tipo Likert, de 5 pontos (1 – nada a 5 – muitíssimo).
- c) Entrevistas com Dirigentes e Responsáveis Institucionais.

Foi obtido, para todos os questionários e entrevistas, o consentimento informado para participar, com garantia de confidencialidade e anonimato das respostas dadas (anexos 1, 2 e 3).

2.7. DESENHO DA INVESTIGAÇÃO

Relativamente ao desenho de investigação, a observação, alicerçada nos trabalhos de apoio à população, permite compreender a relevância e necessidade do tema de investigação.

A revisão da literatura é um processo contínuo ao longo do trabalho que consiste num levantamento exaustivo de conhecimento científico na área em estudo, por meio de pesquisa bibliográfica e análise documental, nas quais incluímos livros, revistas, teses e documentos estratégicos diversos, nomeadamente de gestão, Programas, Tratados e Convenções. É o ponto de partida para a definição, organização e interpretação dos conceitos inerentes à investigação, assim como do tema, território, variáveis e hipóteses. Simultaneamente, contribui para a criação do esboço teórico do processo de investigação que se destaca como o mais adequado. À medida que a investigação evolui sob o ponto de vista teórico, é necessário rever sucessivamente as informações necessárias, usando, por sua vez, a pesquisa bibliográfica e análise documental como pontos de sustentação para firmar novos passos no trabalho.

No que concerne à metodologia, tendo em conta a base multiterritorial e multidimensional do trabalho, utilizaremos, como foi já referido, uma metodologia mista, com instrumentos do tipo quantitativo e qualitativo, de modo a conhecer a situação real do problema levantado.

Utilizaremos uma amostragem probabilística estratificada, composta por instituições dos Estados Membros, o Sector Privado, Organizações Não Governamentais, Líderes Tradicionais e Comunidades.

Após constituição do pré-teste, segue-se o ajustamento no instrumento de colheita, adequando às necessidades e características objectivadas no terreno. A pesquisa é um processo essencial que se mantém nesta fase, que permitirá a aplicação dos instrumentos de colheita. Após transcrição, medição e tabulação, estão reunidas as condições para a análise qualitativa (de conteúdo) e quantitativa (descritiva). Só uma análise cuidada e bem desenvolvida nos poderá apontar para conclusões que respondam aos objectivos propostos.

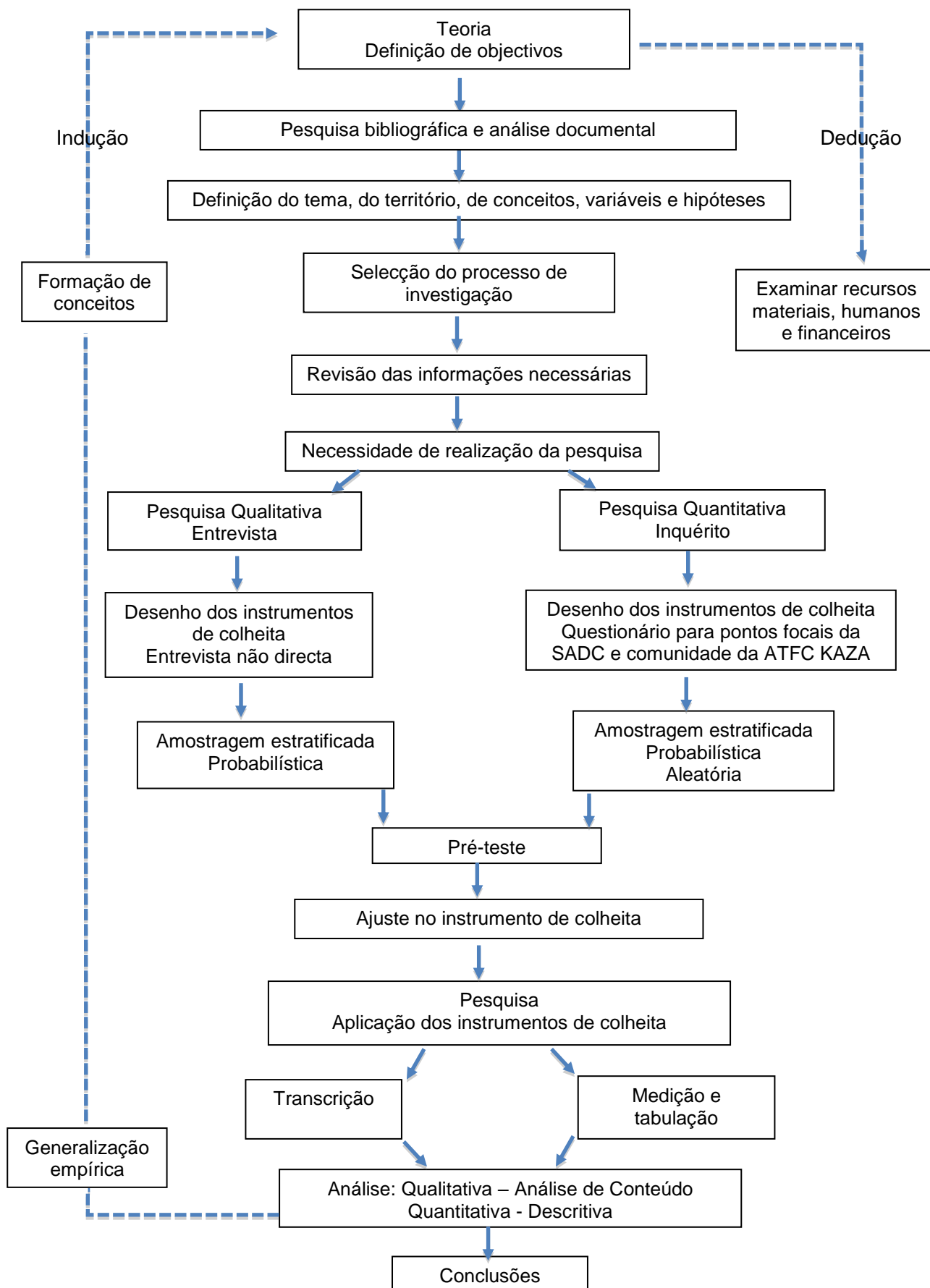


Figura 4: Desenho de Investigação.
 Fonte: adaptado de Sancho et al. (1998) citado por OMT (2001)

CAPÍTULO III

O ESTADO DA ARTE

Não tenha medo de dar uma chance à paz, de ensinar a paz, de viver a paz ... a paz será a última palavra da história.

Papa João Paulo II

Não há caminho para a paz, o caminho é a paz.

Mahatma Gandhi

CAPÍTULO III: O ESTADO DA ARTE

Este capítulo tem como objetivo fazer o enquadramento do projeto de investigação em termos do quadro teórico-conceitual e justificar as perguntas de investigação e contextualização.

As Áreas Transfronteiriças de Conservação correspondem a uma vasta zona de interesse ecológico que se estende por dois ou mais países, integrando nela diversas áreas protegidas. O desenvolvimento sustentável representa um novo direcionamento do turismo e, conseqüentemente, um grande desafio para os responsáveis pela preservação ambiental e pelo turismo nos países detentores de recursos naturais e integrados nesta abordagem transfronteiriça.

O turismo é apelidado, desde os meados do séc. XX, como uma actividade que promove e gera grandes desenvolvimentos sociais e económicos à escala mundial. Promove a troca de conhecimentos culturais à escala planetária, tem a capacidade de transformar territórios em palcos de lazer e recreação, à semelhança das áreas transfronteiriças. O turismo também despertou a comunidade científica, como objecto de investigação devido à sua multidisciplinaridade. Dado permitir uma interacção humana de grande envergadura, promove os destinos, incentivando a melhoria dos serviços. Tem a capacidade de redução da pobreza pelo aumento do número de empregos e da inclusão das comunidades locais, e, conseqüentemente promove o bem-estar e a paz.

Ban Ki-moon (2011) ressalta na sua mensagem, aquando das festividades do dia mundial do turismo de 2011, que “em momento de profunda incerteza económica global, a capacidade do turismo em gerar oportunidades sócio económicas e ajudar a reduzir o fosso entre os ricos e pobres, é mais importante do que nunca”. Enfatizou também, na mesma ocasião, Migiro (2011) que “não há dúvidas de que o turismo responsável tem uma tremenda capacidade para ajudar a alcançar as metas do desenvolvimento do milénio.” Daí a grande dificuldade de conceituar este fenómeno com diversos braços, mãos e cabeças,

obrigando o ser humano a pensar nos outros, na natureza e a executar o bem fazer.

Por outro lado, o turismo é um sector com grande capacidade de resiliência. Apesar dos muitos problemas que o planeta vive, nomeadamente as tensões geopolíticas, as catástrofes naturais provocadas pelo próprio Ser Humano, a crise dos refugiados e a desigualdade na recuperação económica global, no ano de 2014, o turismo internacional atingiu um recorde histórico. Registaram-se 1.133 milhões de turistas, com um crescimento anual a nível global de 4,4%, que contribuiu com um total de 1,5 biliões de dólares em exportações globais, o que representou uma média de 4 milhões por dia. Hoje, o turismo representa cerca de 10% do PIB mundial, 6% das exportações totais e 1 em cada 11 postos de trabalho no mundo. Assim, a sustentabilidade deverá estar nas prioridades do desenvolvimento do turismo, pois é um grande desafio à circulação de milhões e milhões de pessoas, devido aos impactos que podem causar, tanto a nível ambiental e cultural, como a nível económico.

Se o turismo for organizado e gerido de forma ética e sustentável, pode constituir uma alavanca para o desenvolvimento das comunidades locais, a criação de sociedades mais estáveis bem como para a promoção e protecção da biodiversidade, da geodiversidade e dos recursos culturais.

Assim, tendo em conta a grande abrangência dos conceitos e dos segmentos do turismo, este trabalho seleccionou apenas aqueles que, neste momento do desenvolvimento das áreas transfronteiriças da SADC, do turismo em Angola e na ATFC KAZA, podem ter maior aplicabilidade.

3.1. TURISMO E SEUS DIFERENTES SEGMENTOS

3.1.1. Algumas definições do Turismo⁵

A complexidade da definição de turismo está bem espelhada no trabalho que tem sido feito pela OMT na procura de um conceito que pudesse definir o melhor possível o que é o turismo. Pakman (2014, p.8.) faz uma resenha dos conceitos de turismo da OMT que surgiram no período de 1938 a 2008: i) 1937/38 - turista internacional - “Toda pessoa que viaja, por um período de 24 horas ou mais, para um país diferente daquele de sua residência habitual”; ii) 1963 - turismo - actividade desenvolvida por uma pessoa que visita um país diferente daquele da sua residência habitual com fins distintos do exercício de uma ocupação remunerada e por um período de tempo de pelo menos 24 horas. (Conferência das Nações Unidas sobre o Turismo e as Viagens Internacionais, Roma, 1963); iii) 1991 - o turismo compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadia em lugares diferentes de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, tendo em vista o lazer, negócios ou outros motivos (OMT, 1999, p. 1; Conferência Internacional sobre Estatísticas de Viagens e Turismo, Ottawa, 1991); iv) 1999 - o turismo compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante as suas viagens e estadia em lugares diferentes de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, tendo em vista lazer, negócios ou outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado (ONU / OMT, 1999, p. 5); v) 2008 - o turismo é um fenómeno social, cultural e económico, que envolve o movimento de pessoas para lugares fora do seu local de residência habitual, (ONU / OMT / CCE / OCDE, 2008, p.1) e vi) 2008 - A nova definição - O turismo é um fenómeno social, cultural e económico, que

⁵ Tendo conhecimento das muitas definições do turismo (antropólogos, sociólogos, economistas, políticos, geógrafos, psicólogos, historiadores, entre outros), preocupamo-nos sobretudo com as que estão mais próximas do nosso tema de investigação. Assim, destacamos Santana Talavera (2009), Urry (2001), Herman Von Schullern (1910), Oscar de La Torre (1992), Pearce (2003) e Villamira (2001)

envolve o movimento de pessoas para lugares fora do seu local de residência habitual, geralmente por prazer.

Ao pesquisar sobre a definição de turismo, deparamo-nos com inúmeros conceitos para além dos da OMT. Tal deve-se à própria natureza ontológica do turismo. Assim sendo, constata-se que as mais variadas áreas de conhecimento se debruçam sobre este tema. Antropologia, sociologia, economia, política, geografia, psicologia, entre outras, contribuem para a produção de conhecimento no campo do turismo (figura 5). No seguimento desta constatação, apresentamos o significado de turismo para cada uma destas diferentes disciplinas do saber.

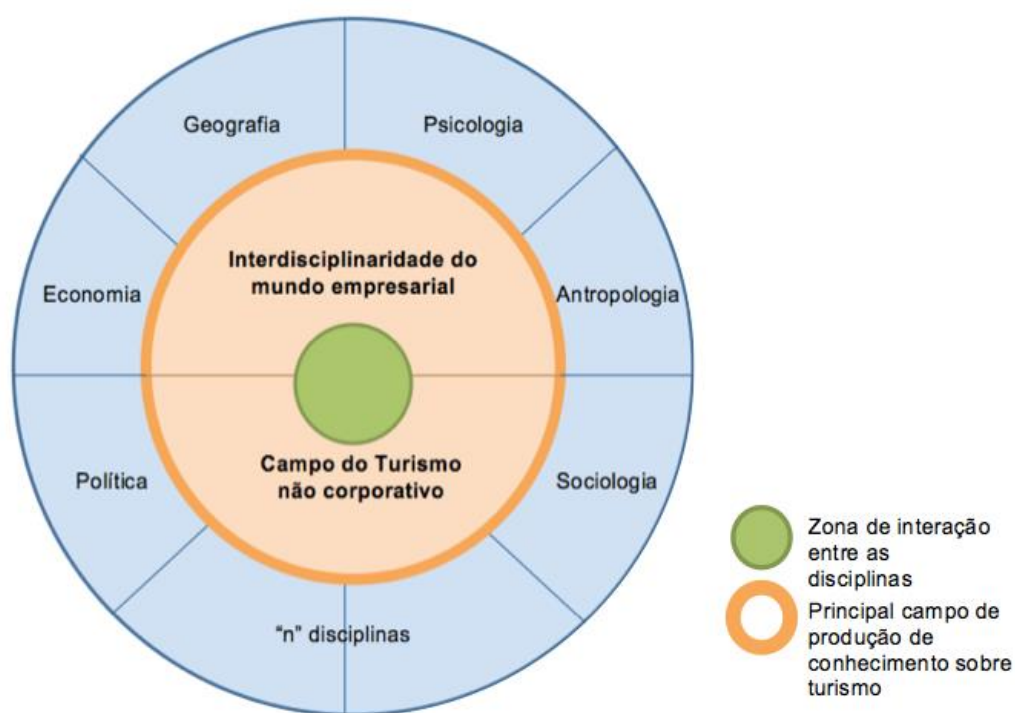


Figura 5: Esquema de produção de conhecimento no campo do turismo.
Fonte: Tribe (2004)

Na visão da antropologia, Santana Talavera (2003), citado por Rubio Gil (2003, pp. 103-125.) considera o turismo como um “consumidor de culturas” e o turista como depositário de uma pauta cultural que se torna itinerante. Nash (1981, pp.461-481.) acrescenta que “não leva muito tempo para perceber que o turismo é de facto um assunto legítimo para a investigação antropológica. Uma vez que envolve viagens, também envolve contato entre culturas ou subculturas”.

Para o sociólogo Urry (2001, p.17.) o turismo é uma actividade de lazer que pressupõe seu oposto, isto é, um trabalho regulamentado e organizado. Constitui uma manifestação de como o trabalho e o lazer são organizados enquanto esferas separadas e regulamentadas da prática social, nas sociedades “modernas”. Com efeito, agir como um turista é uma das características definidoras de ser “moderno”. Refere Urry que o olhar do turista varia de acordo com a sociedade, o grupo social e o período histórico, o que faz com que um determinado olhar do turista dependa daquilo com que ele contrasta. Salienta também que agentes de viagens, mensageiros e gerentes de hotel se transformam, de certa forma, nos pais do turista, aliviando-o das responsabilidades e protegendo-o da dura realidade. Diz-nos ainda que, a importância do turismo pode ser medida ao examinarmos o significado económico do turismo enquanto indústria.

Nesse sentido, procurando sobre a visão economista, Herman Von Schullern (1910), citado por (Beni, 2001, p.36.) esclarece-nos que “o turismo como a soma das operações, principalmente de natureza económica, que estão diretamente relacionadas com a entrada, permanência e deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região”.

Oscar de La Torre (1992, p.15.) como político, define turismo como “um fenómeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem de seu local de residência habitual para outro no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada”.

Já de um ponto de vista do geógrafo, Pearce (2002, p.325.) o turismo é uma extremidade de um amplo aspecto do lazer e acredita que a pesquisa geográfica pode trazer contribuições significativas para o planeamento, desenvolvimento e gerenciamento do turismo nas localidades, considerando o deslocamento das demandas turísticas um ponto relevante para o estudo do fenómeno. Rodrigues (1999, p.29.) acrescenta que sob a óptica geográfica, o turismo apresenta-se dinâmico e caracteriza-se por “estagnação de certos espaços turísticos; deterioração e transformações de tradicionais espaços turísticos; produção de

espaços totalmente artificiais e a produção de novos espaços-expressão da globalização”.

Villamira (2001) citada por (Simkova, 2013, p.318.) transparece a visão da psicologia dizendo que o turismo não se centra apenas em aspectos económicos, mas também em aspectos sociais, psicológicos e culturais. Para além disso, Viridi and Traini (1990), citados também por (Simkova, 2013, p.318), apontam que toda a ação do turista não só reflete os aspectos pessoais e sociais do lazer mas também a sua motivação. Para além disso, qualquer acção não é apenas um investimento económico, mas sim um investimento emocional pessoal (Simkova, 2013, p.318.).

Outros estudiosos da área do turismo como Robert McIntosh (1993) esclarecem-nos que “o turismo pode ser definido como a ciência, a arte e a atividade de atrair e transportar visitantes, alojá-los e cortesmente satisfazer suas necessidades e desejos”. Luiz Fernando Jiménez G. (apud Acerenza, 2002, p.31.) apresenta também a definição de turismo de Guyer (1905): “Turismo no sentido moderno da palavra, é um fenómeno dos tempos atuais, baseado na crescente necessidade de recuperação e mudança de ambiente, no conhecimento e na apreciação da beleza de cenários, no gozo do contato com a natureza e é, em particular, produto da crescente fusão das nações e países como resultado do desenvolvimento do comércio, da indústria e dos mercados e do aperfeiçoamento dos meios de transporte”.

Pires (2004, p.11.) define o turismo como a sensação mágica de viajar, de experimentar “algum lugar diferente do lar”, para lazer, conhecer novas culturas, novas terras, ver o não imaginado, sair do rotineiro, descobrir-se a si mesmo. Sair do dia-a-dia é reservar forças, é adquirir novas energias, é sentir que o mundo é grande, mas que as descobertas tecnológicas o fizeram pequeno. Para a mesma autora, a actividade turística não deve ser entendida somente como actividade económica, mas como prática social complexa e multifacetada, pois implica essencialmente a deslocação de pessoas e a relação dessas pessoas entre si, com a comunidade e com o lugar visitado. Neste sentido, pensando em todos os fluxos de serviços inerentes ao turismo (viagens, transportes,

hospedagem, gastronomia, publicidade, etc.), enfatiza que não podemos desconsiderar a dimensão das relações humanas, que constituem a actividade turística.

Segundo Barreto (2008, p. 9), Hermann von Schullern zu Schattenhofen escrevia que “turismo é o conceito que compreende todos os processos, especialmente os económicos, que se manifestam na chegada, permanência e na saída dos turistas de uma determinada cidade, país ou estado”.

Beni (1998, pp.38-153.) defende que o turismo corresponde a “um conjunto de recursos naturais e culturais que, em sua essência, constituem a matéria-prima da actividade turística porque, na realidade, são esses recursos que provocam a afluência de turistas. A esse conjunto agregam-se os serviços produzidos para dar consistência ao seu consumo, os quais compõem os elementos que integram a oferta no seu sentido amplo, numa estrutura de mercado”.

Para Julian Díaz, citado por Pires (2001) o turismo é uma alavanca para o desenvolvimento, pois é um acontecimento sociocultural gerador de importantes efeitos catalisadores, consequentes da crescente procura neste sector económico, levando não só a um desenvolvimento local, regional e nacional, mas também internacional.

Outras definições qualificadas como definições holísticas do turismo são citadas por Beni (1998, p. 38) nomeadamente a dos professores suíços Hunziker e Krapf, em 1942, segundo a qual “turismo é a soma dos fenómenos das relações resultantes da viagem e da permanência de não-residentes, na medida em que não leva à residência permanente e não está relacionada a nenhuma atividade remuneratória“. Esta definição reconhece que o turismo abarca vários aspectos, que se centraliza no principal, que é o turista, e Jafar Jafari, citado por Ignarra (1999, p.12.) considera o turismo como “o estudo do homem longe de seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre os ambientes físico, económico e sociocultural da área receptora.”

Para Beni (2003, p.36.), as diversas noções de turismo apresentam aspectos comuns e outros relativamente diferentes, das quais destaca os elementos

viagem, permanência fora do domicílio, temporalidade e objecto da viagem. O movimento ou viagem está intimamente conectado ao próprio sentido etimológico do termo “tour”: viagem em circuito; percurso de ida e volta, (tour em francês significa apenas “movimento circular)”, em linguagem figurada. Os ingleses, no começo do século XVIII, adoptaram os termos *tourism* e *tourist*, aplicados aos jovens de classes pobres que viajavam para o continente europeu na busca de novas paisagens, novos conhecimentos e novas relações, pelo que se deve aos ingleses o sentido actual do termo. Ressalta ainda que “sem viagem não há turismo”.

Para Beni, a permanência fora do domicílio está estritamente vinculada à viagem, enquanto elemento de permanência fora da própria residência, que é parte integrante do conceito de turismo. A duração dessa permanência é uma das variáveis principais na caracterização e classificação do fluxo. Assim, como a solicitação do equipamento receptivo no destino da viagem, o comportamento dos gastos dos turistas no local e outras variáveis auxiliares, constituem a base da compreensão estrutural do tráfego turístico.

Quanto ao objecto de turismo, para Beni, o elemento concreto traduz-se no equipamento receptivo e no fornecimento dos serviços para a satisfação das necessidades do turista, o que denomina Empresa de Turismo, sendo complexa e responsável pela produção, preparação e distribuição dos bens e serviços turísticos. Pode-se conceituar bem turístico, que se subdivide em bem subjectivo e objectivo. Os bens subjectivos ou imateriais, de difícil valoração como as belezas naturais, o ar puro, o mar e o clima, que hoje estão adquirindo altos valores económicos. Os bens objectivos podem ser:

1. Materiais, que são os monumentos, museus, galerias de arte, praias e outros;
2. Imóveis (terrenos, casas hotéis, museus galerias e outros) e móveis (produtos gastronómicos, artísticos e artesanais);
3. Duráveis ou perecíveis (artesanais ou produtos gastronómicos);

4. De consumo (bens que satisfazem directamente as necessidades dos turistas) e de capital (os que são utilizados para a produção de outros bens);
5. Básicos, complementares e interdependentes;
6. Naturais e artificiais.

Como se pode constatar pela diversidade das definições, o turismo é um fenómeno complexo. Quase todos os autores que conceituam o turismo excluem-no das viagens desenvolvidas por motivos de negócios, portanto do lucro. Incluem nelas as questões da interação humana, o bem-estar, o encontro consigo mesmo e com a natureza, a fuga ao betão das grandes cidades e a procura da liberdade no contacto com a natureza.

3.1.2. Alguns segmentos do turismo

De acordo com os documentos estratégicos e as políticas definidas, quer para as áreas transfronteiriças, quer para o desenvolvimento do turismo em Angola, em particular a ATFC KAZA, os segmentos de turismo são essencialmente turismo de natureza, ecoturismo, geoturismo, turismo cultural, *dark tourism*, sol e mar e de aventura, com os respectivos nichos que nesta fase estão a ser trabalhados.

O património natural é constituído por todo o espólio acumulado ao longo de milhões de anos pela natureza e compreende os elementos da biodiversidade e da geodiversidade, as características morfológicas e geológicas de uma determinada região, imprescindíveis para a oferta turística dos territórios, determinando os potenciais destinos pela enorme beleza que apresentam. O património natural é, assim, um recurso turístico. O desenvolvimento do turismo sustentável depende dos recursos disponíveis que possam vir a transformar-se em atracções turísticas. Vários autores consideram que a razão de visita e o factor primordial na tomada de decisão, dependem, em grande medida, da beleza da sua geodiversidade. No entanto, verifica-se que os componentes da geodiversidade não têm sido devidamente valorizados e nem sempre utilizados

de forma racional em muitos países. É da responsabilidade dos cidadãos e dos governos, em primeiro lugar, definir políticas ambientais que correspondam a nova consciência global, com o objectivo de fazer com que a utilização dos recursos naturais disponíveis seja de forma sustentável. Garantir, deste modo, o desenvolvimento equilibrado de toda a Humanidade e assegurar a melhoria da qualidade de vida da Comunidade Planetária. No caso de Angola, apesar de tal imperativo estar expressamente consagrado na Constituição da República⁶, o Diploma legal (Lei n.º 5/98, de 19 de Junho – Lei de Bases do Ambiente) que define de modo global e preciso as responsabilidades colectivas e individuais, diante das complexas questões ambientais e ecológicas que a todos se colocam, encontra-se desajustado a realidade actual, verificando-se no referido diploma a completa ocultação do conceito de geodiversidade.

Segundo Serrano e Ruis-Flano (2007), o conceito de biodiversidade foi introduzido em 1988 como termo científico para designar a variabilidade dos organismos vivos da Terra, a sua diversidade biológica e foi alargado de acordo com as Nações Unidas (1993), na conferência do Rio 92, para incluir a diversidade no seio das espécies e entre ecossistemas. Em contrapartida, o termo geodiversidade terá sido usado pela primeira vez apenas em 1991, numa reunião internacional de geoconservação (Burek e Potter, 2002, in Carcavila *et al.*, 2007, p.360). Passou a ser mais amplamente difundido, segundo Nascimento, Ruchkys & Mantessonto (2008, p.10.), a partir de 1993, por ocasião da Conferência de Malvern, no Reino Unido, sobre a conservação geológica e paisagística. Apesar dos esforços de divulgação da Comunidade Científica, ainda é um tema relativamente desconhecido. Enfatizam Oliveira *et al.* (2013, p.17.) que a geodiversidade é tão importante quanto a biodiversidade, pois estão ambas interrelacionadas e são componentes do geossistema (vivo e não vivo), têm a mesma importância para o planeta, e se forem abordadas em conjunto, as acções para a sua conservação serão mais efectivas (figura 6).

⁶ Art.º 39º: 1. Todos têm o direito de viver num ambiente sadio e não poluído, bem como o dever de defender e preservar. 2. O Estado adopta as medidas necessárias à protecção do ambiente e das espécies da flora e da fauna em todo o território nacional, à manutenção do equilíbrio ecológico, à correcta localização das actividades económicas e à exploração e utilização racional de todos os recursos naturais, no quadro de um desenvolvimento sustentável e do respeito pelos direitos das gerações futuras e da preservação das diferentes espécies. 3. A lei pune os actos que ponham em perigo ou lesem a preservação do ambiente.

Considerou-se, durante muito tempo, que os elementos abióticos que constituem a geodiversidade seriam menos vulneráveis e menos importantes do que aqueles que integram a diversidade biológica. Nesse âmbito, foi conferido maior peso à bioconservação em detrimento da geoconservação.

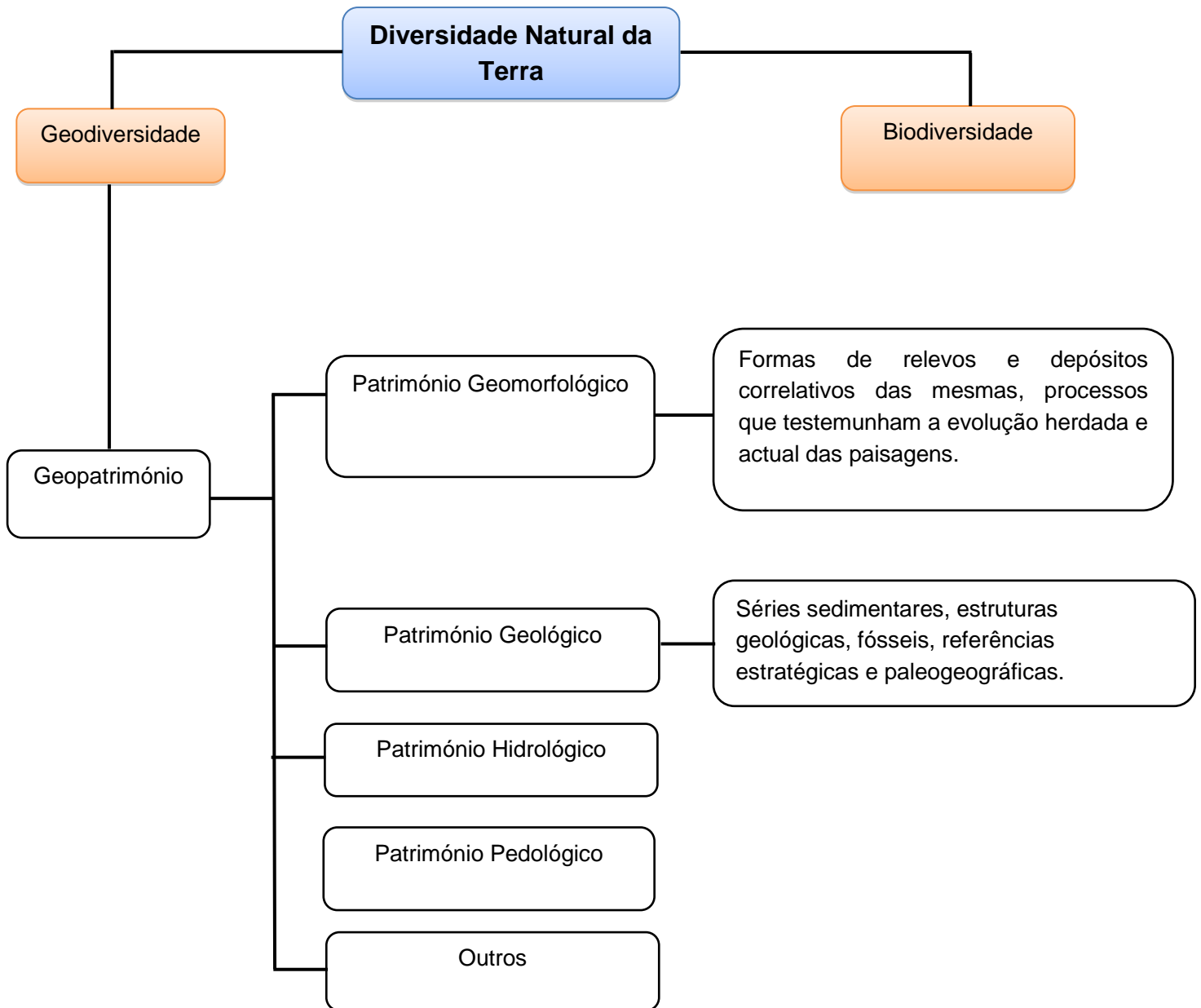


Figura 6: Diversidade da Terra.

Fonte: Adaptado de Rodrigues e Fonseca (2009, p.143-152)

Segundo Nieto (2001, p.7.), a geodiversidade é o número e variedade de estruturas (sedimentares, tectónicas, geomorfológicas, hidrogeológicas e

petrológicas) e de materiais geológicos (minerais, rochas, fósseis e solos) que constituem o substrato de uma região, sobre os quais assenta a actividade orgânica, incluindo a antrópica (*in Carcavila et al.*, 2007, p.360.).

Sharples (1995 e 2002, p.7.) refere que a geodiversidade é definida como o conjunto (ou diversidade) dos elementos, sistemas e processos de natureza geológica (substrato rochoso), geomorfológica (formas de relevo) e dos solos. Refere, ainda, que a geodiversidade tem valor para ser sujeita a conservação devido a três conjuntos de valores, nomeadamente: valor intrínseco ou de existência, valor ecológico ou de processo natural e os valores humanos (antropocêntricos ou geopatrimoniais). Assim, a geodiversidade inclui quer os elementos e processos actualmente em formação, quer os elementos antigos ou fósseis que preservam as evidências de processos passados.

Para Panizza (2003, p.30.), a geodiversidade é a variedade de ambientes geológicos e geomorfológicos, considerados como base para a diversidade biológica na Terra. Refere a Australian Heritage Commission (2003, p.32.) que a geodiversidade é o conjunto natural (diversidade) de elementos geológicos, geomorfológicos e solos, suas relações, sistemas e processos, inclui as evidências de vida passada, ecossistemas e ambientes na história da Terra assim como o conjunto de processos atmosféricos, hidrológicos que actualmente estão activos nas rochas, formas de terreno e solos.

Para Stanley (2000, p.15.), a geodiversidade vai além dos recursos abióticos do planeta e consiste, também, na ligação entre pessoas, paisagens e suas culturas, “pela interacção da biodiversidade com solos, minerais, rochas, fósseis, processos activos e o ambiente construído”. Nesse âmbito, segundo Borba (2011, pp.3-11), o planeta Terra apresenta uma grande variedade, tanto na biodiversidade, quanto na geodiversidade, que a cada dia se transformam e se modificam de forma natural e também pela acção antrópica.

Estamos de acordo com Rodrigues (2009), quando enfatiza que a geodiversidade não é um simples complemento da biodiversidade, antes é uma parte fundamental da diversidade natural e deve ser analisada, como um elemento individualizado. Embora suporte os *habitats* e a paisagem, sem o

conhecimento dos componentes abióticos, não seria possível compreender o sistema natural. Refere, ainda, que a geodiversidade possui elementos relacionados com a dimensão espacial (localização e escala) e com a dimensão temporal dos diferentes processos naturais e humanos (escala humana e biológica, escala histórica e escala geológica). Assim, é possível compreender as modificações causadas pelos processos geológicos, geomorfológicos, hidrológicos e humanos no sistema natural.

Relativamente às paisagens, estas são referidas por alguns autores como sendo um dos principais motivos a considerar quando se caracteriza a geodiversidade. Não obstante o contributo dado pela biodiversidade, é o substrato, o relevo e o clima que determinam a geodiversidade (Brilha, 2005, pp.25, 95-111).

De acordo com Santos, Cravidão e Cunha (2010, p.16.), a paisagem é também uma presença constante nas interpretações feitas ao espaço, adquirindo expressão devido à intervenção e à interacção humana com as suas características físicas.

Os mesmos autores (2010, p.7.), afirmam que, na actualidade, as paisagens assumem-se como instrumentos de marketing territorial e são mais um sinal da importância da relação entre recursos físicos e o turismo.

Em termos turísticos e de educação ambiental, até pela relação com a Geodiversidade, Biodiversidade e com aspectos culturais, as formas de relevo (património geomorfológico) parecem ser mais espectaculares, como Vitoria Falls e Delta do Okavango, e mais facilmente perceptíveis pelas pessoas. Daí se entende o seu grande interesse (quedas de água, praias, grutas, etc.).

A Convenção do Património Mundial da UNESCO, em 1972, contribuiu para a protecção dos bens, tanto culturais quanto naturais, de valor excepcional inestimável e insubstituível a nível internacional. Partindo do pressuposto que os patrimónios culturais e naturais estão sujeitos a ameaças de destruição e degradação, sendo bastante vulneráveis, os estados-membros tornaram-se responsáveis em “identificar, proteger, conservar, reabilitar e transmitir às futuras gerações” a relevância de tal património (Lima, 2008, p.14).

Segundo Oliveira (2013, p.21.), os impactos da acção antrópica são um dos maiores responsáveis pela perda da geodiversidade mundial, seja em micro ou macro escala, principalmente em virtude das necessidades da sociedade. De acordo com Ruban (2010), citado por Oliveira (2013, pp.20-21.), a perda de geodiversidade pode ser geralmente bem definida, se entendermos a mesma como uma diminuição no número de tipos de geossítios em determinada região, geralmente associada a danos causados por modificações de origem externa. O mesmo autor apresenta ainda conceitos como: geoabundância, definida como a quantidade total de geossítios de um determinado território, e o de georriqueza, que envolve a qualidade de geossítios, onde cada tipologia de geossítios ocorre como elemento de um conjunto complexo ou de forma simples.

Além das etapas descritas por Brilha (2005, pp.95-111.), e de outros autores, tornam-se importantes a consciencialização da população e das autoridades locais, a educação de crianças, jovens e adultos (geoeducação), o estímulo ao turismo sustentável e, principalmente, a valorização dos costumes, actividades e produtos locais (Borba, 2011, pp. 3-14 & Bento e Rodrigues, 2013, pp.77-97.).

Segundo Rodrigues (2009), devido ao crescente peso conferido às preocupações ambientais, têm surgido, desde finais da década de 90, preocupações acrescidas relacionadas com a sustentabilidade das actividades turísticas. Estas têm uma repercussão directa nos tipos de turismo ligados à natureza, com a preocupação de assegurarem e preservarem os recursos naturais e culturais, entre outras “normas de boa conduta” de carácter generalista. O turismo de natureza também tem sido designado como: ecoturismo, turismo ecológico, geoturismo, turismo ambiental e outros, embora haja uma ligeira diferenciação, relativamente ao ecoturismo mais ligado à biodiversidade e o geoturismo, mais ligado à geodiversidade. O turismo ambiental tem um carácter mais amplo que o ecoturismo, ou seja, está mais ligado à biodiversidade e suas relações ambientais (ecologia), mas também à geodiversidade.

Cunha & Abrantes (2013, pp.33-37.) afirma que “o ecoturismo inclui as viagens para as áreas naturais com o fim de observar e compreender a natureza e a

história natural do ambiente, tendo o cuidado de manter inalterável a integridade do ecossistema”.

Para Wearing & Neil (2001, p.5) o turismo ecológico “pode ser geralmente descrito como um instrumento interpretativo, de mínimo impacto, discreto, em que se busca a conservação, o entendimento e a aprovação do meio ambiente e das culturas visitadas”. Estes autores distinguem actividades específicas do turismo e da natureza, segundo parâmetros distintos: actividades que dependem da natureza; actividades que são realçadas pela natureza; actividades para as quais o cenário natural é secundário. Os primeiros sentem “satisfação proporcionada inteiramente pela observação da natureza; os segundos usufruem da natureza, “como parte integral das suas experiências” ao invés de ser a “motivação fundamental”; os últimos desejam principalmente “algum lugar diferente do lar”.

Os autores Blamey (1997, pp. 109-130.), Weaver & Lawton (2007, pp.1168-1179.) enunciaram três princípios fundamentais que devem estar presentes em simultâneo no ecoturismo: 1) as atracções são predominantemente baseadas na natureza; 2) as interacções de visitantes com as atracções devem ser focadas na aprendizagem e/ou na educação; e 3) a experiência e a gestão de produtos devem seguir os princípios e as práticas associadas à sustentabilidade ambiental, económica e sociocultural.

Segundo Fennell (2001, pp.403-421.) as variáveis mais evidenciadas nas definições do ecoturismo incluem: a) referência ao local onde decorre o ecoturismo; b) conservação; c) cultura; d) benefícios para os habitantes locais; e) educação. Para Henriques (2010, p.105.), os verdadeiros praticantes do turismo da natureza procuram a natureza no seu estado mais “puro”, mais “selvagem”, sem relação com os geosítios e os seus valores científicos, culturais, estéticos ou outros.

O ecoturismo é uma nova forma de turismo, voltada para apreciação dos ecossistemas, da vida selvagem e das populações nativas. Significa viagens para áreas de reconhecido património natural e cultural, do passado ou do presente, tangível e intangível Henriques (2010, p.105.).

Segundo o mesmo autor, a Organização Mundial do Turismo avalia o ecoturismo em 2 a 4% do turismo mundial e estima taxas de crescimento muito superiores ao mercado turístico convencional, em benefício da protecção do ambiente e da biodiversidade, da preservação da identidade cultural de populações nativas e do bem-estar das comunidades locais.

O ecoturismo é designado também como turismo alternativo, turismo verde, turismo ecológico ou de turismo de natureza, praticado por turistas responsáveis em questões de ecologia e de desenvolvimento sustentável. Trata-se de um turismo pouco exigente em infraestruturas, com fraco impacto ambiental, um contributo para a conservação ambiental, a promoção da igualdade e a redução da pobreza em comunidades locais, uma oportunidade para a sua afirmação na construção seu próprio futuro (auto organização, gestão participativa) e uma oportunidade de conhecimento cultural e ambiental e de entendimento intercultural (visitantes e anfitriões) (Swarbrooke, 2000, citado por Ferreira, 2009), devendo para tal recorrer a guias locais credenciados.

O estudo do turismo em termos de desenvolvimento diz respeito aos vários atores, aqueles que viajam e praticam o turismo, mas também para as comunidades locais, e outros participantes. A expectativa é de que a pessoa que pratique no ecoturismo tenha oportunidade de mergulhar na natureza de uma maneira normalmente não possível no meio urbano (Ceballos – Lascurain, 1996, p.301 & Ballart, 2005, p.17).

Black e Crabtree (2007, p.113.), citados por Melo (2013), referem que as actividades são desenvolvidas, geralmente, em áreas remotas com condições específicas, envolvendo, muitas vezes, actividades físicas como a canoagem ou pedestrianismo, entre outras.

Os espaços naturais são tidos como locais privilegiados para prática do ecoturismo e do geoturismo, especialmente aqueles existentes em países dotados de elementos paisagísticos ímpares como os países africanos, fundamentalmente nas suas Áreas Transfronteiriças de Conservação.

O geoturismo é outro conceito que segundo Rodrigues (2009) é uma corrente defendida por certos autores (Hose, 2005, p.17; Carcavila *et al.*, 2007, p.360; Nascimento *et al.*, 2007, p.1 ; Carvalho e Rodrigues, 2009, pp.188-193; entre outros), que associa o turismo e as Ciências da Terra (geologia; geografia; geomorfologia; pedologia e hidrologia). Para Nascimento *et al.* (2007, p.1.): “O geoturismo compreende um novo segmento do turismo de natureza que surge com a intenção de divulgar o geopatrimónio ou património natural abiótico, bem como possibilitar a sua conservação e a divulgação da geodiversidade da região turística”. Acrescentam que o geoturismo é útil para promover a associação com as atividades de ecoturismo, unindo, assim, a bio e a geodiversidade.

O termo geoturismo começou a ser utilizado a partir de meados da década de 90 do século passado e a primeira definição amplamente divulgada foi elaborada por Hose (1995, p.17.) que o apresentou como sendo “a provisão de serviço e facilidades interpretativas que permitem aos turistas adquirirem conhecimento e entendimento da geologia e da geomorfologia de um sítio (incluindo sua contribuição para o desenvolvimento das Ciências da Terra), além da sua mera apreciação estética”.

O conceito de geoturismo também é defendido por Mário Panizza em diversos artigos e através da associação italiana “Geologia e Turismo” (G&T) de que é fundador. Defensor do conceito inovador de Geomorfologia Cultural (Panizza e Piacente, 2003, citado por Rodrigues, 2009) considera que o geoturismo deve incluir todos os aspectos patrimoniais existentes numa dada região, embora com ênfase nos aspectos geomorfológicos. Para Panizza e Piacente (2008, p.8.) “the development of a project on geological heritage, and particularly on geomorphosites, may be realized through forms of tourism that include various geomorphological aspects in their itineraries (geotourism)”.

Além das etapas descritas por Brilha (2005) e por outros autores, é importante a consciencialização da população, das autoridades locais, a educação de crianças, jovens e adultos (geoeducação), o estímulo ao turismo sustentável e, principalmente, a valorização dos costumes, atividades e produtos locais (Borba, 2011; Bento e Rodrigues, 2013).

O geoturismo, o ecoturismo e o turismo da natureza são formas de turismo centradas no usufruto sustentado do património natural, onde se incluem os ecoturistas, geoturistas e as comunidades locais. Onde os geoturistas e os ecoturistas usufruem da beleza dos geossítios, adquirem conhecimentos e contribuem para a sua conservação e valorização, e a comunidade beneficia dos proventos gerados pelo turismo e promove um património particularmente rico e diversificado.

O turismo de aventura está sempre associado ao risco e Swarbrooke, Beard, Leckie & Pomfret (2003) referem que outras designações associam a aventura ao risco, como o turismo activo e o turismo de aventura. O turismo activo engloba uma nova filosofia que combina a aventura, o ecoturismo e a cultura, numa viagem de descoberta (Active Tourism Organization, 2002). A filosofia do turismo activo contrasta com a do turismo de massas e a do turismo passivo. O turismo activo assenta em três pilares de sustentabilidade, a saber: crescimento económico, proteção da biodiversidade e valorização cultural (Active Tourism Organization, 2002). O conceito de turismo de aventura está associado à prática desportiva.

Segundo Xavier citando (Almeida & Araújo, 2012, p.89.) a integração no meio ambiente, seja na água, no ar ou na terra, o usufruto da viagem, a autodescoberta, a descoberta do exterior e, em determinados casos, a integração social, são as linhas caracterizadoras das actividades de animação desportiva. Para Geenwood & Yeoman (2007) o turismo de aventura integra geralmente um conjunto de práticas de lazer ao ar livre, constituídas de forma geral por actividades desportivas realizadas em diferentes ambientes como a terra, o ar e o gelo. Consideram Millington, Locke & Locke (2001) que o turismo de aventura é um campo bastante complexo, com grande diversidade intrínseca e sem fronteiras claramente definidas.

Estas tipologias de turismo, quer o de aventura, quer o activo, têm aplicabilidade em Angola nas Áreas Transfronteiriças de Conservação e particularmente no território em estudo, devido às suas características naturais, por exemplo em Angola, no deserto do Namibe (foto 6).



Foto 6: Deserto do Namibe
Fonte: Governo do Namibe (2016)

O turismo cultural inclui a gastronomia, o património cultural, a arte e o artesanato, o *dark tourism*, o religioso, entre outros, sendo caracterizado pela viagem de pessoas com o objetivo de vivenciar o património histórico e cultural e a identidade de uma determinada população, envolvendo a contemplação de bens materiais e imateriais que se tornaram atracções turísticas.

Refere Julião (2013) que existem diversas definições de vários autores e organizações para turismo cultural. A Organização Mundial do Turismo utiliza duas definições para turismo cultural, uma mais técnica, que permite identificar o turista cultural quando se pretende investigar este segmento, e outra mais conceptual: A definição técnica inclui movimentos de pessoas essencialmente por motivações culturais, tal como visitas de estudo, performances, tours culturais, viagens para outros países para usufruir de festivais, outros eventos culturais, visitas a locais e monumentos, viagens para estudar a natureza, entre outros. A definição conceptual, para contrastar, corresponde ao movimento de pessoas pela necessidade de satisfazer as necessidades humanas de diversidade, querer atingir um certo nível cultural, aumentar o conhecimento e a cultura, tal como as experiências e encontros.

Para Julião (2013), o turismo cultural tem vindo a ser abraçado por entidades locais, nacionais e internacionais. Enfatiza que a UNESCO promove o turismo cultural como um meio de preservar o património mundial, a Comissão Europeia apoia o turismo cultural como uma indústria importante, e a nova emergente Nações Unidas da África e Europa Central vêem-no como um apoio para a identidade nacional. Em muitas partes do mundo, o turismo cultural tornou-se vital para suporte da economia local e para se manterem algumas actividades e criatividades tradicionais e locais. A globalização do turismo cultural, indiscutivelmente, coincide com um número de mudanças culturais e sociais fundamentais, assim como mudou a estrutura do turismo em si.

Para Barretto (2006) “turismo cultural, no seu sentido mais amplo, seria aquele que não tem como atractivo principal um recurso natural. As coisas feitas pelo Homem constituem a oferta cultural, portanto turismo cultural seria aquele que tem como objectivo conhecer os bens materiais e imateriais produzidos pelo Homem”

Refere Munsters (2004), citado por Julião (2013), que o segmento turístico - turismo cultural é composto pelo *core product* ou motivação cultural, como um museu, monumento ou evento e os serviços específicos de turismo cultural. O produto adicional a este é constituído pelos elementos turísticos, *stakeholders* e pelos serviços turísticos adicionais, como organizações, associações de turismo, operadores turísticos, agências de viagem, hotelaria e restauração e infraestruturas de transporte. O mesmo autor identifica “4 Ps” da sustentabilidade do turismo cultural:

Quadro 7: Os 4 Ps da sustentabilidade do turismo cultural

Preservação	O turismo cultural sustentável é “culture-friendly”, garantindo que a preservação do Património Cultural seja um monumento ou carácter de autenticidade de um evento cultural.
População	Maximizar as vantagens socioculturais e económicas das populações locais.
Público	Optimizar as férias do turista, permitindo uma experiência satisfatória e enriquecedora.
Proveito	Maximizar, a longo prazo, os lucros e a continuidade da atividade turística.

Fonte: Julião (2013)

As Áreas Transfronteiriças de Conservação da SADC são ricas em produtos turísticos para o turismo cultural pelo facto de serem territórios que agregam mais de dois países. A ATFC KAZA é rica em recursos de património e cultura. Um total de 625 locais foram registados e cartografados, incluindo monumentos e áreas de interesse histórico, arqueológico, religioso e antropológico. A quantidade e variedade desses locais reflectem a rica história e diversidade das comunidades residentes, incluindo os povos San, Tonga, Lozi, Herero, Ndebele e Tswana, que vivem dentro dos limites da ATFC KAZA (PDI KAZA, 2014).

Dark Tourism ou *thanatourism* são viagens a lugares que recordam o lado sombrio ou negro (*dark*) da história humana, em particular genocídios ou mortes (*thanatos*) em grande escala. Um dos principais exemplos está nos campos de concentração de Auschwitz-Birkenau, campos alemães nazis de concentração e extermínio (1940-45), que em 1979 passaram a integrar a lista de Património Mundial contra a Humanidade.⁷

Relativamente ao *dark turismo*, a escolha deve-se ao facto de Angola, fundamentalmente na província do Cuando Cubango, no município do Cuito Cuanavale, área que compreende a parte angolana da Área Transfronteiriça de Conservação Okavango Zambeze, ter sido palco de guerras por muitos anos, das quais resultaram vários mutilados de guerra, milhares de mortos e um vasto território minado, onde ainda hoje se trabalha no sentido de se desminar para que possa ser considerado um território livre e seguro para a circulação humana.

Araújo (2016) refere que o turismo de sol e mar é o segmento do turismo que melhor responde à parcela mais forte das correntes turísticas mundiais, que começou nos meados do século XIX nas estâncias balneares do Noroeste Europeu e que se deslocou posteriormente mais para sul, sobretudo a partir de meados do século XX, transformando a área banhada pelo Mediterrâneo no maior destino turístico mundial.

O turismo de sol e praia está directamente associado à água e a seus espaços imediatos como principais recursos turísticos e de lazer. Entretanto, os seus espaços ultrapassam o segmento de sol e mar e associam-se também a

⁷ In <http://whc.unesco.org/em/list>

actividades náuticas, de pesca, de aventura, de ecoturismo, entre outras. Os destinos de sol e mar diferem em função das diferentes actividades sociais e económicas locais, da dinâmica de uso e ocupação em termos de espaço e tempo, de acordo com as características físicas e geográficas das praias.⁸

O Ministério do Turismo do Brasil (2010) afirma que as praias são espaços multiusos. O turismo de sol e mar é o segmento que tem sido associado ao turismo de massas por concentrar um grande número de turistas na mesma época e num só lugar.

Angola é um país com uma costa de 1.650 km de comprimento, com características climáticas que permitem a prática deste tipo de turismo durante todo o ano.

⁸ Turismo de sol e praia (2010)

Quadro 8: Actividades que podem ser desenvolvidas no turismo sol e mar

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO
Recreação de contacto primário com água	Exemplos: banho de mar, lago, rio, natação, etc.
<i>Surf</i>	É uma prática desportiva marítima, frequentemente considerada parte do grupo de actividades denominadas desportos radicais, dado o seu aspecto criativo, cuja proficiência é verificada pelo grau de dificuldade dos movimentos executados ao acompanhar o movimento de uma onda do mar sobre uma prancha, à medida que esta onda se desloca em direcção à praia.
<i>Kitesurf</i>	É um desporto aquático que utiliza uma pipa (também conhecida como papagaio) e uma prancha com uma estrutura de suporte para os pés. A pessoa, com a pipa presa à cintura, coloca-se em cima da prancha e, sobre a água, é impulsionada pelo vento que atinge a pipa. Ao controlá-lo, através de uma barra, consegue-se escolher o trajecto e realizar saltos.
<i>Windsurf</i>	O <i>windsurf</i> , ou prancha à vela, é praticado com uma prancha idêntica à prancha de surf e com uma vela entre 2 e 5 metros de altura e consiste em planar sobre a água utilizando a força do vento.
Mergulho	É uma prática que consiste na exploração subaquática, utilizando-se ou não equipamentos especiais. Exemplos: livre, autónomo, dependente, flutuação, etc. O mergulho é uma actividade normalmente considerada como turismo de aventura ou ecoturismo e, na maioria dos casos, são realizados no ambiente de sol e mar.
Actividades com equipamentos náuticos	Actividades relativas ao mar, lago, rio e/ou praticadas nas áreas marítimas e fluviais, com auxílio de equipamentos náuticos. Exemplos: passeios de barco, <i>jet ski</i> , lancha, esqui aquático, etc.
Actividades desportivas e recreacionais (areia)	Todas as actividades desportivas e recreacionais praticadas nas partes terrestres da orla. Exemplos: banhos de sol, caminhadas, frescobol, vólei de praia, futebol de areia, etc.

Fonte: adaptado a partir do Ministério do Turismo do Brasil (2010)

3.2. A IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO

A importância do desenvolvimento sustentável do turismo coincide com a preocupação mundial em favor da preservação ambiental, do desenvolvimento das comunidades locais e da redução da pobreza. Esta problemática foi abordada pela OMT, aquando da realização da Assembleia Geral em África, Zâmbia e Zimbabwe, em Agosto de 2013, sobre a conectividade das aéreas e a redução das barreiras para a obtenção de vistos, demonstrando efectivamente a grande preocupação com uma interação mais efetiva das pessoas, permitindo que os lugares se tornem mais acessíveis e mais próximos de qualquer ser humano.

É inegável que o turismo está adquirindo cada vez mais espaço na economia mundial, tornando-se uma das principais actividades económicas, chegando a representar 10% do PIB mundial. A força do sector turístico é tanta que os analistas insistem em afirmar que o turismo pode ser “um factor de esperança para o desenvolvimento dos povos, em particular dos países do Terceiro Mundo” (Ballart, 2005, p.17, citado por Sílvia Helena Zanirato, 2010).

Por isso, a OMT enfatiza a importância da prática de um turismo de bases sustentáveis, ou seja, um turismo “que satisfaça as necessidades dos turistas e das regiões anfitriãs, ao mesmo tempo que protege e melhora as oportunidades do futuro”. Para o efeito, é imperioso que a gestão dos recursos “satisfaça as necessidades económicas, sociais e estéticas ao mesmo tempo que respeita a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de apoio à vida” (Fullana e Ayuso, 2002, p.30.).

Para que isso efectivamente ocorra, é importante que haja:

- a) Compatibilidade com a capacidade de carga do sistema natural, económico e social, ou seja, a adaptação do processo de desenvolvimento das necessidades do mercado, prevenindo os riscos e preservando os recursos naturais, além de favorecer a evolução da estrutura económica local;

- b) Integração com o desenvolvimento económico local a partir da renovação de sectores tradicionais da economia e estimulando a criação de novos sectores;
- c) Inserção no sistema de planificação estratégica centrada no desenvolvimento local;
- d) Gestão integrada e participativa do desenvolvimento turístico local, pela ampla e rigorosa participação dos agentes sociais e da própria população local (Prats, 2005, p.19.).

Essas premissas têm sido defendidas pelos agentes interessados na defesa do turismo sustentável, particularmente nas actividades praticadas em áreas do que se denomina ecoturismo.

Segundo Almeida (2013, p.72.) “o turismo é um importante fenómeno a nível mundial, as múltiplas viagens efectuadas promovem o desenvolvimento intelectual, ao nível do conhecimento, capaz de projetar o saber para patamares inigualáveis. Consciente desta realidade e do alcance mundial que o turismo implica, este é um fenómeno social, económico e político em muitas localidades e regiões de muitos países”. O turismo é considerado hoje como a actividade económica mais importante no mundo, com especial incidência nalguns países, regiões e localidades, sendo um fator determinante nos rumos do desenvolvimento. Identifica o fenómeno com impacto em várias áreas: social, geográfica, económica, cultural, ambiental, pelo que provoca profundas modificações económico-sociais, culturais e ambientais, que podem ser positivas ou negativas para o destino do fluxo turístico (Dias 2011).

As tecnologias de informação fizeram do turismo uma “indústria” mundial, a informação hoje chega cada vez mais rapidamente aos mercados e, conseqüentemente aos turistas, pelo que a escolha e a mobilidade não têm limites, o que transformou o turismo e as viagens em bens de grande consumo, acessíveis a cada vez mais pessoas, elevando a competitividade, baseada em ofertas variadas, com maior qualidade e a menor preço.

3.3 A EVOLUÇÃO DO TURISMO

De acordo com Silva (2013)⁹ após ter registado uma sólida e contínua expansão nas últimas seis décadas, o turismo assume-se na actualidade como um dos sectores mais importantes e com maior crescimento da economia mundial (UNWTO, 2012). Desde o início da década de 1950 que a procura turística internacional tem demonstrado um crescimento praticamente ininterrupto e significativamente elevado, passando de 25 milhões, em 1950, para 277 milhões, em 1980 e para 940 milhões, em 2010, correspondendo a uma taxa de crescimento média anual de 6,2%.

Contata-se que este crescimento tem sido particularmente rápido após a década de 1980 nas regiões emergentes do mundo, fundamentalmente na Ásia e Pacífico e, mais recentemente, no Médio Oriente. Segundo a OMT (2011), o número de chegadas de turistas internacionais nas economias emergentes e em desenvolvimento tem aumentado, crescendo de 31%, em 1990, para 47%, em 2010.

Segundo Tourism Towards 2030 (UNWTO, 2012), o turismo internacional deverá ter um aumento médio de 3,3% por ano, entre 2010 e 2030, prevendo-se uma redução gradual da taxa de crescimento, de 3,8% em 2011 para 2,5%, em 2030. A previsão das chegadas de turistas internacionais, entre 2011 e 2030, deverá aumentar cerca de 43 milhões por ano, em comparação com o aumento médio de 28 milhões anuais entre 1995 e 2010.

Segundo Silva (2013), a contribuição média a nível mundial do turismo para o PIB é de cerca de 5%, sendo responsável por 6% a 7% do total de empregos (de forma direta e indireta). Para os países desenvolvidos, a contribuição do turismo para o PIB varia entre os 2%, nos países onde o turismo é um sector com pouca

⁹ Silva (2013) Francisco António dos Santos da Silva, doutoramento em Geografia (Planeamento Regional e Urbano), Turismo na natureza como base do desenvolvimento turístico responsável nos Açores, Universidade de Lisboa Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, 2013.

expressão, a mais de 10%, nos países onde o turismo é um pilar importante da economia.

No ano 2013, o relatório das Nações Unidas mostra que o sector do turismo continuou a sua trajectória ascendente, com um crescimento de 5% e apresentando 52 milhões de turistas adicionais face ao ano anterior e um número total de turistas e excursionistas que atingiu 1.087 milhões.

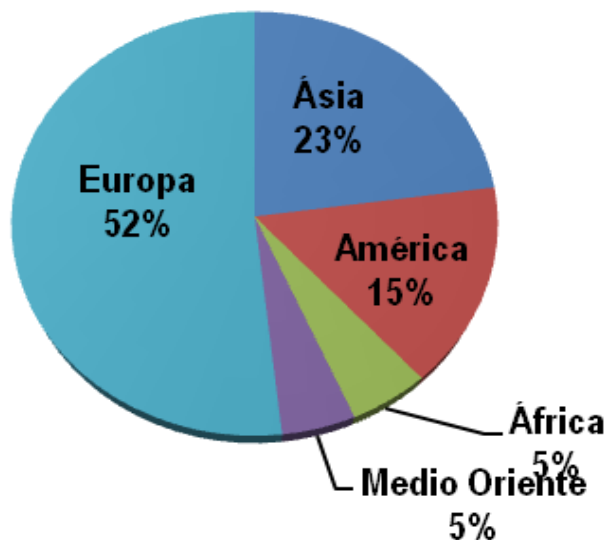
A Ásia e o Pacífico (+6%) registaram o crescimento mais acentuado, onde o número de turistas internacionais cresceu de 14 para 248 milhões. O Sudeste Asiático liderou o crescimento (+10%), compensando os resultados moderados no Sul da Ásia (5%), Oceânia e Ásia do Nordeste (+4% cada).

África foi a segunda região mais procurada, apresentando um aumento de cerca de 6%, atraindo três milhões de chegadas adicionais, com um novo recorde de 56 milhões, o que reflecte a contínua recuperação no Norte de África (6 %) e o crescimento sustentado dos destinos da África Subsaariana (+5%). As Américas (+4%) registaram um aumento de 6 milhões de chegadas, atingindo, no total, 169 milhões.

As Américas Central e do Norte lideraram o crescimento (+4% cada), ao contrário da desaceleração registada na América do Sul (+2%) e Caraíbas (+1%).

A Europa permanece como a região do mundo mais visitada, liderando o crescimento em termos absolutos, com um incremento de 29 milhões de turistas internacionais, elevando o número total para 563 milhões. O crescimento (+5%) é justificado pelos resultados favoráveis da Europa Oriental e Central (+7%).

Gráfico 1: Percentagem de chegadas de turistas por Regiões em 2013



Fonte: Gabinete do GEPE/ Ministério de Hotelaria e Turismo de Angola

Relativamente a 2014, as tendências do turismo internacional mostram dados bastante promissores. Com um aumento de 4,4%, este é o quinto ano consecutivo de crescimento acima da média desde a crise económica de 2009. O número de turistas no geral atingiu o valor de 1.135 milhões em 2014, ou seja, 48 milhões a mais em relação a 2013. O crescimento de 3,7% em receitas seguiu a mesma tendência das chegadas.

Por região, as Américas (+8%), Ásia e Pacífico (+5%) e Médio Oriente (+5%) registaram o maior crescimento, enquanto a Europa (+3%) e África (+2%) cresceram a um ritmo mais moderado.

Por sub-região, a América do Norte (+ 9%) registou os melhores resultados, seguido pelo Nordeste da Ásia, Sul da Ásia, Europa do Sul, Mediterrânea e do Norte e pelo Caribe, todos com aumento de 7%.

As Américas tiveram o melhor registo de chegadas em termos relativos com um aumento de 8% e 14 milhões de turistas internacionais adicionais, fazendo um total de 182 milhões. O crescimento foi liderado pela América do Norte (+9%) e Caraíbas (+7%).

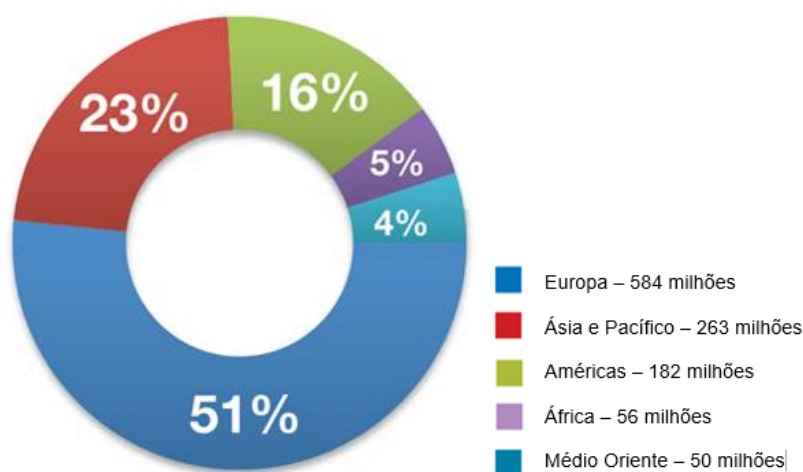
Na Ásia e no Pacífico, as chegadas de turistas internacionais aumentaram de 13 para 263 milhões. Os melhores resultados, relativamente às chegadas, foram registados no Nordeste e Sul da Ásia, e em termos de receitas, foram observados na Oceânia e Sul da Ásia. O crescimento no Sudeste da Ásia (+2%) desacelerou em comparação com anos anteriores.

No tocante à Europa, esta foi a região mais visitada com mais de metade de turistas do mundo, com um aumento de 17 milhões de chegadas em 2014 e um total de 584 milhões. Atingiu cerca de 584 USD receitas em exportações. Graças a estes resultados, o turismo tem sido um contributo importante para a recuperação económica europeia.

O Médio Oriente demonstrou sinais de recuperação, com 2 milhões de chegadas adicionais em 2014, perfazendo um total de 50 milhões.

Em África, registou-se 1 milhão de chegadas, que equivale a um crescimento do número de turistas internacionais de 2%, com a contribuição fundamental da África Subsaariana (+3%).

Gráfico 2: Chegadas de turistas internacionais por Regiões em 2014



Fonte: UNWTO (2014)

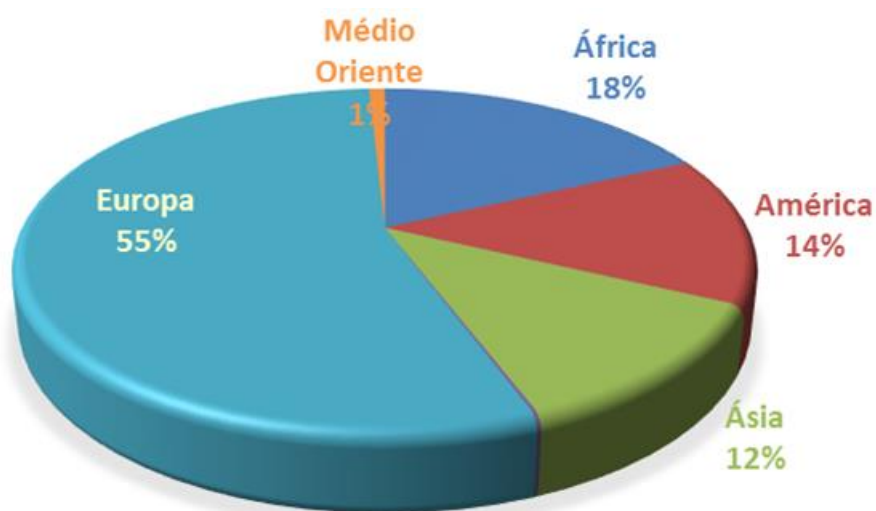
Para o GEPE/MINHOTUR (2016) no tocante a Angola, em 2014 o movimento de chegadas de turistas às fronteiras nacionais atingiu 594 mil, traduzindo-se num decréscimo de (8%), ou seja, menos 55 mil do que em 2013.

Quadro 9: Chegadas de turistas às fronteiras nacionais em 2014.

Regiões	Chegadas em mil
África	107.269
América	83.605
Ásia	72.294
Austrália	950
Europa	325.970
Médio Oriente	4.910
Total Geral	594.998

Fonte: GEPE MINHOTUR (2016)

Gráfico 3: Percentagem de chegadas de turistas por regiões em 2014.



Fonte: GEPE MINHOTUR (2016)

Relativamente a 2015, o número de chegadas internacionais de turistas aumentou 4,6%, atingindo um total de 1186 milhões em todo o mundo, tendo-se

verificado um aumento de 52 milhões em relação ao ano anterior. Foi o sexto ano consecutivo de crescimento acima da média no turismo internacional, após a crise económica mundial de 2009.

Segundo a UNWTO (2016), os fluxos turísticos de 2015 foram influenciados por três factores principais: as excepcionalmente fortes flutuações cambiais, a queda no preço do petróleo e outras mercadorias e, por fim, o aumento da preocupação mundial com a segurança.

Por região, as Américas bem como a Ásia e o Pacífico registaram praticamente um crescimento de 6% e a Europa registou 5%, mantendo-se como a região mais visitada. As chegadas no Médio Oriente aumentaram 2% e em África diminuíram 3%, devido aos resultados apresentados no Norte de África.

As receitas do turismo internacional cresceram 4,4% em termos reais, com ganhos totais nos destinos estimados de 1136 mil milhões de euros.

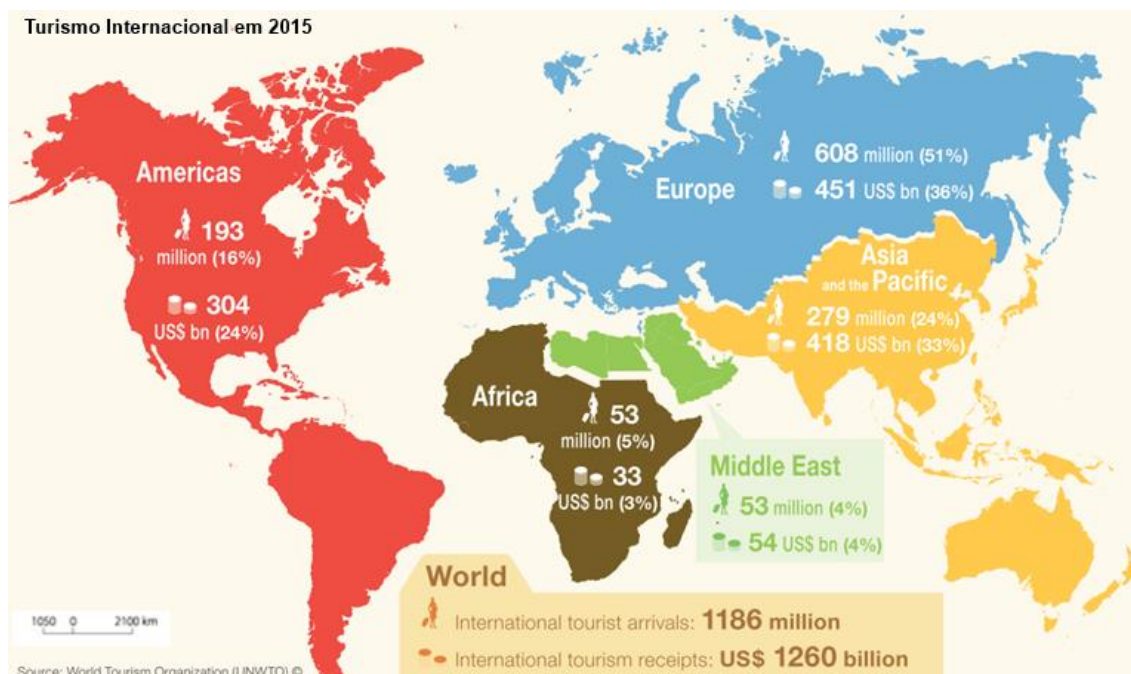


Figura 7: Turismo Internacional em 2015
Fonte: World Tourism Organization (UNWTO)

Refere a OMT que o ano 2016 começou com uma cadência de crescimento forte ao nível do turismo internacional. Entre Janeiro e Abril de 2016, as chegadas de turistas internacionais cresceram 5%, de acordo com o mais recente Barómetro da OMT (2016). Estes resultados são visíveis em quase todas as regiões e sub-regiões. No período Maio-Agosto, perspectivavam-se cerca de 500 milhões de turistas no Hemisfério Norte.

Entre Janeiro e Abril de 2016, o mundo recebeu 348 milhões de turistas internacionais, cerca de 18 milhões a mais que no período homólogo do ano anterior (+5,3%). Por região, destacam-se a Ásia e o Pacífico, que registaram o número de chegadas mais elevado (+9%), com todas as sub-regiões asiáticas a apresentarem um crescimento igual ou acima de 7%. Em termos de sub-região, a África Subsaariana liderou o crescimento (+13%).

Ao longo do ano 2016, a OMT prevê que as chegadas de turistas internacionais aumentem de 3,5% a 4,5%, em linha com a projecção de longo prazo de aumento de 3,8% ao ano, para o período de 2010 a 2020.

Segundo o Plano Director Regional da SADC¹⁰ em 2020, a OMT, utilizando 1995 como o ano de base, calculou que as entradas de turistas aumentarão na ordem de 4% ao ano até 2020. O total das entradas deverá alcançar 1,6 mil milhões em 2020. O continente africano deve receber um total de 77 milhões de entradas de turistas em 2020. Prevê-se que a região da SADC receba um total de 40 milhões de turistas em 2020, ou seja, 52% das entradas no continente africano.

Quadro 10: Entradas de Turistas e Previsão: 2010 – 2027 (milhões)

	2010	2015	2020	2027
Mundo	940	1.120	1.370	1.690
África	49	60	77	109
SADC	21.5	28	40	63

Fonte: Plano Director de Turismo da SADC (2012)

¹⁰ SADC – Plano Director Regional de Infra-estruturas. Plano do Sector do Turismo (2014)

A previsão das entradas de turistas até 2027 indica um aumento gradual na participação da SADC no mercado das entradas de turistas em África, de 43% em 2010 para 52% em 2020, atingindo 58% em 2027.

3.4. RECEITAS DO TURISMO INTERNACIONAL

Segundo a OMT, citado pelo GEPE/Minhotur-Angola (2015), as receitas do turismo internacional aumentaram em USD 48 bilhões em 2014, tendo atingido um recorde de USD 1.245 bilhões, o equivalente a 937 bilhões de Euros, com um aumento anual de 3,7%.

O turismo internacional é um factor muito importante no comércio internacional. Em receitas de exportação relativas ao transporte de passageiros, registou uma cifra de USD 1,5 trilhões, em 2014. Representou 30% das exportações mundiais de serviços e 6% do total das exportações de bens e serviços. Como categoria de exportação a nível mundial, o turismo ocupa o quarto lugar depois dos combustíveis, produtos químicos e alimentos, ficando em primeiro lugar em muitos países em desenvolvimento.

O crescimento do turismo do ponto de vista económico é visível de acordo com o quadro 11, desde 2013 que as receitas têm crescido gradualmente a nível mundial.

Quadro 11: Entradas e Receitas do Turismo Mundial (2013, 2014, 2015 e 2016)

	Entradas	Receitas (bilhões)
2013	1.087 Milhões	US\$ 1197
2014	1.135 Milhões	US\$ 1245
2015	1.186 Milhões	US\$ 1260
2016	348 Milhões (até Abril 2016)	-

Fonte: Própria (2016)

O turismo constitui uma das maiores atividades económicas a nível mundial, mas esta apresenta um conjunto de impactos negativos que importa mitigar. Têm sido realizados vários encontros com líderes mundiais no sentido de acertar

métodos que promovam o turismo numa óptica de sustentabilidade. Salienta-se a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento e a Cimeira da Terra, no Rio de Janeiro, em 14 de Junho de 1992, que fez surgir um documento orientador que foi designado por Agenda 21, que procura identificar um conjunto de questões ambientais e de desenvolvimento que ameaçam o futuro económico e ecológico do planeta, procurando definir uma estratégia global com uma visão mais sustentável de utilização de todos os recursos. Este programa de acção resultou do consenso internacional de 182 países que procuraram assegurar o futuro sustentável do planeta. Este programa é composto por 40 capítulos e 115 programas de áreas específicas que, no seu conjunto, procuram criar uma estratégia de acção global com vista a uma nova aprendizagem dos usos e práticas até então utilizadas.

Para alguns autores, o turismo não mereceu nesta Conferência grande atenção, mas possibilitou uma ampla discussão relativa à conservação dos recursos naturais do planeta. Segundo Moniz (2006) “a consciencialização à escala global e a necessidade de gerir os recursos de forma mais sustentável leva a que essa abordagem se estenda à operacionalização do conceito de desenvolvimento sustentável na indústria turística”.

Sob influência da Agenda 21, em 1996, três organizações internacionais, a Organização Mundial do Turismo (WTO), o Conselho Mundial do Turismo e Viagens (WTTC) e o Conselho da Terra¹¹ (EC) juntaram-se e lançaram um programa sectorial de desenvolvimento sustentável intitulado Agenda 21 para a Indústria das Viagens e do Turismo. O documento realça a importância estratégica e económica das viagens e do turismo, pondo em destaque os benefícios inerentes a uma actividade sustentável. Deste documento emergiram um conjunto de princípios, alguns dos quais ressaltamos, a saber:

1. A indústria do turismo deverá contribuir para que as pessoas tenham padrões de vida saudáveis e produtivos, em harmonia com a natureza;

¹¹ O Conselho Terra é uma Organização Não Governamental que foi criada em resposta à Conferência do Planeta para acompanhar a implementação da Agenda 21 e os acordos do RIO92 (WTTC, WTO, EC, 1996)

2. A indústria do turismo deverá contribuir para a conservação, proteção e recuperação do ecossistema da Terra;
3. As nações devem cooperar no sentido de promover um sistema económico aberto, no qual o comércio internacional dos serviços de viagens e turismo possa ocorrer numa base de sustentabilidade;
4. A protecção ambiental deverá ser parte integrante do processo de desenvolvimento turístico;
5. A indústria turística deverá usar a sua capacidade para criar postos de trabalho, quer para pessoas do sexo feminino, quer para toda a população local;
6. Os assuntos e decisões do desenvolvimento turístico deverão ser tratados com a participação dos cidadãos que se preocupam com estas questões.

Para Dias (2011), o turismo apresenta várias dimensões, que devem ser consideradas numa perspectiva sustentável, em equilíbrio harmónico constante, nomeadamente:

1. A dimensão económica, que gera diferentes impactos nas comunidades, tais como níveis de rendimentos, trabalho e investimentos;
2. A dimensão social, que permite que as pessoas satisfaçam a necessidade de conhecer coisas novas, além do contacto entre os diferentes grupos sociais que produzem efeitos nos estilos de vida;
3. A dimensão cultural, em que há uma imensa troca cultural entre a comunidade local e os visitantes, alterando valores e costumes;
4. A dimensão ambiental, uma vez que a prática do turismo pode contribuir para alterar ou preservar os processos ecológicos essenciais e a diversidade biológica.

Esta agenda procura dar um contributo real, oferece orientações, análise e exemplos benéficos em termos económicos, ecológicos, sociais e culturais.

Podemos também dizer, como afirmam vários autores, que o turismo é um fenómeno ambivalente por oferecer oportunidades de bem-estar positivas e, por outro lado, por ser um factor de risco, criando algumas dinâmicas negativas.

Relativamente ao Turismo Sustentável, existe já literatura considerável. Destacam-se alguns documentos produzidos por organizações internacionais e que se dirigem, fundamentalmente, ao turismo sustentável que engloba as áreas protegidas. Em 1992, a Organização Mundial de Turismo (OMT), o Programa para o Ambiente das Nações Unidas (UNEP) e a União Mundial para a Natureza (UICN), publicaram em conjunto as diretrizes para o “Desenvolvimento do Turismo Sustentável em Parques Nacionais e Áreas Protegidas”. A UICN publicou a “Carta Europeia do Turismo e áreas protegidas” e um documento sobre “Turismo, ecoturismo e áreas protegidas”. Também o Conselho de Europa emitiu, entre outras, a recomendação 95 (10) de 1995, sobre “Uma política de turismo sustentável em áreas protegidas”. As linhas gerais destas normas internacionais passam pelo desenvolvimento sócio-económico e a protecção ambiental, pelo que os recursos devem ser preservados tendo em conta as gerações futuras.

As áreas transfronteiriças da SADC surgem como oportunidade para relaxar do stress causado pela vida nas cidades, pois são lugares de regeneração física, psicológica, emocional e espiritual. O contacto com a natureza, com o património cultural, o convívio pacífico com os animais de grande porte como elefantes, girafas, hipopótamos, rinocerontes e aves, a aventura, o relacionamento interpessoal, o passeio pelos vales, montanhas, áreas pantanosas exuberantes e o contacto com culturas autóctones são actividades que permitem o ser humano relaxar, sentir a magia do lugar, encontrar-se enquanto habitante deste planeta, nem que seja por pouco tempo. Tudo isto possibilita a reflexão sobre a transcendência, a dimensão holística do ser humano e o exercício da cidadania planetária.

3.5. O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Para Sen (2003), citado por Fernandes (2012, p.52.), o desenvolvimento é um processo também ligado ao acréscimo da liberdade de opções de cada cidadão. Refere o autor que, dadas “as convenientes oportunidades sociais, os indivíduos podem efetivamente dar forma ao seu destino e ajudar-se uns aos outros. Não

têm que ser encarados, primariamente, como receptáculos passivos dos benefícios de artificiosos programas de desenvolvimento. Há, de facto, uma sólida base racional para reconhecer o papel positivo da acção livre e sustentada e mesmo de uma impaciência construtiva”.

Existem vários modelos alternativos de desenvolvimento e Fernandes (2012, p.55.) levanta várias questões, trazendo-nos exemplos como o sistema Cooperativo – Acionista da indústria rural chinesa, que segundo Cui (2001) é “um bom exemplo de inovação institucional” que tem uma oportunidade de transcender, tanto o centralismo ocidental, como o relativismo cultural, por forma a que todas as partes do mundo possam empreender inovações institucionais que contribuirão para o progresso da humanidade.

Para Fernandes, no desenvolvimento não importa apenas o sentido da decisão, ascendente ou descendente, e ressalta que, nessa dinâmica, a “criatividade construtora”, uma espécie de mão concretizadora da impaciência construtiva defendida por Sen (2003), é também importante. Ressalta Fernandes, na óptica ambiental, a oportunidade de registar alguns ensaios de modelo de desenvolvimento assente numa base ecológica mais equilibrada, como o movimento Chipko, na Índia, depois da independência, processo esse de emancipação inspirado nas posturas não – violentas de Ghandi. Perante a apropriação estatal dos espaços florestais para fins produtivistas (indústria e comércio), as populações locais, primeiro no Garhwal Hymalaia, mas depois também noutras áreas montanhosas, mobilizaram-se com o duplo objectivo da conservação da floresta e da defesa dos seus direitos ancestrais ao usufruto desse recurso (Shiva e Bandyopadhy, 1991).

Para Fernandes (2012, p.67.), “a acção transformadora da humanidade no planeta Terra é, desde há muito, alvo de reflexão. Entre as elites políticas, intelectuais, técnicas, religiosas e outras, os limites da acção humana, os critérios que têm norteado a postura do homem perante a esfera terrestre e os valores que norteiam o espírito conquistador da humanidade, têm sido tema de preocupação constante, da qual resultaram tomadas de posição e considerações expressas de modos tão diversos, como os ensaios filosóficos, a literatura, o cinema e outras obras de carácter científico ou não”.

De uma forma genérica, sustentabilidade pode ser definida como a capacidade do ser humano interagir com o mundo, sobrevivendo, desenvolvendo-se, mas, em simultâneo, preservando o meio ambiente para não comprometer os recursos naturais das gerações futuras, sendo que este princípio se aplica desde a um único empreendimento, passando por uma pequena comunidade, até ao planeta inteiro.

Durante séculos, a questão da sustentabilidade esteve centrada maioritariamente no seu aspecto económico, aspecto esse, muito reforçado pela necessidade de reconstrução da economia após a segunda guerra mundial. No período pós-guerra foi incentivada a adopção de modelos económicos direccionados para maximizar o crescimento da riqueza, sem grande preocupação com a sua distribuição ou com o uso desequilibrado de recursos naturais ou de degradação do meio ambiente.

Só na década de 60 é que, a par do preocupante crescimento da pobreza internacional e da progressiva limitação de recursos naturais e energéticos, passam a ser recorrentes as preocupações com os fortes impactos ambientais causados por um modelo de industrialização fortemente poluidor e consumidor de recursos.

Em 1972 foi publicado um relatório realizado por um grupo de peritos sob a tutela do Clube de Roma que ficou conhecido como “Relatório de Meadows” e que teve forte impacto na comunidade internacional, uma vez que concluía que o Planeta Terra não suportaria a continuidade do aumento do consumo, resultante do crescimento económico e da evolução demográfica.

As principais conclusões e recomendações desse relatório podem ser enunciadas segundo três pontos (Meadows *et al.*, 1972: 20):

1. Se as actuais tendências de crescimento da população mundial, industrialização, poluição, produção de alimentos e diminuição de recursos naturais continuarem imutáveis, os limites de crescimento neste planeta serão alcançados algum dia dentro dos próximos cem anos. O resultado mais provável será um declínio súbito e incontrolável, tanto da população como da capacidade industrial.

2. É possível modificar estas tendências de crescimento e formar uma condição de estabilidade ecológica e económica que se possa manter até um futuro remoto. O estado de equilíbrio global poderá ser planeado, de tal modo que as necessidades materiais básicas de cada pessoa na Terra sejam satisfeitas e que cada pessoa tenha igual oportunidade de realizar o seu potencial humano individual.

3. Se a população do mundo decidir empenhar-se em obter este segundo resultado, em vez de lutar pelo primeiro, quanto mais cedo ela começar a trabalhar para alcançá-lo, maiores serão suas possibilidades de êxito.

A partir de então, começou a diferenciar-se o conceito de desenvolvimento do de crescimento, assumindo-se que o desenvolvimento não depende exclusivamente do aumento da produção *per capita*, nem da adoção de um modelo de investimento e industrialização maciço (Wolfe, 1996).

A utilização do conceito de desenvolvimento emergiu, assim, com a incorporação das preocupações de distribuição da riqueza e da limitação dos recursos naturais, acrescentando-se posteriormente as questões sociais e de conservação da natureza.

Deste modo, na visão actual, a sustentabilidade é um conceito dinâmico que interliga o aspeto ecológico, económico e sociocultural.

Existe, entretanto, um conflito entre uma concepção de sustentabilidade mais exigente e, de certa forma, idealista e outra mais pragmática que procura centrar-se na melhoria das práticas e na redução de impactos, tentando estabelecer consensos entre as diversas partes conflituantes no processo de desenvolvimento. A primeira perspetiva pode ser designada sustentabilidade forte e a outra sustentabilidade fraca.

Os defensores da sustentabilidade fraca consideram que as forças do mercado, conjugadas com medidas razoáveis de inovação tecnológica, garantem a sustentabilidade a longo prazo. Por outro lado, os defensores da tese da sustentabilidade forte acreditam que alguns recursos fundamentais irão esgotar-se e que a poluição, a degradação do ambiente e as alterações climáticas acarretarão consequências graves para a vida na Terra (PNUD, 2011b).

O conflito entre estas duas concepções é gerador de riscos, agravados pela necessidade de consensos para resolver os problemas à escala global. Como conciliar uma perspectiva que exige medidas muito ambiciosas, que podem afetar significativamente os interesses instalados e o modo de vida das populações, com outra mais passiva que apenas aceita mudanças suaves? A solução para promover avanços e algum equilíbrio na tensão entre estas duas concepções, poderá passar por se estabelecerem objetivos ambiciosos, mas viáveis a curto prazo, ao mesmo tempo que se vai alterando dinamicamente a sustentabilidade (Svedin, 1989).

Outra questão em aberto consiste na persistência da tensão entre a concepção ecocentrista e a antropocentrista, que apresentam abordagens conceptuais distintas ao tema. A primeira tem sido dominante e coloca as preocupações ambientais no centro da questão (Dresner, 2002), enquanto a segunda reconhece que diversidade cultural é, para a espécie humana, tão necessária como a diversidade biológica para a natureza” (UNESCO, 2002: 3).

Para além da dialética das concepções ecocentrista e antropocentrista, há a considerar duas abordagens distintas do desenvolvimento sustentável, relacionadas com o grau dos valores considerados, diferenciando-se uma perspectiva fraca e outro forte (Quadro 12).

Quadro 12: Perspectiva fraca e forte do desenvolvimento sustentável

	Ecocentrista (Sustentabilidade Ambiental)	Antropocentrista (Desenvolvimento Humano)
Forte	Terra como um sistema em equilíbrio	Equidade de oportunidades e de condições de vida
Fraca	Redução dos impactos a níveis aceitáveis	Melhoria da qualidade de vida e ajuda aos mais pobres

Fonte: Silva (2013)

A interligação da componente humana e ambiental, numa perspetiva de sustentabilidade forte, entende-se como a meta ideal, que pressupõe uma abordagem holística e uma visão sistémica, envolvendo todas as componentes e as suas interligações a diferentes escalas (local, nacional, regional e mundial).

No lado oposto, uma abordagem fraca considera o desenvolvimento sustentável como qualquer medida que contribua para assegurar a continuidade dos recursos essenciais para as gerações futuras, garantir impactos suportáveis, melhorar a qualidade de vida das populações e criar condições para que todos os cidadãos tenham uma vida minimamente digna. Efectivamente, muitas das referências e propostas de desenvolvimento sustentável representam apenas uma redução da insustentabilidade e não uma real promoção da sustentabilidade.

Na generalidade pode-se considerar que, salvo um grupo muito restrito de pessoas, as sociedades têm uma visão antropocentrista do mundo e privilegiam a sua qualidade de vida em detrimento da equidade global.

Para os defensores de uma abordagem forte ao desenvolvimento sustentável, para além dos três pilares básicos da sustentabilidade (económica, ambiental e social), é indispensável incorporar outras componentes, em especial a geográfica (territorial) e a cultural (Sachs, 1990; Sen, 1999). Existem também investigadores que reforçam a importância de considerar uma componente associada aos aspectos institucionais num sentido lato, que engloba tanto os organismos públicos, como as ONG e as empresas (Gouzee *et al.*, 1995).

Neste contexto, não pode ainda ser esquecido o irreversível processo de globalização, fazendo surgir o conceito de cidadania planetária a partir de uma concepção onde se afirma que, independente da nacionalidade, habitamos o mesmo planeta, do qual devemos cuidar e partilhar princípios, valores, atitudes e comportamentos comuns, próprios de uma única comunidade, a comunidade dos seres humanos.

Por todo o exposto considera-se, dentro do espírito orientador desta tese, que o turismo pode funcionar como mais um elemento agregador de esforços para o desenvolvimento sustentável, associando o melhor de cada uma das teorias

apresentadas – num esforço de interligação entre o ecocentrismo e o antropocentrismo, visando a melhoria do planeta enquanto habitat de todos os seres vivos.

O desenvolvimento do turismo sustentável, de acordo com a salvaguarda das instituições responsáveis pela sua organização e a salvaguarda da vida das comunidades, pode permitir uma alavancagem da melhoria das condições de vida das comunidades, através do aumento do emprego e do nível académico das comunidades, a fim de garantir uma interacção com mais qualidade.

O desenvolvimento sustentável é, efectivamente, o culminar de um extenso processo social, ecológico, mediático, institucional e político, tratando-se de um conceito que resulta de um longo balanço entre correntes, filosofias, obras científicas, literárias ou outras, ideologias, políticas, acontecimentos e atitudes dispersas, muitas vezes desligadas entre si, não comparáveis, não conduzidas numa mesma linha coerente e lógica. Foi nesse turbilhão que foi ganhando volume a ideia de sustentabilidade, um produto pluridimensional hoje elevado à categoria de referência no que respeita às questões de desenvolvimento.

É neste contexto pluridimensional e abrangente da definição de desenvolvimento sustentável que, na Cimeira das Nações Unidas de Setembro de 2015, em Nova Iorque, surge a Agenda 2030. Esta marca o início de uma nova etapa no desenvolvimento global e surge com o objectivo de elaboração de um conjunto de metas transformadoras, centradas quer a nível do indivíduo quer do planeta Terra. Resulta do esforço e trabalho conjuntos de governos e cidadãos de todo o mundo para criar um novo modelo global que visa acabar com a pobreza, promover a prosperidade, o bem-estar de todos, a protecção do ambiente e o combate às alterações climáticas. Destacam-se os 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, presentes na Agenda 2030 (Quadro 13).

Quadro 13: Objectivos de Desenvolvimento Sustentável

Nº	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
1	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
2	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável
3	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades
4	Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
5	Alcançar a igualdade de género e o empoderamento de todas as mulheres e meninas
6	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos
7	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia, para todos
8	Promover o crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos
9	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
10	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
11	Tornar as cidades e os povoadamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
12	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
13	Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos
14	Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
15	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade
16	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis
17	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Fonte: UNRIC (2016)

No que diz respeito ao turismo, é de salientar que alguns dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável reconhecem-no como um factor impulsionador de sustentabilidade, nomeadamente o 8, 10, 11, 12, 14, 15, 16 e 17. Este dado reforça a extensa abrangência da definição de desenvolvimento sustentável que vigora actualmente, na qual são patentes uma visão e uma consciência internacional holísticas.

Relativamente ao Objectivo 8, procura-se criar condições que permitam empregos que estimulem a economia e que combatam a escassez de oportunidades de emprego, as difíceis condições de trabalho, a erosão do contrato social das sociedades democráticas, a incapacidade de certos povos sair da pobreza e das desigualdades. Estas situações devem levar a uma reorganização das políticas sociais e económicas.

O Objectivo 12 reforça a necessidade de produção e consumo sustentáveis, por meio da criação de infraestruturas sustentáveis, do acesso aos serviços básicos, da aplicação de planos de desenvolvimento, da promoção de recursos e eficiência energética, do reforço da competitividade económica e da redução da pobreza. Por outras palavras, poder-se-ia resumir como uma gestão equilibrada e sólida, na qual se exponencia os recursos limitados e se melhora a qualidade de vida das populações. Esta atitude engloba produtores, consumidores e políticos, abrangendo todos os sectores da sociedade.

No que diz respeito ao Objectivo 14, este baseia-se na protecção da água presente na Natureza, ressaltando a sua importância no facto dos oceanos e mares terem funções de fornecimento de recursos naturais às populações, remoção de poluição, redução dos danos das tempestades, bem como servirem como locais recreativos e de lazer. Por outro lado, permitem reduzir a pobreza, na medida em que melhora a saúde das populações e aumenta o seu rendimento, por exemplo, através da pesca.

Perante o Objectivo 15, pretende-se uma gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação e à degradação da terra e da biodiversidade. Os sistemas ecológicos podem ser usados como estratégias de adaptação aos impactos das mudanças climáticas. Ao nível do bem-estar mental, a natureza e as paisagens naturais favorecem a sua optimização. No tocante a esta temática, caso seja aplicado o planeamento integrado de desenvolvimento dos diferentes componentes da ATFC KAZA e caso seja tido em conta a necessidade de preservação do ambiente, poder-se-á praticar um turismo mais ecológico nas Áreas Transfronteiriças de Conservação no geral, da SADC e ATFC KAZA em particular, condizente com os parâmetros englobados no Objectivo em análise.

Com o Objectivo 16, procura-se alcançar a paz e a justiça por via de uma interação natural e vinculativa entre indivíduos e comunidades. A ATFC KAZA é um bom exemplo de como as preocupações com o desenvolvimento de uma região também poderão passar pelo incremento das capacidades com que se estabelecem laços de respeito, tolerância e harmonia entre populações, sem esquecer a própria origem e identidade.

O Objectivo 17 salienta a necessidade de práticas mais sustentáveis, nomeadamente ao nível do uso da energia, das infraestruturas, dos transportes, da comunicação e das tecnologias de informação. O turismo tem um papel a desempenhar no desenvolvimento das populações, por actuações globais seja do sector público ou do privado. Para além dos documentos já redigidos e planificados em relação à ATFC KAZA, esta pode ser observada como uma oportunidade de operacionalização de acções integradoras de desenvolvimento sustentável, através de medidas que mobilizem e redirecionem o investimento para o turismo, mas que simultaneamente melhorem a qualidade de vida das populações locais e possibilitem a interação entre comunidades.

Mostra Fernandes (2012) que, contrariando a posição conservacionista da World Conservation Strategy, documento publicado em 1980 pela IUCN (União Internacional da Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais), no qual se reduz a sustentabilidade à sua dimensão ecológica, a estratégia defendida no Relatório de Brundtland foi mais realista ao incluir as perspectivas de progresso das sociedades humanas na linha geral de preservação do planeta, citando Adams (1999) e Baker et al. (1997, pp.72-88). Incluindo o rendimento, a inovação, a conservação e reduzindo ao mínimo as agressões ambientais, a sustentabilidade alarga o conceito de solidariedade, entendida enquanto equidade, não apenas entre as diferentes populações da contemporaneidade, mas também entre os actuais agentes de desenvolvimento sustentável. Espera-se que corresponda às “necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades” (Carvalho e Fernandes, 2002, pp.275-320).

De acordo com a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento – WCED, 1987 (citado por HALL, 2004, p. 46), “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às próprias necessidades”. Assim a sustentabilidade não significa a não utilização dos recursos, mas sim a exploração dos recursos naturais e socioculturais de uma forma ordenada e planejada, de modo que sejam usufruídos adequadamente e, mantendo a sua originalidade, integridade e atratividade através dos tempos.

A sustentabilidade tem a sua base na conservação ecológica, isto é, a conservação dos ecossistemas e dos recursos naturais é determinante básica para o desenvolvimento sustentável (Dieguez, s.d.). De acordo com o autor, um dos aspectos positivos da sustentabilidade é a tentativa de resolver as contradições entre o crescimento económico, a distribuição de renda e a necessidade de conservação dos recursos ambientais. Cabe realçar, que o turismo também tem a sua base nos diferentes ecossistemas, nos recursos naturais e culturais, facto que torna imperativo o desenvolvimento da actividade sob orientação dos princípios do desenvolvimento sustentável (Quadro 14).

Quadro 14: Princípios do desenvolvimento sustentável

Dimensão Sustentável	Componentes	Objectivos
Económica	Criação de postos de trabalho que permitam a obtenção de renda individual adequada; Absorção de mão-de-obra mais desqualificada, mulheres e desempregados de longa duração; Produção de bens dirigidos prioritariamente às necessidades básicas sociais; Fluxos permanentes de investimentos públicos e privados; Maior eficiência na utilização dos recursos; Absorção pela empresa dos custos ambientais; Criação de micro empresas; reorganização do tecido empresarial; Assegurar uma distribuição equitativa dos benefícios e custos; Melhorar as infraestruturas sociais e de cuidados de saúde; Endogeneização: contar com as suas próprias forças.	Redução das desigualdades; Aumento da produção e da riqueza social, sem dependência externa
Ecológica	Produção com respeito pelo ecossistema; Prudência no uso dos recursos naturais; Prioridade à produção de biomassa e à industrialização de <i>inputs</i> naturais renováveis; Redução da intensidade energética e aumento da conservação de energia; Tecnologias e processos produtivos de baixo índice de resíduos; Melhorar a qualidade do ambiente da qual dependem, tanto a comunidade anfitriã, como o visitante – realização de investimento de infraestruturas de saneamento, tratamento de lixo, criação de parques, etc	Melhoria da qualidade do meio ambiente e preservação das fontes de recursos energéticos e naturais para as próximas gerações.
Espacial	Desconcentração espacial (de atividades e da população); Desconcentração/democratização do poder local e regional; Configuração rural/urbana mais equilibrada.	Evitar excesso de aglomerações.
Cultural	Soluções adequadas a cada ecossistema; Compatibilidade do turismo com a cultura, as tradições, os valores do povo; Preservação e fortalecimento da identidade da comunidade; Promover uma qualidade elevada da experiência do visitante, garantindo uma experiência autêntica (sem encenações); Preservar e reforçar a cultura tradicional e os hábitos de vida; Respeito pela formação cultural comunitária.	Evitar conflitos culturais com potencial regressivo.

Fonte: Adaptado de Sarmento (2008).

Para Fernandes (2012), o conceito de desenvolvimento sustentável, numa primeira análise, nasce dos receios perante os processos de humanização da esfera terrestre. Na verdade, a origem deste modelo de desenvolvimento é mais complexa. Resulta de uma conjugação de factores económicos, políticos, sociais, culturais, entre outros. Enquanto paradigma do desenvolvimento do século XXI, é também o resultado da globalização das problemáticas ambientais. Para o autor, a realização de algumas conferências teve um importante papel, mais na mediatização deste conceito do que na efetiva resolução de problemas. Apesar disso, o desenvolvimento sustentável não é um conceito de aceitação universal. É um pouco ambicioso para os ecologistas radicais, muito vago para alguns, demasiado teórico para certos detratores, um excessivo travão ao crescimento e ao desenvolvimento para os expansionistas. Noutra perspectiva, o desenvolvimento sustentável pode ser entendido como um meio de harmonização de diferentes posturas, um ponto de encontro entre os diversos actores que intervêm nas dinâmicas de desenvolvimento e sentem a problemática de modo muito heterogéneo.

No caso da Área Transfronteiriça de Conservação em estudo, a ATFC KAZA, fundamentalmente na componente angolana, encerra uma série de questões. Para os mais optimistas, o desenvolvimento sustentável é um factor de desenvolvimento, de redução da pobreza, de interacção e cooperação entre países. Para outros, é um argumento para se retirar a terra dos estados, para a penalização das comunidades e mesmo um argumento para a entrada fácil nos países, pelo que, no Tratado de constituição do mesmo, a República de Angola, assinou com reservas, devido a diversos constrangimentos. Portanto, é um processo complexo que encerra a proactividade de uns e a negatividade de outros.

A elaboração de projectos de actividades turísticas deve ser concebida na óptica do desenvolvimento sustentável, garantindo que a utilização dos recursos não compromete o seu usufruto pelas gerações futuras; em cada área protegida devem ser respeitados os valores ambientais intrínsecos e reconhecer que, algumas zonas, pela sua sensibilidade ecológica, são interditas ou condicionadas; a localização das actividades e instalações turísticas deverá

obedecer a critérios de ordenamento que evitem a pressão em áreas sensíveis, respeitando a capacidade de carga do meio natural e social, conforme enfatiza Cunha (2003).

3.6. DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL

De acordo com a Organização Mundial do Turismo, foi em 1993 que, pela primeira vez, foi definido oficialmente o Turismo Sustentável: Este conceito consiste num desenvolvimento que permite que as questões económicas alavanquem o melhoramento da vida da comunidade receptora e a satisfação do turista, que permita a conservação ambiental e, ainda, que promova a divulgação, educação, quer dos visitantes, quer dos anfitriões, para que o turismo se torne efectivamente uma dinâmica positiva, que proporcione o aumento dos impactos positivos e a diminuição dos negativos. No tocante à sustentabilidade, o sector do turismo é considerado como um dos mais importantes sectores económicos a nível mundial, responsável pelo desenvolvimento socioeconómico de muitos territórios através das receitas geradas, da criação de empregos e empresas, do desenvolvimento de equipamento e infraestruturas, da conservação da biodiversidade e da geodiversidade.



Figura 8: Âmbitos do Turismo Sustentável
 Fonte: Moniz (2006, p. 4), adaptado de Coccossis (1996)

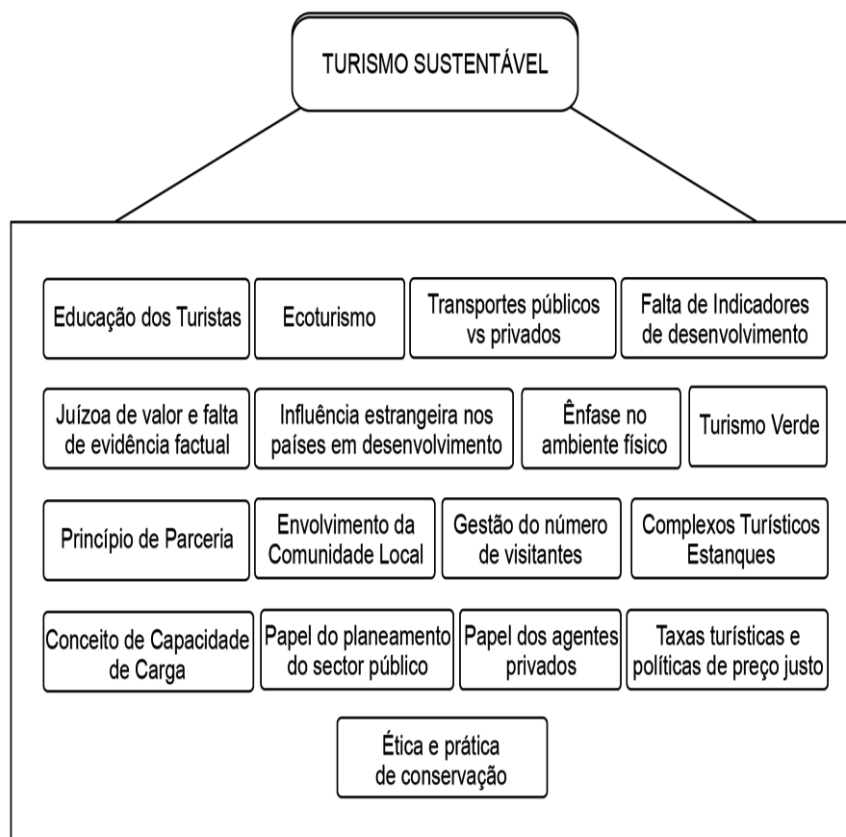


Figura 9: Aspectos-chave do Turismo Sustentável
 Fonte: Adaptado de (Swarbrooke, 1999; Moniz, 2006)

O turismo de massas é habitualmente associado ao turismo balnear litoral, a que se aplica o que diz Sarmiento (2009), que o caracteriza como uma monocultura turística, baseado nos 3 “S” (*Sun, Sea, Sand*). É um modelo ultrapassado e insustentável, por várias razões, das quais se destacam quatro:

- 1- Não contemplou a importância da conservação dos sistemas naturais nem do uso racional dos recursos naturais;
- 2- Acentuou o processo de crescimento em detrimento dos aspectos qualitativos do mesmo desenvolvimento;
- 3- Distribuiu com enorme desigualdade os frutos do desenvolvimento turístico;
- 4- Não integrou o território e suas singularidades na oferta turística, potenciando a homogeneização e a descaracterização de vários destinos.

Em contrapartida, no novo tipo de turismo temos os 3 “L” (*Landscape, Leisure, Learning*) e também se verifica uma alteração significativa do comportamento dos turistas e nas estratégias turísticas (Poon, 1993).

O turismo alternativo ou “novo turismo”, conforme a figura 10, mostra-nos diversas possibilidades que podem e têm contribuído para a satisfação das necessidades de um número de pessoas, a fim de compensar os desequilíbrios psicológicos provocados pela vida profissional, bem como as necessidades de evasão ao meio das grandes cidades, do barulho das viaturas, do stress.

Segundo Ruschmann (1997), no tipo de turismo que engloba o alternativo, é fundamental encontrar-se um equilíbrio entre os interesses económicos que o turismo estimula e o seu desenvolvimento de forma sustentável, o que pressupõe a correcta gestão de todos os ambientes, recursos, comunidades receptoras, mantendo a sua integridade cultural, os processos ecológicos, a diversidade biológica dos meios humano e ambiental através dos tempos.

Para Sarmiento (2009), a par da evolução do conceito de turismo, os turistas também evoluíram e apresentam comportamentos diferenciados, como mostra Weaver (2000):

- (i) Alteração de valores - existe uma maior sensibilidade ambiental, uma maior sensibilidade às culturas locais, apreciação e procura do diferente, busca de experiências autênticas, uma maior consciência das questões de justiça social, a procura de impactos positivos no destino e uma motivação para o processo de aprendizagem e de auto-realização;
- (ii) Alteração dos estilos de vida - propiciados pela crescente flexibilização dos horários de trabalho, o aumento dos rendimentos, o aumento do tempo livre, a preocupação com as questões ligadas à saúde e o facto de encararem a viagem como um “modo de vida”;
- (iii) Alterações demográficas - devido ao progressivo envelhecimento da população, à redução da dimensão das famílias e ao aumento do número de celibatários;
- (iv) Maior flexibilidade - hoje em dia, as férias são menos planeadas, mais repartidas, com turistas mais espontâneos e que preferem optar por itinerários mais flexíveis;
- (v) Maior independência - na prática, significa uma maior disposição para assumir riscos, uma maior independência e consciência das decisões, a preferência por itinerários mais flexíveis e, naturalmente, uma prévia avaliação do produto turístico.

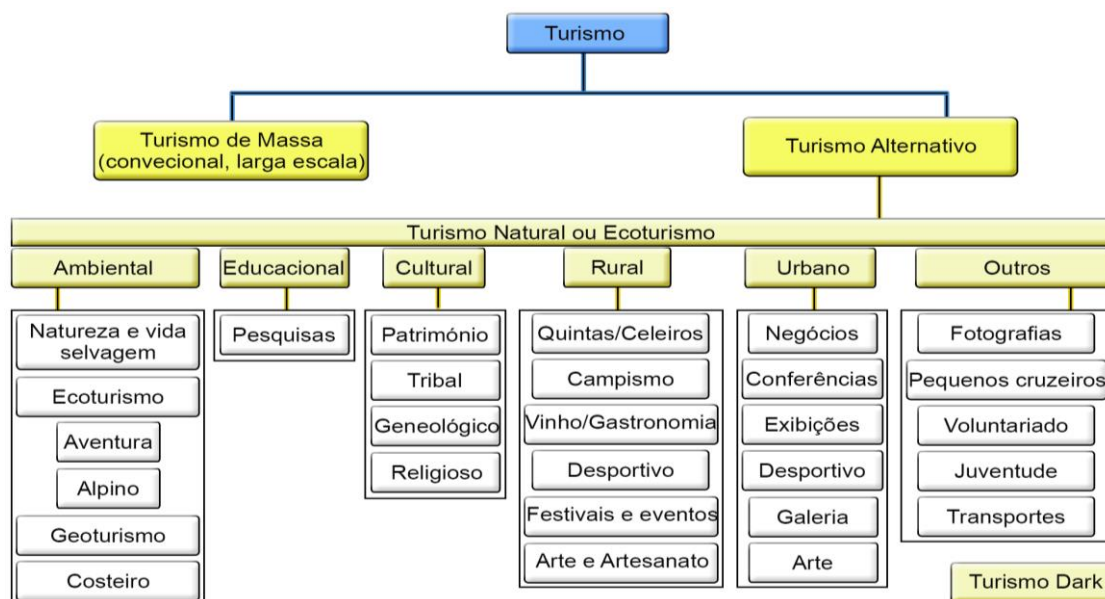


Figura 10: Classificação do tipo de turismo

Fonte: Adaptado de Wearing e Neil (2001) e Robinson e Novelli (2005)

O turismo sustentável é apontado como aquele que compatibiliza o desenvolvimento do turismo com o respeito e a preservação dos recursos naturais, culturais e sociais e que também favorece a redução das tensões entre o turismo, os visitantes, as comunidades anfitriãs e o ambiente, ou seja, em que um equilíbrio entre todos os intervenientes (Sarmiento, 2009).

Neste contexto do desenvolvimento sustentável, defende-se a aplicação de medidas que segundo Poon (1993), citado por Sarmiento (2009):

- 1- Sejam duráveis, sendo economicamente viáveis a longo prazo, planificadas, bem geridas e que não assentem na massificação e num impacto fraco;
- 2- Respeitem o meio, nomeadamente em termos de capacidade de carga dos espaços naturais e culturais, minimizando os efeitos permanentes;
- 3- Estejam devidamente integradas e interagindo com a totalidade do território, estejam adaptadas à personalidade do sítio e envolvam o tecido empresarial local;
- 4- Permitam a efectiva participação das populações locais.

O processo de desenvolvimento turístico deverá ter como bases os princípios da sustentabilidade, fundamentalmente tendo como suporte uma estratégia sustentada nos princípios básicos do ecoturismo que integre três objectivos principais: sustentabilidade, conservação e fortalecimento da comunidade receptora (Wearing & Neil, 2001).

Os objectivos do ecoturismo trazem dinâmicas positivas na economia, a saber:

- 1- O ecoturismo estimula a compreensão dos impactos do turismo sobre o meio natural, cultural e humano;
- 2- O ecoturismo assegura uma distribuição justa dos benefícios e custos;
- 3- O ecoturismo cria emprego local, tanto directamente no turismo, como em diversos sectores da economia;
- 4- O ecoturismo estimula as indústrias locais rentáveis, como acontece com hotéis e outras instalações de alojamento, restaurantes e outros serviços de alimentação, sistemas de transporte, produção de artesanato e

- serviços de guia;
- 5- O ecoturismo cria divisas estrangeiras para o país e injecta capital na economia local;
 - 6- O ecoturismo diversifica a economia local, particularmente nas áreas rurais, onde o emprego agrícola pode ser mais esporádico ou insuficiente;
 - 7- O ecoturismo procura a tomada de decisões em todos os segmentos da sociedade, inclusive nas populações locais, de modo que o turismo e outros usuários dos recursos possam coexistir;
 - 8- O ecoturismo exige o planeamento e o ordenamento do território, contribuindo para um desenvolvimento turístico mais adequado à capacidade de sustentação do ecossistema;
 - 9- O ecoturismo estimula a melhoria do transporte, da comunicação e de outros elementos da infra-estrutura comunitária local;
 - 10- O ecoturismo cria instalações recreativas que podem ser usadas pelas comunidades locais, pelos visitantes domésticos e internacionais. Também estimula a preservação dos locais arqueológicos e de edifícios e bairros históricos.

3.6.1. O Desenvolvimento da Actividade Turística e os seus Impactos

As actividades turísticas podem produzir efeitos, quer positivos quer negativos, no ambiente físico, social, económico, cultural e político. Em muitos países, a sustentabilidade do turismo não tem sido alcançada porque o factor económico normalmente sobrepõe-se a todos os outros factores, levando a uma deterioração dos recursos (figura 11). Tais efeitos denominam-se por impactos e dividem-se em três categorias, a saber: impactos económicos, socioculturais e ambientais.

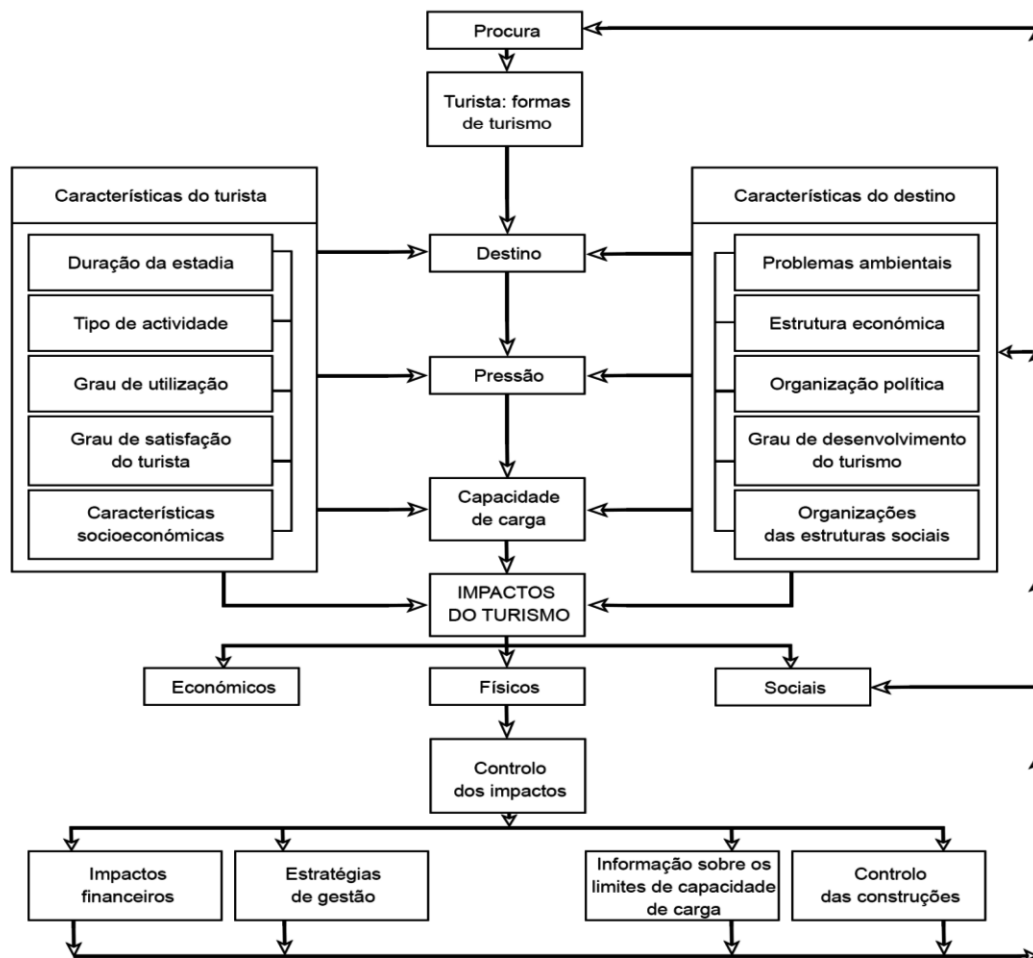


Figura 11: Modelo Conceptual para o Desenvolvimento Turístico Fonte: Moniz (2006, p. 129.) com base em Mathieson e Wall (1982)

Os impactos culturais podem ser sub-divididos em impactos na cultura material e na cultura imaterial (Mathieson e Wall, 1982). No tocante aos impactos na cultura não material, é importante assegurar que as expressões culturais típicas e mais características da cultura local não percam a sua originalidade. Segundo Sarmiento (2009), “o turismo pode também provocar um renascimento de antigas formas de arte, mesmo que muitas vezes, misturadas com influências de outras culturas e eventualmente encenadas para o turista. A cultura local, deverá envolver a participação da população como forma de fortalecimento da identidade local”.

Para o autor, apesar da existência de alguns aspectos potencialmente negativos na cultura da comunidade receptora, se o turismo for devidamente gerido, criará

benefícios, não só para o turista, mas também para as localidades que recebem os visitantes (Dias, 2003). Entre os principais aspectos socioculturais positivos do turismo, destacamos os seguintes:

- (i) O aumento do intercâmbio cultural entre visitantes e residentes e consequente valorização da cultura local, podendo levar ao fortalecimento do orgulho e da própria identidade da comunidade local;
- (ii) O reforço do intercâmbio cultural poderá gerar o aumento de novos laços e circulação de novas ideias e valores na comunidade residente;
- (iii) A sobrevivência e preservação da cultura local (arte, artesanato, danças, etc.) que é permanentemente renovada pelo interesse suscitado pelos turistas;
- (iv) A presença de turistas poderá incentivar a criação, aperfeiçoamento e desenvolvimento de muitos serviços úteis para a comunidade local, e que, de outra forma, possivelmente, não estariam ao seu alcance;
- (v) A valorização do património histórico-cultural local;
- (vi) O aumento da tolerância e compreensão face ao intercâmbio cultural entre diferentes povos;
- (vii) Actualmente, a globalização é um processo irreversível. Nesta fase do mundo globalizado, o grande desafio que se impõe passa pela preservação das diversas culturas, numa altura em que se acentua e reforça a necessidade de preservar a cultura nacional como afirmação da identidade diferenciadora que cada povo deve manter e preservar. Este aspecto é importante, não só como mais-valia, mas também como factor de preservação da unidade de um país.

Impactos Positivos e Negativos do Turismo

Efectivamente uma das questões mais complexas na organização de um modelo turístico com base na sustentabilidade é a gestão dos impactos, fundamentalmente dos negativos. Habitualmente os benefícios do turismo são abordados do ponto de vista socioeconómico (Sancho, 1998).

É de capital importância a atenção que se preste atenção aos impactos do turismo por forma a reduzir os impactos negativos e alavancar os positivos, para que se beneficiem essencialmente as Comunidades e suas culturas, a protecção da biodiversidade e geodiversidade. Os impactos positivos do turismo são enormes, desde a sua contribuição no aumento da qualidade da vida das comunidades, na inclusão social quanto na promoção da paz, factor basilar para a vivência do ser humano. (ver quadros 15 e 16)

Quadro 15: impactos positivos do turismo

Impactos económicos	<i>Criação de emprego; contribuição do turismo para o saldo da balança de pagamentos; aumento das receitas locais; contribuição para o aumento do PIB; promoção da construção de infraestruturas que permitem um maior desenvolvimento da região ao nível de indústrias e comércio local; fomento do consumo de produtos locais, efeito multiplicador do turismo;</i>
Impactos socioculturais	<i>Contribuição do Turismo na difusão dos efeitos benéficos do desenvolvimento; ampliação dos sentimentos culturais e educacionais; melhoria da qualidade de vida; diminuição das barreiras linguísticas, socioculturais, de classe, raciais, políticas e religiosas, promovendo a compreensão e a paz;</i>
Impactos ambientais	<i>Reforço da preservação do património; fomento das actividades de lazer ao ar livre e sensibilização para a criação de práticas ambientais, não só nas empresas, como também nos turistas, que começam a estar cada vez mais consciencializados para esta questão.</i>

Fonte: Adaptação própria (2016)

Quadro 16: impactos negativos do turismo

Impactos económicos	<i>Comercialização de espaços naturais e construção de infraestruturas com o objectivo de gerar lucros, que, muitas vezes, são desviados do local de destino, não beneficiando a população residente e a comunidade local; população residente assume postos de trabalho pouco atractivos e com baixa remuneração, enquanto os cargos de gestão são maioritariamente assumidos por trabalhadores não residentes; proveitos económicos desviados dos locais de destino, através da importação de alimentos e outros materiais, reduzindo a qualidade de vida local.</i>
Impactos socioculturais	<i>As correntes turísticas geram influências transformadoras nas comunidades locais, tais como a diferença de nacionalidades, de religião, de profissão e de interesse, que, por sua vez, geram um fenómeno denominado de aculturação; a língua também pode ser tida como um impacto, já que impossibilita, muitas vezes, a conversão e compreensão de ambas as partes, quer turistas, quer residentes; aparecimento de um mercado paralelo de prostituição, drogas e criminalidade, aliado à chegada de uma indústria dominante e controlada por entidades externas à comunidade local;</i>
Impactos ambientais	<i>Deterioração de espaços naturais com a construção de infraestruturas turísticas; número excessivo de visitantes num determinado local; deterioração de ecossistemas e consequente perda de habitats, provocados pelo congestionamento de pessoas, poluição sonora, emissões de dióxido de carbono e utilização de produtos químicos e poluentes; construção de infraestruturas cuja estética não se enquadra na paisagem; má utilização de recursos e infraestruturas, tais como, a água e a paisagem, que se tornam, muitas vezes, quase exclusivas para utilização turística, em detrimento das necessidades da população residente e da restante comunidade local;</i>

Fonte: Adaptação própria (2016)

Muitos autores enfatizam que o turismo é uma actividade muito sensível com prejuízos para as comunidades locais, fundamentalmente devido à inadequada preparação destas, indo mesmo à sua desterritorialização. O turismo tem este problema, pode ser um potencial, mas pode também ser um risco quando se assume como fator de desterritorialização.

3.7. TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Segundo Ivan Bursztyn (2012), as discussões envolvendo o turismo de base comunitária (TBC) no mundo, de um modo geral, estão vinculadas ao debate relativo às actividades turísticas que podem ser desenvolvidas e que possam contribuir para a redução da pobreza nos países do sul do mundo. É com esse propósito que organismos internacionais, como as Nações Unidas, com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização Mundial do Turismo (OMT), por exemplo, vêm promovendo acções de fomento ao TBC, principalmente na Ásia, África, América Latina e Caribe. A estratégia de promover encontros entre pessoas dos países mais ricos e comunidades de países pobres, em actividades de turismo com carácter responsável, pode proporcionar, segundo estes órgãos, uma sensibilização nesses visitantes, uma vez que conhecem os problemas, mas também as riquezas e as pessoas, vivenciando o cotidiano com suas tristezas e alegrias. O autor refere que o conhecimento adquirido não é só intelectual, mas mexe com os sentimentos e com o cotidiano, favorecendo vínculos de proximidade e solidariedade.

Durante a Conferência das Nações Unidas para Desenvolvimento Sustentável, a Rio +10, realizada em Joanesburgo, em 2002, a OMT lançou o Programa de Turismo Sustentável e Eliminação da Pobreza (*Sustainable Tourism – Eliminating Poverty* ou, simplesmente, STEP) com o objectivo de contribuir para o esforço global de redução da pobreza, estabelecido pelas Nações Unidas como um dos principais objectivos. Nos anos subsequentes, o STEP promoveu uma série de seminários em países da África, Ásia e América Latina que visavam sensibilizar os governos regionais para a adopção de acções que tinham como objectivo a redução da pobreza. Esses seminários e debates

deram origem a um conjunto de publicações da entidade sobre o tema (WTO, 2002, 2004, 2005 e 2006). Em paralelo, a OMT liderou um movimento de captação de recursos para financiar projectos em países menos desenvolvidos. Foram seleccionados 24 projectos em África, 16 nas Américas, 10 na Ásia e Pacífico e um na Europa; mais de metade destes estão diretamente focados no fomento às iniciativas de TBC. Houve outras iniciativas de promoção do TBC no mundo, principalmente, europeias, com actuação junto de países da Ásia e da África, no intuito de beneficiar as comunidades locais com os recursos gerados pelo turismo. Organizações como SNV (Holanda), WWF (Inglaterra), IUCN, entre tantas outras, ligadas ou não a governos de países ricos, vêm fomentando o TBC em países como Namíbia (Ashley & Garland, 1994; William *et al.*, 2001), Botswana (Mbaiwa, 2002), só para citar alguns exemplos de países membros da ATFC KAZA.

O turismo comunitário é visto por alguns autores como meio para a inserção de desenvolvimento económico de uma determinada área, como meio de interação e desenvolvimento social, concretização da consciência de preservação ambiental, cultural e como meio para a sustentabilidade. Para o sucesso do desenvolvimento turístico de base comunitária, é necessário ter em conta os diversos factores determinantes para sua afirmação. Não poderá ser desenvolvido apenas pela comunidade em si, pois a mesma deve estar ciente do seu papel e responsabilidade, conforme enfatiza Carvalho (2007): “o turismo comunitário apresenta-se sendo desenvolvido pela própria comunidade, onde seus membros passam a ser ao mesmo tempo articuladores e construtores da cadeia produtiva, onde a renda e o lucro permanecem na comunidade contribuindo para melhoria de qualidade de vida, levando todos a sentirem-se capazes de cooperar e organizar as estratégias do desenvolvimento do turismo. Além de requerer a participação de toda a comunidade, considera os direitos e deveres individuais e coletivos elaborando um processo de planeamento participativo, desenvolvendo assim a gestão participativa, ou seja, os actores sociais na sua maioria envolvem-se com as actividades desenvolvidas no local de forma directa ou indirecta tendo sempre em vista a melhoria da comunidade e

de cada participante, levando em conta os desejos e as necessidades das pessoas, a cultura local e a valorização do património natural e cultural”.

Ainda de acordo com Carvalho, a sociedade deve estar madura, composta por indivíduos habilitados para a formação sólida de uma comunidade e, só então, com o seu amadurecimento e em formações associativas, atingir o desenvolvimento comunitário, pelo que é necessário o desenvolvimento do indivíduo, dando-lhe condições mínimas e recursos básicos para o efeito. Mostra Carvalho (2007) que, *“para que ocorra o desenvolvimento, é preciso priorizar a satisfação de algumas necessidades humanas no que diz respeito à saúde, educação, moradia, lazer, emprego e renda”*. À semelhança de outros modelos de desenvolvimento turístico, é ressaltada a importância de incentivos públicos para a participação privada e da população na atividade, sendo a comunidade trabalhada para a receptividade e também para a preservação de patrimónios ambientais e culturais, a tomada de consciência da importância do turista, por forma a que se alcance o sucesso do destino. No turismo comunitário não é diferente. Existe a necessidade de sincronia entre os sectores, é extremamente importante que a comunidade esteja consciente da sua organização e apoio para exploração do turismo, já que este modelo possibilita a participação activa e directa da comunidade, fazendo com que esta usufrua das oportunidades geradas pela actividade e não seja excluída, nem os seus membros sejam utilizados apenas como mão-de-obra barata.

Dessa forma, o turismo comunitário surge como uma possibilidade de preservação de culturas e oportunidade em busca de uma fatia de mercado, como afirma Coriolano (2006): *“seus organizadores elaboram críticas ao modelo excludente e tentam produzir serviços turísticos de forma associativa, comunitária, juntando esforços, ideias e as poucas condições financeiras de pessoas que se agrupam para desenvolver serviços, assim, é realizado de forma compartilhada*. Enfatiza, também, Coriolano (2003) que “[...] o turista é atraído pela simplicidade, pelas belezas naturais, calma e a rusticidade do lugar”. Segundo a autora, uma das principais características do turismo comunitário é a criação de interacção entre a comunidade e os turistas. Havendo interacção e respeito mútuo entre as partes, permite que as relações sejam mais

humanizadas, de cooperação e encurtam-se as distâncias emocionais entre as comunidades e os turistas. Deste modo, proporcionará ao turista a criação de um sentimento de empatia pelo Território/Espaço e pelas comunidades, permitindo-lhe a criação de sentimentos de preservação, inclusão e paz.

O Plano de Desenvolvimento da província do Cuando Cubango define como objectivos “colocar o turismo ao serviço da valorização do território e dos recursos naturais e paisagísticos da província do Cuando Cubango, da afirmação da identidade angolana, da celebração da paz e da reconciliação nacional.” Refere o mesmo documento que *“sugere-se a criação de um enquadramento legal que defina um conjunto de compensações para as comunidades locais que desenvolvam trabalhos associados à gestão dos parques nacionais.” Acrescenta ainda que “as comunidades locais podem ser beneficiárias de ajudas públicas para financiarem projectos de interesse comunitário, como por exemplo, beneficiarem de uma discriminação positiva no Programa de Apoio Público ao empreendedorismo comunitário.”*

O turismo de base comunitária também deve assentar na criatividade que percorre o modelo de gestão, mas que passe também pela identificação de novas formas de capital. Implica muito mais que a simples participação, há que fazer destas comunidades as verdadeiras protagonistas na descoberta e gestão de diferentes formas de património. Para o efeito, a formação tem um papel fundamental.

Os benefícios que são propalados na divulgação dos projectos de base comunitária, fundamentais na organização das comunidades por forma a que se desenvolvam a partir dos benefícios daí provenientes, não parece que sejam reais, pois das visitas efectuadas a várias áreas e com a organização desse tipo de projectos, as comunidades desenvolvem-se de forma muito lenta, pois a rentabilidade dos seus projetos não permite todo um desenvolvimento para o melhoramento da vida das mesmas.

A questão é “como as mesmas poderão criar esses meios a partir dos projectos de turismo de base comunitária” se os Estados ficarem à espera que se desenvolvam a partir dos benefícios das suas actividades?

O turismo de base comunitária deverá passar pelos seguintes aspetos:

- 1- Organização das Comunidades por forma a apresentarem as suas culturas, permitindo que outros cidadãos do mundo, conheçam essas culturas, os seus valores, etc., como o exemplo da vila cultural Thaba Siku, em Maseru, no Lesotho.
- 2- Os Governos deverão assumir o seu papel, que é a criação de condições de vida dignificante para as suas comunidades e não deixar que elas se desenvolvam com o benefício dos projectos organizados pelas mesmas, mesmo que financiadas pelos governos ou por outras organizações, nomeadamente o desenvolvimento das infraestruturas básicas, escolas, hospitais, residências condignas e outras.
- 3- Os benefícios do turismo de base comunitária deverão reverter para formação e melhoramento das comunidades, e vice-versa, pelo contacto com os visitantes de outras partes do mundo. A garantia do seu envolvimento na decisão da região, a inclusão nos projectos e nos diversos níveis de decisão, de emprego e a respectiva formação especializada nas diversas áreas do saber.

3.8. TURISMO, DESTERRITORIALIZAÇÃO E TERRITÓRIO MUNDO

Segundo Fernandes (2013), o fenómeno turístico é um importante modelador das paisagens, das territorialidades pessoais e colectivas e dos fluxos de capitais e pessoas, tendo sido o foco de múltiplos processos de reconversão funcional de lugares em crise e de promoção de grupos sociais mais vulneráveis que, através do turismo, participam na mobilidade de diferentes categorias de capital.

O autor refere que o turismo se dispersou para espaços de diversidade e de maior sensibilidade ecológica e social. Os territórios turísticos tornaram-se social, cultural e economicamente mais fragmentados a ponto de ser difícil

pensar o mundo sem o turista que hoje se coloca na proximidade de populações com graus heterogêneos de vulnerabilidade,

Steil (2006), citado por Fernandes (2013), mostra, ainda, vários exemplos pelo mundo fora de destinos que são territórios de elevada precariedade social, como o Nepal, Goa, Índia, Egípto, África do Sul e Quênia, entre outros. Mostra-nos, também, que em muitos microterritórios, o turismo tem sido um factor de mudança e abertura à influência e territorialização locais de escalas geográficas mais alargadas. Em muitos casos, o turismo acelerou a terciarização da economia, da população activa e do espaço, estimulou a circulação da moeda e a mercantilização do quotidiano, alterando os ritmos, as opções e as trajectórias de vida da população local.

Para Haesbaert (1997) desterritorialização é um conceito aplicado a «fenómenos de efectiva instabilidade ou fragilização territorial, principalmente entre grupos socialmente mais excluídos e/ou profundamente segregados, de facto impossibilitados de construir e exercer efectivo controlo sobre os seus territórios, seja no sentido de dominação político-económica, seja no sentido de apropriação simbólico-cultural».

Rogério Haesbaert (1997) citado por Sposito (2004), trata do território com diferentes enfoques e traz-nos uma classificação na qual se verificam três direcionamentos básicos: 1) *jurídico-político*, onde “o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de carácter estatal”; 2) *culturalista*, que “prioriza dimensões simbólicas e mais subjectivas, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço”; 3) *económico*, “que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho”.

Assim, segundo Rogério Haesbaert (2007), como síntese da multiplicidade de feições que o território e os processos de territorialização assumem num mundo dito globalizado, pode-se afirmar que:

1. A construção do território resulta da articulação de duas dimensões fundamentais, uma mais material e ligada à esfera político-económica, outra mais imaterial ou simbólica, ligada sobretudo à esfera da cultura e do conjunto de símbolos e valores partilhados por um grupo social. Deste modo, o território pode estar vinculado, tanto ao exercício do poder e ao controlo da mobilidade via fortalecimento de fronteiras, quanto à funcionalidade económica que cria circuitos relativamente restritos para a produção, circulação e consumo;
2. Num sentido mais imaterial ou simbólico, o território pode moldar identidades culturais e ser moldado por elas, que fazem dele um referencial muito importante para a coesão dos grupos sociais;
3. Por outro lado, o território, além de ter diferentes composições na interacção entre as dimensões política, económica e simbólico-cultural, pode ser visto a partir do grau de fecho e/ou controlo do acesso que suas fronteiras impõem, ou seja, seus níveis de acessibilidade.

Refere ainda Haesbaert (2002) que, no panorama actual do mundo, com todas as suas complexidades e processos, muitas vezes excludentes, como a crescente globalização e a fragmentação a um nível micro ou local, servindo de refúgio à globalização, identifica uma multiterritorialidade reunida em três elementos: os territórios-zona, os territórios-rede e os aglomerados de exclusão. Nos territórios-zona prevalece a lógica política; nos territórios rede prevalece a lógica económica e nos aglomerados de exclusão ocorre uma lógica social de exclusão socioeconómica das pessoas.

As Áreas Transfronteiriças de Conservação têm o enquadramento nos três elementos apresentados pelo autor, o que obrigará a que os intervenientes das ATFC's acompanhem em tempo real todas as variáveis, a fim de que sejam minimizados os aspectos negativos e alavancados os aspectos positivos, permitindo que as comunidades façam parte da inclusão e não exclusão. Dito de outra forma, pretende-se esbater a lógica política dos territórios-zona, facilitar a criação de territórios rede com base na actividade turística e, sobretudo, evitar que as comunidades envolvidas no processo de desenvolvimento turístico se

tornem “aglomerados de exclusão”, mas antes constituam parte efectiva da rede económica em criação.

Para Fernandes (2008), a desterritorialização pode ocorrer em função do local, isto é, desterritorialização *in situ*, quando a desvinculação espacial ocorre nos próprios espaços quotidianos, o que é o mesmo que processos de desterritorialização fixos, ou a desterritorialização *ex situ*, que se refere aos casos em que o desenraizamento com o lugar ocorre por deslocação do indivíduo ou grupo, isto é, desterritorialização em movimento. Efectivamente, essa preocupação é passível de se encontrar em várias ATFC, pois a comunidade pode ser deslocada do seu ambiente e, muitas vezes, sem o cuidado de se minimizar as dificuldades inerentes à sua adaptação em outro local e mesmo de assegurar a sua própria sobrevivência, a exemplo dos Povos Koissans.

A desterritorialização implica sempre reterritorialização, ninguém fica sem território. O problema é que essa reterritorialização pode ser precária e, um modelo de desenvolvimento como o turismo, que promova reterritorializações precárias (menos acesso a água e à saúde, por exemplo), não serve. Refere Fernandes (2013) que o turismo incorre no risco de desterritorialização pelo efeito de quatro factores essenciais, que o autor enfatiza, mas para o nosso estudo apresentamos três:

- a) A perda de espaço público, devido ao aumento da insegurança - por questões como a criminalidade;
- b) A redução das acessibilidades - pela construção de barreiras, privatização dos espaços colectivos, aumento das densidades de uso, inflacção do preço dos solos, patrimonialização e gentrificação de espaços até então centrais na territorialidade de grupos mais vulneráveis;
- c) A degradação dos recursos naturais - como, por exemplo, a água;

Andrade (1995) estabelece uma diferenciação clara entre território e espaço. O território associa-se mais à ideia de integração nacional, de uma área efectivamente ocupada pela população, pela economia, pela produção, comércio, transportes, fiscalização, etc. É no território que as relações

capitalistas efectivamente se fazem presentes. Já o espaço é mais amplo e abrangente que o território, englobando também as áreas vazias que ainda não se territorializaram, isto é, que ainda não sofreram uma ocupação humana efectiva.

As Áreas Transfronteiriças de Conservação, no nosso caso, a ATFC KAZA é um espaço com 519.912 Km², com uma população diminuta, de 2.677.000 habitantes, com uma densidade abaixo dos 5 hab/Km². Pode ser considerado um espaço em vias de territorialização, segundo a definição do autor, pois estas áreas têm como objectivo a preservação da natureza, muito mais do que uma ocupação ou dominação económica ou política.

Ressalta Rogério Haesbaert (1997) que entre as novas territorialidades em gestação, talvez a mais surpreendente seja aquela que envolve a escala mundo. É a sua existência, afinal, que, de diversas maneiras, coroaria os processos de globalização, de certa forma legitimando-os, na medida em que a dimensão política da globalização, o controlo político dos fluxos (especialmente de capitais), é a menos evidente. Simbolicamente, territórios como os das reservas naturais e patrimónios da humanidade podem ajudar na consolidação de uma identidade-mundo, capaz de unir numa mesma "rede-território" toda a civilização planetária, que, pela primeira vez, desde a segunda grande guerra mundial, coloca em risco a sua própria existência na superfície da Terra.

Segundo Edgar Morin e Anne Brigitte Kern (1995), estaríamos a vivenciar um processo de territorialização radicalmente novo, pelo menos no tocante à escala planetária, com a formação de uma nova identidade territorial, um novo espaço a controlar (e preservar) de maneira conjunta, a Terra em sua totalidade (ou a "Terra Pátria"), a possibilidade de uma sociedade global no sentido positivo, onde valores como a democracia, a autonomia e os direitos humanos seriam universalizados. Para isso, uma nova identidade sócio-territorial, também planetária, torna-se imprescindível. Assim, a consciência global dos problemas (ecológicos, político-militares, económicos, médico-sanitários) pode constituir um primeiro passo.

Lévy (1993) refere que "o homem em geral não tem maior significado hoje do que no passado; mas a generalidade dos homens ganha sentido". O novo

padrão que tenta moldar a sociedade vai gradativamente diminuindo as distâncias no nível planetário, de acordo com a "sociedade-mundo" de Jacques Lévy, temos uma *distância nula*, pois "todos os pontos da Terra pertencem a uma mesma sociedade" (1993) através de redes sincronizadas.

Algumas Áreas Transfronteiriças de Conservação do mundo como a Ellesmere/Greenland Transboundary Complex Canada e Greenland, com a dimensão de 1.008.470.17 km²¹², algumas da SADC e, em particular, a Área de Conservação Okavango Zambeze-KAZA, com 519.912 km², envolvendo cinco países, Angola, Botswana, Zâmbia, Zimbabwe e Namíbia, que se juntam para, num determinado território, trabalharem de forma conjunta, melhorarem a vida das comunidades e protegerem a biodiversidade. São pequenos exemplos e, quiçá, pequenos territórios em dimensão planetária que fazem o ser humano sentir-se um cidadão planetário e permitir-se zelar pela preservação do Planeta de uma forma geral e não só no território onde se encontra inserido.

Relativamente à importância do turismo, no conceito das novas territorialidades, Dias (2011) refere que "o movimento aproxima indivíduos de lugares distantes, intensifica as mudanças de hábitos, facilita a comunicação de diferentes povos, estabelecendo regras de convivência e compreensão entre a diversidade étnica e racial do mundo. Neste sentido, pode falar-se do turismo como uma das faces da globalização, de intensificação da redução ou da eliminação de barreiras nacionais, não só para o aumento do fluxo de bens e mercadorias, mas também da circulação e do contacto inter-cultural". Para o mesmo autor, o turismo contribui para aumentar a consciência e a identidade de cada povo, assim como para conhecer as suas diferenças face a todos.

¹² Lista Global 2007 UNEP-WCMC Global List of Transboundary Protected Areas

3.9. TURISMO COMO PROMOTOR DA REDUÇÃO DA POBREZA

3.9.1. O Turismo e a Redução da Pobreza

Como foi já afirmado, o turismo é um dos sectores económicos que mais cresce em diversos países do mundo. Trata-se de um sector de mão-de-obra intensiva e uma importante fonte de desenvolvimento e empregos, especialmente para grupos com acesso limitado ao mercado de trabalho, como mulheres, jovens, trabalhadores migrantes e populações rurais. Ele pode contribuir muito para o desenvolvimento social e económico e para a redução da pobreza.

A pobreza tem várias definições, dependendo dos indicadores de cada país, mas frequentemente é definida em termos económicos, face a indicadores como rendimento e consumo. Entretanto, aumenta cada vez mais o reconhecimento de que a pobreza é uma condição multifacetada, envolvendo diversas formas, normalmente interconectadas, com dimensões económicas e sociais, incluindo: falta de recursos e rendimento; falta de oportunidades de participar em actividades produtivas capazes de manter a subsistência; falta de voz-activa e capacidade de acção, exclusão dos processos de tomada de decisão, sistemas de governança e recursos legais; vulnerabilidade a desastres naturais ou causados pelo homem, doenças e choques económicos; incapacidade de promover e defender os interesses da comunidade (IUCN – União Mundial para a Natureza, 2006).

3.9.2. Turismo e Países em Desenvolvimento

O turismo está a tornar-se, cada vez mais, o principal impulsionador do crescimento e da geração de empregos, rendimentos e receitas para muitos países em desenvolvimento do mundo. Actualmente, o sector ocupa a primeira ou segunda posição no *ranking* das receitas de exportação de 20 dos 48 países menos desenvolvidos (PMD) e pelo menos em outros dez tem crescido

constantemente. Por essa razão, o turismo tornou-se num dos principais motores do progresso socioeconómico para muitos países e uma prioridade de desenvolvimento para a maioria dos países menos desenvolvidos.

A maioria dos novos empregos em países em desenvolvimento está a ser criada no sector do turismo. O turismo constitui a principal exportação de serviços para muitos países em desenvolvimento e apresenta um potencial significativo ao garantir vantagens competitivas para os países mais pobres e menos desenvolvidos do mundo.

Em países mais dependentes do turismo (especialmente pequenos países insulares), este pode responder por 30 a 90% do PIB e por 50 a 90% das exportações, podendo empregar de 20 a 50% da população.

3.9.3. Turismo e Globalização

Os factores que mais impulsionam a globalização do sector de turismo são as mudanças na propriedade e estrutura do capital, aquisições e fusões combinadas com o desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação (TIC). Com o desenvolvimento das TIC, tem crescido significativamente o número de consumidores mais bem informados e estes tendem a procurar uma melhor relação custo/benefício.

A globalização tem um impacto diferente sobre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Os dados mais recentes sobre as receitas do sector de turismo e as chegadas de turistas, sugerem que os países desenvolvidos são os que mais estão a usufruir dos seus benefícios. Em alguns países em desenvolvimento, a globalização levou à privatização e à desregulação, gerando mudanças na estrutura de emprego. Noutros, a globalização originou fluxos crescentes de investimentos, empresas multinacionais e novas tecnologias, gerando novos empregos e aumentando a taxa de emprego (OIT, 2009). Assim, para garantir que os benefícios da globalização sectorial sejam distribuídos da maneira mais ampla possível, é importante que haja cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento e que questões relacionadas com a

cultura, tradição e ambiente sejam sempre priorizadas.

A Declaração sobre Justiça Social para uma Globalização Justa da Organização Internacional do Trabalho - OIT (2008) tem por objectivo formular uma resposta eficaz aos desafios crescentes da globalização. A liberdade de associação, o direito à negociação colectiva e à eliminação da discriminação no emprego e na ocupação são os princípios fundamentais da declaração.¹³

3.9.4. Turismo e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

Na Cimeira do Milénio, realizada em setembro de 2000, a maior reunião de líderes mundiais da história adoptou a Declaração do Milénio, na qual estas lideranças assumiram, em nome de suas nações, o compromisso de desenvolver uma nova parceria global, com vista a reduzir a pobreza extrema e a estabelecerem uma série de metas a serem alcançadas até 2015, conhecidas como os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Segundo o Papa João Paulo II, “numa humanidade globalizada, o turismo é às vezes um factor importante de mundialização, capaz de promover mudanças radicais e irreversíveis nas culturas das comunidades receptoras”. Com o impulso do consumismo, pode transformar em bens de consumo a cultura, as cerimónias religiosas e as festas étnicas, as quais empobrecem-se progressivamente para responder aos desejos de um maior número de turistas. Para responder a tais exigências, opta-se por “reconstruir a dimensão étnica”: o contrário do que deveria ser um verdadeiro diálogo entre as civilizações, com respeito pela autenticidade e realidade de cada um.

As metas definidas na Cimeira foram as seguintes:

- Meta 1: erradicar a extrema pobreza e a fome;
- Meta 2: atingir o ensino básico universal;
- Meta 3: promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres;

¹³ Manual para a redução da pobreza por meio do turismo. Organização Internacional do Trabalho (2009).

- Meta 4: reduzir a mortalidade infantil;
- Meta 5: melhorar a saúde maternal;
- Meta 6: combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças;
- Meta 7: garantir a sustentabilidade ambiental;
- Meta 8: estabelecer uma parceria global para o desenvolvimento;

Segundo a OIT (2011), a importância do sector do turismo para a redução da pobreza e para facilitar o desenvolvimento de economias menos desenvolvidas e emergentes foi reconhecida. A importância crescente do turismo para os países em desenvolvimento está estreitamente vinculada ao papel do emprego na promoção dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), particularmente das metas relacionadas com o emprego e com a redução da pobreza (Meta 1), ao género e ao empoderamento das mulheres (Meta 3) e à relação entre o emprego, a sustentabilidade ambiental (Meta 7) e o estabelecimento de uma parceria global para o desenvolvimento (Meta 8).

Apesar do turismo gerar empregos e contribuir significativamente para o crescimento económico, não constitui uma fórmula automática para a redução da pobreza. Uma questão estrategicamente importante para a realização dos objetivos de desenvolvimento, reside no facto dos países em desenvolvimento deverem enfatizar o sector nos seus Documentos de Estratégia Nacional para a Redução da Pobreza (DENARP) e de as instituições financeiras deverem reconhecer o impacto do turismo nas suas estratégias de apoio, o que exige o envolvimento de todas as partes interessadas por meio de um intenso diálogo social.

3.9.5. Estratégias e Planos para a Redução da Pobreza

De acordo com a OIT (2011), os documentos estratégicos constituem a base para o desenvolvimento do turismo sustentável, para a redução da pobreza, para a protecção dos recursos naturais e de modos de vida, assim como para a promoção do desenvolvimento económico. Ajudam a manter a coesão social e a identidade das comunidades locais/rurais. Os governos devem desempenhar um

papel importante no estabelecimento de estratégias, programas e políticas de desenvolvimento e de condições legais relacionadas com a segurança, o saneamento, as condições de trabalho, a infraestrutura, a educação e a capacitação. As estruturas políticas constituem a base para: Incentivar as cadeias de abastecimento do sector de turismo, por forma a comprarem os artigos localmente produzidos e reduzam a dependência dos produtos importados; Promover o protagonismo local, facilitar o acesso a crédito e empréstimos para pessoas em condições de pobreza, com especial atenção a jovens e mulheres, garantindo um retorno económico justo sobre os recursos administrados pelas comunidades, a exemplo dos microcréditos organizados pelos Ministérios das Finanças e da Família e Promoção da Mulher em Angola; Apoiar empregos formais locais/rurais, mediante o desenvolvimento de programas comunitários que ajudem a sensibilizar, educar e informar as populações locais/rurais a respeito da problemática do turismo, suas vantagens, perspectivas de emprego e outras áreas afins; Fortalecer a colaboração e a comunicação entre o sector de turismo e comunidades locais/rurais com vista a facilitar o fornecimento de alimentos, bens, serviços ou infraestruturas por parte das comunidades e ajudá-las a compreender melhor as necessidades do sector.

3.9.6. Diferentes abordagens de Redução de Pobreza através do Turismo¹⁴

São várias as abordagens sobre a redução da pobreza através do turismo. Destacamos aqui as apresentadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O turismo inclusivo promove vínculos e interações entre os diferentes actores do sector de turismo, parcerias com agentes privados, incentivos para a economia local, integração das mulheres e participação das próprias comunidades na identificação mais precisa das suas necessidades e aspirações.

¹⁴ Anna Spenceley, Caroline Ashley e Melissa de Kock; Tourism-led poverty reduction programme: Core training module (Genebra, Centro do Comércio Internacional, 2009), pág.32.

O turismo sustentável tem o compromisso de promover a prosperidade local, maximizando a contribuição do sector para o crescimento económico, nos locais de destino. Este deve gerar rendimento e emprego decente para trabalhadores, sem afectar o meio ambiente e a cultura dos locais de destino dos turistas e assegurar a viabilidade e competitividade desses locais de destino e das empresas no sentido de que possam continuar a prosperar e gerar benefícios de longo prazo.

O turismo responsável minimiza impactos económicos, ambientais e sociais negativos; gera benefícios económicos maiores para a população local, além de promover o bem-estar das comunidades de acolhimento e melhores condições de trabalho e de acesso ao sector; envolve as populações locais em decisões que as afetam; oferece contribuições positivas para a conservação do património natural e cultural tal como para a manutenção da diversidade no mundo; proporciona experiências mais agradáveis para os turistas a partir de seus vínculos mais estreitos com populações locais, além de uma maior compreensão de questões culturais, sociais e ambientais locais; é culturalmente sensível, promovendo também o respeito entre turistas e anfitriões e o orgulho e a confiança locais.

O turismo favorável a pessoas afectadas pela pobreza é aquele que gera mais benefícios para pessoas em situação de pobreza. Não é um produto ou um nicho específico, mas sim uma abordagem voltada para o desenvolvimento e uma melhor gestão do sector do turismo. Ela reforça os vínculos entre pessoas e empresas de turismo, tal como pessoas em situação de pobreza, para que a contribuição do turismo para a redução da pobreza seja mais intensa junto de pessoas afetadas pela pobreza, de modo a que consigam participar mais efectivamente do processo de desenvolvimento de diferentes produtos.

O turismo baseado no comércio justo tem a finalidade de garantir que pessoas cujas terras, recursos naturais, conhecimentos, trabalho e cultura são usados em actividades de turismo possam, efectivamente, beneficiar delas.

O turismo comunitário é aquele no qual populações locais (muitas das quais rurais, afectadas pela pobreza e economicamente excluídas) convidam turistas

para visitar as suas comunidades, disponibilizando instalações e desenvolvendo actividades para esse fim. O ecoturismo é aquele que combina a conservação, a participação comunitária e as viagens sustentáveis. Este implica viagens responsáveis a áreas naturais que preservam o meio ambiente e melhoram o bem-estar de populações locais¹⁵.

3.9.7. Estratégias de Turismo favorável a pessoas afectadas pela pobreza

O Quadro 16 mostra-nos quais as estratégias para a redução da pobreza por via do turismo, que passam pela promoção de benefícios económicos, acentuação de impactos não financeiros sobre meios de vida da comunidade, assim como pela promoção de participação e parcerias favoráveis à redução da pobreza.

Quadro 17: Estratégias de turismo para redução da pobreza.

Promover benefícios económicos	Acentuar impactos não financeiros sobre meios de vida	Promover participação e parcerias
1. Impulsionar empregos, salários locais/rurais;	1. Desenvolver capacidades e oferecer capacitação com sensibilidade a questões de género, com responsabilidade equilibrada;	1. Criar uma estrutura de políticas/planeamento mais favorável;
2. Impulsionar oportunidades empresariais locais/rurais;	2. Mitigar impactos ambientais;	2. Aumentar a participação de pessoas afectadas pela pobreza em processos decisórios;
3. Criar fontes coletivas de rendimento – taxas, cotas de receitas	3. Abordar a questão de usos conflituantes de recursos naturais;	3. Desenvolver parcerias favoráveis a pessoas afectadas pela pobreza com o sector privado;
	4. Melhorar impactos sociais e culturais;	4. Promover fluxos mais intensos de informações e comunicação.
	5. Aumentar o acesso de populações locais/rurais a infraestruturas e serviços.	

Fonte: <http://www.proporortourism.org.uk/> (2009)

Para as comunidades receptoras, o turismo é, muitas vezes, uma oportunidade para vender os produtos chamados “exóticos”. Surgem, assim, centros de férias

¹⁵ http://www.ecotourism.org/site/c.orLQKXPCLmF/b.48353030/k.BEB9/What_is_Ecotourism_The_International_Ecotourism_Society.htm

sofisticados ou caracterizados por um “exotismo superficial” para os curiosos que desejam novas sensações. Desafortunadamente, este desejo desenfreado leva, às vezes, a aberrações humilhantes, como a exploração de mulheres e crianças num comércio sexual sem escrúpulos, o que constitui um escândalo intolerável. É preciso fazer tudo o que for possível para que o turismo não seja, em caso algum, uma forma moderna de exploração, senão, uma ocasião de intercâmbio útil de experiências e de diálogo frutífero entre as diferentes civilizações (Papa João Paulo II, 2001).

3.10. REDUÇÃO DA POBREZA ATRAVÉS DAS ÁREAS TRANSFRONTEIRIÇAS DE CONSERVAÇÃO

A IUCN declara que a conservação em prol de pessoas desfavorecidas não é apenas uma responsabilidade ética, mas também “uma oportunidade de contribuir para o aumento da esfera ambiental de desenvolvimento sustentável, demonstrando a sua importância fundamental para os resultados económicos e sociais em algumas das regiões mais pobres, mas também com maior diversidade biológica do mundo” (IUCN 2003).

Algumas das discussões-chave no V Congresso Mundial de Parques da IUCN giraram em torno do conceito de “*conservação em prol do pobre*”. Roe e Elliot (2003) definem como sendo “uma conservação atrelada à obtenção da redução da pobreza e objectivos de justiça social”, enquanto que Fisher (2003) o descreve como “a optimização de conservação e benefícios de subsistência, com uma clara ênfase na contribuição para a redução da pobreza”. Scherl (2003) enfatiza que a criação e manejo de áreas protegidas, pelo menos, não deve piorar mais as condições de vida da população rural pobre e comunidades nativas, nessas áreas e nas suas adjacências (ou seja, pelo menos, não causar danos).

Desde 1982, com a realização do Terceiro Congresso Mundial de Parques, em Bali, que se reconhece a grande importância de se estenderem os benefícios das áreas protegidas à comunidade local. Exemplo disso é o quinto objectivo do

Plano de Acção de Bali, que consiste em *“promover a conexão entre gestão de áreas protegidas e desenvolvimento sustentável”* (McNeely & Miller, 1984). As recomendações elaboradas no Congresso de Bali reconheceram, especialmente, que as populações das áreas protegidas e do seu entorno podem apoiar a gestão da área protegida *“se sentirem que estão a usufruir apropriadamente dos benefícios provenientes da área protegida, sendo compensados apropriadamente por qualquer perda de direitos e levados em conta/consideração nos planeamentos e operações.”*

Em 1992, durante o Quarto Congresso Mundial de Parques, os participantes concordaram, na Declaração de Caracas, que a gestão de áreas protegidas *“tem que ser realizada de forma sensível às necessidades e preocupações das populações locais”* e encorajaram as *“comunidades, organizações não-governamentais e instituições do sector privado a participar activamente da criação e gestão de parques nacionais e áreas protegidas”* (McNeely 1993).

De acordo com a IUCN¹⁶ (2003), muitas áreas protegidas foram criadas e continuam a ser geridas à custa da população pobre, que perdeu os direitos tradicionais sobre os recursos e a capacidade de participar das decisões administrativas, além de ver negada a compensação justa pela utilização de recursos e custos de oportunidade (Nelson e Hossack, 2003; Geisler, 2003; Shepherd, 2004). Preocupado com o problema, o V Congresso Mundial de Parques da IUCN realizado em Durban, África do Sul, em Setembro de 2003, concordou com várias recomendações relevantes sobre o tema “Benefícios além Fronteiras” e adoptou como princípio o seguinte enunciado conforme a Recomendação 5.29.

¹⁶ IUCN- União Internacional de Conservação da Natureza

3.10.1. Custos e Benefícios das Áreas Protegidas para as populações pobres

As populações rurais pobres dependem imensamente do acesso aos recursos naturais para manter o seu sustento. Críticos do modelo histórico estrito de áreas protegidas – o que se denomina “fortress conservation” (conservação como fortaleza), o “modelo colonial” ou o “fines and fences approach” (método de multas) – ressaltam que esse modelo frequentemente envolve a deslocação da população e, normalmente, a priver do acesso a recursos como terra, madeira e vida silvestre. Além disso, esse modelo nega às comunidades nativas os seus direitos e responsabilidades tradicionais na gestão desses recursos, agravando assim todas as dimensões de pobreza discutidas acima (Lewis e Carter 1993; Ghimire e Pimbert 1997; Brechin *et al.* 2003). E para piorar ainda mais a situação, as comunidades vizinhas às áreas protegidas sofrem com animais que invadem as suas plantações ou com predadores que matam o seu gado ou, até mesmo, membros da família. Em muitos casos, o resultado era e continua a ser a hostilidade, o ressentimento e o aumento das ameaças à sobrevivência da área protegida, devido a invasões por agricultores ou incursões ilegais, com o intuito de obter madeira para combustível ou caçar. O exemplo do Parque Nacional Simen, na Etiópia, é um destes casos, porém muitos outros poderiam ser igualmente citados. O Parque Nacional Simen, no noroeste da Etiópia, foi anunciado em 1969 como área protegida da categoria II da IUCN, declarado Sítio de Património Mundial em 1978 e figura na Lista do Património Mundial em Perigo desde 1996. Na época em que foi anunciado, o parque incluía significativas áreas de assentamento e terras de pequenos agricultores que cultivavam plantações e criavam gado no local, há várias gerações (IUCN 2006).

No que concerne aos benefícios, a interdependência entre o bem-estar humano e a conservação de recursos naturais é actualmente reconhecida e resguardada a nível internacional em instrumentos políticos, tais como a Convenção sobre Diversidade Biológica e os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. As áreas protegidas representam algumas das poucas opções de renda disponíveis para

as populações em áreas afastadas, fornecendo, por exemplo, empregos, como guardas, guias florestais ou na indústria do turismo. Em países como Zimbábwe, Zâmbia, África do Sul e Paquistão, algumas comunidades locais obtêm rendimentos provenientes da caça nas imediações das áreas protegidas (Johnson 1997; Jones e Murphree 2001; Child e Dalal-Clayton 2004). Actualmente, muitos países criaram uma legislação para assegurar que as comunidades locais beneficiem directamente da receita obtida pelas autoridades das áreas protegidas, por exemplo, através de taxas de entrada cobradas aos turistas ou de impostos hoteleiros. No Uganda, a divisão da receita é assegurada pelo Estatuto da Vida Silvestre e 12% da receita bruta gerada pelos parques retorna às comunidades (Worah 2002).

Efectivamente, as áreas protegidas deviam ter como prioridade a protecção das comunidades que lá existem ou nos arredores das mesmas, mas nem sempre isso se verifica. Constatase, em muitos casos, e principalmente nas Áreas Transfronteiriças de Conservação, o agravar da pobreza, com ausências de hospitais, comunicação, transportes, escolas e inexistência de condições de segurança contra os caçadores ilegais. Nem sempre existem projectos de mitigação do conflito homem/animal. Nota-se, também, que se afectam milhões e milhões de dólares ou euros para a protecção da fauna e flora e os seres humanos são deixados à deriva.

As áreas transfronteiriças poderão ser uma alavanca para a melhoria da vida das comunidades locais e para a redução da pobreza, através da geração de emprego em várias áreas e níveis. Para o efeito, há necessidade de mudança de paradigmas, no entendimento de que somos cidadãos planetários, na forma integral de olhar para a natureza e para os seres humanos, a formação da comunidade e de nos colocarmos no lugar do outro.

O desenvolvimento do turismo nas áreas transfronteiriças pode contribuir para a redução da pobreza, conforme a abordagem da OIT (2011), acima apresentada.

3.11. TURISMO COMO PROMOTOR DA PAZ

A palavra paz significa muito mais do que ausência de guerra. Entre guerra e paz, como extremos opostos, existem muitos estágios intermediários. Johan Galtung (1985) tenta definir melhor a palavra paz ao apontar os conceitos de uma paz negativa e de uma paz positiva. A paz negativa, segundo este ilustre professor, é a mera ausência da guerra, o que não elimina a predisposição para ela ou a violência estrutural da sociedade. A paz positiva, por outro lado, implica ajuda mútua, educação e interdependência dos povos. A paz positiva vem a ser não somente uma forma de prevenção contra a guerra, mas a construção de uma sociedade melhor, na qual mais pessoas comungam do espaço social. Concordando com Galtung, evolui-se da polarização guerra e paz para, no mínimo, três estágios distintos: a guerra, a paz negativa e a paz positiva.

O conceito de paz positiva descreve um estado em que a vontade colectiva se orienta para a promoção da paz e a remoção dos obstáculos à paz. Comporta um compromisso com a justiça social, indo, assim, para além da ideia de paz como ausência de medo, violência e guerra. Implica um empenho na resolução pacífica dos conflitos e procura incrementar esta capacidade nos indivíduos e grupos, a fim de que os problemas sociais sejam ultrapassados de forma construtiva (Cazalma 2014).

Para analisar a nível global os esforços pela paz foi estruturado pela primeira vez em 2007, pela revista “The Economist”, em parceria com a Universidade de Sydney, a Universidade de Londres, a Universidade de Uppsala e o Instituto Internacional de Pesquisas pela Paz de Estocolmo, o Índice Global da Paz.

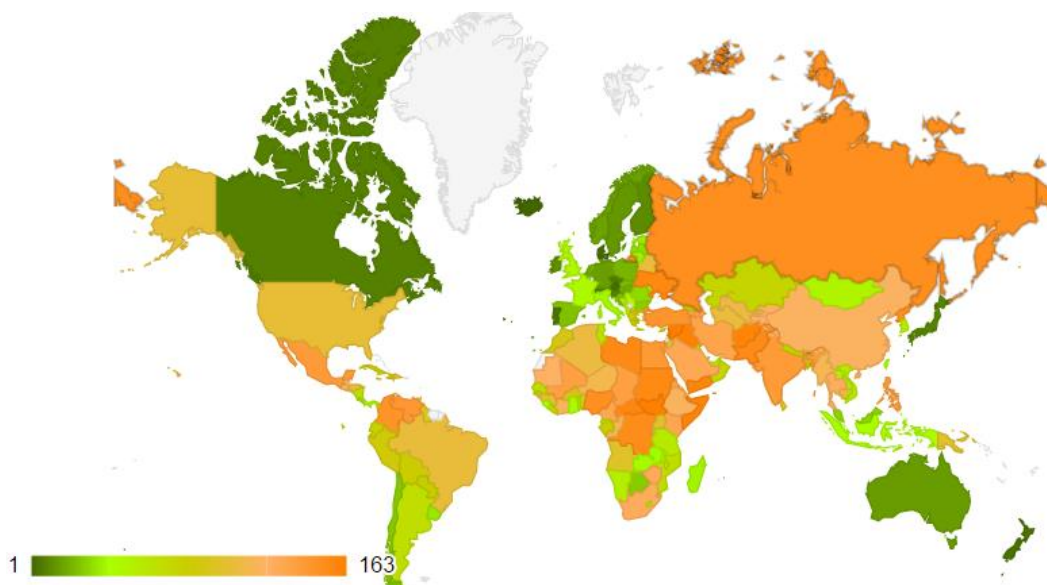


Figura 12: Mapa do índice global da paz
Fonte: Global Peace Index 2016

O mapa do índice global da paz mostra a pacificação dos países através da coloração apresentada em que do verde para o laranja se progride de mais para menos paz.

O Índice Global da Paz, para classificar as nações do mundo de acordo com o seu nível de tranquilidade, analisa 23 indicadores qualitativos e quantitativos que se podem agrupar a três domínios fundamentais: domínio da protecção e segurança na sociedade, que avalia o nível de harmonia ou discórdia dentro de uma nação, domínio da extensão do conflito doméstico e/ou internacional que investiga até que ponto os países estão envolvidos em conflitos internos e externos, bem como a duração do envolvimento e qual o papel de cada país no conflito e o domínio do grau de militarização.

Globalmente, em 2015, quatro das nove regiões geográficas experimentaram uma melhoria na paz, apesar de, no global, registar-se um desempenho pior do que em 2008. Cerca de 81 países tornaram-se mais pacíficos em 2015, ao contrário de 78 países, que se tornaram menos tranquilos. No geral, a alteração mais significativa do índice ocorreu no Médio Oriente e Norte de África, onde vários países sentiram o aparecimento de violência relacionada com conflitos civis e lutas sectárias, assim como com a actuação de grupos extremistas.

Depois do Médio Oriente e Norte de África, segue-se a América do Sul como segunda região na qual a paz foi mais afectada. A Europa mantém a sua posição como a região do mundo mais pacífica, embora apareçam em alguns países conflitos domésticos e externos (Global Peace Index 2016).

Avaliando no ranking geral de 162 países e no regional referente aos 56 países do continente africano, a posição que ocupam os 5 países intervenientes na ATFC KAZA são respectivamente: Angola 88ª e 20ª; Botswana 31ª e 2ª; Zâmbia 55ª e 7ª; Zimbabwe 125ª e 30ª; e Namíbia 48ª e 3ª posições.

Os rankings ajudam a avaliar e analisar o processo de paz a nível mundial, contribuindo para o processo de educação para a paz (figura 12).

Como diz Xesús Jares, uma cultura de paz tem de recuperar para muitos cidadãos, desenvolver para outros e cultivar para todos o valor do compromisso e da solidariedade. Para a estruturação do projecto de educação, o quadro abaixo apresentado esquematiza os conteúdos prioritários.

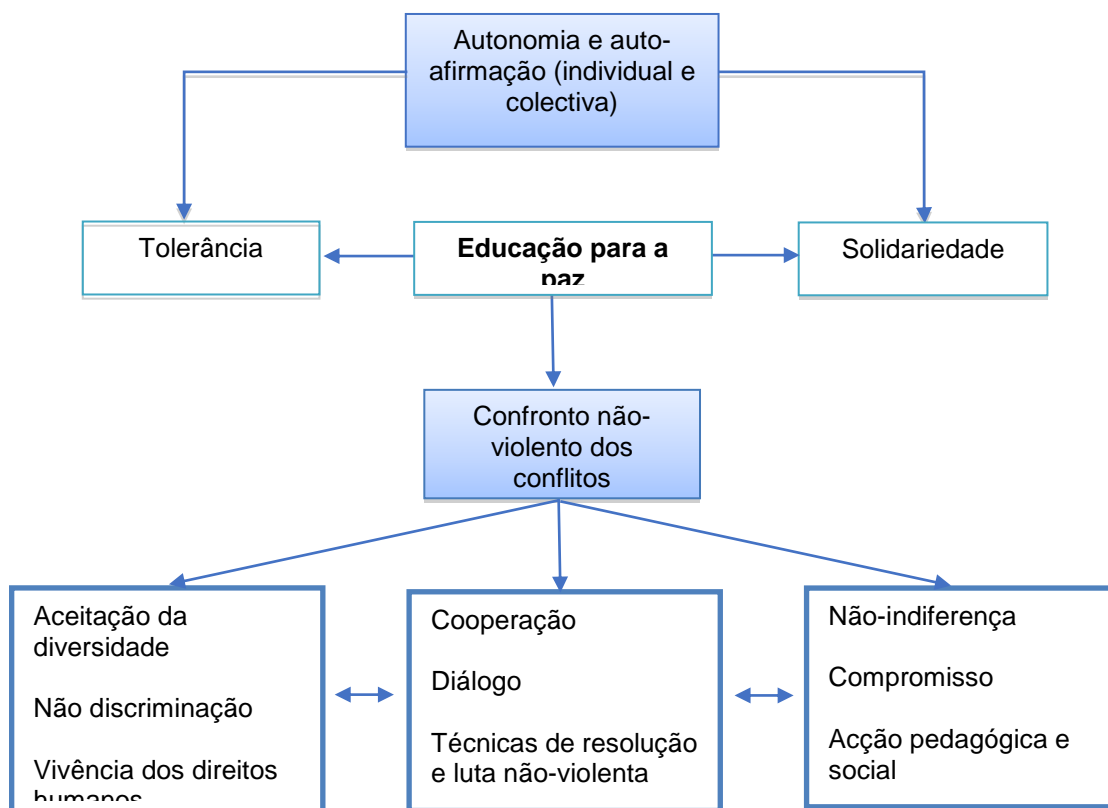


Figura 13: Objectivos e conteúdos prioritários para o projecto de educação para a Paz. Fonte: Adaptado de Jares (2007)

Educar para a Paz é uma forma particular de educação em valores. Toda a educação leva consigo, consciente e inconscientemente, a transmissão de um determinado código de valores. Educar para a Paz pressupõe a educação a partir de – e para – determinados valores, como a justiça, a cooperação, a solidariedade, o compromisso, a autonomia pessoal e colectiva, o respeito, ao mesmo tempo que questiona os valores contrários a uma cultura de Paz como a discriminação, a intolerância, o etnocentrismo, a obediência cega, a indiferença e a ausência de solidariedade, o conformismo.

Os conteúdos prioritários e imprescindíveis para o projecto de educação para a Paz são diferentes componentes de um mesmo processo: educação para a compreensão internacional, os direitos humanos, a multiculturalidade, o desarmamento, o conflito e a desobediência. Com estes conteúdos, procuram-se atingir determinados objectivos como favorecer a tolerância; reconhecer, respeitar e valorizar a diversidade cultural; analisar de forma crítica os estereótipos e os preconceitos; compreender a história da luta pelos direitos humanos e as liberdades fundamentais, fomentando a sua prática e os seus valores, relacionando-os às noções de justiça, igualdade, liberdade, paz, dignidade e democracia; estimular a prática da solidariedade; reconhecer e praticar técnicas e estratégias de confronto não-violento dos conflitos.

De acordo com o Código Mundial de Ética do Turismo, de uma forma geral, e, fundamentalmente, nos seus artigos 3º e 7º, o turismo é fundamental para conciliar de forma sustentável a protecção ambiental, a luta contra a pobreza, a compreensão entre os povos de todo o mundo, a salvaguarda de um são crescimento económico, contínuo e sustentável, capaz de satisfazer equitativamente as necessidades e aspirações das gerações presentes e futuras e a possibilidade de aceder, directa e pessoalmente, à descoberta das riquezas do planeta, constitui um direito aberto a todos os habitantes.

Ainda no artigo 1º do Código Mundial de Ética do Turismo, relativo à contribuição do turismo para a compreensão e respeito entre os seres humanos e sociedades “a compreensão e a promoção dos valores éticos comuns à humanidade, num espírito de tolerância e de respeito pela diversidade das crenças religiosas,

filosóficas e morais, são ao mesmo tempo fundamento e consequência de um turismo responsável; os atores do desenvolvimento turístico e os próprios turistas devem ter em conta as tradições ou práticas sociais e culturais de todos os povos, incluindo as das minorias e populações autóctones, reconhecendo a sua riqueza”.

A UNESCO considera o turismo, em todo mundo, como um dos elementos primordiais para a consolidação da paz entre os povos, uma vez que o fluxo de turistas faz crescer sentimentos de amizade, respeito e cooperação entre países e entre populações de uma mesma nação. Segundo esse entendimento programático, a UNESCO desenvolveu conhecimentos, técnicas e instrumentos gerenciais e operacionais para actuar nas diversidades sociológicas, ambientais, culturais e políticas nos cinco continentes, aprimorando e ampliando suas experiências na concepção e implementação de planos, programas e projectos associados ao turismo. Isso, evidentemente, tomando-se a actividade turística como um poderoso agente promotor da educação, da cultura e da consciência ecológica dos povos em todo o mundo (UNESCO, 2010).

As Nações Unidas proclamaram o ano de 1967 como “Ano Internacional do Turismo”, com o lema: “Turismo, passaporte para a paz”, o que chamou a atenção mundial e serviu para que todos os sectores, públicos e privados, compreendessem plenamente a mensagem do turismo como factor vital na procura da paz, tendo como base a justiça e as aspirações nacionais.

Passados 13 anos, em 1980, a Conferência de Manila pôs em realce a dimensão espiritual e moral do turismo. A Conferência identificou o turismo como factor permanente de promoção do conhecimento mútuo e da compreensão entre os povos. O turismo foi considerado, assim, como factor que permite um melhor desenvolvimento económico e social.

O ano de 1986 foi proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas como o “Ano Internacional da Paz”, com o lema: “O turismo, uma força viva ao serviço da Paz Mundial”.

Zamora (2010) lembra-nos a exortação apostólica do Papa João Paulo II “Reconciliatio et Poenitentia”, publicada no primeiro domingo do Advento, em

1984, onde enunciava que a paz não pode prosperar num mundo desgarrado, onde as divisões e tensões separam os povos, os grupos e as nações.

Segundo Zamora (2010), Santo Agostinho, há já alguns séculos, pronunciou palavras de grande importância para nós e para as actividades relacionadas com o turismo. Quando pronunciou que “a paz e a justiça são inseparáveis”, e quando falava da justiça, pensava nesta última no seu sentido mais amplo, onde estava integrada a justiça económica e a justiça social. Inspirada por esta mesma ideia, a Carta das Nações Unidas exorta os seus membros a promoverem o progresso social e a terem melhores normas de vida com uma maior liberdade. Já se passaram, desde então, mais de 30 anos, e ainda existe no mundo muita miséria e muita injustiça económica e social.

Realmente, os que procuram a paz não podem aceitar divisões, partilhas e separações. O turismo deveria eliminar preconceitos que, com tanta frequência, são fontes de discórdia entre os homens; deveria mitigar as pretensões de superioridade que um indivíduo possa ter em relação aos outros; deveria fomentar a unificação da humanidade num só povo, permitindo que cada ser humano, homem ou mulher, participe da riqueza espiritual e material da humanidade (Zamora, 2010).

Já é um facto o reconhecimento da importância do turismo e a sua tendência na contribuição do desenvolvimento económico, na compreensão internacional, na paz, na prosperidade, no respeito universal e pelos direitos humanos, assim como as liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.

Devemos ter consciência de que o turismo é significativo e, simultaneamente, surge como um laço importante na melhoria das relações de paz entre todos os países. É, assim, que o turismo se converte no foco da procura constante da paz, que é uma verdadeira luta para se atingir um mundo melhor.

Recapitulando, podemos assinalar que o turismo é um movimento transcendental que coloca em contacto directo falantes de línguas diferentes, que professam religiões diferentes e que pertencem a ideologias diferentes, mas que, através desta comunicação directa, sem interferências, encontram um

denominador comum de amizade fraternal, uma realização do seu desejo fervoroso de convivência pacífica. O conhecimento mútuo entre os indivíduos e os povos, graças aos encontros e intercâmbios culturais, ajudará seguramente na construção de uma sociedade mais solidária e fraternal. O turismo implica a convivência temporal com outras pessoas, a informação sobre suas condições de vida, seus problemas e religião; pressupõe compartilhar as aspirações legítimas de outros povos; favorece as condições para o seu reconhecimento pacífico (Papa João Paulo II, 27 de Setembro de 2001).

Destacamos algumas outras afirmações de Papa João Paulo II (27 de Setembro de 2001), proferidas na XXII Jornada Mundial do Turismo, em que ressalta a importância do turismo na transformação do mundo num espaço melhor. *“Em sintonia com a decisão das Nações Unidas de proclamar o ano de 2001 como “Ano Internacional do diálogo entre as civilizações”, o tema escolhido pela Organização Mundial do Turismo para a Jornada deste ano, é como que um convite a reflexão sobre a contribuição que o turismo pode dar ao diálogo entre as civilizações. Sobre este tema tenho dedicado eu mesmo algumas passagens da Mensagem para a Jornada Mundial pela Paz deste ano. Trata-se com efeito, de uma argumentação que merece atenção, já que no diálogo entre as culturas encontra-se “o caminho necessário para a construção de um mundo reconciliado, capaz de olhar com serenidade o próprio futuro” (Mensagem para a Jornada Mundial pela Paz- 2001, n.3). O Papa João Paulo II afirma, ainda, que “a indústria turística mostra como está o mundo: cada vez mais global e mais interdependente. O desenvolvimento do turismo, e em particular o turismo cultural, constitui, sem deixar dúvidas, um benefício para aqueles que o praticam e para a comunidade que acolhe esses visitantes e turistas”.*

Viajar tornou-se uma das grandes forças para a paz e para a compreensão nos dias de hoje. À medida que as pessoas se movem pelo mundo e aprendem a conhecer-se umas às outras, aprendem os costumes uns dos outros e a apreciar as qualidades dos indivíduos de cada nação. Construiu-se um nível de compreensão/entendimento internacional que pode melhorar nitidamente o ambiente para a paz mundial (Tarlow, 2011). Embora o turismo tenha crescido mais rapidamente nos países desenvolvidos, a questão é até que ponto ele pode

contribuir para a construção de bases para a paz: justiça social, equidade económica, desenvolvimento sustentável e democracia de base ampla. (Honey, 2008)

O papel do turismo e da paz pode ser visto de duas perspectivas, nomeadamente, sociocultural e política (Kunwar, 2010). Uma perspectiva sociocultural típica é denotada em comentários como “o turismo tem vindo a ser reconhecido como um instrumento de compreensão social e cultural por trazer a oportunidade do contacto entre diferentes pessoas e de tornar mais fácil a recolha e troca de informação acerca da forma de viver, culturas, línguas e outros aspetos económicos e sociais, bem como a mudança para criar amizades e atingir a boa vontade, a benevolência e a indulgência” (Kaul, 1985; in Kunwar, 2010).

A perspectiva política da relação entre o turismo e a paz mundial foca-se no turismo como um promotor de integração nacional e compreensão internacional, boa vontade/benevolência e paz. Esta perspectiva reconhece a importância do turismo como um meio de estabelecer e melhorar as relações políticas com os outros países. Além disso, tem sido apontado que “a estabilidade política, a melhoria das relações entre as nações e a paz internacional, estimulam o desenvolvimento do turismo.” Viajar pelo mundo é a expressão fundamental da cooperação internacional (ibid., 1985; in Kunwar, 2010).

Honey (2008) conclui, “com certeza que o turismo pode contribuir para a paz, mas para isso ser possível, os turistas devem envolver-se e partilhar os costumes da comunidade local. O ecoturismo, juntamente com as comunidades de conservação, associações da vida selvagem e voluntários do turismo, ajudam a proteger a biodiversidade, promovem habilitações e postos de trabalho para as comunidades locais, engrandecem a cultura local e contribuem para uma boa governação. Na essência, estes são os pilares para a construção da paz e da estabilidade.

O turismo é um instrumento da paz, que se realiza com as deslocações de milhões e milhões de pessoas por todo o planeta, permitindo sentir outras realidades, conhecer novas culturas, novas pessoas, novos territórios, a

promoção da redução das tensões, o fomento da cooperação internacional, a compreensão internacional, o respeito pelos direitos humanos e novos sentimentos. Transforma-se, assim, o turismo numa ferramenta das relações pacíficas entre todos os seres humanos e entre todos os povos, criando um clima de paz e segurança.

3.12. COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA - ÁREAS TRANSFRONTEIRIÇAS DE CONSERVAÇÃO

Em 1948, no mês de Outubro, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Ciência e Educação) promoveu uma conferência em Fontainebleau (França) para discutir as questões ambientais. Estiveram presentes 132 participantes, sendo 18 governos, sete Organizações Internacionais e 107 Organizações Nacionais. Essa conferência promoveu o nascimento da União Internacional para a Protecção da Natureza (IUPN). Em 1956, a IUPN passou a designar-se por União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN). Constituída por pessoas de direito privado, governos e entidades públicas, como Universidades e Centros de Investigação oficiais, em 2006 era constituída por 81 Estados, 84 Organizações Não Governamentais Internacionais e 775 Organizações Não Governamentais Nacionais.¹⁷

De acordo com Programa da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral aplicado às Áreas Transfronteiriças de Conservação (2013), o conceito da gestão conjunta de recursos naturais partilhados para além das fronteiras internacionais, ganhou impulso considerável na sequência da Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada no Rio de Janeiro, Brasil, em 1992. Em 2004, os países que ratificaram a Convenção sobre a Diversidade Biológica adoptaram, durante o Congresso Mundial de Conservação realizado em 2003, o objectivo de estabelecer e fortalecer “redes regionais, áreas protegidas transfronteiriças e a colaboração entre áreas vizinhas protegidas para

¹⁷ <http://www.iucn.org/members/mem-statistics.htm>.

além de fronteiras nacionais". Um novo marco alcançado neste Congresso foi o lançamento dos "Parques para a Paz", uma iniciativa da Peace Parks Foundation (PPF) e a União Internacional de Conservação da Natureza (IUCN).

A fronteira é, em termos gerais, um espaço de demarcação e limite, longe dos centros gravitacionais dos respetivos países e, em muitos casos, até é um factor de conflito que é trabalhado de forma diferente. Por via da centralidade ecológica e do paradigma ambiental, a fronteira pode ser um factor de progresso e de cooperação entre comunidades que, apesar de separadas do ponto de vista político-administrativo, vivem nos mesmos ecossistemas.

Uma área protegida representa sempre um risco social porque impõe limites ao uso dos recursos, mas também constitui uma oportunidade para o bem-estar e para a participação das comunidades que nela ou dela vivem. Para a SADC, as Áreas Transfronteiriças de Conservação (ATFC) referem-se a áreas protegidas de grande dimensão que atravessam fronteiras internacionais entre dois ou mais países. As áreas protegidas que atravessam fronteiras internacionais têm varias designações, como Áreas Transfronteiriças de Conservação (ATFC), Parques Transfronteiriços (TP) e Parques da Paz (PP).

A Brochura sobre as Áreas Transfronteiriças de Conservação em Angola (ATFC, 2015), apresenta a seguinte definição: "o termo **Parques Transfronteiriços (TP)** é utilizado para uma extensão onde somente áreas protegidas (normalmente dois ou mais parques nacionais) são unidos através das fronteiras, com o principal objectivo de melhorar a conservação da vida selvagem, através da gestão conjunta. "

O termo **Área Transfronteiriça de Conservação (ATFC)** estende a definição para incluir, não somente áreas protegidas, mas também diferentes terras utilizadas, incluindo áreas protegidas, tal como áreas múltiplas de utilização de recursos.

A IUCN definiu **Parques da Paz (PP)** como "áreas protegidas transfronteiriças que são formalmente dedicadas à protecção e manutenção da diversidade biológica, recursos naturais e culturais associados, e para a promoção da paz e

cooperação entre os países vizinhos em questão”, no Congresso Mundial de Parques, em 2003.

Em 12 de Outubro de 1940, concluiu-se a Convenção para a Protecção da Natureza e Preservação da Vida Selvagem no Hemisfério Ocidental, no âmbito da União Panamericana¹⁸. O artigo primeiro dessa Convenção define Reservas Nacionais como aquelas regiões delimitadas para a conservação e utilização de recursos naturais sob controlo governamental.

Dificuldades várias são encontradas para se definir com exactidão qual foi a primeira área protegida, em contexto das áreas transfronteiriças. Vários autores debruçam-se sobre a questão, mas, apesar disso, não há uma precisão sobre a primeira área protegida. De acordo com Schenimi et al. (2004)¹⁹ As áreas protegidas existem desde o ano 250 a.C., quando, na Índia, já se protegiam certos animais, peixes e áreas florestadas. No entanto, somente no século XIX, surgiram as primeiras vontades de criação de áreas legalmente protegidas para a salvaguarda dos ecossistemas e das paisagens naturais. Os dados mais comuns indicam que a primeira área protegida foi criada em 1 de Março de 1872, nos Estados Unidos, designada como Parque Nacional de Yellowstone. Assim, os Estados Unidos são considerados o berço onde nasceram os Parques Nacionais. O Parque Nacional de Yellowstone foi criado para a protecção de aproximadamente 2 milhões de acres de terra, próximas do Rio Yellowstone, como protecção da “wilderness”, ou seja, de uma natureza selvagem e intocada (DIEGUES, 2001, LANGLEY, 2001; MILANO, 2001)²⁰

Segundo (MEDEIROS, 2003), nos anos subsequentes, vários outros países foram criando os seus primeiros parques. No Brasil, o primeiro Parque Estadual Alberto Løefgren, com sede no Instituto Florestal de São Paulo, foi criado pelo

¹⁸ A União Panamericana foi antecessora da actual Organização dos Estados Americanos (OEA), criada em 1948) em Washington (EUA) (Convention on Nature Protection and Wild Life Preservation in the Western Hemisphere. United Nations Treaty Series, nº 485, 1953, p.192-204.)

¹⁹ Tema: Unidades de Conservação: Aspectos Históricos e sua Evolução, apresentado pelos Professor Dr. Pedro Carlos Schenimi, Prof Msc. Alexandre Marino Costa e Msc. Vanessa Wndt Casarin, Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário UF SC Florianópolis, realizado de 10 a 14 de Outubro 2004.

²⁰ Fonte: <http://www.nps.gov/yell/publications/pdfs/handbook/ch1.pdf>.)

Decreto Estadual nº 335, de 10 de fevereiro de 1896, no Canadá (1885), Nova Zelândia (1894), Austrália (1898), África do Sul (1898), México (1898) e Argentina (1903), no Continente Africano o Parque Nacional Albert na África Central (atual Parque Nacional Virunga) na República do Congo, foi criado em 1925²¹, no início do século XXI a maior parte das legislações dos países já previam a criação de Parques Nacionais. Ressaltamos outras Áreas Transfronteiriças de Conservação no Mundo, como o Parque Internacional da Paz Waterton Glacier, entre os Estados Unidos da América e o Canadá (1932), o Parque Nacional de Pieniny, na Polónia, a Reserva Natural Nacional, na Eslováquia (1932) e o Parque Nacional Albert, na África Central (1929).

Desde os primórdios dos anos noventa, vários Estados Membros da SADC têm estabelecido as ATFC, por meio de um acordo bilateral ou multilateral, como proposto no Protocolo da SADC sobre Conservação da fauna bravia e policiamento, de 1999.

Segundo o Programa da SADC para as ATFC (2013), “a atractividade da ideia de cooperação transfronteiriça é refletida no aumento do número de áreas protegidas transfronteiriças (APTs) ao longo dos anos. Durante a década de 1980 a IUCN identificou aproximadamente 70 APTs. As contagens subsequentes indicaram um aumento substancial, com 169 TBPA em 2001, 188 em 2005 e 227 em 2007 (IUCN/ Base de Dados Mundial de Áreas Protegidas (WDPA, 2007)”.

A maior área transfronteiriça do mundo é a Ellesmere/Greenland Transboundary Complex, entre Canadá e Gronelândia, com a dimensão de 1,008,470.17 km². A segunda situa-se no continente Africano, denominada Área Transfronteiriça de Conservação Okavango Zambeze, que é o nosso estudo de caso, entre cinco países: Angola, Botswana, Zâmbia, Zimbabwe e Namíbia, com 519.512 km².

O Quadro 17 mostra-nos quanto evoluiu o número de áreas transfronteiriças num período de 19 anos. O total de áreas transfronteiriças passou de 59 a 227, uma diferença de 168, o que traduz a importância da criação das áreas transfronteiriças para a conservação das áreas protegidas, das comunidades

²¹ Fonte: <http://www.ourplanet.com/imgverssn/142/baliruhya.html>.

nelas inseridas e, ainda, para a harmonização e promoção da paz entre os países envolvidos em cada uma delas. Os continentes que evoluíram mais significativamente foram a Ásia e a Europa.

Quadro 18: Evolução das Áreas Transfronteiriças no Mundo por Região

Região/Continente	Áreas Protegidas Transfronteiriças (Nº)				
	1988	1997	2001	2005	2007
América do Norte	5	8	10	15	12
América do Sul e Central	7	25	29	29	35
Europa	20	44	64	65	82
África	20	33	36	33	46
Ásia	7	26	30	46	52
TOTAL	59	136	169	188	227

Fonte: Steiman (2008)

Quadro 19: Número e Dimensão de Áreas Transfronteiriças por Região/Continente 2016

Região/Continente	Número	Área (Km ²)
América do Norte	22	1,651,775,21
América Sul / Norte	1	12,700,74
América do Sul	24	1,271,848,79
Europa	82	188,153,30
África / Ásia	1	10,351,46
-África	48	1,243,886,87
Ásia / Europa	14	230,452,29
Ásia	37	340,053,57
	229	4,949,222,23

Fonte: (Amelia Cazalma, 2016)

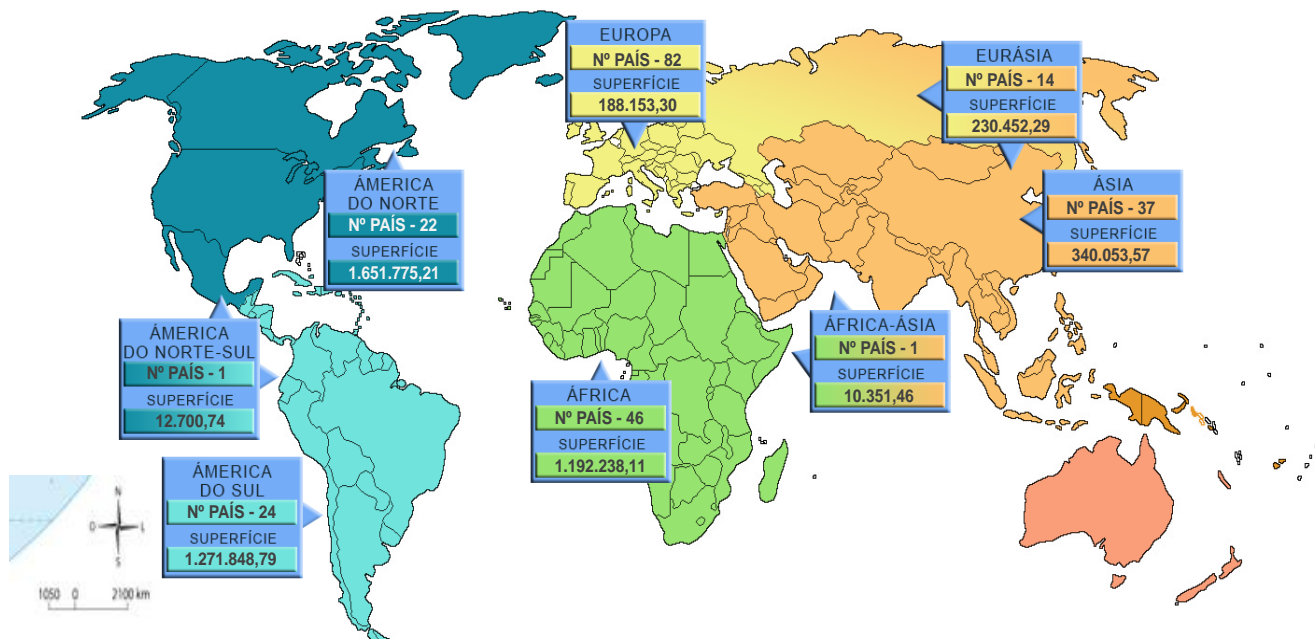


Figura 14: Mapa das ATFC Mundiais
Fonte: Adaptação da autora (2016)

No tocante à dimensão e ao número das áreas transfronteiriças, a Europa apresenta um maior número, num total de 82 áreas transfronteiriças, mas de dimensão reduzida. África também se apresenta, de forma promissora, com 48 áreas transfronteiriças, totalizando 1.243.886,87 km² em área protegida, algumas delas com mais de 3 países na sua composição.

A lista global das áreas transfronteiriças da figura X foi adaptada a partir de dados recentes de áreas da África Austral que não constam na lista Global 2007 UNEP - WCMC Global List of Transboundary Protected Areas. Assim, de acordo com os dados obtidos a partir do Programa da SADC para as Áreas de Conservação Transfronteiriças (2013), apresentamos uma lista mais actualizada com 229 áreas e um total de 4.949.222,23 km² (anexo 10).

Ressalvamos que 3 áreas transfronteiriças da SADC não foram agregadas à lista adaptada por estarem ainda na fase conceptual, nomeadamente a Área Transfronteiriça de Conservação Kagera (Tanzânia e Rwanda), ATFC da Região Oeste do Oceano Índico (Ilhas de Comores, França, Madagáscar, Moçambique,

Seicheles e Tanzânia) e o Projecto de Gestão Transfronteiriça de Recursos Naturais ZIMOZA (Zimbabwe, Moçambique, Zâmbia).

Eventualmente, poderá haver mais áreas, uma vez que a lista global é de 2007²². Porém, não encontramos nenhuma lista actualizada, pelo que ousamos actualizá-la com os dados ao nosso alcance, constantes no Programa das Áreas Transfronteiriças da SADC (2013). Constatamos que as áreas transfronteiriças têm uma grande interligação que ultrapassa as fronteiras dos países intracontinentais, a exemplo das 14 áreas transfronteiriças da região da Ásia/Europa e 1 da região África/Ásia.

²² A lista 2007 UNEP-WCMC Global Lista of Transboundary Protected Areas de Lysenkp L., Besaçon C., Savy C, só possuem dados até 2007, verificamos que das 18 áreas transfronteiriças da Região da SADC, nem todas fazem parte da lista, algumas das que constam as dimensões, datas e até os nomes não constavam.

**CAPÍTULO IV:
CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA E
FÍSICA DE ANGOLA E DA ATFC – COMPONENTE
ANGOLANA**

*Vamos com toda a Humanidade
Conquistar o nosso mundo e a nossa Paz.*

Agostinho Neto

CAPÍTULO IV: CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA E FÍSICA DE ANGOLA E DA ATFC – COMPONENTE ANGOLANA

A República de Angola é o quinto maior país africano ao sul do Saara (Figura 15), com uma área de cerca de 1.246.700 Km² e uma linha de costa atlântica com cerca de 1650 Km. A sua fronteira terrestre tem uma extensão de 4837 Km. O comprimento máximo no sentido Norte-Sul é de 1200 km e a largura máxima, no sentido Oeste-Leste, é de 1236 km, dando, portanto, ao país uma configuração geométrica equivalente a um quadrado.

O território da República de Angola fica situado na costa ocidental da África Austral, a Sul do Equador, sendo limitado a Norte pela República do Congo Brazaville, a Oriente pela República Democrática do Congo e pela Zâmbia, a Sul pela Namíbia, e a Ocidente pelo Oceano Atlântico, integrando ainda o enclave de Cabinda, situado a Norte, entre o Congo-Brazaville e a República Democrática do Congo.

Angola é essencialmente constituída por um maciço de terras altas, limitado por uma estreita faixa de terra baixa cuja altura varia entre os 0 e os 200 metros. Acima dos 200 metros encontram-se as montanhas e os planaltos. A região planáltica é a que ocupa a maior extensão territorial do país. A maior altitude é a do morro do Môco, na província do Huambo, que atinge aproximadamente 2620 metros (Figura 15).

A linha da costa é, na generalidade, pouco acidentada e com poucas reentrâncias e saliências.

Mais de 50% dos solos sofrem processos permanentes ou periódicos de erosão provocados pelas chuvas sazonais. Os solos mais férteis encontram-se junto

aos rios, sendo que nas regiões mais secas, de clima desértico, o solo é pouco fértil.



Figura 15: Mapa de África – Angola
Fonte: www.worldatlas.com

4.1. CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS DE ANGOLA

Mostra (INE-Angola, 2014), que o primeiro recenseamento realizado após a independência de Angola decorreu entre 16 e 31 de Maio de 2014. Os resultados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística mostraram que a população total era de 25.789.024 habitantes. As mulheres continuavam a constituir a maioria da população angolana, com 13.289.983, contra 12.499.041 homens, ou seja, 94 homens para cada 100 mulheres. Os dados apontavam para uma densidade demográfica de 20,6 habitantes por km² e 7 das 18 províncias possuíam uma população superior a 1 milhão de pessoas. A província de Luanda apresentava 6.945.386 habitantes recenseados. A Província do Bengo era a menos populosa de Angola, com pouco mais de 356.000 habitantes.

Da população total, 586.480 eram cidadãos estrangeiros, equivalente a 2,3% do total, e encontravam-se concentrados sobretudo na capital.

Os dados demonstraram que a população Angolana era extremamente jovem, sendo que 65% apresentava idade igual ou inferior a 24 anos e apenas 2.3% apresentava idade superior a 65 anos.

De salientar a subida da esperança média de vida em Angola, que foi fixada, oficialmente, em 60,29 anos (57,59 anos para os homens e 63 anos para as mulheres), contra os indicadores do INE de 2009, que apontavam a expectativa de vida para 42,7 anos, sendo 41,2 anos para homens e 44,3 anos para as mulheres.

A taxa de natalidade foi de 36,12 % e a de mortalidade de 9,12 %. De acordo com o estado civil, 46% da população era solteira, 33,7% vivia em união de facto, 14,1% era casada, 3,5% viúva, 2,5% separada e 0,4% divorciada.

Cada mulher angolana tinha em média 5,7 filhos, um número “ainda elevado”, destacou o diretor do INE, sublinhando igualmente que Angola apresentava uma taxa de crescimento natural positiva de 2,7% e contava com 5.544.834 agregados familiares.

Em cada 100 habitantes de Angola, 71 falavam português, enquanto 23 falavam a língua nacional umbundu, a segunda mais falada. Em relação ao alfabetismo concluiu-se que 80% dos homens sabiam ler e escrever contra apenas 53% de índice da alfabetização entre as mulheres. Apesar destes valores de alfabetização apenas 2.8% das pessoas com idade entre os 25 e os 64 anos possuíam formação superior.

As religiões mais prevalentes são o catolicismo com 41%, seguido do protestantismo com 38%, enquanto 12% da população referiu não possuir religião.

4.2. CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DE ANGOLA

4.2.1. Geomorfologia²³

A geomorfologia é o ramo da geografia que estuda as formas da superfície terrestre, tais como relevos e todos os seus aspectos genéticos, cronológicos, morfológicos, morfométricos e dinâmicos, a geomorfologia centra-se no estudo das formas da paisagem²⁴.

De acordo com a monografia elaborada pelo Ministério do Planeamento (Dezembro 2005), o território de Angola, devido à sua extensão, localização e à influência dos rios que o atravessam, apresenta uma geomorfologia variada. Encontram-se em Angola exemplos de planície costeira, zonas de transição, serras e cadeias de montanha, picos, planaltos, grandes bacias hidrográficas e até regiões desérticas.

A carta geomorfológica de Angola (Figura 16) mostra a existência de linhas de fronteira que configuram diferentes formas de relevo do litoral para o interior, e que atravessam longitudinalmente o país, de norte ao sul.

A faixa litoral, que se estende ao longo de toda a costa angolana é caracterizada por planícies e terraços baixos, com cerca de 100km de largura na foz do rio Zaire e de 180km de extensão na foz do rio Kwanza, tornando-se mais estreita à medida que se caminha para Sul com pouco mais de 20km, a sul de Benguela, voltando a alargar um pouco na orla marítima do deserto do Namibe (Angola-Geomorfologia – Info-Angola).

Do ponto de vista geomorfológico, Angola divide-se em quatro partes: zona sedimentar (faixa litoral), zona de transição (zona paralela à costa), zona montanhosa (cordão de montanhas) e zona planáltica (planalto interior), esta última também conhecida por zona maciça ou maciço antigo.

²³ É a parte das Ciências da Terra que estuda as diferentes formas da superfície da terra, ou seja, as diferentes configurações do relevo.

²⁴ Paisagem é tudo que se relaciona às características superficiais de um terreno. Posiciona-se na interface da litosfera, atmosfera, hidrosfera e biosfera.

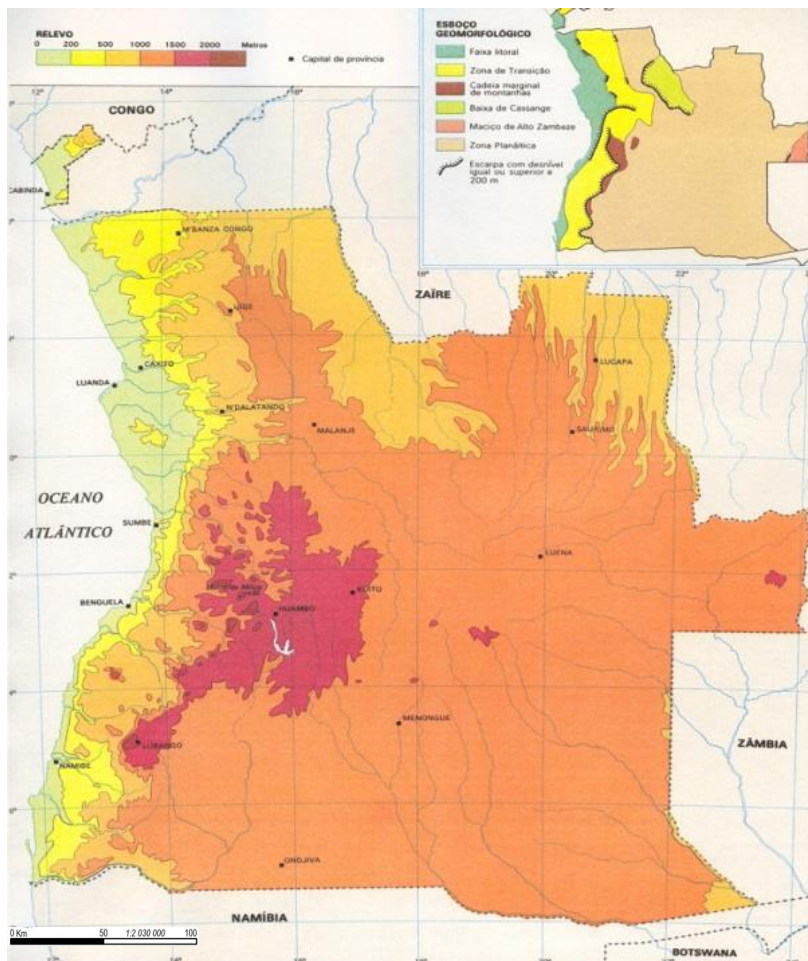


Figura 16: Mapa Hipsométrico de Angola
Fonte: Carta Generalizada dos solos de Angola, CEPT, 1968

Faixa Litoral (Zona Sedimentar)

Estende-se ao longo de toda a costa de Angola, é caracterizada por planícies e terraços baixos, com cerca de 100 km de largura na foz do rio Zaire, e de 180 km de extensão na foz do Rio Kwanza, tornando-se mais estreita à medida que se caminha para o Sul, reduzindo-se a pouco mais de 20 km a sul de Benguela e voltando a alargar-se um pouco na orla marítima do deserto do Namibe.

A faixa litoral é caracterizada por formações sedimentares de idade mesozóica e por rochas do Maciço Antigo. Sob a acção da erosão do curso dos rios, encontram-se canhões cortados nas rochas mais duras das formações dobradas mesozoicas que dão origem a relevos costeiros nas áreas do Dondo, Capolo, Porto Amboím e Quicombo.

Encontramos ainda na faixa litoral vales largos nas formações geológicas mais recentes, arribas e praias, algumas bem desenvolvidas, como as restingas das Palmeirinhas, do Lobito e da Baía dos Tigres. Mais para o interior da faixa litoral é vulgar a acumulação de detritos grosseiros.

O Deserto do Namibe, situado no quadrante sudoeste do território, é uma sub-região de características muito distintas, onde se encontram dunas móveis e maciços rochosos juncados de rocha devido à desagregação provocada pelas grandes amplitudes térmicas. O deserto, com uma altitude média de cerca de 300 metros, alarga-se entre a costa atlântica e a Serra da Chela.

Faixa de Transição

Entre a faixa litoral e a cadeia de montanhas paralela à costa, o relevo é caracterizado por degraus em patamares de crescente altitude para o interior. Estes patamares são cortados com frequência por rios que correm directamente para o Atlântico, dando lugar a aberturas para o interior como resultado da erosão fluvial.

Esta zona de altitudes intermédias intercala de Norte a Sul o território entre a Faixa Litoral e as Cadeias Montanhosas. Nesta zona situam-se as duas grandes escarpas, uma a ocidente, desde o Rio Kwanza até Lucira (ao Sul), com sentido NWE-SSW, e outra mais no interior desde Cassongue (Kwanza Sul) até ao Cunene.

Cadeia Marginal de Montanhas

A Cadeia Marginal de Montanhas ergue-se em concordância com a escarpa interior da Zona de Transição consolidando o relevo desta. Constitui um relevo acidentado e com pontos de altitude muito elevados a atingir os 2600m, faz a divisória do contraste entre as altitudes médias com rejuvenescimento do relevo e o planalto central de superfícies de erosão aplanadas.

Planalto Antigo

O extenso planalto antigo do interior, a Leste da orla da cadeia de montanhas paralelas à costa, constitui a grande massa do território angolano.

O planalto, descendo de altitudes máximas de 2.500 a 2.300 metros nas serras altas do Lépi, Caconda e Chela, é em norma plano, descendo ligeiramente para o interior e para Nordeste, até aos cursos dos rios Cuilo e Caluango, nas Lundas, onde predomina a floresta galeria. As extensas “anharas”²⁵ do Moxico e as “chanas” do Cuando Cubango são, talvez, o exemplo mais típico da extensa savana no planalto antigo interior.

O grande planalto angolano é constituído por vários pequenos planaltos (Malange, Benguela, Huambo, Bié e Huíla), relativamente independentes e cortados pelos rios que correm para o rio Zaire a norte, para o Atlântico a oeste, para o Lago Etosha a Sul, ou para o rio Zambeze a Sudoeste.

Esta área estende-se desde o Sul do Rio Kwanza até à fronteira com a Namíbia no Sul, entre a escarpa a ocidente e o Rio Cunene a Leste, (PDI; 2011).

4.2.2. Clima

Angola, apesar de estar localizada numa zona tropical apresenta um clima não completamente característico dessas regiões, devido à confluência de três factores: a corrente fria de Benguela ao longo da parte sul da costa, o relevo no interior e a influência do deserto do Namibe, a sudoeste, (Diniz, 1973).

Deste modo, o clima de Angola caracteriza-se por duas estações, a das chuvas entre Outubro e Abril, e a do Cacimbo, mais seca e com temperaturas mais baixas, entre Maio e Agosto.

Por outro lado, enquanto a Costa apresenta elevados índices de pluviosidade, que vão decrescendo de Norte para Sul, com temperaturas médias anuais acima dos 23°C, a zona do interior pode ser dividida em três áreas:

²⁵ Anhara ou chanas são extensões planas cobertas de herbáceas e sujeitas a inundações mais ou menos prolongadas durante a época das chuvas.

- Norte, com grande pluviosidade e temperaturas altas;
- Planalto Central, com uma estação seca e temperaturas médias na ordem dos 19°C;
- Sul, com amplitudes térmicas bastante acentuadas devido à proximidade do deserto do Kalahari e à influência de massas de ar tropical secas.

As características climáticas originaram uma grande diversidade na cobertura vegetal, proporcionando habitats próprios e também uma grande variedade de animais. Em Cabinda, a norte, encontramos a floresta densa e húmida do Maiombe, rica em madeira, e onde se encontram gorilas. A sul do Zaire e nas bacias do Kuanza, Kuango e Kuito, predomina a savana. Na zona planáltica encontra-se a floresta aberta com vegetação e fauna características. Mais a sul está o deserto do Namibe, com vegetação muito esparsa, onde se pode encontrar uma espécie vegetal, única no Mundo, a *Welwistchia Mirabilis*.

4.2.3. Hidrologia

Segundo o Relatório de Análise Diagnóstica Transfronteiriça da Bacia Hidrográfica do Cubango-Okavango (2011), Angola possui um importante potencial hídrico, constituído por uma densa rede hidrográfica diretamente relacionada com o relevo do território, pois a sua maioria desce das zonas planálticas e montanhosas para as regiões mais baixas do Litoral. A disponibilidade hídrica superficial média a nível nacional é de 4.598 m³/s, equivalentes a uma massa anual de 145.002 Hm³.

Angola é atravessada por importantes rios que descem do interior em vales profundos, alargando-se depois nas proximidades do oceano, formando baías e portos naturais, como os de Luanda, Lobito e Namibe. Os rios têm na sua maioria, leitos irregulares, formando quedas de água e cachoeiras e apresentando margens mais largas nas zonas costeiras. O território angolano é atravessado por rios importantes como o Zaire, o Kwanza e o Cunene, que descem do interior, em vales profundos e leitos irregulares, alargando-se depois nas proximidades do oceano. (PDI, 2011).

A maioria dos rios de Angola nasce no planalto do Bié e os principais são: o Kwanza, o Cuango, o Cuando, o Cubango e o Cunene. O rio Zambeze e vários afluentes do rio Congo têm as suas nascentes em Angola.

O Rio Zaire também conhecido por Rio Congo, pela sua extensão, é o segundo maior rio de África, depois do Rio Nilo, com um total de 4.700 Km e, pelo volume de água, é o primeiro de África e o segundo do mundo, chegando a debitar um caudal de 67.000m³/s de água no Oceano Atlântico. Encontra-se na Província do Zaire e estabelece a fronteira entre Angola e a República Democrática do Congo. O Rio Kwanza é o maior rio exclusivamente angolano e o mais navegável rio de Angola. Nasce em Mumbué, município do Chitembo, na Província do Bié, no Planalto Central de Angola. O seu curso de 960 Km desenha uma grande curva para Norte e para Oeste, antes de desaguar no Oceano Atlântico, na Barra do Kwanza, a sul de Luanda. Junto a foz do Rio Kwanza fica o Parque Nacional da Quiçama. O Rio Kwanza dá o seu nome a duas províncias de Angola (Kwanza-Norte e Kwanza-Sul) e à Unidade Monetária Nacional. Existem várias quedas de água, destacando-se as grandes quedas do Calandula com mais de 100 metros de altura, no Lucala, afluente do Kwanza.

Angola apresenta 47 bacias hidrográficas consideradas importantes pelo seu papel no abastecimento de água e conservação do equilíbrio ecológico, as quais têm sido agrupadas em 11 regiões hidrográficas, ver (figura 17 e 18). Algumas bacias hidrográficas escoam para rios internacionais, sendo elas: Zaire, Zambeze, Cuando, Cubango, Cuvelai e Cunene. Estas regiões hidrográficas repartem-se pelas cinco principais bacias-vertente que o país possui, designadamente a vertente do Atlântico (a qual ocupa uma área de 41% do território nacional), a do Zaire (22%), a do Índico (18%), Cubango (12%) e Etosha (4%).

O principal lago existente em território angolano é o Lago Dilolo, seguido das lagoas do Panguila e da Muxima. O Lago Dilolo está situado na comuna com mesmo nome, na província do Moxico e desenvolve-se a uma altitude média de 1 098 metros acima do nível médio do mar.



Foto 7: Lago Dilolo.

Fonte: <http://agora.co.ao/fotos/2014/2/5/57690.jpg?type=artigo>



Figura 17: Mapa Hidrográfico de Angola

Fonte: www.info-angola.ao; www.angolaxyami.com



Figura 18: Mapa de Angola
Fonte: www.worldatlas.com

Bacia do Zaire

Ocupa a região a Norte do território, desde a Faixa de Transição a Noroeste de Malange até ao Nordeste da província da Lunda e compreende a extensa rede hidrográfica que tem origem no Planalto Antigo. Inclui as regiões do Uíge, Malanje, Lunda-Norte, Lunda-Sul e um troço desde Luena penetrando para SW no Planalto Antigo até SE do Cuíto. Nestas regiões, há a destacar a escarpa para a Baixa de Cassange e a região de drenagem do Rio Kwanza.

A Baixa de Cassange é uma depressão com vertentes de escarpa a Nordeste de Malange e o curso do alto Cuanza que sulca as vertentes voltadas para a grande depressão congoleza onde a região morfológica da Bacia do Zaire está incluída.

Bacias do Zambeze e do Cubango

As Bacias do Zambeze e Cubango constituem a drenagem desde o planalto central para Leste e para Sul do território angolano.



Foto 8: Baixa de Cassange
Fonte: Fotografia de Lito Martin

A Leste destaca-se a drenagem do Cassai, mais a Sul, as drenagens do Lungué-Bungo, Cuando e Cuíto, estes três últimos afluentes do Zambeze e, finalmente, a Ocidente deste último situa-se a bacia endorreica do Rio Cubango.

4.3. ÁREAS DE CONSERVAÇÃO DE ANGOLA

A excepcional biodiversidade em Angola deve-se à combinação de um certo número de factores: a vasta dimensão do país, a sua posição geográfica inter-tropical, a variação em altitude e o tipo de biomas. A interacção da diversidade climática, combinada com a variabilidade geológica e dos solos, contribuíram significativamente para a formação de zonas bioclimáticas que compreendem desde a densa floresta tropical até à ausência de vegetação no deserto. Estes diferentes tipos de habitats resultaram num elevado nível de diversidade biológica (Minua, 2006).

Calcula-se que Angola possua plantações florestais de espécies exóticas, tais como *Eucalyptus sp.* e *Pinus sp.*, numa área aproximada de 148.000 hectares, com um potencial estimado em pé de aproximadamente 17.450.000 m³. O potencial de biomassa florestal angolano, é de aproximadamente 53 milhões de hectares, o equivalente a 43,3% do território angolano. As terras para uso pastorício são de aproximadamente 23,3%, 2,4% são de terras aráveis e 0,4% são de culturas permanentes. As formações florestais são bastante diferenciadas e incluem, entre outras, a floresta densa húmida de alta produtividade, correspondente a cerca de 2% da área florestal (Ambiente, 2014). Estas formações vegetais situam-se nas províncias de Cabinda, Zaire, Bengo e Kwanza-Norte. Ocupando mais de 80% da superfície florestal, estendem-se formações de floresta aberta ou “miombo”, mosaicos de floresta seca e savanas de média produtividade e alto valor social em termos de combustível lenhoso, materiais de construção, pastos, alimentos e plantas medicinais. As restantes formações florestais são de baixa produtividade estando constituídas, entre outras, por prados.

Neste contexto no período de 2010-2014²⁶, Angola realizou várias investigações sobre a flora e fauna de forma pontual, inserido no programa de estudo da Biodiversidade nacional. Dados recentes, de acordo com o Ministério do Ambiente de Angola (2011), indicam que a biodiversidade angolana é uma das mais importantes do continente africano. Estima-se que Angola possua aproximadamente 8.000 espécies de plantas, sem a inclusão da riqueza florística da Província de Cabinda que conta com 1.260 plantas endémicas, tornando Angola no segundo país de África mais rico em plantas endémicas de acordo com UICN (1992) e USAID (2008).

A variedade de ecossistemas de Angola resulta numa grande diversidade de fauna selvagem que compreende cerca de 275 espécies de mamíferos, 78 espécies anfíbias e 227 espécies de répteis. As espécies mais relevantes que povoam algumas áreas de conservação do país podem ser enquadradas em

²⁶Situação Actual da Biodiversidade, Alterações Climáticas e Seca e Desertificação em Angola para COP12 – 2014, Luanda, 2014.

grandes unidades zoo-geográficas e zonas de transição²⁷. Assim, Angola possui quatro grandes unidades zoo-geográficas a saber: 1. Floresta Guineo-Congolês que ocupa 10,7% (florestas, brenhas, capim alto e Savanas); 2. Savana Mosaico de Floresta Congolesa; 3. Zambeziano incluindo a floresta de *Brachystegia* (miombo); 4. Floresta Afromontane; Karoo – Namibe; mais duas zonas de transição: Guineo/Zona de transição Zambeziaca e Kalahari – Planalto zona de transição e zona de escarpa (White, 1983).

Relativamente às obrigações da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CBD) da qual Angola é parte desde 1998, na COP 10 (Nagoya, Novembro de 2010) os governos signatários assumiram o compromisso de reduzir a taxa de perda da biodiversidade com expansão e criação das Áreas de Conservação (Parques e Reservas Naturais) por forma a atingir 17 % de superfície protegida até 2010.

O Governo de Angola, no entanto, assumiu a cifra 15 % em vez de 17 % do Território Nacional, como era previsto até 2010, no qual iria incluir e cobrir todos os biomas e ecossistemas existentes. Para o efeito, o país propôs-se a atingir algumas metas, nomeadamente:

1. Passar de 6,6 % para cerca de 15 % da superfície protegida do país, uma vez que Angola cobre uma superfície de 1.246.700 km² distribuídos em 6 biomas com uma orla costeira de 1.600 km²;
2. Incluir mais eco-regiões ou Biomas (Guinea - Congolia, Guinea – Congolia – Zambesiaca e o Afromontane), entre as áreas de conservação, porque anteriormente estavam mais concentrado no bioma zambesiaco;

²⁷Ver Política Nacional de Florestas, Fauna Selvagem e áreas de Conservação, segunda versão.

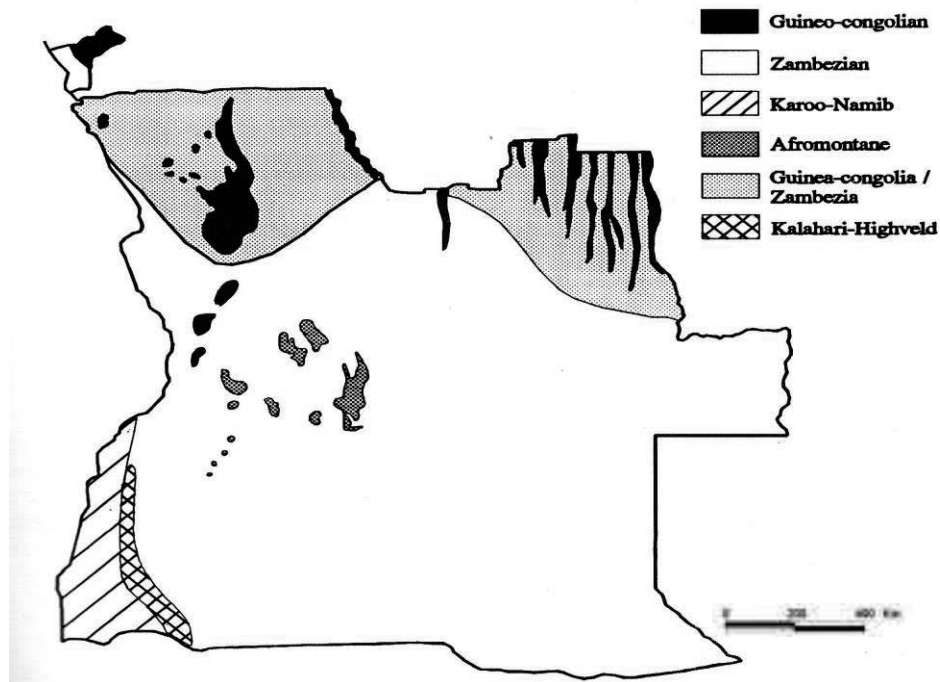


Figura 19: Distribuição dos biomas angolanos
Fonte: Ministério do Ambiente (2014)

3. Recuperar e proteger as espécies em vias ou ameaçadas de extinção, como a palanca negra gigante e as tartarugas marinhas. Estão em curso projectos de conservação da palanca negra gigante no Parque Nacional da Cangandala e na Reserva Integral e Natural do Luando numa parceria pública - privado. O Ministério do Ambiente, para a conservação das tartarugas marinhas com apoio financeira da BP-Angola e apoio logístico da Força Aérea Nacional, está a desenvolver um projecto com o objectivo de identificar ninhos, marcação de ovos e observações nocturnas das espécies que nidificam nas praias (Ministério do Ambiente, 2014).
4. Elevar a consciência ambiental das populações através de divulgação científica e da educação ambiental;
5. Distribuir as responsabilidades de conservação a todos os sectores de governação que directa ou indirectamente lidam com recursos da Biodiversidade.



Foto 9: Parque Nacional de Cangandala - A Palanca Negra Gigante.
Fonte: Ministério do Ambiente (2014)



FOTO 10: TARTARUGAS MARINHAS.
FONTE: MINISTÉRIO DO AMBIENTE (2014)

Para firmar o compromisso assumido na CBD, nas linhas mestres da Estratégia e Plano de Acção Nacional para a Biodiversidade de Angola (NBSAP) foi aprovada pela Assembleia Nacional o Plano Estratégico da Rede Nacional de Áreas de Conservação de Angola (PERNACA) e a criação de uma rede nacional de conservação da biodiversidade que conduza à estabilidade ecológica, à resiliência face às alterações climáticas e ao bem-estar das comunidades.

Com base nos pressupostos acima referidos e nas informações disponíveis foram identificadas, descritas e inseridas no plano 14 áreas prioritárias de valor e importância ecológica para a expansão de áreas protegidas em Angola.



Figura 20: Áreas protegidas de Angola
Fonte: Ministério do Ambiente (2014)

Assim, Angola passou de 6,6% do território com áreas protegidas, em 2007, para 12,58%, em 2014, e vários estudos foram e estão sendo realizados pelas autoridades nacionais a fim de se elevar a percentagem pretendida (Ministério do Ambiente, 2014), nomeadamente: Expedição a lagoa do Carumbo, Lunda Norte; Expedição a Floresta do Maiombe, Cabinda; Investigação sobre espécies rastejantes no PN. Iona, Namibe; Expedição I e II nas zonas de água doce das Províncias do Huambo, Bié e Cuando Cubango.

Os resultados das investigações efectuadas estão apresentados no quadro 20.

Quadro 20: Resultados preliminares de algumas expedições científicas

Ordem	Investigação	Província	Designação	Nº
1	Expedição a lagoa do Carumbo	Lunda Norte	Espécies de peixes	25
			Espécies de anfíbios	16
			Espécies de répteis	19
			Espécies de diversas plantas	338
			Táxons para a Área da Lagoa de Carumbo	537
			Espécies novas descobertas em Angola	36
			Espécies novas para a ciência/Mundo	13
2	Parque Nacional do Maiombe	Cabinda	Espécies de Plantas	220
3	Bacia do rio Cubango	Huambo	Espécies de Lagartos	28
		Bié	Espécies de Cobras	39
		Cuando Cubango	Espécies de Anfíbios	6
		Cuando Cubango	Espécies de Crocodilídeos	3
		Cuando Cubango	Espécies Tartarugas e Cágados	3
		Cuando Cubango	Espécies de Anfíbios	26
4	Parque Nacional do Iona	Namibe	Espécies de Lagartos	214
			Espécies de Cobras	2

Fonte: Adaptado Ambiente (2015)

4.3.1. Estado actual das Áreas de Conservação em Angola

Existem em Angola 14 (catorze) áreas de conservação estabelecidas por diplomas legislativos próprios e que totalizam 156.909,9 km², que representam 13% da superfície do País e que integram 9 Parques Nacionais – 8,1%; 1 Parque Natural Regional (Chimalavera) – 0,8%, 2 Reservas Naturais Integrais

(Luando e Ilhéu dos Pássaros) – 1,8%; 2 Reservas Parciais (Namibe e Búfalo) – 1,8%.

Até 2010, Angola dispunha somente de 6 Parques Nacionais (Quiçama, Mupa, Iona, Bicuar, Cameia e Cangandala) e de 7 Reservas Naturais Integrais e Parciais (Luando, Namibe, Luiana, Mavinga, Búfalo e Ilhéus dos Pássaros) e de um Parque Natural Regional de Chimalavera. Em 2011 passou a 9 Parques Nacionais.

Existem sete tipologias de áreas protegidas: Parque Nacional, Parque Natural, Reserva Natural, Reserva Integral, Monumento Natural, Sítios Ecológicos e Paisagem Protegida. As Áreas Protegidas são zonas ligadas a protecção de espaços naturais e das paisagens, à conservação das espécies da fauna, da flora e dos seus habitats naturais, à manutenção dos equilíbrios ecológicos e à protecção dos recursos naturais contra todas as formas de degradação.

Das tipologias indicadas ressaltamos os parques nacionais, sendo que o Ministério do Ambiente de Angola²⁸ define Parque Nacional como uma área que contenha um ou vários ecossistemas inalterados ou pouco alterados pela intervenção humana, integrando amostras representativas de regiões naturais características, de paisagens naturais e humanizadas, de espécies vegetais e animais, de locais geomorfológicos ou de habitats de espécies com interesse ecológico, científico e educacional.

O Quadro 21 mostra-nos os nomes dos parques nacionais existente no país, localização dos mesmos, a dimensão e os objectivos de conservação de cada um deles.

²⁸Programa Nacional para o Fomento do ecoturismo nas áreas protegidas de Angola, em Luanda (2015)

Quadro 21: Descrição dos Parques nacionais existente em Angola

Nº	Parque Nacionais	Províncias	Superfície (km ²)	Ano de Criação	Objectivos de Conservação
1	Quiçama	Bengo	9.960	1957	Protecção e conservação de grandes espécies de mamíferos, como elefante, palanca vermelha, gunga, pacaça e hipopótamo
2	Cangandala	Malanje	630	1960	Protecção e conservação da palanca negra gigante e outros grandes mamíferos
3	Cameia	Moxico	14.450	1957	Protecção e conservação de grandes espécies de mamíferos como leão, chita, hiena, gnu e nunce entre outros
4	Bicuar	Huíla	7.900	1964	Protecção e conservação de grandes espécies de mamíferos como, elefante, golungo, olungo e outros.
5	Mupa	Cunene/Huíla	6.600	1964	Protecção e conservação da girafa, elefante, caama, bâmbo, leopardo
6	Iona	Namibe	16.150	1957	Protecção e conservação das espécies tais como, mabeco, órix, zebra da montanha, impala etc.
7	Maiombe	Cabinda	1.930	2011	Protecção e conservação dos grandes primatas (gorilas e chimpanzés), elefantes da floresta, macacos, répteis, papagaio cinzentos, pequenos herbívoros, etc.
8	Mavinga	Cuando Cubango	46.072	2011	Protecção e conservação do elefante (<i>Loxodonta Africana</i>), zebra de planície (<i>Equusburchellii</i>), girafa (<i>Giraffacamelopardalis</i>), búfalo (<i>Synceruscaffer</i>), olungo (<i>Tragelaphusstrepsiceros</i>), gunga (<i>Taurotragusoryx</i>), cacu (<i>Damaliscuslunatus</i>), gnu (<i>Connochaetestaurinus</i>) e palanca preta (<i>Hippotragusniger</i>). O rinoceronte preto (<i>Dicerosbicornis</i>), leão (<i>Pantheraleo</i>), leopardo (<i>Pantherapardus</i>), chita (<i>Acinonysjubatus</i>), mabeco (<i>Lycaonpictus</i>) e hiena malhada (<i>Crocutacrocuta</i>).
9	Luengue-Luiana	Cuando Cubango	45.610	2011	

Fonte: Ambiente (2015)

Dos 9 parques nacionais como já foi dito, 3 foram criados em 2011, os Parques Nacionais de Maiombe, Mavinga e Luengue-Luiana, sendo que os 2 últimos constituem a componente angolana a ATFC KAZA.

O Parque Nacional do Maiombe foi criado com objectivo de proteger e conservar a diversidade biológica da floresta de Maiombe. Os 1.930 km² em território angolano fazem parte da área de conservação transfronteiriça entre Angola, Congo e República Democrática do Congo.

O Parque Nacional de Mavinga, com 46.072 Km², é o maior parque nacional de Angola. O Parque Nacional do Luengue-Luiana conta com uma superfície de 45.610 Km². Ambos os parques localizam-se na Província do Cuando Cubango, criados no âmbito dos compromissos assumidos por Angola, na implementação da área de conservação Okavango Zambeze. Cobrem as áreas que correspondiam às Reservas Públicas protegidas de Longa-Mavinga, Luengue, Luiana, Mucusso e as Reservas Parciais de Mavinga e Luiana. Têm como objectivos proteger a integridade ecológica dos ecossistemas da Eco-região Zambeziana do Sudeste de Angola, proteger a integridade ecológica de um ou mais ecossistemas, a comunidade biótica, os recursos genéticos e das espécies e conservar a fauna selvagem e a flora (Ambiente, 2014).



Foto 11: Floresta do Maiombe
Fonte: Ministério do Ambiente (2015)

As figuras 21 e 22 mostram a organização do território da Área Transfronteiriça de Conservação Okavango Zambeze componente angolana, antes e o presente.



Figura 21: Estrutura anterior de categorias de áreas de conservação, sendo coutadas e reservas parciais.

Fonte: Adaptado de PDI ATFC, 2010.



Figura 22: Parques Nacionais de Mavinga e de Luengue-Luiana.

Fonte: Adaptado de PDI ATFC, 2010.

Apresentamos algumas espécies animais que fazem parte da fauna dos Parques Nacionais Luenge-Luiana e Mavinga (foto 12 e 13).



Foto 12: Elefante Africano - Parque Nacional de Luéngue – Luiana
Fonte: PDT (2011)



Foto 13: Hipopótamo - Parque Nacional de Mavinga
Fonte: www.defensoresdanatureza.com

4.3.2. Análise SWOT das Áreas de Conservação

Quadro 22: Análise SWOT das áreas de conservação

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<p>Elevar a cobertura de superfície protegida; Criação de novas áreas de conservação; Descoberta de novas espécies para Angola e ciências; Integração e transformação de ex - militares em forças de protecção do ambiente (fiscais); Desenvolver pesquisas científicas e divulgar as potencialidades Angola; Participar e contribuir na elaboração de estratégias regionais para conservação da biodiversidade africana; Formação de quadros e sensibilização das comunidades.</p>	<p>Faltas de recursos Financeiros suficientes para implementação de projectos; Legislação desactualizada e falta de Magistrados especializados em crimes ambientais; Fraco envolvimento da comunidade na denúncia de crimes contra a biodiversidade; Níveis de capacitações e equipamento para lidar e perceber determinados indicadores de redes organizadas; Disponibilidades de meios para actuar ou perseguir criminosos Penalizações brandas ou insignificantes aos criminosos julgados de crimes ambientais; Não há inclusão e partilha de benefícios com as comunidades Insuficiente número de recursos humanos no terreno pela dimensão das áreas</p>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>Criação de postos de novos emprego e integrar os ex – militares na sociedade em benefício da protecção do ambiente; Cooperar com países da região em projectos de conservação criando estratégias conjuntas; Integração regional e global; Assinar e ser membros de convenções Internacionais e protocolos (SADC, CBD, UICN, CITES, CMS, etc.); Capacitação e formação dos recursos humanos em matérias ligadas a gestão de recursos naturais; Conduzir projectos com instituições de investigação científica de renome internacional e elevar o padrão dos dados; Criar uma base de dados com informação credível e fidedigna sobre o potencial biológico do país; Garantir e assegurar que as gerações futuras beneficiarão de parte da riqueza biológica de Angola; Criar intercâmbio comunitário com os países vizinhos da região sobre as boas práticas na gestão sustentável dos recursos naturais.</p>	<p>Aumento dos índices de caça furtiva; Tráficos de produtos da fauna selvagem Possível rota para tráfico internacional de produtos dos produtos e espécies da fauna selvagem Perdas de espécies sem conhecimento do valor económico que representam; Falta de financiamento condiciona a implementação dos projectos em curso; Dispersão de material de guerra para fazer fase aos caçadores furtivos; Desmatamento das áreas para fabrico de carvão e exploração de madeira; Queimadas frequentes e intensas, resultam na perda de muitas espécies; Fraco nível de Educação Ambiental por parte das autoridades locais na tomada de decisões sobre os projectos a ser implementados nas áreas põe em risco existência e sobrevivência do potencial biológico; A falta de conhecimento nas comunidades sobre os benefícios a arrecadar e valores da existência dessas áreas nas suas regiões levam a distribuição e falta de interesse na protecção dos recursos naturais.</p>

Fonte: INBAC (2016)

A conservação em Angola está dependente das oportunidades existentes, a salientar: a criação de postos de emprego, a cooperação com os países parceiros das áreas de conservação e organizações internacionais, bem como das assinaturas de protocolos e a participação em convenções internacionais. Está também dependente dos pontos fortes como a integração e transformação de ex-militares em fiscais e guias turísticos das áreas protegidas pelo conhecimento que têm da área e das questões de protecção, bem como pelo papel importante no desenvolvimento de pesquisas para a descoberta de novas espécies, quer da fauna quanto da flora; na divulgação das potencialidades angolanas, e fundamentalmente na formação em equação ambiental e sensibilização das comunidades para o efeito de conservação da biodiversidade e da geodiversidade. Há necessidade de se trabalhar as ameaças e os pontos fracos, nomeadamente a caça furtiva, o tráfico de produtos da fauna selvagem como os dentes de marfim do elefante e os chifres do búfalo. No entanto, existem ainda alguns constrangimentos como por exemplo as condições de habitabilidade para os fiscais, o reduzido número de infraestruturas turísticas, os acessos em péssimas condições e as comunicações, que necessitam de ser superados através da presente estratégia de forma a possibilitar o aproveitamento das oportunidades existentes.

4.4. CARACTERIZAÇÃO DA COMPONENTE ANGOLANA DA ATFC KAZA

A Província do Cuando Cubango está localizada no extremo Sudeste de Angola, fazendo fronteira a norte com as Províncias do Bié e do Moxico, a oeste com as Províncias da Huila e do Cunene, a sul com a República da Namíbia e a leste com a República da Zâmbia e com a Província do Moxico. Representa cerca de 16% da extensão do território nacional, sendo a segunda maior Província (depois do Moxico).

O território integrado na componente Angolana da ATFC KAZA, está situada na zona sul e leste da Província do Cuando Cubango, faz fronteira com a República da Namíbia e Zâmbia Compreende 45% da Província do Cuando Cubango com

cerca de 90.000 km² e 534.002 habitantes, é a Província com a mais baixa densidade populacional do país que é de 5.93 habitantes por km². Integrada por cinco Municípios: Rivungo, Mavinga, Cuito Cuanavale, Dirico e Nancova. Existem sete grupos étnicos tribais principais, na componente angolana da área da ATFC KAZA, designadamente: Ngangela, Mbucusso, Kwamashi (Vakakwando), Khoissans, Ovimbundu, Chokwe, Cuangares, Dirico (PDI KAZA/Angola, 2011).

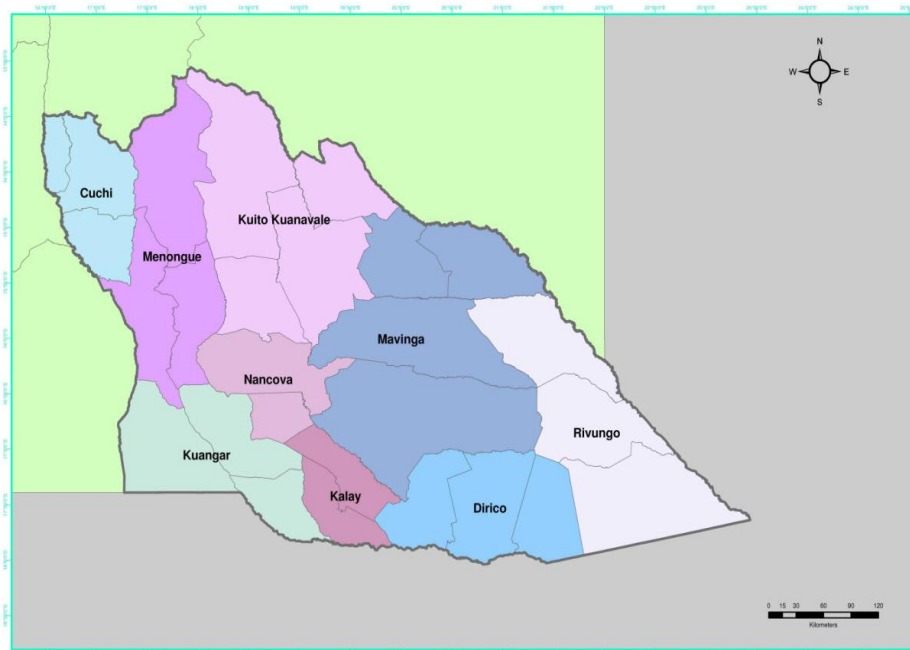


Figura 23 Municípios de Cuando Cubango
Fonte: PDI KAZA/Angola (2011)

Os povos Ngangela são agro-pastoris, praticam uma agricultura de subsistência e ocupam todos os cinco municípios da área angolana de KAZA ATFC. Os povos de Mbukushu são encontrados no município de Dirico, no extremo sul na comuna de Mucussu de Ascensão com o Cuando até a afluência do rio de Luiana, vivem do cultivo de subsistência e pescam nos rios Cuando e no Cubango/Okavango. Os povos de Gciriku são encontrados igualmente no Município de Dirico. Este grupo é muito pequeno e é encontrado em torno da área do centro municipal de Dirico e de sua comuna - Xamavera. Os povos Kwamashi vivem na maior parte em pequenos aldeamentos no rio Cuando, e

consequentemente preferem ser chamados o Vakakwando”. Praticam a agropecuária, agricultura, pesca e a caça de subsistência. Os Khoisans, designados também por bochimanos, estão dispersos por toda a zona, com frequência mais acentuada ao longo dos vales do Cuito e do Longa na área do Luéngue (Dinis, 1973). Têm um estilo de vida nómada e não cultivam, dependem fortemente da caça e da recolha de fruta selvagem como fonte de alimentos. Dos Khoisans há a considerar além dos vassequeles ou camusequeles, de coloração amarelada, os grupos de bochimanos anegrados (cazamas), dispersos em número muito restrito nas áreas do Luiana e do Mucusso. Os povos Ovimbundo e Chokwe são mais recentes na área, vivem principalmente de alguma agricultura de subsistência e comércio.

São utilizadas várias línguas nacionais na componente angolana da área da KAZA ATFC, sendo que as principais são: Ngangela, Kwamashi, Mbukushu, Gciriku, Ovimbundu e Chokwe.

4.5. CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DA ATFC COMPONENTE ANGOLANA

4.5.1. Topografia

A parte mais alta da área situa-se em Cuito Cuanavale a 1484m. A partir daqui, a maioria dos declives corre na direcção SE, no sentido do ponto mais baixo na depressão do Kalahari no Delta de Okavango. A parte mais baixa da área situa-se a 991m, na confluência dos Rios Cuando e Okavango na parte sul/oriente da Reserva Parcial de Luiana, resultando numa descida de quase 500 metros. A área é muito plana, com declives relativamente fortes apenas à volta dos vales fluviais superiores dos Rios Quito, Quembo e Cuando. De um ponto de vista geológico, os materiais sedimentares não coerentes dominam toda a secção oriental do país na forma de depósitos sedimentares, especialmente na área em estudo.

Na parte ocidental de Menongue, algumas das rochas mais antigas do planeta foram encontradas, datando do Éon Proterozoico, há cerca de 1700 – 2500 milhões de anos e foram empurradas para a sua posição actual durante a formação do Gondwana há 500-700 milhões de anos. A parte SE de Angola é dominada pelas formações do grupo do Kalahari de materiais não consolidados, depositados há cerca de 65 milhões de anos. Durante a separação do Gondwana, quando a América do Sul começou a sofrer um deslocamento no sentido do Ocidente, o vento e os grandes rios como o Cuando, o Okavango e mesmo o Zambeze, depositaram-se sedimentos numa enorme depressão formando, eventualmente, um vasto lago de água salgada onde se encontra hoje o Lago Salgado de Makgadikgadi.

De acordo com PDI KAZA/Angola (2011), os solos arenosos que resultam da antiga bacia de Kalahari, dominam a área com mais solos fluviais argilosos encontrados nos vales dos Rios Cuando e Luiana. Depois da separação do supercontinente do Gondwana, há cerca de 85 milhões de anos atrás, os Rios Cubango/Okavango, Quito, Cuando e os cursos superiores Zambeze e Kafue inundaram a área que é hoje o Delta de Okavango, tendo inundado progressivamente os Rios Shashe e Limpopo que desaguaram no mar em Xai Xai.

Há cerca de 60 milhões de anos atrás, as falhas geológicas que faziam parte do Vale do Rift, alongavam-se desde a Etiópia e elevaram a área Sudeste do Delta. Depois do Rio Zambeze Inferior ter capturado o Kafue, o Zambeze Superior e, eventualmente, também o Cuando, os Rios Cubango e Cuito depararam-se com um beco sem saída no Delta. A areia transportada pelo vento e o assoreamento dos principais rios foram depositados num vasto lago de água salgada de mais ou menos 60000km² (Lago Makgadikgadi), onde hoje se manifestam as vastas florestas arenosas do Kalahari que são a paisagem emblemática da KAZA ATFC (PDI KAZA/Angola, 2011) (Figura 24).

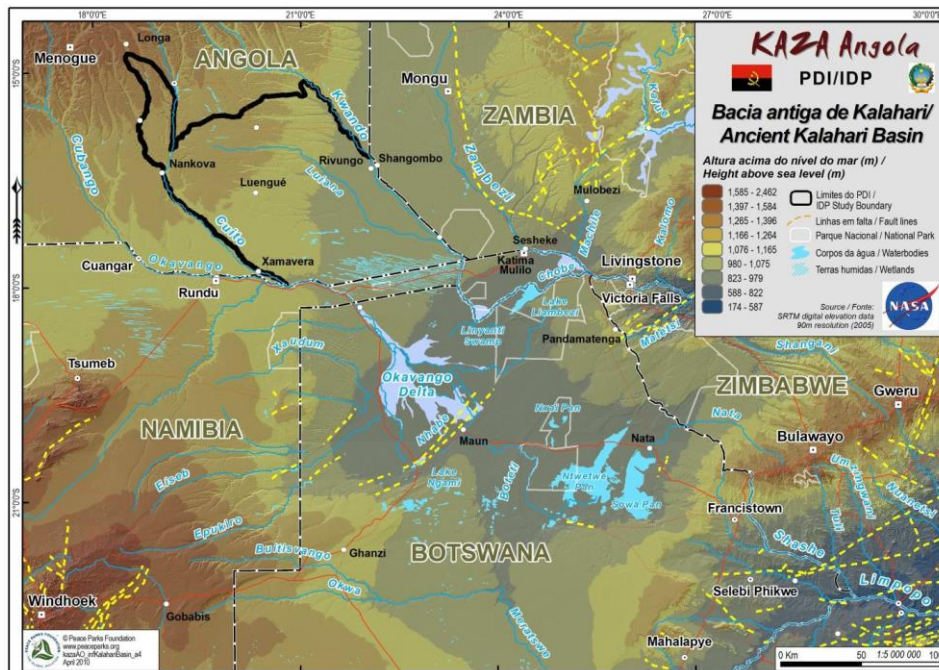


Figura 24: Bacia antiga de Kalahari
Fonte: PDI-KAZA (2011)

4.5.2. Clima

Segundo Diniz (1973), climaticamente, o Cuando Cubango enquadra-se na região tropical de clima quente, uma vez que em toda a área a temperatura média anual é superior a 20°C. É constituído apenas por duas estações: o verão e o inverno. O pico das temperaturas de verão ocorre em Janeiro, enquanto que as temperaturas de Inverno tendem a diminuir moderadamente durante Junho e Julho. No entanto, as temperaturas não oscilam muito entre as estações húmidas e secas. Possui uma temperatura média anual de 23°C, o que permite ser atractivo para o turismo, no entanto, a média das máximas no Parque Nacional do Luiana, no mês de Fevereiro é de 30°C. Por sua vez, a temperatura mínima média anual varia entre 11,5°C e 15,5°C, respectivamente nas orlas periféricas nordeste e sudoeste, com valores máximos em Janeiro (17,5° C em Mavinga) e mínimo em Julho (3,1°C em Mavinga), com uma temperatura mínima absoluta de -5,9°C. A estação seca estende-se de Maio a Agosto, sendo Junho e Julho os meses mais frios do ano.

A estação de chuvas estende-se de Novembro a Março, atingindo o seu pico de Novembro a Fevereiro, apesar de nos meses de Outubro e Março ainda se registarem aguaceiros significativos. Os meses de Abril e Outubro são considerados meses de transição (Dinis, 1973). As precipitações diminuem gradualmente no sentido sul à medida que a humidade do Equador se dispersa. Variam entre um valor máximo à volta dos 1100mm a nordeste, e um valor mínimo compreendido entre 800 e 700 mm a sudoeste.

4.5.3. Hidrologia

A área da ATFC KAZA componente angolana integra duas bacias fluviais primárias: a de Okavango a Ocidente, correndo no sentido das terras altas de Angola para o Delta de Okavango, a maior zona húmida RAMSAR do mundo, e de Zambeze a Norte e a Este da área, integrando a bacia fluvial de Cuando. Estas duas bacias estão intimamente ligadas, resultando em sistemas e espécies evolutivos idênticos. (Figura 25).

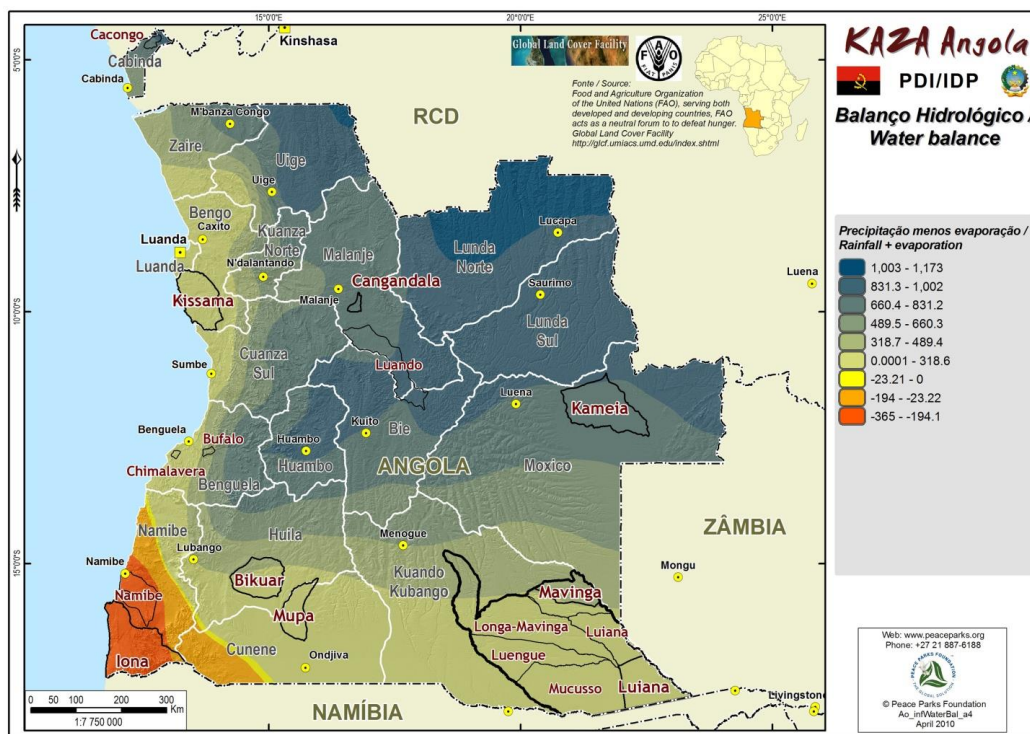


Figura 25: Balanço hidrológico
Fonte: PDI KAZA

As bacias fluviais secundárias dos Rios Cuando e Cuito são marcadas por uma superfície plana de topo, que se torna mais larga quanto mais se avança em latitude. A certa altura as águas ficam retidas em extensas bacias interiores e criam diversas lagoas como as Bézi-Bézi e Muchova. Na continuidade da separação do Cuito e o Cuando, a aplanção de drenagem endorreica, na sua progressão - primeiro para o sul e depois para sudoeste - atinge o seu desenvolvimento máximo em território angolano de uns 200km, em correspondência com a fronteira sudoeste. Nesta mesma posição geográfica separa-se o Cubango, no Mucusso, do Cuando, no bico de Angola (Dinis, 2013). O Cuito revela-se muito importante para o Delta de Okavango dado que fornece quase metade da água que aí chega.

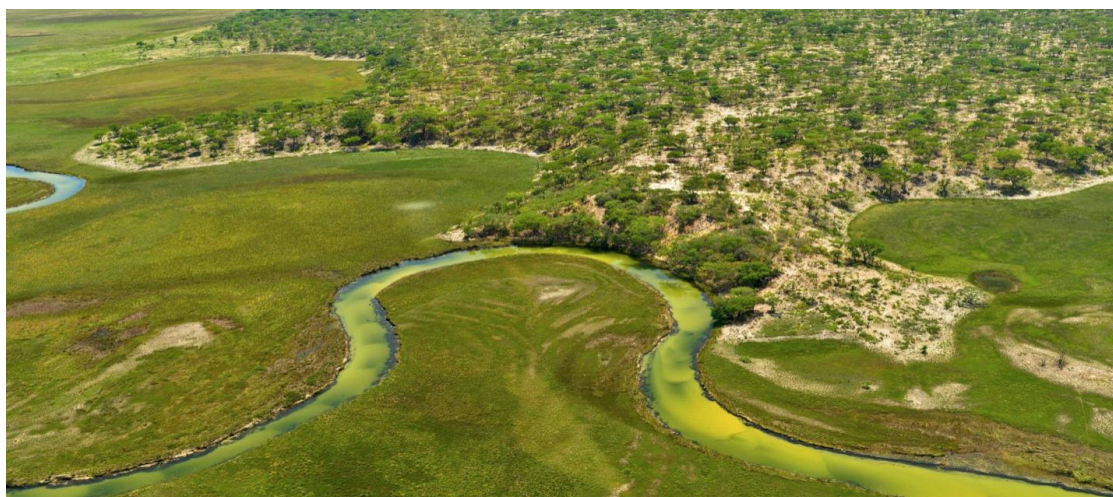


Foto 14: Paisagem de meandros na planície aluvial do Rio Cuito
Fonte:

Os dados da corrente da bacia fluvial realçam o papel das terras altas centrais enquanto “fonte” de água do Delta de Okavango através das bacias fluviais de Cubango, de Cuito e da Planície Aluvial de Barotse pelas bacias fluviais de Luanginga e Cuando. As cheias ocorrem regularmente ao longo dos Rios Cuito, Cuanavale e Cuando. As áreas activas de corrente dos principais rios estão geralmente situadas a Norte do Círculo da Latitude que correm através de Nancova e Rivungo. De Dirico à fronteira da Namíbia, os rios correm na maioria através das áreas inactivas das bacias fluviais, onde a água não se junta. A qualidade da água é no geral muito potável a areia actua como um filtro, no

entanto, transporta poucos nutrientes para as formas da vida aquática (PDI KAZA/ANGOLA, 2011).

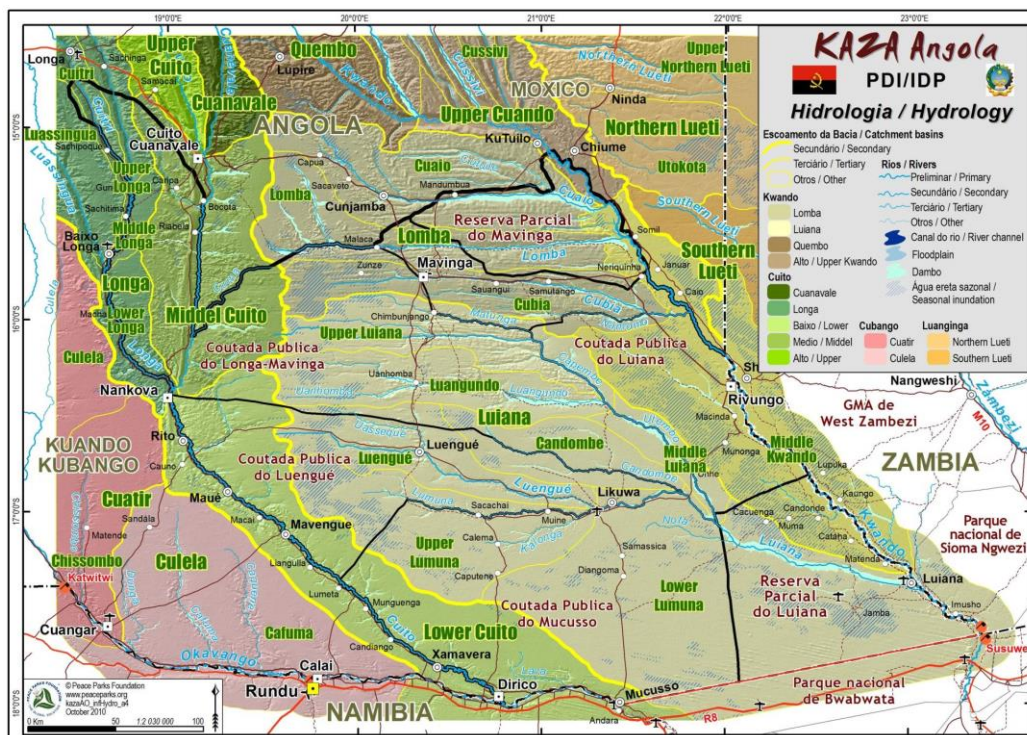


Figura 26: Hidrologia
Fonte: PDI KAZA (2011)

4.5.4. Vegetação

A área de estudo apresenta dois grandes tipos de vegetação: o mosaico floresta/savana (Zambezian Baikiaea) encontrada a sul da área aberta de Mavinga com a transição de Miombo e a zona arborizada de Miombo. As matas são encontradas no sudoeste e à volta de Luengué, com pradarias ao longo da margem superior da bacia do Rio Luiana. As matas ribeirinhas (floresta galeria) são encontradas ao longo dos principais rios e afluentes mais pequenos.

Segundo o PDI KAZA/Angola (2011), a Componente Angolana da ATFC KAZA, desempenha um papel significativo no funcionamento do ecossistema ao ajudar os recursos da vida selvagem da região. Assim, contribui para a conservação do ambiente natural de Angola através da protecção da zona de vegetação de Miombo e das principais zonas ribeirinhas ao longo dos Rios Cuando e Okavango. Em parte, devido à protecção que nos oferece a área de estudo, 10 a

15% das zonas de vegetação Zambezian *Baikiaea* estão protegidas no país, enquanto que as zonas de vegetação de Miombo angolana se situam na faixa dos 5 a 7,5%. Ambas se encontram numa faixa em que necessitam de protecção para assegurar a sua sustentabilidade num país em vias de desenvolvimento.

Quanto à flora, na área encontram-se os seguintes tipos de formação vegetal ou de ecossistema: matas, matas ribeirinhas, mosaico da savana mesóica/florestal, prados (planícies aluviais), transição de Miombo e zonas de vegetação de Miombo²⁹. De um ponto de vista holístico, a área é relativamente diversa enquanto representante de uma faixa que vai desde as zonas de vegetação e secas do Deserto do Kalahari, no sul, até às zonas de vegetação húmidas de Miombo, no norte. Qualquer pessoa pode ver claramente o efeito positivo dos Parques Nacionais de Iona, Quiçama, Cameia e Bikuar no estado de protecção dos tipos de vegetação na vizinhança. As antigas áreas da Reserva Parcial de Mavinga e da Coutada Pública de Longa-Mavinga contribuem para a protecção da transição de Miombo e das zonas de Miombo.

²⁹ As matas de miombo formam um vasto cinturão sul-central em toda a África, que vai de Angola a oeste, até à Tanzânia ao leste. Estas florestas são dominadas por árvores a subfamília *Caesalpinioideae*, particularmente miombo (*Brachystegia*), *Julbernardia* e *Isoberlinia*, que raramente são encontradas fora das matas de miombo.

As quatro Bioregiões são: Matas angolanas de miombo (Angola), Matas de miombo da Zambézia central (Angola, Burundi, República Democrática do Congo, Malawi, Tanzânia, Zâmbia), Matas orientais de Miombo (Moçambique, Tanzânia) e as Matas meridionais de Miombo (Malawi, Moçambique, sul da Zâmbia, Zimbabwe).

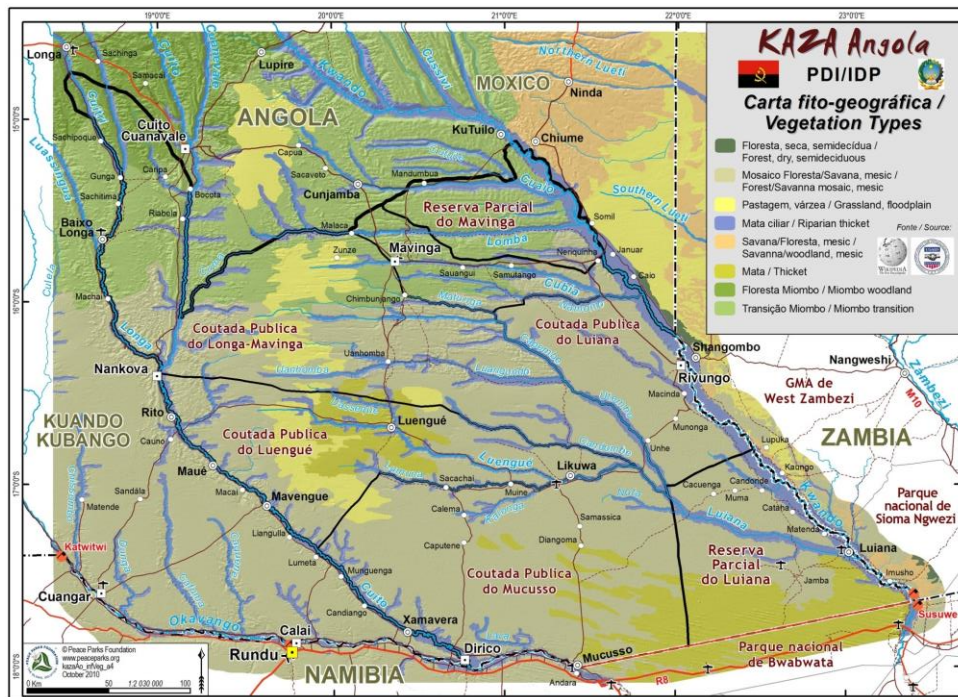


Figura 27: Carta fito-geográfica
Fonte: PDI KAZA (2011)

Estas estão criticamente sob protecção do país (menos do que 4%), o que realça a importância da secção do noroeste da área. A pressão da transformação sob povoações e actividades humanas, provêm, na sua maioria, desta área.



Foto 15: Vegetação de miombo.
Fonte: Ministério do Ambiente (2016)



Foto 16: Floresta de miombo na Zâmbia.
Fonte: Ministério do Ambiente (2016)

O mosaico da savana mesóica é encontrado na maioria da área e goza apenas de 4 a 6% de proteção no país. A área assume, assim, uma grande responsabilidade para manter este exemplo representativo. Os espaços fora da área de conservação que necessitam de menção para lhes ser dada prioridade nacional, são as várias formas do mosaico da savana húmida. Estas são encontradas no norte do país e também necessitam de planeamento e implementação posicionados estrategicamente para a conservação das áreas.

Tipos de terreno

A parte ocidental de Angola é tipificada por uma cintura de terrenos em declive e íngremes ao longo da costa com sulcos, escarpas e planaltos por detrás deles. Nos terrenos da parte oriental são predominantes as planícies que provêm do solo da antiga bacia do Kalahari. Os vales e os solos do vale situam-se ao longo dos principais rios. Em suma, as planícies e os solos do vale são os únicos tipos de paisagem presentes na área de estudo.

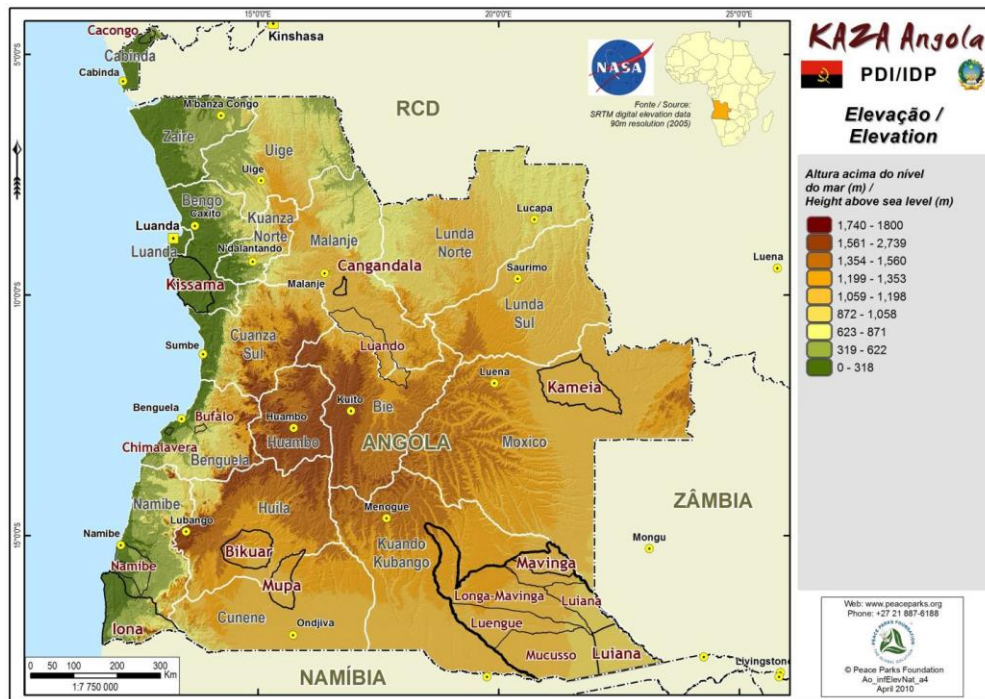


Figura 28: Mapa hipsométrico de Angola
Fonte: PDI KAZA (2011)

4.5.5. Solos

Os tipos de solo da área em estudo refletem um padrão idêntico à topografia e à geologia (PDI KAZA/2011). Os solos arenosos (>70% de areia) dominam as partes orientais do país e são encontrados a partir de Lucapa no Nordeste até Menongue no Sudeste, com toda a área do PDI classificada como extremamente arenosa. A textura arenosa leva a que a maioria dos nutrientes seja lavada em profundidade e, assim, a região é classificada com um nível muito baixo em termos do seu potencial para a agricultura. Os solos fluviais são encontrados no interior e estão adjacentes aos principais rios que correm ao longo da área.

Os tipos de solo na Componente Angolana da área da KAZA ATFC são:

- Solos arenosos (mais do que 70% areia - areia do Deserto do Kalahari);
- Solos fluviais (solos novos em depósitos aluviais);
- Alissolos (alto conteúdo de argila e presença de alumínio);

- Oxissolos (altas quantidades de alumínio/ferro).

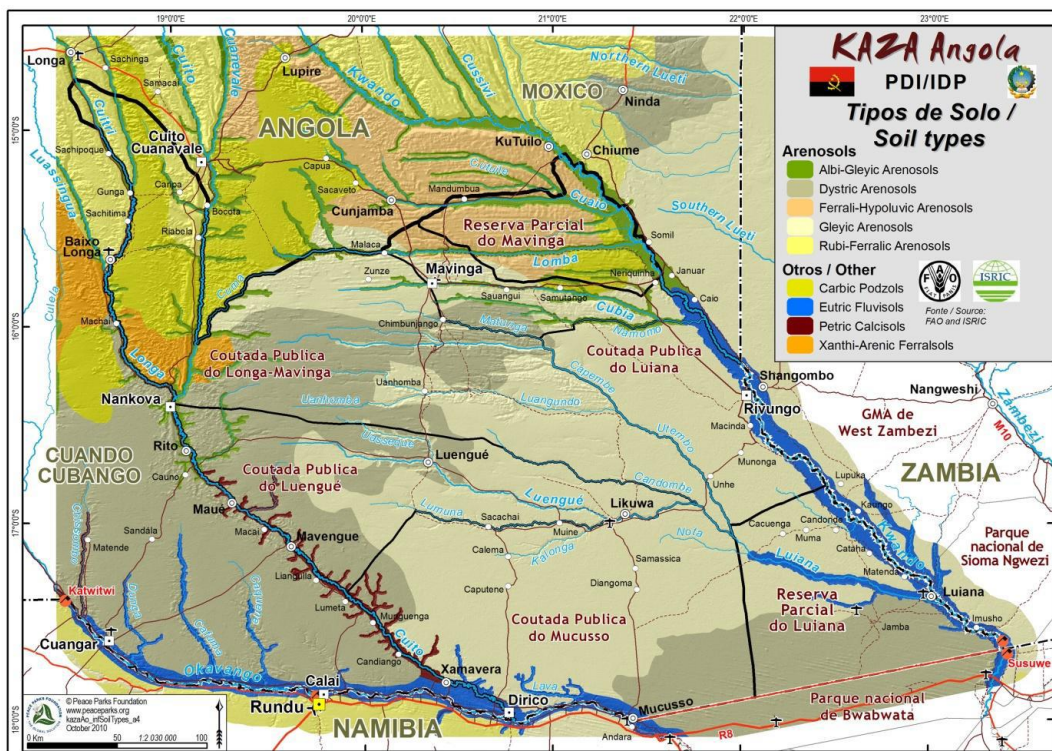


Figura 29: Tipos de solo
Fonte: PDI KAZA (2011)



Foto 17: Solo arenoso na área em estudo.
Fonte: Própria (2014)

Relativamente aos padrões actuais de ocupação do solo, as infraestruturas no âmbito da Componente Angolana da KAZA ATFC limitam-se a estradas e caminhos com pouca gravilha, pequenas povoações rurais, pequenas instalações no Campo de Jamba, postos fronteiriços formais em Calai e Katwitwi, um ponto de travessia fronteiriça informal em Rivungo com um pontão provisório, aeroportos formais em Cuito Cuanavale, Mavinga e Longa e pistas aéreas informais em Baixo Longa, Calai, Dirico, Jamba, Luiana, Likuwa, Mucusso, Nancova e Rivungo.

4.5.6. Vida Selvagem

A extraordinária variedade e larga distribuição das espécies da fauna cinegética, principalmente em toda a bacia inferior do Cuando, constitui uma outra riqueza potencial, factor relevante a considerar numa valorização económica regional (Dinis, 1993). O Luiana é uma área privilegiada, um verdadeiro santuário da fauna selvagem que pode contribuir significativamente para o desenvolvimento turístico, não só da componente angolana, mas da ATFC KAZA, em geral. A distribuição histórica dos mamíferos mostra uma diminuição de este para oeste, com as mais altas densidades ao longo dos Rios Cuando, Luiana, Cuito e Kubango. O Parque Nacional do Luiana e as áreas circundantes são notoriamente altas, juntamente com todos os afluentes mais pequenos. As espécies específicas, como o rinoceronte negro e o elefante, costumavam aparecer na maioria das regiões da província de Cuando Kubango. Outros padrões de ocorrência analisados são o Topi, Hippotragus Equinus, Girafa, Búfalo, Kudu, entre outros (Figura 30).

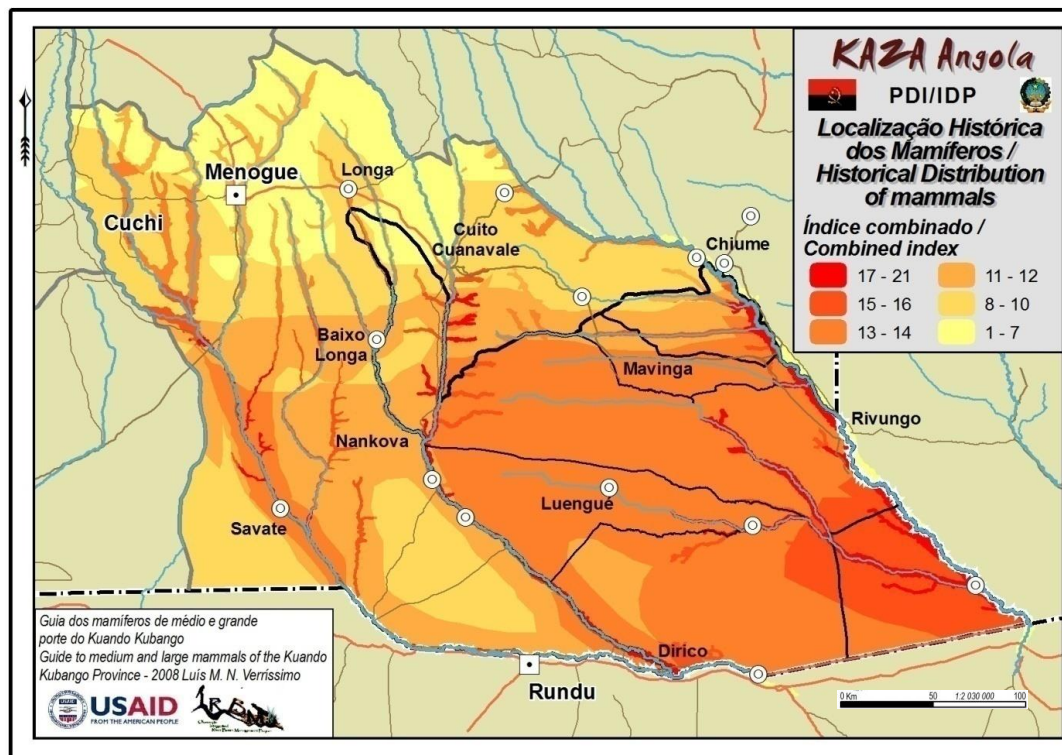


Figura 30: Localização Histórica dos Mamíferos
Fonte: PDI KAZA (2011)

4.5.7. Estado Desejado no Futuro

O Plano de Desenvolvimento Integrado (2011) apresenta o estado desejado no futuro, enquanto perspectiva de desenvolvimento da Componente Angolana KAZA ATFC, onde a área ecológica poderia ser aumentada ou diminuída, desde que os objectivos da KAZA ATFC fossem atingidos e as acções principais implementadas (Figura 31).

Se as características do ambiente forem conservadas, como especificadas por estas zonas, serão criadas as bases para que as comunidades locais desenvolvam o turismo de base comunitária. Os recursos de alta valorização identificados podem, ser utilizados para criar benefícios para as comunidades.

O Desenvolvimento do Turismo Sustentável nas Áreas Transfronteiriças de Conservação para a Inclusão das Comunidades e Promoção da Paz

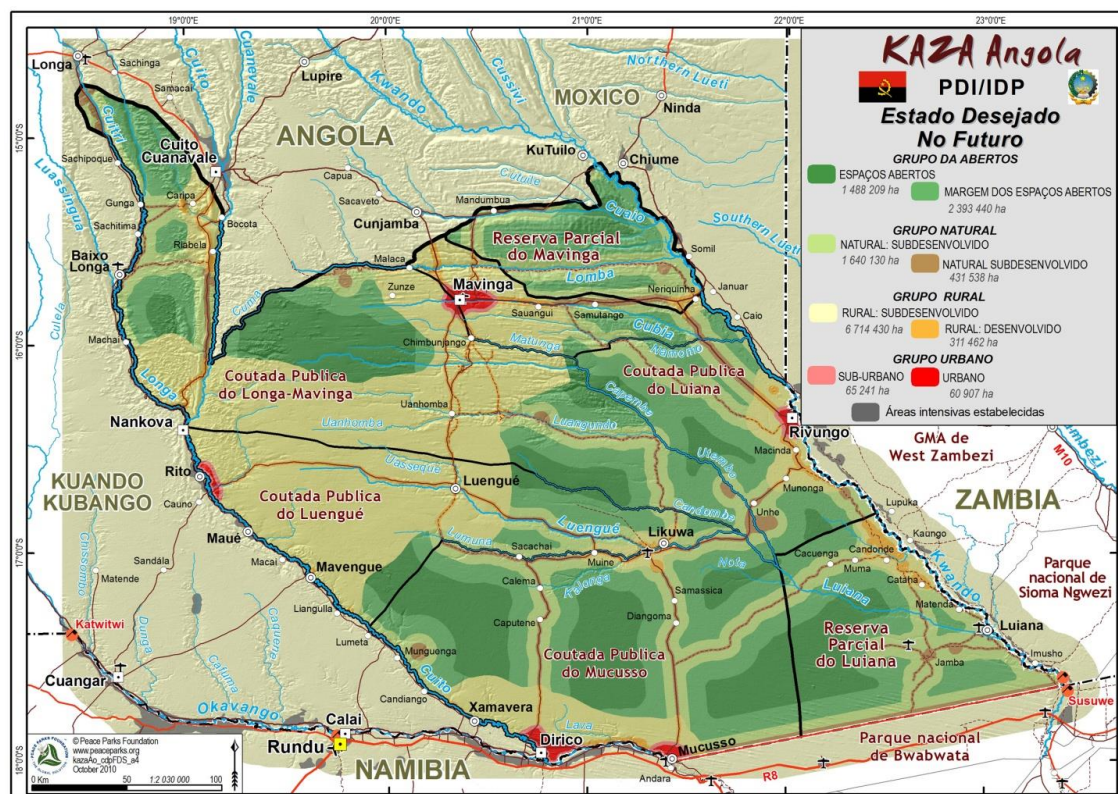


Figura 31: Estado desejado no futuro

Fonte: PDI KAZA (2011)

**CAPÍTULO V:
CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS
TRANSFRONTEIRIÇAS DE CONSERVAÇÃO
(ATFC) DA SADC E DA ATFC KAZA**

A paz é a maior arma para o desenvolvimento que qualquer povo
pode ter.

Nelson Mandela

CAPÍTULO V. CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS TRANSFRONTEIRIÇAS DE CONSERVAÇÃO (ATFC) DA SADC E DA ATFC KAZA

5.1. CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS TRANSFRONTEIRIÇAS DE CONSERVAÇÃO DA SADC

Este capítulo tem como finalidade fazer a caracterização das Áreas Transfronteiriças de Conservação da SADC de uma forma geral em especial mostra qual os mecanismos de orientação e gestão utilizados pela SADC, para o desenvolvimento das ATFC. Por outro lado, apresenta minuciosamente a caracterização da Área Transfronteiriça de Conservação Okavango Zambeze, a sua história, a estrutura de gestão, os desafios e dificuldades encontrados, os ganhos obtidos após a assinatura do tratado e os compromissos assumidos pela componente angolana, para o efeito foram utilizados os documentos oficiais da SADC, da ATFC KAZA e KAZA componente angolana.

Desde os primórdios dos anos noventa, vários Estados Membros da SADC têm estabelecido as ATFC por meio de um acordo bilateral ou multilateral, como foi proposto no Protocolo da SADC sobre Conservação da Fauna Bravia e Policiamento, de 1999.

Ao nível da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) existem vários instrumentos na forma de políticas e quadros legais que proporcionam um ambiente propício para o estabelecimento e desenvolvimento das ATFC na região, incluindo o Protocolo sobre Conservação de Fauna Bravia e Policiamento da SADC (1999), Protocolo sobre Florestas da SADC (2002), Protocolo sobre os Cursos de Água Partilhados da SADC (2002) e a Estratégia Regional de Biodiversidade da SADC (2006). Os acordos relevantes sobre a conservação e a gestão dos ecossistemas marinhos baseiam-se na Convenção

das Nações Unidas sobre o Direito do Mar - CNUDM (1982), Convenção para a Protecção, Gestão e Desenvolvimento do Ambiente Marinho e Costeiro da Região da África Oriental - Nairobi (1985), Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição causada por Navios - MARPOL (73/78) e Convenção sobre a Prevenção da Poluição Marinha por Alojamento de Resíduos e Outras Matérias - Londres (1972).

Existem 18 Áreas Transfronteiriças de Conservação em ambientes terrestres e marinhos entre os Estados Membros da SADC e algumas envolvem parcerias com Estados não-membros da SADC. Apresentam três níveis de desenvolvimento: 6 ATFC estabelecidas, 8 ATFC emergentes e 4 ATFC em fase conceptual, conforme as categorias abaixo mencionadas.

Categoria A - ATFC estabelecidas: ATFC com um mandato jurídico e estabelecidas através de um Tratado ou qualquer outra forma de acordo reconhecido pelos países participantes;

Categoria B - ATFC emergentes: ATFC com Memorandos de Entendimento (MdEs) assinados ou cuja assinatura está a ser negociada. Os MdEs neste cenário servem como instrumentos para facilitar as negociações dos Tratados, que após assinatura irão estabelecer formalmente a respectiva ATFC;

Categoria C - ATFC que existem como conceitos: ATFC sem um mandato oficial dos países participantes para estabelecer as mesmas, mas foram propostas por alguns Estados Membros da SADC como ATFC potenciais.

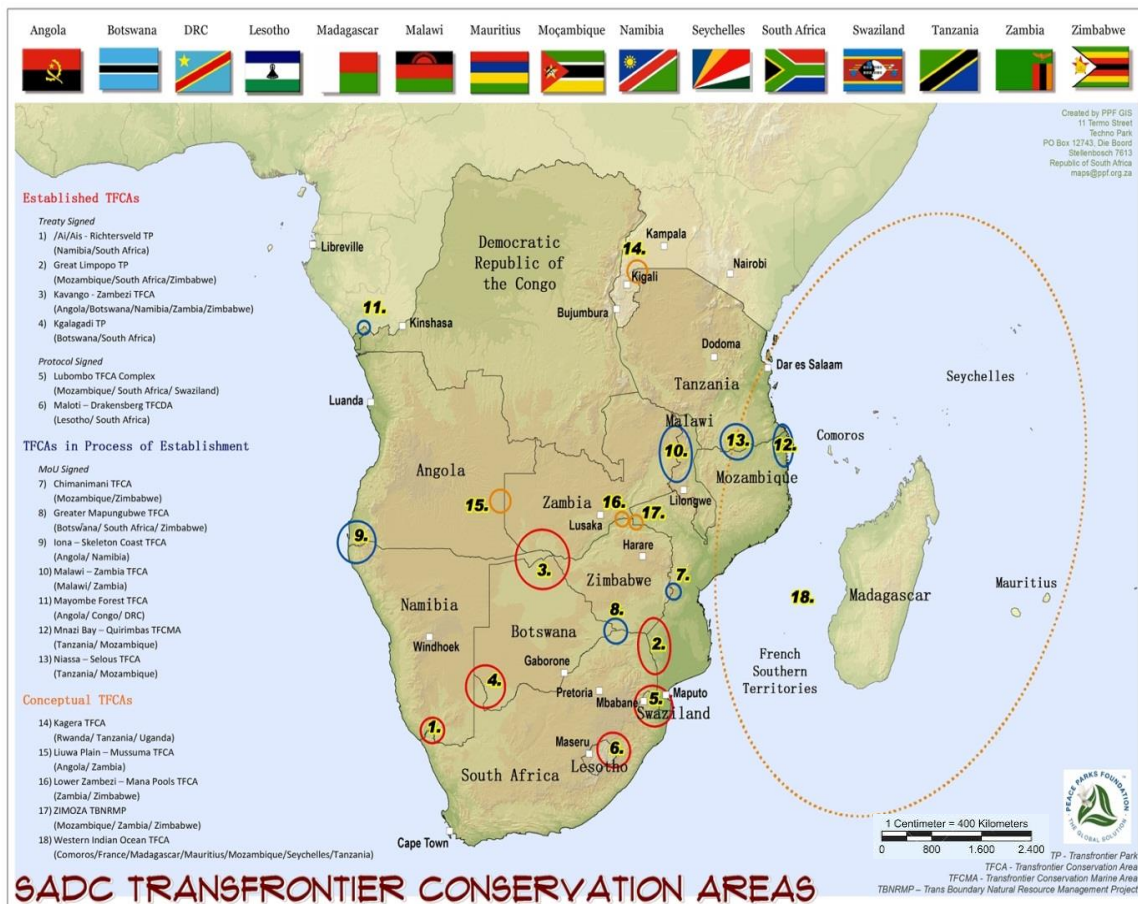


Figura 32: SADC Mapa ATFC.
Fonte: Adaptado de SADC

5.1.1. Estatuto das Áreas Transfronteiriças de Conservação

O Quadro 22 sintetiza o ponto de situação das dezoito Áreas Transfronteiriças de Conservação da SADC, fundamentalmente a categoria que a pertencem, quais os países parceiros que fazem parte e o nível de comprometimento que se pode verificar através dos documentos assinados, se Tratado ou Memorado de Entendimento e outras que nenhum destes documentos oficiais foi assinando estando ainda na fase conceptual.

Quadro 23: Categorias SADC

Categoria	Nome da ATFC	Países Parceiros	Estatuto	
A	1	Parque Transfronteiriço Kgalagadi	Botswana e África do Sul	Acordo bilateral assinado em Maio de 2000
	2	Complexo da Área de Conservação Transfronteiriça Lubombo	Moçambique, África do Sul e Suazilândia	Protocolo trilateral assinado em Junho de 2000
	3	Área de Conservação Transfronteiriça e Desenvolvimento Maloti-Drakensberg	Lesoto e África do Sul	MdE assinado em Junho de 2001
	4	Parque Transfronteiriço Great Limpopo	Moçambique, África do Sul e Zimbabwe	Tratado assinado em Dezembro de 2002
	5	Parque Transfronteiriço Ais/Ais-Richtersveld	Namíbia e África do Sul	Tratado assinado em Agosto de 2002
	6	Área de Conservação Transfronteiriça do Kavango Zambeze	Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe	Tratado assinado em Agosto 2011
B	7	ATFC Chimanimani	Moçambique e Zimbabwe	MdE assinado em 2001
	8	Área de Conservação Transfronteiriça do Iona-Skeleton Coast	Angola e Namíbia	MdE assinado em Agosto de 2003
	9	ATFC Malawi-Zâmbia	Malawi e Zâmbia	MdE assinado em Agosto de 2004
	10	Área de Conservação Transfronteiriça Greater Mapungubwe	Botswana, África do Sul e Zimbabwe	MdE assinado em Junho de 2006
	11	Área de Conservação Transfronteiriça Marítima Manzi Bay-Quarimbas	Moçambique e Tanzânia	MdE ainda não assinado
	12	Área de Conservação Transfronteiriça Niassa-Selous	Moçambique e Tanzânia	MdE ainda não assinado
	13	Área de Conservação Transfronteiriça Mayombe Forest	Angola, República Democrática de Congo e República de Congo	MdE assinado em 2009
	14	Área de Conservação Transfronteiriça Liuwa Plains- Mussuma	Angola e Zâmbia	MdE, assinado
C	15	Área de Conservação Transfronteiriça Lower Zambezi-Mana Pools	Zâmbia e Zimbabwe	
	16	Área de Conservação Transfronteiriça Kagera	Tanzânia and Rwanda	
	17	Área de Conservação Transfronteiriça da Região Oeste do Oceano Indico	Ilhas de Comoros, França, Madagáscar, Moçambique, Seicheles e Tanzânia	
	18	Projecto de Gestão Transfronteiriça de Recursos Naturais ZIMOZA	Moçambique, Zâmbia e Zimbabwe	

Fonte: SADC (2013)

5.1.2. Visão, Missão e Objectivos da SADC

Segundo o Programa da SADC para as Áreas Transfronteiriças (2013), em Março de 2011, em Joanesburgo, África do Sul, foram definidas a visão, a missão e os objectivos da SADC que servem de base para os Estados Membros definirem estes parâmetros para cada uma das Áreas Transfronteiriças.

Visão: SADC, um modelo de uma rede sustentavelmente gerida de Áreas de Conservação Transfronteiriças de classe mundial, cujo foco é na comunidade e que seja integrada a nível regional.

Missão: Desenvolver a SADC de maneira a esta ser uma rede funcional e integrada de Áreas de Conservação Transfronteiriças, onde os recursos naturais partilhados sejam co-geridos e conservados para fomentar o desenvolvimento económico e social, o turismo e a integração regional para o benefício das pessoas que vivem dentro e ao redor das ATFC e a humanidade em geral.

Objectivos: Ressaltamos três objectivos fundamentais das Áreas Transfronteiriças de Conservação da SADC:

1. A conservação da diversidade biológica e integridade ecológica, isto é o melhoramento da biodiversidade e a conservação de ecossistemas que cruzam fronteiras internacionais;
2. O desenvolvimento sócio - económico sustentável baseado no turismo;
3. Melhoramento e promoção regional da cultura de paz, cooperação e estabilidade entre os estados envolvidos, agências governamentais e as comunidades nas fronteiras políticas.

5.1.3. Critérios para seleção de programas e projetos regionais

O Conselho de Ministros da SADC, na sua reunião em Luanda, Angola, em 2003, aprovou os critérios para a selecção dos programas e projectos, a saber:

- Ter benefícios económicos e sociais directos para pelo menos dois países;

- Contribuir para a erradicação de pobreza e para o desenvolvimento humano;
- Ter ganhos de economias de escala onde os investimentos ou operações regionalmente coordenados irão resultar em poupanças substanciais de custos e emprego;
- Desbloquear o potencial económico de regiões e países menos desenvolvidos para promover o desenvolvimento equilibrado e equitativo;
- Contribuir para a integração da SADC no sentido desta fazer parte da economia regional, continental e global;
- Contribuir para a integração de mercado sobretudo a facilitação do livre circulação de bens, serviços e factores de produção;
- Contribuir para o desenvolvimento sustentável e igualdade no género.

5.1.4. Estrutura Organizativa da SADC para as ATFC

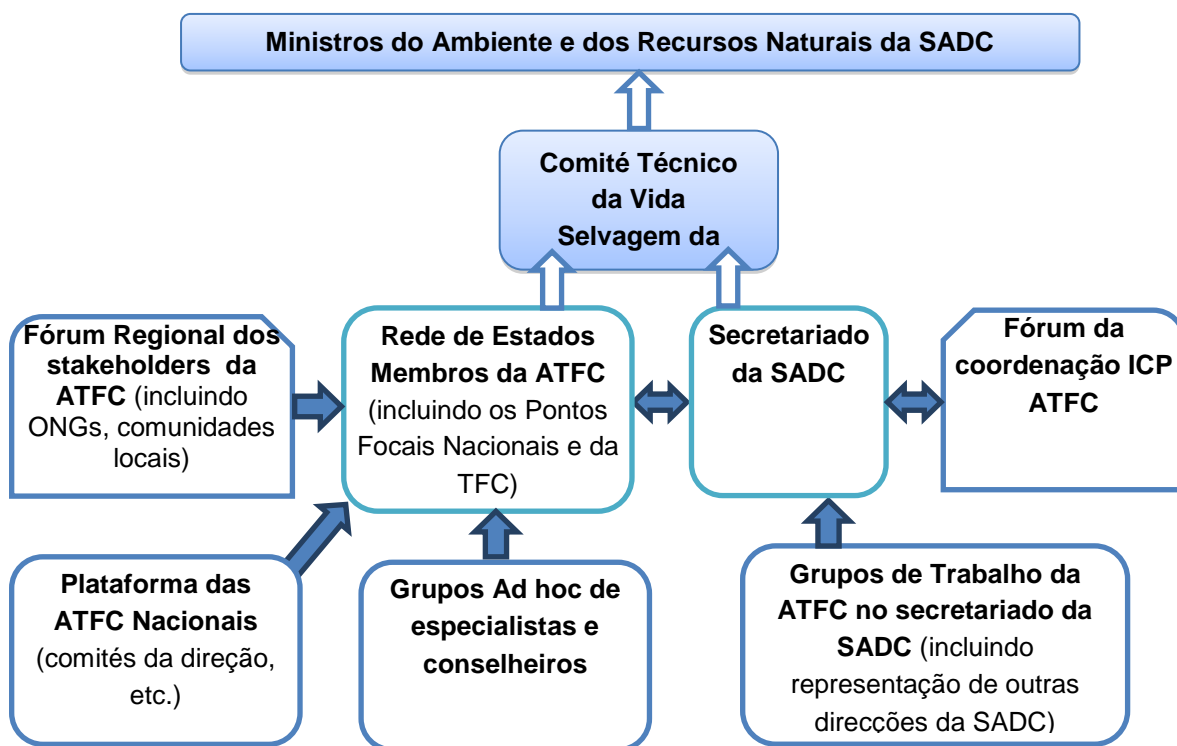


Figura 33: Organograma para a Implementação do Programa da SADC para as ATFC a nível dos Estados-Membros.

Fonte: Programa da SADC para as Áreas de Conservação Transfronteiriças (2013).

O organigrama acima mostra-nos quais as estruturas de gestão que participam na implementação das áreas transfronteiriças da SADC, desde as estruturas mais altas da SADC, como o Comité de Ministros do Ambiente e dos Recursos Naturais da SADC, aos diversos stakeholders, parceiros de Cooperação Internacional, Grupos de Trabalho por especialidade da SADC, assim como os Pontos Focais dos vários países que possuem as áreas transfronteiriças.

5.1.5. Linhas Gerais do Programa da SADC para as ATFC

O Programa da SADC para as ATFC (2013), apresenta sete componentes chave com objectivos, actividades e resultados específicos efectuados a nível regional, sub-regional e nacional, nomeadamente: 1. Advocacia e harmonização; 2. Melhoria de mecanismos de financiamento para as ATFC; 3. Capacitação dos intervenientes das ATFC; 4. Estabelecimento de sistemas de gestão de dados e conhecimento; 5. Melhoria da subsistência local; 6. Reduzir a vulnerabilidade dos ecossistemas e das pessoas aos efeitos das alterações climáticas; 7. Desenvolvimento das ATFC em produtos turísticos regionais que podem ser comercializados, (Linhas Gerais do Programa da SADC para as ATFC – anexo 11).

Ressaltamos a caracterização de alguns componentes que achamos serem mais pertinentes, de acordo com as descrições apresentadas no Programa da SADC para as Áreas Transfronteiriças de Conservação (2013).

Componente 1: Advocacia e Harmonização

Tendo em conta que o desenvolvimento das ATFC é a prerrogativa dos Estados Membros, só existindo vontade política a nível nacional e aceitação social é que as mesmas se podem desenvolver e cumprir as suas missões. O Programa da SADC para as ATFC (2013) tem como objectivo influenciar a mudança nas práticas de conservação e gestão de recursos naturais partilhados e pela harmonização de políticas e quadros legais, facilitar o desenvolvimento de padrões, procedimentos e diretrizes regionais, a fim de superar lacunas e resolver conflitos dentro e entre as políticas e leis dos países participantes no

desenvolvimento das ATFC. A base para a gestão eficiente das ATFC e para a expansão sistemática da rede das ATFC é a melhoria das políticas e legislação.

É a primeira componente chave do programa da SADC para as ATFC. Constitui uma terminologia adoptada pela SADC, em que Advocacia significa a obrigatoriedade dos Estados prestarem toda a assistência necessária com vista a protecção das ATFC e a Harmonização, a obrigatoriedade dos Estados harmonizarem, conformarem as suas leis no interesse das ATFC.

Componente 2: Melhoria de mecanismos de financiamento para as ATFC

A falta de financiamento para as actividades de desenvolvimento e gestão é um dos grandes desafios para o desenvolvimento das ATFC. O papel que os Estados-Membros e ICPs desempenham neste sentido não pode ser mais enfatizado, de acordo com o Programa da SADC para as ATFC (2013). Os Estados-Membros devem demonstrar a sua vontade de estabelecer as ATFCs, através da inclusão das provisões financeiras nos seus orçamentos nacionais. A SADC pode facilitar o acesso a fontes de financiamento, iniciando e apoiando o diálogo bilateral entre Estados-Membros e ICPs ou através da aquisição de fundos a nível regional. Ainda segundo a mesma fonte, outros mecanismos de financiamento precisam de ser explorados, incluindo a criação de um fundo regional especificamente para desenvolver as ATFC.

Componente 5: Melhoria da subsistência local

De acordo com o Programa da ATFC da SADC (2013), os meios de subsistência de milhões de pessoas que vivem dentro e ao redor das ATFC estão intrinsecamente ligados à integridade dos ecossistemas, à biodiversidade e à geodiversidade que estas ATFC conservam. Além de usar a terra para criar e manter o gado, produzir alimentos e cultivar culturas de rendimento, as comunidades rurais também colhem recursos naturais, tais como lenha, ervas silvestres, frutos silvestres e carne de caça para fins comerciais e de subsistência. Os Estados-Membros reconhecem que os principais beneficiários das ATFC devem ser as comunidades rurais, que devem ter o direito intrínseco de ser envolvidas nos processos de tomada de decisões. Portanto, os planos de

actividades das ATFC devem ser elaborados através de um processo participativo e da demonstração do fluxo de benefícios para essas comunidades. Estes planos devem estar alinhados com as estratégias regionais de redução da pobreza.

O aumento nos investimentos públicos e privados em infra-estruturas transfronteiriças e de projectos turísticos nas ATFC também pode contribuir significativamente para o melhoramento das economias locais. Assim, facilitar o acesso transfronteiriço aos mercados locais e regionais pode, ainda, aumentar o rendimento a nível familiar. O Programa das ATFC também reconhece que os segmentos mais vulneráveis da população, por exemplo, mulheres, jovens e pessoas com VIH/SIDA, precisam de um foco especial no âmbito desses programas.

Componente 7: Desenvolvimento das ATFC em produtos turísticos regionais que podem ser comercializados

Os documentos da SADC, nomeadamente o Plano de Desenvolvimento Estratégico Indicativo Regional da SADC (RISDP) e o Plano-Mestre Regional para o Desenvolvimento de Infra-estruturas da SADC (RIDMP), "*identificaram as ATFC como instrumentos promissores para promover a integração regional, o turismo cooperativo e o desenvolvimento rural*". Pelo facto dos países que já trabalham em conjunto na gestão das ATFC mostrarem ser unidades consolidadas e terem estruturas de governação conjuntas já estabelecidas, tanto para a conservação como para o desenvolvimento do turismo. E também pelo facto de muitos destinos turísticos estarem situados nas ATFC da SADC e ao desenvolver o turismo a nível de ATFC, constituir-se como um grande potencial para gerar emprego nestas áreas na maioria rurais e marginalizadas, consequentemente contribuir para a redução da pobreza. Para o cumprimento desse desiderato foram criadas 10 rotas turísticas que envolvem as áreas as 18 ATFC, SADC (2012).

5.2. ÁREAS TRANSFRONTEIRIÇAS DE CONSERVAÇÃO DE ANGOLA

No âmbito da SADC, o território da República de Angola integra 4 destas Áreas Transfronteiriças de Conservação:

1. Área Transfronteiriça de Conservação Okavango Zambeze;
2. Área Transfronteiriça de Conservação Iona Skeleton Coast (Angola e Namíbia);
3. Área Transfronteiriça de Conservação Maiombe Forest;
4. Área Transfronteiriça de Conservação Liywa Plains Mussuma.

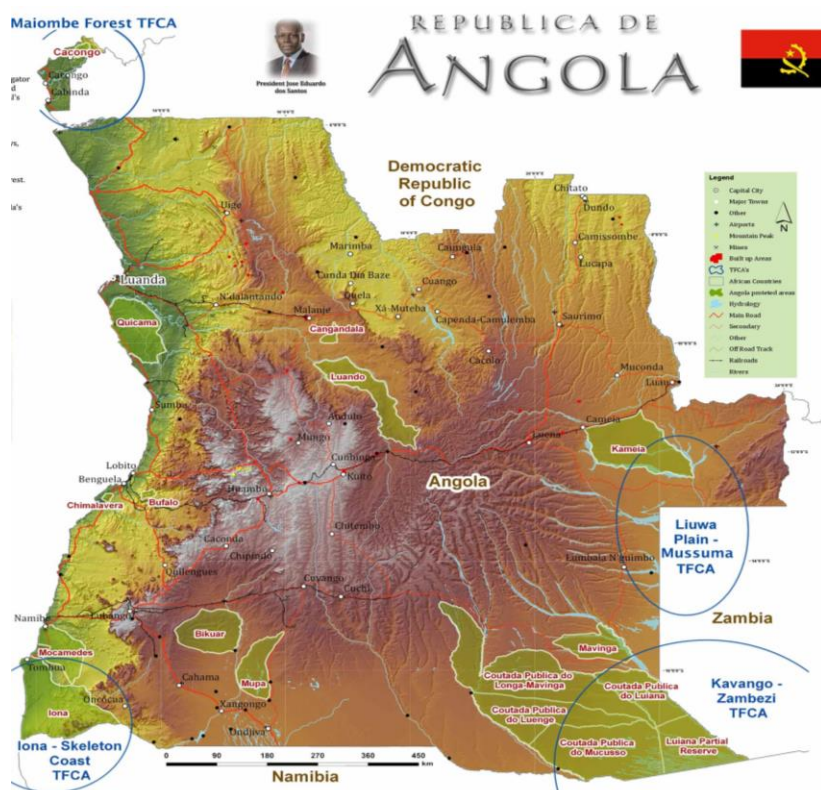


Figura 34: Mapa de Angola – Áreas Transfronteiriças de Conservação
Fonte: Ministério do Ambiente de Angola (2015)

1. A Sudoeste, Área Transfronteiriça de Conservação Okavango Zambeze - KAZA constituída por cinco países (Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e

Zimbabwe), com o tratado assinado a 18 Agosto de 2011, em Luanda, aquando da Cimeira de Chefes de Estado da SADC. Liga 36 Parques Nacionais dos cinco países. Apresenta grande relevo pela vida selvagem, cultural e recursos arqueológicos, assim como grandes recursos e sítios valiosos de terras húmidas (Delta do Okavango, Rios Kuando e Zambeze).

2. A Sul, ATFC Iona Skeleton Coast (Angola e Namíbia). O Memorando para a sua criação foi assinada a 1 de Agosto de 2003, interligando o Parque Nacional do Iona e o Parque de Skeleton Coast National Park (Parque da Costa dos Esqueletos), na República da Namíbia.

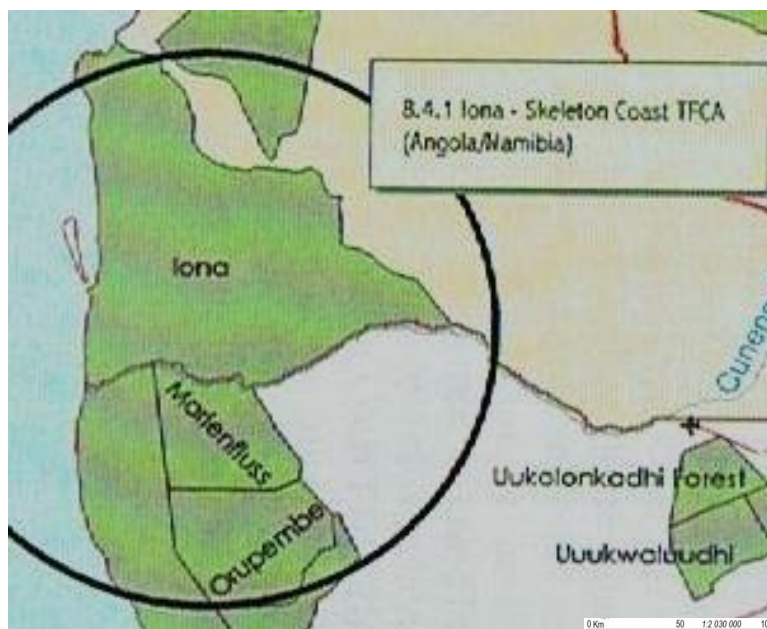


Figura 35: Área Transfronteiriça de Conservação Iona Skeleton Coast (Angola e Namíbia);
Fonte: Ministério Ambiente, Angola (2015)

Foram identificadas populações de Protelo (*Proteles cristatus*), Hiena castanha (*Hyena brunea*), Raposa orelhuda (*Otocyon megalotis*), Raposa prateada (*Vulpes chama*), Zebra de Hartmann (*Equus zebra hartmannae*), Rinoceronte preto (*Diceros bicornis*), Cachine (*Rynchotragus hirkii*), Impala de face negra (*Aepiceros melampus petersi*), Cabra de leque (*Antidorcas marsupialis*) e Orix (*Orix gazella*), segundo pesquisas feitas por Huntley (1973).

A área está formalmente classificada como uma ecorregião do deserto de Kaokoveld, como o Deserto do Namibe, e estende-se ao longo da costa entre a

Namíbia e Angola. Trata-se de um dos desertos mais ricos do mundo. Os solos duros, os leitos secos dos rios e os pequenos poços abrigam muitas espécies. As plantas mais abundantes são as gramíneas do deserto.



Foto 18: *Welwitschia mirabilis*.
Fonte: Ministério Ambiente (2015)

Como referido, nesta área transfronteiriça abunda a planta indígena, chamada *N'tombo*, conhecida pelo nome científico *Welwitschia mirabilis*. Considerada um "fóssil vivo", tem o nome do botânico austríaco Friedrich Welwitsch que a descobriu em 1859, podendo viver mais de mil anos.

3. A norte, Área Transfronteiriça de Conservação Maiombe Forest (Angola, Congo Democrático e Congo Brazaville), engloba três Parques Nacionais situados em cada um dos três países: o Parque Nacional de Maiombe em Angola, o Parque Nacional de Luki na República Democrática do Congo e o Parque Nacional de Dimonika na República do Congo Brazaville. O documento que vincula os três países é o Memorando de Entendimento assinado em Cabinda, aos 24 de Julho de 2009.

A floresta do Maiombe representa o tipo de floresta guineo-congolesa, que é um dos grandes biomas de Angola, que se estende desde a República Democrática

do Congo até ao Gabão, passando pela República de Angola e a República do Congo (Figura 36).



Figura 36: Área Transfronteiriça de Conservação Maiombe Forest;
Fonte: PPF Retosa (2012).

A Área Transfronteiriça do Maiombe Forest é composta por uma densa floresta, alta, húmida, situada entre os 400m e os 930m de altitude no maciço do Maiombe, cobre cerca de 10.000 km² ao longo de um trecho estreito paralelo à Costa do Atlântico, situado entre a zona sudoeste da República do Gabão à península sudoeste da República Democrática do Congo. É rodeada por um mosaico de planície de floresta tropical mais seca, por bosques e por savanas. A área total dos ecossistemas da ATFC Maiombe Forest é de cerca de 36.000 km². Tem uma grande diversidade de mamíferos, como o chimpanzé central, os gorilas-das-planícies e o elefante (Ministério do Ambiente de Angola, 2015).

4. A Leste, Área Transfronteiriça de Conservação Liuwa Plains Mussuma (Angola e Zâmbia) ainda em fase conceptual, interligando o Parque Nacional de Liuwa Plain na Província do Moxico, em Angola, e outras áreas na Zâmbia. A dimensão total da ATFC de Liuwa/Mussuma proposta é 15 648 km².

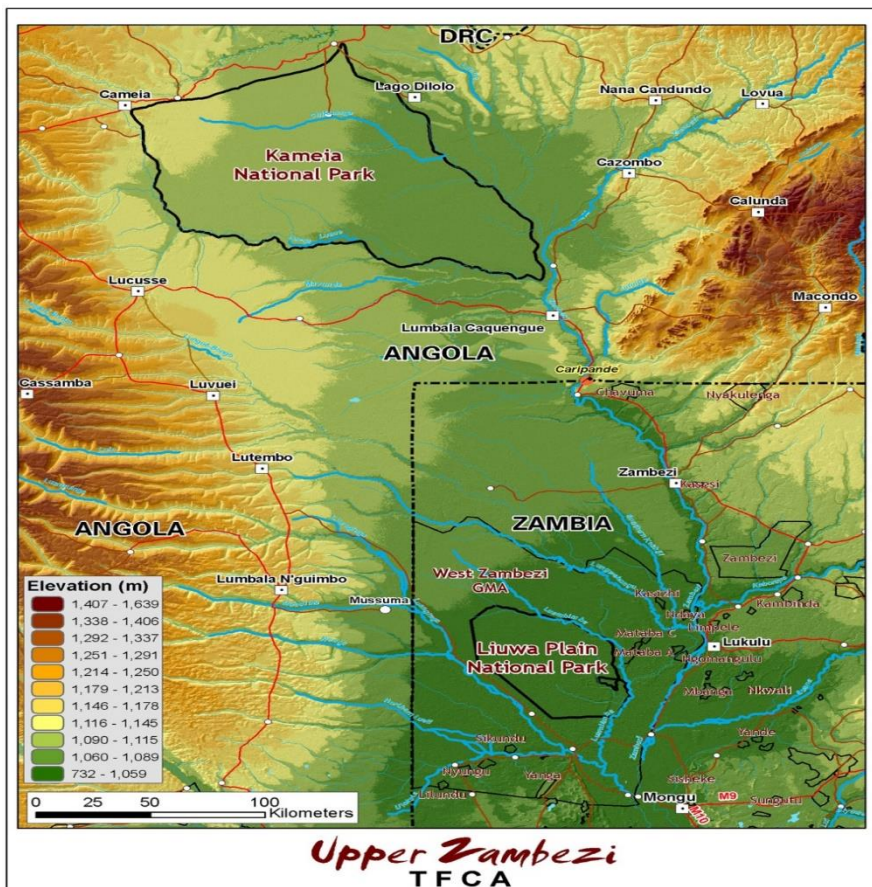


Figura 37: Área Transfronteiriça de Conservação Liouwa Plains Mussumu
Fonte: PPF Retosa (2012).

A parte Angolana está localizada entre os rios Mussumu e Lungwebungu, constituindo um centro endêmico de répteis, anfíbios e plantas, sendo igualmente importante para as aves. É constituída pelo Parque Nacional da Planície de Liouwa e pelo Parque Nacional da Cumeia. A área de Mussumu é considerada como uma das mais relevantes áreas de conservação por apresentar a maior e mais significativa população de espécies migratórias de importância internacional, o Blue Wildbeest (Gnu) ou zebra. Apresenta também um número considerável de populações de aves, atributos únicos da diversidade biológica desta área transfronteiriça (Ministério do Ambiente de Angola, 2015).

O desenvolvimento sustentável representa um novo rumo para o turismo e, conseqüentemente um grande desafio para os responsáveis pela preservação ambiental e pelo turismo nos países ricos em recursos naturais e pertencentes a esta abordagem transfronteiriça.

5.3. ÁREA TRANSFRONTEIRIÇA DE CONSERVAÇÃO OKAVANGO ZAMBEZE – ATFC KAZA

A Área Transfronteiriça de Conservação Okavango Zambeze é uma iniciativa de cinco países da região que têm como visão “estabelecer uma Área Transfronteiriça de Conservação e de destino turístico de nível internacional nas regiões das bacias hidrográficas dos rios Kubango e Zambeze de Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe (Figura 38) no contexto do desenvolvimento sustentável”.

5.3.1. Algumas diferenças dos cinco países da ATFC KAZA

Quadro 24: Algumas diferenças dos cinco países da ATFC KAZA

País	População 2014	Superfície Km2	Taxa de mortalidade (mortes/1.000 habitantes 2014)	Taxa de crescimento (%) 2014	(PIB) Taxa de Crescimento Real (%) 2013
Angola	25.789.024	1.246.700	9.12	2.7	6
Botswana	2.155.784	581.730	13	1	4
Namíbia	2.198.406	825.418	14	1	4
Zâmbia	14.638.505	752.618	13	3	6
Zimbabwe	13.771.721	390.757	11	4	3

Fonte: www.indexmundi.com/map/ (2016), a) INE-Angola (Censo de Angola 2014)

Os indicadores apresentados mostram claramente o relevo que a geografia física e humana representa em relação aos restantes países que compõem a ATFC KAZA. A superfície do território de Angola é muito superior a todos os outros países que compõem a KAZA. Angola é, também, o país que tem maior população, com uma diferença significativa em relação à Zâmbia e Zimbabwe, o segundo e terceiro países em termos de população, e cerca de 12 vezes mais que Botswana e Namíbia.

A sustentabilidade deste factor assenta numa taxa de mortalidade que é a mais baixa dos restantes países, acompanhada de uma taxa de crescimento populacional ligeiramente abaixo dos que detêm as previsões mais optimistas, como são a Zâmbia e o Zimbabue.

Por último, mostra-se o facto de Angola ter registado em 2013 a maior taxa de crescimento do PIB (6%), muito superior a todos os restantes países, excepto a Zâmbia, que registou igual percentagem.



Figura 38: Mapa de delimitação geográfica da ATFC KAZA. Fonte: adaptado de PDI (2011).

5.3.2. Caracterização da ATFC KAZA

Está situada nas Bacias Hidrográficas dos Rios Kuando e Zambeze onde convergem Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe, abrangendo uma área de 519.912,00 Km²³⁰. A ATFC KAZA é a segunda maior Área Transfronteiriça de Conservação do Mundo e compreende 20 parques nacionais; 85 reservas florestais, 22 unidades de conservação, 11 santuários, 103 áreas da gestão de fauna selvagem, 11 áreas de gestão de caça, 371, 394 Km² de terra disponíveis para a gestão de fauna selvagem e 148,520 km² para fins agrícolas, incluindo os percursos. Ainda estão incluídos o Delta do Okavango, Património Mundial da Humanidade com 15,000 Km², o maior delta interno e, ainda, as cataratas de Victoria Falls, também Património Mundial e uma das sete maravilhas do mundo (PDI MASTER/KAZA, 2014). O Delta do Okavango, inscrito a 22 de Junho de 2014 como Património da Humanidade é o seu milésimo membro. Dada a sua inundação anual extraordinária, é uma das zonas húmidas continentais mais importantes do mundo, apoiando uma das maiores concentrações de animais selvagens em África. É um ecossistema aquático altamente variável e complexo, maioritariamente estruturado pelo regime climático, ambiente químico, físico e pelas interacções biológicas que ocorrem dentro dele. Três grandes biomas representados são o pântano permanente, o pântano sazonal e os rios de drenagem.

A ATFC KAZA abrange a maior parte da bacia hidrográfica do Rio Okavango, uma parte integral da bacia hidrográfica do Alto Zambeze e estende as ligações regionais da área para os cinco países parceiros. As zonas húmidas da ATFC KAZA dependem dos fluxos de água dos planaltos de Angola, Zâmbia e República Democrática de Congo. Acima dos 70% do fluxo de água do Delta do Okavango é originária do planalto de Angola.

³⁰ Dimensão actualizada a partir do Secretariado Regional da ATFC KAZA (2014).



Foto 19: Planície aluvial meandros do Rio Cuito.

Fonte: Componente Angolana do KAZA Fonte: PDCTCC, Relatório 3 (2012)

O rio Zambeze desloca-se ao longo das colinas Kalene, no noroeste da Zâmbia, e segue para norte por 30 km. Em seguida, volta para oeste e sul com 280 quilómetros no território Angolano, antes de entrar novamente na Zâmbia, onde flui para sul através de planícies pantanosas. No sudoeste da Zâmbia, o rio torna-se na fronteira entre a Zâmbia e o leste da região do Zambeze na Namíbia, em aproximadamente 130 km. Mais a leste, o rio Zambeze faz fronteira entre a Zâmbia e o Zimbabwe e atinge a sua maior largura, ou seja, mais de 1,3 km, antes de mergulhar nas cataratas de Victoria Falls. A precipitação anual varia entre 100 milímetros no sudoeste e 1.100 milímetros no nordeste.

Possui uma grande diversidade de ecossistemas³¹ e paisagens, desde a copa densa, escura e seca da floresta tropical do Nordeste da Zâmbia, ao mosaico de bosque e de pastagens, e às terras húmidas cintilantes cheias de canas. O gradiente associado à estrutura da vegetação começa com arbustos do deserto no sudoeste e culmina na floresta de miombo no nordeste.

³¹ Revista Kavango Zambezi, Turismo sem Fronteiras (2014), do Secretariado da ATFC KAZA, Kasane

Existem, na área, quatro tipos principais de estruturas vegetais: floresta seca; vários tipos de florestas; pastagem; e pantanal. Essa diversidade de vegetação dá origem a uma biodiversidade moderadamente elevada, o que facilita a circulação dos animais entre os seus habitats. A paisagem é geralmente plana e levemente ondulada. No tocante à flora, a ATFC KAZA é rica em termos de diversidade, com 2.645 espécies listadas.

A ATFC KAZA é caracterizada por migrações numerosas de mega fauna e várias espécies animais constantes no Livro de Dados Vermelhos da IUCN, tornando-se um deserto de importância biológica global. A ATFC KAZA tem, ainda, áreas selvagens relativamente intactas com um elevado número de espécies registadas na floresta miombo, permitindo contribuir fortemente para a conservação das espécies ameaçadas, como o cão caçador africano, o antílope “Roan”, o crocodilo do Nilo e a chita (PDI KAZA, 2014)

A área tem uma das mais ricas diversidades em mamíferos da África austral, com um conjunto completo de herbívoros e carnívoros. No tocante à fauna, possui 600 espécies diferentes de mamíferos e mais de 650 espécies de aves. Das 197 espécies listadas como existentes, não há mamíferos endémicos. O Delta do Okavango tem 128 espécies de mamíferos (incluindo 20 grandes herbívoros), com populações elevadas de grandes mamíferos, de elefantes africanos, búfalos, rinocerontes, leões, chitas, cães caçadores africanos, sitatungas e lechwes. O elefante africano é uma das espécies mais relevantes do continente, com importância económica e ecológica para a região. A ATFC KAZA tem a maior população contígua de elefantes na África. Das 601 espécies de avifauna registadas, 524 espécies reproduzem-se dentro da ATFC KAZA. Há 76 espécies migrantes Paleoárcticas e mais 52 espécies migrantes intra-africanas. Muitas residem por alguns meses em zonas húmidas, “*pans*” ou planícies aluviais, enquanto outras vagueiam em pastagens e estepe espinhosa.

A ATFC KAZA é também um ponto de encontro de répteis e anfíbios do Kalahari, do Alto Zambeze, e das florestas de folhas largas da África Central. Existem 128 espécies de répteis e 50 espécies de anfíbios. Fora das 178

espécies registradas, há cinco répteis endêmicos ou quase endêmicos, e três sapos endêmicos. As maiores dificuldades e lacunas no conhecimento são, principalmente, com as espécies existentes em Angola e no sudeste da Zâmbia. No tocante à biodiversidade aquática, mais de 100 espécies de peixes foram registradas na ATFC KAZA, no sistema fluvial do Alto Zambeze, cujos recursos naturais são elementos vitais para a manutenção da população local e da economia. Relativamente aos invertebrados, apesar da pouca investigação feita sobre as 300 espécies de borboletas registradas, a maioria é encontrada na Zâmbia e no Zimbabwe. Há pouca informação em relação a Angola (PDI KAZA, 2014).

A ATFC KAZA compreende as seguintes áreas:

República de Angola: Parque Nacional Luengue Luiana e o Parque Nacional de Mavinga, equivalente a 90.621,67 Km²;

República do Botswana: Delta do Okavango (incluindo a Reserva de Caça de Moremi), sistema ribeiro de Chobe-Linyanti (incluindo o Parque Nacional de Chobe) e o Parque Nacional de Makgadikgadi-Nxai; equivalente a 153.662,72 Km²;

República da Namíbia: Parque Nacional de Bwabwata, Parque Nacional de Mudumu, Parque Nacional de Mamili (Nkasa Lupala), Parque Nacional de Khaudum, Parque Nacional de Mangetti, Floresta Estatal de Caprivi e as conservações e florestas comunitárias entre e à volta dessas Áreas Protegidas, equivalente a 71.516,43 Km²;

República da Zâmbia: Parque Nacional de Kafue, Parque Nacional de Sioma-Ngwezi, Parque Nacional de Mosi-oa-Tunya e áreas de gestão de caça adjacentes, incluindo, ainda, reservas de floresta, sítios patrimoniais e áreas abertas nos Distritos de Kalomo, Kazungula e Sesheke; equivalente a 132.630,80 Km².

República do Zimbabwe: Parque Nacional de Hwange, Parque Nacional de Zambezi, Parque Nacional de Victoria Falls, Parque Nacional de Kazuma Pan, Parque Nacional de Chizarira, Parque Nacional de Matusadona, Área

de Safari Matetsi, Deka, Chete, Chirisa e Charara, incluindo as Florestas Bembesi, Fuller, Gwayi, Kazuma, Mzola, Ngamo, Panda Masuwe, Sijarira e Sikumi, incorporando Hwange, Tsholotsho, Bulilima, Binga, Gokwe, Nyaminyami e as Terras Comuns de Hurungwe, bem como as Terras Estatais em posse privada e conservações com expansão para o oriente do Parque Recreativo do Lago Kariba e da Cidade de Kariba, equivalente a 71.479,98 Km².

5.3.3. Áreas de dispersão de fauna selvagem (ADFS)

Devido a importância ecológica das ADFS, utilizamos como base o documento Plano de Desenvolvimento Regional da ATFC KAZA / Plano Master (2014), do qual fizemos uma síntese de cada uma das ADFS. Assim destacamos que o território da ATFC KAZA está dividido em seis Áreas de Dispersão de Fauna Selvagem (ADFS), a saber: ADFS do Rio Kwando, ADFS do Planície do Zambeze-Chobe, ADFS do Zambeze - Mosi-oa-Tunya, ADFS do Hwange-Kazuma-Chobe, ADFS do Hwange-Makgadikgadi - Nxai, ADFS do Khaudum-Ngamiland. As ADFS enfatizam a interligação das várias áreas protegidas.

1. Área de Dispersão de Fauna Selvagem do Rio Kwando

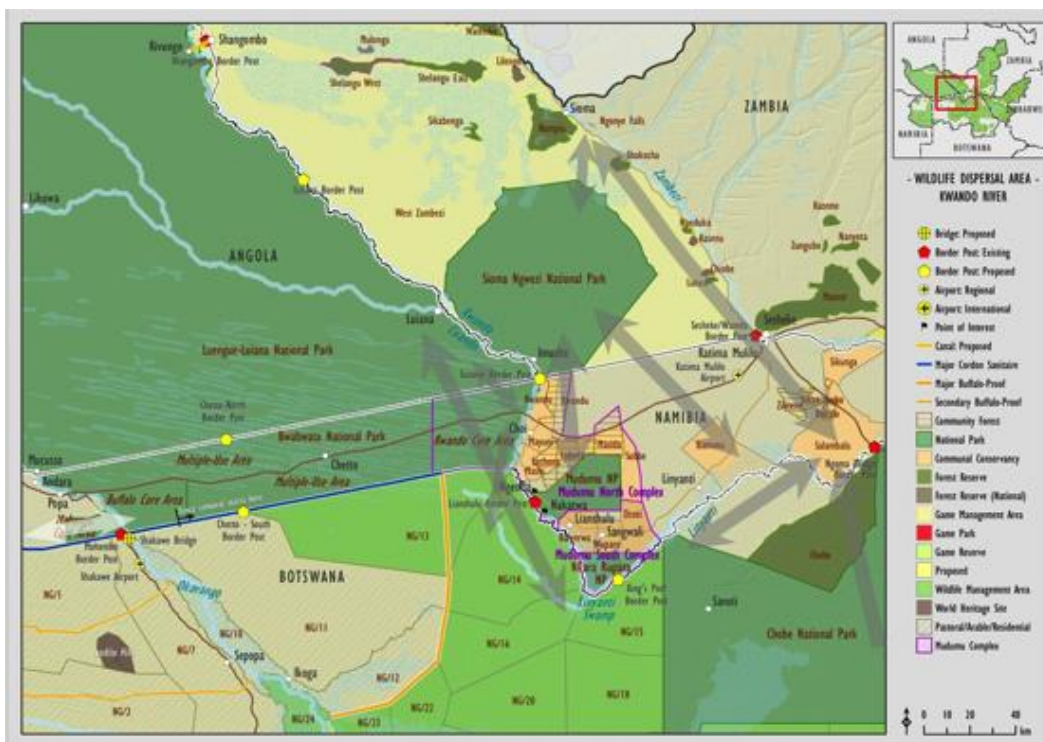


Figura 39: ADFS da Planície Aluvial Zambeze-Chobe
Fonte: (PDI/MASTER/KAZA, 2014).

A ADFS do Rio Kwando atravessa quatro fronteiras internacionais. No norte, a Zâmbia e Angola partilham uma fronteira comum ao longo do Rio Kwando; o Parque Nacional de Sioma Ngwezi e as Áreas de Gestão de Caça no Oeste do Rio Zambeze dominam o lado da Zâmbia, enquanto que a parte Angolana é dominada pelo Parque Nacional Luengue-Luiana. No sul, a ADFS segue o Rio Kwando e entra o Complexo Mudumu Norte da Namíbia; atravessa o Complexo Mudumu Sul e entra no Botswana.

Numa perspectiva ecológica, a ADFS do Rio Kwando é importante para a fauna selvagem, devido ao movimento dos animais e dado que alberga grandes populações de elefantes, bem como búfalos, antílopes, Roan, tsessebe e todos os grandes predadores. A ADFS também é particularmente importante para a migração dos animais selvagens.

2. Área de Dispersão de Fauna Selvagem da Planície Aluvial Zambeze-Chobe

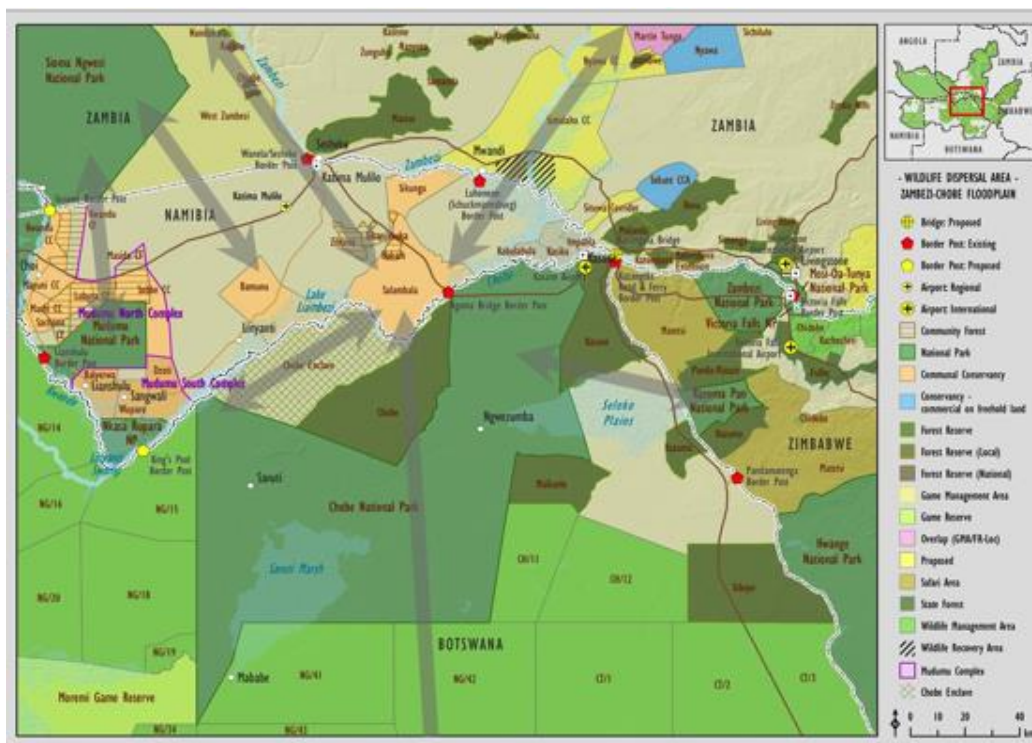


Figura 40: ADFS da Planície Aluvial Zambeze-Chobe
Fonte: (PDI/MASTER/KAZA, 2014)

A ADFS da Planície Aluvial Zambeze-Chobe tem, também, quatro fronteiras internacionais, nomeadamente: Zâmbia no norte e noroeste, a Namíbia, a oeste, Botswana, a sul, e Zimbábue, a sudeste. O ordenamento do território é potencialmente incompatível ao longo das margens do leste da Região do Zambeze que fazem fronteira com o Parque Nacional de Chobe e com as Reservas Florestais de Kasane, no lado do Botswana. A parte namibiana consiste nas unidades de conservação Impalila, Kasika, Salambala e Sikunga.

Numa perspectiva ecológica, esta ADFS sustenta alguns dos números mais elevados de animais selvagens no planeta (incluindo aves). Também alberga as mais importantes rotas da dispersão da fauna selvagem, incluindo a crítica migração anual de zebras a partir do Parque Nacional de Nxai Pan até à zona ribeirinha do Rio Chobe e até à zona a leste do Rio Zambeze. Outras rotas importantes incluem a migração de elefantes a partir das áreas de Nata, a sul, e

de Sioma Ngwezi, no nordeste. Os Rios Zambeze e Chobe são ricos em espécies de peixes, com mais de 80 identificadas a partir da secção da Namíbia.

Ao longo dos últimos 20 anos, tem havido um enorme crescimento no turismo baseado na fauna selvagem. Esta ADFS é servida por, no mínimo, três estradas principais, três postos fronteiriços, um aeroporto regional (Katima Mulilo), bem como o aeroporto internacional de Kasane e um posto fronteiriço que se situa no lado oriental extremo da ADFS (PDI/MASTER/KAZA, 2014).

3. Área de Dispersão de Fauna Selvagem Zambeze-Mosi-ao Tunya

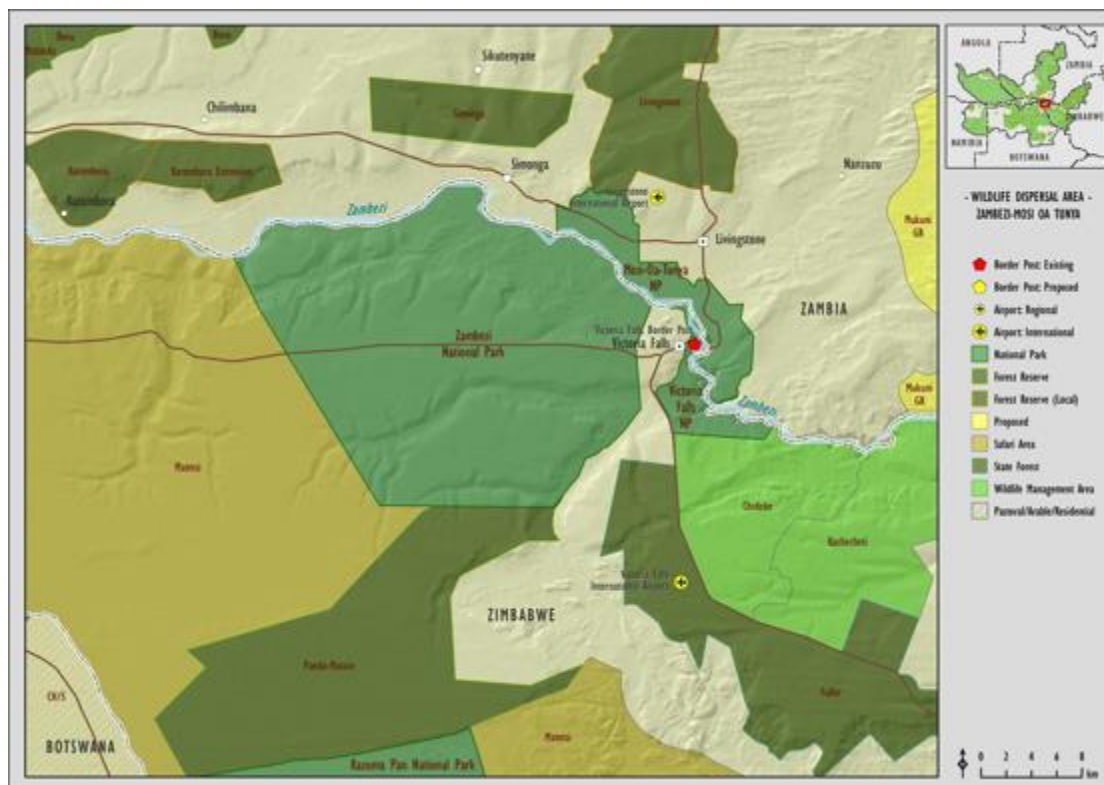


Figura 41: ADFS Zambeze - Mosi-ao-Tunya
Fonte: (PDI/MASTER/KAZA, 2014)

Esta ADFS faz fronteira com a Zâmbia, no norte e com o Zimbábue, a sul. O Rio Zambeze estende-se na direcção oeste-leste e serve de fronteira internacional. No seu coração, situa-se o Património Mundial Victoria Falls/Mosi-ao-Tunya. No norte, o ordenamento do território é principalmente aberto, sendo de carácter

pastoral, arável e residencial. É intercalado com três reservas florestais, nomeadamente Katombora, Simonga e Livingstone. Com rumo para sul, o Parque Nacional Mosi-oa-Tunya, da Zâmbia, faz fronteira com o Rio Zambeze e é flanqueado pelos Parques Nacionais Zambeze e Victoria Falls. Existe uma pequena, mas significativa secção de terra de livre acesso, que separa os dois Parques Nacionais do Zimbabwe, o Parque Nacional de Victoria Falls e o Parque Nacional de Zambeze. É um dos principais destinos turísticos da região, servido por dois aeroportos internacionais, de Livingstone e de Vitória Falls, para além de duas estradas principais, tanto na Zâmbia como no Zimbabwe (PDI/MASTER/KAZA, 2014).

4. Área de Dispersão de Fauna Selvagem do Hwange-Kazuma-Chobe

A ADFS do Hwange-Kazuma-Chobe envolve somente uma fronteira internacional entre o Zimbabwe e Botswana. A oeste da fronteira, está situada a principal estrada de Kazungula-Nata, com tráfego comercial e turístico significativo. Esta percorre várias rotas de dispersão de fauna selvagem, situadas a leste e a oeste, entre os Parques Nacionais de Hwange, Kazuma e Chobe. Esta ADFS, em termos ecológicos, alberga mais de 100 espécies de mamíferos e 400 espécies de aves. Existem várias rotas de dispersão da fauna selvagem importantes, incluindo rotas documentadas para elefantes, leões e outras espécies.

5. Área de Dispersão de Fauna Selvagem do Hwange-Makgadikgadi-Nxai

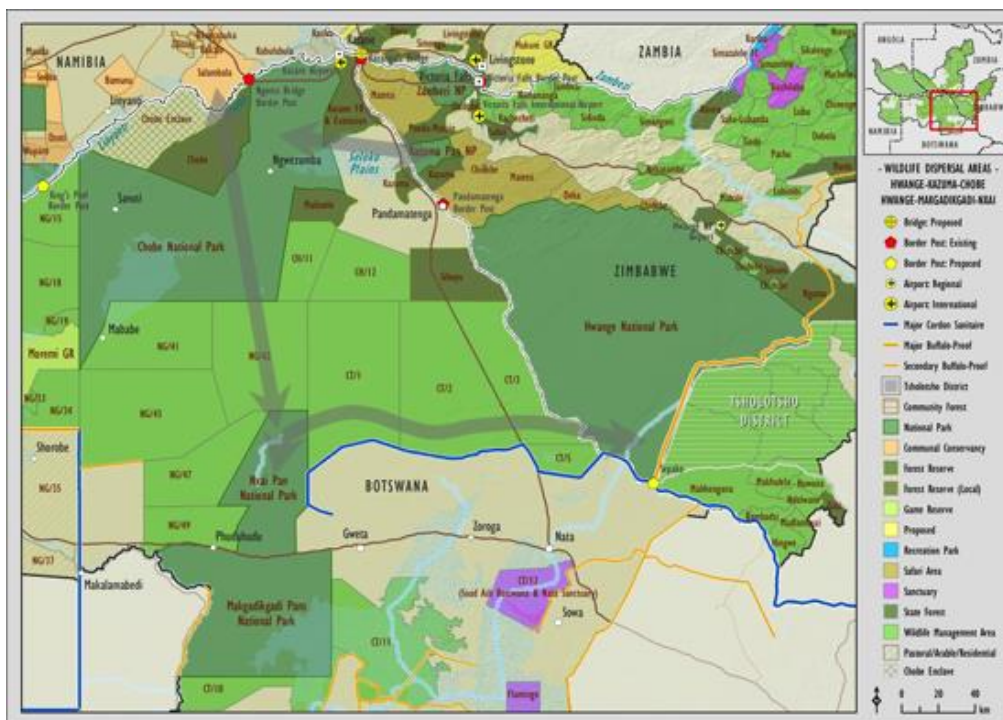


Figura 42: ADFS do Hwange-Makgadikgadi-Nxai
Fonte: (PDI/MASTER/KAZA, 2014).

Esta ADFS abrange dois países, o Botswana e o Zimbabwe, com maior participação do Botswana. Integra o Parque Nacional de Makgadikgadi Pans, contíguo ao Parque Nacional de Nxai Pan, a norte. Os dois estão entre os principais destinos turísticos na ATFC KAZA e oferecem algumas das melhores infra-estruturas turísticas da área. A nordeste do PN de Makgadikgadi, existem terras comunitárias e um importante Cordão Sanitário (vedação veterinária), característica importante da área. Os recursos hídricos apresentam grande vulnerabilidade, o que afecta tanto a fauna selvagem, como o gado e os seres humanos. Ecologicamente, trata-se de uma ADFS muito importante, sobretudo para os grandes mamíferos como elefantes, búfalos e zebras. É palco de importantes migrações de zebras, gnus e seus predadores; acolhe a chegada de aves migratórias, como patos, gansos e pelicanos brancos; e alberga uma das duas únicas colónias de reprodução de flamingos na África Austral.

6. Área de Dispersão de Fauna Selvagem do Khaudum-Ngamiland

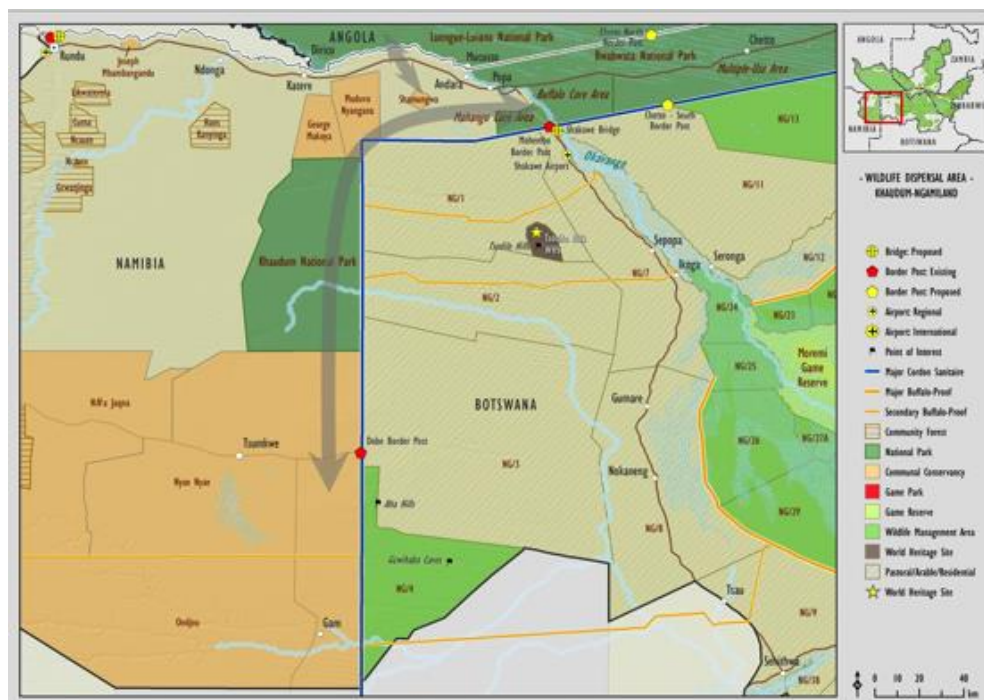


Figura 43: ADFS do Khaudum-Ngamiland
Fonte: (PDI/MASTER/KAZA, 2014).

A ADFS do Khaudum-Ngamiland situa-se entre o Botswana e a Namíbia. Estes países partilham uma fronteira comum, dividida por um importante cordão sanitário que corre de norte a sul. A norte situa-se o PN Luengue-Luiana em Angola. Existem zonas de fauna selvagem geridas pelas comunidades numa área de exploração pecuária, algumas delas utilizadas por zebras e elefantes. Em termos de infra-estruturas, a parte norte da ADFS é servida pela estrada principal em sentido oeste-este entre Rundu e Katima Mulilo, enquanto a parte oriental é servida pela estrada em sentido norte-sul entre Popo e Tsau. Esta área alberga vários pontos de interesse para os turistas. Os potenciais pontos de atracção turística em Ngamiland ocidental incluem a área de Património Mundial de Tsodilo Hills, várias grutas e Aha Hills. No âmbito ecológico, esta ADFS é importante para a dispersão de elefantes.

5.3.4. História do Processo ATFC KAZA

A ATFC KAZA teve como antecedente o projecto OUZIT - Iniciativa de Turismo Internacional do Kubango Alto Zambeze, que foi lançado em 1993 como um conceito para um santuário de vida selvagem localizado no contexto das bacias hidrográficas do Okavango e Zambeze, ligando partes de Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe e cobrindo mais de 260,000 km². Serviria, também como impulsionador do crescimento económico regional, emprego e investimento interno. O projecto foi expandido, a fim de unir várias iniciativas e agir como um foco coordenador para o turismo regional e planeamento de infra-estruturas em todo o sul da África. A ideia do programa foi aprovada pela SADC na reunião dos Ministros de Turismo, realizado aos 12 de Abril de 2001, em Luanda e apoiado financeiramente pelo Banco de Desenvolvimento da África Austral, sediado na África do Sul. No entanto, este projecto não resultou por duas razões principais:

1. Liderança da África do Sul sem que este país possuísse território vinculado a ATFC KAZA;
2. O âmbito de trabalho do projecto OUZIT era somente o desenvolvimento turístico e não a conservação ambiental.

Relativamente à dimensão da área do KAZA, também esta foi sofrendo várias alterações. Na altura da assinatura do Memorando de Entendimento, em 2006, a área projectada tinha uma dimensão de 278.000 km². Aquando da assinatura do Tratado, aos 18 de Agosto de 2011, os Países Membros decidiram estender a área da ATFC KAZA para uma dimensão de 444.466,21 km² (Quadro 24) conforme mostra o seu Tratado (2011), sendo integrado por parcelas territoriais dos cinco países (Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe). Presentemente, a dimensão passou para 519,911.51 Km² (Quadro 25), tendo o Botswana aumentado o seu espaço, passando de quinto para primeiro país em termos de dimensão, e tendo Angola, por outro lado, deixado de ser o segundo para ser o terceiro. Portanto, o Tratado do KAZA não impede a exclusão ou inclusão de áreas adicionais para o interior ou exterior da ATFC KAZA, desde que observados os mecanismos legais que concorram para a preservação dos

objectivos do presente Tratado. Pelo que os países podem, quando lhes convém, aumentar ou diminuir os seus territórios.

O Quadro 25 mostra as variações registadas:

Quadro 25: Dimensão da ATFC KAZA em 2011 e 2016

N	2011			2016		
	País	% Total Da Área	Km ²	País	% Total Da Área	Km ²
1	Zâmbia	29,84	132.639, 02	Botswana	29,56	153,662.72
2	Angola	20.39	90.621,94	Zâmbia	25,51	132,630.80
3	Namíbia	16.09	71.514,60	Angola	17.43	90,621.67
4	Zimbabwe	16.08	71.467,29	Namíbia	13.76	71,516.43
5	Botswana	17.60	78.218,93	Zimbabwe	13.74	71,479.93
	TOTAL	100.00	444.466,21	Total	100.00	519,911.51

Fonte: Adaptado do Tratado do KAZA (2011) e Secretariado da ATFC KAZA (2015)

Etapas de criação do KAZA

À margem da 39^a reunião da Comissão de África da Organização Mundial do Turismo, realizada em 23 de Maio de 2003, em Luanda - Angola, os Ministros do Turismo dos cinco Países (Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe), chegaram a um princípio de acordo para estabelecer uma nova iniciativa de conservação transfronteiriça e de desenvolvimento turístico nas bacias dos rios Kubango e alto Zambeze.

A 24 de Junho de 2003, em Katima Mulilo, na Namíbia, os Ministros do Ambiente e Turismo dos cinco países parceiros decidiram, por unanimidade, abandonar o projecto OUZIT, por falta de clareza em relação à propriedade do mesmo, decidindo, assim, criar a Área Transfronteiriça de Conservação do Okavango Zambeze, designada por ATFC KAZA. À República de Botswana foi atribuída a responsabilidade de mobilização de fundos para o desenvolvimento desta iniciativa, ao passo que a República da Namíbia foi encarregada da função de elaborar o Memorando de Entendimento do ATFC KAZA. Em Julho de 2003,³²

³² Plano Director de Desenvolvimento Integrado da ATFC KAZA

em Katima Mulilo, os Ministros definiram os elementos-chave do programa da ATFC KAZA. Foi encomendado um Estudo de Pré-Viabilidade para formular uma Agenda de Acções, a fim de levar o processo de desenvolvimento da ATFC KAZA adiante. O estudo durou de Outubro de 2005 a Agosto de 2006 e foi efectuado pelo Consórcio das Áreas Transfronteiriças, com apoio técnico e financeiro da Fundação Peace Parks³³.

Após a revisão do estudo e resoluções decorrentes das deliberações que começaram em 2003, criou-se a plataforma necessária para as negociações formais com o intuito de estabelecer a ATFC KAZA. Um dos grandes momentos da ATFC KAZA foi a assinatura do memorando de entendimento no dia sete de Dezembro de 2006, em Victoria Falls (Zimbabwe), quando os Ministros de 4 Países Parceiros do ATFC KAZA, com excepção de Angola, rubricaram e assinaram o Memorando de Entendimento para o estabelecimento da Área Transfronteiriça de Conservação ao longo do corredor do Kavango e Zambeze.



Foto: 20 Assinatura do Memorando de Entendimento aos 7 de Dezembro de 2006.
Fonte: MINHOTUR (2006).

³³ Fundação Não Governamental Sul Africana, com sede em Cape Town, que apoia o desenvolvimento das Áreas Transfronteiriças de Conservação.-

O Conselho de Ministros da República de Angola, através da resolução 43/07, aprovou o Memorando de Entendimento e criou a Comissão Interministerial de Acompanhamento ao projecto Okavango Zambeze, constituída por oito Ministérios, nomeadamente Ministério da Hotelaria e Turismo – Coordenador, Ministério do Ambiente; Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Ministério da Assistência Social e Reinserção Social, Ministério do Interior, Ministério dos Transportes, Ministério da Defesa e Ministério da Geologia e Minas. Após a sua aprovação, o Ministro de Hotelaria e Turismo assinou o Memorando de Entendimento no dia 31 de Maio de 2007. A partir daí, deu-se início a três importantes processos:

1. O estabelecimento do Secretariado Regional da Área de Conservação Transfronteiriça Okavango - Zambeze (ATFC KAZA);
2. O estabelecimento de um quadro institucional previsto no Memorando de Entendimento;
3. O início do processo de negociação formal entre os cinco países membros, a salientar: assinatura do Tratado e implementação de um plano de desenvolvimento integrado.

Em Junho de 2008, foi adoptado pelos Ministros da ATFC KAZA, um documento que descreve os mecanismos organizacionais e operacionais para o desenvolvimento da ATFC KAZA. Foi iniciado um processo de planeamento estratégico de três anos, uma série de sessões de planeamento e reuniões participativas e técnicas que culminaram com a produção do primeiro projecto do plano estratégico. Na sequência da revisão pelo Comité de Altos Funcionários e o Comité dos Ministros, foi elaborado uma terceira versão do Plano Estratégico em Outubro de 2010. O Comité dos Ministros adoptou e ratificou o Plano Estratégico final, em Katima Mulilo, na Namíbia, em Fevereiro de 2011.

Aos 8 de Março de 2011 foi efectuado o lançamento do Website do KAZA, durante a Feira Internacional de Berlim. A República de Angola esteve representada neste evento por uma delegação chefiada pelo Vice-Ministro da Hotelaria e Turismo.

A Comissão permanente do Conselho de Ministros, liderada pelo Presidente da República de Angola, reuniu na cidade de Menongue, na Província do Cuando Cubango, aos 16 de Junho de 2011, onde apreciou e manifestou a sua concordância relativamente ao Projecto KAZA e ao Plano de Desenvolvimento Integrado.

Ainda no ano 2011, aos 29 de Junho, na cidade de Vitória Falls, no Zimbabwe, foi aprovado o documento do Tratado do KAZA, a nível do Comité dos Ministros da Comissão Regional.

Em Luanda, o Conselho de Ministros da República de Angola aprovou o Projecto ATFC KAZA, aos 30 do mesmo mês e ano. Em Julho de 2011, em Walvis Bay, na Namíbia, na reunião dos Procuradores e Ministros da Justiça da SADC, os participantes tomaram nota e aprovaram o Tratado da ATFC KAZA. Assim, o documento foi recomendado a assinatura pelos Chefes de Estado, durante a Cimeira dos Chefes de Estado da SADC.

Deste modo, durante a referida Cimeira, aos 18 de Agosto de 2011, foi assinado em Luanda o Tratado que estabelece a Área transfronteiriça de Conservação de Okavango Zambeze, pelos Chefes de Estado de Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe. A parte Angolana foi assinada pelo Ministro das Relações Exteriores. O Tratado deve ser ratificado por todos países parceiros. Da parte de Angola, para além de ter sido assinado com reservas, até ao momento não foi ratificado, pelo Presidente da República.



Foto 21: Cimeira dos Chefes de Estado da SADC, Luanda, 2011.
Fonte: Secretariado KAZA (2011).

A 26 de Agosto de 2011, foi efectuada a abertura dos escritórios regionais do KAZA, na cidade de Kasane, em Botswana, conforme deliberação do Comité de Ministros e de acordo com o que consta no Tratado (2011): “o Secretariado do KAZA deve funcionar em Botswana, cidade de Kasane, por fazer parte o território do KAZA”. Assim, todo o pessoal do secretariado do KAZA que funcionava em Gaborone foi baseado em Kasane.



Foto 22: Governantes dos cinco países do KAZA, após a assinatura do Tratado.
Fonte: Secretariado do KAZA (2011).

Em Angola, o Tratado do ATFC KAZA foi aprovado a nível da Assembleia Nacional de Angola, a 27 de Outubro de 2011. Aguarda a ratificação pelo Senhor Presidente da República, de acordo com a legislação em vigor no país.

A Cerimónia de Lançamento da ATFC KAZA foi realizada em Katima Mulilo, na Namíbia, no dia 15 de Março de 2012, data que marca o início simbólico da implementação da ATFC KAZA. Estiveram presentes o Secretário Geral da SADC, os Ministros da ATFC KAZA, Ministros Convidados dos Países Parceiros, Governadores de Províncias, Coordenadores Executivos dos cinco Países, Oficiais Seniores, Oficiais dos Exércitos e Polícias dos cinco Países, representantes dos vários stakeholders como as ONGs e as Comunidades. Foi marcado, também, por grupos culturais da área da ATFC KAZA.



Foto 23: Os cinco Ministros da ATFC KAZA na Cerimónia de Lançamento.
Fonte: KAZA (2011)



Foto 24: Grupo cultural de Botswana, na Cerimónia de Lançamento da ATFC KAZA.
Fonte: Kaza (2011)



Foto 25: Grupo cultural de Angola, na Cerimónia de Lançamento da ATFC KAZA
Fonte: Kaza (2011)

Comunidade

A ATFC KAZA cobre uma vasta zona dos cinco países parceiros, na qual existe uma grande variedade de usos da terra. Estes incluem agricultura, zonas protegidas, zonas de caça e zonas da vida selvagem. A Iniciativa da ATFC não requer que as populações sejam deslocadas ou transferidas para além das fronteiras da ATFC. Procura antes aplicar uma abordagem de conservação da biodiversidade que integra as populações e abrange a paisagem regional. O desenvolvimento nas comunidades e aldeias contidas nos territórios da ATFC KAZA não é contraditório aos objetivos da ATFC KAZA e a própria ATFC corresponde a um veículo através do qual o desenvolvimento pode complementar a conservação da biodiversidade, garantindo a sustentabilidade ambiental.

Os governos dos países parceiros reconhecem que as comunidades locais que residem e que estão situadas à volta das zonas protegidas devem ser os beneficiários imediatos dessa iniciativa, não obstante o objetivo primário da iniciativa a ATFC ser a conservação da biodiversidade.

Estima-se que a população da área ronde os 2.677.000 de habitantes. Esta população suporta o custo de viver em estreita proximidade das zonas protegidas por ter de lutar contra a destruição de produtos agrícolas e da propriedade devido ao conflito entre humanos e a vida selvagem, pelo direito limitado de uso dos recursos naturais, bem como pela ameaça de doenças transmitidas pelos animais. Com exceção dos centros de turistas reconhecidos e estabelecidos, essas comunidades tendem também a ser mais vulneráveis, uma vez que sofrem de alto nível de pobreza, analfabetismo e subdesenvolvimento. As iniciativas da ATFC estão preparadas para servir de veículo de mudança nessas zonas, permitindo a partilha de conhecimento e de aptidões para além das fronteiras a nível comunitário e governamental, concentrando-se no desenvolvimento de turismo e outras fontes alternativas de subsistência; revendo os direitos das comunidades locais relativamente aos recursos naturais; promovendo a capacitação comunitária a nível das comunidades locais para gerir os recursos naturais e celebrar acordos com o

sector privado e, finalmente, pela geração de receitas para os projectos de desenvolvimento.

Na qualidade de interveniente fundamental na iniciativa da KAZA, torna-se essencial que as comunidades tenham uma voz no processo de planeamento e desenvolvimento da ATFC KAZA, que se manifesta através de uma variedade de meios. A nível regional, nacional e local, compreendem a representação das Organizações Baseadas na Comunidade. Por sua vez, os Planos de Desenvolvimento Integrado também compreendem a representação das Organizações Baseadas na Comunidade.

Oportunidades de Melhoria da Vida das Comunidades

Existem variadíssimas oportunidades para o melhoramento dos meios de subsistência das comunidades na ATFC KAZA. Com base nos objectivos estratégicos da ATFC KAZA e também nos objectivos de desenvolvimento de cada país parceiro, que passam pela protecção das comunidades e melhoramento de suas vidas, foi criado um fundo de desenvolvimento denominado Fundo para o Desenvolvimento de Empresas baseadas na Comunidade (CBEDF). Este fundo funciona como mecanismo de financiamento para o incentivo ao empreendedorismo das comunidades e às oportunidades de desenvolvimento socioeconómico na ATFC KAZA (PDI KAZA 2014). O fundo objectiva prestar apoio a projectos que promovam o desenvolvimento das comunidades da ATFC KAZA, das comunidades que vivem nos arredores das Áreas Protegidas do ATFC KAZA, bem como dos grupos comunitários, organizações da sociedade civil e instituições do sector privado. O fundo terá como principal tarefa a identificação e a implementação de projectos relacionados com agriculturas comunitárias, que visem a produção de alimentos, a segurança alimentar e melhores práticas e tecnologias; projectos na área do turismo, fundamentalmente na promoção de empresas e/ou prestadores de serviços turísticos baseados na comunidade; na área da conservação do meio ambiente e da gestão dos recursos naturais baseados na comunidade. Para além disso, terá também como projecto a prestação de apoio a iniciativas de

subsistência alternativas sustentáveis da comunidade local. Outras oportunidades de alavancagem das comunidades incluem:

- Melhoria em segurança alimentar através da introdução de novas variedades de culturas, incluindo jindungo, mandioca, milho, feijão de corda, feijão de soja, amendoim e arroz;
- Ligações no mercado que têm o potencial de aumentar a renda da comunidade e contribuir para mais programas ecológicos. Com o apoio do sector privado, os produtores de pequena escala podem fornecer a indústria do turismo, especialmente aos lodges, hotéis, restauração, etc., que actualmente compram alimentos e outros produtos de fora da região da ATFC KAZA;
- Apoio a programas de adição de valor para produtos não madeireiros, peixes, pecuária, caça, madeira e produtos agrícolas;
- Desenvolvimento do turismo cultural (em oposição ao turismo focado na fauna selvagem), pela riqueza de culturas na ATFC KAZA, cujos costumes, roupas, festas e música poderiam ser promovidos para o sector do turismo;
- Desenvolvimento das Pequenas, Médias e Micro Empresas que têm o potencial de aumentar as oportunidades de receitas indirectas do turismo para os residentes locais. Os produtos incluem a produção de sabonetes e óleos naturais, indústria têxtil, cozinha tradicional, passeios guiados na aldeia ou no município, táxis, entre outros;
- A expansão da pesca com as secções médias e superiores do rio apoiam a pesca tradicional, desportiva e comercial, bem como a aquicultura. A oferta actual de peixe não atende a demanda local. O desenvolvimento e o aumento do número de pessoas envolvidas em aquicultura e o desenvolvimento de centros de processamento e distribuição de peixes permitirão o aumento do número de empregos e uma oportunidade para a melhoria da vida das comunidades.

Neste contexto, foi constituído o Grupo de Trabalho da Comunidade, que compreende os conhecimentos técnicos relevantes de cada país parceiro. O desenvolvimento da ATFC é orientado através desse Grupo de Trabalho, com

vista a garantir que os interesses das comunidades locais em cada país parceiro sejam abordados, a informação seja disseminada de forma eficaz e haja o intercâmbio da informação com elas.

Valores da ATFC KAZA

Refere o Tratado da ATFC KAZA (2011) que esta tem como valores a aceitação, entendimento, igualdade, transparência, inclusão, respeito mútuo e respeito pela soberania entre os estados. Foi criada com o objectivo de promover a conservação da biodiversidade, o desenvolvimento socioeconómico, as relações de paz e a cooperação regional. Assim, definiu-se que a sua actuação se deveria pautar pelos seguintes pressupostos:

- Trazer benefícios ecológicos transversais à região - preservar a natureza e os seus sistemas, sobretudo os que foram afetados pelo traçado arbitrário das fronteiras internacionais; proteger e controlar os recursos naturais partilhados, como as bacias hidrográficas e as espécies animais, diminuindo o risco de perda da biodiversidade e uniformizar as políticas de ocupação do solo e as estratégias de controlo dos recursos naturais.
- Maximizar as vantagens socioeconómicas por via do desenvolvimento turístico partilhado – em que a abordagem regional para a conservação da biodiversidade e do desenvolvimento do turismo irão surtir efeitos socioeconómicos positivos que se devem aos seguintes factores: distribuição de turistas por uma área alargada, permitindo-lhes visitar numa única viagem mais do que um país; melhoria das condições económicas dos agregados familiares através da criação de emprego em várias operações turísticas; capacitação económica das comunidades rurais através do estabelecimento de entidades legais ou fundos, formação em desenvolvimento e medidas de diminuição dos custos operacionais.
- Desenvolver o espírito de cooperação organizacional, fomentando um espírito colaborativo entre os países parceiros através da cooperação em atividades várias no alcance de benefícios mútuos; incentivo à distribuição geográfica equitativa de atividades económicas que irão limitar a

migração económica e contribuir para promover a paz e a estabilidade na região; monitorização partilhada dos recursos naturais e da vida selvagem na ATFC KAZA, quer nacional, quer regionalmente.

5.3.5. Princípios da ATFC KAZA

Alguns dos princípios que os Estados Parceiros se comprometem a respeitar, enunciados no Tratado são:

1. Respeito pela igualdade de soberania, integridade territorial, estruturas e sistemas jurídicos dos Estados Parceiros;
2. Defesa da solidariedade, paz e segurança no contexto da ATFC KAZA;
3. Reconhecimento de que o direito ao uso dos recursos naturais e do património cultural acarreta consigo a obrigação de atuação de modo responsável, para garantir a conservação e gestão eficaz dos recursos naturais vivos e não vivos para as gerações futuras;
4. Prevenção do uso excessivo de recursos naturais e garantia que o uso dos recursos naturais seja proporcional à capacidade produtiva das espécies. Onde for adequado, os Estados Parceiros tomarão medidas que pretendem reabilitar as populações de espécies em decadência ou habitats degradados e impedir a destruição injustificada de habitats através da poluição ou de qualquer outra atividade humana;
5. Transformação da ATFC KAZA num programa que ilustre e exiba a partilha de benefícios, a igualdade, a boa governação, a colaboração e a cooperação.

5.3.6. Visão, missão e objectivos da ATFC KAZA

A ATFC KAZA tem a visão, a missão e os objectivos embasados nas orientações da SADC para as Áreas Transfronteiriças de Conservação da SADC.

Visão: “Estabelecer uma área transfronteiriça de conservação e destino turístico nas regiões das Bacias Hidrográficas dos Rios Okavango e Zambeze em Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe no contexto de desenvolvimento sustentável”.

Missão: Gerir sustentavelmente o ecossistema, o seu património e os recursos culturais com base nos melhores modelos de conservação e turismo para o bem-estar socio-económico das comunidades e outros intervenientes dentro e nas redondezas da eco-região, através da harmonização de políticas, estratégias e práticas”.

São os seguintes os objectivos da ATFC KAZA

1. Gerir os recursos naturais partilhados, o património cultural e a biodiversidade, com vista a apoiar as populações viáveis e saudáveis das diferentes espécies da fauna selvagem;
2. Promover uma rede de áreas protegidas interligadas com vista a salvaguardar o bem-estar da existência contínua das espécies selvagens migratórias;
3. Providenciar oportunidades, facilidades e infra-estruturas que irão transformar a área num destino turístico preferido;
4. Facilitar o turismo para além das fronteiras internacionais;
5. Implementar programas que fortalecerão o uso sustentável dos recursos naturais e do património cultural, com vista a melhorar os meios de subsistência das comunidades locais;
6. Facilitar um ambiente económico saudável e competitivo;
7. Partilhar experiências, recursos e conhecimentos para além das fronteiras internacionais;
8. Promover a gestão dos recursos naturais e do património cultural, assegurando também a protecção e o uso sustentável das espécies e do ecossistema;

9. Capacitar os recursos humanos para a área e na área;
10. Promover e facilitar a prevenção da doença animal, fiscalização e controlo transfronteiriços;
11. Promover a Investigação científica para possibilitar um conhecimento de base crescente da área;
12. Incorporar questões ambientais emergentes e paradigmas sociais, incluindo as mudanças climáticas e o VIH/SIDA.

5.3.7. Vantagens da ATFC KAZA

As Áreas Transfronteiriças de Conservação são um novo paradigma da conservação. Trabalham para promover a conservação da biodiversidade, o desenvolvimento socioeconómico, bem como as relações de paz e a cooperação regional, com várias vantagens, incluindo, entre outras, as vantagens ecológicas, socioeconómicas e organizativas:

Vantagens Ecológicas



Foto 26: Elefantes.
Fonte: ATFC KAZA (2011)

As vantagens ecológicas da ATFC KAZA são:

1. Consolidar a integridade dos sistemas naturais, em particular os que foram afectados pelo traçado arbitrário das fronteiras internacionais;
2. Melhorar a protecção e o controlo dos recursos naturais partilhado como as bacias hidrográficas e as espécies animais que necessitam de uma ampla faixa para o seu habitat - elefantes e carnívoros de grande porte;
3. Alargar a área disponível às espécies animais e vegetais diminuindo, através disso, o risco da perda da biodiversidade.
4. Colocar em conformidade as políticas de ocupação do solo e as estratégias de controlo dos recursos naturais, promovendo através disso o desenvolvimento sustentável através das fronteiras internacionais.

Vantagens socioeconómicas



Foto 27: Passeios Turísticos ao longo do rio Zambeze
Fonte: ATFC KAZA (2011)

1. A integração económica causou no comércio transfronteiriço o desenvolvimento de “*actividades centrais de turismo ecológico*” que distribuem os turistas por uma vastíssima área com pacotes de destinos que os permitem visitar mais do que um país numa única viagem;
2. Rendimento directo para agregados familiares através do emprego em várias operações turísticas, tendo um efeito multiplicador pela característica alargada do sistema familiar da maioria das comunidades rurais na região;
3. Capacitar economicamente as comunidades rurais através do estabelecimento de entidades legais ou fundos, formação em desenvolvimento empresarial e criação de um ambiente para reafirmar a acção das comunidades rurais;
4. Diminuir os custos operacionais da aplicação da lei, comércio, pesquisa e controlo através de actividades e programas.

Vantagens organizacionais

Para além das vantagens económicas e ambientais, um projecto desta natureza pode ser também responsável por importantes vantagens organizacionais para os países parceiros, como refere o Tratado da ATFC KAZA (2011), de entre as quais destacamos:

1. Criar boas relações entre os países parceiros à medida que se esforçam, no sentido de cooperar em vastas actividades de benefícios mútuos;
2. Criar benefícios económicos e sociais a partir do desenvolvimento turístico sustentável que, por sua vez, permitem beneficiar indirectamente as comunidades;
3. Colaborar e cooperar através das fronteiras com distribuição geográfica equitativa de actividades económicas que irão limitar a migração económica e contribuir para promover a paz e a estabilidade na região;

4. Criar um controlo de colaboração mais forte entre as entidades responsáveis pelos recursos naturais e o controlo da vida selvagem na KAZA ATFC, quer nacional, quer regionalmente.

5.3.8. Benefícios esperados do projecto

Com a implementação da Área Transfronteiriça de Conservação Okavango Zambeze são esperados uma série de benefícios para os cinco países, nomeadamente no âmbito económico, ambiental e social.

Âmbito Económico, o desenvolvimento de uma nova economia no Sudeste de Angola dará origem à aquisição de novas capacidades através do desenvolvimento do turismo sustentável, especialmente o ecoturismo; criação de postos de emprego e oportunidades de trabalho; geração de receitas e de outros benefícios, tais como a melhoria da condição e da qualidade de vida das comunidades residentes na área do projecto e áreas adjacentes; promoção dos sectores de economia local da agricultura, comércio e serviços; reconstrução de infra-estruturas degradadas e desenvolvimento de construção de novas, bem como de instalações de apoio ao turismo e outros sectores; abertura de novos mercados a clientes regionais e atracção de capitais privados com incentivo aos investimentos.

No âmbito ambiental espera-se a melhoria e contribuição para a conservação e gestão da biodiversidade; abertura de corredores seguros para movimento da fauna selvagem; melhoria na gestão do conflito população-animal e a formação sobre capacidade ambiental para a cooperação com gestores de áreas protegidas vizinhas.

O espaço do KAZA alberga a maior população de elefantes a nível mundial (estimados em 250.000) e tem espécies raras em vias de extinção que devem ser protegidas (nomeadamente: a chiita, rinoceronte preto, cão selvagem africano, antílope negro africano e antílope ruano, puku, oribi, texugo e grou-carunculado).

Possui um dos maiores recursos de água doce a nível do mundo, nomeadamente as quedas de Vitoria Falls, delta de Okavango, as bacias fluviais de Okavango e de Zambezi, os rios Cuito, Cuanavale e Kuando.

Âmbito Social, relativamente aos benefícios no âmbito social estes são, provavelmente, os mais esperados devido ao nível de pobreza das populações das áreas transfronteiriças. Espera-se a criação de um ambiente seguro para as pessoas através da remoção de minas terrestres, fundamentalmente na componente angolana da ATFC KAZA; criação de um clima de paz e segurança, estabilidade, desenvolvimento e cooperação regional; contribuição para a redução da pobreza e melhoria da qualidade de vida das comunidades locais e o fortalecimento do poder destas mesmas comunidades através da melhoria dos seus conhecimentos e perspectivas de garantia de um meio de subsistência rural sustentável.

5.3.9. Tratado da ATFC KAZA

O tratado foi finalizado na reunião regional que se realizou na África do Sul, na cidade de Joanesburgo, onde participaram juristas dos cinco países que compõem o KAZA, Oficiais Seniores, o Secretariado do KAZA e da SADC nos finais de Março de 2011. Na componente angolana, foi finalizado e aprovado pelos Ministros da Comissão Inter-ministerial e convidados no dia 26 de Abril de 2011, em Luanda. Foi submetido ao Conselho de Ministros de Angola e decorreram os trâmites legais até à sua assinatura em Luanda, no mesmo ano.

O tratado da Área Transfronteiriça de Okavango Zambeze - ATFC KAZA é o documento legal que estabelece a ATFC KAZA, cuja implementação deverá promover o desenvolvimento sustentável da área abrangida pelo projecto através de práticas de conservação e do ecoturismo. O preâmbulo do tratado faz menção à denominação dos Estados Partes, à necessidade de protecção e uso sustentável dos recursos naturais e dos benefícios daí resultantes, bem como dos acordos internacionais assinados pelos países parceiros, na base do respeito pelos princípios de soberania, igualdade e integridade territorial dos

mesmos. Determina que a sede da ATFC KAZA é em Kasane em Botswana e ainda que as línguas oficiais da ATFC KAZA serão o português e o inglês. Define o papel da SADC junto da ATFC KAZA, o quadro institucional que se responsabilizará pela administração, gestão e desenvolvimento da ATFC KAZA. O tratado determina ainda a composição e funções do Comité Ministerial, cuja presidência será rotativa por um período de 2 anos, seguindo a ordem alfabética. Este Comité reunirá ordinariamente 2 vezes por ano com um quórum de pelo menos 3 Estados. Competirá a este Comité aprovar as estratégias, programas e planos desenvolvidos para a ATFC KAZA e os seus respectivos orçamentos e relatórios financeiros; facilitar a resolução de quaisquer constrangimentos decorrentes da implementação do projecto, bem como garantir que ATFC KAZA seja um programa de conservação do qual possam resultar benefícios sociais e económicos para cada Estado Parceiro, entre outros.

O tratado é composto por 34 artigos, redigidos em língua portuguesa e inglesa. Passaremos a ressaltar alguns artigos que nos parecem mais relevantes para o trabalho que pretendemos organizar nomeadamente os artigos: 4º, 5º, 24º, e o 32º. O Artigo 4.º delimita as áreas de cada um dos 5 países que farão parte do projecto e determina que a área delimitada para além de ser permanece propriedade do Estado parceiro. Define, portanto, claramente, que a parte do território de cada País é pertença do País e não há subtração desse território ao País. Para melhor explicitar, o território da componente de Angola ou Zâmbia, será sempre de Angola ou da Zâmbia etc. No Artigo 5.º realça o respeito pelos princípios de soberania, integridade territorial, sistema jurídico dos Estados Parceiros, resolução amigável de litígio, advocacia da solidariedade, paz e segurança na área do KAZA, bem como outros princípios relativos à conservação e protecção ambiental e ao desenvolvimento sustentável. O Artigo 24.º salvaguarda o direito de cada Estado Parceiro de implementar quaisquer outros projectos na sua área do ATFC KAZA, no âmbito de desenvolvimento sustentável. E o Artigo 32.º refere que o Estado que quiser terminar o tratado deve notificar os demais com 12 meses de antecedência através dos canais diplomáticos.

Alguns desses artigos foram bastante polémicos, pois não eram sentidos por todos os países como algo positivo, mas sim como algo que provavelmente colocaria a soberania dos países e o território em causa. Apesar disso, o artigo 4º, ponto 3, do mesmo tratado, define que: a parcela de terra delimitada pelos Estados Parceiros para a implementação da ATFC KAZA permanece propriedade dos Estados Parceiros. Este artigo e este ponto deixam clara a pertença do território. Estas inquietações, quase que infundadas, fizeram com que a assinatura do Tratado fosse protelada por vários anos e que Angola até ao momento não ratificasse o tratado, devido alguns intervenientes angolanos colocarem reservas sobre alguns dos artigos acima mencionados. Fica claro também que qualquer país parceiro poderá sair do KAZA quando entender, principalmente a partir do corrente ano, 2016, pois completam-se os 5 cinco anos que o Tratado previa como salvaguarda para não fragilizar a organização à nascença. Esses artigos estão claros e salvaguardam a soberania e o respeito dos Estados parceiros. Orientam claramente como deverá ser feita a gestão do KAZA, permitindo harmonização e confiança entre as partes e, conseqüentemente, a protecção da biodiversidade, da geodiversidade, o desenvolvimento das Comunidades e, fundamentalmente, a promoção e manutenção da paz entre os Estados membros.

5.3.10. Estrutura de gestão da ATFC KAZA

Relativamente à ATFC KAZA e de acordo com o seu Tratado Constitutivo (2011), a gestão regional apresenta os seguintes órgãos constituintes na sua estrutura organizacional que compreendem (i) o Patrono da ATFC KAZA; (ii) o Comité Ministerial composto pelos Ministros responsáveis pelo meio ambiente, recursos naturais, vida selvagem e turismo dos países parceiros; (iii) o Comité Directivo do Projecto sob os auspícios do Secretariado da SADC, composto pelos Secretários Permanentes ou Directores Nacionais dos Ministérios responsáveis pela ATFC KAZA dos cinco países parceiros; (iv) o Comité Técnico dos oficiais oriundos dos países parceiros e os seus intervenientes respectivos; (v) os Comités Nacionais Directivos; (vi) os Grupos de Trabalho; (vii) o

Secretariado da ATFC KAZA e (viii) o País Coordenador, conforme organigrama da Figura 44.

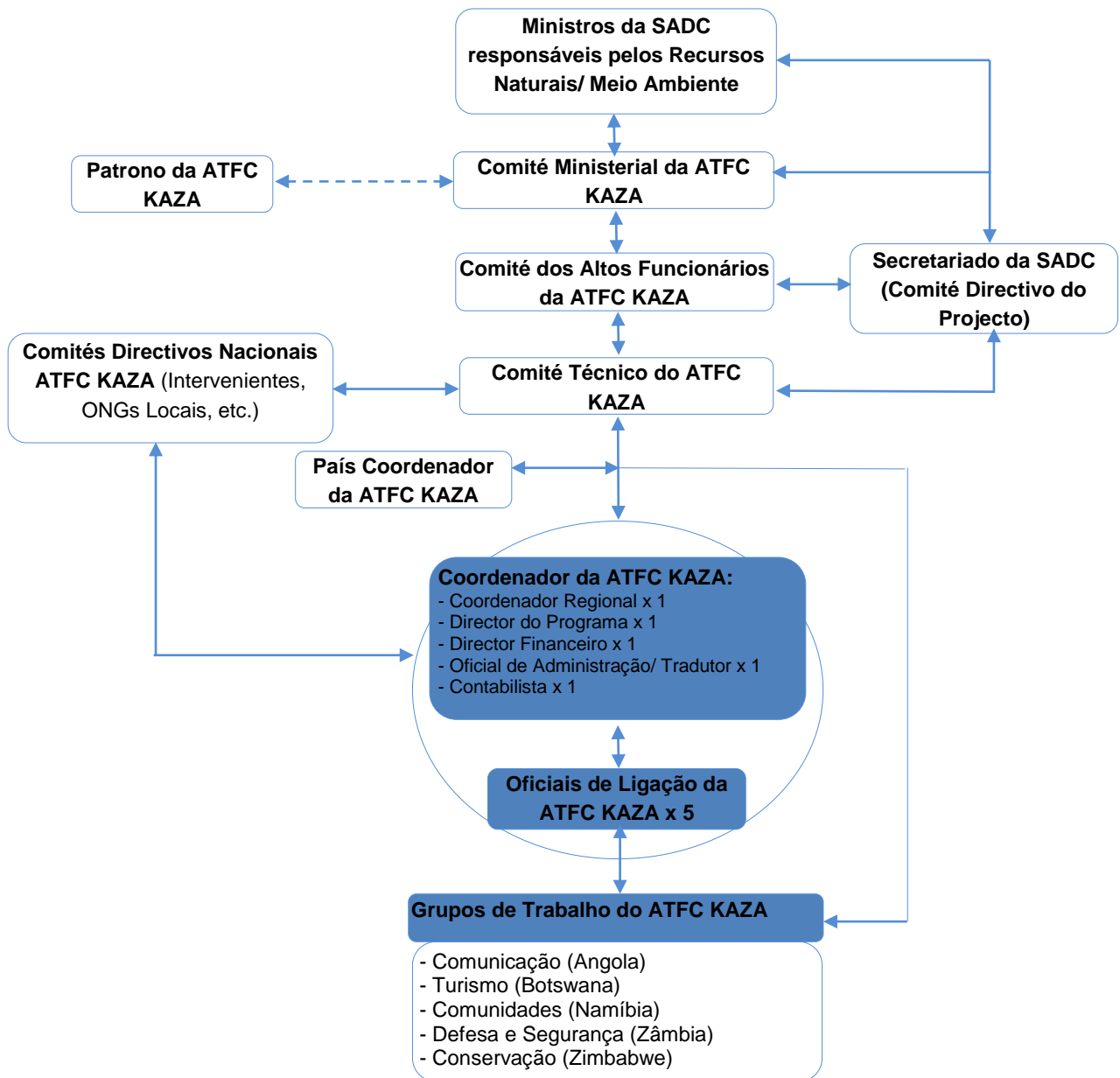


Figura 44: Quadro Institucional/ Organigrama da ATFC KAZA
 Fonte: ATFC KAZA (2011)

O Comité Ministerial da ATFC KAZA representa o nível superior de responsabilização e decisão da ATFC KAZA. É composto pelos ministros responsáveis pelas pastas ministeriais de ambiente, recursos naturais, vida

selvagem e turismo de cada país parceiro. Tem como função providenciar liderança política e orientação e aprovar documentos de estratégia, programas e planos desenvolvidos. O Comité Directivo do Projecto é composto pelos Secretários Permanentes dos países parceiros ou Directores Nacionais, Secretariado da SADC, agente executor do projecto e agências doadoras. Tem como função supervisionar e monitorizar o uso e gestão dos fundos doados em prol do desenvolvimento da ATFC KAZA. O Comité Técnico é composto por Altos Funcionários dos governos, das autoridades locais, do Secretariado do KAZA e um representante do Secretariado da SADC. O Comité Técnico da ATFC KAZA (TC) possui a responsabilidade dupla de garantir a implementação do programa através da tradução das decisões do Comité Ministerial em planos de acção e da supervisão do funcionamento e funções do Secretariado da ATFC KAZA.

Relativamente aos Comités Nacionais Diretivos, este fórum representa os vários atores da ATFC KAZA que participam no processo de planeamento geral e de desenvolvimento. Sugere-se que os Comités Nacionais Diretivos funcionem a nível nacional e local. A nível nacional, a composição dos Comités Nacionais Diretivos compreende atores importantes com o mandato para influenciar as decisões sobre a ATFC. Os Comités Nacionais Diretivos foram estabelecidos em todos os cinco países. O comité com função coordenar a implementação dos programas nacionais e locais para o desenvolvimento integrado e coordenado do planeamento e gestão da ATFC KAZA; e facilitar a participação e envolvimento dos intervenientes relevantes no processo de planeamento generalizado da ATFC KAZA e em particular na elaboração dos planos de gestão e de desenvolvimento.

No tocante aos grupos de trabalho, ressaltamos que o estabelecimento e o desenvolvimento da ATFC KAZA incluem outros sectores para além do âmbito da conservação de recursos naturais e do desenvolvimento do turismo. Para conceder a esses sectores a oportunidade de participarem no processo de planeamento da ATFC KAZA, foram criados em 2010 cinco grupos de trabalho com o objectivo de trabalhar as questões de operacionalidade e especialidade: Defesa e Segurança; Turismo e Comunicação e Conservação e Comunidade.

Cada país parceiro indicou representantes para os diferentes grupos que poderão ser provenientes dos sectores público e privado de cada país. Esses peritos temáticos reúnem-se regularmente para orientar as atividades da ATFC KAZA no domínio específico com uma abordagem integrada e harmonizada. Cada país membro coordena um grupo de trabalho, conforme abaixo mencionado:

Angola – Grupo de Trabalho da Comunicação;

Botswana – Grupo de Trabalho do Turismo;

Namíbia – Grupo de Trabalho das Comunidades

Zâmbia – Grupo de Trabalho da Defesa e Segurança;

Zimbabwe – Grupo de Trabalho da Conservação

As operações quotidianas do estabelecimento e desenvolvimento da ATFC KAZA são conduzidas e coordenadas pelo Secretariado da ATFC KAZA. O Secretariado é composto por uma equipa chefiada por um Director Executivo, um Director do Programa, um Oficial de Administração, um Tradutor de Português, Consultores e recebe apoio dos países parceiros através dos cinco Oficiais de Ligação. A equipa principal está baseada na sede do Secretariado, em Kasane, Botswana. Os Oficiais de Ligação estão baseados nos países parceiros respetivos, com vista a facilitar as contribuições ao nível nacional no processo de planificação e desenvolvimento da ATFC. Têm como função, orientar e coordenar as actividades quotidianas associadas ao Planeamento e Desenvolvimento do ATFC KAZA

O papel principal do País Coordenador é o de coordenar as atividades da ATFC KAZA em nome dos demais países parceiros numa base rotativa de dois anos seguindo a ordem alfabética. O País Coordenador concede liderança enquanto ponto focal na condução dos processos de planificação da ATFC KAZA e de desenvolvimento. Deverá garantir que o Secretariado desempenhe em conformidade com os resultados esperados.

Estrutura de Gestão da ATFC KAZA nos diferentes países

A estrutura da coordenação da ATFC KAZA não é igual em todos os países. Na Namíbia é gerida pelo Ministério do Ambiente e Turismo, na Zâmbia pelo Ministério do Turismo e Artes, no Botswana pelo Ministério do Ambiente, vida Selvagem e Turismo, no Zimbabwe pelo Ministério dos Recursos Naturais e Ambiente.

Em Angola, com o objetivo de coordenar o processo nacional da participação do país na ATFC KAZA e partindo do pressuposto que a iniciativa regional da ATFC KAZA criará oportunidades de crescimento sustentáveis para o turismo, resultando no aumento da criação de receitas nacionais à medida que contribuirá para a conservação da natureza e para a diminuição da pobreza, o Governo Angolano criou uma Comissão Interministerial (CIM) em 2007, através da resolução nº 43/07, coordenada pelo Ministério da Hotelaria e Turismo constituída por 8 Ministérios e mais tarde alargada com 7 Ministérios convidados (Figura 45), totalizando 15 Órgãos do Governo Angolano a participar na gestão da ATFC KAZA.

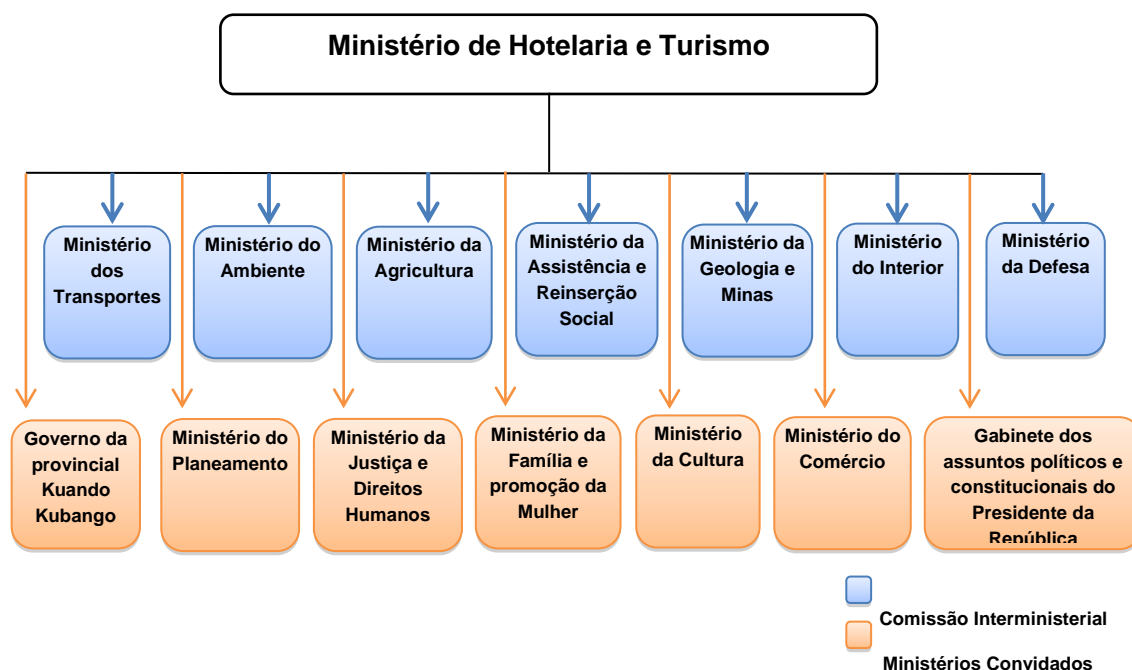


Figura 45: Estrutura da comissão Interministerial de KAZA Componente Angola
Fonte: Adaptado de PDI KAZA (2011)

Assim, foi criada a Comissão Interministerial (CIM) a nível central e a nível local, optou-se por uma réplica automática, a ser representada por instituições provinciais que correspondem à estabelecida a nível central.

A CIM conta com a participação da ONG angolana denominada Cadir baseada no Cuando Cubango e tem um campo de actividades muito próximo das comunidades da componente angolana da ATFC. Para além disso, a CIM conta também com os parceiros do sector privado. Tendo em conta os objectivos da ATFC KAZA e a participação de todos os intervenientes, estes sectores necessitam de ser representados aos níveis Provincial, Municipal e da Área de Conservação.

As linhas existentes da comunicação entre o Administrador do Município, o Governador da Província e o Ministro da Hotelaria e Turismo constituem um forte factor que irá garantir o devido fluxo de informações da KAZA ATFC e a integração institucional da iniciativa. Paralelamente, o Administrador do Município estabelece uma linha de comunicação com o Director Provincial do Comércio, Indústria e Turismo (coordenador da iniciativa a nível provincial), o qual comunica com o Coordenador Executivo Nacional. Por sua vez, o Coordenador Executivo Nacional responde ao Ministro da Hotelaria e Turismo, que interliga com o Governador da Província do Cuando Cubango.

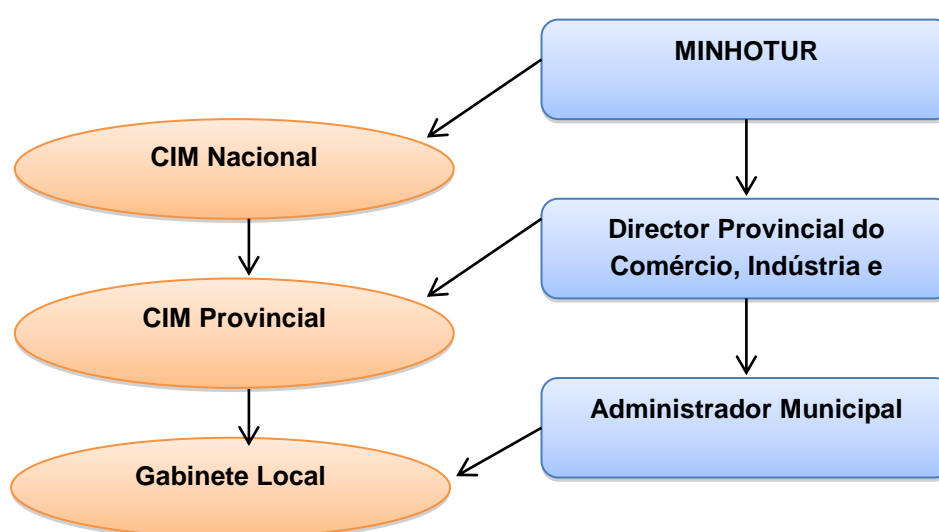


Figura 46: Fluxo de informações e gestão da ATFC KAZA componente angolana
Fonte: Adaptado de PDI KAZA (2011)

Relativamente aos grupos técnicos de trabalho existentes a nível regional já anteriormente citados, em Angola foram igualmente criados a nível nacional e local, fazendo correspondência com a estrutura regional para permitir maior fluidez e participação nacional e provincial.

O quadro de controlo para a gestão e implementação da componente angolana de acordo com o PDI é baseado numa abordagem que consiste de um conjunto de orientações estratégicas e uma estrutura estratégica de negócios (Figura 47).

As orientações estratégicas para a componente angolana PDI consistem na Visão, Missão e Objectivos Gerais, em resposta a objectivos mais amplos do Governo angolano.

Os objectivos gerais são classificados em quatro áreas-chave de Desempenho (KPA): Gestão de Recursos, Gestão Empresarial, Gestão de Fluxo de Benefícios e Governança.

A estrutura de negócios estratégicos consiste em objectivos específicos para cada uma das áreas-chave de desempenho, para o qual uma estratégia racional, projectos de acção, indicadores e responsabilidades são fornecidos e orientam o progresso de uma situação actual para uma situação futura desejada para a componente Angolana do KAZA ATFC.

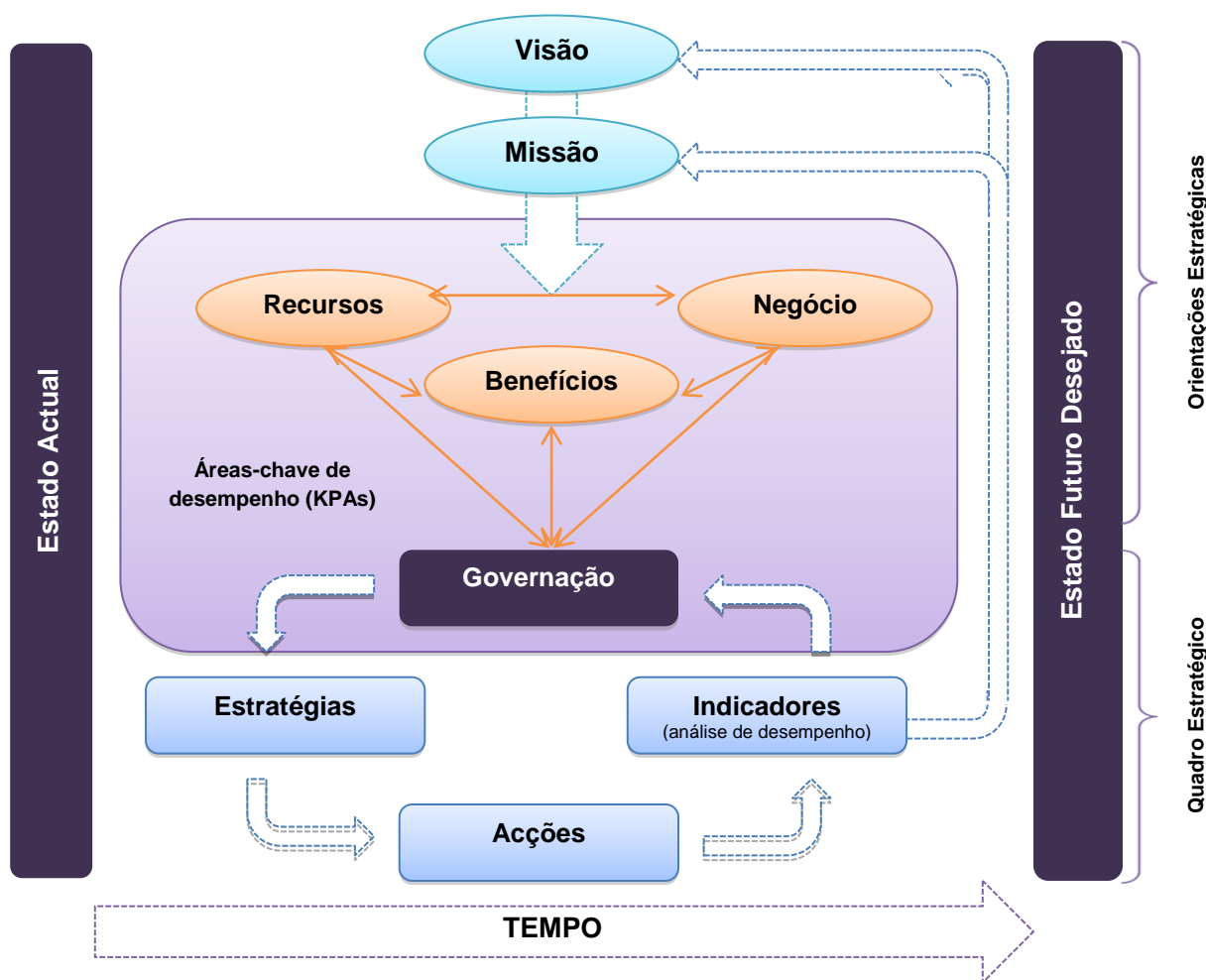


Figura 47: Enquadramento da Gestão
Fonte: Adaptado de PDI KAZA (2011)

Assim sendo, o desenvolvimento da ATFC KAZA necessita de acções e integração a todos os níveis governamentais e cada nível, central, Provincial e Municipal têm responsabilidades e papéis específicos na gestão de acordo com o PDI KAZA (2011).

Para a concretização da visão, da missão e dos objectivos preconizados relativos à componente Angolana foram identificados quatro áreas de actuação: a biodiversidade e gestão dos recursos, a gestão de negócios, a gestão do fluxo de benefício e a gestão central que, por sua vez, levam à criação dos objectivos específicos.

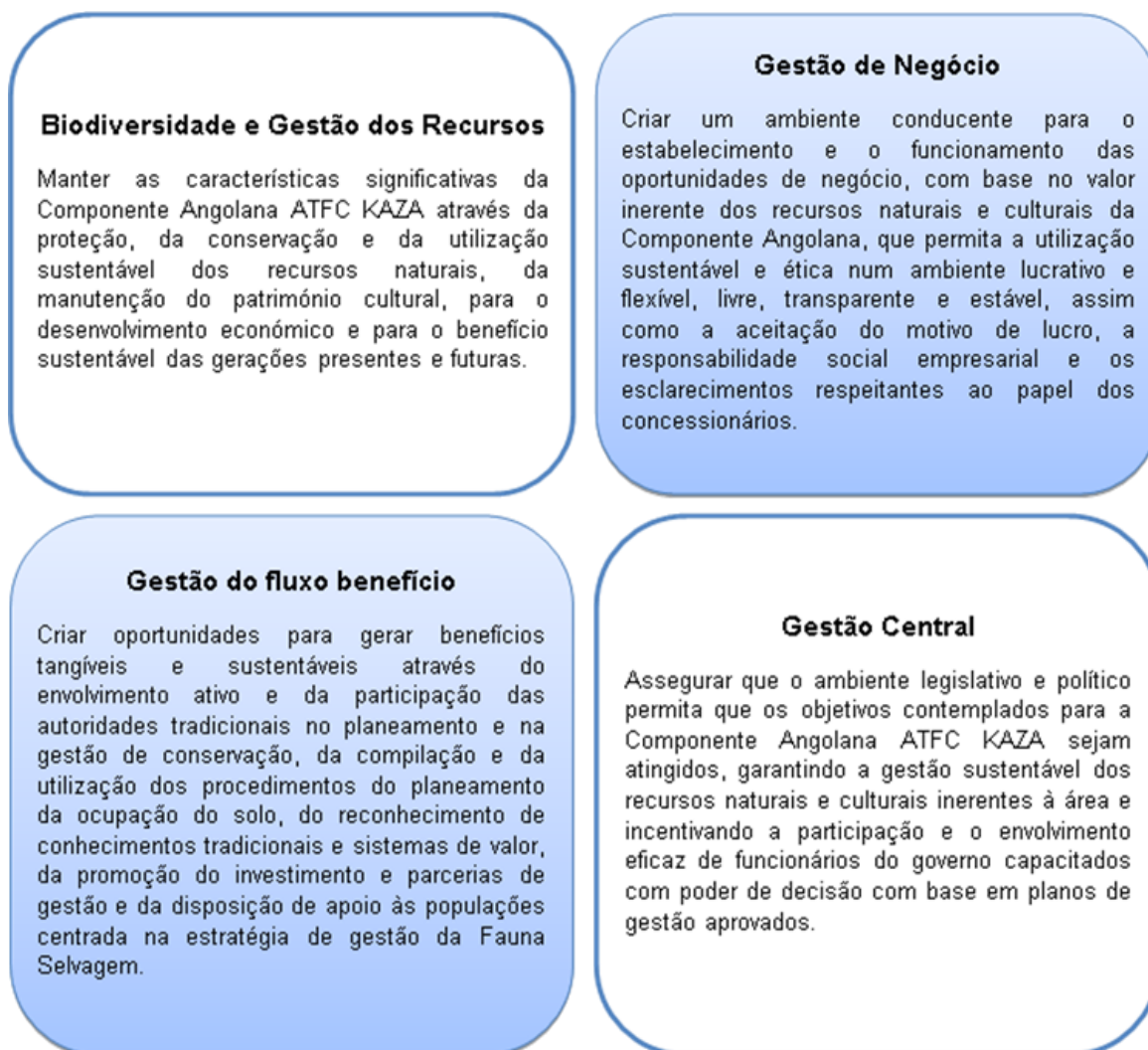


Figura 48: Áreas de actuação
Fonte: Adaptado de PDI KAZA componente angolana (2011)

5.3.11. Análise SWOT da ATFC KAZA

A ATFC KAZA possui uma base de desenvolvimento muito ampla, como os recursos turísticos da região, a componente cultural, a fauna, a flora e a possibilidade de melhoria de acordo com o seu trabalho da gestão conjunta entre os países parceiros. Este trabalho poderá alavancar a vida das comunidades que se encontram em estado de pobreza, desde que todos estejam imbuídos do espírito de cooperação, solidariedade, paz e inclusão das comunidades, de acordo com os valores, missão e visão do KAZA.

Com base na análise e discussão da Estratégia de Sustentabilidade Financeira da ATFC KAZA do período de 2013/18 e de outros documentos, foi elaborada a seguinte análise SWOT.

Na análise SWOT destacamos as oportunidades, nomeadamente os destinos turísticos internacionalmente reconhecidos dentro da ATFC KAZA, por exemplo, o Delta do Okavango e as Quedas de Vitória Falls. A ênfase global no processo de consolidação das áreas ricas em biodiversidade para o desenvolvimento sustentável no âmbito da mitigação das alterações climáticas. Por outro lado, ressaltamos os pontos fortes, nomeadamente o compromisso existente entre os cinco países parceiros, bem como o apoio e o interesse contínuo por parte dos parceiros de desenvolvimento, particularmente da SADC.

Pontos fortes	<ul style="list-style-type: none">• Compromisso existente entre os cinco países parceiros• Apoio e interesse contínuo por parte dos parceiros de desenvolvimento, incluindo a SADC• Vasta biodiversidade e produtos turísticos• Relativamente redzida população humana dentro da KAZA ATFC
Pontos fracos	<ul style="list-style-type: none">• A área KAZA ATFC é predominantemente rural e subdesenvolvida, o que exige um investimento coordenado de capital de grande escala e orientado para projectos, especialmente de infra-estruturas, que estimulem o desenvolvimento sócio-económico da região• Complexidade em termos de uso da terra• A área da KAZA ATFC que exige investimentos significativos durante um longo período de tempo• Altas expectativas dos principais intervenientes, especialmente as comunidades locais• Fraca infra-estrutura de comunicações• Inclinação para o sector de vida selvagem, em oposição a uma abordagem alargada do sector, colocando assim a utilização pesada, especialmente a pressão da "caça", como recurso da vida selvagem• Falta de comercialização dos principais promotores económicos, particularmente as áreas protegidas, que são os centros económicos para o turismo• Transformação inadequada dos recursos culturais e património em principais activos de turismo• Falta de estudos e dados disponíveis sobre recursos turísticos existentes na área ATFC KAZA.
Ameaças	<ul style="list-style-type: none">• A recessão global e, portanto, menos recursos disponíveis para projectos relacionados com a conservação• O aumento da competitividade global da indústria do turismo• As alterações climáticas e o seu impacto resultante, como secas prolongadas e inundações, que afectam negativamente a biodiversidade da região e o desenvolvimento de infra-estruturas, logo afectam o fluxo de turistas)• Crimes ambientais, tais como a caça ilegal, o desmatamento, a poluição• Utilização insustentável dos recursos, por exemplo, a pesca e a caça
Oportunidade	<ul style="list-style-type: none">• Destinos turísticos internacionalmente reconhecidos dentro da ATFC KAZA, como o Delta do Okavango e as Quedas de Vitória Falls• Ênfase global no processo de consolidação das áreas ricas em biodiversidade (para o desenvolvimento sustentável, no contexto da mitigação das alterações climáticas) – e, portanto, a ATFC KAZA pode ser vista como um programa global prioritário “ecológico”• Elevado potencial de investimento no turismo na ATFC KAZA devido à saturação relativamente baixa do mercado

Figura 49: Análise SWOT da ATFC KAZA
Fonte: Adaptado de Xavier (2013)

5.3.12. Documentos Estratégicos da ATFC KAZA

Vários são os documentos que foram elaborados e aprovados pelo Comité de Ministros da ATFC KAZA Regional e que servem de base para orientação geral da iniciativa, nomeadamente o Manual dos Recursos Humanos para a gestão do pessoal do Secretariado Regional, a Estratégia de Sustentabilidade Financeira de 2013/18, a Estratégia de Harmonização da gestão dos Recursos Naturais Transfronteiriços, o Plano Master da ATFC KAZA, o Levantamento Socio-económico da ATFC KAZA e a Estratégia de Promoção e Marketing da KAZA

5.3.13. Quadro jurídico

A ATFC KAZA e os seus países parceiros são signatários dos seguintes documentos: Protocolo de 1999 da SADC sobre a Conservação da Fauna Selvagem e a Aplicação da Lei; Política e Estratégia da SADC sobre a Fauna Selvagem de 1997; Convenção Africana Revista sobre a conservação da natureza e dos recursos naturais: Perspectivas para um Tratado Abrangente para a gestão dos Recursos Naturais da África (2013); Programa “O Homem e a Biosfera” da UNESCO (1971); Convenção sobre as Terras Húmidas (1971); Convenção do Património Mundial (1972); Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Flora e Fauna Selvagem, CITES (1973); Convenção sobre as Espécies Migratórias (1979); Convenção sobre a Diversidade Biológica (1992); Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (1992); Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (1994).

No tocante à harmonização de políticas, apesar dos cinco países parceiros serem signatários de muitas das convenções, a revisão da harmonização de políticas efectuada em 2013, sublinha que há uma variação na gestão e conservação dos recursos naturais entre os cinco países parceiros. A gestão e conservação sustentável dos recursos naturais que vão para além de fronteiras internacionais só pode ser alcançada com a harmonização de certas políticas,

legislação e práticas que regem a gestão de recursos naturais e desenvolvimento turístico (PDI KAZA, 2014).

Foram identificadas várias áreas principais na revisão efectuada em 2013 (PDI KAZA, 2014). Entre as muitas áreas identificadas, foram seleccionadas as mais importantes pelos países parceiros, onde existem as oportunidades das políticas, legislação e estratégias harmonizadas. A revisão de 2013 apresenta propostas para a harmonização de políticas e práticas na ATFC KAZA que irão abordar as seguintes áreas-chave - 1. Gestão dos Recursos Naturais: através da organização dos corredores de fauna selvagem, gestão dos recursos hídricos partilhados para efeitos de harmonização da pesca e estratégias harmonizadas para a conservação e gestão de espécies individuais; 2. Turismo: pela abordagem das perdas económicas através do desenvolvimento de ligações económicas e do compromisso ao turismo responsável; 3. Jurídico: pelo reconhecimento formal legislativo das Áreas Transfronteiriças de Conservação e do combate ao crime na ATFC KAZA.

5.3.14. Questões e Desafios Principais

A ATFC KAZA enfrenta vários desafios devido às múltiplas fronteiras, às respectivas histórias e aos diferentes modelos de ordenamento de território, segundo o PDI KAZA (2014). No que se refere aos desafios globais das ADFS, destacamos: a poluição ambiental, elevado nível de desmatamento, rotas migratórias dos animais selvagens impedidas por infra-estruturas mal planeadas e populações humanas, dificuldades no ordenamento do território, conflito entre humanos e fauna selvagem, potencial para o movimento restrito da fauna selvagem, escassez de recursos hídricos, esgotamento das populações de peixes território para a ADFS, infra-estruturas transfronteiriças limitadas, ausência de oportunidades socioeconómicas. Ao nível dos desafios em todo o território da ATFC KAZA, de uma forma geral, ressaltamos resumidamente alguns: 1. A alta densidade populacional humana ao longo das secções Zambiana-Angolanas do Rio Kwando, a ocorrências de caça furtiva ao longo da secção da Zâmbia e Angola do Rio Kwando, 2. A alta densidade populacional

humana na componente da Namíbia, juntamente com a intensa utilização da fauna selvagem, dificultam o movimento dos animais selvagens em todo o Rio Kwando-Linyanti, tal como dentro e ao lado das secções do norte e sul do Parque Nacional Mudumu, intensificando o conflito entre humanos e fauna selvagem; 3. As operações de extracção de madeira comercial, especialmente a Teca de Zambeze, que é colhida no lado da Zâmbia para o mercado sul africano, e a procura crescente de madeira Mopane por parte dos países do Extremo Oriente, que precisam de ser geridas de uma maneira sustentável; 4. A queima excessiva está a acontecer dentro e ao redor do Parque Nacional do Mudumu, no Núcleo da Área de Kwando, no Parque Nacional de Sioma Ngwezi e mais a montante, em Angola; 5. Movimento limitado dos animais selvagens ao longo da fronteira Botswana-Namíbia, devido à cerca veterinária. Os debates entre os governos do Botswana e da Namíbia ainda não resultaram em planos concretos para a remoção ou realinhamento da cerca; 6. A falta de informação correcta e detalhada sobre o ordenamento do território para a ADFS faz com que o planeamento e a gestão sejam difíceis, particularmente, dado as quatro fronteiras internacionais desta ADFS; 7. Infra-estruturas transfronteiriças limitadas em muitas partes da ADFS dificultam o acesso e as oportunidades para as comunidades residentes e para os turistas. Mais especificamente, salientam-se os postos fronteiriços de Susuwe e Lianshulu, que se situam em áreas distantes, com acesso rodoviário difícil, pouca administração, fracas instalações de comunicação e a questão da desminagem em Angola.

5.3.15. Exemplos de cooperação entre os países parceiros

Vários são os exemplos de cooperação transfronteiriça entre os países parceiros nesta ADFS. O PDI KAZA (2014) ilustra alguns dos exemplos mais relevantes para a ATFC KAZA, como o Projecto de Arte Rupestre da África Austral (SARAP), que tem como objectivos criar um impulso para a preservação, conservação, acessibilidade e gestão da arte rupestre na região da África austral; oferecer oportunidades de capacitação na gestão de arte rupestre local, na conservação, interpretação, apresentação e guias turísticos especializados; reforçar os contactos e criar uma comunidade de profissionais de arte rupestre

em países da África Austral. No âmbito da ATFC KAZA, o Botswana, a Namíbia e o Zimbabwe participam no SARAP.

A Comissão Permanente das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Okavango (OKACOM), fundada em 1994, obriga os Estados Membros a promover o desenvolvimento coordenado e ambientalmente sustentável dos recursos hídricos a nível regional, a fim de satisfazer as necessidades sociais e económicas de cada um dos estados ribeirinhos. No âmbito dos países parceiros da ATFC KAZA, Angola, Botswana e Namíbia são membros da OKACOM.

A Comissão do Curso de Água do Zambeze (ZAMCOM) reúne todos os cinco países parceiros da ATFC KAZA, bem como Malawi, Moçambique e Tanzânia. Tem como visão ser uma organização de gestão de água para toda a bacia hidrográfica do Rio Zambeze, conforme estipulado no Acordo ZAMCOM e elaborado em conformidade com o Protocolo Revisto da SADC sobre Cursos de Água Compartilhados, de 2001.

Todos esses exemplos mostram que a cooperação transfronteiriça é de suma importância para o desenvolvimento dos países, o melhoramento da vida das comunidades, a harmonização entre os povos e, conseqüentemente para a promoção da paz regional.

5.3.16. Principais prioridades e compromissos de Angola para o desenvolvimento da componente angolana da ATFC KAZA.

1. Transformação das Reservas em Parques Nacionais

Angola, em comparação com os outros países membros, é o menos desenvolvido em termos de gestão e conservação da fauna e flora. A transformação das Reservas Públicas e Parciais de Luiana e de Mavinga em Parques Nacionais, foi tida como uma das actividades prioritárias para a componente Angolana. Ao nível do Parlamento Angolano, em Setembro de 2012, foi aprovada a criação de dois Parques Nacionais: o Parque Nacional de Mavinga e o Parque Nacional de Luengue - Luiana.

2. Implementação do PDI – Plano de Desenvolvimento Integrado De Angola da ATFC KAZA

O Plano de Desenvolvimento Integrado é um documento de distribuição espacial que tem como objectivo orientar sistematicamente as propostas de desenvolvimento para a componente Angolana da ATFC KAZA. Nele são tratados quatro grandes aspectos sobre o desenvolvimento, nomeadamente:

1. Acesso - Onde e como os turistas obtêm acesso para a Componente Angolana da KAZA ATFC;
2. Utilização - Quais e onde terão lugar as atividades (a distribuição espacial);
3. Desenvolvimento - Identificação dos pontos de desenvolvimento locais, por ex., a gestão da área de conservação, apoio ao turismo, à agricultura, entre outros;
4. Identificação e colocação de serviços agregados, como estradas, centrais elétricas, pistas de aeroportos, etc.



Figura 50: Plano de mestre KAZA Angola PDI
Fonte: PDI (2011)

3. Desminagem da componente angolana da ATFC KAZA

O compromisso de Angola na ATFC KAZA é de conservação e desenvolvimento social. A província onde se insere a componente Angola da ATFC KAZA foi palco de muitas confrontações armadas, deixando uma quantidade incalculável de minas terrestres. Foi notória a existência de minas terrestres nas áreas-chave do desenvolvimento do projecto, principalmente ao longo do Rio Kuando. Havia um número considerável de população local, que, devido aos efeitos da guerra, se encontrava deslocada e pretendia regressar às suas áreas de origem. O Ministério da Hotelaria e Turismo, em 2008, aos 20 do mês de Outubro, realizou o primeiro workshop sobre a desminagem da componente Angola da ATFC KAZA. Para além disso, trabalhou com a Comissão Executiva de Desminagem e outros Departamentos Ministeriais. Consciente dessa realidade, esta Comissão Executiva, Coordenada pelo Ministério da Assistência e Reinserção Social, em parceria com o Ministério De Hotelaria e Turismo, elaboraram o Plano Operacional de Desminagem do Projecto Okavango Zambeze, que foi apresentado durante o 3º Encontro Nacional de Desminagem, em Luanda, no dia 3 de Agosto de 2011. Segundo este plano, as actividades de desminagem desenvolvidas na Província do Cuando Cubango, fundamentalmente na área da ATFC KAZA, têm como objectivo a reconstrução e construção de infra-estruturas sociais e económicas, bem como vias rodoviárias e fluviais, que constituem pedras basilares para o desenvolvimento sustentável e para a diversificação da economia na província e, em geral, no país.

Tendo em conta a dimensão do ATFC KAZA e a importância da mesma no desenvolvimento da área transfronteiriça no seu todo, e porque é uma das prioridades e obrigação de Angola garantir que a área fosse desminada e sem engenhos explosivos, foi elaborado um plano específico para atender as preocupações da ATFC KAZA. O referido Plano debruça-se sobre um conjunto de acções de inspecção, localização e neutralização de todos os engenhos explosivos da referida área. Para além da Comissão Executiva de Desminagem, algumas ONGs nacionais e internacionais ligadas à desminagem humanitária, em particular a ONG The Hello Trust, têm desenvolvido esforços junto de potenciais doadores internacionais, como União Europeia, Estados Unidos,

empresas petrolíferas, entre outros. Os trabalhos de desminagem da componente angolana iniciaram em Setembro de 2011.

Segundo o Grupo Operativo Central da Comissão Executiva de Desminagem, em Agosto de 2011 foi programada o cumprimento das acções de desminagem da ATFC KAZA componente angolana em duas fases. A primeira fase é composta pela desminagem das vias de acesso, nas quais se incluem estradas, pontes e portos fluviais, e pela desminagem de aeródromos e áreas de construção de infra-estruturas. A segunda fase integra a desminagem das áreas turísticas, nomeadamente acampamentos de caça e turísticos, para além dos parques nacionais, postos de fiscalização e vias de interligação na área.

Quadro 26: Resultados de Troços Concluídos

N	Designação das tarefas	Situação de desminagem						
		Km previstos	Km verificados	Km por verificar	M2 certificados	Grau de execução	Executor	Empreiteiro
1	C.Cuanavale – Riavela	199	199	-	5.970.000	100	FAA	BRITEK
2	Riavela - Mavinga	150	150	-	4.500.000	100	FAA	
3	Mavinga – Samutango	57	57	-	1.710.000	100	FAA	BRITEK
4	Samutango – Neriquinha	73	73	-	2.190.000	100	FAA	KASSARI
5	Rito - Cuangar	123	123	-	3.690.000	100	INAD	ENTEC
6	Cuangar – Calai	145	145	-	4.350.000	100	INAD	ENTEC
7	Calai – Dirico	121	121	-	3.630.000	100	PGFA	IMOSUL
8	Dirico – Mucusso	75	75	-	2.250.000	100	PGFA	
9	Mucusso – Licua - Rivungo	250	250	-	7.500.000	100	PGFA	ESMALDO LDA
10	Mucusso – Buabuata – Bico de Angola	250	250	-	7.500.000	100	PGFA	-
11	Rito – Dirico	248	248	-	7.440.000	100	FAA	AEROVIA
12	Neriquinha - Rivungo	85	85	-	2.550.000	100	FAA	-
13	Cuchi - Chinguanja	57	57	-	1.710.000	100	INAD	
14	Luiana - Jamba	22	22	-	660.000	100	PGFA	
15	Bico de Angola - Jamba	98	98	-	2.940.000	100	PGFA	
Total		1.953	1.953	-	58.590.000	100		

Fonte³⁴: adaptado da Comissão Executiva de Desminagem de Angola (2016)

Quadro 27: Resultados das áreas limpas (clarificadas)

n	Designação da actividade	Situação de desminagem				
		Área prevista m ²	Área executada m ²	Grau de execução (%)	Executor	Empreiteiro
1	Reserva Fundiária do Kuenha	250.000	250.000	100	FAA	
2	Aeródromo do Mavinga	187.500	187.500	100	FAA	
3	Aeródromo de Licua	150.000	150.000	100	FAA	The Hello Trust
4	Aeródromo da Jamba	175.000	175.000	100	FAA	
5	Aeródromo do Luengue	150.000	150.000	100	FAA	
6	Aeródromo do Luiana	150.000	150.000	100	FAA	
7	Aeródromo do Rivungo	26.950	26.950	100	FAA	
8	Aeroporto do Cuito Cuanavale	78.750	78.750	100	FAA	
9	Porto Fluvial de Rivungo	26.950	26.950	100	FAA	
10	Porto Fluvial do Kuvango	90.218	90.218	100	INAD	
11	Ponte Fluvial de Luacinga	1.480	1.480	100	INAD	Zagope
12	Área agrícola do Longa	300.000	300.000	100	INAD	
13	Área do Missombo	48.912	48.912	100	INAD	
14	Ramal Logístico de transporte de combustível	1.764.200	1.764.200	100	FAA/INAD	
15	Arredores da Sede Municipal do Cuito Cuanavale (Tumpo)	45.566	45.566	100	FAA/INAD	
16	Instituto Agrário do Missombo	500	500	100	FAA	
17	Bacia do Okavango Arredores do Dirico	133.872	133.872	100	FAA	
18	Áreas desminadas Set. 2014 a Set. 2015	1.209.378	1.209.378	100	FAA, INAD e PGFA	
Total		4.789.276	4.789.276	100		

Fonte: adaptado da Comissão Executiva de Desminagem de Angola (2016)

³⁴ Informação síntese da sobre o estado actual de desminagem da ATFC KAZA, 08.04.2016

As tabelas mostram o resultado dos trabalhos desenvolvidos no período de setembro de 2014 a setembro de 2015, nos quais foram desminadas um total de 1.953 km de vias de acesso e 4.785.276 m² de áreas diversas, conforme a tabela.

Trabalho em curso - vias de acesso e áreas turísticas

- Desminagem

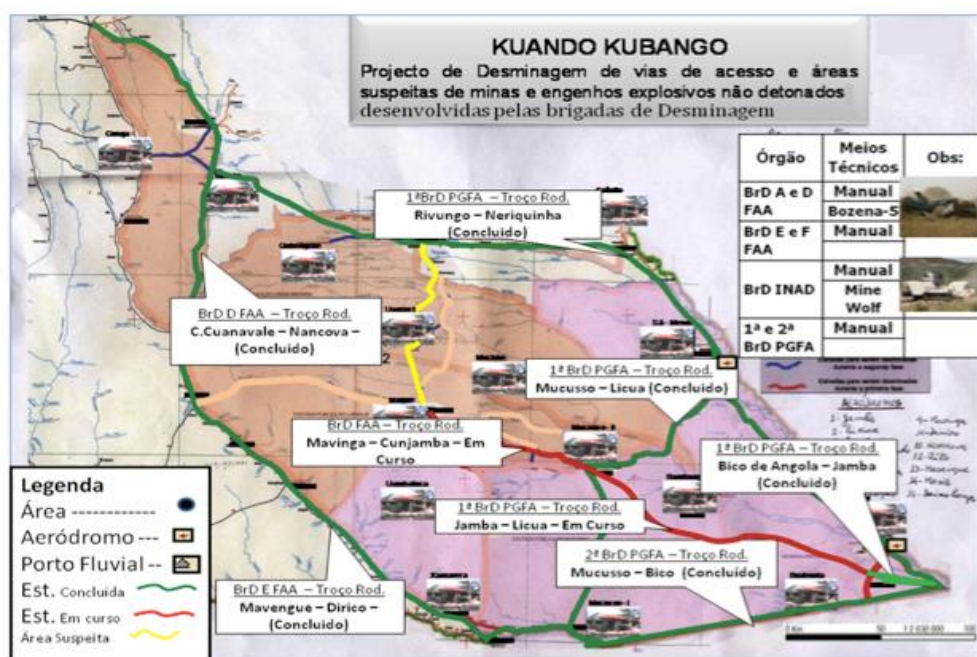


Figura 51: Projecto de Desminagem
Fonte: Adaptado da Comissão Executiva de Desminagem de Angola (2016)



Figura 52: Desminagem na área dos parques

Fonte: Adaptado da Comissão Executiva de Desminagem de Angola (2016)

No tocante aos trabalhos da segunda fase, constata-se pelos dados apresentados no Quadro 26 que continuam em ritmo satisfatório. Nas vias de interligação, dos 840 km previstos, 585 km já estavam desminados; nas áreas turísticas que envolvem 2.020.000m² previstos, somente restavam por desminar 810.622 m². Relativamente às vias de acesso de 2.793 Km e à área limpa de 4.615.138 m², já foram desminados 2.538 km e 3.804.516 m², respectivamente. Estes dados permitem concluir que estão a ser feitos esforços pelo Governo de Angola com o intuito de dar resposta aos compromissos assumidos para a implementação da ATFC KAZA (Comissão Executiva de Desminagem de Angola, 2016).

Em Outubro de 2011, uma delegação chefiada pela Coordenadora Executiva do Projecto e integrada por representantes da Comissão Executiva de Desminagem, SME e da Polícia Nacional de Guarda Fronteira, visitou as diversas brigadas de desminagem, tendo-se inteirado dos trabalhos que estavam a ser realizados. Os resultados, quer da primeira quanto da segunda fase, eram bastantes encorajadores. A Comissão Executiva de Desminagem

tinha cumprido na sua totalidade as tarefas inerentes à primeira fase e, numa cerimónia realizada no Município do Menongue, no dia 3 de Setembro de 2014, foram entregues os certificados de garantia de área livre de minas à coordenação do projecto.



Foto 28: Visita às áreas a serem desminadas.
Fonte: própria (2011).

Endemias humanas e animais

Programa de combate às endemias na área do KAZA

Na área da ATFC KAZA, o Município do Rivungo é considerada uma área endémica, no âmbito das prioridades e compromissos da componente Angolana. O Governo de Angola, no âmbito do cumprimento das recomendações da Comissão Permanente do Conselho de Ministros realizada na Província do Cuando Cubango, liderada pelo Presidente da República, a 16 de Junho de 2011, técnicos do Ministério de Hotelaria e Turismo, da Agricultura e da Saúde,

elaborou um programa para o combate e erradicação da mosca Tsé-tsé que causa a Tripanossomiase (doença de sono).



Foto 29: Equipamento de caça da mosca Tsé-tsé.
Fonte: Ministério da Agricultura (2011)

5.3.17. Algumas conquistas alcançadas após a assinatura do Tratado

Após a assinatura do Tratado em 2011, vários ganhos têm sido alcançados pelos países parceiros, fundamentalmente no território da ATFC KAZA, a saber:

1. construção de infra-estruturas a fim de mitigar os conflitos nos seres humanos e nos animais, na Namíbia;
2. aquisição de equipamentos inclusive veículos, bicicletas, equipamentos de comunicação por satélite, tractores, reboques, niveladores e equipamentos de campismo para a gestão efectiva de áreas protegidas na Angola, Zâmbia e Namíbia;
3. construção de casas para os

parques pessoais, nos Campos de Vida Selvagem de Pandamatenga e Savuit, no Botswana, Parque Nacional de Kafwe, na Zâmbia e Parque Nacional Bwabwata, na Namíbia; 4. identificação de projectos de meios de subsistência nas zonas rurais; 5. incentivo às comunidades locais limítrofes e dentro dos corredores de vida selvagem a beneficiar socioeconomicamente da dispersão da vida selvagem; 6. desenvolvimento de cultura de peixes, na Namíbia e na Zâmbia; 7. acordo e emissão de um visto-piloto, permitindo o movimento livre dos turistas entre o Zimbabwe e a Zâmbia; 8. produção de *media* trilingual de marketing e marca do turismo para o ITB, em Berlin e Indaba, em Durban; 9. finalização do Plano de Desenvolvimento Integrado para a ATFC KAZA (Plano Master); 10. finalização do Levantamento Sócio - Económico da ATFC KAZA; 11. início da agricultura de conservação para comunidades ao longo do corredor de biodiversidade Hwange-Sinyati, na Zâmbia; 12. garantia de corredores de dispersão; 13. a ATFC KAZA³⁵ estabeleceu relações com várias Organizações Não Governamentais que partilham a mesma visão, nomeadamente a African Wildlife Foundation (AWF), Namíbia Nature Foundation, Integrated Rural Development and Nature Conservation (IRDNC), Peace Parks Foundation e World Wide Fund for Nature (WWF); 14. participação das comunidades através do Fórum de Gestão Transfronteiriça de Recursos Naturais, cujo objectivo é maximizar as competências e recursos, a fim de promover o uso sustentável de terras, conservação da vida selvagem, paisagens e desenvolvimento rural. Estes fóruns reflectem preocupações que se baseiam fundamentalmente na identificação dos corredores de dispersão de vida selvagem para a protecção da vida selvagem, pessoas e bens; no desenvolvimento de empreendimentos de conservação para a criação de empregos e oportunidades empresariais que proporcionarão a redução da pobreza; no desenvolvimento da agricultura de conservação que procure a alta produção sustentada e, em simultâneo, permita a conservação dos recursos naturais e melhore os solos; nos estabelecimentos de áreas protegidas para o peixe no rio Zambeze; na monitorização e avaliação dos programas de conservação e desenvolvimento do KAZA; 15. programa de gestão de incêndios transfronteiriços entre Angola e Namíbia; 16. pesquisa sobre os grandes carnívoros (leão, tigre, chita, onça, cão selvagem) em Angola,

³⁵ Secretariado do ATFC KAZA , 2014

pela ONG Pantera que tem a sede na Namíbia; 17. levantamento aéreo de manadas de elefantes em Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe.

Para além das conquistas alcançadas acima apresentadas, destacamos a desminagem no território da ATFC KAZA componente angolana, que está a ser executada com sucesso e permitirá a circulação de pessoas e bens, a protecção das comunidades e turistas, assim como o desenvolvimento de uma forma geral.

Acrescenta-se a criação do visto KAZA, com experiência-piloto entre a Zâmbia e o Zimbabwe, que ocorreu aquando da realização da 20ª Assembleia Geral da UNWTO, em Livingstone, na Zâmbia e em Vitória Falls, no Zimbabwe, no período de 24 a 29 de Agosto de 2013. A implementação do visto regional denominado VISTO KAZA constituirá uma alavanca para o desenvolvimento, pois permitirá a deslocação dos turistas em todo o território da ATFC KAZA, e consequentemente, os benefícios que daí advém. Todo esse processo passará pela vontade política dos Estados Membros, que foi manifestada através da assinatura do Tratado, faltando a concretização por via de acções objectivas, como por exemplo a ratificação do Tratado e a resolução da questão dos vistos por todos os Estados Membros, para além de outras acções de desenvolvimento já abordadas ao longo do trabalho.

**CAPÍTULO VI:
DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA SADC,
ATFC KAZA E ANGOLA**

“Angola é e sempre será por vontade própria, a trincheira firme da
revolução em África.”

Agostinho Neto

CAPÍTULO VI. DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA SADC, ATFC KAZA, ANGOLA E ATFC KAZA/ANGOLA

6.1. DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NAS ÁREAS TRANSFRONTEIRIÇAS DE CONSERVAÇÃO DA SADC

Para o desenvolvimento do turismo nas áreas transfronteiriças de conservação, a SADC definiu várias estratégias com metas prioritárias, definição de políticas e regulamentos, arranjos institucionais, projectos e intervenções, estratégias de marketing e promoção, harmonização de políticas e de estruturas legais, ligações com os outros sectores de infraestrutura, riscos e pressupostos³⁶, das quais destacamos alguns itens que nos parecem importantes para o tema da tese em desenvolvimento.

Variadíssimas são as motivações que levaram a SADC a desenvolver o sector do turismo, considerado de grande importância na vida dos seres humanos, nas ATFC.

“O turismo é um dos sectores que regista maior crescimento na economia mundial. O turismo é o quarto maior sector de exportação, após os combustíveis, os produtos químicos, e os produtos automobilísticos. Está entre os cinco maiores sectores de rendimento de exportação em mais de 150 países e o maior sector de rendimento de exportação em 60 países. (Conferência das Nações Unidas sobre as Trocas Comerciais e o Desenvolvimento, UNCTAD:2010). O turismo demonstrou forte resistência à crise económica mundial. A nível da região da SADC, o sector continua a registar crescimento contínuo tanto em termos de entradas de turistas como de receitas de turismo, desde 2000”.

³⁶ SADC- Plano Director Regional de Infra estrutura- Plano do Sector do Turismo

Destaca-se ainda, que o sector do turismo é um dos pilares fundamentais do desenvolvimento económico geral da região da SADC, sobretudo pelos 6 factores, abaixo mencionados:

“Em primeiro lugar, o turismo contribui significativamente ao produto interno bruto (PIB) da região da SADC. Por exemplo, a sua contribuição ao PIB da região, aumentou de 3.7% em 1999 para 5.8% em 2009 (WTTC, 2000; Retosa, 2009)”.

Relativamente a este desiderato, a SADC considera que o crescimento do sector na região e nas ATFC, contribuirá significativamente para o desenvolvimento económico de vários Estados Membros da região.

“Em segundo lugar, o sector cria muitos postos de trabalho para os trabalhadores com poucas qualificações ou semiquualificados, incluindo mulheres e jovens, tanto nas áreas urbanas como rurais. O sector criou aproximadamente 1,25 milhões de postos de trabalho directos, em 1999, na região, e alcançou 1.92 milhões, em 2010 (WTTC).

Segundo o Plano Director do Turismo da SADC (2012), o turismo é um instrumento importante para resolver a alta taxa de desemprego na maioria dos Estados Membros. A criação de oportunidades de emprego através do turismo nas ATFC poderá reduzir a migração rural-urbana que prevalece na região, tendo em conta que o desenvolvimento do turismo permitirá a existência de postos de trabalho disponíveis nas áreas locais.

“Em terceiro lugar, a indústria do turismo é a fonte principal de receitas em divisas para a região. Por exemplo, as receitas em divisas do turismo aumentaram de um total de EUA\$ 4.483 milhões em 2000 para EUA\$ 12.756 milhões em 2009 (Relatórios anuais, 2001) e (Retosa 2010). Assim que a região for capaz de se promover como um destino verde através do desenvolvimento das Áreas Transfronteiriças de Conservação a mesma conseguirá atrair o segmento do mercado do turismo verde em vias de crescimento, e, por conseguinte, aumentar consideravelmente as suas receitas em divisas.”

“Em quarto lugar, o sector constitui um instrumento importante para a diversificação económica, principalmente nas áreas rurais localizadas nas zonas ecológicas marginais para o desenvolvimento agrícola”.

A SADC considera o impacto que o turismo terá, quando estiverem desenvolvidos nas ATFC as infraestruturas e os produtos turísticos apropriados, uma vez que os turistas serão atraídos a estas áreas pelas enormes e fantásticas atracções naturais e culturais. Assim, as comunidades rurais nestas áreas terão outras alternativas e desenvolvimento.

“Em quinto lugar, o sector tem ligações estreitas com vários sectores, por exemplo, agricultura, construção, TIC, recursos hídricos, transporte, energia e indústria.”

A sua transversalidade estimulará o crescimento dos outros sectores e consequentemente haverá mais oportunidades de trabalho nestas áreas rurais.

Em sexto lugar, o turismo constitui um veículo importante para o alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio na região, principalmente, o ODM 1 sobre a erradicação da pobreza extrema e a fome; ODM 2 sobre a igualdade do género e a capacitação das mulheres; ODM 7 que visa garantir a sustentabilidade ambiental; e o ODM 8 sobre o desenvolvimento das parcerias globais para o desenvolvimento (SADC, 2012).

De acordo com o Plano Director do Turismo da SADC (2012) e baseando-nos fundamentalmente nos 6 factores apresentados, para a região alcançar os seus objectivos gerais, foram identificados objectivos prioritários, dos quais destacamos: 1 – a coordenação e harmonização das políticas; 2- aperfeiçoar a estrutura regional institucional responsável pelo desenvolvimento das TFCA; 3- desenvolver uma nova estratégia de marketing e promoção das TFCA para o período quinquenal - 2013-2017; 4- coordenar a mobilização dos recursos; 5- desenvolver uma estratégia de promoção do investimento para a Fase II das TFCA; e 6- assegurar o aumento das entradas de turistas à Fase I das TFCA através de marketing efectivo e pacotes de viagens de múltiplos destinos e rotas de turistas em múltiplos países estabelecidos nas TFCA.

6.1.1. Projectos e intervenções

Vários são os projectos de âmbito regional para o desenvolvimento dos Países da SADC através do desenvolvimento do turismo nas Áreas Transfronteiriças de Conservação, compostos por: 1 - projectos de infraestruturas materiais, como estradas, aeroportos, abastecimento de electricidade, TIC, etc.; 2 - projectos de turismo físico, como hotéis, estâncias, serviços turísticos, etc.; 3 - estratégias de *marketing* e promoção; 4 - harmonização das políticas e das estruturas legais; e 5 - arranjos institucionais.

Relativamente às infraestruturas materiais, estas são de capital importância para a acessibilidade e organização dos produtos turísticos. África é um continente de grande dimensão, pelo que as acessibilidades, comunicações, aeroportos, electricidade e outros, deverão ser desenvolvidos a fim de viabilizar a construção e organização dos produtos físicos de turismo, pois sem as infraestruturas materiais, não será possível o desenvolvimento do turismo e conseqüentemente o melhoramento da vida das comunidades. Verificámos, em nossas visitas de campo, as grandes dificuldades em que as comunidades vivem devido à ausência dessas infraestruturas.

Produtos Físicos para o Turismo

Para o desenvolvimento harmonioso do turismo nas áreas transfronteiriças, há necessidade da criação dos produtos físicos, sem o qual não será possível a concretização da actividade turística, pois, como é óbvio, para que se exerça essa actividade é necessário que haja alojamento, seja qual for a tipologia, instâncias turísticas e serviços vinculados ao mesmo. De acordo com a SADC, as áreas transfronteiriças foram orientadas para elaborarem os seus planos directores, onde constam uma carteira de projectos relativos aos produtos de turismo.

Tendo em conta que muitos dos Estados Membros participantes nas ATFC dispõem de recursos muito limitados para o desenvolvimento desse produto, a SADC obriga-se a identificar os investidores para os vários projectos constantes

de cada plano director, de modo a permitir a implementação dos mesmos e acelerar o desenvolvimento turístico nas ATFC de forma harmoniosa e sustentável. No anexo 6 estão os detalhes dos projetos que foram identificados e que constam no Plano Diretor Regional do Turismo da SADC (2012).



Estratégias de Marketing e Promoção

Uma vez que as ATFC são novos destinos turísticos na SADC e no Mundo, para criar a sensibilização adequada em relação a estas áreas entre os turistas regionais e internacionais, a RETOSA³⁷, órgão da SADC para a Promoção e Marketing da Região, tem como missão implementar uma estratégia de marketing conjunta que permita que toda a região seja promovida e, particularmente, as áreas transfronteiriças. Assim, ficam minimizados os custos da promoção dos países, no geral, e das ATFC, em particular, a exemplo da ATFC KAZA, com uma estratégia conjunta, que permite “vender” os cinco países parceiros. Para o efeito, foram organizadas dez rotas turísticas principais nas ATFC da SADC, conforme Quadro 27.

³⁷ A RETOSA é órgão da SADC que se encarrega da promoção e marketing do turismo

6.1.2. Promoção de dez rotas turísticas principais nas ATFC da SADC

Quadro 28: dez rotas turísticas principais nas ATFC da SADC

Nº	Rotas Turísticas
1	<p data-bbox="304 555 986 584">Rota Maloti Drakensberg (Maloti/Drakensberg TFCA)</p>  <p data-bbox="304 1043 1374 1133">Esta rota abrange partes do Lesoto, Cabo Oriental, Free State Oriental na África do Sul. Este circuito atravessa as pitorescas montanhas Maloti e diversas culturas nos dois países. A rota turística de aventura oferece uma das poucas oportunidades de ski em África.</p> <p data-bbox="304 1155 635 1184">Fonte imagens: Geoff Mason (2015)</p>
2	<p data-bbox="304 1290 1134 1319">Trilho Ecológico de Mapungubwe (TFCA de Great Mapungubwe)</p>  <p data-bbox="304 1727 1299 1816">Esta rota abrange atrações turísticas na África do Sul (centro de interpretação do sítio, património mundial no Parque Nacional de Mapungubwe – arqueologia) no Botswana (cultura e formações geológicas) e Zimbabué (História dos Pioneiros).</p> <p data-bbox="304 1839 608 1868">Fonte imagens: SADC (2013)</p>

3 **Rota do Parque Transfronteiriço de Great Limpopo (TFCA de Great Limpopo)**



Esta rota leva os turistas aos pontos salientes do Parque Nacional Kruger na África do Sul, do Parque Nacional do Limpopo em Moçambique, e do Parque Nacional Gonarezhou no Zimbabué. Considerando que esta vasta área dispõe de muitas atrações naturais e culturais, é necessário que os intervenientes seleccionem os pontos principais a incluir na rota final a ser promovida.

Fonte imagens: TVI 24 (24 de Abril de 2013) e Departamento de Defesa dos Estados Unidos (10 de Março de 2000)

4 **Rota de Lubombo (Lubombo TFCA)**



A rota abrange atrações turísticas da África do Sul, Suazilândia e Moçambique. Tal como no caso da rota do Parque Transfronteiriço do Great Limpopo, os intervenientes deverão decidir sobre os pontos salientes a incluir na rota final a ser promovida.

Fonte imagem: Peace Parks Foundation (2011)

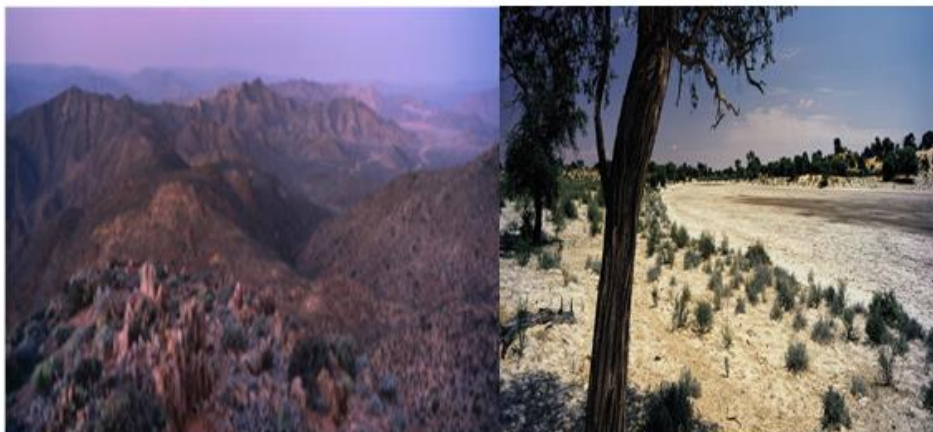
5 **Rota Caprivi, Chobe, Victoria Falls, South Barotse (KAZA TFCA)**



Esta rota leva os turistas a Caprivi na Namíbia, ao Parque Nacional de Chobe no Botswana, a Victoria Falls, património mundial na Zâmbia e no Zimbabué, e inclui a vila histórica de Livingstone e a área rural de South Barotse na Zâmbia. A rota pode ser variada em cada um dos países consoante o mercado de nicho pretendido.

Fonte imagens: KAZA (2013) e Própria (2014)

6 **Rota Desert /Knights (Ais-Ais /Richtersveld TFCA)**



A rota concentra-se no turismo de aventura que inclui o ciclismo de montanha e rafting no rio Orange, em rápidos localizados ao longo do rio, tanto do lado sul-africano como do lado da Namíbia.

Fonte imagens : Peace Parks Foundation (2011)

7 Rota do Trilho Polentswa (TFCA de Kgalagadi)



Esta rota é caracterizada pela beleza natural do ambiente desértico, que é dominado pelas dunas vermelhas e brancas e os espaços abertos.

Fonte imagens: Southern African Wildlife Photography & Safari Information

8 Rota do Matagal até às ilhas Paradisiacas (TFCA de Great Limpopo e as ilhas da Baunilha)



A rota incluirá as atrações principais da TFCA de Great Limpopo e os pontos salientes da rota das ilhas da Baunilha nas Maurícias e Seicheles. A rota oferecerá aos visitantes uma experiência da vida selvagem, do turismo de praia e da cultura do continente e das ilhas.

Fonte imagens: Abril id

9 **Rota do Matagal até às Praias (TFCA de Great Limpopo – Parque Nacional Kruger e o Parque Nacional do Limpopo)**



A rota abrange as atracções culturais e da vida selvagem, tanto no Parque Nacional Kruger como no Parque Nacional do Limpopo, em Moçambique. Esta rota leva os turistas às estâncias balneares de Bilene, Xai Xai, Inhambane e Vilanculos em Moçambique.

Fonte imagem: Abril id

10 **Rota dos Sítios de Património Mundial (TFCA de Lubombo, Great Mapungubwe, Great Limpopo e KAZA)**



Esta rota oferece ao visitante os sítios de património mundial localizados nestas TFCA – Parque das zonas húmidas de Great St. Lúcia, centro de interpretação de Mapungubwe, o Monumento de Great Zimbabwe e Victoria Falls/Mosi oa Tunya.

Fonte imagens: Hwange National Park

Fonte: Adaptado ATFC SADC (2012)

6.1.3. Ligações do turismo aos outros sectores de infraestruturas da SADC

O turismo é um sector multidisciplinar, transversal e multisectorial, e o desenvolvimento da sua actividade implica naturalmente ligações com outros sectores, que a SADC (2012), destaca: Hídrico, Transportes, Energia, TIC, a Meteorologia e o Clima. A tabela apresentada abaixo constitui uma resenha das principais ligações do sector de turismo aos outros sectores de infraestruturas.

Quadro 28: Ligações do Turismo aos outros sectores de infraestrutura da SADC

Sector	Ligações com o sector de turismo
Sector Hídrico	<ul style="list-style-type: none">• O turismo de praia, que era o núcleo do crescimento do turismo de massas, baseia-se nos oceanos e mares globais;• Os mercados de nicho de férias de aventura e luxo – mergulho, rafting em rápidos, cruzeiros – todos dependem da disponibilidade de água do mundo;• O crescimento do turismo depende da disponibilidade de recursos hídricos para consumo humano e saneamento no sector da hotelaria e outros serviços. Muitos países introduziram estratégias de conservação da água para garantir a sustentabilidade do sector;• As actividades turísticas que não são bem geridas contribuem para a poluição e consumo excessivo das águas;• O sector consome grandes quantidades de produtos do sector agrícola, cuja produtividade depende da disponibilidade da água.
Transportes	<ul style="list-style-type: none">• O sector dos transportes constitui a espinha dorsal da indústria do turismo;• Os turistas são transportados dos mercados de origem até aos seus destinos através de diferentes modos de transporte;• O desenvolvimento do transporte ferroviário, marítimo, rodoviário, e aéreo abriu novos destinos turísticos, e possibilitou novos segmentos do mercado a tirarem férias no estrangeiro;• As inovações no transporte aéreo e ferroviário melhoraram o acesso a diferentes destinos, em termos de tempo e custos, resultando no crescimento geral do sector de turismo;• Em muitos países em vias de desenvolvimento, incluindo a região da SADC, a débil infraestruturas de transportes impede o crescimento do sector de turismo;• As políticas de transporte nos destinos turísticos têm um impacto sobre o desenvolvimento do turismo, por exemplo. A implementação das políticas de liberalização das linhas aéreas na SADC tem um impacto positivo sobre o crescimento do sector.

<p>Energia</p>	<ul style="list-style-type: none"> • As componentes do turismo - linhas aéreas, alojamento, operadores de turismo, linhas de cruzeiros e veículos automóveis são consumidores de eletricidade e combustíveis, sem os quais a indústria não consegue funcionar; • Existem esforços globais para procurar energias alternativas que possam ajudar a levar o turismo às áreas rurais remotas, que dispõem de atracções naturais e culturais.
<p>TIC</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A competitividade global no turismo é impulsionada pelas TIC. Os sistemas centrais de reservas foram a primeira inovação nas reservas das linhas aéreas e dos hotéis. Neste momento, diferentes sistemas de distribuição global permitem aos turistas fazer reservas de diferentes produtos de férias, a partir de qualquer parte do mundo; • O crescimento do comércio electrónico no turismo tem um impacto directo no crescimento das TIC; • A Internet é, hoje, a maior fonte de informação sobre os destinos e férias para turistas, nos principais países de origem; • A convergência de redes de tecnologia e dos dispositivos permitem aos potenciais turistas aceder a produtos de férias a partir de uma gama enorme de plataformas, por exemplo: telemóveis. Os turistas podem transferir dinheiro para os fornecedores de produtos utilizando diferentes plataformas; • Múltiplas tecnologias de multimédia são utilizadas para promover os destinos e os produtos turísticos: world wide web, discos compactos, vídeos, visualização de dados, webcams, etc.
<p>Meteorologia e clima</p>	<ul style="list-style-type: none"> • As mudanças climáticas ameaçam a sustentabilidade do turismo em diversos destinos, por exemplo nos estados insulares a níveis baixos que são ameaçados pelo aumento do nível do mar e as estâncias montanhosas que são prejudicadas pelo aumento das temperaturas que derretem o gelo e os glaciares; • A frequência dos furacões, das vagas de calor, a reduzida precipitação e a presença de outros fenómenos climáticos anormais, reduzem a atracção de vários destinos de férias, pois os turistas receiam pela sua segurança e protecção; • As actividades turísticas são responsáveis por 4-6% das emissões de dióxido de carbono a nível internacional, e, por conseguinte, contribuem para as mudanças climáticas (OMT, 2007).

Fonte: SADC – Plano Director Regional (2012)

6.1.4. Preparação para as tendências futuras do turismo (até de 2027)

Segundo a SADC (2012), os impulsionadores actuais do sector do turismo continuarão a exercer uma influência até 2027, em termos gerais. As tendências do sector serão impulsionadas por mudanças na economia e pela geopolítica

mundial, por mudanças demográficas globais, por procura de auto-realização pessoal, pelo desenvolvimento nas TIC e na inovação; e pela conservação e protecção do ambiente. Destacamos, as mudanças na ordem económica mundial, mudanças demográficas globais e a conservação do ambiente.

De acordo com a SADC (2012), a nível das Mudanças na Ordem Económica Mundial, os mercados de origem do turismo são os países industrializados da Europa, América do Norte, Ásia e região do Pacífico. As tendências actuais demonstram um aumento de turistas de novos mercados, como a China, Rússia e Índia. Os destinos como a região da SADC devem reorientar as suas estratégias de marketing, melhorar as infraestruturas e qualificar o pessoal, a fim de ter acesso aos novos mercados emissores.

Para a SADC (2012), o tamanho, composição e características da população global, será um factor impulsionador importante para o desenvolvimento do turismo, até 2027 e depois desta data. Estima-se que em 2050, a população mundial atingirá 8.9 mil milhões, com China, Índia, EUA, Indonésia, Brasil e Rússia representando 51% da população mundial. Assim, as mudanças na distribuição da população global, associadas às mudanças previstas na ordem económica mundial, resultarão em alterações consideráveis dos mercados de origem de turismo global.

Por outro lado, os mercados de origens tradicionais, como alguns dos novos mercados, serão caracterizados pela preponderância de pessoas com idades acima de 65 anos e de famílias monoparentais, mudando significativamente o padrão de turistas.

Prevê-se que a exigência actual dos turistas pela conservação do ambiente, a fim de garantir o desenvolvimento sustentável, aumentará durante o período pós 2027. A escolha dos destinos de férias por muitos turistas é influenciada pelas políticas e práticas ambientais do destino.

Os esforços envidados pela SADC em desenvolver as TFCA estão em conformidade com as exigências actuais e futuras do mercado, em relação aos produtos de turismo. O desenvolvimento sustentável do turismo na região após o

período de 2027 dependerá da elaboração de planos de desenvolvimento integrado nas TFCA, em conformidade com as directrizes internacionais sobre o desenvolvimento do turismo em áreas protegidas, por exemplo, a Convenção sobre a Biodiversidade, Guia Prático: Turismo em prol da Natureza e do Desenvolvimento.

6.1.5. Alguns exemplos de desenvolvimento do turismo de base comunitária na SADC

No âmbito do desenvolvimento do turismo de base comunitária, apresentamos alguns exemplos de projectos desenvolvidos em áreas transfronteiriças da SADC e da ATFC KZA.

6.1.5.1. Lesotho - Turismo de base comunitária

Este Projecto de Turismo Base Comunitária (foto 30), denominado Thaba – Siku Cultural Village, em Maseru, corresponde basicamente a uma vila construída para a divulgação dos factores culturais de Lesotho, em que as tribos apresentam seus *modus vivendis* aos turistas.



Foto 30: Thaba Siku Cultural Village Masu/Lesotho;
Fonte: Própria (2014)



Foto 31: Thaba Siku Cultural Village Masu/ Lesotho;
Fonte própria (2014)



Foto 32: Thaba Siku Cultural Village Masu/ Lesotho;
Fonte Própria (2014)

6.1.5.2. Moçambique – Projectos Comunitários

Frederico (2011), no estudo “Impacto e sustentabilidade do turismo comunitário: Estudo de caso de Tinti Gala e Tsakane Ka Madjadjane Lodges em Maputo”, traz algumas reflexões sobre o Turismo comunitário em Maputo-Moçambique.

Segundo o resultado da pesquisa, o “estudo centrou-se na avaliação económica de projetos turísticos (*lodges*) em Gala e Madjadjane. Os indicadores usados para avaliar o impacto do turismo na comunidade são: emprego direto e indireto, além da partilha de benefício. Para avaliar a sustentabilidade dos *lodges* foram usados os critérios de custo-benefício, valor atual líquido e taxa de retorno. Os resultados mostraram que os *lodges* criaram novos empregos diretos para alguns chefes de famílias (10% dos agregados familiares de Madjadjane e 17% em Gala). Houve partilha de benefício na comunidade de Gala, porque os membros da comunidade partilharam os rendimentos da atividade turística. A avaliação económica mostrou que no *lodge* de Madjadjane as despesas são maiores que as receitas o que coloca riscos na sustentabilidade do projeto. No entanto, no *lodge* Gala registaram-se receitas que garantem um funcionamento modesto dos serviços. Os projetos turísticos comunitários são constrangidos principalmente pela formação deficiente das comunidades em gestão dos *lodges*.”

Ainda segundo o mesmo autor no que diz respeito à aplicação dos benefícios, 60% dos entrevistados respondeu que gostaria que os benefícios do *lodge* fossem aplicados na saúde, 20% respondeu que estes deveriam ser aplicados na educação, 9% prefere que os benefícios sejam partilhados entre os membros da comunidade e os restantes 8% referiu-se a outras aplicações, tais como abertura de estradas, de furos de água e montagem de moageiras. A comunidade prefere também que os benefícios sejam aplicados na melhoria do abastecimento de água, na minimização das condições de acesso à comunidade, particularmente em Gala, onde o transporte adequado é através de viaturas 4x4.

Nas conclusões da pesquisa, segundo o autor, o envolvimento das comunidades em iniciativas de desenvolvimento do turismo é feita através da integração dos membros da comunidade em actividades como a construção de infraestruturas turísticas, venda de produtos agropecuários aos lodges, venda de produtos de artesanato, inclusão de trabalhadores do lodge e guias de turísticos. Entre estas formas, o trabalho na construção de infraestruturas turísticas e o emprego nestes *lodges* constituem a principal forma de envolvimento das comunidades no desenvolvimento do turismo, sendo as restantes formas pouco visíveis.

As principais mudanças que se verificaram nas comunidades como resultado do desenvolvimento do turismo são a formação de associações comunitárias sem fins lucrativos, criadas na base dos pressupostos de desenvolvimento do turismo sustentável baseado na comunidade. Tais associações são as de Madjadjane e Gala, que fazem a gestão dos *lodge* Tsakane Ka Madjadjane e Tinti Gala *Lodge*, respectivamente. São associações resultantes de um trabalho de sensibilização realizada pelas organizações World Conservation Union e Helvetas Moçambique. Os benefícios que estes *lodges* trazem às comunidades locais ainda não são muito visíveis. O emprego tem sido o benefício mais citado. Entretanto, do total de agregados existentes nestas comunidades apenas 17 dos chefes destes agregados beneficiam de emprego direto. Esta disponibilidade de vagas não satisfaz as necessidades das comunidades. Basta referir que dois dos beneficiários não são residentes da área de estudo. No caso de Madjadjane não se pode falar de emprego porque os associados não têm salário. Os rendimentos das vendas do *lodge* são partilhados entre a comunidade, o *lodge* e a comissão de gestão deste. A partilha de benefícios foi realizada na comunidade de Gala. Estes benefícios partilhados são aplicados na reabilitação da escola e na compra de carteiras para a referida escola bem como de equipamento para o posto de saúde. A avaliação económica e financeira dos *lodges*, mostrou que não existe sustentabilidade no *lodge* de Madjadjane. As vendas de refeições no *lodge* de Madjadjane não permitiram obter lucros. O contrário ocorre em Gala. A razão entre as receitas totais do ano e o investimento total do *lodge* de Madjadjane indica que é de 2,6% do investimento, enquanto, as receitas do lodge de Gala correspondiam a 20,7% do investimento.

O *lodge* de Gala é mais rentável que o de Madjadjane. Um dos problemas que pode estar a contribuir para o fracasso do *lodge* de Madjadjane é a dificuldade de gestão desta atividade. Esta dificuldade provém do baixo nível de escolaridade dos membros associados, que pouco compreendem as exigências dos turistas.

Chemucane Lodge

Segundo o Ministério do Turismo de Moçambique, o Chemucane é o maior projeto comunitário na REM e, conseqüentemente, de todas as ATFC. Evolui numa parceria derivada da concessão de uma parcela de terra de 810 hectares a favor da Associação A Hi Zamene Chemucane que, por sua vez, constituiu uma sociedade de gestão e construção de um complexo turístico, designada por Companhia de Turismo de Chemucane. O conceito de *ecolodge* é constituído por cinco unidades com capacidade total de 60 camas, incluindo duas suítes para nubentes ou lua-de-mel. Adstrito à área executiva do projeto, haverá desportos náuticos, lacustres, equestres, parque infantil, pista de aterragem e marina. O progresso assinalável, até 2013, foi o início da construção das duas unidades de hospedagem, cozinha com vista para o treino do pessoal, antes da abertura do *lodge*. Os carreiros de acesso à área já estão limpos, as comunidades locais já iniciaram a colecta do caniço para cobertura dos telhados, cujo teste foi realizado no acabamento do bloco das casas de banho.

O sistema de purificação de água foi instalado e, ao mesmo tempo, produz gelo para consumo dos clientes. Um aspecto de destaque da companhia é a organização de bolsas de estudo para serviços hoteleiros para a comunidade local; duas raparigas foram treinadas e outro grupo de 10 segue em Março para Cape Town com o mesmo propósito. O treinamento é de um ano. Privilegia-se a comunidade local com enfoque nas questões do género.

Melhoramento de Artesanato da comunidade de Madjadjane em Matutuine

Este projeto teve o financiamento de 18.290.00 USD e pretende-se capacitar membros da associação nas técnicas de esculpir, bem como criar tendências de arte moderna em bijuterias, acessórios de moda e ornamentação. A cadeia de mercados já foi estabelecida no eixo Cidade de Maputo à Ponta do Ouro. O

mérito da proposta está na criação de melhores condições para o trabalho e venda de artesanato e, ainda, nas tecnologias a transferir para artesãos locais.

Parque Nacional Do Limpopo

A nível do Parque Nacional do Limpopo, junto à sua zona tampão, o Fundo de Empresas Comunitárias (CEF), concentrou o esforço em Massingir, na aldeia de Canhane, a 12km da vila, beneficiando 1500 habitantes. Em 2009, foi assinado o primeiro acordo CEF com a Associação Covane Community Lodge, com o objectivo de melhoria e reconstrução do *lodge* comunitário local, conforme (quadro 29) com a seguinte estrutura de negócio:

Quadro 29: Custos da melhoria e reconstrução do *lodge* comunitário local

Associação Covane Community Lodge c/capital patrimonial	\$70,000.00
Fundação Ford	\$250,000.00
CEF – ATFC (Financiamento para a Construção)	\$500,000.00
Investimento Total	\$750,000.00

Fonte: Própria (2016)

A Transfrontier Parks Destinations, parceiro na operação, participaria com \$150.000,00 em custos operacionais progressivos durante 10 anos.

A estratégia inicial era a reconstrução do *lodge* enquanto mantinha os serviços de hotelaria, mas isto falhou e o operador demitiu-se.

A saída do problema observou-se em finais de 2011, com um novo concurso público para a construção. Foi organizada uma nova seleção do operador e, em Agosto de 2012, foi concluído o empreendimento com 20 camas.



Foto 33: Lodge Parque Nacional Do Limpopo.
Fonte: Ministério de Turismo de Moçambique (2015)



Foto 34: Lodge Parque Nacional Do Limpopo.
Fonte: Ministério de Turismo de Moçambique (2015)

6.1.5.3. Namíbia - Projetos de Desenvolvimento Comunitário educativo, fundamentalmente no Park Nacional de Buabuata

Projeto desenvolvido junto da Comunidade, em parceria com o Governo Namibiano e com a ONG IRDNC da Namíbia (2014), no período de 1 de Fevereiro de 2011 a 30 de julho de 2014, trata-se de um projeto de base educativo, conforme mostram as figuras 85 e 86.

TEKOA- Centro de Formação Comunitaria. Centra-se na pessoa.



Foto 35: Projecto Educativo Parque Nacional Buabuata.
Fonte: ONG IRDNC da Namíbia (2014)

Centro de Formação “Ensinar uns aos outros o conhecimento no geral”
Professores locais a ensinar e educar os jovens e a comunidade no geral.



Foto 36: Transmissão de Conhecimentos Tradicionais.
Fonte: ONG IRDNC da Namíbia (2014)³

6.2. DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM ANGOLA

Após longos anos de inserção do Sector Turismo no Ministério do Comércio, aos 28 de Junho de 1986, foi criado o Ministério de Hotelaria e Turismo (Minhotur), embora tenha funcionado como alternativa política para harmonização entre o partido no poder e a Unita, quando se criou o GURN - Governo de Reconciliação Nacional. Para o Turismo, foi uma oportunidade de afirmação enquanto sector importantíssimo para o desenvolvimento das economias mundiais, da redução da pobreza, da melhoria do nível de vida das comunidades e, ainda, da manutenção da paz e conhecimento de culturas, quer de Angola, quer dos povos que nos visitam enquanto turistas.

Após a independência de Angola, o sector que mais contribuiu para o desenvolvimento do País foi o sector dos petróleos, tendo o turismo sido relegado para segundo plano. Passados alguns anos, em 2016, surge uma crise, que, embora coloque o País em dificuldades, permite a diversificação da Economia Angolana. Assim, o turismo surge como uma alternativa para a saída da crise, tendo em conta a sua característica enquanto sector transversal, e também pelo seu fator multiplicador.

De acordo com o pressuposto de que o turismo é uma actividade que cria importantes oportunidades para diversificação da economia, porquanto oferece oportunidades para criação de outras actividades a montante e a jusante do sector, melhorando a capacidade empresarial, promovendo a criação de postos de trabalho e a melhoria da renda nas áreas em que este se desenvolve. Foram criadas medidas para enfrentar a crise e apoiar a diversificação e, nesse sentido, foi elaborado o Plano Operativo do Turismo.

O MINHOTUR tem como objectivos: promover o desenvolvimento sustentável do sector hoteleiro e turístico; valorizar o património histórico e arquitectónico, os recursos naturais, culturais; e contribuir para a geração de rendimento e emprego. Para o efeito elaborou Programas Dirigidos (GEPE/MINHOTUR 2016), constantes do anexo 6.

Documentos Estratégicos da República de Angola para o Turismo

São documentos que orientam a estratégia e o desenvolvimento do turismo em Angola. A estratégia do Sector do Turismo assenta em 3 pilares:

- 1- LONGO PRAZO - Estratégia de Desenvolvimento de Angola 2025;
- 2- MÉDIO PRAZO - Plano Director do Turismo de Angola (2011/2020)
- 3- CURTO PRAZO - Plano Nacional de Desenvolvimento 2013/2017 e o Plano Operativo do Turismo (2016/17) – POT

Estratégia de Desenvolvimento de Angola 2025

Com um horizonte temporal de cerca de 10 anos, tem como objetivos: desenvolvimento sustentável do turismo; concentração de recursos (escassos) para aumentar a rentabilidade; expansão do turismo observando a preservação do ambiente, respeitando a biodiversidade regional; promoção do turismo enquanto *cluster* da economia e a estratégia orientada para o desenvolvimento do investimento privado no setor.

O Plano Director do Turismo de Angola (2011/2020)

O PDTA constitui-se como uma ferramenta fundamental ao desenvolvimento turístico de Angola, servindo como 'guia mestra' de todas as ações de índole turística a implementar. Segmenta a oferta turística do país em 3 grandes produtos, posicionando Angola como o grande destino jovem de diversão e animação em África. Aposta em 3 produtos fundamentais: História, Cultura e Tradição; Sol & Mar; e Natureza.

Segundo as estimativas apresentadas no PDTA, tendo em conta a evolução da economia Angolana e os volumes de emissão de turistas a partir dos principais mercados emissores de turistas para Angola, perspectiva-se que em 2020 seja possível captar aproximadamente 4,7 milhões de turistas. Até 2020, o sector prevê criar um milhão de postos de trabalho diretos e indiretos.

Preconiza, ainda, para a implementação do Plano Director do Turismo, a elaboração de novo pacote legislativo e de uma nova lei de investimento privado, assim como novo um pacote de incentivos fiscais para o turismo.

Plano Nacional de desenvolvimento 2013/2017

Tem como base a Estratégia de Desenvolvimento - Angola 2025, transfere o desenvolvimento do turismo para o futuro, de forma que a modalidade de “Turismo e Lazer” seja paulatinamente enquadrada para que sejam criadas as condições para o seu desenvolvimento futuro.

Plano Operativo do Turismo (2016/17) – POT

Devido ao momento que Angola está a presentemente a vivenciar e a necessidade de alavancagem do sector do turismo, o Minhotur, em obediência às orientações do Executivo Angolano, criou o Plano Operativo do Turismo para a Diversificação da Economia Angolana (2016/17) – POT, como uma das medidas para a saída da crise. O referido plano foi aprovado pelo Executivo Angolano na sessão da Comissão Económica e da Economia Real do Conselho de Ministros, aos 21 de Abril de 2016. Tem no seu âmbito a definição de acções concretas do turismo para a diversificação da economia, como mitigação da crise, procurando incidir na operacionalização do novo pacote legislativo turístico, no aumento das receitas, na criação de emprego, na promoção do turismo interno, na aceleração da operacionalização dos Pólos de Desenvolvimento Turístico e da componente Angolana da ATFC KAZA. Procura incidir, ainda, na arrecadação de receitas locais de preservação, na manutenção dos recursos turísticos, bem como no desenvolvimento do turismo interno e no aumento do volume de investimento.

6.2.1 Principais indicadores 2016

No período de 1988/1997, Angola possuía somente 32 hotéis a nível nacional sob tutela da Anghotel - Empresa Nacional de Hotelaria - e 39 unidades hoteleiras sob tutela da Emprotel – Empresa provincial de hotelaria, que tinha sob tutela os hotéis de pequeno porte, meios complementares de alojamento e os restaurantes e similares. O sector contava com 17.512 trabalhadores a nível nacional, em

1988, chegaram às fronteiras de Angola 60.898 turistas, e em 2001, 67.379 turistas.

Apesar dos vários constrangimentos inerentes a um país da dimensão de Angola, que alcançou a paz apenas há 14 anos, regista uma grande evolução, como pode ser constatado pelos indicadores mais recentes de 2016:

Quadro 30: Principais Indicadores 2016

Agências de Viagens e Turismo	141
Hotéis	207
Meios complementares de alojamento	1402
Restaurantes e similares	4.845
Quartos	24.390
Camas	32.844
Chegadas de turistas às fronteiras	592.495
Número de empregos	219.349

Fonte : Adaptação dados da DNHS-MINHOTUR e POT (2016)

Rede hoteleira nacional

A rede hoteleira nacional conta com 207 hotéis de 1 a 5 estrelas, distribuídos conforme o Quadro 31.

Quadro 31: Hotéis por categoria (2016)

CATEGORIA	NÚMERO DE UNIDADES
Hotéis de 5 estrelas	3
Hotéis de 4 estrelas	17
Hotéis de 3 estrelas	58
Hotéis de 2 estrelas	60
Hotéis de 1 estrela	69
TOTAL	207

Fonte: MINHOTUR/DNHS (2016)

Quadro 32: Distribuição da Rede Hoteleira por Províncias

Nº	Província	Hotéis			Aparthotéis			Aldeamentos			Estalagem e Motel			Total	
		UNIDADES	QUARTOS	CAMAS	UNIDADES	QUARTOS	CAMAS	UNIDADES	QUARTOS	CAMAS	UNIDADES	QUARTOS	CAMAS	QUARTOS	CAMAS
1	Bengo	2	80	144	0	0	0	14	305	372	0	0	0	385	516
2	Benguela	21	1407	1729	3	93	207	2	35	45	0	0	0	1535	1981
3	Bié	1	71	114	0	0	0	0	0	0	0	0	0	71	114
4	Cabinda	8	883	1131	1	30	50	4	87	99	1	10	10	1010	1290
5	Cunene	2	86	90	0	0	0	0	0	0	0	0	0	86	90
6	Huambo	9	360	473	2	21	21	0	0	0	0	0	0	381	494
7	Huila	9	637	898	0	0	0	11	321	363	0	0	0	958	1261
8	C.Cubango	3	74	105	0	0	0	2	134	182	0	0	0	208	287
9	K.Norte	3	119	172	0	0	0	0	0	0	0	0	0	119	172
10	Kuanza Sul	18	588	740	0	0	0	3	82	104	1	20	20	690	864
11	Luanda	99	5744	7615	8	461	629	45	1372	1644	4	83	87	7660	9975
12	Lunda Norte	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
13	Lunda Sul	1	42	62	0	0	0	3	103	124	0	0	0	145	186
14	Malange	7	307	382	0	0	0	1	8	9	0	0	0	315	391
15	Moxico	5	141	192	0	0	0	0	0	0	0	0	0	141	192
16	Namibe	3	227	241	1	12	20	1	12	12	0	0	0	251	273
17	Uíge	4	176	221	0	0	0	0	0	0	0	0	0	176	221
18	Zaire	12	271	517	1	24	24	2	51	56	0	0	0	346	597
TOTAL		208	11213	14826	16	641	951	88	2510	3010	6	113	117	14477	18904

Fonte: MINHOTUR/DNHS (2016)

No âmbito da estratégia concernente ao desenvolvimento e expansão da rede hoteleira nacional, as perspectivas são encorajadoras. Estão em construção várias unidades hoteleiras por todo país, onde se destacam algumas empresas angolanas promotoras de projectos, tendo em conta o volume do investimento:

- 1- A empresa seguradora AAA, com 50 unidades hoteleiras em construção nas 18 províncias de Angola, totalizando 6445 quartos, serão geridos grupo ACCOR;
- 2- A empresa petrolífera Sonangol está a erguer (em fase de acabamentos) uma unidade hoteleira em Luanda de 390 quartos, com a pretensão de 5 estrelas;

3- As empresas Chicoil, Miamop, Vip e Santos Bikuku têm projectos em estado avançado de obras com previsão de abertura a partir de 2016. Os hotéis em construção, de acordo com o mapa, acrescentam valor à rede hoteleira com mais de 8.188 novos quartos.

Quadro 33: Lista dos hotéis a serem inaugurados em 2016

Nº	Designação Do Empreendimento	Classificação Pretendida	Nº Quartos	Localização	Promotor Do Projecto
1	Hotel Intercontinental	5*	390	Luanda	Sonangol
2	Hotel Palanca Negra	5*	146	Malange	Grupo Miamop
3	Hotel Palmeira Suite	4*	91	Luanda	Cogimbo Imobiliária
4	Hotel Bikuko Alvalade	4*	126	Luanda	Organizações Santos Bikuko
5	Hotel Chik-Chik	4*	146	Saurimo	Grupo Chicoil
6	Hotel Infotur	3*	133	Luanda	Minhotur/Infotur
7	Hotel Béu Mar	3*	45	Luanda	Fiesta,Lda
8	Hotel Infotur	3*	133	Cabinda	Minhotur/Infotur
9	Hotel Infotur	3*	133	Huíla	Minhotur/Infotur
10	Hotel Infotur	3*	133	Benguela	Minhotur/Infotur
11	Aparthotel Solar Bikuko	2*	40	Luanda	Organizações Santos Bikuko
12	Hotel OUI	2*	35	Zaire	Camoc (Angola), Lda
	TOTAL		1551	-----	-----

Fonte: MINHOTUR/DNHS (2016)

Quadro 34: Lista dos hotéis a serem inaugurados em 2017

Nº	Designação do Empreendimento	Classificação Pretendida	Nº Quartos	Localização	Promotor do Projecto
1	Hotel Gika	5*	370	Luanda	Grupo Vip
2	Hotel Cacucaco	4*	42	Luanda	Edos, Lda
3	Hotel Ilha Do Cabo	4*	85	Luanda	Francisco Pitra Gros Paulo
4	Hotel Uala Iiii	3*	128	Luanda	Bryvania, Lda
5	Hotel Luma Palace	3*	52	Luanda	Tubima, Lda
6	Hotel Porto Amboim	3*	80	Cuanza Sul	Grupo Pinto Conto &Filhos
7	lu	3*	120	Benguela	AAA
8	lu	3*	120	Huíla	AAA
9	lu	3*	120	Kuanza Sul	AAA
10	lu	3*	120	Namibe	AAA
11	lu	3*	120	Cabinda	AAA
12	lu	3*	120	Malange	AAA
13	lu	3*	120	Kuanza Norte	AAA
14	lu	3*	120	Bengo	AAA
15	lu	3*	120	C.Cubango	AAA
16	lu	3*	120	Lunda Sul	AAA
17	lu	3*	120	Lunda Norte	AAA
18	lu	3*	120	Moxico	AAA
19	lu	3*	120	Uíge	AAA
20	lu	3*	120	Cunene	AAA
21	lu	3*	120	Bié	AAA
22	lu	3*	120	Moxico	AAA
23	lu	3*	120	Zaire	AAA
	Total		2.797	-----	-----

Fonte: MINHOTUR/DNHS (2016)

O total de hotéis a serem inaugurados em 2016 e 2017, perfazem um total de 4.348 quartos, conforme tabelas 5 e 6.

Expansão da rede hoteleira

Quadro 35: Expansão da rede hoteleira

Hotéis Infotur	5 Hotéis
Consórcio BPC e ABC	79 Hotéis
Crédito Canadá	30 Hotéis
Globaltec, S.A	10 Hotéis
Autondjiva	165 Hotéis
Organizações Sachisapo	57 Hotéis
Total	346 Hotéis

Fonte: DNHS/ MINHOTUR (2016)

O programa de expansão da rede hoteleira tem como objectivo a construção de hotéis de três, quatro e cinco estrelas, privados, a serem implantados pelas dezoito províncias do país e pelos 165 municípios. Os financiadores são provenientes da China, Canadá, Brasil e alguns países da Europa, segundo a informação obtida a partir do GEPE/MINHOTUR (2014). Os mesmos estão mobilizados, faltando apenas a emissão das garantias bancárias de um banco comercial.

No âmbito do quadro jurídico dos empreendimentos turísticos houve uma mudança radical na lei, pois foi aprovado o Decreto Presidencial nº 36/16 de 15 de Janeiro que regula a actividade hoteleira, mais adaptada à nova realidade angolana e ao desenvolvimento do turismo no geral. Assim, no domínio da Valorização da Identidade Cultural Angolana, ressalta o seguinte:

- 1- Deverão todos os hotéis de 5* e 5* de luxo dispor de pelo menos 3 restaurantes, um dos quais deverá ser tipicamente angolano e outro de primeira classe ou de luxo.
- 2- No que concerne a decoração de todas as áreas públicas dos empreendimentos hoteleiros e turísticos, deverão ilustrar motivos culturais Angolanos.
- 3- Os hotéis classificados de 3*, 4*, 5* e 5* de luxo deverão ter funcionários que falem a língua nacional do local onde o hotel estiver implantado.

O Plano Operativo do Turismo tem 4 objectivos fundamentais: captação de receitas; formação em hotelaria e turismo nos níveis superior, médio e profissional; sensibilização da comunidade para o fenómeno turístico e suas vantagens; desenvolvimento do turismo interno; e promoção, através da participação em feiras internacionais, quer no exterior quer no interior do país. No exterior, a participação nas Feiras Internacionais de Turismo (FITUR) em Madrid, Indaba na África do Sul, Milão na Itália, e Bolsa de Turismo em Lisboa (BTL). No interior do país, na organização da BITUR - Feira Internacional do Okavango - Angola, que se organiza anualmente pelo Ministério de Hotelaria e Turismo; a feira dos Municípios organizada pelo Ministério da Administração do Território, cujo objectivo é a promoção das potencialidades dos municípios de Angola; organização do Fórum de Turismo e de feiras de gastronomia.

Relativamente aos objectivos, ressaltamos também a questão da formação de quadros, como uma grande alavanca para o desenvolvimento do turismo. Para o efeito, está prevista a construção de hotéis-escola por todo o País, de acordo com a Estratégia Nacional da Formação (2015). Quanto ao histórico da formação é de referir que, já em 1987, existiam Escolas de Hotelaria nas Províncias de Luanda, Huíla, Cabinda e Huambo, mas a guerra e o redimensionamento empresarial no sector acabaram por devastar o sistema formativo do turismo.

As necessidades formativas são imensas, algumas mais imediatas. O MINHOTUR tem organizado, em cooperação com os Governos Provinciais e outros organismos afins, a formação em brigadas itinerantes por forma a melhorar a qualidade dos serviços prestados e a serem prestados aos turistas internacionais e nacionais. Mas, como é óbvio, não responde totalmente às necessidades do País.

Relativamente à formação profissional e formação média em hotelaria e turismo, estas formações estão a ser ministradas pelos Ministérios da Educação e Ministério do Emprego e Segurança Social. No tocante à formação superior, está a ser ministrada pelo Ministério do Ensino Superior em colaboração com o Ministério de Hotelaria e Turismo. A nível do Doutoramento, foi assinado um Protocolo entre o Minhotur e a Universidade de Coimbra através da Faculdade

de Letras no ano de 2012. No geral, dos quadros superiores que hoje participam na administração do turismo e que foram formados no exterior, destacamos o acordo celebrado entre Angola e Portugal através do Instituto Nacional de Formação Turística – INFT, em 1982. No âmbito deste acordo, vários quadros formaram-se em diversas especialidades e níveis.

6.2.2. Desenvolvimento do turismo interno

Ao nível do desenvolvimento do turismo, dever-se-á definir quais as tipologias de turismo que deverão ser desenvolvidas num país extenso como Angola, inserido no sul do continente africano, com 1650 km de costa, uma grande diversidade de potencialidades turísticas e com uma dimensão de 1.246.700 km².



Figura 53: Potencialidades turísticas de Angola.
Fonte: PDTA (2011)

Assim, foram definidas para esta fase, respeitando os princípios da conservação da natureza e o desenvolvimento sustentável, as tipologias que abaixo se apresentam e os seus nichos.

6.2.3. Tipologias de turismo em Angola e projectos em curso

Angola é um país rico em recurso turísticos, o que permite implementar alguns tipos de turismo. Várias são as tipologias de turismo que podem ser desenvolvidas, mas destacamos 4 tipologias principais: Turismo Cultural, Turismo de Sol e Mar, Turismo Aventura e Turismo Natureza, conforme Figura 54.



Figura 54: Tipologias do Turismo a ser desenvolvido em Angola.
Fonte: Adaptação própria (2016)

No dia 17 de Julho do ano transacto, foi lançado pela organização “National 7 wonders”, o concurso das sete maravilhas naturais de Angola. Inicialmente, foram seleccionadas 27 maravilhas das 200 candidaturas apresentadas a um conselho científico composto por representantes do Ministério da Cultura, Ambiente, Hotelaria e Turismo e outras entidades singulares.

Das 27 maravilhas naturais, constam a Bacia do Okavango (Cuando Cubango), Barra do Dande (Bengo), as Cachoeiras do Binga (Kwanza Sul), as Cataratas do Ruacaná (Cunene), as Fendas da Tundavala e a Serra da Leba (Huíla), o Deserto do Namibe (Namibe), o Morro do Moco (Huambo), a Ilha do Mussulo, o Parque da Quissama e o Miradouro da Lua (Luanda), o Parque Nacional da Cameia (Moxico, leste), o Parque da Cangandala, as Pedras Negras de Pungo a Ndongo e as Quedas de Calandula (Malange), o rio Cuito (Cuando Cubango), o

rio Kwanza (Bié), o rio Zaire (Zaire) e a reserva florestal do Golungo Alto (Kwanza Norte).

As Quedas de Kalandula (Malange), a Floresta de Maiombe (Cabinda), a Lagoa do Carumbo (Lunda Norte), as Grutas do Nzenzo (Uíge), o Morro do Moco (Huambo), as quedas do rio Chiumbe (Lunda Sul) e a Fenda da Tundavala (Huíla) são oficialmente as Sete Maravilhas Naturais de Angola.

De acordo com o PDTA (2011/2020), estão em implementação 4 pólos de desenvolvimento turístico, relativos ao turismo de natureza; sol e mar; e cultural; nas províncias de Luanda, Malange, Bengo e Cuando Cubango, numa primeira fase.

6.2.3.1. Turismo Cultural

A nível do turismo cultural, podem ser desenvolvidos os seguintes nichos: o património, o religioso, arte e artesanato, a gastronomia e o dark turismo.

Em desenvolvimento e prioritário, na cidade de M'Banza Kongo, património mundial, verifica-se também uma preocupação dos Governos Provinciais no desenvolvimento do turismo cultural nas províncias de Luanda - Muxima (Igreja de N. S. da Muxima), da Huíla Lubango (o monumento do Cristo Rei), Malange, Benguela (Igreja da Nossa senhora do Pópulo) e Cunene (PDTA 2011).

Na cidade M'Banza Kongo, capital da província do Zaire, foi recuperado um importante número de edificações do século XVI, tais como as ruínas da velha Catedral, a residência dos reis do Kongo, actualmente museu do Reino do Kongo, o túmulo dos reis, entre outras edificações que representam um passado histórico, cultural, arqueológico, religioso e político. A área histórica de M'Banza Kongo foi classificada em 1957, dada a sua grande importância para o Património Cultural Angolano, para o Continente Africano, para a África Central, e até mesmo para o Mundo. É propriedade do Estado Angolano e a sua manutenção, preservação e administração são da responsabilidade do Ministério da Cultura, do Governo da Província do Zaire e da Igreja Católica. Em Novembro de 1996, o

Ministério da Cultura, através do Instituto Nacional do Património Cultural, apresentou uma candidatura à UNESCO na categoria Cultural (Ref. 920).



Foto 37: Património histórico. M'Banza Congo.
Fonte: PDTA (2011)



Foto 38: Máscara da cultura Chokwe.
Fonte: Ministério da Cultura - Angola (2016)

6.2.3.2. Turismo de Natureza

Relativamente ao turismo de natureza, estão em desenvolvimento prioritário os pólos de desenvolvimento turístico de Calândula na província de Malange, da Bacia do Okavango na província do Cuando Cubango e, ainda, a componente angolana da ATFC KAZA, também na província do Cuando Cubango. Em evolução, estão as províncias onde se encontram os parques nacionais. A província do Kwanza Norte é rica em recursos turísticos, no entanto, não possui nenhuma área protegida desenhada, fazendo parte das preocupações da província organizar esta tipologia de turismo.

No turismo de natureza, podem ser praticados em Angola o ecoturismo, o geoturismo, o turismo científico e ainda o turismo étnico, cinegético e outros que se acharem pertinentes, de acordo com o desenvolvimento da área.

Pólo Turístico de Calândula



Foto 39: Quedas de Calândula.
Fonte: Site Rede de Angola (2016)

O Pólo Turístico de Calândula está localizado no Município com o mesmo nome, na Província de Malange. A área possui 2000 hectares de dimensão e a atracção principal são as quedas de Calândula, com 410m de comprimento e 105m de altura, sendo as segundas maiores cataratas de África, depois das cascatas Vitória Falls na Zâmbia e Zimbabwe.

Pólo de Desenvolvimento Turístico da Bacia do Okavango

Localizado no Município do Dirico, na Província de Kuando-Kubango, com uma área de 11.972 hectares, a atracção principal é a área partilhada com a ATFC KAZA componente angolana. Tem como perspectivas a melhoria das acessibilidades com trilhos para viaturas 4x4, com pontos para observação de animais, criação de aeródromos, ligação regular a Menongue, criação de infraestruturas de apoio à observação da fauna e flora, criação de parques de campismo e caravanismo.

É privilegiado pela presença dos rios Cuito e Okavango, onde existe a única população de leões nadadores e a água das cheias cobre aproximadamente 70% do seu território natural (PDTA 2011). O rio Okavango nasce nos planaltos do interior de Angola, na província do Huambo, e desagua no maior delta interior do mundo, no Botswana.



Foto 40: Margem do Rio Okavango.
Fonte: Polo T.B. Okavango (2016)



Foto 41: Cobras.
Fonte: Polo T. B. Okavango (2016)

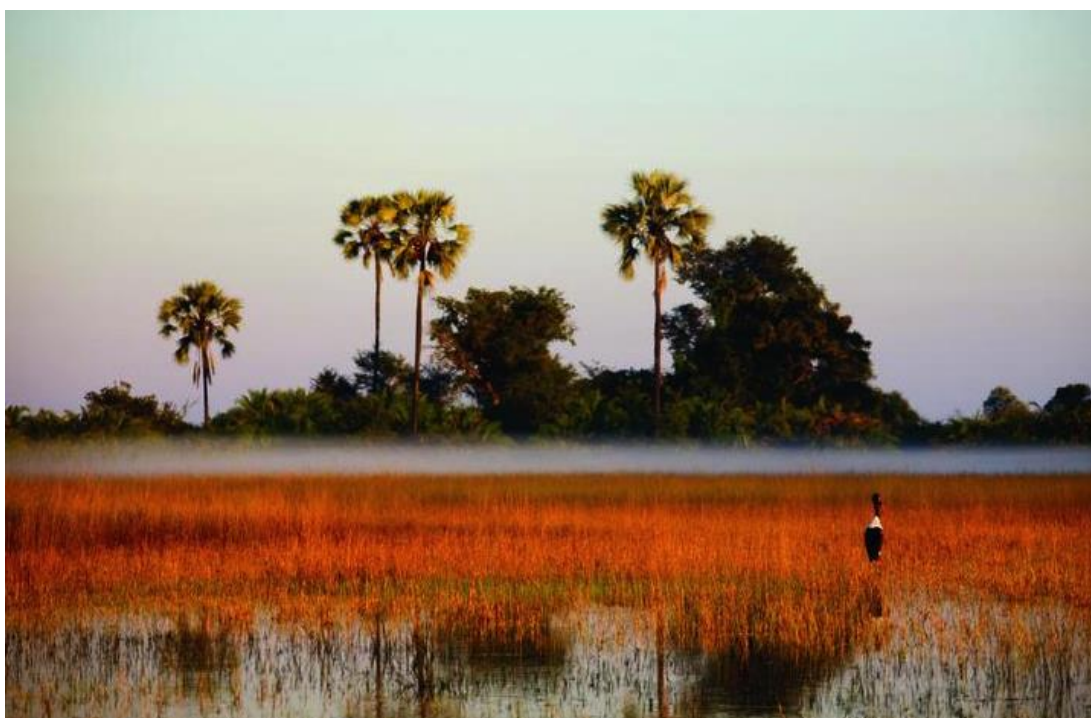


Foto 42: Margem do Rio Kuito.
Fonte: Polo T.B. Okavango (2016)

Outra área para o turismo da natureza em desenvolvimento é a Reserva Parcial do Búfalo em Benguela



Foto 43: Reserva Parcial do Búfalo em Benguela.
Fonte: Ministério do Ambiente (2015)



Foto 44: Reserva Natural Ilhéu de Pássaros.
Fonte: Ministério do Ambiente (2015)

6.2.3.3. Turismo Sol e Mar

Angola dispõe de uma faixa litoral de 1650 km, onde desaguam inúmeros rios de caudal elevado, por exemplo Zaire ou Congo, Bengo, Kwanza, Longa, Catumbela, Coroca, e Cunene, formando imensos estuários onde, gradualmente, ao longo do tempo, vão depositando os sedimentos arrastados pelas suas águas. Isto deu origem à formação de várias ilhas e baías. O clima de Angola, particularmente no litoral, permite que as praias sejam frequentadas todo o ano, embora seja na época quente que existe uma maior procura pelas mesmas, seja pelos turistas nacionais, seja pelos internacionais.

No sul de Luanda encontramos a praia da ilha do Mussulo, uma ilha maior envolvida por várias pequenas ilhas (como a dos pássaros). Na praia do lado do Oceano, as águas são mais limpas. A província de Benguela é rica em praias. As mais visitadas são a praia de Caota, Baía Azul, Baía Farta, a praia da Restinga no Lobito e a praia Morena. A província do Namibe também possui praias lindíssimas, com condições propícias para o mergulho, como as praias Amélia e da Mariquinha.

No tocante a prioridades, estão em desenvolvimento os pólos turísticos de Cabo Ledo e Futungo de Belas, ambos na província de Luanda. O **Pólo do Futungo de Belas** está localizado no Município da Samba, província de Luanda, com uma área de 517 hectares, possuindo como atracção principal a baía do Mussulo.



Foto 45: Ilha do Mussulo.
Fonte: PDTA (2011)



Foto 46: Ilha do Mussulo.
Fonte: <http://wasmanyangola.blogspot.pt/2011/01/mussulo.html>

De acordo com o PDT (2011), deverão ser construídas infraestruturas de apoio a fim de se atingirem os objectivos preconizados, tais como: um parque temático e

um pavilhão multiusos; infra-estruturas de apoio balnear de qualidade; parques e jardins. Prevê-se a extensão do pólo à ilha do Mussulo, o que conduzirá ao alargamento da intervenção do pólo, nomeadamente: melhoria das infra-estruturas de saneamento básico, rede eléctrica e rede de abastecimento de água da Ilha do Mussulo; melhoria das acessibilidades à ilha do Mussulo, com a criação de um serviço de ligação à costa em ferry-boat/speed-boat.

Pólo Turístico de Cabo Ledo

Situa-se no município da Kissama, com 2.000 hectares de dimensão e a atracção principal é a zona balnear com 120 km de extensão. Dista 120 km da província de Luanda, com praia de águas límpidas de beleza singular, com imensas falésias junto à extensa faixa de areia branca. As praias de Cabo Ledo são propícias para a prática da pesca desportiva e do surf.

O pólo tem como perspectivas de desenvolvimento a criação de infraestruturas para a prática do surf, a melhoria da sinalização rodoviária nos acessos de Cabo Ledo – Luanda, o reforço da oferta de transporte colectivo, a criação de infraestruturas básicas como a instalação da rede de água, electricidade, saneamento básico, estradas, internet e área de saúde adequada, entre outras.



Foto 47: Polo Turístico de Cabo Ledo.

Fonte: PDTA (2011)



Foto 48: A prática de surf nas praias de Cabo de Ledo.
Fonte: P.T.C. Ledo (2016)

6.2.3.4. Turismo de Aventura

Angola possui recursos turísticos para este tipo de turismo, tal como o deserto do Namibe, a Fenda de Tundavala e outros. O deserto do Namibe é o mais antigo da Terra (55 a 80 milhões de anos) e é dominado por grandes dunas moldadas pelo vento. As dunas chegam a atingir 300 metros de altura.

Segundo Virgílio Azevedo (2013), o deserto do Namibe estende-se ao longo de 2000 quilómetros da costa sudoeste de África, começando no sul de Angola, passa pela Namíbia e a terminar na África do Sul. A sua aridez deve-se à circulação de ar seco descendente, devido à corrente fria de Benguela. A zona pintada de azul e branco é o leito do rio temporário Tsauchab, que só tem água quando chove nas montanhas próximas de Naukluft. No azul, as pequenas manchas mais escuras correspondem a zonas de vegetação, e o branco deve-se aos depósitos de sal.

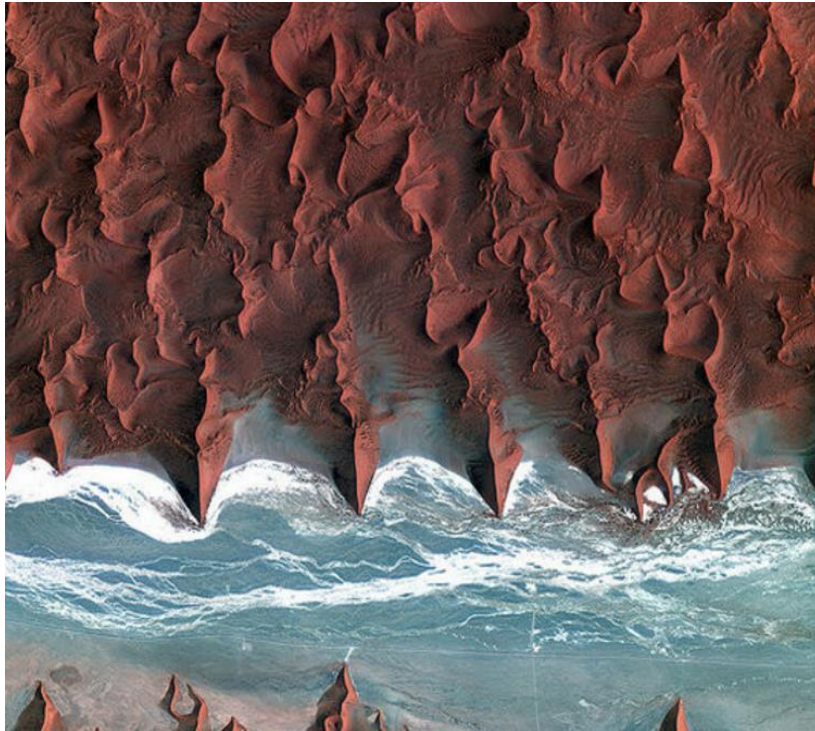


Foto 49: Deserto do Namibe.
Fonte: Virgílio Azevedo³⁸ (2013)



Foto 50: Arco no deserto do Namibe.
Fonte: Dir. Turismo Namibe (2016)

³⁸ Virgílio Azevedo (2013), Redator Principal da Expresso da secção Sociedade. A foto foi tirada em 2013, pelo satélite de observação Kompsat-2, da Coreia do Sul, que também é usado pela Agência Espacial Europeia (ESA).

A região do Arco localiza-se na margem norte do rio Curoca, aproximadamente a 73 km da cidade do Namibe e 24 km a nordeste da cidade do Tômbwa. É um território que representa, de forma particularmente expressiva, a evolução e a dinâmica de um sistema fluvial em interação com um sistema semidesértico, com características de ambiente húmido, e onde se reconhecem valores bióticos e abióticos relevantes. Os aspetos abióticos singulares do Arco estão relacionados com os processos e formas resultantes da dinâmica fluvial torrencial e eólica e do desmantelamento das unidades sedimentares, que denotam elevada dinâmica e originam objetos geológicos com valor patrimonial, com elevado conteúdo cénico bastante deslumbrante para a atividade turística (Pena dos Reis & Henriques, 2009, citados por Máquina, Tavares & Henriques, 2012).



Foto 51: Fenda de Tundavala.

Fonte³⁹: 2016

³⁹ <http://www.angolabelazebelo.com/2012/09/patrimonio-nacional-para-a-fenda-da-tundavala-na-serra-da-leba/>

A Fenda de Tundavala, devido à atractiva beleza e características adequadas ao turismo, foi classificado como paisagem natural e cultural pelo Decreto Executivo nº 5/12 de 9 de Agosto, do Governo de Angola. Tem profundidade de 1.200 metros e situa-se na Serra da Leba na província da Huíla. Rodeada de importantes falésias sobre a cordilheira da Chela, é uma das 7 maravilhas naturais de Angola.



Foto 52: Miradouro da Lua, Luanda.

Fonte: PDTA (2011)

O Miradouro da Lua situa-se a 40km a Sul de Luanda e a 16,5km a Norte da Barra do Kwanza. Está representado por escarpas abruptas em alguns pontos, relevos residuais e por uma parte plana que se estende até à linha de costa. As falésias construídas por areias não consolidadas têm sido progressivamente destruídas ao longo do tempo pelas chuvas e ventos, formando vales secos (linhas de águas temporárias), profundas e escarpadas (Cauxeiro, 2009). Faz parte do Património Natural da província de Luanda, é constituído por formações físicas e biológicas com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico. Segundo Castro (2004) citado por Valentim (2012), o património natural compreende todos os elementos da fauna e flora, as características morfológicas, geológicas, etc., de uma determinada região. O Miradouro da Lua

é um ponto turístico obrigatório devido à sua beleza ímpar, tendo representado Luanda na eleição das 7 Maravilhas Naturais de Angola.

6.3. DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA ATFC KAZA

A Área Transfronteiriça de Conservação KAZA⁴⁰ é rica em inúmeras atracções turísticas, das quais destacamos três, que são sítios classificados como Património Mundial pela UNESCO: Mosi-oa-Tunya / Victoria Falls (Zâmbia e Zimbabwe), Colinas de Tsodilo (Botswana) e o Delta do Okavango (Botswana). Existem muitas outras atracções turísticas relacionadas com geodiversidade e biodiversidade existentes na área. As Figuras 55 e 56 mostram a localização geográfica das principais atracções e a concentração de instalações de turismo directamente ligadas às mesmas.

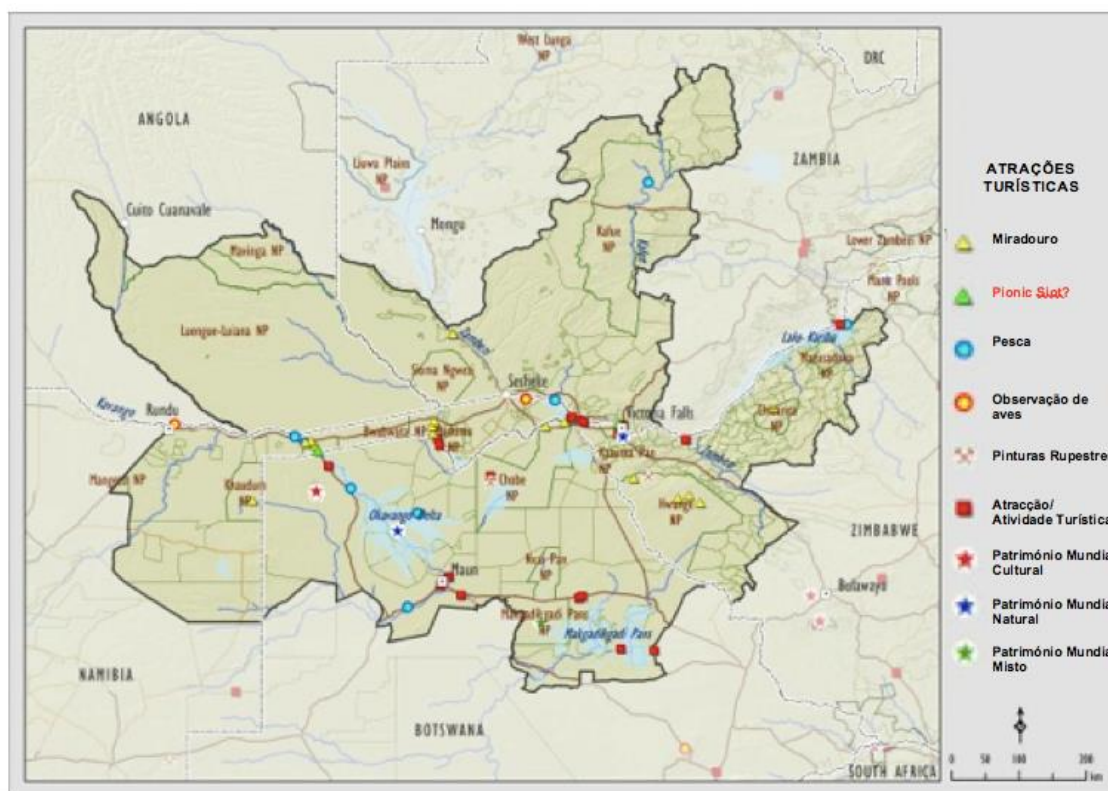


Figura 55: Atracções Turísticas na ATFC KAZA.
Fonte: PDI KAZA (2014)

⁴⁰ Plano Master PDI da ATFC KAZA de 2014

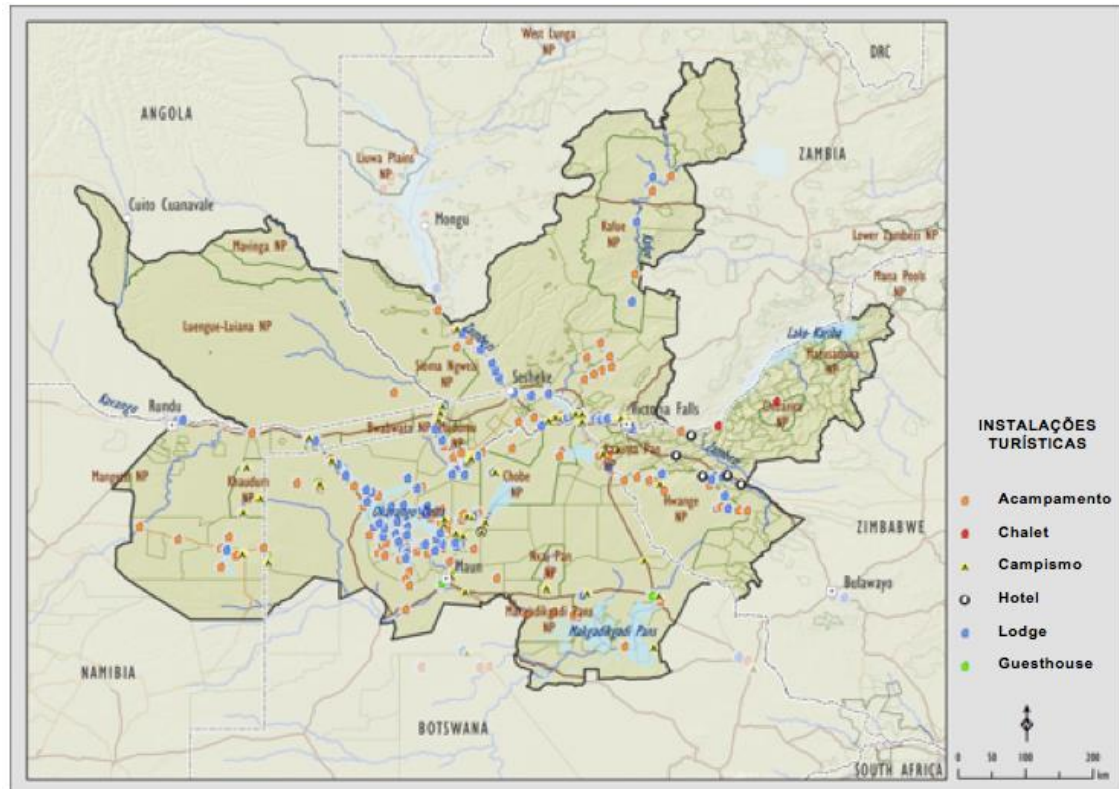


Figura 56: Instalações turísticas na ATFC KAZA.
Fonte: PDI KAZA (2014)

Para além das atrações turísticas relacionadas com a fauna selvagem, destacadas na Figura 27, a ATFC KAZA é rica em recursos de património cultural (PDI KAZA, 2014). Foram identificados e cartografados 625 locais, incluindo monumentos, áreas de interesse histórico, arqueológico, religioso e antropológico (Figura 57). A diversidade e a quantidade desses locais mostram a rica história e a diversidade das comunidades residentes, onde se inclui o povo Khoisan ou San, Tonga, Lozi, Herero, Ndebele e Tswana, que vivem dentro e nos arredores dos limites da ATFC KAZA (PDI KAZA, 2014).

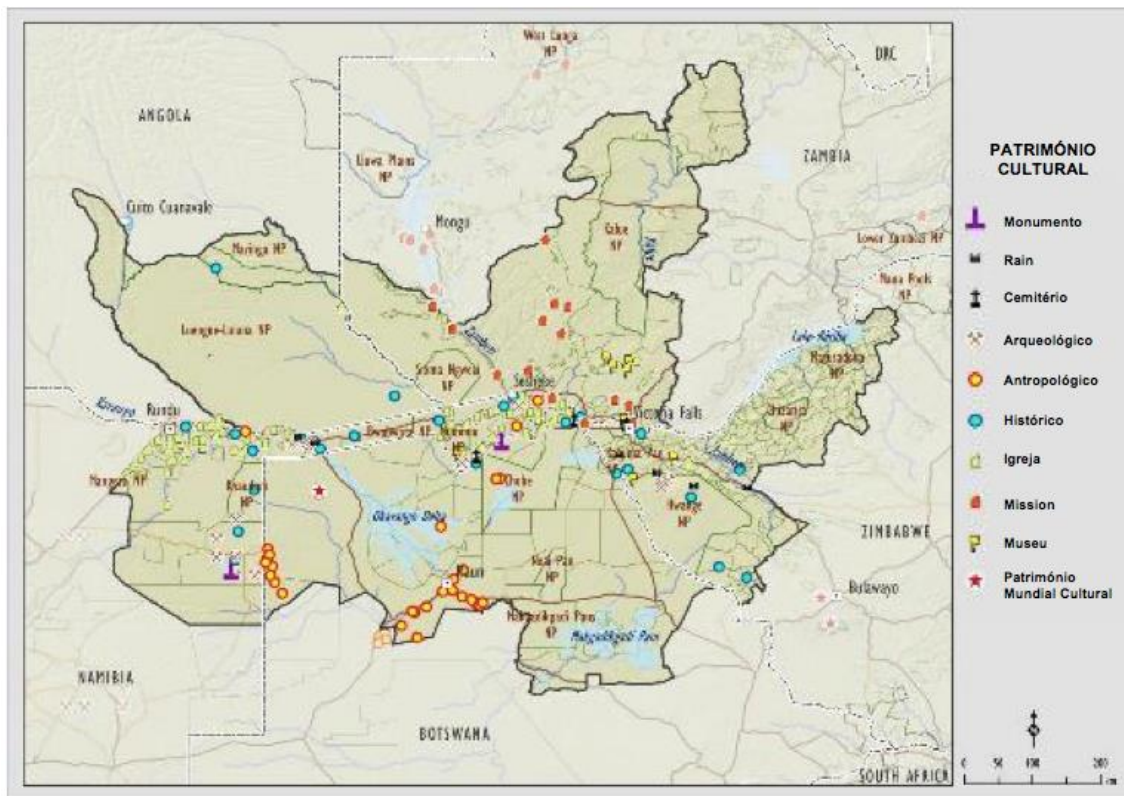


Figura 57: Sítios de património cultural na ATFC KAZA.
 Fonte: Plano Master KAZA (2014)

6.3.1. Evolução do turismo

Gráfico 4: Chegadas de Turistas Internacionais Países KAZA



Fonte: UNWTO – Highlights Tourism, 2015

A leitura dos dados acima espelha a realidade de entradas de turistas internacionais nos Países em análise, que regista, na sua maioria, um aumento de entradas de turistas entre 2010 e 2013, (o Botswana não apresenta dados de 2013, considerando-se para o efeito os de 2012), com excepção do Zimbabwe, que regista uma ligeira diminuição. Todavia, este é o país que mais turistas recebe em relação a todos os outros países que compõem o KAZA. Há uma tendência geral de crescimento nas chegadas internacionais para ATFC KAZA. Zâmbia e Namíbia têm seguido semelhantes padrões de taxa de crescimento, enquanto que o Botswana tem mostrado um crescimento muito rápido. O padrão do Zimbabwe tem sido mais irregular, mas tem o nível mais alto de visitas entre os países parceiros. Angola é o país que menor número de turistas tem recebido, o que se compreende pelo facto de também ser o país com menor nível de desenvolvimento turístico em relação aos países parceiros da ATFC KAZA.

O turismo na região é altamente sazonal e por sua vez limitado em muitas partes pelas realidades dos ciclos naturais de inundações e chuvas.

Quadro 36: Número de unidades na área da ATFC KAZA

PAÍS	Nº UNIDADES HOTELEIRAS	Nº DE QUARTOS
Angola - Bico de Angola – C.Cubango	1	Em Construção
Botswana – Kasane	12	340
Zâmbia – Livingstone	16	980
Zimbabwe - Vitória Falls	14	1164
Namíbia - Katima Mulilo	5	156
TOTAL	48	2640

Fonte: Adaptação própria (2016)⁴¹

O Quadro 36 mostra-nos que a Área da ATFC KAZA, no geral, possui um número de unidades hoteleiras (entre hotéis, lodges e outros) de aproximadamente 2640 unidades. Vitória Falls tem 1164 unidades, sendo Zimbabwé o país que tem o maior número de unidades. Angola é o país com

⁴¹Fonte: www.vitoriafallshotel.com, www.hotelium.com/Kasane, www.hotelium.com/Katima-Mulilo, www.tripadvisor.com.br/livingstone-hoteis e ATFC KAZA/Angola (2016)

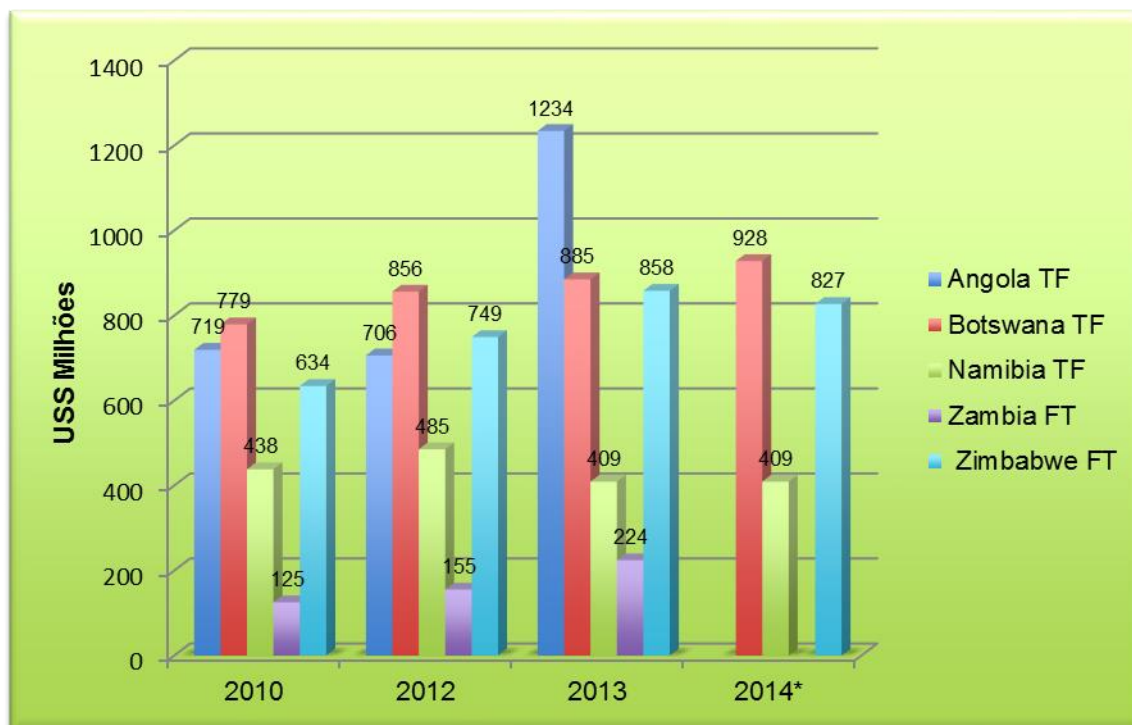
menor número, pois não possui nenhuma unidade hoteleira na área da KAZA, devido a situações decorrente da guerra devastadora vivida durante 27 anos. Na componente angolana, devido à guerra, o território estava cheio de minas, o que impediu o seu desenvolvimento até que o trabalho de desminagem fosse iniciado. Desde 2011, essa tarefa tem sido efectuada com resultados satisfatórios.

Assim, a componente Angolana é, entre os cinco países parceiros, a que menos desenvolvimento turístico possui. Verificamos, no entanto, que existem vários projectos do Governo em carteira para o seu desenvolvimento. Os quadros do anexo 4 apresentam o desdobramento do número de unidades e quartos por país.

Existe o risco de que a experiência turística mude em áreas em que um produto limitado, mas extremamente atraente, seja explorado. Considera-se que isto tenha ocorrido na parte oriental do Parque Nacional de Chobe e nas áreas centrais dentro do Botswana, Zâmbia e Zimbábue. Todas elas mostram padrões similares de desenvolvimento excessivo e descontrolado de uma área estreita da frente ribeirinha do rio Zambeze.

Existem diferenças consideráveis nas tendências das receitas de turismo internacional entre os países da SADC e em particular da ATFC KAZA. Apesar dessas receitas serem uma medida imperfeita, houve um crescimento lento, mas constante, nas receitas de turismo internacional. Paradoxalmente, o ranking destes países altera-se consideravelmente se analisarmos as receitas turísticas geradas pelos turistas: Angola passa do último lugar da entrada de turistas para o primeiro lugar das receitas provocadas; o Botswana mantém o segundo lugar, o que representa um grande equilíbrio; a Namíbia tem um diferencial significativo na relação entre a entrada de turistas e as receitas que este proporciona; o turismo na Zâmbia é o que menos rendimento proporciona.

Gráfico 5: Receitas de Turismo Internacional



Fonte: UNWTO – Highlights Tourism, 2015

6.3.2. Infraestruturas

De acordo com o PDI KAZA (2014), a cobertura de infraestruturas em toda a ATFC KAZA é irregular. Há um total de 14 portas de entrada rodoviárias (postos fronteiriços), considerado inadequado no que diz respeito a servir as necessidades dos turistas e moradores. A sua distribuição está concentrada em torno de áreas com pontos turísticos bem estabelecidos, como pode ser visto na figura abaixo. Deve-se notar que alguns destes pontos de entrada têm instalações precárias (por exemplo, falta de água, saneamento, eletricidade ou bom acesso rodoviário) e que raramente são utilizadas.

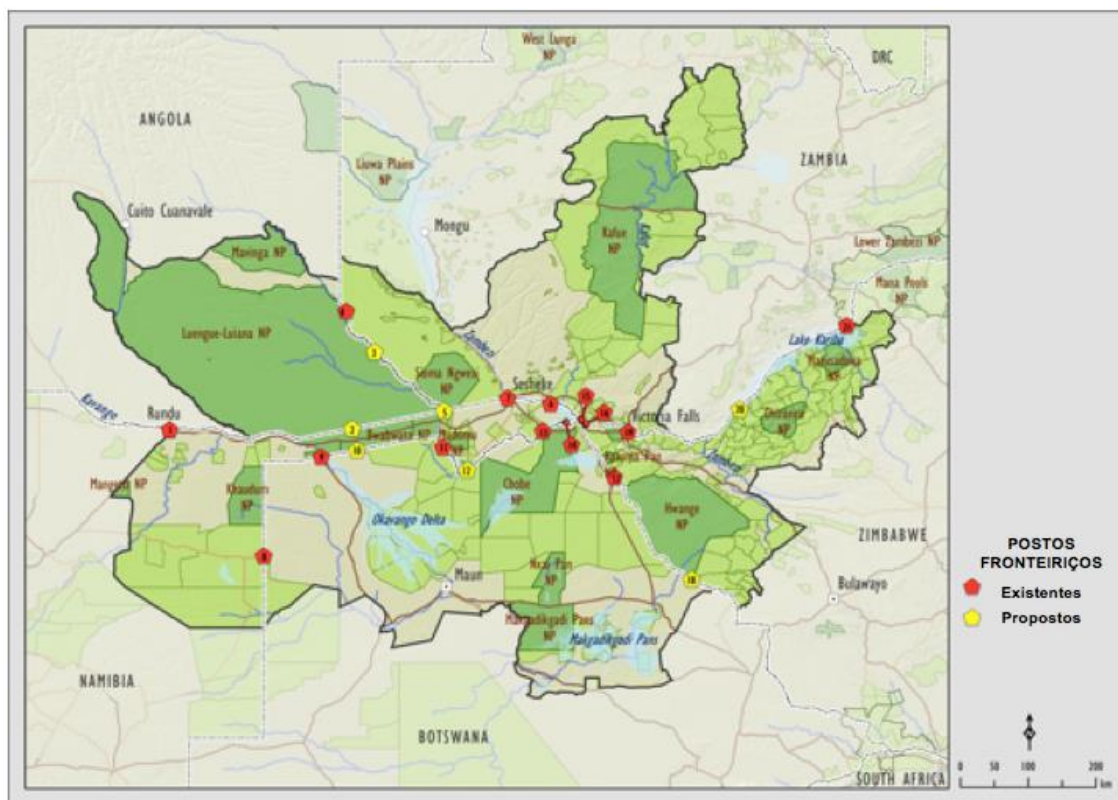


Figura 58: Postos fronteiriços na ATFC KAZA.
Fonte: KAZA (2014)

Algumas estradas principais atravessam a ATFC KAZA, servindo turistas, residentes e mercados comerciais, no entanto o acesso dentro da maioria das áreas protegidas depende de caminhos que datam do tempo das operações militares e das lutas de libertação. A maioria desses caminhos tem má manutenção e deteriora-se durante a estação das chuvas, o que inviabiliza o movimento de turistas e moradores, para além de retardar o desenvolvimento socioeconómico na ATFC KAZA.

Para além das estradas não terem condições, as distâncias são longas. Os visitantes internacionais, limitados pelo tempo, optam maioritariamente por viajar de avião. Por exemplo, o Delta do Okavango é atendido pelos aeroportos de Maun e Kasane, e os Parques Nacionais de Victoria Falls e Hwange são atendidos pelos aeroportos de Livingstone e Victoria Falls. Na Namíbia, a área do KAZA é atendida pelo aeroporto de Katima Mulilo. A dificuldade é grande em virtude do reduzido número de voos, de acordo com o número de turistas que se deslocam principalmente a Vitória Falls. Por outro lado, na componente

angolana, a questão é mais complicada, dado que não existem aeroportos que possam fazer conexão com os de Livingstone, Katima-Mulilo, Vitória Falls e Kasane, devido à situação precária dos existentes, pois são aeroportos que se deterioraram devido à situação de guerra vivida. Está previsto – Figura 59 - acesso nacional e internacional por via aérea na Jamba, comuna do Município do Rivungo, e muito provavelmente o aeroporto já existente no Cuito Cuanavale passará a aeroporto internacional.

O Plano Integrado da Componente Angolana do KAZA prevê a planificação dos acessos, tanto aéreos como terrestres, mas até ao momento as dificuldades são enormes, uma vez que ainda não foi executado o que estava planificado. De facto, há uma premente necessidade de melhoria, no geral, do acesso por via aérea, através da construção de mais aeroportos na área do KAZA em geral e, na componente angolana, em particular, pela reabilitação dos aeródromos existentes na Jamba, Luiana, Likua, Mavinga, Dirico, Baixo Longa, Longa, Cuito Cuanavale e no Bico de Angola (Susuwe).

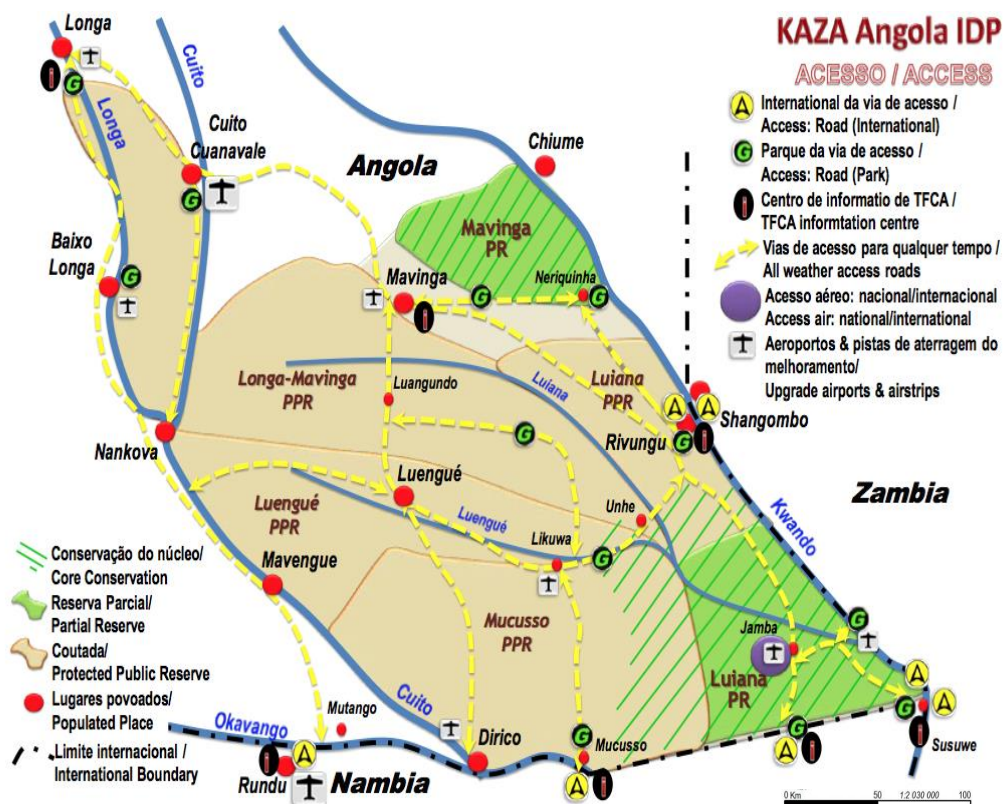


Figura 59: Acessos de conexão da KAZA/ Angola e ATFC KAZA.
Fonte: PDI KAZA (2010)

Várias são as dificuldades que devem ser ultrapassadas, por forma a criarem-se condições para o desenvolvimento do turismo na área e, conseqüentemente, proporcionar sinergias positivas para o desenvolvimento das comunidades da ATFC KAZA, como aquelas que a seguir destacamos:

- A dificuldade de viajar entre os vários países, devido à não implementação do Visto do KAZA, que permitirá a circulação na área dos cinco países, é um facto constrangedor para a circulação dos turistas em toda a área do KAZA. A experiência entre as cidades de Vitória Falls e Livingstone, que não exigem a necessidade de visto de entrada e saída, representa uma boa prática;

- A deficitária cobertura das tecnologias da informação e da comunicação, com algumas áreas que possuem boa cobertura de telemóveis, enquanto outras têm pouca ou nenhuma cobertura. É do conhecimento geral que a deficiência nos meios de comunicação afectam negativamente o mercado do turismo e retardam o desenvolvimento socioeconómico (PDI KAZA 2014); e

- Relativamente às acessibilidades da componente Angola aos outros países parceiros, como a Namíbia e a Zâmbia, foram identificadas as principais vias, mas necessitam de ser reabilitadas e, algumas, construídas. Um exemplo é a reabilitação dos principais troços rodoviários que dão acesso à Zâmbia e Namíbia, com 2 itinerários propostos para a ligação a cada um dos países:

Zâmbia: 1- Menongue, Longa, Cuito Cuanavale, Kujamba (Dima), Mavinga Neriquinha e Rivungo; 2- Menongue, Caiundo, Savate, Cuangar, Calai, Dirico, Mucusso, Luiana, Tchipundu e Rivungo.

Namíbia: 1- Menongue, Caiundo, Savate, Cuangar, Calai, Dirico e Mucusso, 2- Menongue, Longa, Baixo longa, Nancova, Rito, Maué, Mavinga e Calai.

Prevê-se, também, a reabilitação das estradas ao longo dos Parques Nacionais de Mavinga e Luengué – Luiana, a fim de permitir a circulação de turistas no seu interior.

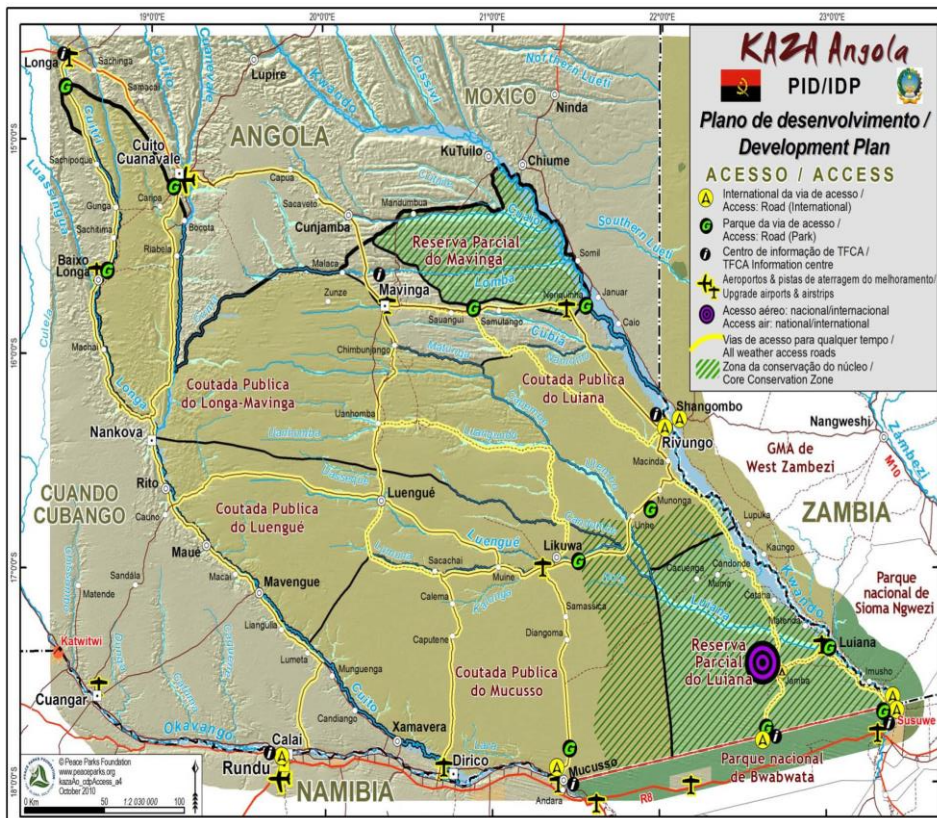


Figura 60: Acessos na componente angolana da ATFC KAZA e ligação com a Namíbia e Zâmbia.

Fonte: PDI KAZA (2010)

Assim, as deslocações na área transfronteiriça em estudo são difíceis, o que implica uma intervenção dos governos dos países parceiros para resolver urgentemente a criação de infraestruturas aeroportuárias, postos transfronteiriços, estradas, telecomunicação e outros, de modo a alavancar este sector tão importante para o desenvolvimento da ATFC KAZA, e, consequentemente, do melhoramento da vida das comunidades.

6.3.3. A importância do turismo na Área Transfronteiriça de Conservação Okavango Zambezi - ATFC KAZA

Relativamente à importância do turismo e ao desenvolvimento do mesmo na ATFC KAZA, ressaltamos que esta área transfronteiriça tem como valores a aceitação, entendimento, igualdade, transparência, inclusão, respeito mútuo e respeito pela soberania entre os estados. Para além disto, foi criada com o objetivo de promover a conservação da biodiversidade, o desenvolvimento

socioeconómico, as relações de paz e a cooperação regional. Assim, definiu-se que a sua actuação se deveria pautar pelos seguintes pressupostos:

- Trazer benefícios ecológicos transversais à região - preservar a natureza e os seus sistemas, sobretudo os que foram afectados pelo traçado arbitrário das fronteiras internacionais; proteger e controlar os recursos naturais partilhados, como as bacias hidrográficas e as espécies animais, diminuindo o risco da perda da biodiversidade; e uniformizar as políticas de ocupação do solo e as estratégias de controlo dos recursos naturais;
- Maximizar as vantagens socioeconómicas por via do desenvolvimento turístico partilhado – a abordagem regional para a conservação da biodiversidade e do desenvolvimento do turismo irá surtir efeitos socioeconómicos positivos que se devem aos seguintes fatores: distribuição de turistas por uma área alargada, permitindo-lhes visitar numa única viagem mais do que um país; melhoria das condições económicas dos agregados familiares através do emprego em várias operações turísticas; capacitação económica das comunidades rurais através do estabelecimento de entidades legais ou fundos; formação em desenvolvimento; e medidas de diminuição dos custos operacionais;
- Desenvolver o espírito de cooperação organizacional - fomento de um espírito colaborativo entre os países parceiros através da cooperação em atividades várias no alcance de benefícios mútuos; incentivo à distribuição geográfica equitativa de atividades económicas, que irão limitar a migração económica e contribuir para promover a paz e a estabilidade na região; monitorização partilhada dos recursos naturais e da vida selvagem na ATFC KAZA, quer nacional, quer regionalmente.

Segundo o Tratado da ATFC KAZA (2011), muitas são as vantagens da promoção turística na economia e no ambiente, particularmente em áreas de baixa densidade económica e demográfica, como são, em regra, as regiões fronteiriças. Pretende-se:

- A integração económica, que proporciona o desenvolvimento de *“atividades centrais de turismo ecológico”* no comércio transfronteiriço, ao

distribuir os turistas por uma vastíssima área e ao desenvolver de pacotes de destinos que permitem aos turistas visitar mais do que um país numa única viagem;

- Consolidar a integridade dos sistemas naturais, em particular os que foram afetados pelo traçado arbitrário das fronteiras internacionais;
- Melhorar a protecção e o controlo dos recursos naturais partilhados, como as bacias hidrográficas e as espécies animais que necessitam de uma ampla faixa para o seu *habitat*, como os elefantes e os carnívoros de grande porte;
- Alargar a área disponível às espécies animais e vegetais, diminuindo, através disso, o risco da perda da biodiversidade;
- Aumentar o rendimento directo para agregados familiares, através do emprego em várias operações turísticas, aliado ao efeito multiplicador criado pela característica alargada do sistema familiar da maioria das comunidades rurais na região;
- Fortalecer a capacitação económica das comunidades rurais através do estabelecimento de entidades legais ou fundos, formação em desenvolvimento empresarial e criação de um ambiente para reafirmar a ação das comunidades rurais.

A ATFC KAZA é detentora de uma série de atractivos turísticos conhecidos mundialmente: as Quedas de Vitória Falls, em Vitória Falls (Zimbabwe) e Livingston (Zâmbia), consideradas Património Mundial e uma das sete maravilhas naturais; o Delta do Okavango com 15.000 km² de dimensão (Botsuana), o Parque Nacional do Luenge - Luiana (Angola), o Parque Nacional de Bwabwata, na Faixa de Caprivi (Namíbia) e o Parque Nacional do Chobe (Botsuana).



Foto 53: Vitoria Falls (KAZA), vista aérea.
Fonte: Cazalma (2012)



Foto 54: Delta do Okavango, vista do espaço.
Fonte: okacom.org

O Delta do Okavango é um dos maiores sítios Ramsar do mundo, com a variedade de biodiversidade daí resultante. O ambiente da zona húmida do Delta

constitui um local de repouso para as aves que migram para a África Austral durante o inverno boreal e é um verdadeiro armazém de biodiversidade com relevância a nível mundial. A bacia hidrográfica do Cubango-Okavango possui valor ambiental aos níveis nacional, regional e mundial.

A ATFC KAZA tem como objectivo transformar-se no maior destino ecoturístico de África e do Mundo. O território goza também de abundância e diversidade de fauna e flora de grande valor económico e ecológico, daí que o desenvolvimento sustentável do turismo e a conservação do património natural sejam consideradas as alavancas do desenvolvimento socioeconómico, da inclusão social e da paz. Em particular, as zonas pantanosas são habitadas por escassas populações humanas que se dedicam à criação de gado. A subsistência das comunidades rurais gira à volta da pastorícia, da caça, da pesca, do desbaste de juncos e caniçais, da agricultura de subsistência, de trabalhos associados ao turismo e ao acolhimento de turistas (hotéis, hospedarias, campos de safari, estradas, aeroportos/pistas e postos fronteiriços).

A KAZA ATFC ocupa áreas com excelente potencial para o turismo ecológico, com mais de 5 milhões de turistas que visitam a região anualmente. A componente angolana da KAZA também é conhecida como um lugar que integra os “cinco maiores”⁴². Isto posiciona Angola como um potencial destino turístico face à concorrência. Além disso, Angola pode beneficiar do comércio turístico que já tem sido feito em países vizinhos, como a observação de comunidades locais e outras atrações.

Para o desenvolvimento do turismo nesta região, há também que proteger as comunidades que se mantêm afastadas da realidade do resto do mundo, através de ações de informação. É importante dar acesso às comunidades aos serviços básicos como: água potável corrente, energia, serviços de saúde (prevenção e cura) e educação. Os governos dos países parceiros reconhecem que as comunidades locais que residem e estão situadas à volta das zonas protegidas, devem ser os beneficiários imediatos dessa iniciativa, não obstante o objetivo primário da iniciativa a ATFC ser a conservação da biodiversidade.

⁴² Elefante, hipopótamo, rinoceronte, leão e o leopardo.

No âmbito da protecção das comunidades, vários projectos estão a ser gizados, como exemplo o lodge de Pesca de Machenje, na Zâmbia, projecto de turismo de base comunitária, por forma a potenciar as comunidades na melhoria das suas vidas. Em observância aos objetivos da Área Transfronteiriça de Conservação Kavango Zambeze (ATFC KAZA) que se consubstanciam na inclusão e desenvolvimento das comunidades, a ATFC KAZA e a African Wildlife Foundation (AWF) estão a apoiar a comunidade de Sekute a desenvolver um empreendimento do turismo comunitário que seja rentável e sustentável em Livingstone - Zâmbia, como parte da sua emancipação socioeconómica, de uma estratégia para o alívio da pobreza das populações, bem como de conservação dos corredores de vida selvagem e proteção do ecossistema do Zambeze.

O lodge de Pesca de Machenje é propriedade da Comunidade de Sekute, possui 10 camas e está localizado numa área de pesca do peixe-tigre - um alvo procurado pelos pescadores à linha no mundo inteiro. Situado na margem do Rio Zambeze, numa rota migratória de vida selvagem, dista 70 km de Livingstone, a capital de turismo da Zâmbia. A ATFC KAZA e AWF apoiam o desenvolvimento do mesmo em termos financeiros e técnicos. A SCDT (Organização do Desenvolvimento da Comunidade de Sekute) fez uma parceria de 10 anos com um operador privado, Taonga Safaris Ltd, com o objectivo de gerir o lodge. No âmbito do modelo entre a comunidade e uma parceira privada, o Taonga irá providenciar capital operacional, bens móveis e a equipa de gestão, e a comunidade concordou em arrendar as instalações do lodge. O Taonga e a SCDT irão partilhar os benefícios financeiros das operações do Lodge, de acordo com os termos da parceria. É o primeiro modelo deste género na Zâmbia, bem como na área do KAZA, organizado pela ATFC KAZA, e objetiva:

- 1- Consolidar a sustentabilidade dos projetos comunitários dado que o lodge será gerido por um operador turístico com experiência, que tem ligações aos mercados regionais e internacionais de turismo;
- 2- Maximizar os benefícios económicos para as comunidades, ao mesmo tempo que se minimiza o risco empresarial;
- 3- Transferir as capacidades empresariais e de gestão por parte do sector privado para as comunidades;

4- Demonstrar os benefícios socioeconómicos.

As comunidades deverão utilizar os lucros do lodge de Pesca Macheenje para empreender projectos comunitários de desenvolvimento, conforme foi acordado pela liderança da Organização do Desenvolvimento da Comunidade Sekute (Fotos 55, 56 e 57).



Foto 55: Lodge Macheenje na Zâmbia.
Fonte: ATFC KAZA (2013)



Foto 56: Lodge Macheenje na Zâmbia.
Fonte: Secretariado Regional ATFC KAZA (2013)



Foto 57: Lodge Macheje na Zâmbia.
Fonte: Secretariado Regional ATFC KAZA (2013).

Na área da ATFC KAZA, as infraestruturas actuais do turismo são muito incipientes, principalmente na componente angolana. Contudo, verifica-se um potencial inexplorado, havendo necessidade de desenvolver mais instalações turísticas. É neste contexto que se identifica a oportunidade de transformar a ATFC KAZA no primeiro destino de África a nível internacional. É com base no potencial identificado que os cinco países parceiros acreditam que podem obter rendimentos equitativos e benefícios socioeconómicos, desde que uniformizem as suas políticas e práticas de conservação e utilizem, com prudência, os seus recursos naturais partilhados.

Aprender a viver colectivamente é uma exigência das sociedades cada vez mais multiétnicas e multiculturais, onde a liberdade individual implica o respeito pelo pluralismo de natureza económica, política, cultural ou religiosa (Unesco, 1996). O reconhecimento do património cultural e da identidade social e territorial, que formam o sentido de pertença a uma comunidade, deve ser equilibrado pela abertura intercultural gerada por vivências plurais e diversificadas.

6.4. DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA ÁREA DA COMPONENTE ANGOLANA DA ATFC KAZA

O desenvolvimento do turismo na área da ATFC KAZA deverá basear-se no Plano de Desenvolvimento Integrado da ATFC/componente Angolana, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico da Área Transfronteiriça de Conservação Okavango - Zambeze (ATFC KAZA) - Componente Angolana (PEDT ATFC – KAZA, 2012) nos documentos estratégicos do Governo de Angola e da Província do Kuanado Kubango.

O Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) tem como objectivo principal o desenvolvimento responsável e sustentável da região, em articulação com as componentes dos países que, além de Angola, também fazem parte integrante desta área: Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabué.

Este documento contextualiza as ações que integra, caracterizando a área, o local e a sua comunidade. Ao mesmo tempo, apresenta o plano de gestão e desenvolvimento da ATFC KAZA, onde se incluem as linhas de orientação para atingir os objectivos definidos, os pressupostos da governação da região, tais como os acordos institucionais, os planos conjuntos, as acções de gestão integrada e de desenvolvimento, as políticas, as acções de apoio de dinâmicas da paisagem e questões de financiamento.

As linhas de orientação do plano são claras, tendo sido desenvolvidas pelos agentes envolvidos, com base numa visão comum para a região. Assim, o planeamento espacial da ATFC KAZA prevê que sejam elaborados planos de desenvolvimento que alavanquem o potencial do turismo ecológico patente nesta área de conservação, de uma maneira sustentável e equitativa.

O PDI para a Componente Angolana da ATFC KAZA foi elaborado na expectativa de apoiar o desenvolvimento sustentável da região em apreço. Este documento é fundamental para ajudar o governo na prossecução dos objectivos definidos para o desenvolvimento da região, visto refletir acerca das necessidades e expectativas das entidades angolanas.

As linhas de orientação do PDI são amplas, apresentam um carácter estratégico, tornando o documento uma referência importante e fundamental para as iniciativas do planeamento detalhado de conservação dos Parques Nacionais e das áreas de conservação da Componente Angolana da ATFC KAZA. Apresenta os seguintes objectivos:

- Dotar a região de infraestruturas básicas de bem-estar (saneamento básico e água, energia, saúde e educação) para usufruto das populações, com o intuito de melhorar a sua qualidade de vida e, conseqüentemente, a experiência dos turistas;
- Desenvolver o turismo com dignidade e respeito pelas culturas locais, para que as populações participem e façam parte da experiência turística – isto é feito através do envolvimento activo dos locais, fazendo com que estes tomem conhecimento dos eixos de desenvolvimento e sejam parte integrante das medidas de implementação;
- Minimizar impactos sociais, económicos e ambientais do turismo, através do fomento do desenvolvimento de produtos de turismo de base comunitária, formando as pessoas para o efeito;
- Proporcionar aos turistas experiências autênticas, de carácter educacional e de qualidade, por exemplo, criando oportunidades para que estes interajam com os habitantes locais de forma espontânea. Exemplos disso são: atividades desportivas; visita a escolas, a comunidades locais, instituições, organizações; e participação em festivais, eventos locais, entre outros;
- Envolver as comunidades locais em todas as fases de desenvolvimento do turismo responsável - planeamento, tomada de decisão e implementação de actividades de fomento do turismo na região, para que a actividade turística esteja em harmonia com as prioridades das comunidades locais;
- Estimular a participação proactiva e o envolvimento de todos os interessados nas diferentes fases do ciclo de vida do turismo, incluindo órgãos governamentais, o sector privado, organizações de turismo, comunidades locais, ONGs, associações de jovens e outros;

- Analisar a região e identificar lugares e atividades de interesse turístico, por exemplo, música local, dança, culinária, arte, artesanato, agricultura, festivais e eventos, e usá-los de forma sustentável para o desenvolvimento do turismo;
- Gerar oportunidades de emprego e autoemprego para os mais pobres e desfavorecidos da comunidade, envolvendo-os diretamente em serviços de turismo;
- Organizar e promover passeios/visitas de estudo à região através de programas de intercâmbio cultural e de estágio a nível nacional e internacional, nomeadamente entre os estados parceiros do Projecto KAZA;
- Promover a consciência ambiental, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais.

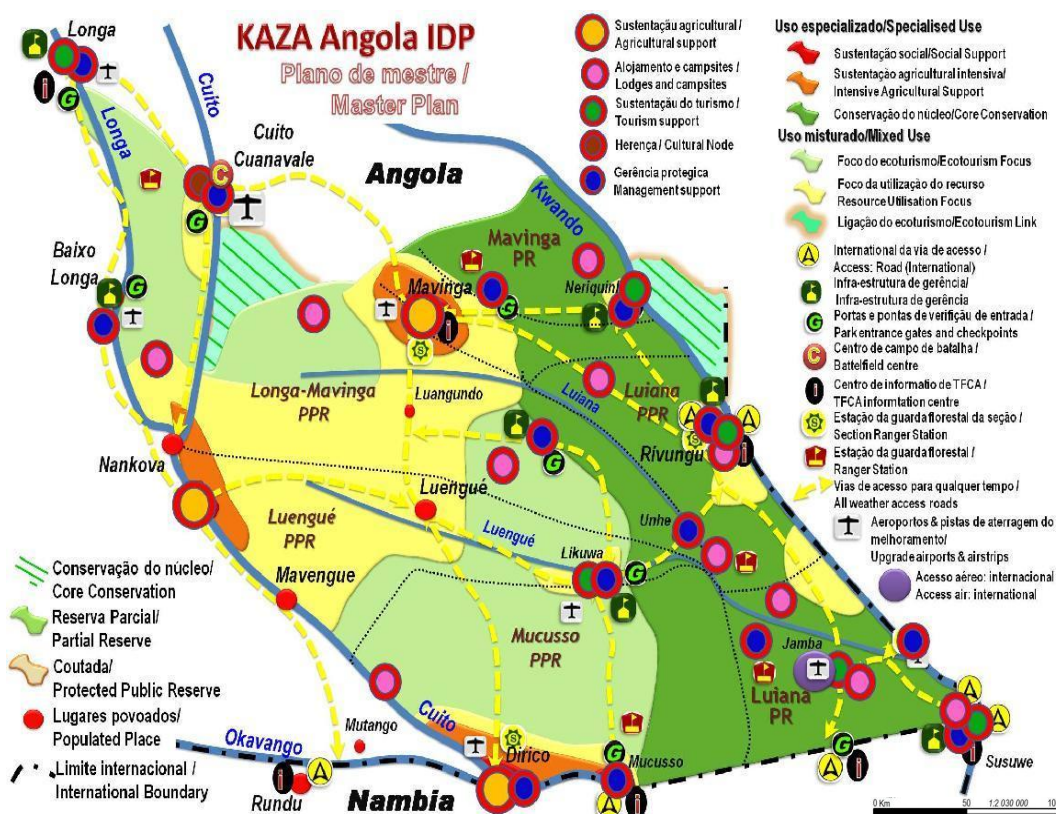


Figura 61: Plano de desenvolvimento Integrado da componente Angolana da ATFC KAZA. Fonte: ATFC KAZA (2011)

O Plano Estratégico da ATFC KAZA para a componente Angolana está alinhado com o Plano Diretor do Turismo de Angola (PDTA), com o Plano Estratégico do Cuando Cubango e com o Plano de Desenvolvimento Integrado da Área Transfronteiriça de Conservação Okavango - Zambeze (Componente Angolana) – ATFC KAZA.

Relativamente ao desenvolvimento dos produtos turísticos da ATFC KAZA, o PEDT ATFC - KAZA define os dois segmentos mais alinhados com as características da região, nomeadamente: 1 - História, Cultura e Tradição; e 2 - Natureza.

Em termos de visão para o PEDT ATFC - KAZA, esta está em perfeita consonância com o PDI da ATFC KAZA ao prever “a criação de oportunidades sustentáveis e equitativas, visando operações de ecoturismo, devendo estas resultar em desenvolvimento socioeconómico para a região e para o seu povo, através do aumento da proteção e gestão sustentável dos ecossistemas, da fauna e dos habitats críticos da Componente Angolana da ATFC KAZA.”

As linhas de orientação estratégica, subjacentes ao PDI ATFC KZA, são as que foram usadas como referencial para o PEDT ATFC - KAZA. Ambos apresentam as seguintes variáveis-chave indicadas na Figura 62.

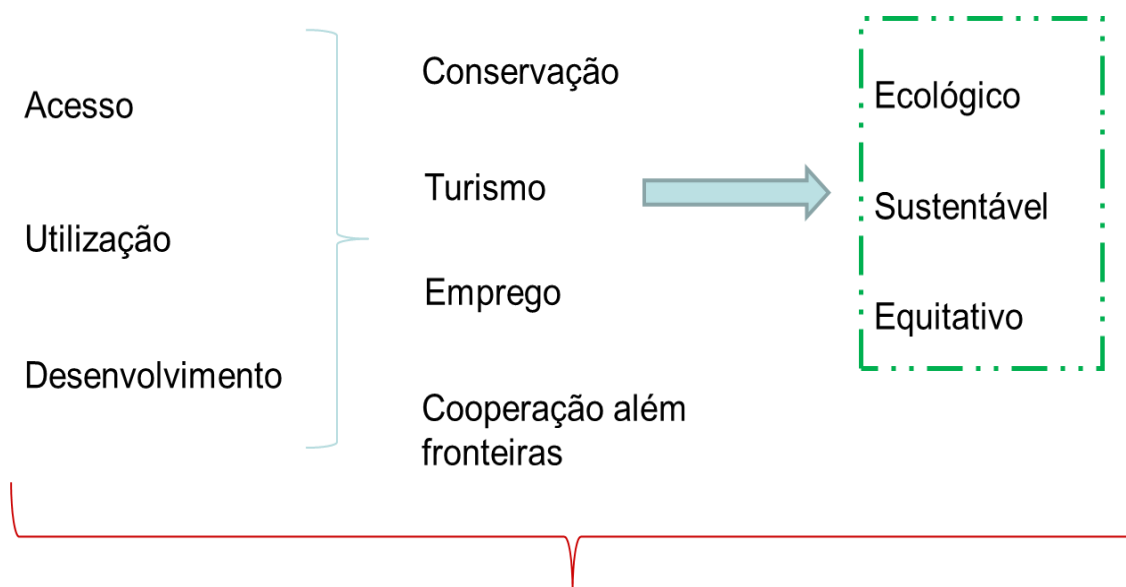


Figura 62: Linha de orientações amplas e estratégicas para o desenvolvimento do turismo na ATFC KAZA;

Fonte: PEDT ATFC-KAZA

Assim, apresentamos alguns objectivos estratégicos que foram identificados como fundamentais para o desenvolvimento do Turismo da ATFC KAZA, assim como os respectivos produtos turísticos, conforme a componente Angolana (Figura 63):

- Desenvolver um conceito de turismo de natureza único, que apele à descoberta de um destino protegido, em estado puro, com um património natural, selvagem e humano, digno de ser vivenciado pelos segmentos de mercado que buscam experiências ecológicas;
- Organizar a oferta turística em fase de desenvolvimento (imediato, a 10 e a 20 anos), nomeadamente, quanto a infraestruturas turísticas e de apoio à atividade;
- Definir produtos âncora e complementares, em alinhamento com a oferta dos estados parceiros;
- Desenvolver circuitos inter-regionais de visita, ou seja, de ligação com o resto do país e com os países parceiros;
- Identificar os segmentos alvo da oferta desta região e as respectivas formas de divulgação e promoção do destino;

Experimentar a vivência das comunidades locais, através da participação em atividades do quotidiano das populações (de forma natural ou através de encenação), constitui um elemento muito forte de atractividade turística, sobretudo numa era em que as experiências são a base da diferenciação dos destinos, sendo procuradas por segmentos de mercado com as características desejadas por todos os destinos do mundo – pessoas de elevadas qualificações, com elevado poder de compra e com uma grande sensibilidade para as questões de protecção e conservação social e ambiental.

Os ambientes exóticos, tribais, com tradições próprias, que fogem inteiramente da rotina do quotidiano dos países desenvolvidos, são hoje considerados como património turístico de alto valor acrescentado. Aproveitando esta riqueza, acuteladas todas as questões de sustentabilidade referidas no PDI, para que os atos turísticos não desvirtuem estas formas de vida, este complemento ao produto natureza contribuirá claramente para o sucesso da região enquanto

destino turístico. O PDTA faz referência à importância destas atividades, referindo especificamente o artesanato, as vivências e as danças tradicionais.

Os produtos natureza, cultura e tradição são referidos no PDTA como fatores de diferenciação do turismo de Angola, tendo em conta a diversidade e unicidade dos mesmos, conforme a Figura 63.



Foto 58: Cascata no Município de Nancova.
Fonte: Bacia do Okavango (2016)

		Estado de desenvolvimento	
Principais elementos diferenciadores	História, Cultura e Tradição	<ul style="list-style-type: none"> > A cultura, através da música e da dança, promovem o dinamismo do país > Cultura angolana e culturas tribais promovem não só a atracção de turistas como também actividades complementares como o artesanato > Passado histórico de relevo 	<ul style="list-style-type: none"> • Atributo reconhecido como diferenciador pelos turistas • Faltam condições para maior difusão da cultura • Pontos de interesse histórico necessitam de investimento na conservação e promoção de acessos (área candidata a património mundial)
	Juventude, Diversão, Desporto e Dinamismo	<ul style="list-style-type: none"> > País jovem e dinâmico > População alegre e festiva > Tradição em alguns desportos de grande projecção internacional 	<ul style="list-style-type: none"> • Diversas infra-estruturas desportivas de qualidade internacional • Experiência na organização de eventos desportivos
	Clima e Luz	<ul style="list-style-type: none"> > Temperatura média anual de 23 graus e pouca precipitação fora da época do Inverno > Elevado número de dias de sol e horas de luz > Diversidade de climas ao longo de todo o território 	<ul style="list-style-type: none"> • Sector turístico pouco desenvolvido e capaz de tirar partido do ambiente propício ao turismo em apenas alguns pólos já explorados
	Natureza	<ul style="list-style-type: none"> > Exotismo das paisagens > Diversidade da fauna e flora 	<ul style="list-style-type: none"> • Atracções turísticas pouco desenvolvidas e concentradas em apenas alguns pólos já explorados

Figura 63: Principais Elementos Diferenciadores.
Fonte: PDT Angola (2010)

A estratégia do produto turístico da ATFC KAZA - Angola passa pelas especificidades da região e terá que obedecer fundamentalmente aos seguintes critérios de desenvolvimento:

- Deve contribuir para o desenvolvimento de um conceito de turismo de qualidade que interaja com as restantes atividades da região, envolvendo e valorizando os seus recursos humanos e preservando o ambiente;
- Deve instruir a requalificação e a protecção das áreas de interesse turístico;
- Deve alertar para a importância das parcerias com operadores turísticos que estejam dispostos a prestar serviços de valor acrescentado para o turista, garantindo que os recursos regionais e nacionais sejam parte integrante dos seus negócios;
- Deve incluir a integração das comunidades locais na prestação de serviços no âmbito do turismo, elevando assim os níveis de emprego da região.

Os documentos estratégicos de Angola para a ATFC KAZA identificam como produto âncora a natureza e como produtos complementares a cultura, as tradições e a gastronomia. Os produtos complementares são os que servem de suporte ao produto principal, o produto âncora, e que enriquecem a experiência.

O Plano de Desenvolvimento Estratégico para 2013/2017 para a Província do Cuando Cubango foi elaborado com o objectivo de crescimento e desenvolvimento sustentáveis da região, de forma integrada, no contexto nacional. Segundo o PDECC, o crescimento e o desenvolvimento passam por investimento económico, mas também pelo desenvolvimento do capital humano de forma inclusiva e sustentável.

No que concerne às questões do desenvolvimento turístico, o PDECC refere o turismo e a hotelaria como sectores de reconhecida importância para o desenvolvimento da província do Cuando Cubango, sendo a iniciativa do ATFC KAZA considerada como um fator catalisador importantíssimo para o desenvolvimento do turismo na região. Como factores fundamentais apontam-se:

- A sensibilização de investidores privados para o elevado potencial turístico da Província;
- A sensibilização das populações locais para a importância das questões ambientais no âmbito do desenvolvimento turístico (para potenciar recursos naturais).

Aborda-se, a propósito, a questão da biodiversidade dos recursos faunísticos como suporte a um dos maiores fatores de atractividade turística da província do Cuando Cubango. Dá ênfase ao desenvolvimento do turismo de base comunitário, afirmando que *“As comunidades locais podem ser beneficiárias de ajudas públicas para financiarem projetos de interesse comunitário. Por exemplo, beneficiarem de uma discriminação positiva no Programa de Apoio Público ao empreendedorismo comunitário.”*

No documento estratégico em referência, afirma-se que o *“o turismo pode funcionar como multiplicador de oportunidades ao nível do Cuando Cubango, sendo considerado um indutor de dinâmicas económicas e sociais, com resultados que podem ser visíveis ao nível do desenvolvimento local. Para tal, é necessário desenvolver soluções de financiamento público para apoiar iniciativas individuais e comunitárias e inovadoras e inspiradoras, que contribuam para o desenvolvimento social e económico da Província”*.

Várias são as actividades que serão desenvolvidas pelas comunidades no âmbito do desenvolvimento da área da ATFC KAZA componente angolana: a pesca desportiva, o artesanato, artes, danças, guias turísticos e actividades inerentes ao desenvolvimento do turismo, comércio e agricultura.

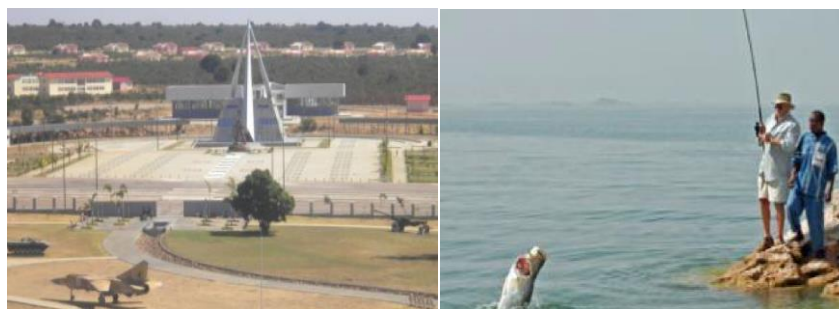


Foto 59: Atividades a serem desenvolvidas pela Comunidade.
Fonte PDECC 2013/17.



Foto 60: Diversas actividades a serem desenvolvidas pelas Comunidades;
Fonte: PDECC (2013/2017)

Os segmentos de turistas que procuram o ‘produto ecológico’ diferenciado, viajam para as zonas mais recônditas do mundo com a expectativa de conviver com as comunidades locais e experimentar a autenticidade dos lugares. Por estas razões, torna-se fundamental, no desenvolvimento deste destino, que as comunidades sejam envolvidas em todos os aspetos da construção do mesmo.

São fundamentais as parcerias em Angola, entre o Governo Provincial, as entidades relevantes do Governo Central, o sector privado e as comunidades autóctones para possibilitar o desenvolvimento local a nível social e económico.

O Governo de Angola decidiu, através da Política Nacional de Turismo de 1997, desenvolver instalações de turismo regional e internacional com elevados padrões. Deste modo, estabelece fundamentos sólidos para o desenvolvimento do turismo sustentável na região da África Austral. Relativamente à construção de infraestruturas, está proposta a construção de eco-pousadas e outras tipologias de alojamento no interior dos Parques de Mavinga e Luengué- Luiana para acomodar turistas. As construções serão feitas nas áreas identificadas de acordo com Plano de Desenvolvimento Integrado.

PARTE II: MARCO EMPÍRICO

“É preciso que a educação esteja em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos, adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo e estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história”

Paulo Freire

INTRODUÇÃO - Do Marco Empírico

A observação é de importância capital para o trabalho e para compreensão da sua natureza, desencadeando questões relacionadas com o território, o fenómeno turístico, o conflito homem/animal e a protecção da biodiversidade.

Partindo de um exemplo de projecto de Base Comunitária da Área Transfronteiriça de Conservação Okavango-Zambeze na Zâmbia, tenta-se compreender de que forma este modelo é uma ferramenta para a inclusão social e económica, para o desenvolvimento do nível de vida das comunidades e para a sustentabilidade.

Na revisão da literatura aprofundou-se o conhecimento em temáticas de turismo que se coadunam com o objectivo do trabalho, bem como se procurou caracterizar os territórios abordados de um ponto de vista geográfico.



Figura 64: Áreas temáticas da revisão da literatura.
Fonte: Própria (2016).

Os procedimentos de investigação têm como base a pesquisa bibliográfica e análise documental das publicações em livros, revistas, teses, documentos estratégicos diversos e instrumentos de gestão, nomeadamente o Plano Master Regional, o Plano de Desenvolvimento Integrado de Angola, o Plano Estratégico do Turismo de Angola e documentos estratégicos da SADC.

Em virtude do trabalho ter uma base multiterritorial e multidimensional, necessita de conjugar diversos métodos de investigação para atingir os objectivos definidos. Neste sentido, utilizou-se uma metodologia mista, com instrumentos do tipo quantitativo e qualitativo, respectivamente questionários, entrevistas, observação e pesquisa documental. O trabalho de campo também é realizado com vista a validar as diferentes metodologias utilizadas.

O inquérito por questionários e a recolha de dados empíricos foi aplicado às comunidades, técnicos, responsáveis da ATFC KAZA e aos Pontos Focais responsáveis das ATFC SADC.

Relativamente à abordagem quantitativa, a opção pelo uso do questionário deve-se ao facto de este ser apropriado para oferecer, de forma rápida e geral, uma visão global do problema em análise obtida através de dados numéricos e ser apropriado para conhecer o que fazem, opinam e pensam os questionados através das perguntas realizadas por escrito para o efeito e que inclusive podem ser respondidas sem a presença do questionador.

Formularam-se e aplicaram-se os questionários (anexos 1, 2 e 3), considerando os objectivos relativos à pesquisa realizada com a comunidade, técnicos e responsáveis da ATFC KAZA (total de 340 questionários), bem como com os Pontos Focais da ATFC da SADC (total de 31 questionários). Estes questionários incluem a caracterização pessoal (idade, género, grau de escolaridade, profissão e estado civil) e 21 questões de reflexão pessoal sobre as Áreas Transfronteiriças de Conservação e o turismo, das quais em 18 se solicitou que formulassem a sua opinião através de uma escala de concordância, de tipo Likert, de 5 pontos (1 – nada a 5 – muitíssimo).

A amostragem é probabilística e a técnica de amostragem é estratificada. O universo alvo inclui os Pontos Focais das Áreas Transfronteiriças da SADC e da

comunidade, técnicos e dos responsáveis da ATFC KAZA dos cinco países parceiros, tendo-se incluído representantes das instituições dos Estados Membros, do Sector Privado, das Organizações Não Governamentais, Líderes Tradicionais e Comunidades, de modo a garantir uma amostra representativa da população de Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbábwe.

Os dados dos questionários constituíram uma base de dados que possibilitou estabelecer conexões entre as variáveis no sentido de melhor compreender a relação dos residentes com o turismo. A informação gerada por meio da aplicação do questionário foi transferida para o *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), possibilitando o tratamento estatístico das variáveis, tendo em vista os objectivos elaborados para o estudo no âmbito da pesquisa com os inquiridos.

No tocante à abordagem qualitativa, justifica-se o uso da entrevista, uma vez que é um instrumento que permite uma “conversa intencional (...) com o objectivo de obter informações sobre a outra” (Morgan, 1988).

Foi aplicado o inquérito por entrevista e a recolha de dados empíricos aos *Stakeholders*.

Esta entrevista enquadra-se numa abordagem directa, já que se obtém a informação de uma forma natural e espontânea, situando o sujeito na sua sequência temporal e pessoal, no qual ele mesmo vai narrando suas vivências, experiências e demais aspectos relativos à sua vida profissional.

Neste contexto, a entrevista com as lideranças locais permitiu obter informações sobre a dinâmica de participação dos actores sociais locais, como trabalham, se em colaboração, cooperação, parceria público-privada ou por meio de rede de actores, além da governação e efectiva participação das comunidades nas decisões políticas relativas ao turismo, a real percepção sobre as vantagens e benefícios económicos, sociais e organizacionais, do desenvolvimento do turismo nas áreas transfronteiriças de conservação.

As entrevistas directas, foram efectuadas a 37 no total. As perguntas foram estruturadas em conjuntos temáticos de acordo com os problemas, hipóteses e objectivos.

Tanto a participação dos entrevistados e informantes em geral, como os documentos analisados, foram importantes para mapear e apoiar a escolha do conjunto de actores cujas características relacionais fossem significativas com a temática da pesquisa e da base territorial delimitada. Algumas entrevistas foram gravadas a partir da autorização das pessoas entrevistadas, outras foram efectuadas via informática, após discussão com os entrevistados. Também foi firmado o compromisso entre pesquisador e entrevistado com relação ao uso para fins estritamente académicos e que o anonimato dos entrevistados seria mantido. Recolhido o material e feita a transcrição, efectuou-se o processo de organização, sistematização e análise.

Nesta sequência, realizaram-se leituras atentas e activas por sucessivas vezes, documento a documento, inicialmente mais flutuante e, posteriormente, já num processo de inventariação do conjunto de temas a serem estudados mais aprofundadamente.

Ao se apresentar o marco metodológico, pretende-se contextualizar os passos iniciais e condutores da investigação, cujo objectivo final é atingir os objectivos propostos.

CAPÍTULO VII: TRATAMENTO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A paz é a única forma de nos sentirmos realmente humanos.

Albert Einstein

CAPÍTULO VII: TRATAMENTO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A interpretação, mensuração e tratamento dos dados obtidos através do método quantitativo (inquéritos por questionário) fez-se recorrendo à utilização do software SPSS, versão 20.0 para Windows, da IBM. Os dados qualitativos (Entrevistas) foram analisados recorrendo ao Programa MAXQDA, sendo que a informação recolhida através do método qualitativo (Entrevistas), foi utilizada parcialmente para suportar e justificar os dados estatísticos apurados.

De facto, de um modo geral, as investigações que recorreram a metodologias qualitativas (análise de conteúdo de entrevistas; ex: Gould et al., 1992; Gould, Eklund et al., 1993;) bem como a metodologias quantitativas (análises das respostas a questionários de auto-avaliação; ex: Cruz, 1994, 1996a; Mahoney et al., 1987), ou aos dois métodos em simultâneo (ex: Orlick & Partington, 1988), geraram resultados consistentes e semelhantes (Cazalma, 2014).

Na recolha de dados efectuada para o presente trabalho foi muito importante a criteriosa seleção de acordo com os objectivos aos quais se pretendia responder.

Assim, foram aplicados questionários pela autora no terreno, com inúmeras dificuldades devido à questão da língua e à dimensão do território, assim como as entrevistas aos stake holders.

O questionário aplicado aos elementos amostrais da SADC, incluía a caracterização pessoal (idade, país de origem, nacionalidade, cidadania, profissão, nome da companhia, género, estado civil e nível de educação), cinco questões de reflexão pessoal sobre as relações entre as ATFC e o desenvolvimento económico, cinco questões de opinião pessoal sobre a relação entre as ATFC e o Turismo e sete questões também de opinião pessoal sobre a relação entre ATFC e a Paz. A todas estas questões foi solicitada uma opinião qualitativa (escala de Likert), que variou entre 1 – Nada até 5 – MUITÍSSIMO.

Ainda existiam duas questões de resposta aberta, para abordagem de outras questões relacionadas com a temática que os participantes considerassem importantes.

O questionário à comunidade da ATFC KAZA foi estruturada incluindo a caracterização pessoa (idade, cidadão local ou turista, país residente, género, nacionalidade, naturalidade, grau de escolaridade, profissão e estado civil), cinco questões de avaliação pessoal sobre a relação entre ATFC Okavango Zambeze – KAZA e o Desenvolvimento Económico, cinco questões sobre a relação entre ATFC Okavango Zambeze – KAZA e o Turismo, bem como oito questões sobre a relação entre ATFC KAZA e a Paz. A todos estas questões foi solicitada uma opinião qualitativa (escala de Likert), que variou entre 1 – Nada até 5 – muitíssimo. Ainda e foram estruturadas 3 questões de resposta aberta, para os participantes poderem expressar a sua opinião.

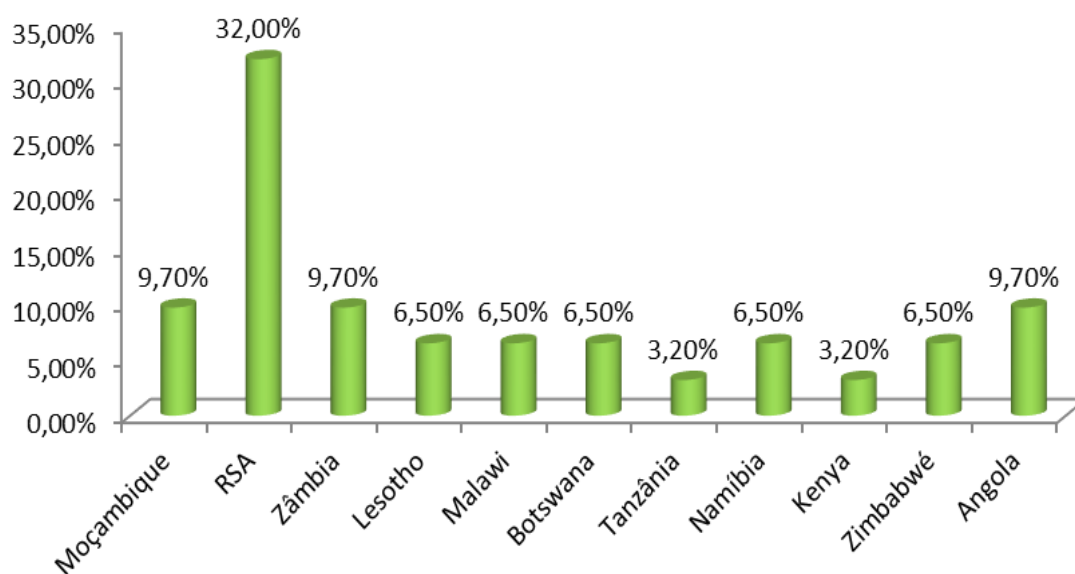
As entrevistas aos 37 quadros superiores públicos e privados nacionais, foram colocadas 7 questões, sendo que a primeira questão dizia respeito às palavras que mais se relacionam com o Projecto ATFC KAZA. A segunda questão abordava os benefícios para as Comunidades e para os países terceiros, que podem advir da gestão conjunta e do desenvolvimento turístico sustentável no Projecto ATFC KAZA. A terceira questão referia-se ao desenvolvimento turístico do Projecto do ATFC KAZA face à circulação de turistas, no sentido de saber se o mesmo gerava segurança, insegurança, vantagens ou desvantagens. A quarta questão pretendia apurar a opinião dos entrevistados relativamente às actividades turísticas que deveriam ser desenvolvidas no âmbito do Projecto ATFC KAZA. A quinta questão relacionava-se com as duas primeiras acções que os entrevistados desenvolveriam se pudessem intervir nas decisões do Projecto do ATFC KAZA. A sexta introduzia a questão sobre articulação entre o Plano Director do Turismo de Angola e o Projecto ATFC KAZA. A sétima e última questão solicitava aos entrevistados que opinassem acerca do Projecto do ATFC KAZA como um processo de ensino da convivência pacífica entre as Nações em benefício das populações.

De salientar que, de acordo com a conduta ética exigida, foi obtido consentimento informado de todos os participantes com garantia de confidencialidade e anonimato, das respostas dadas.

7.1. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS QUANTITATIVOS DOS INQUIRIDOS DA SADC (PONTOS FOCAIS)

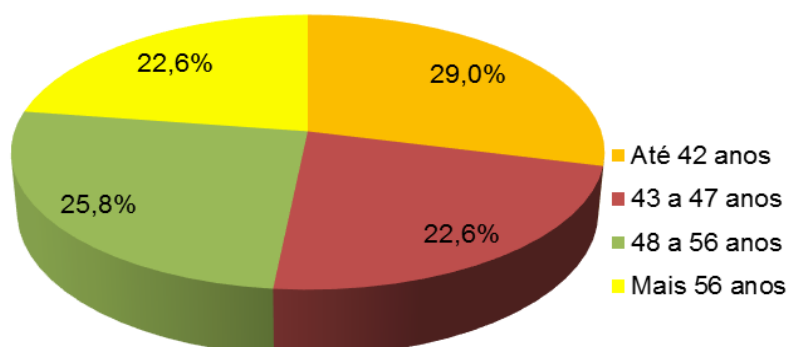
7.1.1. Análise Sociodemográfica dos Pontos Focais da SADC

Gráfico 6: País de Origem



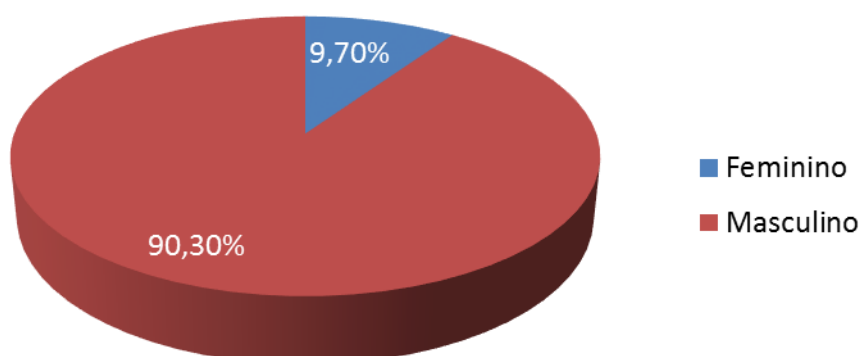
Relativamente ao país de origem dos elementos inquiridos, registou-se um valor de 32,0% de inquiridos oriundos da África do Sul. Com 9,7% cada, também aparecem os inquiridos de Moçambique, Zâmbia e Angola.

Gráfico 7: Variável Idade



Através do gráfico 7, podemos observar que 29,0% dos inquiridos tem idade até aos 42 anos. A mediana encontra-se nos 47 anos, sendo que o inquirido mais novo tem 28 anos e o mais idoso tem 67 anos. A média situa-se nos 48,6 anos com um desvio padrão de 9,1 anos.

Gráfico 8: Género



No gráfico 8, verificamos que os elementos do género masculino estão em grande maioria (90,3%), enquanto os inquiridos do género feminino foram de 9,7%. Isto justifica-se pelo facto de a maior percentagem de trabalhadores, responsáveis ligados as áreas transfronteiriças, as áreas protegidas serem da polaridade masculina.

Quadro 37: Grau de Escolaridade

Grau de Escolaridade	Respostas	
	N	%
Bacharel	5	16,1
Licenciatura	9	29,0
Mestrado	13	42,0
PhD	4	12,9
Total	31	100,0

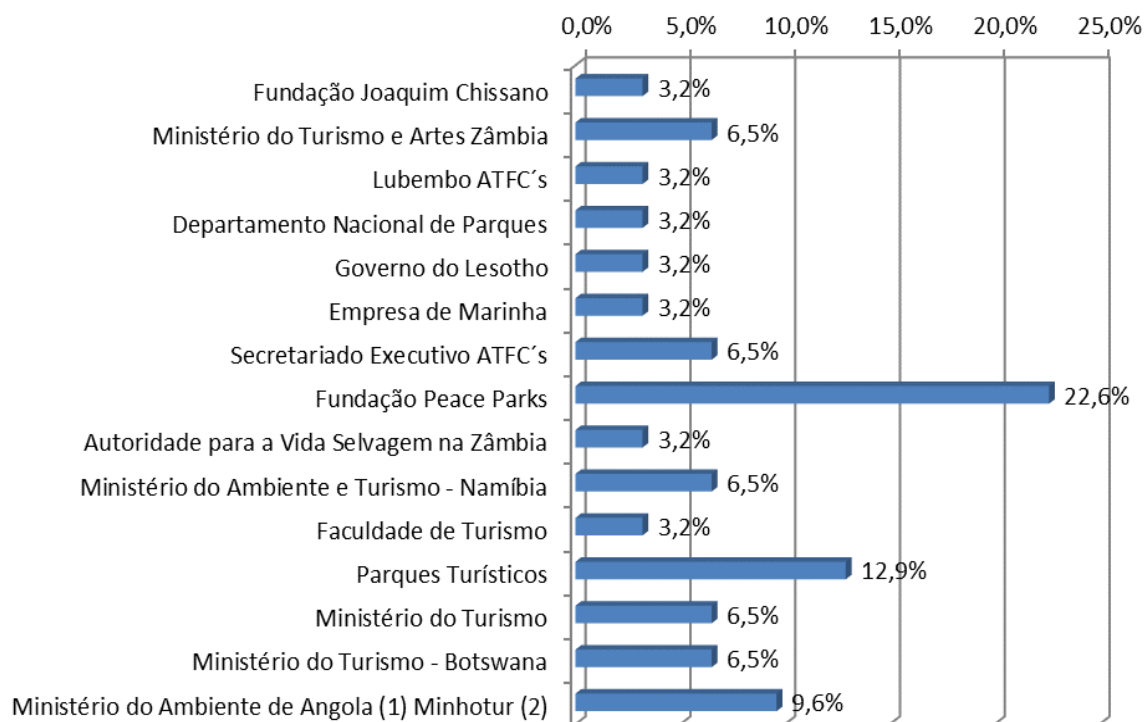
Quando analisado o grau de escolaridade dos inquiridos conforme tabela 2, verificamos em destaque que 42% possuem o Mestrado e 12% têm o PHD (Doutoramento). O nível mais baixo de escolaridade é o de bacharel, com 16,1%.

Quadro 38: Profissão

Profissão	Respostas	
	n	%
Médico	2	6,5
Eng. Ecológica	4	12,9
Professor	1	3,2
Gestor de Parques	1	3,2
Coordenadores de ATFC	7	22,6
Contabilista	1	3,2
Consultor	4	12,9
Advogado	1	3,2
Administrador de Empresa	7	22,6
Técnicos Superiores	3	9,7
Total	31	100,0

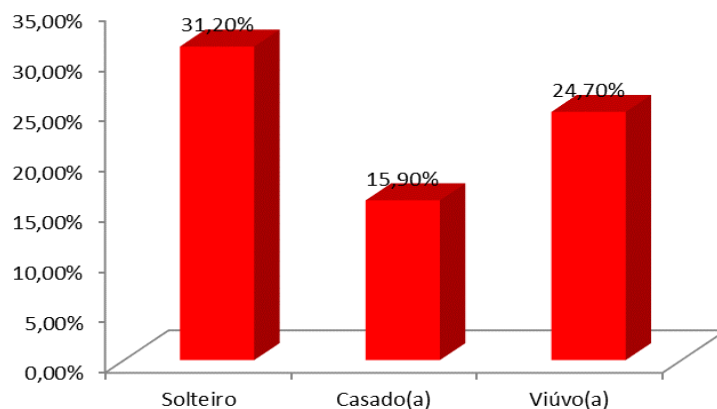
A profissão mais representativa é a dos Coordenadores Nacionais das Áreas Transfronteiriças de Conservação, que representa 22,6% do total dos inquiridos, secundados pelos Consultores e Gestores de Empresas com 12,9% cada (quadro 38).

Gráfico 9: Nome da Instituição



Quanto ao nome da Instituição onde trabalham (Gráfico 9), destaca-se a “Fundação Peace Parks” com 22,6% dos inquiridos. De destacar igualmente os “Parques Turísticos” com 12,9% dos inquiridos.

Gráfico 10: Estado Civil

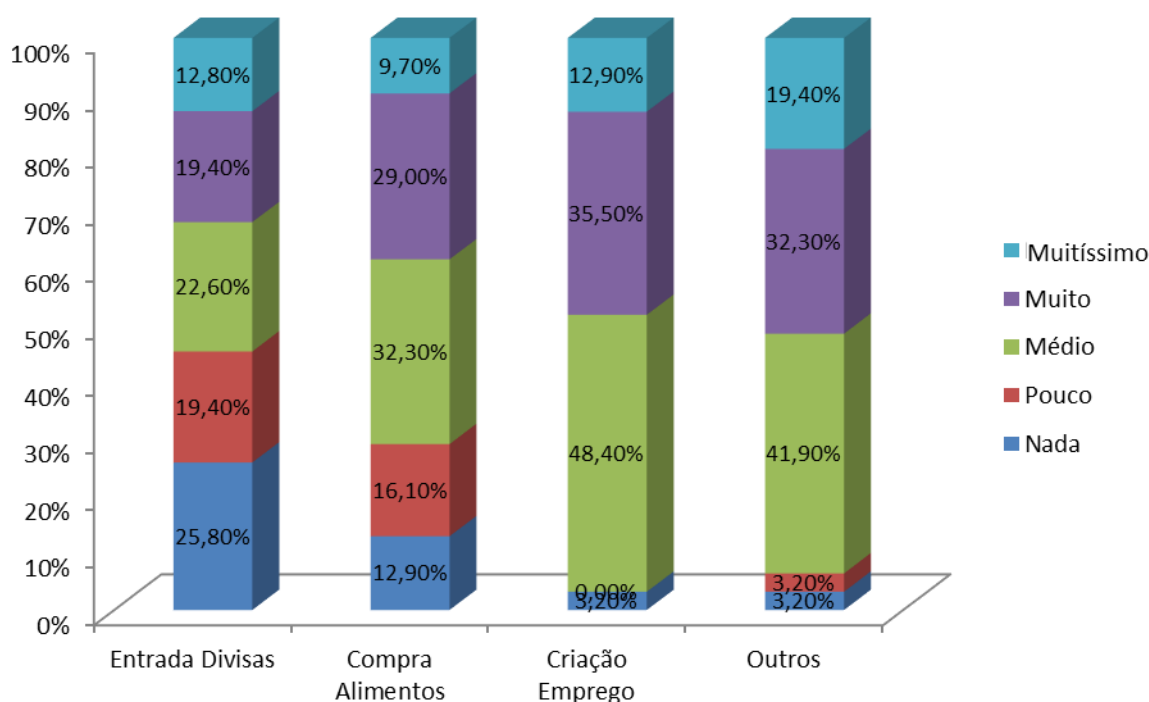


No gráfico 10, conclui-se que 54,8% dos inquiridos são casados, 41,9% são solteiros e apenas 3,2% são viúvos.

Em suma da caracterização sociodemográfica dos elementos da SADC, salienta-se que os inquiridos eram maioritariamente do género masculino (90,3%), percentagem justificada pelo facto de a maioria dos trabalhadores e responsáveis ligados às áreas transfronteiriças e às áreas protegidas serem desse género. A mediana de idades encontrava-se nos 47 anos, sendo que o inquirido mais novo tinha 28 anos e o mais idoso tem 67 anos, com uma média de 48.6 anos. Quanto ao grau de escolaridade possuíam maioritariamente licenciatura, seguida de mestrado. A maioria eram casados, seguidos com uma diferença mínima pelos solteiros. A profissão mais representativa foi a de Coordenadores Nacionais das Áreas Transfronteiriças de Conservação.

7.1.2 Análise Estatística dos inquéritos aos representantes dos Pontos Focais das Áreas Transfronteiriças da SADC.

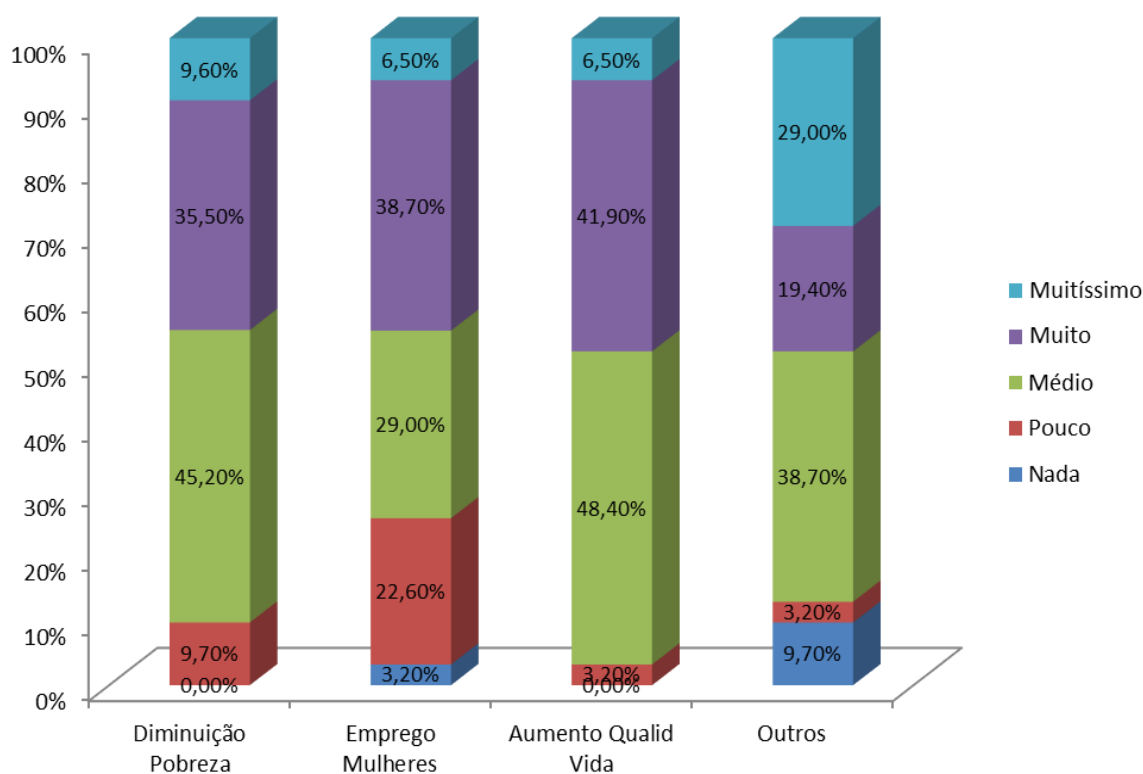
Gráfico 11: Benefícios económicos trazidos pelas ATFC da SADC



Através do gráfico 8, podemos observar que relativamente a **Entrada de divisas**, de entre os inquiridos somente 12, 80% responderam muitíssimo, 19,40% muito e 22,60 % afirmaram médio; 45,20% dos mesmos estão entre os que afirmaram ser reduzido ou nulo o benefício da entrada de divisas. No tocante a **compra de alimentos** 71% dos respondentes incluídos nas categorias de muito bem, bem e médio, afirmaram ser um benefício económico esperado. Verificamos que a “criação de emprego” é o benefício mais importante, pois 96.8% dos elementos amostrais o afirmam muito bem, bem e médio. No que concerne aos outros benefícios, também são esperados pela comunidade das ATFC, confirmados por 93,6% dos inquiridos.

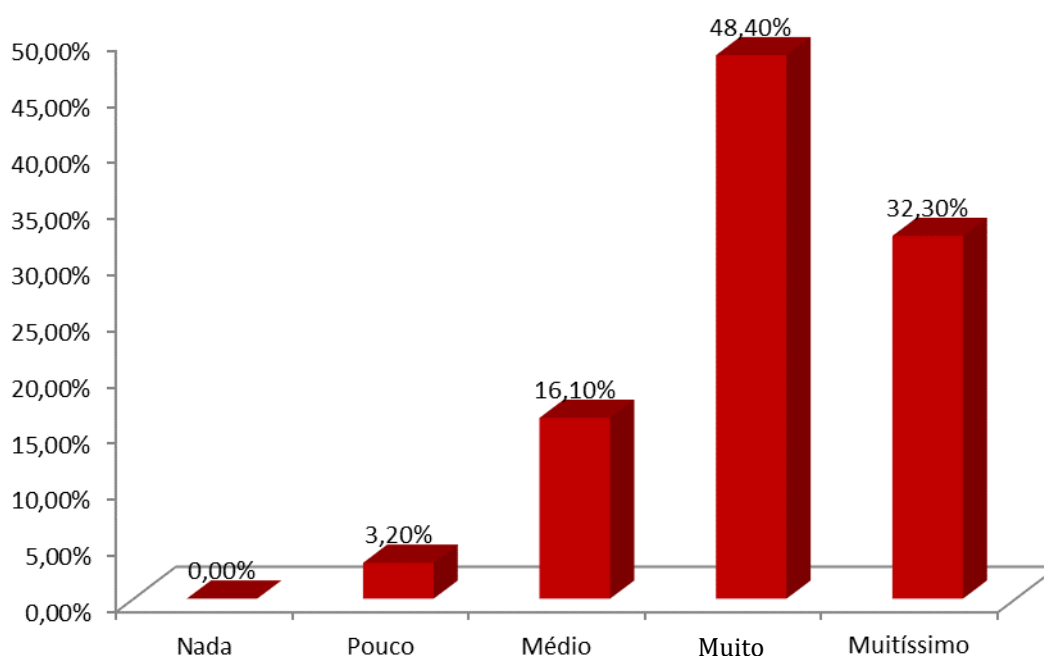
Verificamos que as comunidades, técnicos, responsáveis e gestores esperam que o Desenvolvimento das Áreas Transfronteiriças de Conservação da SADC permitam obter benefícios económicos, fundamentalmente através do aumento do número de empregos e outros benefícios como a interação cultural entre os visitantes e a comunidade local

Gráfico 12: Benefícios sociais trazidos pelas ATFC's



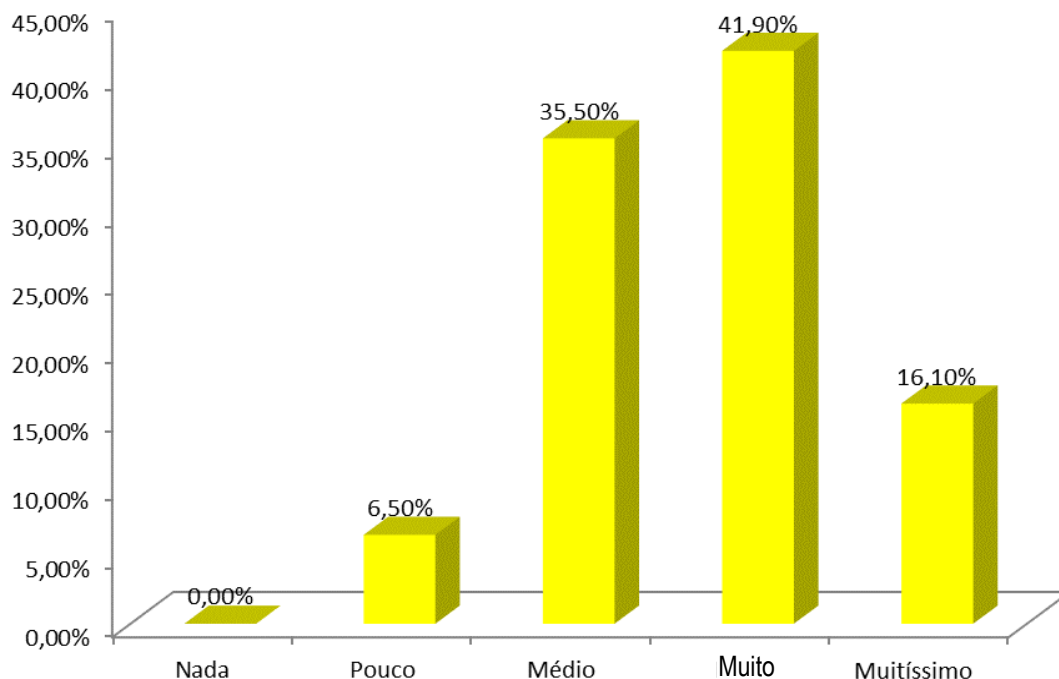
No gráfico 12 aferimos que os itens diminuição da pobreza, emprego de mulheres, aumento da qualidade de vida e outros, obtiveram 90,3%, 74,2%, 96,8% e 87,1%, respectivamente. Assim no que respeita aos benefícios sociais, embora as respostas tenham obtidos uma pontuação alta acima dos 70%, mas o melhoramento da qualidade de vida (96,8%) e a diminuição da pobreza (90,3%), são indicados como benefícios mais esperados em função do desenvolvimento que as áreas transfronteiriças de conservação da SADC podem promover.

Gráfico 13: Benefícios organizacionais entre os países proporcionados pelas ATFC da SADC



Para 96,8% dos inquiridos os benefícios organizacionais entre os países da ATFC da SADC foram considerados muitíssimo, muito e medio importantes (gráfico 13). Dos vários benefícios possíveis destacamos a criação de boas relações entre os países parceiros, à medida que se esforçam no sentido de cooperar em vastas actividades para benefícios mútuos.

Gráfico 14: Inclusão e desenvolvimento das Comunidades proporcionados pelas ATFC's



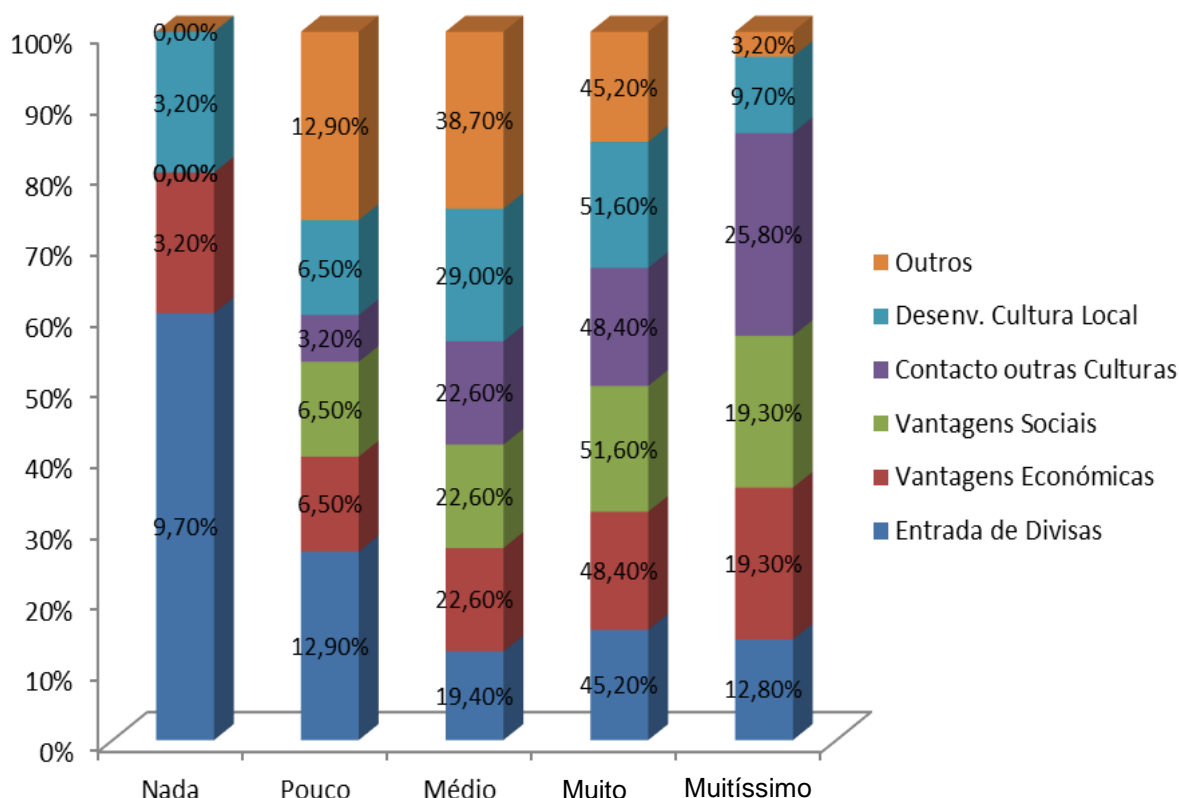
Através do gráfico 14 constatamos que 93,5% dos elementos inquiridos são da opinião que as ATFC da SADC proporcionam a inclusão e o desenvolvimento das Comunidades. Apenas 6,5% mencionaram que esse contributo é reduzido. Se analisarmos os benefícios sociais e económicos e as percentagens apresentadas nos gráficos 13 e 14, podemos realmente perceber que a organização das áreas transfronteiriças de conservação da SADC, poderá proporcionar a inclusão social e o desenvolvimento das comunidades.

Quadro 39: Opinião dos inquiridos quanto ao desenvolvimento do turismo como um dos das ATFC's

	Respostas	
	N	%
Médio	1	3,2
Muito	20	64,5
MUITÍSSIMO	10	32,3
Total	31	100,0

No quadro 39 constatamos a opinião dos inquiridos quanto ao desenvolvimento do turismo como um dos objectivos das ATFC's. Com opinião muito favorável encontram-se 96,8% dos respondentes. Sendo o turismo um sector que tem como sinergias, a transversalidade na sua actuação e o factor multiplicador sobre outras actividades, permitindo com o seu desenvolvimento, a melhoria da vida das comunidades através do crescimento do número de empregos, a criação de infraestruturas como, água, electricidade, estradas, comunicações, hospitais, interacção entre os seres humanos residentes e os chegam, a preservação das culturas e a conservação da biodiversidade e da geodiversidade etc. Assim, é basilar que o desenvolvimento do turismo seja uma das grandes metas das áreas transfronteiriças de conservação.

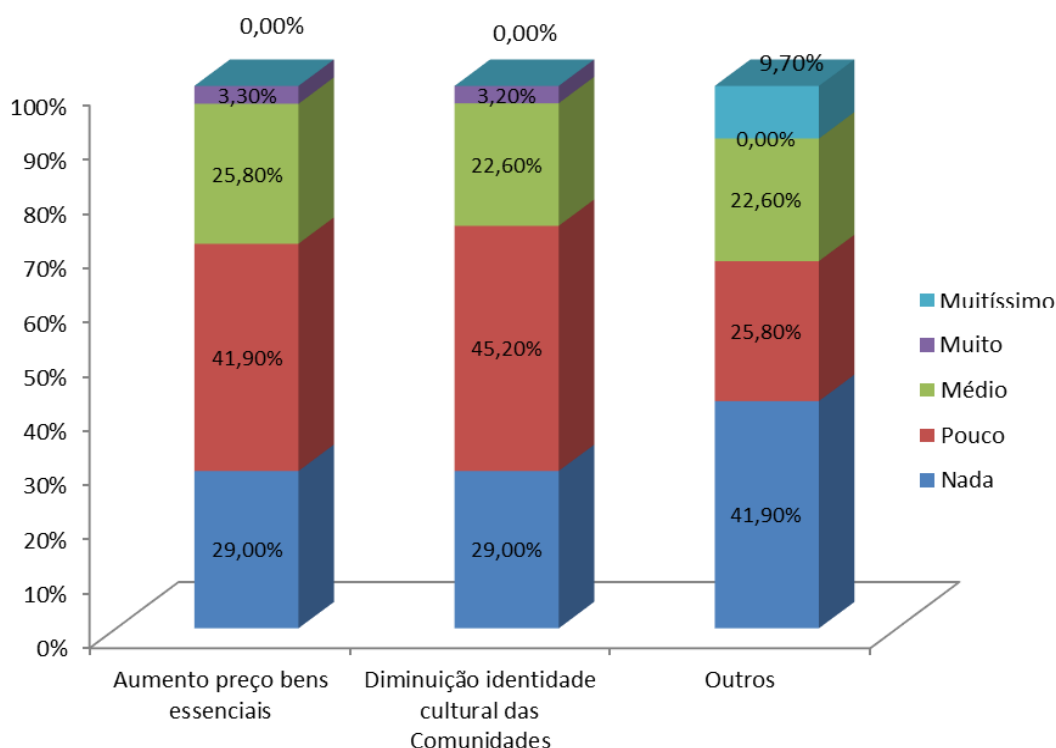
Gráfico 15: Vantagens em receber turistas estrangeiros nas ATFC's



No gráfico 15 são apresentadas as vantagens em receber turistas estrangeiros nas ATFC, sendo que o "Contacto com outras Culturas" obteve 74,2% de

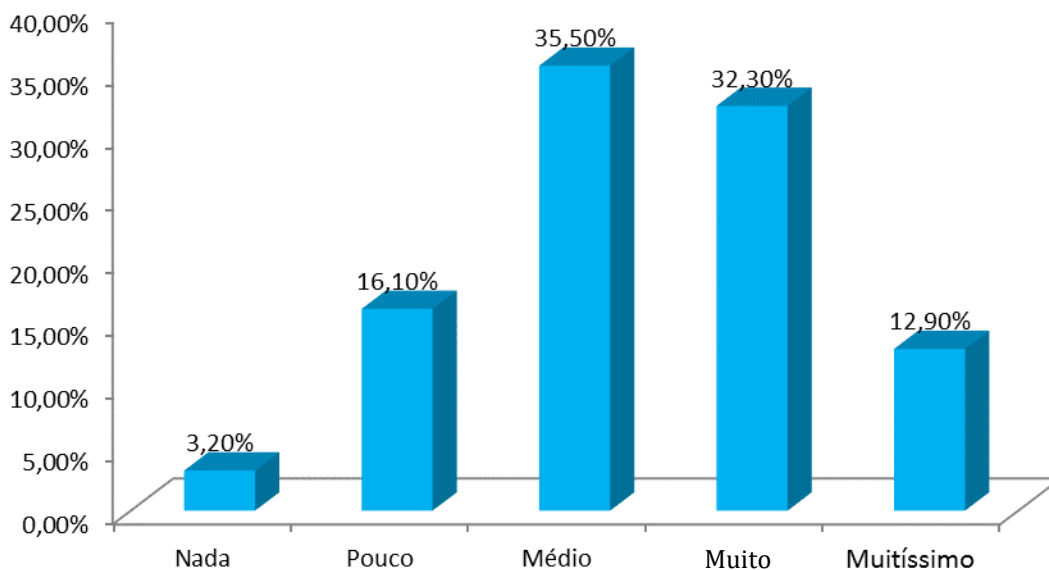
opiniões favoráveis e 22.6% médio, totalizando 96,8%. Em seguida vêm as “Vantagens Sociais” com desenvolvimento da cultura local com 90.3%. Aqui podemos inferir que, embora não se constatem no local as vantagens estudadas, há uma perspectiva que o desenvolvimento das áreas transfronteiriças possa trazer vantagens de vária ordem a comunidades locais e situadas nos arredores dos pontos focais.

Gráfico 16: Inconvenientes em ter turistas estrangeiros nas ATFC's-



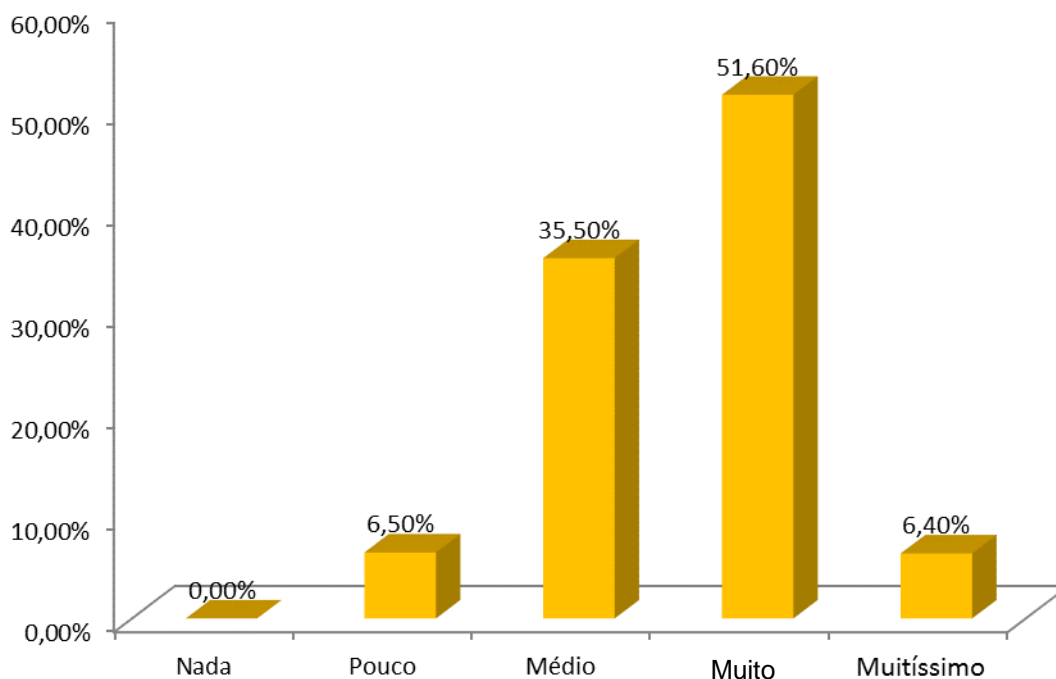
Relativamente aos inconvenientes em ter turistas estrangeiros nas ATFC da SADC (gráfico 16), cerca de 74,2% dos inquiridos referiram não existirem inconvenientes no tocante a diminuição da identidade cultural das comunidades nem no aumento do preço de bens essenciais (70,9%).

Gráfico 17: Boas condições para receber turistas.



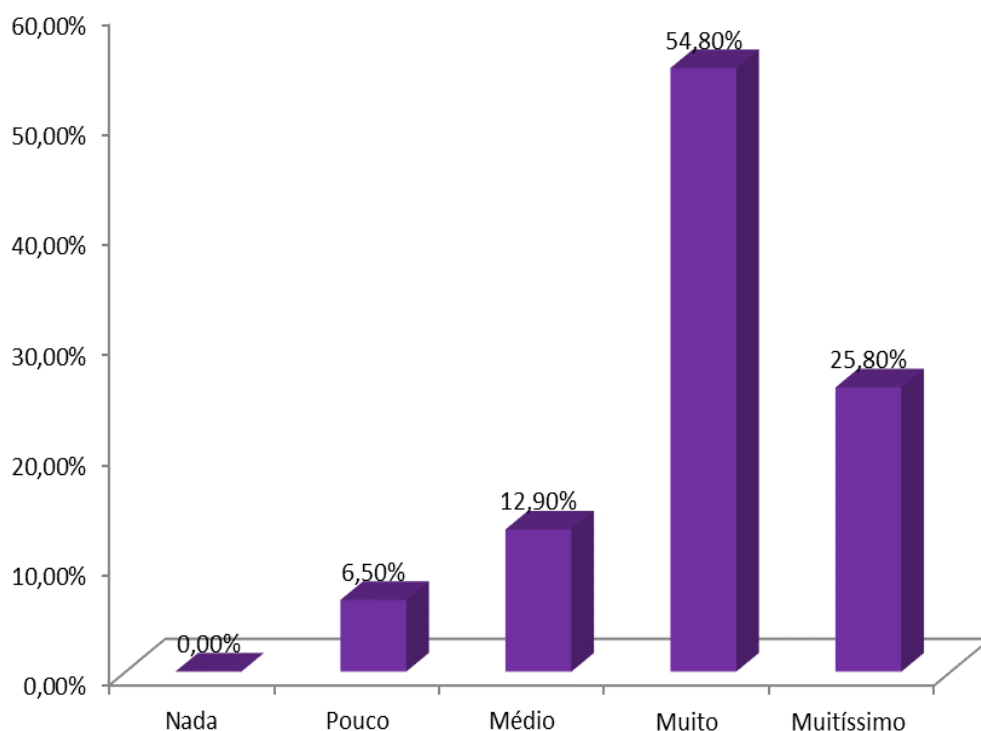
Para cerca de 45,2% dos elementos da amostra existem boas condições para receber turistas, sendo que apenas para 19,3% dos mesmos não existem essas condições (gráfico 17).

Gráfico 18: aumento de emprego e conseqüentemente a redução da pobreza pelo desenvolvimento do Turismo nas ATFC da SADC.



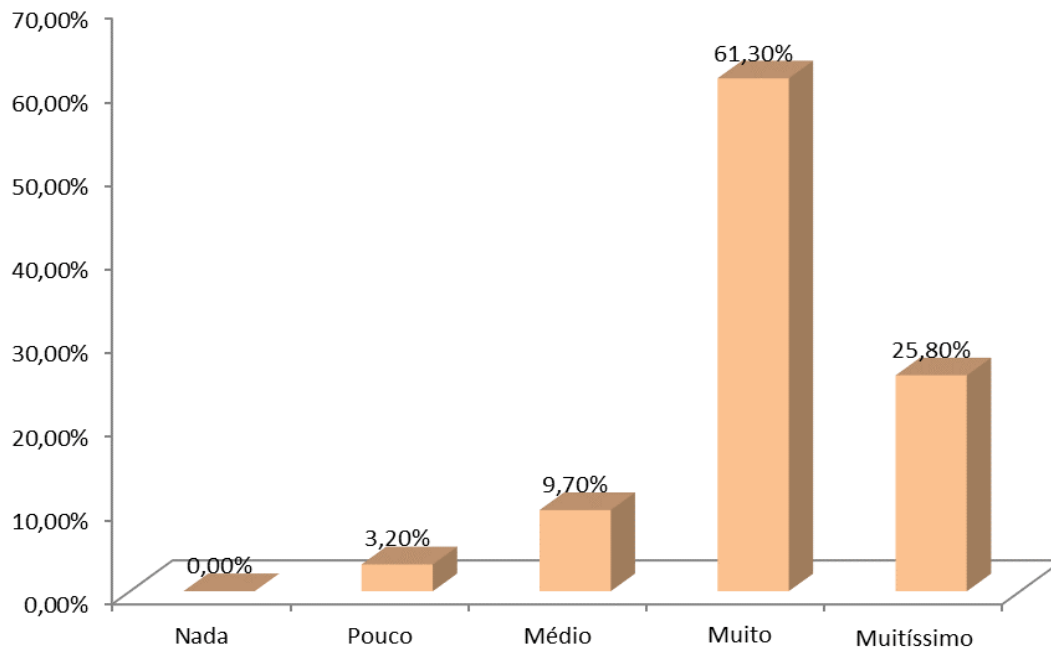
No gráfico 18 verificamos que, na opinião dos inquiridos, o desenvolvimento do turismo nas ATFC's, permite o aumento de emprego e consequentemente a redução da pobreza. Esta é a opinião de 58,0% dos elementos inquiridos. Apenas 6,5% não tiveram essa opinião.

Gráfico 19: Promoção da estabilidade fronteiriça e do respeito pela soberania dos Estados Parceiros pela Gestão Conjunta (entre os países parceiros) das ATFC da SADC.



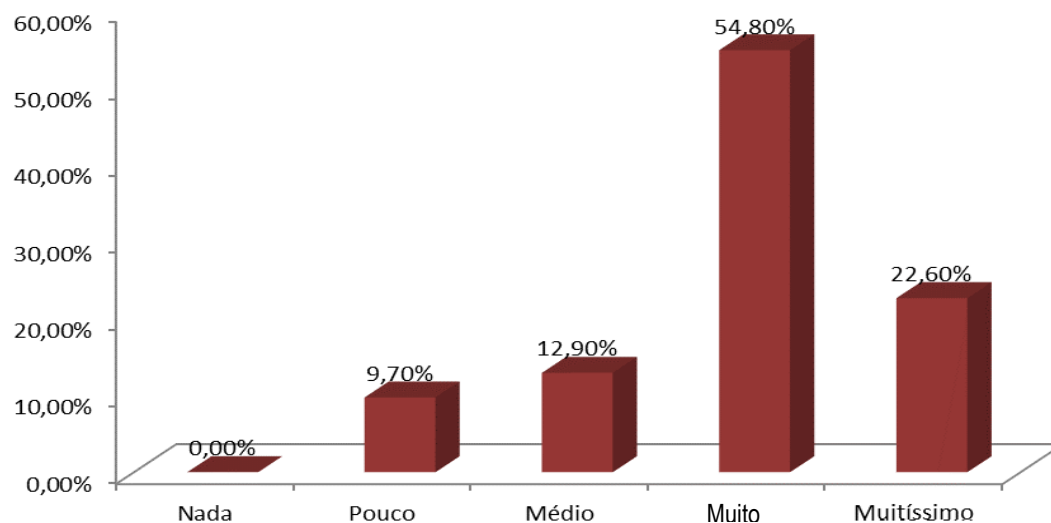
Cerca de 80,6% dos respondentes apresentaram a opinião de que a gestão conjunta (entre os países parceiros) das ATFC's promove a estabilidade fronteiriça e o respeito pela soberania dos Estados Parceiros. Apenas 6,5% não são dessa opinião (gráfico 19).

Gráfico 20: Promoção da solidariedade, a segurança e a paz pela Gestão Conjunta (entre os países parceiros) das ATFC da SADC



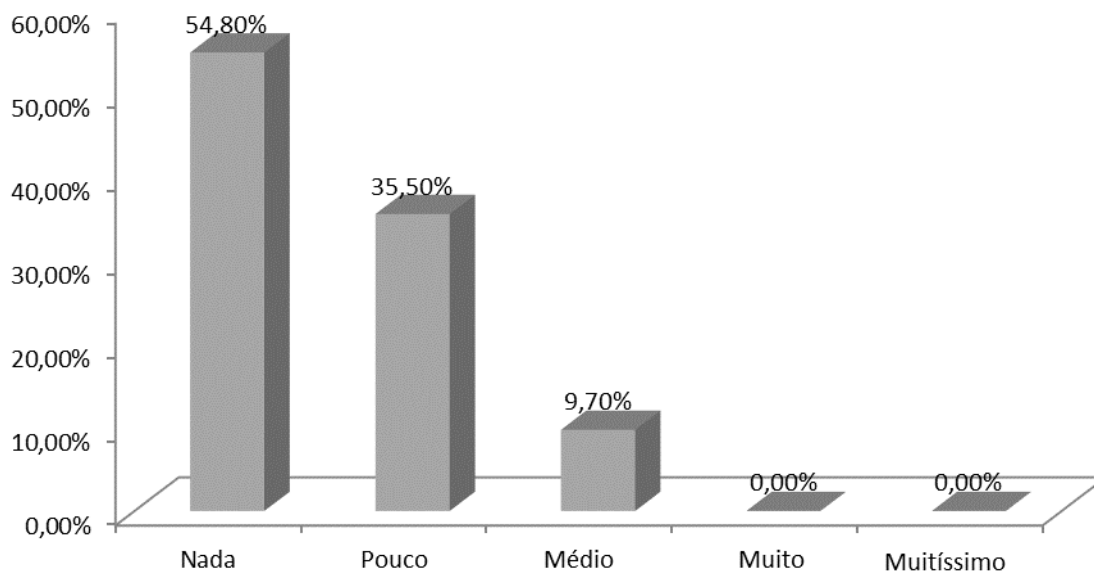
Relativamente à gestão conjunta (entre os países parceiros) das ATFC's, 87,1% dos inquiridos é da opinião de que existe promoção da solidariedade, da segurança e da paz. Não pensam assim apenas cerca de 3,2% dos respondentes.

Gráfico 21: Promoção da paz pelo movimento transfronteiriço



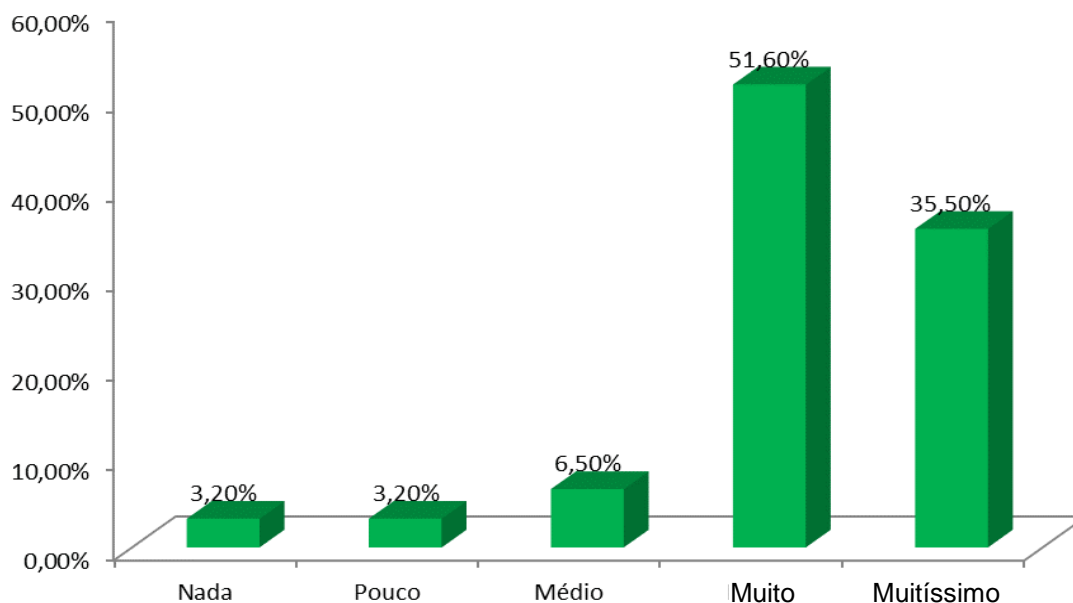
No gráfico 21, verificamos que 77,4% dos respondentes acha que o movimento transfronteiriço promove a paz. Cerca de 9,7% desses, não partilha essa opinião.

Gráfico 22: Promoção da insegurança pela circulação nas fronteiras



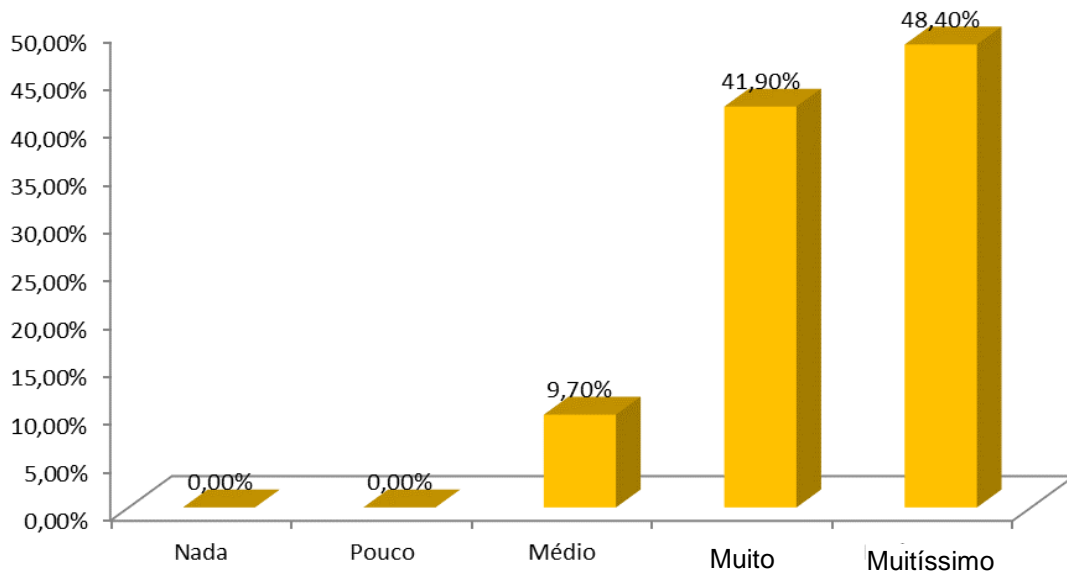
Relativamente à circulação nas fronteiras, 90,3% dos inquiridos afirmou que a mesma não contribui para a promoção da insegurança (gráfico 22).

Gráfico 23: ATFC da SADC como processo de ensino da convivência pacífica entre as Nações.



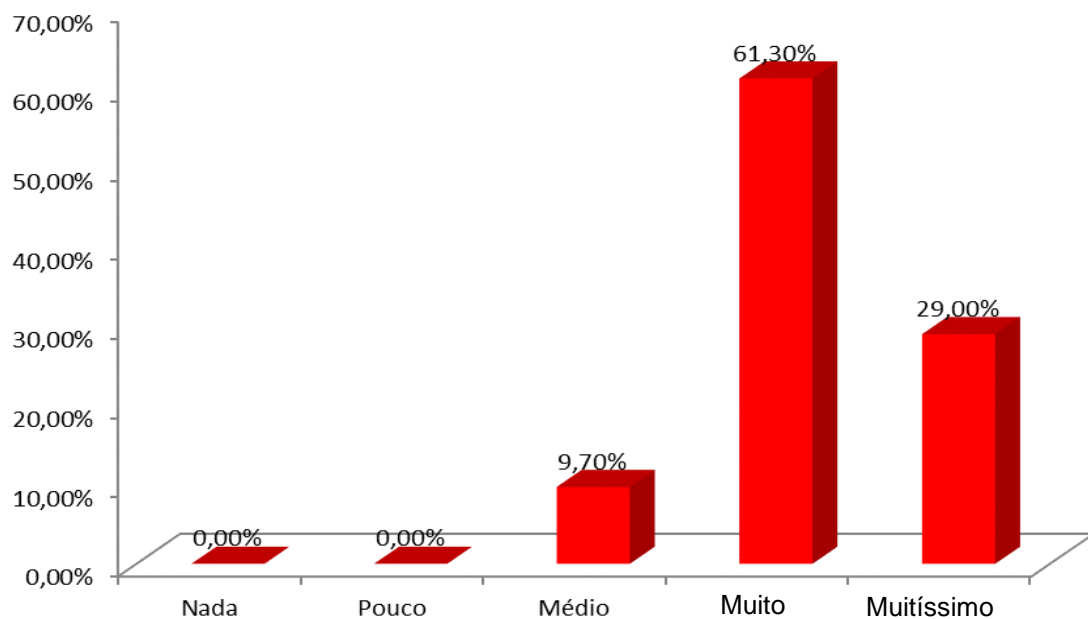
No gráfico 23 podemos observar que para 87,1% dos respondentes as ATFC's são consideradas um processo de ensino da convivência pacífica entre as Nações. Já cerca de 6,4% dos mesmos não foi dessa opinião.

Gráfico 24: Vantagem da colaboração entre os países parceiros das ATFC da SADC.



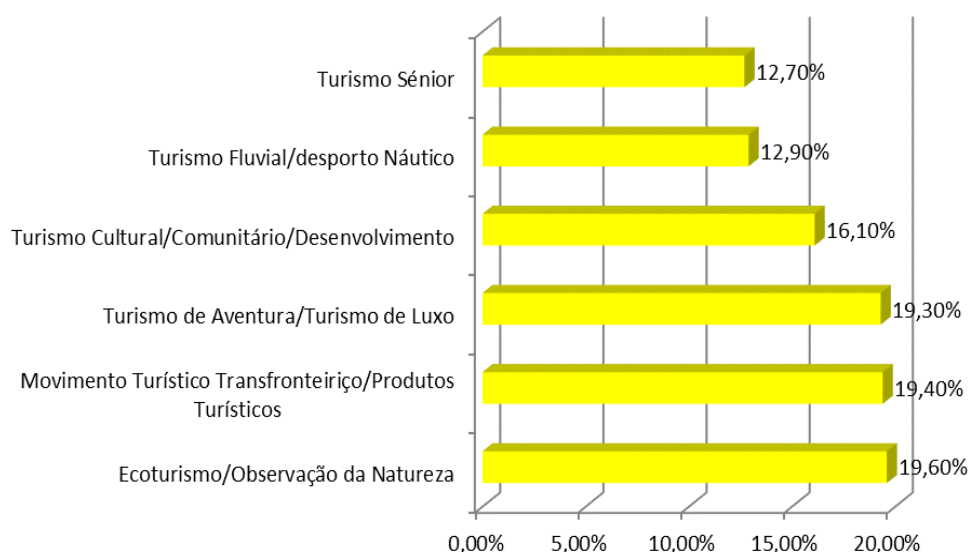
Relativamente à colaboração com os países parceiros das ATFC's, cerca de 90,3% dos inquiridos é da opinião que a mesma traz vantagens (gráfico 24)

Gráfico 25: Promoção da Paz pelo Turismo.



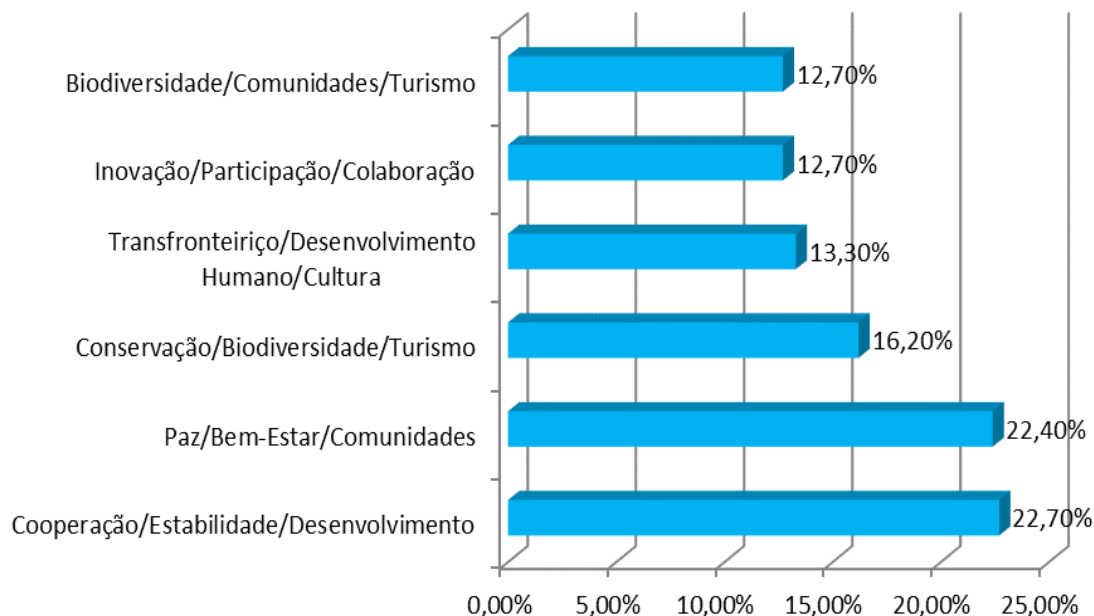
Do gráfico 25, podemos concluir que praticamente 100% dos respondentes considera que o Turismo promove a Paz, pois a avaliação nada e pouco estão com valores 0,00% cada, o médio com 9,70% e cerca de 90,3% para o muito e muitíssimo. Aqui podemos constatar a importância que a componente paz, tem na vida dos seres humanos e em particular nas áreas transfronteiriças de conservação. Consideramos que um dos pilares do desenvolvimento do turismo é a paz, pois sem ela não há movimentação de pessoas e bens, pelo mundo. Conforme nos mostram os dados estatísticos a OMT, o número de pessoas que se movimentaram desde principalmente 2013 e se movimentam têm crescido significativamente.

Gráfico 26: Atividades turísticas a serem desenvolvidas



Verificamos que 19,6% dos inquiridos são da opinião que as actividades turísticas que devem ser desenvolvidas são “Ecoturismo/Observação da Natureza”, enquanto 19,4% referiu o “Movimento Turístico Transfronteiriço/Produtos Turísticos” (Gráfico 26). As actividades como o Turismo de aventura, Turismo de luxo, seguem imediatamente com 19,3% e o Turismo cultural/comunitário, desenvolvimento com 16,1%.

Gráfico 27: 3 palavras relacionadas com as ATFC da SADC (Áreas Transfronteiriças de Conservação da SADC).



Relativamente às 3 palavras que mais se relacionam com as ATFC da SADC, 22,7% dos elementos amostrais referiram a “cooperação/Estabilidade/Desenvolvimento”, enquanto 22,4% mencionaram “Paz/Bem-Estar/Comunidades (gráfico 27).

Podemos verificar que a paz, o bem-estar das comunidades, a cooperação, a estabilidade entre os países e o desenvolvimento, são efectivamente as grandes preocupações de todos os intervenientes deste planeta, secundamos esta afirmação, nos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável e dos Objectivos do Milénio, que trazem as mesmas preocupações.

7.1.3. Cruzamento SADC

CRUZAMENTO: A ATFC TRAZ BENEFÍCIOS SOCIAIS NA REDUÇÃO DA POBREZA

Quadro 40: Cruzamento: As ATFC da SADC trazem benefícios sociais/redução da pobreza. Com a Nacionalidade

		A ATFC traz benefícios sociais? Redução da pobreza				Total	
		Poucos	Médios	Muito	Muitíssimo		
Nacionalidade	Moçambicana	Frequência	0	2	1	0	3
		% do Total	0,0%	6,5%	3,2%	0,0%	9,7%
	RSA	Frequência	1	6	4	0	11
		% do Total	3,2%	19,4%	12,9%	0,0%	35,5%
	Zambiano	Frequência	1	1	0	1	3
		% do Total	3,2%	3,2%	0,0%	3,2%	9,7%
	Malauí	Frequência	0	1	1	0	2
		% do Total	0,0%	3,2%	3,2%	0,0%	6,5%
	Lesotho	Frequência	0	2	0	0	2
		% do Total	0,0%	6,5%	0,0%	0,0%	6,5%
	Botswana	Frequência	0	1	1	0	2
		% do Total	0,0%	3,2%	3,2%	0,0%	6,5%
	Tanzânia	Frequência	1	0	0	0	1
		% do Total	3,2%	0,0%	0,0%	0,0%	3,2%
	Namibiano	Frequência	0	0	1	1	2
		% do Total	0,0%	0,0%	3,2%	3,2%	6,5%
	Zimbabué	Frequência	0	1	0	1	2
		% do Total	0,0%	3,2%	0,0%	3,2%	6,5%
	Angolana	Frequência	0	0	3	0	3
		% do Total	0,0%	0,0%	9,7%	0,0%	9,7%
Total	Frequência	3	14	11	3	31	
	% do Total	9,7%	45,2%	35,5%	9,7%	100,0%	

Neste quadro 40 observa-se que são os inquiridos da África do Sul que percebem que a ATFC traz benefícios sociais, nomeadamente em relação à pobreza com 19,4% a referirem benefícios médios e 12,9% muito benefício. Em seguida 9,7% dos inquiridos de Angola, de Moçambique e da Zâmbia referem esse benefício, sendo que os restantes apontam valores menos significativos.

Esta discrepância na percepção destes benefícios entre os representantes inquiridos dos diferentes países traduz, com certeza, o facto de a África do Sul ser um país mais desenvolvido a todos os níveis o que implica também um maior processo de consciencialização geral da população. A seguir verifica-se que são os países em maior desenvolvimento que referem em maior percentagem esse benefício.

Quadro 41 Cruzamento: As ATFC da SADC trazem benefícios sociais / redução da pobreza. Com o Grau Académico

		O ATFC traz benefícios sociais? Redução da pobreza				Total	
		Poucos	Médios	Muito	Muitíssimo		
Grau de Escolaridade	Pós	Frequência	1	2	1	1	5
	Doutoramento	% do Total	3,2%	6,5%	3,2%	3,2%	16,1%
	Doutoramento	Frequência	0	3	1	0	4
		% do Total	0,0%	9,7%	3,2%	0,0%	12,9%
	Mestrado	Frequência	1	6	3	2	12
		% do Total	3,2%	19,4%	9,7%	6,5%	38,7%
	Licenciatura	Frequência	0	3	6	0	9
		% do Total	0,0%	9,7%	19,4%	0,0%	29,0%
	Outros	Frequência	1	0	0	0	1
		% do Total	3,2%	0,0%	0,0%	0,0%	3,2%
	Total	Frequência	3	14	11	3	31
		% do Total	9,7%	45,2%	35,5%	9,7%	100,0%

É curioso observar que são os inquiridos com licenciatura e mestrado que mais valorizaram os benefícios sociais em termos de redução de pobreza através desenvolvimento das ATFC, com 19.4% cada um.

Sendo esta a população a desempenhar cargos mais diferenciados, inclusive a nível de administração e gestão, os valores percentuais aqui expressos fazem adivinhar uma aposta nesta área também pela diminuição da pobreza destas populações.

CRUZAMENTO: ATFC KAZA TRAZ BENEFÍCIOS SOCIAIS/EMPREGO PARA AS MULHERES

Quadro 42: Cruzamento: As ATFC da SADC trazem benefícios sociais, emprego para as Mulheres. Com a Nacionalidade

		A ATFC traz benefícios sociais? Trabalho para as mulheres					Total	
		Não	Poucos	Médios	Muito	Muitíssimo		
Nacionalidade	Moçambicana	Frequência	0	0	1	2	0	3
		% do Total	0,0%	0,0%	3,2%	6,5%	0,0%	9,7%
	RSA	Frequência	0	2	4	4	1	11
		% do Total	0,0%	6,5%	12,9%	12,9%	3,2%	35,5%
	Zambiano	Frequência	0	2	0	0	1	3
		% do Total	0,0%	6,5%	0,0%	0,0%	3,2%	9,7%
	Malauí	Frequência	0	1	1	0	0	2
		% do Total	0,0%	3,2%	3,2%	0,0%	0,0%	6,5%
	Lesotho	Frequência	0	0	1	1	0	2
		% do Total	0,0%	0,0%	3,2%	3,2%	0,0%	6,5%
	Botswana	Frequência	0	1	1	0	0	2
		% do Total	0,0%	3,2%	3,2%	0,0%	0,0%	6,5%
	Tanzânia	Frequência	0	1	0	0	0	1
		% do Total	0,0%	3,2%	0,0%	0,0%	0,0%	3,2%
	Namibiano	Frequência	0	0	0	2	0	2
		% do Total	0,0%	0,0%	0,0%	6,5%	0,0%	6,5%
	Zimbabué	Frequência	1	0	1	0	0	2
		% do Total	3,2%	0,0%	3,2%	0,0%	0,0%	6,5%
	Angolana	Frequência	0	0	0	3	0	3
% do Total		0,0%	0,0%	0,0%	9,7%	0,0%	9,7%	
Total	Frequência	1	7	9	12	2	31	
	% do Total	3,2%	22,6%	29,0%	38,7%	6,5%	100,0%	

Em relação à possibilidade de emprego para as mulheres nas ATFC, as respostas mostraram diferenças significativas, sendo que 35,5% dos inquiridos da África do Sul consideraram que este desenvolvimento tinha uma repercussão positiva na empregabilidade feminina, embora qualitativamente as respostas variassem, as maiores percentagens centraram-se no médio e muito benefício.

Também nesta questão Angola secunda a África do Sul apresentando 9,7% de respostas positivas a esta questão e todas elas no item de muito benefício.

Moçambique e a Zâmbia apresentam a mesma percentagem de respostas positivas, 9,7%, mas distribuídas de forma diferente, traduzindo uma menor valorização relativa deste item.

Os restantes elementos questionados de outras nacionalidades apresentaram percentagens de respostas positivas muito menos significativas

Na avaliação geral do quadro destaca-se a elevada percentagem de respostas situadas nos itens “médios” e “muitos” benefícios, com 29% e 38,7% respetivamente.

Também em relação a esta pergunta sobressai a importância dada a estas ATFC para a empregabilidade das mulheres, numa visão de desenvolvimento global. Esta valorização mais centrada na África do Sul, seguida por Angola, traduz, mais uma vez, o nível de desenvolvimento global dos países e, quiçá, uma crescente consciencialização no caminho de igualdade de género e de oportunidades.

Quadro 43: Cruzamento: As ATFC SADC trazem benefícios sociais/ emprego para as Mulheres. Com o Grau Académico

		ATFC traz benefícios sociais? Emprego para as mulheres					Total	
		Não	Poucos	Médios	Muito	Muitíssimo		
Grau de Escolaridade	Pós	Frequência	0	3	1	0	1	5
	Doutoramento	% do Total	0,0%	9,7%	3,2%	0,0%	3,2%	16,1%
	Doutoramento	Frequência	0	0	3	1	0	4
		% do Total	0,0%	0,0%	9,7%	3,2%	0,0%	12,9%
	Mestrado	Frequência	1	3	3	4	1	12
		% do Total	3,2%	9,7%	9,7%	12,9%	3,2%	38,7%
	Licenciatura	Frequência	0	0	2	7	0	9
		% do Total	0,0%	0,0%	6,5%	22,6%	0,0%	29,0%
	Outros	Frequência	0	1	0	0	0	1
		% do Total	0,0%	3,2%	0,0%	0,0%	0,0%	3,2%
	Total	Frequência	1	7	9	12	2	31
		% do Total	3,2%	22,6%	29,0%	38,7%	6,5%	100,0%

Este grupo de inquiridos caracteriza-se, globalmente, pelo elevado nível de formação com 38,7% de mestrados, 29,0% de licenciaturas, seguido ainda de pós-doutoramentos e doutoramentos e apenas 3,2% não apresenta formação superior.

Esta diferenciação permite respostas não só baseadas na experiência do quotidiano, mas também alicerçadas em conhecimentos teóricos de diferentes áreas, numa perspectiva de interação constante entre a teoria e a sua aplicação prática. Esta associação reveste-se de importância quando não se fala apenas de empregabilidade, mas de empregabilidade para as mulheres.

CRUZAMENTO: VANTAGENS ECONÓMICAS EM RECEBER TURISTAS ESTRANGEIROS NAS ATFC

Quadro 44: Cruzamento: Existem vantagens económicas em receber turistas nas ATFC da SADC. Com a Nacionalidade

		Existem vantagens em receber turistas estrangeiros nas ATFC? Vantagens económicas					Total	
		Não	Poucos	Médios	Muito	Muitíssimo		
Nacionalidade	Moçambicana	Frequência	0	0	1	1	1	3
		% do Total	0,0%	0,0%	3,2%	3,2%	3,2%	9,7%
	RSA	Frequência	1	1	2	6	1	11
		% do Total	3,2%	3,2%	6,5%	19,4%	3,2%	35,5%
	Zambiano	Frequência	0	0	1	2	0	3
		% Do Total	0,0%	0,0%	3,2%	6,5%	0,0%	9,7%
	Malauí	Frequência	0	0	0	2	0	2
		% Do Total	0,0%	0,0%	0,0%	6,5%	0,0%	6,5%
	Lesotho	Frequência	0	0	1	1	0	2
		% Do Total	0,0%	0,0%	3,2%	3,2%	0,0%	6,5%
	Botswana	Frequência	0	1	1	0	0	2
		% Do Total	0,0%	3,2%	3,2%	0,0%	0,0%	6,5%
	Tanzânia	Frequência	0	0	0	1	0	1
		% Do Total	0,0%	0,0%	0,0%	3,2%	0,0%	3,2%
	Namibiano	Frequência	0	0	0	0	2	2
		% Do Total	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	6,5%	6,5%
	Zimbabué	Frequência	0	0	1	0	1	2
		% Do Total	0,0%	0,0%	3,2%	0,0%	3,2%	6,5%
	Angolana	Frequência	0	0	0	2	1	3
		% Do Total	0,0%	0,0%	0,0%	6,5%	3,2%	9,7%
Total	Frequência	1	2	7	15	6	31	
	% Do Total	3,2%	6,5%	22,6%	48,4%	19,4%	100,0%	

Em relação à questão sobre a vantagem de receber turistas estrangeiros nas ATFC's verifica-se que, mais uma vez, são os sul-africanos que apresentam uma percentagem mais elevada de respostas positivas, com 19,4% a referirem muita vantagem.

9.7% Dos inquiridos Angolanos, Moçambicanos e Zambianos referem vantagem nesse procedimento, mas, no entanto, variam quando a importância atribuída entre “médio”, “muito” e “muitíssimo”.

A valorização global é muito expressiva com 48.4% e referirem muita vantagem.

Quadro 45: Cruzamento: Existem vantagens económicas em receber turistas nas ATFC da SADC. Com o Grau Académico

Grau de Escolaridade		Existem vantagens em receber turistas estrangeiros na área do ATFC? Vantagens económicas					Total		
		Não	Poucos	Médios	Muito	Muitíssimo			
Grau de Escolaridade	Pós Doutoramento	Frequência	0	1	1	2	1	5	
		% Do Total	0,0%	3,2%	3,2%	6,5%	3,2%	16,1%	
	Doutoramento	Frequência	0	0	0	3	1	4	
		% Do Total	0,0%	0,0%	0,0%	9,7%	3,2%	12,9%	
	Mestrado	Frequência	1	0	4	5	2	12	
		% Do Total	3,2%	0,0%	12,9%	16,1%	6,5%	38,7%	
	Total	Licenciatura	Frequência	0	0	2	5	2	9
			% Do Total	0,0%	0,0%	6,5%	16,1%	6,5%	29,0%
	Outros	Frequência	0	1	0	0	0	1	
		% Do Total	0,0%	3,2%	0,0%	0,0%	0,0%	3,2%	
	Total		Frequência	1	2	7	15	6	31
				3,2%	6,5%	22,6%	48,4%	19,4%	100,0%

Em relação à escolaridade encontramos a mesma relação – são os detentores de licenciatura e de mestrado que veem em maior percentagem vantagens económicas em receber os turistas estrangeiros.

CRUZAMENTO: AS ATFC PROPORCIONAM A INCLUSÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES

Quadro 46: Cruzamento: As ATFC da SADC proporcionam a inclusão e o desenvolvimento das comunidades. Com a Nacionalidade

Nacionalidade		Será que a ATFC proporciona a inclusão e o desenvolvimento das comunidades?				Total
		Poucos	Médios	Muito	Muitíssimo	
			Frequência			
Moçambicana	Frequência	0	0	2	1	3
	% Do Total	0,0%	0,0%	6,5%	3,2%	9,7%
RSA	Frequência	1	4	5	1	11
	% Do Total	3,2%	12,9%	16,1%	3,2%	35,5%
Zambiano	Frequência	0	1	1	1	3
	% Do Total	0,0%	3,2%	3,2%	3,2%	9,7%
Malauí	Frequência	0	2	0	0	2
	% Do Total	0,0%	6,5%	0,0%	0,0%	6,5%
Lesotho	Frequência	0	2	0	0	2
	% Do Total	0,0%	6,5%	0,0%	0,0%	6,5%
Botswana	Frequência	0	1	0	1	2
	% Do Total	0,0%	3,2%	0,0%	3,2%	6,5%
Tanzânia	Frequência	1	0	0	0	1
	% Do Total	3,2%	0,0%	0,0%	0,0%	3,2%
Namibiano	Frequência	0	0	1	1	2
	% Do Total	0,0%	0,0%	3,2%	3,2%	6,5%
Zimbabué	Frequência	0	1	1	0	2
	% Do Total	0,0%	3,2%	3,2%	0,0%	6,5%
Angolana	Frequência	0	0	3	0	3
	% Do Total	0,0%	0,0%	9,7%	0,0%	9,7%
Total	Frequência	2	11	13	5	31
	% Do Total	6,5%	35,5%	41,9%	16,1%	100,0%

Quadro 47: Cruzamento: As ATFC da SADC proporciona a inclusão e o desenvolvimento das comunidades. Com o Grau Académico

		Será que as ATFC proporcionam a inclusão e o desenvolvimento das comunidades?				Total	
		Poucos	Médios	Muito	Muitíssimo		
Grau de Escolaridade	Pós	Frequência	0	3	0	2	5
	Doutoramento	% do Total	0,0%	9,7%	0,0%	6,5%	16,1%
	Doutoramento	Frequência	0	2	2	0	4
		% do Total	0,0%	6,5%	6,5%	0,0%	12,9%
	Mestrado	Frequência	1	5	3	3	12
		% do Total	3,2%	16,1%	9,7%	9,7%	38,7%
	Licenciatura	Frequência	0	1	8	0	9
		% do Total	0,0%	3,2%	25,8%	0,0%	29,0%
	Outros	Frequência	1	0	0	0	1
		% do Total	3,2%	0,0%	0,0%	0,0%	3,2%
	Total	Frequência	2	11	13	5	31
		% do Total	6,5%	35,5%	41,9%	16,1%	100,0%

Também em relação à inclusão e ao desenvolvimento das comunidades das ATFC, 16.1% dos inquiridos sul-africanos consideraram que estas áreas são proporcionadoras de muito desenvolvimento para as comunidades, sendo que 16.1 % o considera como muito importante e 12.9% moderadamente importante. Segundando este país encontramos Moçambique, Angola e Zâmbia, cada um deles com 9.7% de respostas afirmativas e é de salientar que Angola coloca os seus 9.7% na classificação de muito importante.

Na avaliação global destacam-se os 41.9% a considerarem importantes as ATFC como proporcionadoras de inclusão e desenvolvimento.

Relacionando a escolaridade com as respostas obtidas, constata-se que, mais uma vez, são os licenciados e os mestres que respondem em maior percentagem que as ATFC são proporcionadoras de inclusão e desenvolvimento.

Quadro 48: Cruzamento: A gestão dos países parceiros das ATFC promovem a solidariedade, a segurança e a paz. Com a Nacionalidade

		A gestão dos países parceiros da ATFC promovem a solidariedade, a segurança e a paz?				Total	
		Poucos	Médios	Muito	Muitíssimo		
Nacionalidade	Moçambicana	Frequência	0	0	2	1	3
		% Do Total	0,0%	0,0%	6,5%	3,2%	9,7%
	RSA	Frequência	0	2	8	1	11
		% Do Total	0,0%	6,5%	25,8%	3,2%	35,5%
	Zambiano	Frequência	0	1	1	1	3
		% Do Total	0,0%	3,2%	3,2%	3,2%	9,7%
	Malauí	Frequência	0	0	1	1	2
		% Do Total	0,0%	0,0%	3,2%	3,2%	6,5%
	Lesotho	Frequência	1	0	1	0	2
		% Do Total	3,2%	0,0%	3,2%	0,0%	6,5%
	Botswana	Frequência	0	0	1	1	2
		% Do Total	0,0%	0,0%	3,2%	3,2%	6,5%
	Tanzânia	Frequência	0	0	1	0	1
		% Do Total	0,0%	0,0%	3,2%	0,0%	3,2%
	Namibiano	Frequência	0	0	1	1	2
		% Do Total	0,0%	0,0%	3,2%	3,2%	6,5%
	Zimbabué	Frequência	0	0	1	1	2
		% Do Total	0,0%	0,0%	3,2%	3,2%	6,5%
	Angolana	Frequência	0	0	2	1	3
		% Do Total	0,0%	0,0%	6,5%	3,2%	9,7%
Total	Frequência	1	3	19	8	31	
	% Do Total	3,2%	9,7%	61,3%	25,8%	100,0%	

Quando questionados relativamente à gestão dos países parceiros da ATFC na promoção da solidariedade, segurança e paz, 35.5% dos inquiridos de nacionalidade sul-africana respondem afirmativamente, sendo que 25,8% considera mesmo um bom promotor.

Angola, Moçambique e Zâmbia vêm a seguir com 9.7% cada, mas apresentado distribuição quantitativa que varia entre médios, bons e muito bons.

Quadro 49: Cruzamento: A gestão dos países parceiros das ATFC da SADC promovem a solidariedade, a segurança e a paz.Com o Grau Académico

Grau de Escolaridade		A gestão dos países parceiros da ATFC promovem a solidariedade, a segurança e a paz?				Total		
		Poucos	Médios	Muito	Muitíssimo Bons			
Grau de Escolaridade Total	Pós Doutoramento	Frequência	0	1	2	2	5	
		% Do Total	0,0%	3,2%	6,5%	6,4%	16,1%	
	Doutoramento	Frequência	0	0	4	0	4	
		% Do Total	0,0%	0,0%	12,9%	0,0%	12,9%	
	Mestrado	Frequência	1	1	6	4	12	
		% Do Total	3,2%	3,2%	19,4%	12,9%	38,7%	
	Licenciatura	Frequência	0	0	7	2	9	
		% Do Total	0,0%	0,0%	22,6%	6,5%	29,0%	
	Outros	Frequência	0	1	0	0	1	
		% Do Total	0,0%	3,2%	0,0%	0,0%	3,2%	
	Total		Frequência	1	3	19	7	31

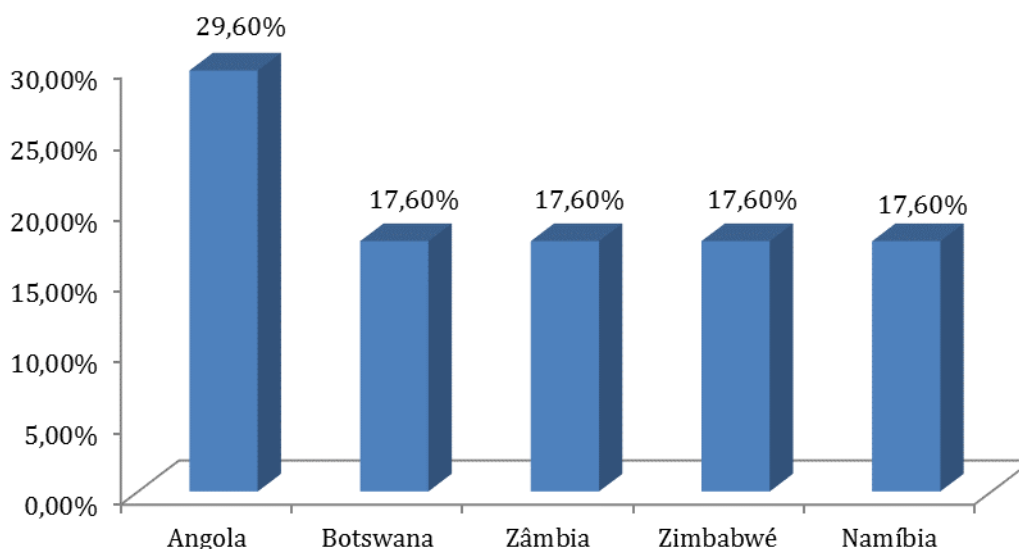
A relação entre respostas positivas e maior grau escolaridade mantém-se também em relação a esta questão, com 22,6% de licenciados a considerarem como boa a promoção da solidariedade, segurança e paz pela gestão dos países parceiros da ATFC.

No final da apresentação destes resultados cabe salientar a coerência observada entre todas as respostas quer em relação às nacionalidades, quer em relação ao grau de escolaridade.

7.2. ANÁLISE DA COMUNIDADE DA ATFC KAZA

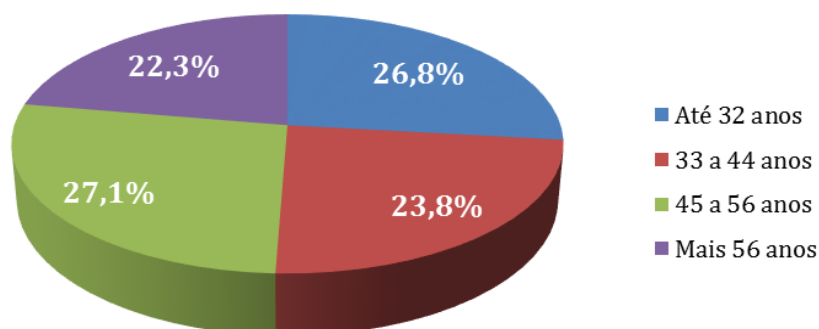
7.2.1. Análise Sociodemográfica da comunidade ATFC KAZA

Gráfico 28: País de Residência



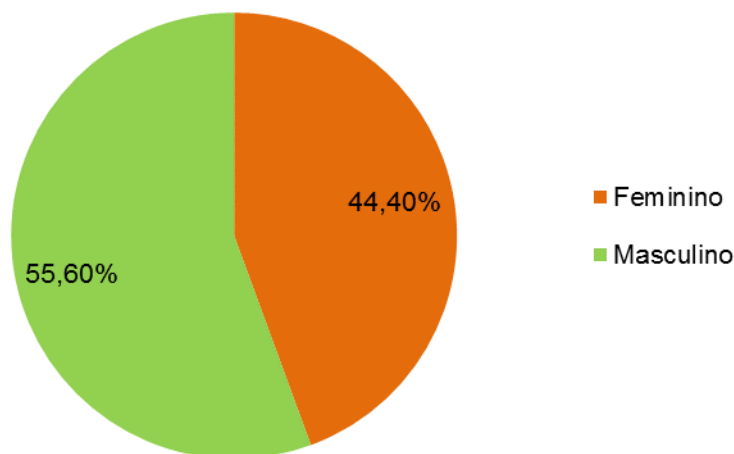
Relativamente ao País de Residência, 29,6% dos inquiridos são angolanos, enquanto os restantes 70,4% de inquiridos estão repartidos equitativamente pelas 4 restantes nacionalidades: Botswana, Zâmbia, Zimbabwé e Namíbia (Gráfico 28).

Gráfico 29: Variável Idade



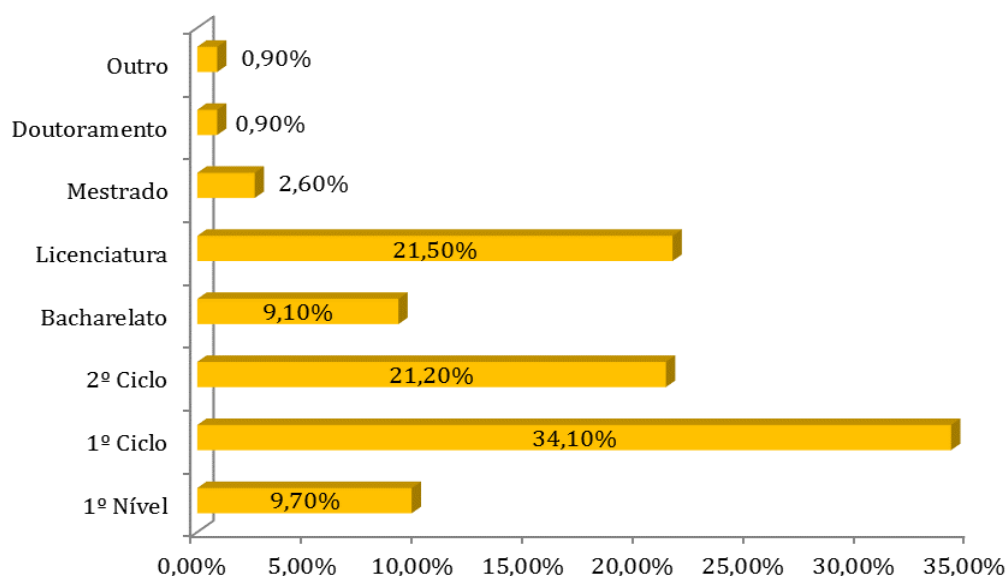
Através do gráfico 29, podemos observar que 26,8% dos inquiridos tem idade até aos 32 anos. A mediana encontra-se nos 44 anos, sendo que o inquirido mais novo tem 18 anos e o mais idoso tem 86 anos. A média situa-se nos 44,9 anos com um desvio padrão de 15,5 anos.

Gráfico 30: Género



Relativamente ao género, 55,6% dos inquiridos são do género masculino, enquanto os restantes 44,4% são do género feminino.

Gráfico 31: Grau de Escolaridade



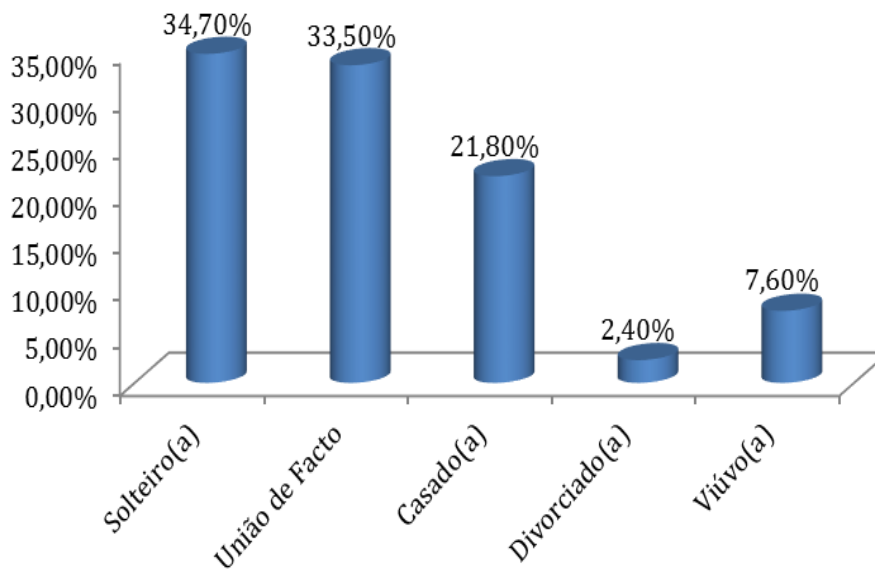
Através do gráfico 31 concluímos que o grau de escolaridade que mais se destaca é o 1º Ciclo com 34,1% de respondentes, seguido dos elementos com Licenciatura com 21,5%. De salientar que apenas 0,9% possuem doutoramento.

Quadro 50: Profissão

Profissão	%
Funcionário Público	25
Não Legalizado	14
ONG's	13
Militar/ Polícia	10
Gestores de Parques	9
Profissional por conta própria	9
Profissional por conta de outrem	9
Jornalista	4
Outro	3
Imprensa	1

Quanto à profissão, destaca-se o funcionalismo público com 28,0% dos respondentes, seguido dos trabalhadores informais (não legalizados), com 14,4%. Cerca de 12,4% afirmaram trabalhar em Organizações Não Governamentais.

Gráfico 32: Estado Civil

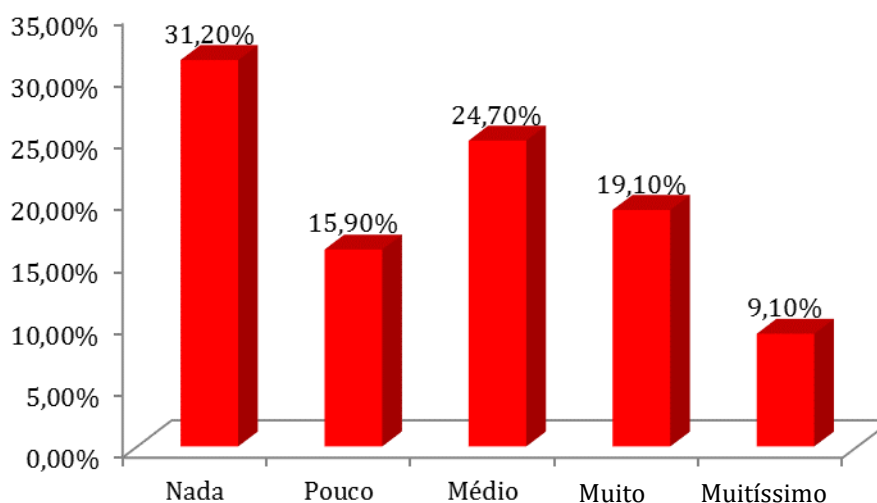


A comunidade da ATFC KAZA, quando interrogada sobre o estado civil, 34,7% responderam ser solteiro(a)s, enquanto 33,5% vivem em união de facto. 21,8% são casado(a)s e apenas 2,4% estão divorciados (Gráfico 32)

Em resumo relativamente aos dados sociodemográficos constatou-se existir um equilíbrio entre os representantes do género masculino e feminino, com 55,6% e 44,4% respectivamente. 26,8% dos inquiridos tinham idade até aos 32 anos, a mediana encontrava-se nos 44 anos, sendo que o inquirido mais novo tinha 18 anos e o mais idoso 86 anos. A média situava-se nos 44,9 anos. O estado civil predominante foi solteiro(a) com 34,7% e 33,5% viviam em união de facto. A maioria dos inquiridos eram funcionários públicos, o que se justifica pelo facto das áreas transfronteiriças serem na maioria propriedade do Estado. Quanto ao grau de escolaridade o que mais se destaca é o 1º Ciclo com 34,1%, seguido dos elementos com Licenciatura com 21,5%.

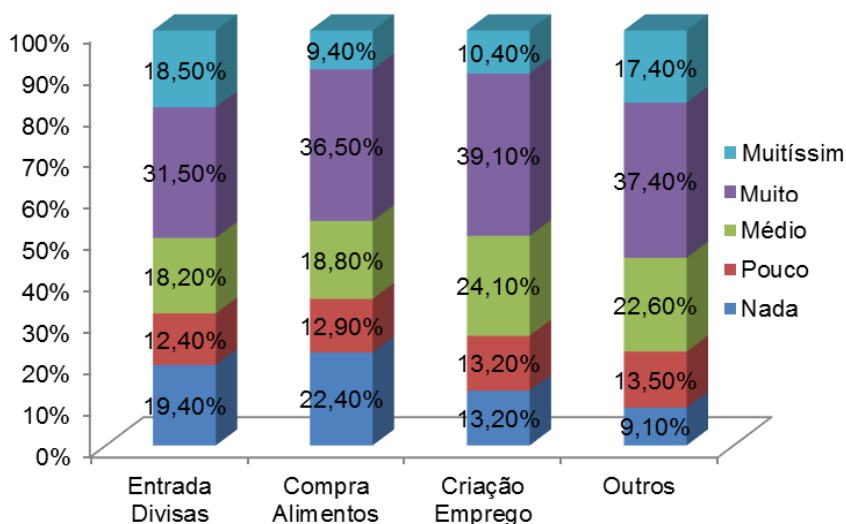
7.2.2. Análise Estatística dos questionários da comunidade da Área Transfronteiriça de Conservação Okavango Zambeze

Gráfico 33: Participação na ATFC KAZA



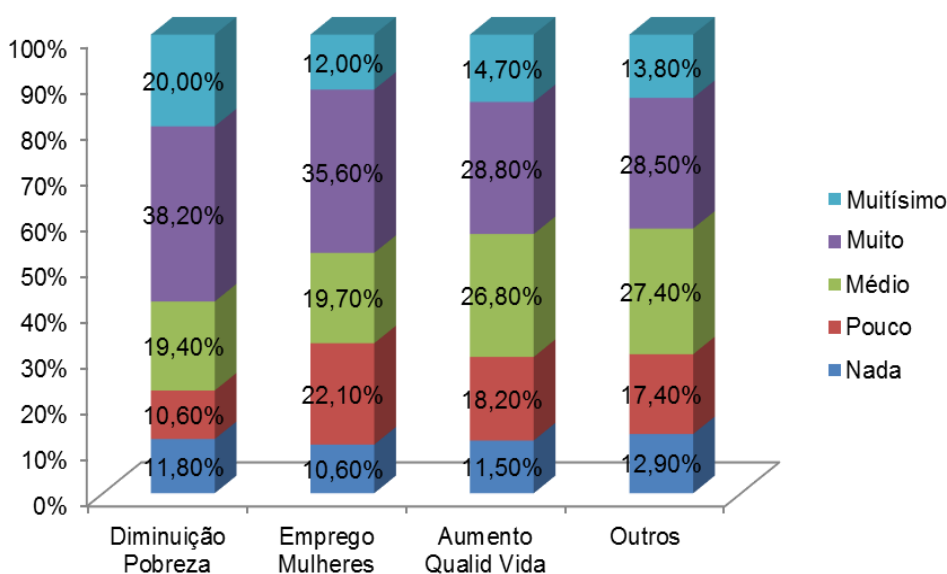
No gráfico 33 podemos observar que de uma pontuação de “Nada” a “Muito Bem”, cerca de 31,2% dos inquiridos respondeu “Nada”. Já 24,7% mencionou “Médio”, enquanto apenas 9,1% referiu “Muito bem”. Ou seja, apenas 28,2% afirmaram participar do ATFC KAZA.

Gráfico 34: Benefícios económicos do KAZA



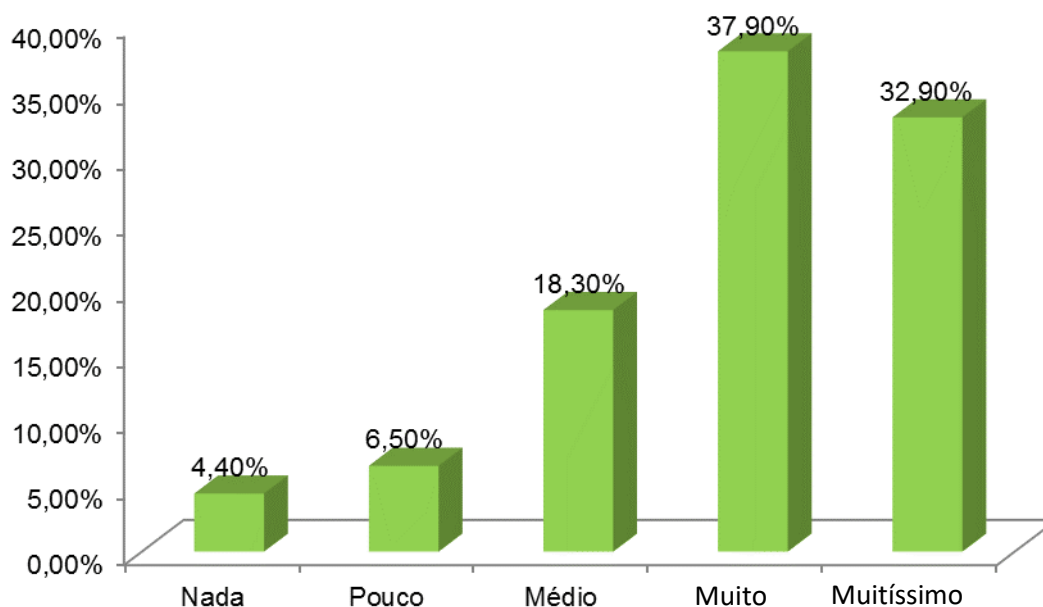
Relativamente aos benefícios económicos, de destacar que 73,6% dos inquiridos mencionaram ser a criação de emprego o benefício económico mais importante, seguido os 68,2% de inquiridos que referiram a entrada de divisas como benefício importante (gráfico 34).

Gráfico 35: Benefícios sociais do KAZA



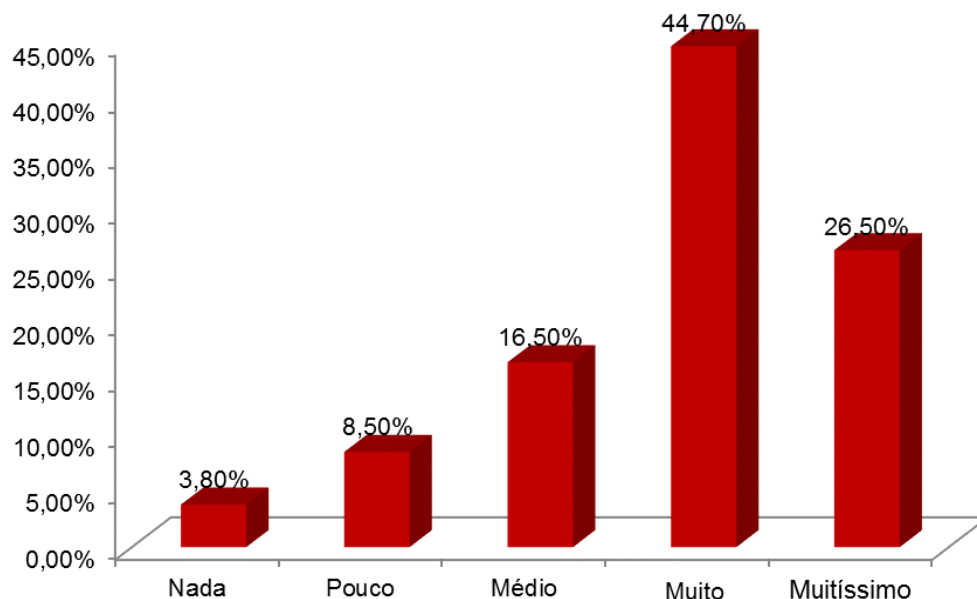
Quanto aos benefícios sociais, podemos verificar que 77,6 % dos inquiridos são de opinião (Médio/Muito/Muitíssimo) que a diminuição da pobreza é um dos factores de benefício social, assim como 67,4% referem que esse factor é o emprego para as mulheres. Se analisarmos o gráfico 35 e 36 verificaremos que os benefícios, quer sociais, quer económicos retratam a questão do emprego ser o benefício mais importante, particularmente o emprego da mulher, que trazem como consequência a redução da pobreza. Respondendo aos objectivos do Milénio.

Gráfico 36: Benefícios organizacionais (entre os países) proporcionados pelo KAZA



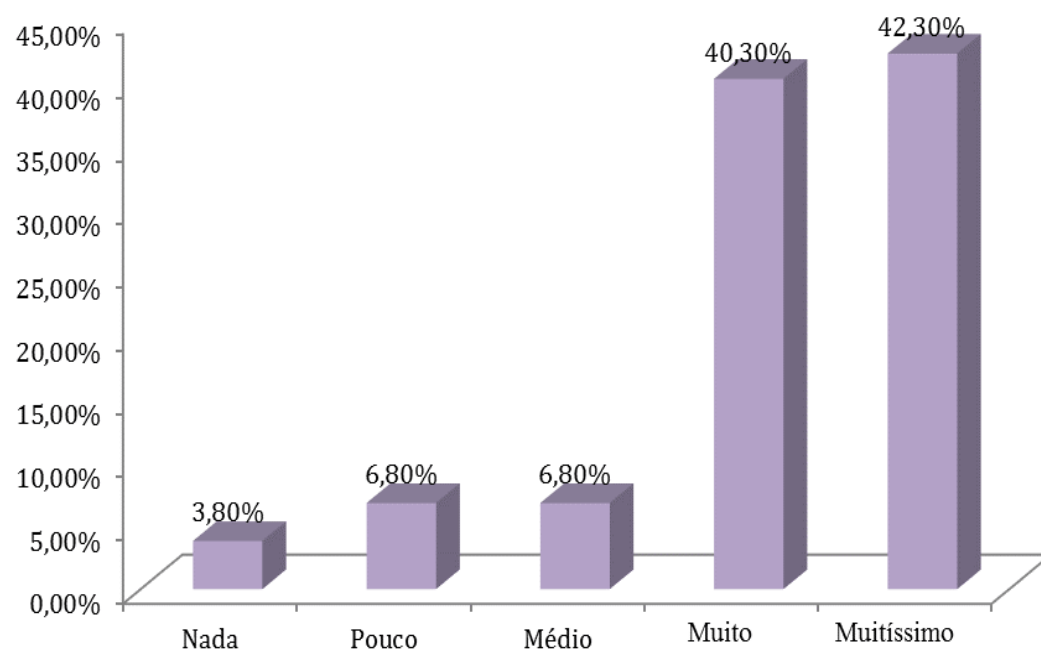
Cerca de 89,1% (Médio/Muito/Muitíssimo) dos respondentes mencionou que da ATFC KAZA proporciona benefícios organizacionais entre os países que o constituem (gráfico 36).

Gráfico 37: Inclusão e desenvolvimento das Comunidades proporcionados pelo KAZA.



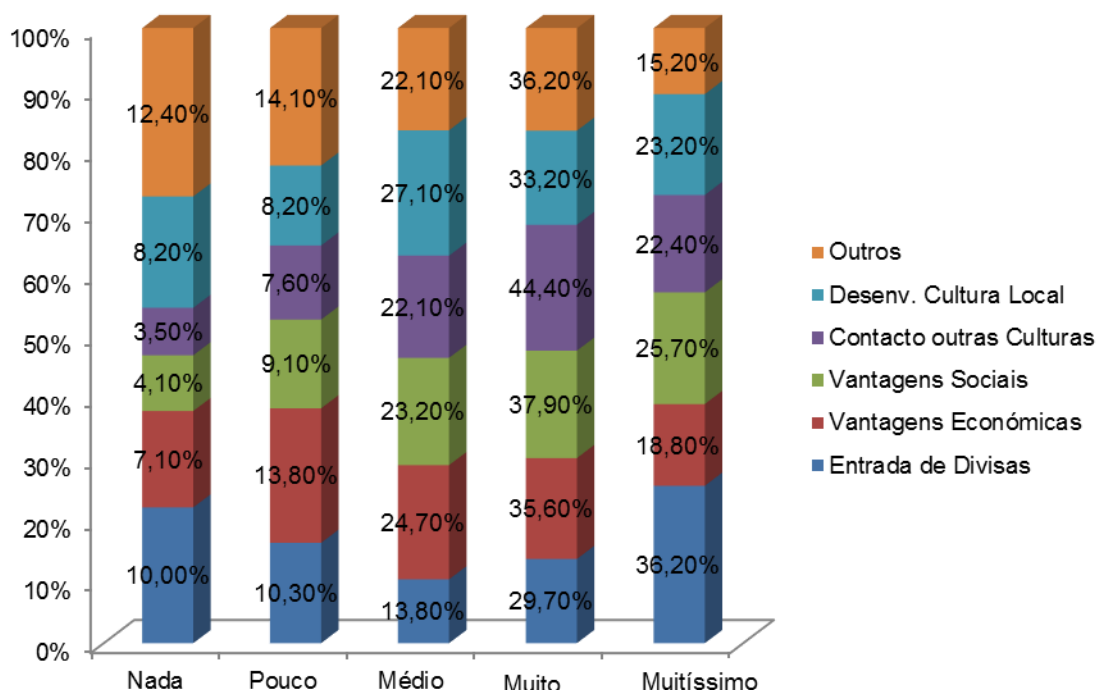
Quanto à análise da inclusão e do desenvolvimento das comunidades (quadro 37), foi referido por 87,7% dos inquiridos (médio/bem/muito bem) que esta ATFC KAZA proporciona a inclusão das comunidades. Apenas 12,3% referiu que proporciona pouco ou nada.

Gráfico 38: A importância do desenvolvimento do turismo na ATFC KAZA.



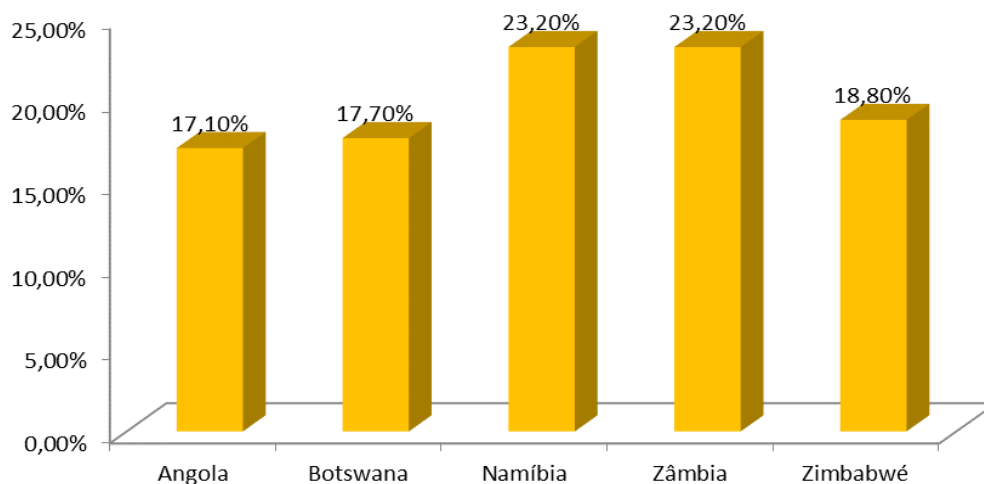
Relativamente a importância do desenvolvimento do turismo na ATFC KAZA, Através do gráfico 38 observamos que 89,4% dos elementos amostrais, têm a percepção da importância do desenvolvimento do turismo sustentável na ATFC KAZA, sendo que apenas 10,6% não estiveram de acordo.

Gráfico 39: Vantagens em receber turistas estrangeiros na área do KAZA



No gráfico 39 verificamos que o “contacto com outras culturas” (88,9%) e a “entrada de divisas” (79,7%) foram as duas principais vantagens apresentadas pelos inquiridos, no que se refere a receber turistas estrangeiros na área do ATFC KAZA. De seguida surgem as “vantagens sociais” (63,5%) e o “desenvolvimento cultural local” (56,4%).

Gráfico 40: Países da ATFC KAZA visitados pelos inquiridos.



Quando se questionou sobre quais os países da ATFC KAZA que já haviam visitado, cerca de 23,2% afirmou ser a Namíbia. Com a mesma percentagem ficou a Zâmbia. De seguida, o Zimbabwé com 18,8% de visitantes, o Botswana

Gráfico 41: Inconvenientes em receber turistas estrangeiros na área do KAZA

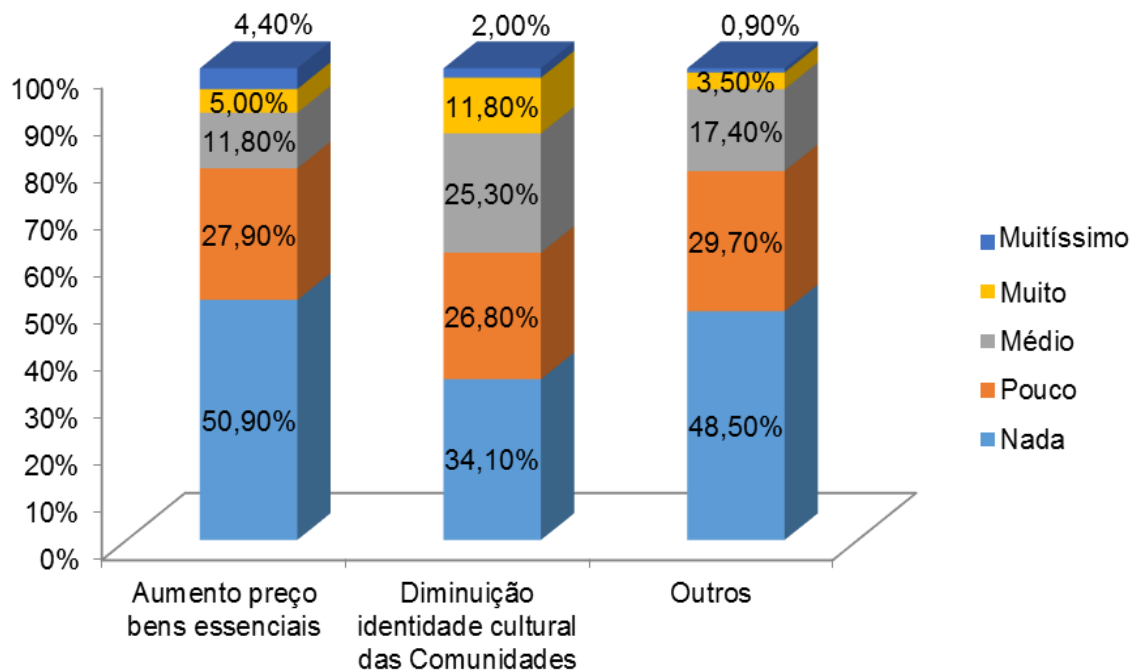
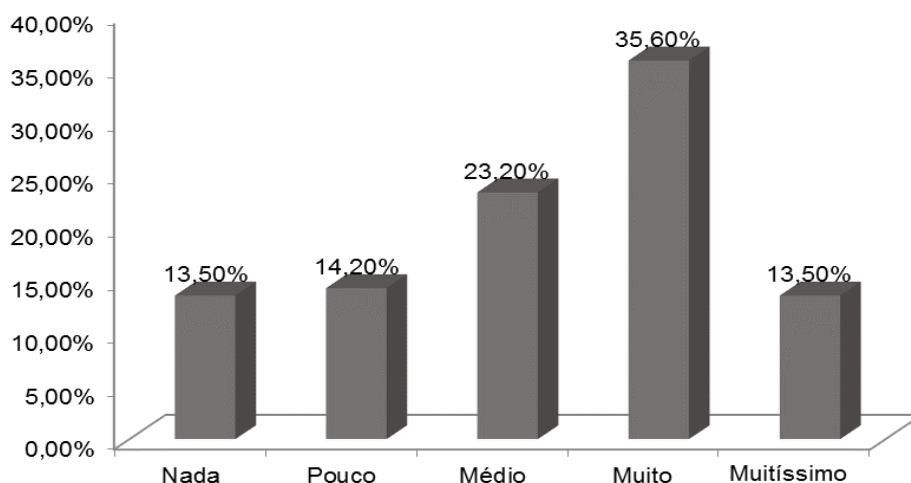


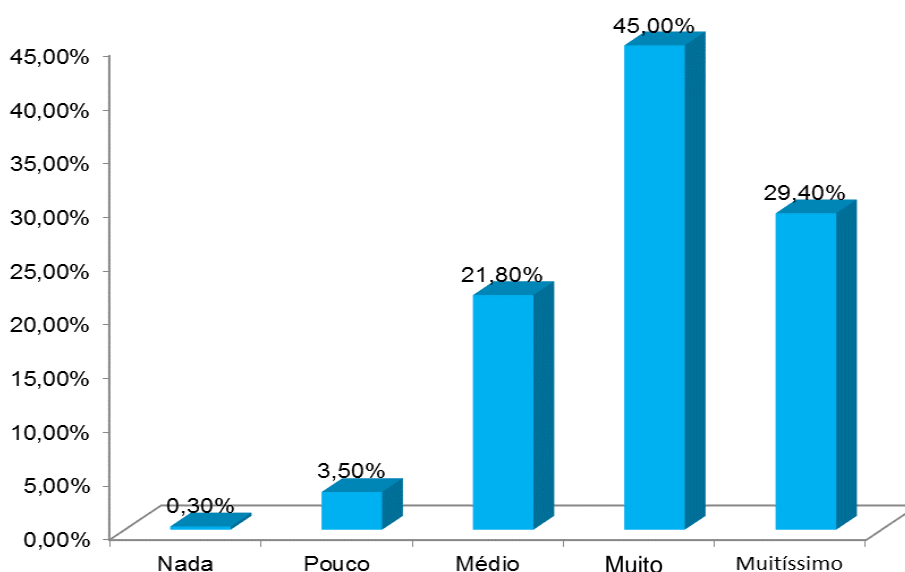
Gráfico 42: Condições para receber turista.



De acordo com o gráfico 42, 72,3% dos inquiridos referiram que existem condições para receber turistas. Apenas 13,5% mencionou não estar de acordo com essa opinião.

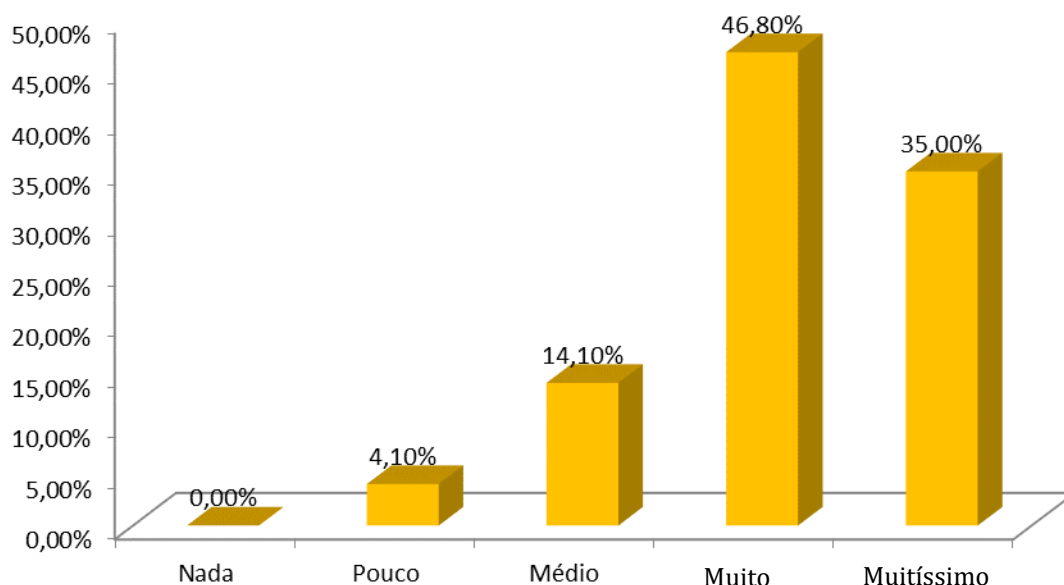
Entretanto constatou-se que a maioria dos inquiridos que responderam nada e pouco, que equivale 27,70%, são de nacionalidade angolana, pois Angola é a componente da ATFC KAZA com menor condições de recepção dos turistas.

Gráfico 43: Aumento de emprego e consequentemente a redução da pobreza pelo desenvolvimento do Turismo na área do KAZA



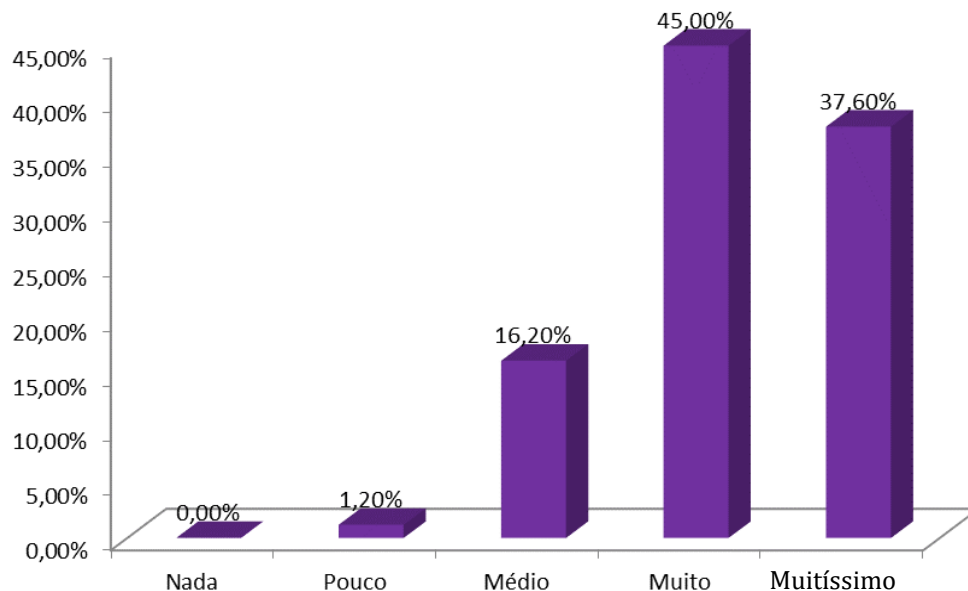
Relativamente ao desenvolvimento do Turismo na ATFC KAZA, 96.2% dos respondentes afirmaram que este permite o aumento de emprego e consequentemente a redução da pobreza. Apenas não apresentaram essa opinião cerca de 3,8%.

Gráfico 44: Promoção da estabilidade fronteira e do respeito pela soberania dos Estados Parceiros pela Gestão Conjunta (entre os países parceiros) do KAZA



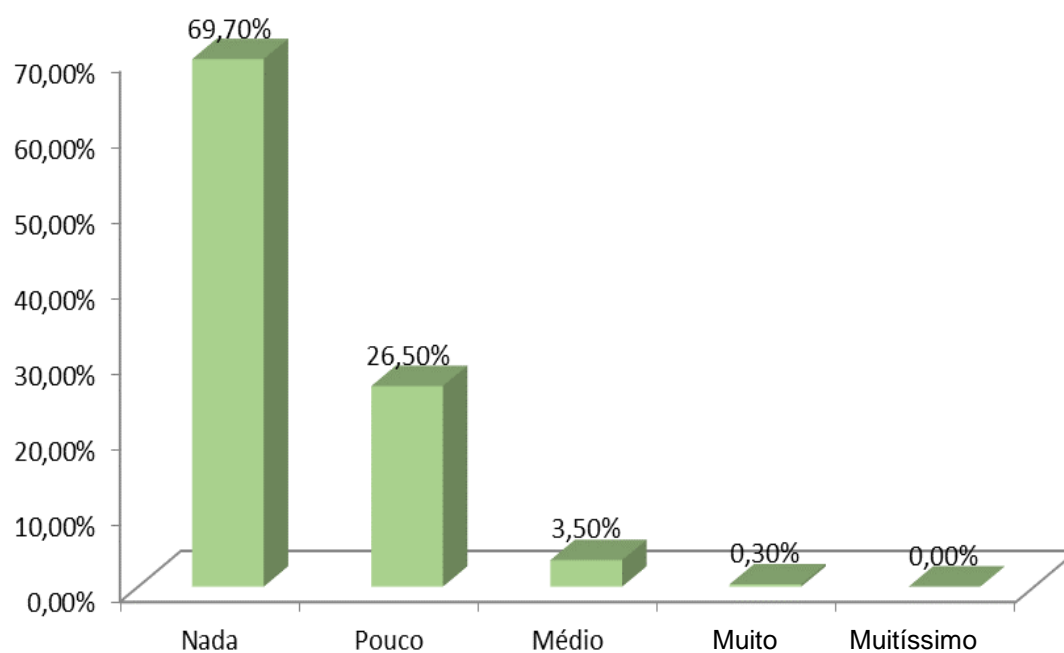
Através do gráfico 44 podemos verificar que 95.9 % dos respondentes são de opinião que a Gestão Conjunta (entre países parceiros) da ATFC KAZA promove a estabilidade fronteira, o respeito pela soberania dos Estados Parceiros.

Gráfico 45: A Gestão Conjunta (entre os países parceiros) do KAZA promove a solidariedade, a segurança e paz.



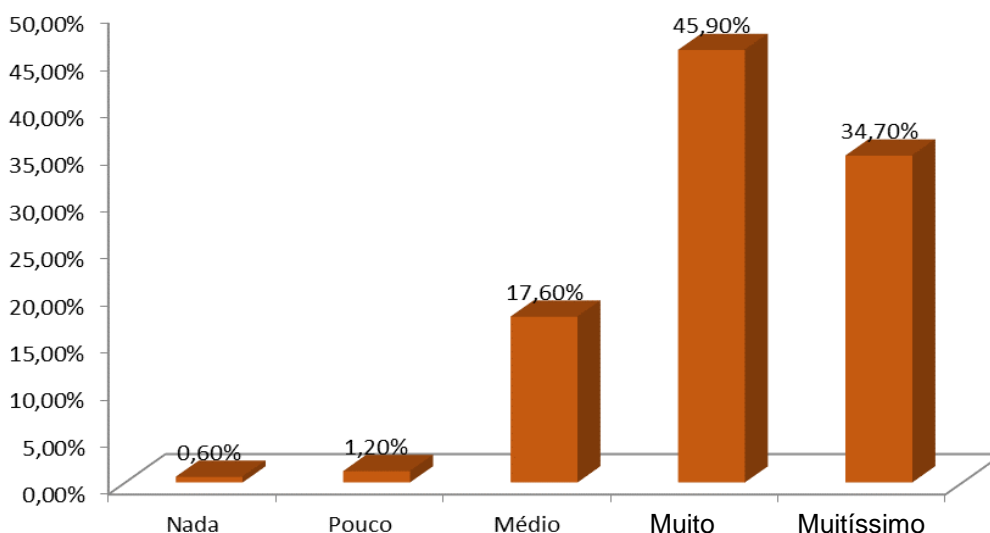
Relativamente à promoção da solidariedade, da segurança e da paz (gráfico 45), cerca de 98,8% dos inquiridos afirmou que essa é feita através da Gestão Conjunta (entre os países parceiros).

Gráfico 46: Insegurança promovida pela circulação nas fronteiras



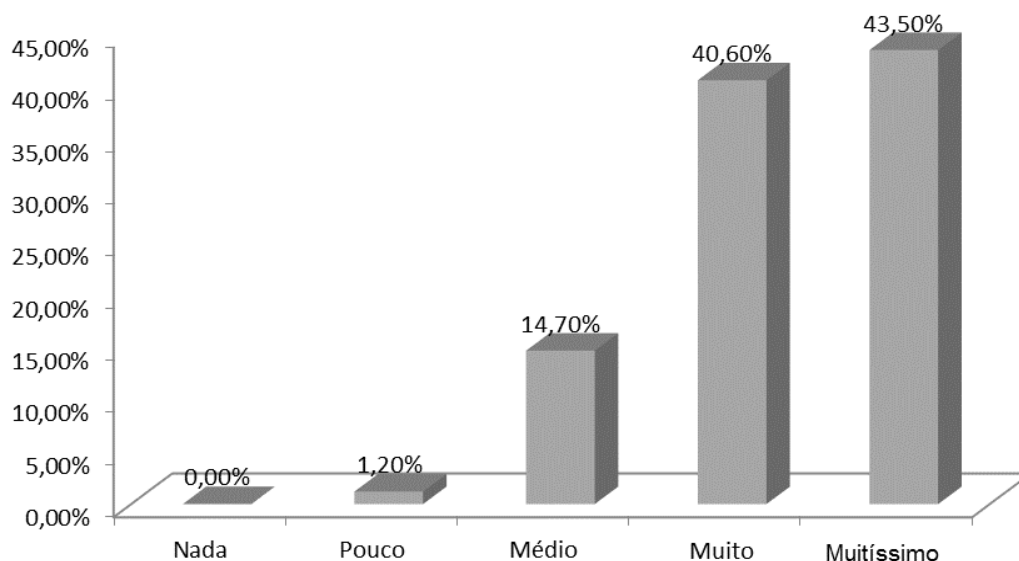
A circulação nas fronteiras não promove a insegurança. Essa foi a opinião de 96,2% do total de inquiridos. Somente 3,8% dos inquiridos manifestou opinião contrária (gráfico 46).

Gráfico 47: O KAZA como processo de ensino da convivência pacífica entre as Nações.



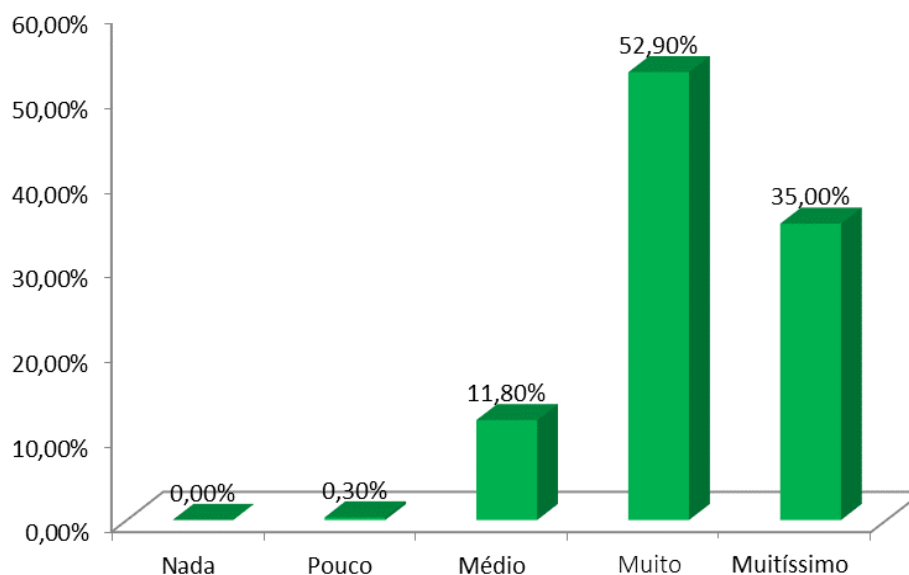
No gráfico 47, podemos observar que 98,2% dos 340 respondentes afirmaram que a ATFC KAZA pode ser considerado um processo de ensino da conveniência pacífica entre as Nações. Apenas 0,6% afirmou o contrário.

Gráfico 48: Vantagens da colaboração com os países parceiros do KAZA.



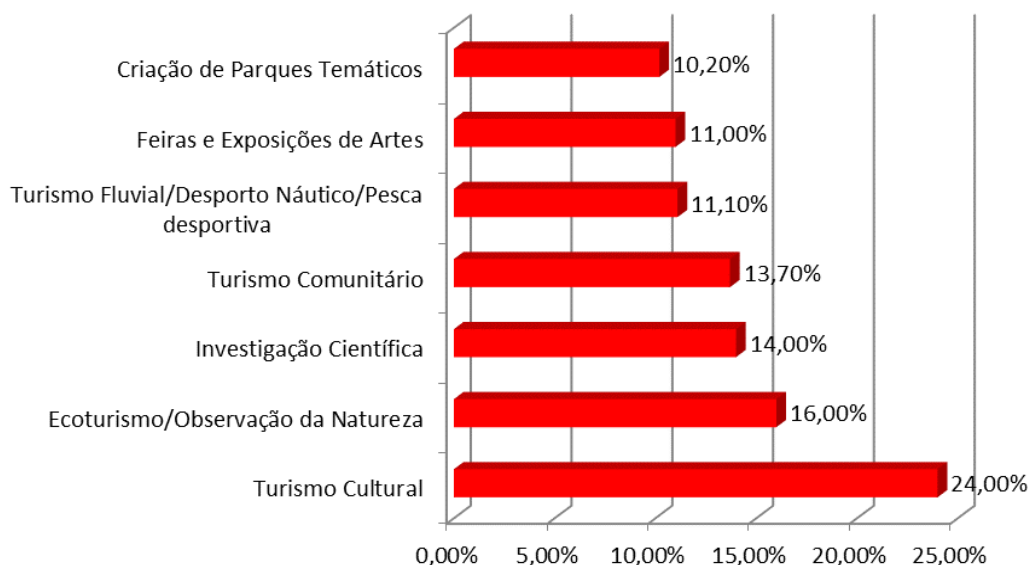
Para 84,1% dos respondentes, a colaboração com os países parceiros da ATFC KAZA, traz vantagens. O mesmo não é corroborado por 15,9 % dos inquiridos (gráfico 48).

Gráfico 49: Promoção da Paz através do Turismo



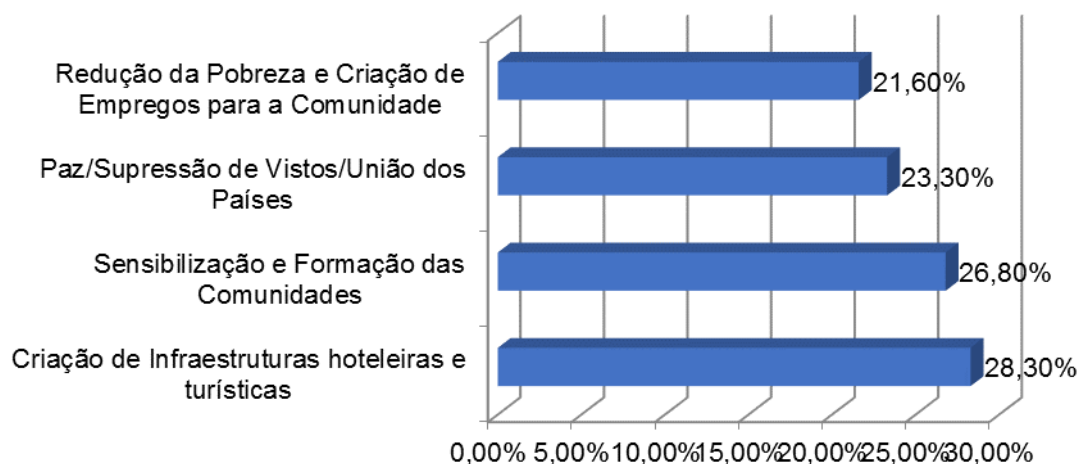
O gráfico 49 mostra que 99,7% dos respondentes (médio/muito/muitíssimo) são de opinião que o Turismo promove a Paz, o que não é a opinião de apenas 0,3%.

Gráfico 50: Actividades turísticas a serem desenvolvidas.



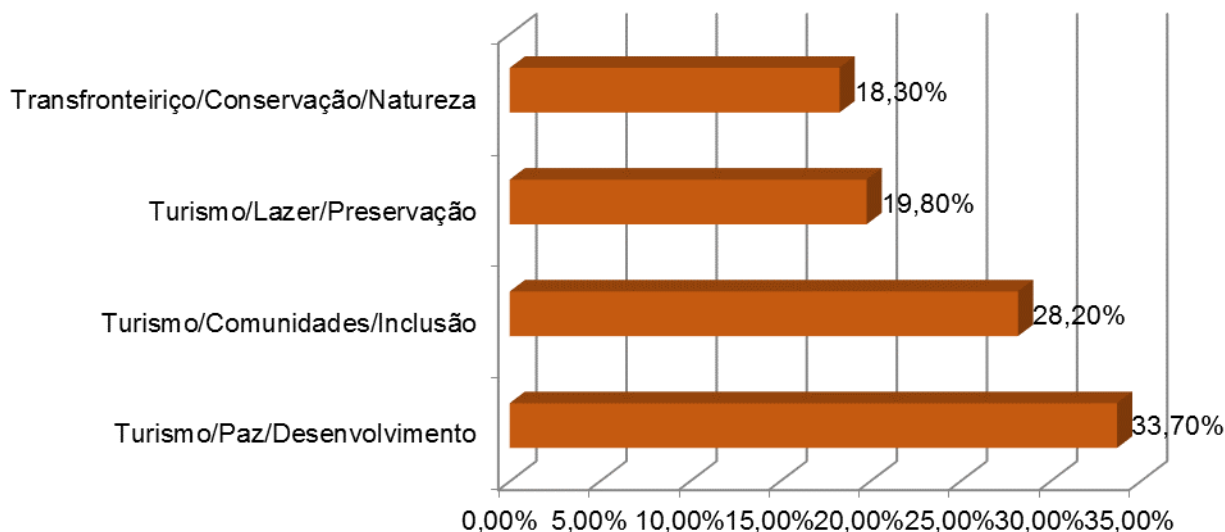
O gráfico 50 apresenta as actividades turísticas que devem ser, na opinião dos respondentes, desenvolvidas. Com 24,0% temos o Turismo Cultural e com 16,0% o Ecoturismo/Observação da Natureza. A Investigação Científica (14,0%) e o Turismo Comunitário (13,7%) também foram actividades turísticas mencionadas para serem desenvolvidas.

Gráfico 51: Primeiras acções desenvolvidas pelos inquiridos se intervenientes.



Se os respondentes pudessem ser intervenientes, as primeiras acções a serem desenvolvidas seriam a criação de Infraestruturas hoteleiras e turísticas (28,3%) e a sensibilização e formação das Comunidades (26,8%). Também no gráfico verificamos ainda que a paz/supressão de vistos/união dos países foi referenciado por 23,3% dos respondentes, assim como a redução da pobreza e criação de empregos para a Comunidade (21,6%).

Gráfico: 52 palavras relacionadas com a ATFC KAZA



Foi solicitado aos respondentes que indicassem 3 palavras que se relacionassem a ATFC KAZA (gráfico 52), tendo sido mencionadas, em primeiro lugar e com 33,7% o “Turismo/Paz/Desenvolvimento”, seguido das palavras “Turismo/Comunidades/Inclusão” com 28,2%. O “Turismo/Lazer/Preservação” obteve 19,8% de opinião dos inquiridos, assim como as palavras “Transfronteiriço/Conservação/Natureza” com 18,3%. Se isolarmos apenas a palavra “Turismo”, chegamos a um valor de 81,7% de respostas.

7.2.3. Cruzamento de algumas questões da ATFC KAZA

Com base nos resultados dos inquéritos aplicados quer as comunidades da ATFC KAZA, quanto aos pontos focais da SADC, foram efectuados cruzamentos para os quais foi utilizado o Índice Qui Quadrado para trabalharmos apenas aqueles cujo grau de significância era superior a 95%. Para os autores Marôco (2014) e Pestana & Gagueiro (2014), o Teste de Qui Quadrado (teste não paramétrico) é um teste de hipóteses que tem como objectivo descobrir valor de dispersão ou variação para duas e apenas duas variáveis qualitativas de escala nominal, com o intuito de avaliar o possível grau de associação existente entre essas variáveis qualitativas. Por outras palavras, são utilizadas comparações de proporções, mais precisamente averiguar diferenças estatisticamente

significativas entre frequências esperadas e observadas, para um determinado acontecimento.

CRUZAMENTO: A ATFC TRAZ BENEFÍCIOS SOCIAIS/ REDUÇÃO DA POBREZA

Quadro 51: Cruzamento: A ATFC KAZA traz benefícios sociais/Diminuição da Pobreza (KAZA) com a nacionalidade

		O KAZA traz benefícios sociais? Diminuição da pobreza					Total	
		Nada	Pouco	Médio	Muito	Muitíssimo		
Nacionalidade	Angolana	Frequência	1	8	21	39	31	100
		% do Total	0,3%	2,4%	6,2%	11,5%	9,1%	29,4%
	Botswana	Frequência	20	8	11	15	6	60
		% do Total	5,9%	2,4%	3,2%	4,4%	1,8%	17,6%
	Zâmbia	Frequência	8	8	10	25	9	60
		% do Total	2,4%	2,4%	2,9%	7,4%	2,6%	17,6%
	Zimbabwe	Frequência	0	2	11	30	17	60
		% do Total	0,0%	0,6%	3,2%	8,8%	5,0%	17,6%
	Namíbia	Frequência	11	10	13	21	5	60
		% do Total	3,2%	2,9%	3,8%	6,2%	1,5%	17,6%
	Total	Frequência	40	36	66	130	68	340
		% do Total	11,8%	10,6%	19,4%	38,2%	20,0%	100,0%

Quadro 52: Cruzamento: A ATFC KAZA traz benefícios sociais/Diminuição da Pobreza (KAZA) com o Grau de Escolaridade

		O KAZA traz benefícios sociais? Diminuição da pobreza					Total	
		Nada	Pouco	Médio	Muito	Muitíssimo		
Grau de Escolaridade	1º Nível	Frequência	7	5	7	12	2	33
		% Do Total	2,1%	1,5%	2,1%	3,5%	0,6%	9,7%
	1º Ciclo	Frequência	30	22	16	37	11	116
		% Do Total	8,8%	6,5%	4,7%	10,9%	3,2%	34,1%
	2º Ciclo	Frequência	3	6	18	26	19	72
		% Do Total	0,9%	1,8%	5,3%	7,6%	5,6%	21,2%
	Bacharelato	Frequência	0	0	10	11	10	31
		% Do Total	0,0%	0,0%	2,9%	3,2%	2,9%	9,1%
	Licenciatura	Frequência	0	3	9	37	24	73
		% Do Total	0,0%	0,9%	2,6%	10,9%	7,1%	21,5%
	Mestrado	Frequência	0	0	2	7	0	9
		% Do Total	0,0%	0,0%	0,6%	2,1%	0,0%	2,6%
	Doutoramento	Frequência	0	0	2	0	1	3
		% Do Total	0,0%	0,0%	0,6%	0,0%	0,3%	0,9%
	Outro	Frequência	0	0	2	0	1	3
		% Do Total	0,0%	0,0%	0,6%	0,0%	0,3%	0,9%
	Total	Frequência	40	36	66	130	68	340
		% Do Total	11,8%	10,6%	19,4%	38,2%	20,0%	100,0%

Em relação aos possíveis benefícios sociais para a diminuição da pobreza trazidos pela ATFC KAZA, verifica-se que é em Angola que existe uma maior percentagem de consciencialização para essa questão, com 11,5% a considerando-a muito benéfico.

De forma global o quadro mostra 20% de respostas com consideração de muitíssimo benéfico e 38,2% muito benéfico. Estas percentagens ressaltam a importância dada a este projeto, numa perspetiva presente e projetando-se no futuro.

Relativamente ao facto da ATFC KAZA trazer benefícios sociais, destaca-se que 10,9% de inquiridos do 1º Ciclo e igualmente 10,9% Licenciados, referem que os benefícios sociais em termos de “redução da pobreza”, são “muitos”.

Uns provavelmente com um conhecimento mais do dia-a-dia, os licenciados juntando experiências e vivências a conhecimentos mais específicos.

CRUZAMENTO: ATFC KAZA TRAZ BENEFÍCIOS SOCIAIS/EMPREGO PARA AS MULHERES

Quadro 53: Cruzamento: Emprego das Mulheres na ATFC KAZA. Com a Nacionalidade

		ATFC KAZA traz benefícios sociais/Emprego das mulheres					Total	
		Nada	Pouco	Médio	Muito	Muitíssimo		
Nacionalidade	Angolana	Frequência	2	24	19	37	18	100
		% do Total	0,6%	7,1%	5,6%	10,9%	5,3%	29,4%
	Botswana	Frequência	15	15	10	19	1	60
		% do Total	4,4%	4,4%	2,9%	5,6%	0,3%	17,6%
	Zâmbia	Frequência	7	15	14	20	4	60
		% do Total	2,1%	4,4%	4,1%	5,9%	1,2%	17,6%
	Zimbábue	Frequência	1	3	15	27	14	60
		% do Total	0,3%	0,9%	4,4%	7,9%	4,1%	17,6%
	Namíbia	Frequência	11	18	9	18	4	60
		% do Total	3,2%	5,3%	2,6%	5,3%	1,2%	17,6%
	Total	Frequência	36	75	67	121	41	340
		% do Total	10,6%	22,1%	19,7%	35,6%	12,1%	100,0%

Neste quadro contata-se que são os inquiridos angolanos que mais percebem o benefício potencial para a empregabilidade feminina. Os inquiridos do Zimbábue em 7.9% também têm essa percepção, sendo que os restantes apontam menor importância ou consideram, mesmo, que a ATFC KAZA não terá nenhuma repercussão a esse nível.

Quadro 54: Cruzamento: Emprego das Mulheres na ATFC KAZA. Com o Grau de Escolaridade

		O KAZA traz benefícios sociais? Emprego das mulheres					Total	
		Nada	Pouco	Médio	Muito	Muitíssimo		
Grau de Escolaridade	1º Nível	Frequência	6	11	4	12	0	33
		% do Total	1,8%	3,2%	1,2%	3,5%	0,0%	9,7%
	1º Ciclo	Frequência	22	37	13	40	4	116
		% do Total	6,5%	10,9%	3,8%	11,8%	1,2%	34,1%
	2º Ciclo	Frequência	4	9	20	26	13	72
		% do Total	1,2%	2,6%	5,9%	7,6%	3,8%	21,2%
	Bacharelato	Frequência	0	6	5	14	6	31
		% do Total	0,0%	1,8%	1,5%	4,1%	1,8%	9,1%
	Licenciatura	Frequência	1	7	21	27	17	73
		% do Total	0,3%	2,1%	6,2%	7,9%	5,0%	21,5%
	Mestrado	Frequência	3	2	2	2	0	9
		% do Total	0,9%	0,6%	0,6%	0,6%	0,0%	2,6%
	Doutoramento	Frequência	0	0	2	0	1	3
		% do Total	0,0%	0,0%	0,6%	0,0%	0,3%	0,9%
	Outro	Frequência	0	3	0	0	0	3
		% do Total	0,0%	0,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,9%
Total	Frequência	36	75	67	121	41	340	
	% do Total	10,6%	22,1%	19,7%	35,6%	12,1%	100,0%	

Apesar de ser Angola a apresentar a maior percentagem de respostas positivas quando aos inquiridos foi colocada a pergunta se existiriam vantagens económicas de receber turistas estrangeiros na área do KAZA, com 10,0% a referir muitas vantagens, na verdade, na globalidade do quadro, verifica-se que com valores mais ou menos expressivos e com diferentes níveis atribuídos, todos possuem a perceção do benefício deste tipo de turismo para o crescimento económico destas áreas – a percentagem máxima para o "nada" foi de 2,1% do inquérito da Zâmbia e da Namíbia.

As respostas encontradas vão permitindo perceber que existe uma sensibilização e consciencialização dos diferentes intervenientes para a importância deste processo, desde os menos aos mais diferenciados.

De acordo com a escolaridade verifica-se que são os inquiridos do primeiro e segundo ciclo e os licenciados que têm opinião mais favorável em relação a esta questão sobre as vantagens económicas do turismo para estrangeiros.

CRUZAMENTO: A ATFC KAZA PROPORCIONA A INCLUSÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES

Quadro 55: Cruzamento: A ATFC KAZA proporciona a inclusão e o desenvolvimento das Comunidades Com a Nacionalidade

		O KAZA proporciona a inclusão e o desenvolvimento das Comunidades?					Total	
		Nada	Pouco	Médio	Muito	Muitíssimo		
Nacionalidade	Angolana	Frequência	1	10	18	36	35	100
		% Do Total	0,3%	2,9%	5,3%	10,6%	10,3%	29,4%
	Botswana	Frequência	4	4	8	35	9	60
		% Do Total	1,2%	1,2%	2,4%	10,3%	2,6%	17,6%
	Zâmbia	Frequência	4	8	10	23	15	60
		% Do Total	1,2%	2,4%	2,9%	6,8%	4,4%	17,6%
	Zimbabwe	Frequência	0	0	9	29	22	60
		% Do Total	0,0%	0,0%	2,6%	8,5%	6,5%	17,6%
	Namíbia	Frequência	4	7	11	29	9	60
		% Do Total	1,2%	2,1%	3,2%	8,5%	2,6%	17,6%
	Total	Frequência	13	29	56	152	90	340
		% Do Total	3,8%	8,5%	16,5%	44,7%	26,5%	100,0%

Quadro 56: Cruzamento: A ATFC KAZA proporciona a inclusão e o desenvolvimento das Comunidades, com o Grau de Escolaridade

		A ATFC KAZA proporciona a inclusão e o desenvolvimento das Comunidades.					Total	
		Nada	Pouco	Médio	Muito	Muitíssimo		
Grau de Escolaridade	1º Nível	Frequência	7	6	7	6	7	33
		% Do Total	2,1%	1,8%	2,1%	1,8%	2,1%	9,7%
	1º Ciclo	Frequência	6	9	13	64	24	116
		% Do Total	1,8%	2,6%	3,8%	18,8%	7,1%	34,1%
	2º Ciclo	Frequência	0	10	9	36	17	72
		% Do Total	0,0%	2,9%	2,6%	10,6%	5,0%	21,2%
	Bacharelato	Frequência	0	2	5	18	6	31
		% Do Total	0,0%	0,6%	1,5%	5,3%	1,8%	9,1%
	Licenciatura	Frequência	0	2	16	22	33	73
		% Do Total	0,0%	0,6%	4,7%	6,5%	9,7%	21,5%
	Mestrado	Frequência	0	0	2	6	1	9
		% Do Total	0,0%	0,0%	0,6%	1,8%	0,3%	2,6%
	Doutoramento	Frequência	0	0	2	0	1	3
		% Do Total	0,0%	0,0%	0,6%	0,0%	0,3%	0,9%
	Outro	Frequência	0	0	2	0	1	3
		% Do Total	0,0%	0,0%	0,6%	0,0%	0,3%	0,9%
	Total	Frequência	13	29	56	152	90	340
		% Do Total	3,8%	8,5%	16,5%	44,7%	26,5%	100,0%

Os elementos inquiridos angolanos apresentam uma percentagem superior na resposta positiva e esta questão, considerando que as ATFC KAZA, proporcionam médio e muito benefício na inclusão e no desenvolvimento das comunidades. Embora com esta diferença estatística em relação a Angola, os representantes inquiridos dos outros países do KAZA também responderam positivamente à questão – 10.3% dos elementos do Botswana também consideraram que este projecto proporcionava muito benefício a esta questão.

Nesta questão é, mais uma vez, nítida a opinião positiva dos elementos questionados com escolaridade referente ao primeiro ciclo segundo ciclo e licenciatura.

CRUZAMENTO: A GESTÃO CONJUNTA DOS PAÍSES PARCEIROS PROMOVE A SOLIDARIEDADE, A SEGURANÇA E A PAZ

Quadro 57: Cruzamento: A Gestão Conjunta (entre os países parceiros) da ATFC KAZA promove, a solidariedade, a segurança e a paz. Com a Nacionalidade.

		A Gestão Conjunta (entre os países parceiros) do KAZA promove, a solidariedade, a segurança e a paz?				Total	
		Pouco	Médio	Muito	Muitíssimo		
Nacionalidade	Angolana	Frequência	2	13	37	48	100
		% Do Total	0,6%	3,8%	10,9%	14,1%	29,4%
	Botswana	Frequência	0	17	30	13	60
		% Do Total	0,0%	5,0%	8,8%	3,8%	17,6%
	Zâmbia	Frequência	0	9	33	18	60
		% Do Total	0,0%	2,6%	9,7%	5,3%	17,6%
	Zimbabwe	Frequência	0	5	23	32	60
		% Do Total	0,0%	1,5%	6,8%	9,4%	17,6%
	Namíbia	Frequência	2	11	30	17	60
		% Do Total	0,6%	3,2%	8,8%	5,0%	17,6%
Total	Frequência	4	55	153	128	340	
	% Do Total	1,2%	16,2%	45,0%	37,6%	100,0%	

A gestão conjunta é vista de forma positiva pela maior parte dos inquiridos dos 5 países participantes desta ATFC KAZA, sendo que, no total 37.6% consideram que essa gestão contribui muito e 45,0% que contribui moderadamente.

Estas respostas são extremamente interessantes, sobretudo, se integradas numa visão global do planeta, pois contrapõem-se ao que se está a passar na maior parte dos países com lutas diversas em prol da separação e individualização.

Por isso, só a postura de aceitação de uma gestão conjunta por parte destas comunidades numa percentagem tão significativa, por si só, já funciona como promotora da paz.

Quadro 58: Cruzamento: A Gestão Conjunta entre os países parceiros da ATFC KAZA promove, a solidariedade, a segurança e a paz. Com o Grau de Escolaridade

		A Gestão Conjunta (entre os países parceiros) do KAZA promove, a solidariedade, a segurança e a paz?				Total	
		Pouco	Médio	Muito	Muitíssimo		
Grau de Escolaridade	1º Nível	Frequência	0	6	23	4	33
		% Do Total	0,0%	1,8%	6,8%	1,2%	9,7%
	1º Ciclo	Frequência	1	29	44	42	116
		% Do Total	0,3%	8,5%	12,9%	12,4%	34,1%
	2º Ciclo	Frequência	2	10	33	27	72
		% Do Total	0,6%	2,9%	9,7%	7,9%	21,2%
	Bacharelato	Frequência	0	5	18	8	31
		% Do Total	0,0%	1,5%	5,3%	2,4%	9,1%
	Licenciatura	Frequência	1	5	26	41	73
		% Do Total	0,3%	1,5%	7,6%	12,1%	21,5%
	Mestrado	Frequência	0	0	5	4	9
		% Do Total	0,0%	0,0%	1,5%	1,2%	2,6%
	Doutoramento	Frequência	0	0	1	2	3
		% Do Total	0,0%	0,0%	0,3%	0,6%	0,9%
	Outro	Frequência	0	0	3	0	3
		% Do Total	0,0%	0,0%	0,9%	0,0%	0,9%
	Total	Frequência	4	55	153	128	340
		% Do Total	1,2%	16,2%	45,0%	37,6%	100,0%

A persistência e coerência nas respostas positivas dadas quer pelos participantes do inquérito do primeiro e do segundo ciclo, quer pelos licenciados faz pensar que há saberes que vão muito para além do estudo académico.

CRUZAMENTO: ATFC KAZA É UM PROCESSO DE ENSINO DE CONVIVÊNCIA PACÍFICA ENTRE AS NAÇÕES

Quadro 59: Cruzamento: A ATFC KAZA pode ser considerada um processo de ensino da convivência pacífica entre as Nações. Com a Nacionalidade

		A ATFC KAZA pode ser considerada um processo de ensino da convivência pacífica entre as Nações?					Total	
		Nada	Pouco	Médio	Muito	Muitíssimo		
Nacionalidade	Angolana	Frequência	0	1	21	41	37	100
		% Do Total	0,0%	0,3%	6,2%	12,1%	10,9%	29,4%
	Botswana	Frequência	1	0	11	34	14	60
		% Do Total	0,3%	0,0%	3,2%	10,0%	4,1%	17,6%
	Zâmbia	Frequência	1	1	7	27	24	60
		% Do Total	0,3%	0,3%	2,1%	7,9%	7,1%	17,6%
	Zimbabwe	Frequência	0	0	10	25	25	60
		% Do Total	0,0%	0,0%	2,9%	7,4%	7,4%	17,6%
	Namíbia	Frequência	0	2	11	29	18	60
		% Do Total	0,0%	0,6%	3,2%	8,5%	5,3%	17,6%
	Total	Frequência	2	4	60	156	118	340
		% Do Total	0,6%	1,2%	17,6%	45,9%	34,7%	100,0%

Mais do que salientar a percentagem de diferentes respostas obtidas, cabe, neste item, focar a atenção no facto de a grande maioria dos inquiridos colocarem a sua resposta no “muito” e “muitíssimo”. Sim, maioritariamente, consideram a ATFC KAZA como um processo que pode possibilitar o ensino de convivência pacífica entre as Nações.

Este nível de consciência num caminho de paz positiva, associado a todo um ambiente de harmonia entre os diferentes reinos constitui, sem dúvida, um exemplo de convivência pacífica que pode ser extrapolado para todas as Nações.

Quadro 60: Cruzamento: ATFC KAZA pode ser considerado um processo de ensino da convivência pacífica entre as Nações. Com o Grau de Escolaridade.

		ATFC KAZA pode ser considerado um processo de ensino da convivência pacífica entre as Nações?					Total	
		Nada	Pouco	Médio	Muito	Muitíssimo		
Grau de Escolaridade	1º Nível	Frequência	0	0	10	8	15	33
		% Do Total	0,0%	0,0%	2,9%	2,4%	4,4%	9,7%
	1º Ciclo	Frequência	0	1	26	61	28	116
		% Do Total	0,0%	0,3%	7,6%	17,9%	8,2%	34,1%
	2º Ciclo	Frequência	0	2	10	36	24	72
		% Do Total	0,0%	0,6%	2,9%	10,6%	7,1%	21,2%
	Bacharelato	Frequência	0	0	2	20	9	31
		% Do Total	0,0%	0,0%	0,6%	5,9%	2,6%	9,1%
	Licenciatura	Frequência	2	1	9	25	36	73
		% Do Total	0,6%	0,3%	2,6%	7,4%	10,6%	21,5%
	Mestrado	Frequência	0	0	3	4	2	9
		% Do Total	0,0%	0,0%	0,9%	1,2%	0,6%	2,6%
	Doutoramento	Frequência	0	0	0	0	3	3
		% Do Total	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,9%	0,9%
	Outro	Frequência	0	0	0	2	1	3
		% Do Total	0,0%	0,0%	0,0%	0,6%	0,3%	0,9%
	Total	Frequência	2	4	60	156	118	340
		% Do Total	0,6%	1,2%	17,6%	45,9%	34,7%	100,0%

Na estratificação por escolaridade parece interessante apontar que são os doutorados e os mestres que mostram respostas mais negativas, não só neste item como em todos os anteriores. É quase como um não acreditar ou um afastamento da realidade e do sentir dessas comunidades.

CRUZAMENTO: O TURISMO PROMOVE A PAZ

Quadro 61: Cruzamento: O turismo promove a paz na ATFC KAZA. Com a Nacionalidade

		O turismo promove a paz?				Total	
		Pouco	Médio	Muito	Muitíssimo Bom		
Nacionalidade	Angolana	Frequência	1	12	40	47	100
		% do Total	0,3%	3,5%	11,8%	13,8%	29,4%
	Botswana	Frequência	0	11	40	9	60
		% do Total	0,0%	3,2%	11,8%	2,6%	17,6%
	Zâmbia	Frequência	0	3	37	20	60
		% do Total	0,0%	0,9%	10,9%	5,9%	17,6%
	Zimbabwe	Frequência	0	5	26	29	60
		% do Total	0,0%	1,5%	7,6%	8,5%	17,6%
	Namíbia	Frequência	0	9	37	14	60
		% do Total	0,0%	2,6%	10,9%	4,1%	17,6%
	Total	Frequência	1	40	180	119	340
		% do Total	0,3%	11,8%	52,9%	35,0%	100,0%

Neste quadro é levantada a questão sobre a possibilidade do turismo ser promotor da Paz. Destacam-se 13,8% de elementos de nacionalidade Angolana que deram uma avaliação de “muito bom” a esta interrogação.

Mas são também muito significativos os valores globais com 52,9 % dos inquiridos dos diferentes países que respondem “muito” e 35,0% que respondem muitíssimo.

Estas comunidades apresentam uma consciência que vai para além do ganho financeiro com o turismo como se vê em tantas outras localidades, sendo, por isso, de apoiar estes projetos de turismo sustentável no seu significado mais profundo e lato.

Quadro 62: Cruzamento: O turismo promove a paz na ATFC KAZA. Com o Grau de Escolaridade

		O turismo promove a paz?				Total	
		Pouco	Médio	Muito	Muitíssimo Bom		
Grau de Escolaridade	1º Nível	Frequência	0	1	25	7	33
		% Do Total	0,0%	0,3%	7,4%	2,1%	9,7%
	1º Ciclo	Frequência	0	20	66	30	116
		% Do Total	0,0%	5,9%	19,4%	8,8%	34,1%
	2º Ciclo	Frequência	1	12	32	27	72
		% Do Total	0,3%	3,5%	9,4%	7,9%	21,2%
	Bacharelato	Frequência	0	2	21	8	31
		% Do Total	0,0%	0,6%	6,2%	2,4%	9,1%
	Licenciatura	Frequência	0	5	26	42	73
		% Do Total	0,0%	1,5%	7,6%	12,4%	21,5%
	Mestrado	Frequência	0	0	7	2	9
		% Do Total	0,0%	0,0%	2,1%	0,6%	2,6%
	Doutoramento	Frequência	0	0	0	3	3
		% Do Total	0,0%	0,0%	0,0%	0,9%	0,9%
	Outro	Frequência	0	0	3	0	3
		% Do Total	0,0%	0,0%	0,9%	0,0%	0,9%
	Total	Frequência	1	40	180	119	340
		% Do Total	0,3%	11,8%	52,9%	35,0%	100,0%

CRUZAMENTO: O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA ÁREA DO KAZA, PERMITE O AUMENTO DE EMPREGO E CONSEQUENTEMENTE A REDUÇÃO DA POBREZA

Quadro 63: Cruzamento: O Desenvolvimento do Turismo na área na ATFC KAZA permite o aumento de emprego e consequentemente a redução da pobreza. Com a Nacionalidade

		O Desenvolvimento do Turismo na área da KAZA permite o aumento de emprego e consequentemente a redução da pobreza?					Total	
		Nada	Pouco	Médio	Muito	Muitíssimo Bom		
Nacionalidade	Angolana	Frequência	1	4	18	44	33	100
		% Do Total	0,3%	1,2%	5,3%	12,9%	9,7%	29,4%
	Botswana	Frequência	0	2	14	30	14	60
		% Do Total	0,0%	0,6%	4,1%	8,8%	4,1%	17,6%
	Zâmbia	Frequência	0	3	13	27	17	60
		% Do Total	0,0%	0,9%	3,8%	7,9%	5,0%	17,6%
	Zimbabwe	Frequência	0	0	6	30	24	60
		% Do Total	0,0%	0,0%	1,8%	8,8%	7,1%	17,6%
	Namíbia	Frequência	0	3	23	22	12	60
		% Do Total	0,0%	0,9%	6,8%	6,5%	3,5%	17,6%
	Total	Frequência	1	12	74	153	100	340
		% Do Total	0,3%	3,5%	21,8%	45,0%	29,4%	100,0%

Quadro 64: Cruzamento: O Desenvolvimento do Turismo na área da ATFC KAZA permite o aumento de emprego e consequentemente a redução da pobreza. Com o Grau de Escolaridade

		O Desenvolvimento do Turismo na área da ATFC KAZA permite o aumento de emprego e consequentemente a redução da pobreza?					Total	
		Nada	Pouco	Médio	Muito	Muitíssimo Bom		
Grau de Escolaridade	1º Nível	Frequência	0	2	13	10	8	33
		% do Total	0,0%	0,6%	3,8%	2,9%	2,4%	9,7%
	1º Ciclo	Frequência	1	4	29	57	25	116
		% do Total	0,3%	1,2%	8,5%	16,8%	7,4%	34,1%
	2º Ciclo	Frequência	0	2	11	32	27	72
		% do Total	0,0%	0,6%	3,2%	9,4%	7,9%	21,2%
	Bacharelato	Frequência	0	0	6	16	9	31
		% do Total	0,0%	0,0%	1,8%	4,7%	2,6%	9,1%
	Licenciatura	Frequência	0	4	9	30	30	73
		% do Total	0,0%	1,2%	2,6%	8,8%	8,8%	21,5%
	Mestrado	Frequência	0	0	4	5	0	9
		% do Total	0,0%	0,0%	1,2%	1,5%	0,0%	2,6%
	Doutoramento	Frequência	0	0	1	1	1	3
		% do Total	0,0%	0,0%	0,3%	0,3%	0,3%	0,9%
	Outro	Frequência	0	0	1	2	0	3
		% do Total	0,0%	0,0%	0,3%	0,6%	0,0%	0,9%
	Total	Frequência	1	12	74	153	100	340
		% do Total	0,3%	3,5%	21,8%	45,0%	29,4%	100,0%

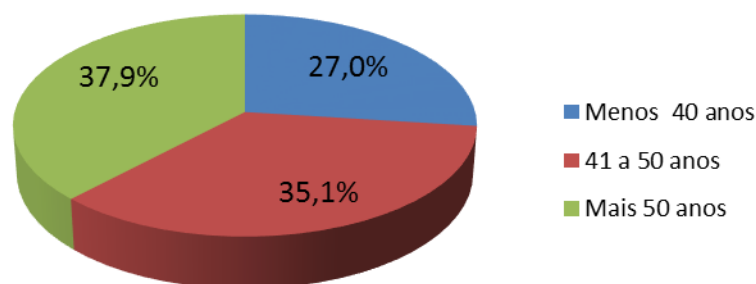
Cerca de 12,9% dos inquiridos são de nacionalidade Angolana e apresentaram uma “boa” opinião relativamente ao desenvolvimento do Turismo na área da KAZA, que permite o aumento de emprego e conseqüentemente a redução da pobreza.

Também 16,8% dos inquiridos possuem o 1º Ciclo e apresentaram uma “boa” opinião relativamente ao desenvolvimento do Turismo na área da ATFC KAZA, permitindo o aumento de emprego e conseqüentemente a redução da pobreza.

7.3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS QUALITATIVOS

7.3.1. Análise estatística das entrevistas aos dirigentes

Gráfico 53: Variável Idade



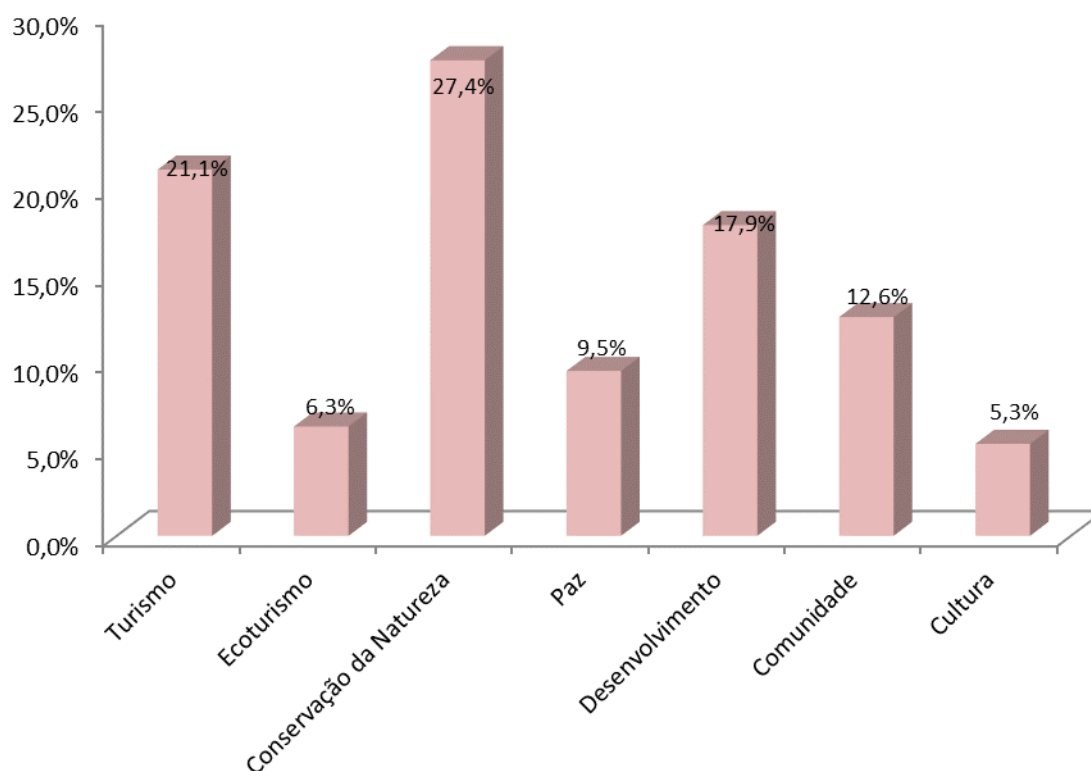
Relativamente à idade dos inquiridos, podemos referir que se encontram muito homogéneas, encontrando-se 37,9% com mais de 50 anos, 35,1% entre os 41 e os 50 anos e 27,0% com idade inferior a 41 anos.

Quadro 65: Análise da variável “Função” dos entrevistados

Função	Respostas	
	Frequência	Percentagem
Ministro	1	2,7
Deputado da Assembleia Nacional	1	2,7
Secretários de Estado	6	16,2
Comissários da Polícia	4	10,9
Assistente C.C. Pres. República	1	2,7
Ex-Directores KAZA / Angola	2	5,4
Directores Nacionais	9	24,3
Director Nacional KAZA Zâmbia	1	2,7
Administradores de Empresas	2	5,4
Oficial Sénior da KAZA Zimbabwe	1	2,7
Oficial Sénior da KAZA Botswana	1	2,7
Oficial Sénior da KAZA Namíbia	1	2,7
Oficiais Secretariado Reg. KAZA	2	5,4
Director Executivo Secretariado KAZA	1	2,7
Oficiais de Parques	2	5,4
Jurista	1	2,7
Jornalista	1	2,7
TOTAL	37	100,0

No quadro 65, são apresentadas as funções desempenhadas pelos nossos entrevistados, sendo de destacar que 24,3% dos mesmos são Directores Nacionais, 16,2% são Secretários de Estado e 10,9% Comissários da Policia Nacional. Foi ainda obtido o depoimento de 1 Ministro, 1 Deputado e de 1 Assistente C.C. da Presidência da República (2,7%). Podemos aferir também o nível de responsabilidade que da ATFC KAZA, assim como o grau de importância que é dado a esse tipo de iniciativa pelo nível dos entrevistados.

Gráfico 54: Frequências das palavras que se relacionam com o ATFC KAZA



Relativamente às palavras que os entrevistados relacionam com a ATFC KAZA, podemos observar que 27,4% dos entrevistados escolheram a “Conservação da Natureza”, 21,1% o “Turismo” e 17,9% o “Desenvolvimento” (gráfico 54).

Quadro 66: Frequência dos benefícios do ATFC KAZA

Benefícios	Respostas	
	Frequência	Porcentagem
Conservação da Natureza	15	17,2
Desenvolvimento económico	16	18,4
Melhoria das condições de vida das populações	21	24,1
Intercâmbio de culturas	14	16,1
Turismo comunitário	11	12,6
Arrecadação de Receitas	6	6,9
Elevar as potencialidades turísticas dos países	4	4,7
TOTAL	87	100,0

No quadro 66, podemos verificar que 24,1% dos benefícios para as Comunidades e para os países parceiros que podem advir da gestão conjunta e do desenvolvimento turístico sustentável na ATFC KAZA dizem respeito à “Melhoria das condições de vida das populações”, 18,4% ao “Desenvolvimento económico” e 17,2% à “Conservação da Natureza”.

Quadro 67: Frequências (Segurança, Insegurança, vantagens, desvantagens)

Segurança, Insegurança,....	Respostas	
	Frequência	Percentagem
Segurança / Turístico / Biodiversidade	34	61,8
Acções de suporte planeadas e monitorizadas	2	3,6
Insegurança / Descontentamento das Comunidades	3	5,5
Distribuição equilibrada de equipamentos turísticos	2	3,6
Livre circulação de bens e pessoas	10	18,2
Cooperação Regional	4	7,3
TOTAL	55	100,0

Foi solicitada a opinião aos entrevistados, no sentido de saber se o desenvolvimento turístico da ATFC KAZA permitiria segurança, insegurança, vantagens ou desvantagens, devido à circulação de turistas, sendo que 61,8% respondeu a “Segurança/turístico/biodiversidade” e 18,2% a “Livre circulação de bens e pessoas”. De salientar que apenas 5,5% mencionou a “Insegurança/Descontentamento das Comunidades” (quadro 67).

Quadro 68: Frequências das actividades turísticas que devem ser desenvolvidas na ATFC KAZA

Actividades Turísticas	Respostas	
	Frequência	Percentagem
Turismo de Natureza e Ecológico	13	21,0
Criação de infraestruturas hoteleiras	6	9,7
Observação das espécies animais/Safaris fotográficos	10	16,1
Serviços de Turismo e Lazer	8	12,9
Valorização do Património Cultural	8	12,9
Actividades turísticas de investigação/Social	6	9,7
Actividades Desportivas	11	17,7
TOTAL	62	100,0

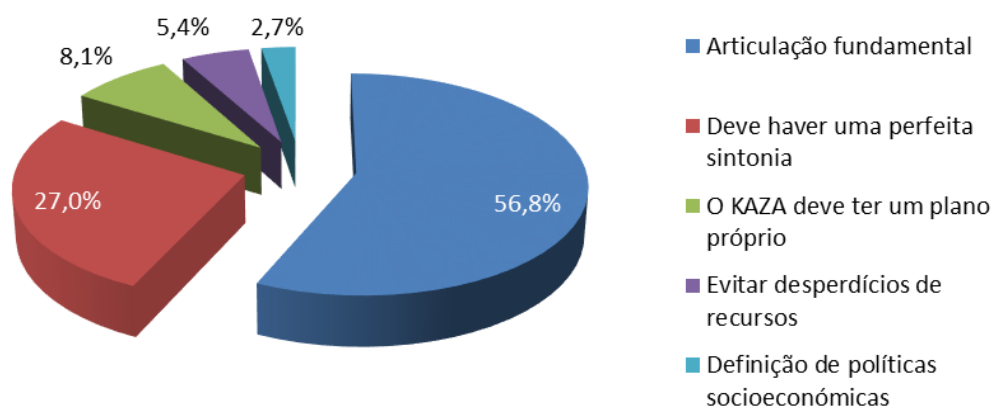
Em relação às actividades turísticas que devem ser desenvolvidas na ATFC KAZA, cerca de 21,0% referiu o “Turismo de Natureza e Ecológico”, 17,7% as “Actividades Desportivas” e ainda 16,1% a “Observação das espécies animais / Safaris fotográficos”. Apenas 9,7% dos entrevistados referiu a “Criação de infraestruturas hoteleiras” (quadro 68).

Quadro 69: Frequência das 2 primeiras acções que os entrevistados desenvolveriam

Acções a desenvolver	Respostas	
	Frequência	Percentagem
Construção de infraestruturas e de Lodges integrados na natureza	17	32,7
Investigação Sociocultural e Científica	4	7,7
Formação de guias	5	9,6
Livre circulação de bens e pessoas	6	11,5
Desminagem	3	5,8
Acções económicas	4	7,7
Desenvolvimento integrado da Comunidade Rural	10	19,2
Medidas de combate ao tráfico de animais	3	5,8
TOTAL	52	100,0

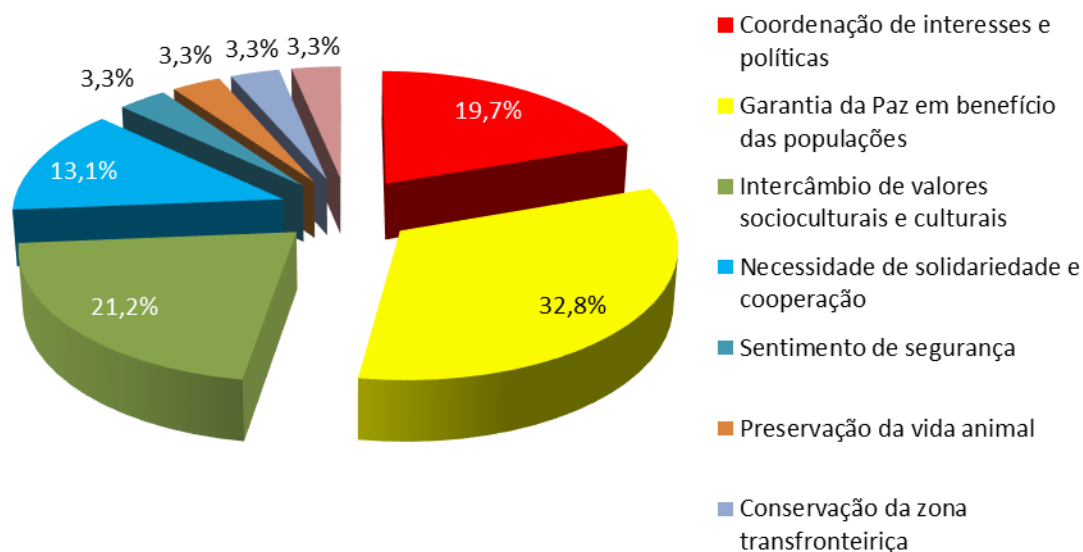
No quadro 69, e relativamente às duas primeiras acções que os entrevistados desenvolveriam se pudessem intervir nas decisões, cerca de 32,7% decidiriam pela “Construção de infraestruturas e de Lodges integrados na Natureza”, 19,2% mencionaram o “Desenvolvimento integrado da Comunidade rural” e 11,5% a “Livre circulação de bens e pessoas”.

Gráfico 55: Frequências da utilidade do Plano Director do Turismo de Angola



A maioria da nossa amostra de entrevistados (56,8%), referiu que a “Articulação” entre o Plano Director do Turismo de Angola e a ATFC KAZA é “Fundamental”. Igual realce para os 27,0% que mencionaram que “Deve haver uma perfeita sintonia” entre os dois documentos normativos. (gráfico 55).

Gráfico 56: Frequências sobre o processo de ensino da conveniência pacífica entre as Nações



No gráfico 56 são apresentadas as frequências das respostas à questão sobre se a ATFC KAZA poderá ser considerado um processo de ensino para a convivência pacífica entre as Nações. Cerca de 32,8% referiu que se deveria enveredar por uma “Garantia de Paz em benefício das populações”, enquanto 21,2% manifestou o seu interesse no “Intercâmbio de valores socioculturais e culturais”. De mencionar ainda, os 19,7% de entrevistados que alertou para a “Coordenação de interesses e políticas”.

7.4. CORRELAÇÕES ENTRE SADC E ATFC KAZA

De seguida analisou-se a correlação entre as mesmas questões, mas respondidas pelos elementos da SADC e da ATFC KAZA.

Para tal, foram utilizados o Coeficiente de Correlação de Pearson para as variáveis quantitativas e o Coeficiente de Correlação de Spearman para as variáveis qualitativas.

Quadro 70: Coeficiente de Correlação de Pearson para as Questões 3 e 7 dos questionários SADC e KAZA

Questões	Pearson	Sig
3 - A ATFC traz benefícios sociais?	0.251	.173
7 - Existem vantagens em receber turistas estrangeiros na área do ATFC?	0.482**	0.006

** Correlação com significância de 0,01

Relativamente às correlações entre a questão 7 – “Existem vantagens em receber turistas estrangeiros na área do ATFC?” (gráfico 39), podemos concluir existir correlação estatisticamente significativa e positiva, ($r(31) = 0.482$; $p < 0.01$). Ou seja, os elementos dos questionários da SADC têm a mesma opinião, nesta questão, dos do questionário KAZA.

O mesmo acontece com a questão 10 – “O desenvolvimento das ATFC permite o aumento de trabalho e, conseqüentemente, uma diminuição da pobreza?”, em que verificámos existir correlação estatisticamente significativa e positiva ($\rho(31) = 0.602$; $p < 0.01$). Também nesta questão de concluir que as opiniões dos elementos da SADC e da Kaza vão no mesmo sentido (quadro 84). O mesmo não acontece com as restantes questões.

Quadro 71: Coeficiente de Correlação de Spearman para as Questões 5,9,10,11,12,15 e 17 dos questionários SADC e KAZA

Questões	Spearman	Sig
5 - Será que as ATFC permitem o envolvimento e o desenvolvimento das comunidades?	0.154	0.409
9 - Existem boas condições para receber turistas?	-0.056	0.764
10 - O desenvolvimento das ATFC permite o aumento de número de empregos, conseqüentemente, uma diminuição da pobreza?	0.602**	0.000
11 - A gestão conjunta entre os países parceiros promove a estabilidade das fronteiras e o respeito pela soberania dos parceiros unidos?	-0.154	0.408
12 - A gestão conjunta entre os países parceiros da ATFC promovem a solidariedade, a segurança e a paz?	0.010	0.959
15 - É a ATFC um processo de ensino da convivência pacífica entre as nações?	-0.291	0.113
17 - Será que o turismo promove a paz?	0.099	0.595

* Correlação com significância de 0,01

Efectivamente, as populações locais devem envolver-se nas actividades que proporcionem rendimentos complementares, nomeadamente: guias, alojamentos

comerciais, restaurantes, transportes, comunicações, saneamento, produção de artesanato, animação e entretenimento, venda de produtos “típicos”, etc., para além das especificamente associadas à conservação da natureza e das paisagens, dos valores e tradições, recursos turísticos de base neste nicho (Ano Internacional do Ecoturismo, Conferência Mundial do Ecoturismo, 2002).

RESUMO DAS ENTREVISTAS

Relativamente ao estudo estatístico das entrevistas, foi efectuada uma análise sociodemográfica dos 37 entrevistados, tendo-se concluído que 37,9% tinham uma idade superior a 50 anos e que 35,1% tinham idade compreendida entre os 41 e os 50 anos. Ainda se verificaram 27,0% de inquiridos com idade inferior a 40 anos. Em relação à função exercida actualmente pelos entrevistados, realce para os Directores Nacionais que representaram 24,3% dos entrevistados, seguido dos Secretários de Estado (16,2%) e dos Comissários da Polícia (10,9%).

A primeira questão dizia respeito às palavras que mais se relacionam com o Projecto ATFC KAZA, tendo-se observado que mais de ¼ dos entrevistados (27,4%) afirmaram a Conservação da Natureza, o Turismo foi referido por 21,1% dos elementos da amostra e 17,9% mencionaram o Desenvolvimento.

A segunda questão solicitava os benefícios para as Comunidades e para os países terceiros, que podem advir da gestão conjunta e do desenvolvimento turístico sustentável no Projecto ATFC KAZA. Cerca de 24,1% referiram a Melhoria das condições de vida das populações, 18,4% o Desenvolvimento Económico e 17,2% a Conservação da Natureza.

A terceira questão refere-se ao desenvolvimento turístico do Projecto do ATFC KAZA face à circulação de turistas, no sentido de saber se o mesmo gera segurança, insegurança, vantagens ou desvantagens. Cerca de 61,8% mencionou existir Segurança/Turismo/Biodiversidade, enquanto 18,2% referiu a Livre circulação de bens e pessoas.

Na quarta questão pretendia-se saber a opinião dos entrevistados relativamente às actividades turísticas que devem ser desenvolvidas no âmbito do Projecto ATFC KAZA, tendo 21,0% referido o Turismo de Natureza e Ecológico, 16,1% a Observação das espécies animais e Safaris fotográficos. Os Serviços de Turismo e Lazer e a Valorização do Património Cultural, foram referidos por 12,9% cada.

A quinta questão tem a ver com as duas primeiras acções que os entrevistados desenvolveriam se pudessem intervir nas decisões do Projecto do ATFC KAZA. Assim, cerca de 32,7% referiu que deveriam ser construídas infraestruturas e Lodges integrados na Natureza. Também 19,2% mencionaram o Desenvolvimento integrado da Comunidade Rural, sem esquecer a Livre circulação de bens e pessoas que foi a opinião de 11,5% dos inquiridos.

Na sexta questão “Articulação entre o Plano Director do Turismo de Angola e o Projecto ATFC KAZA, foi mencionado por 56,8% dos entrevistados que a mesma articulação era fundamental, enquanto para 27,0% deveria haver uma perfeita sintonia. Saliente-se que para apenas 8,1% o Projecto ATFC KAZA deveria ter um plano próprio.

Na sétima e última questão foi solicitado aos entrevistados que opinassem acerca do Projecto do ATFC KAZA como um processo de ensino da convivência pacífica entre as Nações em benefício das populações. Cerca de 32,8% mencionou a garantia da paz em benefício das populações, 21,2% o Intercâmbio de valores socioculturais e culturais e 19,7% a Coordenação de interesses e políticas.

CAPÍTULO VIII: CONCLUSÕES

O meu lugar está marcado no campo da luta, para a conquista da vida perdida.

Agostinho Neto

Nunca poderemos obter paz no mundo exterior até que consigamos estar em paz com nós próprios.

Dalai Lama

CAPÍTULO VIII: CONCLUSÕES FINAIS

A proposta para esta tese é analisar o contributo do desenvolvimento sustentável do turismo nas Áreas Transfronteiriças de Conservação para a inclusão das comunidades e promoção da Paz, mais concretamente na ATFC KAZA, tendo em conta o seu modelo organizacional e de gestão e envolvendo 5 países. Também se pretende explorar uma questão actual e muito pertinente sobre o desenvolvimento sustentável do turismo aplicado ao contexto específico destas áreas, bem como avaliar as suas repercussões a nível da inclusão social, da empregabilidade, da redução da pobreza, da promoção da Paz e da solidariedade entre as diferentes comunidades e países.

Depois de realizados os inquéritos e as entrevistas, foram trabalhados os dados, tendo os resultados sido os esperados.

Num trabalho de proximidade com estas comunidades, de há muito tinha a certeza não só das suas capacidades, mas ainda do seu elevado nível de responsabilidade e respeito perante o outro, perante a comunidade, perante a natureza, num processo de integração natural e consciente.

Esta postura é, por si só, promotora da Paz interior e exterior, reforçada pelas paisagens, pelo convívio com animais e pelo ruído silencioso da noite.

CONCLUSÕES

As conclusões foram organizadas a partir das diferentes dimensões analisadas no decorrer de todo o trabalho e respondem aos objetivos definidos, gerais e específicos, bem como às hipóteses gerais. Integram-se também, nestas conclusões, alguns dos principais dados recolhidos na extensa revisão bibliográfica realizada, sobretudo os mais relevantes no contexto Angolano.

No presente estudo, analisou-se o contributo do desenvolvimento sustentável do turismo nas Áreas Transfronteiriças de Conservação para a inclusão das

comunidades e para a promoção da Paz. Sendo que, para tal, a investigação foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e documental, observação, entrevistas, bem como da aplicação de questionários.

Através da revisão bibliográfica, conseguiu-se sistematizar e compreender as orientações gerais das políticas e das estratégias de desenvolvimento das áreas transfronteiriças, quer da SADC, quer da ATFC KAZA. Foi igualmente efectuada uma revisão bibliográfica sobre o desenvolvimento sustentável do turismo, do seu contributo para a redução da pobreza através do aumento da empregabilidade e, ainda, sobre o seu grande papel na contribuição para promoção da Paz entre as pessoas de diferentes países, através das deslocações, fazendo com que haja maior contacto entre as culturas visitantes e as das comunidades locais.

Embora vários documentos estratégicos tenham sido mencionados ao longo do trabalho, destacam-se aqui os que à partida estão mais directamente relacionados com o estudo da problemática e com os objectivos apresentados: o Programa da SADC para as Áreas Transfronteiriças de Conservação, o Plano Director Regional das Infraestruturas - Plano do Sector do Turismo da SADC, o Plano de Desenvolvimento Integrado para ATFC KAZA, o Estudo de Base Socioeconómico da ATFC KAZA e o Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) para a Componente Angolana da Área de Conservação Transfronteiriça de Okavango Zambeze (ATFC KAZA - componente Angolana).

O Programa da SADC para as Áreas Transfronteiriças de Conservação tem como objectivo promover o estabelecimento das ATFCs como um modelo de conservação e desenvolvimento, tendo o potencial de fomentar a cooperação regional e integração e melhorar o desenvolvimento das zonas rurais, tanto como o uso sustentável das áreas de alta valor ecológica. Traz o conceito das Áreas de Conservação Transfronteiriças, reconhece que a gestão de recursos naturais partilhados vai para além das fronteiras de cada país, tem potencial para contribuir significativamente para a conservação da biodiversidade, para o bem-estar e para o desenvolvimento socioeconómico das comunidades rurais (SADC ATFC, 2013).

O Plano Director Regional das Infraestruturas - Plano do Sector do Turismo da SADC tem como objectivo definir o desenvolvimento sustentável das áreas de conservação na região da SADC até 2027. Enfatiza que o desenvolvimento das ATFCs constitui um instrumento para a conservação da biodiversidade e da emancipação económica das comunidades rurais através do turismo e é, ainda, destacado como uma intervenção prioritária no Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (PDDIR /TURISMO SADC, 2012).

Salienta-se que o Plano de Desenvolvimento Integrado para a ATFC KAZA, providência a direcção estratégica para o desenvolvimento da ATFC durante os próximos cinco anos, destacando a relevância global das Áreas Transfronteiriças de Conservação e a sua capacidade de promover os processos ecológicos em larga escala. Ao adoptar uma abordagem unificada, a ATFC KAZA tem melhor hipótese de se adaptar às mudanças climáticas, de vincular as áreas e dar resposta aos enormes desafios do desenvolvimento. A Área Transfronteiriça de Conservação KAZA é um extraordinário exemplo de cooperação internacional no âmbito da conservação e do desenvolvimento sustentável do turismo. Cinco governos, de Angola, Botswana, Zâmbia, Zimbabwe e Namíbia, demonstraram compromisso e entusiasmo ao integrarem nos seus próprios Planos Nacionais o conceito de Desenvolvimento Integrado e ao apoiar o desenvolvimento do Plano Master.

O Plano Director do Desenvolvimento Integrado assenta na análise dos cinco Planos Nacionais de Desenvolvimento Integrado e nas principais necessidades de desenvolvimento da ATFC KAZA. As necessidades de desenvolvimento prioritárias passam pela gestão de recursos naturais, pelo desenvolvimento do turismo, pelo desenvolvimento de infraestruturas, pelo ordenamento de território e pela criação de meios de subsistência e de cooperação política transfronteiriça. Foram identificadas, também, seis Áreas de Dispersão da Fauna Selvagem (ADFS). Cada uma dessas ADFS cria elos de ligação entre os ordenamentos de território contíguos e através das fronteiras internacionais. Estas seis ADFS são, por sua vez, apoiadas por três projectos ATFC que foram concebidos para a sua aplicabilidade em toda a ATFC KAZA (PDI KAZA, 2014).

O estudo de base socioeconómica da ATFC KAZA é um estudo que tem como base a reflexão sobre as condições de vida real da população nas áreas KAZA, de modo a definir um ponto de referência que permita a comparação após a implementação dos Programas da ATFC KAZA e, assim, ser possível medir o impacto desses programas nos meios de subsistência das populações rurais. O estudo de base fornece dados valiosos sobre os meios de subsistência de base a nível do agregado nas áreas rurais e estabelece a base para o desenvolvimento (Base Socioeconómica, 2014).

O Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) para a Componente Angolana da Área de Conservação Transfronteiriça de Okavango Zambeze (KAZA ATFC), tem como finalidade planear o seu desenvolvimento responsável e sustentável, em conformidade com os outros signatários do Tratado. Apresenta linhas claras de orientação para atingir objectivos, retratando os vários aspectos relativos à gestão da ATFC KAZA, que incluem acordos institucionais, planos conjuntos, gestão integrada de desenvolvimento, conformidade da política, apoio de dinâmicas de paisagem e questões relacionadas com a biodiversidade, geodiversidade e desenvolvimento das comunidades do interior e arredores da KAZA ATFC (PDI KAZA/ANGOLA, 2011).

Na análise apresentada e discutida ao longo do trabalho, evidenciam-se, também, as preocupações relacionadas com o cumprimento dos Objectivos do Milénio, culminando na resposta ao primeiro objectivo do trabalho: investigar o quadro de documentos orientadores e de instrumentos operacionais em vigor nas Áreas Transfronteiriças de Conservação que enfatizam a protecção do património cultural, a protecção das comunidades, a conservação da biodiversidade e a gestão comum do território da ATFC KAZA.

As conclusões desta tese serão ordenadas em três fases.

O primeiro pretende verificar se o trabalho desenvolvido corresponde aos objectivos específicos, o segundo pretende responder aos objectivos gerais. Esta aparente inversão de ordem relaciona-se com o facto de o estudo e de a interpretação dos objectivos específicos permitir tirar conclusões sobre os objectivos gerais, a questão de partida e as hipóteses gerais. O terceiro ponto

pretende comprovar que as políticas de Conservação da Natureza e o Desenvolvimento do Turismo Sustentável podem constituir-se como impulsionadores da inclusão social, da cooperação transfronteiriça e da Paz entre os povos.

RESPOSTA AOS OBJECTIVOS E HIPOTHESES ESPECÍFICAS

Avaliar em que medida o desenvolvimento do Turismo Sustentável na ATFC KAZA beneficia o desenvolvimento das comunidades e a protecção da biodiversidade.

Começa-se por salientar que os critérios globais de turismo sustentável organizam-se em torno de quatro pilares principais: o planeamento eficaz para a sustentabilidade; a maximização dos benefícios sociais e económicos para a comunidade local, o melhoramento do património cultural; e a redução dos impactos negativos no ambiente. Nesta medida, pode-se de imediato inferir que, do ponto de vista teórico, o turismo sustentável beneficiará também o desenvolvimento destas comunidades. Tendo ainda em conta que um dos seus principais objectivos se prende com protecção ambiental, também se pode inferir sobre o seu papel protector da biodiversidade e geodiversidade.

Sabe-se que o turismo, se for organizado e gerido de forma ética e sustentável, constitui uma alavanca para o desenvolvimento das comunidades locais, contribuindo para a criação de sociedades mais estáveis, promoção e protecção da biodiversidade, da geodiversidade e dos recursos culturais.

Particularizando ao território das Áreas Transfronteiriças de Conservação KAZA, percebe-se que o turismo representa um factor impulsionador de muitas destas dinâmicas positivas. Estas afirmações são corroboradas pelas respostas obtidas nos inquéritos realizados - 96,8% dos inquiridos considera muito ou muitíssimo importante o desenvolvimento do turismo nas ATFCs, assinalando como

consequências directas o aumento do emprego e a redução da pobreza. Também em relação à questão sobre as vantagens económicas ao receber turistas estrangeiros, os inquiridos respondem que há muita ou muitíssima vantagem, com 35,6% e 18,8% respectivamente. Estas respostas vão ao encontro das recomendações da Conferência Mundial do Ecoturismo de 2002, que sugerem às populações locais que se envolvam nas actividades, auferindo rendimentos complementares, nomeadamente guias, alojamentos comerciais, restaurantes, transportes, comunicações, saneamento, produção de artesanato, animação e entretenimento, venda de produtos “típicos”, etc., para além das actividades especificamente associadas à conservação da natureza e das paisagens, dos valores e das tradições, recursos turísticos de base neste nicho.

Também em relação aos entrevistados, pode-se verificar que 24,1% dos benefícios para as comunidades e para os países parceiros são, por eles, atribuíveis à gestão conjunta e ao desenvolvimento turístico sustentável.

Assim, pelo exposto, conclui-se que o desenvolvimento do Turismo Sustentável na ATFC KAZA beneficia o desenvolvimento das comunidades e contribui para protecção da biodiversidade.

Na sequência da reflexão sobre este objectivo infere-se sobre a comprovação das hipóteses que colocam o turismo como uma alternativa viável para o desenvolvimento destes territórios e como factor de protecção do património cultural, protecção das comunidades e da conservação da biodiversidade.

Analisar se o desenvolvimento sustentável do turismo nas Áreas Transfronteiriças de Conservação contribui para a inclusão das comunidades.

A sustentabilidade no geral e, particularmente, na área do turismo não é uma preocupação recente. No entanto, a forma como ela é vista e os componentes

que integra têm mudado ao longo dos tempos. Inicialmente centrada no aspecto económico, foi incorporando outros aspectos, sobretudo após a publicação do “Relatório de Meadows”, como ficou conhecido. Este relatório teve forte impacto na comunidade internacional, uma vez que concluía que o Planeta Terra não suportaria a continuidade do aumento do consumo, resultante do crescimento económico e da evolução demográfica.

Das principais conclusões e recomendações, salienta-se a referência à necessidade de condições de estabilidade ecológica e económica que se possam manter até um futuro relativamente distante. Decorrente de uma crescente consciencialização, hoje, o desenvolvimento sustentável, para além dos três pilares básicos da sustentabilidade (económica, ambiental e social), incorpora ainda outras componentes, em especial a geográfica (territorial), a cultural e mesmo a institucional, num sentido lato. À luz do conceito actual de desenvolvimento sustentável, a vida das comunidades fica salvaguardada e permite uma alavancagem para a melhoria das condições de vida das mesmas.

Aplicando estes conceitos às comunidades que vivem no interior da ATFC KAZA e nas suas zonas contíguas, considera-se que o desenvolvimento sustentável do turismo é fundamental para o desenvolvimento socioeconómico da região e, em particular, para o alívio da pobreza e melhoria das suas condições socioeconómicas, sendo este um efeito inclusivo.

Da análise dos resultados obtidos nos inquéritos, constata-se que a opinião dos inquiridos, quanto ao desenvolvimento do turismo como um dos objectivos das ATFCs, é muito favorável para 96,8% dos respondentes.

Também 58,0% dos inquiridos percepção que o desenvolvimento do turismo nas ATFCs permite o aumento de emprego e, conseqüentemente, a redução da pobreza.

Em relação às vantagens em receber turistas estrangeiros nas ATFCs, 90,3% dos inquiridos perceberam existirem vantagens sociais com desenvolvimento da cultura local.

Na verdade, sendo o turismo um sector que tem como sinergias a transversalidade na sua actuação e o factor multiplicador sobre outras actividades, permitindo com o seu desenvolvimento a melhoria da vida das comunidades através do crescimento do número de empregos, a criação de infraestruturas como água, electricidade, estradas, comunicações, hospitais, interacção entre os seres humanos, a preservação das culturas e a conservação da biodiversidade e da geodiversidade, entende-se bem a percepção favorável dos inquiridos sobre a sua importância para o desenvolvimento e inclusão destas comunidades.

Identificar quais as tipologias do turismo a ser desenvolvidos na ATFC KAZA.

Apesar da definição geral de turismo como actividade que as pessoas realizam durante viagens e com a permanência em lugares distintos e nos quais vivem por um período de tempo curto, convencionou-se classificá-lo em diferentes categorias: turismo de aventura, turismo cultural, ecoturismo ou turismo ecológico, turismo de negócios e eventos, turismo gastronómico, turismo religioso, turismo de sol e praia, turismo dirigido a actividades científicas e turismo de base comunitária.

Assim, para além de se perceber qual a importância dada ao turismo pelos inquiridos, pretendeu-se ainda saber mais especificamente que tipo de turismo seria o privilegiado para as ATFC. O turismo cultural com 24,0% foi o mais referido, logo seguido pelo ecoturismo/observação da natureza com 16,0%. O turismo dirigido à investigação científica foi referido por 14,0% dos participantes e 13,7% referiu o turismo comunitário (13,7%).

Nas entrevistas, em relação às actividades turísticas que deveriam ser desenvolvidas na ATFC KAZA, cerca de 21,0% dos entrevistados referiu o “Turismo de Natureza e Ecológico”, 17,7% as “Actividades Desportivas” e ainda 16,1% a “Observação das espécies animais / Safaris fotográficos”. Apesar de apenas 9,7% dos entrevistados terem referido directamente a necessidade de criação de infraestruturas hoteleiras, na pergunta relativamente às duas primeiras acções que desenvolveriam se pudessem intervir nas decisões, cerca de 32,7% decidiram pela “Construção de infraestruturas e de Lodges integrados na Natureza”.

O tipo de turismo apontado pelos inquiridos e entrevistados demonstra um grande conhecimento da área territorial, das suas características e necessidades, pois a ATFC KAZA ocupa, na verdade, áreas com excelente potencial para o turismo ecológico, contando na actualidade já com mais de cinco milhões de turistas que visitam a região anualmente.

De salientar que o desenvolvimento do turismo nas áreas em estudo fomenta a colaboração e a cooperação não só directamente entre as comunidade, mas também fomenta a colaboração e a cooperação transnacionais entre os Estados Membros, tendo sido esta questão também levantada como hipótese de trabalho que se vê confirmada.

Verificar se o desenvolvimento das Áreas Transfronteiriças de Conservação acentua as assimetrias, a desterritorialização das comunidades rurais e, conseqüentemente, a desigualdade e a insegurança.

Se durante muito tempo o desenvolvimento foi estruturado numa base predominantemente economicista sem levar em conta os aspectos ambientais, na actualidade corre-se o risco de se cair no extremo oposto. Até ao momento, continua em aberto a discussão entre a concepção ecocentrista e a

antropocentrista, que apresentam abordagens conceptuais distintas ao tema. A primeira tem sido dominante e coloca as preocupações ambientais no centro da questão, enquanto a segunda reconhece que diversidade cultural é, para o género humano, tão necessária como a diversidade biológica para a natureza.

Em determinados momentos prevaleceu e ainda prevalece a posição ecocentrista com prejuízo de populações das áreas de protecção que se viram deslocadas das suas terras ou ficaram em situação de maior isolamento, com todas as consequências inerentes a esta situação.

A desterritorialização nas Áreas Transfronteiriças de Conservação é, pois, um grande problema e necessita de ser trabalhada com bastante acuidade, pelo facto de existirem comunidades que vivenciaram e ainda vivenciam este processo, a exemplo dos povos Khoisans em África e de outras comunidades noutras áreas transfronteiriças que, em nome da conservação e protecção da biodiversidade e do turismo, estão eles próprios desprotegidos.

Assim, torna-se necessário um programa de integração dos diferentes componentes nas ATFCs, visando a preservação do ambiente mas, em simultâneo, permitindo o desenvolvimento sustentável com diminuição da pobreza e melhoria da qualidade de vida, não descurando o fortalecimento da interacção entre as diferentes comunidades no sentido de estreitar laços de colaboração. Dentro dessa perspectiva, existem condições para uma convivência harmoniosa e segura. É o que se tem verificado na ATFC KAZA. Particularmente nestas áreas e relativamente à circulação transfronteiriça, 90,3% dos inquiridos afirmou que a mesma não contribui para a insegurança. Mesmo em relação ao aumento do turismo nas Áreas Transfronteiriças de Conservação, só 5,5% dos entrevistados mencionaram a possibilidade de aumento da insegurança, sendo que 61,8% relacionou positivamente turismo, biodiversidade e segurança.

Avaliar se o turismo é a alternativa mais viável para o desenvolvimento do território na área em estudo.

Respeitando as características destas localidades, pouco industrializadas, separados por grandes distâncias, mas, por outro lado detentoras de inigualáveis belezas naturais, fazem com que a estruturação bem orientada de actividades locais permitam a conciliação entre o desenvolvimento sustentável e a preservação da biodiversidade e geodiversidade.

Dentro desta visão, o desenvolvimento sustentável do turismo constitui uma das peças fundamentais para o desenvolvimento socioeconómico destas regiões e, em particular, para o alívio da pobreza e melhoria qualidade de vida. Este raciocínio está a ser aplicado nas comunidades que vivem no interior da ATFC KAZA e nas suas zonas contíguas, com a implementação do turismo de base comunitária.

Para além dos benefícios monetários, destacam-se outros também importantes, como o reforço dos laços sociais e o vínculo estabelecido com o território, benefícios normalmente não contabilizados pelas estatísticas. A relação afectiva com os lugares, em função da história familiar, das tradições e da cultura, dá aos empreendimentos desenvolvidos um importante significado.

Por outro lado, por estarem localizadas em regiões rurais, algumas iniciativas utilizam a beleza paisagística da sua localidade, oferecendo aos turistas, para além do convívio com os moradores da comunidade, a oportunidade de desfrutar do ambiente onde estes vivem. Este tipo de Turismo de Base Comunitária permite ainda uma relação direta com as áreas protegidas.

Assim, o TBC constitui por um lado, uma forma das comunidades locais se desenvolverem sem perderem as suas raízes e características culturais e, por outro lado, permite a interacção com outras pessoas e culturas num processo

dinâmico natural com repercussões ao nível do desenvolvimento das competências de tolerância e Paz entre os povos.

Os inquiridos, em relação às vantagens da actividade turística nas ATFCs, percecionam-na como muito importante, sendo que o “Contacto com outras Culturas” obteve 74,2% de opiniões favoráveis e 22,6% médio, totalizando 96,8%. Em seguida, vêm as “Vantagens Sociais” com desenvolvimento da cultura local com 90,3% e as “Vantagens Económicas” obtiveram um total de 90,3% de percepção favorável. Portanto, são os elementos amostrais dos intervenientes nestas ATFC que depositam este nível de confiança, demonstrando a sua esperança na melhoria da qualidade de vida dentro destas comunidades.

Face ao exposto, parece, sem dúvida, ficar confirmada a hipótese que coloca o turismo como sendo uma alternativa viável para o desenvolvimento do território na área em estudo, podendo mesmo dizer-se ser a mais viável.

Contribuir para a definição e operacionalização de acções integradoras do desenvolvimento do Turismo Sustentável.

A compilação de documentos realizada ao longo deste trabalho, a sua análise pormenorizada e o trabalho de estatístico efectuado constituem um significativo contributo para a operacionalização de acções integradoras do desenvolvimento sustentável. A valorização turística da ATFC KAZA, de acordo com Plano de Desenvolvimento Integrado (2011) deve ter em conta as características endógenas do território, ter em vista as mais-valias, que se traduzem na promoção de práticas turísticas aliadas à Natureza, promoção de eventos para atrair visitantes e investidores, melhoria das condições de vida das populações; formação e educação ambiental, etc., compatibilizando tarefas de criação de empregos e de oportunidades com os princípios de conservação da natureza.

A análise geral de todo o projecto, não só a nível da documentação, mas também *in loco*, contribuiu de sobremaneira para a percepção de todos os aspectos, permitindo a identificação de medidas para ajustes numa perspectiva integradora. Percebe-se que todo o desenvolvimento na região está a ter lugar apenas ao longo do Rio Cubango/ na Okavango Namíbia, tendo abundantes hospedarias e campos ao longo do rio. Com esta análise integradora, constatou-se que nenhum desenvolvimento turístico formal teve ainda lugar no âmbito da Componente Angolana de KAZA. O planeamento holístico e integrado é necessário para que a ATFC KAZA possa desenvolver o turismo ecológico, de tal forma que seja capaz de se preparar como destino existente, enquanto controla as áreas com recursos partilhados de forma responsável.

Avaliar se o desenvolvimento da ATFC KAZA responde aos pilares do desenvolvimento sustentável e aos objectivos do Milénio.

Durante o desenvolvimento desta tese, já muitos dados foram registados e discutidos, demonstrando a veracidade da hipótese levantada quanto às ATFCs e fundamentalmente a ATFC KAZA, responderem aos principais pilares do desenvolvimento sustentável e aos objectivos do milénio definidos pela ONU. De entre eles destacamos os seguintes: fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, erradicar a pobreza extrema e a fome, promover a igualdade do género e capacitar as mulheres, assegurar a sustentabilidade ambiental e desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.

No entanto, acrescentam-se mais alguns dados comprovativos desta afirmação.

Em relação ao combate contra a pobreza nas ATFCs, assinala-se a título de exemplo, que 71% dos inquiridos referem benefício na compra de alimentos. Em relação à criação de emprego, 96,8% dos elementos amostrais perceberam essa possibilidade. Em relação aos benefícios sociais trazidos pelas ATFCs,

refere-se que os valores de diminuição da pobreza, emprego de mulheres, aumento da qualidade de vida e outros, obtiveram 90,3%, 74,2%, 96,8% e 87,1%, respectivamente. Em relação às parcerias entre países, salienta-se que 96,8% dos inquiridos têm a percepção de que os benefícios organizacionais entre os países das ATFCs são muitíssimo, muito e mediantemente importantes. Por último, em relação à capacitação das mulheres através do aumento da sua empregabilidade, os inquiridos também perceberam esse item como favorável, nomeadamente em relação à ATFC KAZA.

Relacionando os objectivos definidos pelas organizações mundiais com um papel preponderante nos destinos do planeta e na sua vivência nas ATFCs, particularmente na ATFC KAZA, infere-se com segurança sobre o modelo que esta representa, em múltiplos aspectos, à escala mundial, constituindo ainda ou sobretudo um modelo que contribui e incentiva a paz regional e mundial.

Analisou-se a correlação entre as mesmas questões, respondidas pelos elementos da SADC e da ATFC KAZA. Para tal, foram utilizados o Coeficiente de Correlação de Pearson para as variáveis quantitativas e o Coeficiente de Correlação de Spearman para as variáveis qualitativas.

Relativamente às correlações entre a questão 7 – “Existem vantagens em receber turistas estrangeiros na área do ATFC?” (gráfico 39), podemos concluir existir correlação estatisticamente significativa e positiva, ($r(31) = 0.482$; $p < 0.01$). Ou seja, os elementos dos questionários da SADC têm a mesma opinião, nesta questão, dos do questionário KAZA.

O mesmo acontece com a questão 10 – “O desenvolvimento das ATFC permite o aumento do emprego e, conseqüentemente, uma diminuição da pobreza?”. Verificámos existir correlação estatisticamente significativa e positiva ($\rho(31) = 0.602$; $p < 0.01$). Também podemos, nesta questão, concluir que as opiniões dos elementos da SADC e da ATFC KAZA vão no mesmo sentido.

A análise dos itens acima destacados corrobora com a hipótese sobre o contributo para o desenvolvimento socio-económico da região e, em particular, para o alívio da pobreza e melhoria das condições socioeconómicas e para a inclusão das comunidades da ATFC KAZA e nas suas zonas contíguas.

CONCLUSÕES DOS OBJECTIVOS E HIPÓTESES GERAIS

Revendo as páginas anteriores sobre as conclusões específicas, constata-se que já muito foi dito, pelo que se corre o risco de repetição.

Assim, decide-se fechar esta conclusão geral, enfatizando apenas que o trabalho desenvolvido responde aos três objectivos gerais e às duas hipóteses gerais desta investigação. Salienta-se a motivação maior que esteve sempre presente, não só nas linhas escritas, mas em todas as entrelinhas e que foi o contributo do desenvolvimento sustentável do turismo nas Áreas Transfronteiriças de Conservação, para a inclusão das comunidades e para a promoção da paz.

Afinal, no meio de tanta guerra pelo mundo, quantas vezes por fronteiras dentro de fronteiras, em terras africanas subsarianas nas Áreas Transfronteiriças de Conservação, convivem pessoas não só de diferentes comunidades, mas também de 5 países diferentes em perfeito clima de paz e harmonia, compreendendo que os benefícios de gestão conjunta entre os países parceiros das da ATFC KAZA, promove a estabilidade fronteiriça, o respeito pela soberania dos Estados Parceiros, a solidariedade e a paz

Podemos assim concluir que, a questão de partida foi respondida assim como os objectivos e hipóteses gerais foram confirmadas.

Reflexão crítica sobre o contributo do Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Angola

Consideramos importante fazer uma reflexão sobre o contributo do Desenvolvimento Sustentável do Turismo nas Áreas Transfronteiriças de Conservação, em particular em Angola. Gunter (2016), da Associação do Turismo de Alemanha, ressalta seis oportunidades e desafios para o desenvolvimento dos destinos turísticos, a saber: criação de um perfil e imagem de turismo únicos, definição de segmentos turísticos alvo, desenvolvimento de infraestruturas turísticas modernas, existência de boas acessibilidades, conceber uma estratégia de vendas e de marketing variada e implementação da sustentabilidade.

1. Criação de um perfil e imagem de turismo únicos: nada é mais perigoso para um destino que a falta de identidade. Cada destino tem as suas características especiais que devem ser enfatizadas e promovidas.
2. Definição de segmentos turísticos alvo: não há destino que consiga corresponder às necessidades de todos os segmentos-alvo. Cada destino deve identificar com urgência o grupo-alvo mais adequado.
3. Desenvolvimento de infraestruturas turísticas modernas: um destino sem infraestruturas turísticas modernas não é competitivo hoje em dia. As infraestruturas incluem não só os aeroportos, portos, estradas, mas também instalações eficientes de cuidados de saúde. Paralelamente, existe ainda a questão de como gerir os fluxos de turistas de forma inteligente. O aeroporto é, muitas vezes, um ponto nevrálgico. É aqui que o turista contacta com o destino pela primeira e pela última vez, sendo este segundo momento ainda mais decisivo. A última impressão, muitas vezes, determina se o visitante vai querer voltar ou não. No processo de planeamento das infraestruturas é fundamental uma cooperação estreita entre os sectores políticos e os serviços, o turismo, o transporte, a saúde e a cultura.

4. Existência de boas acessibilidades: a acessibilidade de um destino é um critério decisivo para o sucesso turístico. É necessário desenvolver instrumentos e/ou ofertas que possam tornar o destino atraente, também para que os serviços de transportes o queiram servir. Aqui, é fundamental que os destinos intervenham e desenvolvam estratégias com base na análise do seu grupo/mercado alvo.

5. Conceber uma estratégia de vendas e de marketing variada: deste modo a evitar dependência, é indispensável apostar em diferentes canais de marketing.

6. Implementação da sustentabilidade: um destino não vai sobreviver perante a concorrência a longo prazo se não tiver um perfil sustentável. Os consumidores, especialmente os mais jovens, exigem sustentabilidade e estão cada vez mais sensibilizados para esta questão.

Relativamente as estas oportunidades e desafios, realmente, para o desenvolvimento de um destino turístico, há necessidade de uma cooperação entre as instituições do Estado, de instituições privadas e das comunidades. No caso de Angola, há efectivamente necessidade de que todas estas questões levantadas, enquanto oportunidades e desafios, sejam analisadas e praticadas. Espera-se que o desenvolvimento do turismo não fique somente nos documentos estratégicos e na boa vontade política. Espera-se, sim, que haja aplicabilidade dessas vontades e desses documentos. Conforme foi mostrado ao longo do estudo, Angola é o país com o menor nível de desenvolvimento turístico, dos cinco países da ATFC KAZA. Em nosso entender, falta vontade política, aliada à não necessidade factual do entendimento de que o turismo pode ser realmente uma grande alavanca para o desenvolvimento do país, tendo em conta o seu factor multiplicador. É fundamentalmente nesta fase de crise económica que Angola vive, devido à baixa do preço do “turismo preto” (petróleo).

Diríamos mesmo que se Angola organizou a estrutura do desenvolvimento da exploração petrolífera, de tal maneira que se tornou numa das grandes potências mundiais, permitindo o desenvolvimento e o crescimento do país de forma notória em escassos anos de Paz, deve ter consciência que, para o

desenvolvimento do turismo enquanto petróleo verde, deverão também ser criadas plataformas ou infraestruturas que permitam o desenvolvimento do turismo de forma sustentável.

Essas plataformas para o turismo são as estradas, as telecomunicações, as infraestruturas de base, como água, electricidade, hospitais, internet e organização dos vistos, por forma a facilitar a entrada de turistas, sem os quais não haverá turismo.

Portanto, poderemos ter todos os documentos estratégicos e bem elaborados, mas se não existir um plano operacional mulsectorial para o desenvolvimento do turismo, no qual estejam envolvidos todos os sectores afins ao turismo, dificilmente este sector se poderá desenvolver. Embora Angola seja um país rico em potencialidades turísticas, necessita que as mesmas sejam transformadas em recursos e produtos turísticos. Ressaltamos, também, a necessidade da formação do capital humano, os profissionais do sector a todos os níveis, para que se organize e se pratique um turismo de qualidade.

Reflexão crítica sobre o Contributo do Desenvolvimento das áreas transfronteiriças de conservação em particular a ATFC KAZA

Efectivamente as Áreas Transfronteiriças de Conservação são um novo paradigma da conservação. Trabalham para promover a conservação da biodiversidade, o desenvolvimento socioeconómico, bem como as relações de Paz e a cooperação regional, com várias vantagens, incluindo, entre outras, as ecológicas, socioeconómicas e organizativas.

Ressaltamos que, apesar do facto de serem um novo paradigma, toda a atenção deve ser prestada, a fim de a ATFC KAZA não cair numa rotina negativa, a qual se verifica em algumas áreas transfronteiriças, onde entre os conceitos e a sua aplicabilidade existe um grande fosso. Efectivamente, os conceitos de sustentabilidade de desenvolvimento das áreas transfronteiriças estão patentes nos documentos oficiais, mas nalgumas o racismo ainda existe e as populações autóctones tem dificuldades de chegar às áreas devido à pobreza e às

condições financeiras. As distâncias são grandes, somente por via aérea ou com carros 4x4, se pode deslocar. Não existem transportes coletivos para que as comunidades possam lá chegar. Por outro lado, as acessibilidades também são muito difíceis, as infraestruturas de apoio ao turismo são bastante reduzidas e, conseqüentemente, para as populações são inexistentes. A falta de hospitais, escolas, água, luz, comunicação e outros, próximos das comunidades, faz com que haja muito sofrimento nas comunidades.

Daí, a percepção de alguns Governos e principalmente das comunidades, de que o desenvolvimento das Áreas Transfronteiriças de Conservação é fundamentalmente o desenvolvimento do turismo, possa ser uma via para o aumento de oportunidades de emprego e a redução da pobreza. Diríamos que a organização da estrutura de gestão da ATFC KAZA, apresentada ao longo do estudo, é muito importante para evitar essas assimetrias entre os visitantes e a comunidade local, bem como a sensação de desterritorialização. Desta forma, a organização da estrutura de gestão contribui para que as áreas transfronteiriças cumpram com o seu papel.

Deixamos também o apelo aos Governos dos países que estão inseridos em áreas transfronteiriças, para que haja verdadeiramente um engajamento dos países parceiros e que não deixem o desenvolvimento das ATFCs nas mãos somente dos doadores. O desenvolvimento das mesmas é uma oportunidade de envolvimento, de desenvolvimento de África e do mundo no geral, de equidade, de inclusão social, de interação com outras culturas, de desenvolvimento da cultura local sem perder a identidade e de promoção da Paz.

LIMITAÇÕES DO TRABALHO E PISTAS PARA INVESTIGAÇÕES FUTURAS

Procurámos contribuir para explicitar a importância da compreensão do Contributo do Desenvolvimento Sustentável do Turismo nas Áreas Transfronteiriças de Conservação para Inclusão das Comunidades e Promoção da Paz e, particularmente, na Área Transfronteiriça de Conservação Okavango Zambeze - componente Angolana – ATFC KAZA/Angola.

Realmente, o desenvolvimento sustentável do turismo ocupa também um papel relevante no conhecimento de novas culturas, de propulsor da Paz, de globalização como factor de conhecimento de novos territórios. Hoje, com o desenvolvimento turístico e com um mundo mais globalizado, invertem-se os processos e as necessidades de pertença. Sendo assim, representa um novo direccionamento do turismo e, conseqüentemente, um grande desafio para os responsáveis pela preservação ambiental e pelo turismo, nos países utentes de recursos naturais e pertencentes a esta abordagem transfronteiriça.

LIMITAÇÕES DO TRABALHO

No decorrer deste trabalho, deparamo-nos com algumas dificuldades. Ressaltamos algumas, como a falta de dados disponíveis nos meios de tecnologias de informação, a ausência de uniformidade nos conceitos, definições e terminologia utilizados em publicações consultadas, a área da ATFC KAZA ser ainda bastante atrasada ao nível do desenvolvimento das infraestruturas turísticas em relação ao país e às outras áreas dos países parceiros, os campos ainda em desminagem, embora com sucesso, mas que não permitiu ainda o arranjo das estradas e outras infraestruturas de apoio até ao momento uma vez que a prioridade era e é a desminagem para garantir segurança, a dimensão da área da ATFC KAZA, as deslocações para aplicação dos inquéritos nos outros países, que geraram muito mais dificuldades, custos financeiros e emocionais.

Apesar de tudo, ressaltamos que Angola é um país que se tem empenhado na solução dos problemas de África no geral e é tido como a alavanca do

desenvolvimento do continente, devido à sua atitude de harmonização para a Paz vivida entre os angolanos. De acordo com Agostinho Neto, primeiro Presidente da República do País, “Angola é e será por vontade própria a trincheira firme da revolução em África”. Esta proposta de desenvolvimento tem aplicabilidade no trabalho conjunto entre os países, como ocorre no exemplo da ATFC KAZA.

Lembramos, ainda, que Angola viveu um período de guerra muito grande em toda a área da componente angolana da ATFC KAZA, no Cuito Cuanavale, em Mavinga, no Rivungo e na Jamba. Esta guerra, provocada pela invasão da África do Sul, decorreu de 1987 a 1988. Com a derrota Sul-africana e a conseqüente mudança de regime, países como a Zâmbia, Zimbabwe e Namíbia, ficaram mais desanuviados, menos pressionados, permitindo os seus desenvolvimentos económicos. Para além da invasão sul-africana, a guerra interna deflagrou em 1993 entre os angolanos, até a assinatura dos acordos de Paz em 2002.

Podemos também concluir que Angola, e particularmente a área da componente Angolana da ATFC KAZA, sofreu enormes perdas humanas e oportunidades de desenvolvimento devido às dificuldades apresentadas, mas que participou na estabilidade da região. A vitória de Angola permitiu, igualmente, a afirmação da África Austral bem como a circulação de pessoas e de bens. Todos esses factores de instabilidade fazem com que a área da ATFC KAZA componente Angolana ainda esteja a ser trabalhada no presente.

Esperamos, apesar das limitações apresentadas, ter contribuído para uma compreensão mais alargada do Contributo do Desenvolvimento Sustentável do Turismo nas Áreas Transfronteiriças de Conservação para a Inclusão das Comunidades e a Promoção da Paz, nomeadamente na Área Transfronteiriça de Conservação Okavango Zambeze componente Angolana, bem como para uma melhor percepção das necessidades de teorização, de investigação empírica e de intervenção estruturada neste domínio.

PISTAS PARA INVESTIGAÇÕES FUTURAS

Inferimos também que, se o turismo for organizado e gerido de forma ética e sustentável, pode constituir-se como uma alavanca para o desenvolvimento das comunidades locais, para a criação de sociedades mais estáveis, para a promoção e protecção da biodiversidade, da geodiversidade e dos recursos culturais, para a inclusão das comunidades locais e para a paz regional.

Na verdade, os resultados desta investigação, conjugados com a reflexão que temos vindo a desenvolver durante a realização deste trabalho, conduzem-nos a pensar que será fundamental realizar um projecto formativo nos domínios do turismo e do ambiente, que permitam unificar as diferentes acções em curso e contribuir de modo sustentado para o desenvolvimento do turismo. Contribuirá, conseqüentemente, para a protecção da biodiversidade, da geodiversidade e das comunidades. Igualmente, será importante a elaboração de um projecto de consciencialização e sensibilização da importância do turismo junto das comunidades locais, que permitisse atingir os seguintes objectivos:

- Contribuir para a formação dos agentes da sociedade no domínio do turismo e ambiente (com pós-graduações, licenciaturas, mestrados e doutoramentos dirigidos aos profissionais do sector, desde o nível de base a chefias, assim como a outros técnicos, como professores, psicólogos, sociólogos, etc.);

- Contribuir para a melhoria das políticas e das práticas, com base nas evidências da investigação sobre a mudança de determinados comportamentos e atitudes.

Pensamos que, futuramente, seria extremamente importante estudar a importância de outras variáveis para além das estudadas, de modo a alargarmos a compreensão do Contributo do Desenvolvimento Sustentável do Turismo nas Áreas Transfronteiriças de Conservação, para Inclusão das Comunidades e Promoção da Paz. Esta sugestão também permitiria uma melhor compreensão do caso em estudo, a Área Transfronteiriça de Conservação Okavango Zambeze componente Angolana, nomeadamente, dos fatores de tipo social (estatuto

social, individualização), individual (antecedentes pessoais, expectativas) e organizacional (remuneração e condições de trabalho). Complementarmente, será importante estudar o impacto que o desenvolvimento das áreas transfronteiriças ao longo do tempo assume na melhoria da qualidade de vida das comunidades no interior e arredores da ATFC em particular e, no geral, a nível dos países onde estão inseridos. Trata-se de uma preocupação emergente que deve ser considerada e investigada, como tem sido corroborado em diversas investigações sobre a temática do desenvolvimento do turismo sustentável, aliados aos benefícios sociais, económicos, organizacionais, à redução da pobreza e à Paz.

Gostaríamos de enfatizar que dada a heterogeneidade das províncias de Angola, parece-nos fundamental estudarmos outras amostras populacionais, de modo a promovermos uma compreensão do contributo do desenvolvimento do turismo sustentável e das áreas transfronteiriças, assim como o desenvolvimento do turismo em Angola.

Por outro lado, seria extremamente interessante que o estudo pudesse, no futuro, assumir uma dimensão longitudinal de modo a analisarmos efectivamente, no tempo:

1. Quais os resultados do Contributo do Desenvolvimento Sustentável do Turismo nas Áreas Transfronteiriças de Conservação;
2. Se o Contributo do Desenvolvimento Sustentável do Turismo nas Áreas Transfronteiriças de Conservação e o caso em estudo, a Área Transfronteiriça de Conservação Okavango Zambeze componente Angolana, se traduz na equidade de oportunidades, na inclusão das comunidades e promoção da Paz.

Perante o facto de existir muito pouco material de estudo sobre o desenvolvimento das Áreas Transfronteiriças de Conservação, esperamos ter contribuído, de alguma forma, para o conhecimento das gerações futuras.

Assim, auguramos que as implicações decorrentes e sugeridas possam contribuir e alertar para futuras investigações e intervenções no contexto do

desenvolvimento do turismo e das áreas transfronteiriças, enquanto via possível para a inclusão das comunidades e promoção da Paz.

BIBLIOGRAFIA

Acerenza, M. A. (2002). Administração do turismo: conceituação e organização. Bauru: EDUSC, v.1, p.31.

Adams, W. M. (1999). Sustainability. In P. Cloke & Crang, F. & Goodwin M. (2013). Introducing Human geographies. London: Arnold.

Almeida, P. (2013). A imagem como variável preponderante na afirmação dos destinos como turísticos. Atas do 1º Encontro Regional de Técnicos do Turismo. Coimbra: Nocamil, p.72.

Almeida, P. J. (2003). A Contribuição da Animação Turística para o Aumento das Taxas de Ocupação de Uma Região. Tese de Mestrado, Departamento de Economia Gestão e Engenharia Industrial, Universidade de Aveiro, Aveiro.

Andrade, J. V. (2000). Turismo: fundamentos e dimensões (8 ed.). São Paulo: Ática.

Andrade, M. C. (1995). A questão do território no Brasil. São Paulo: Hucitec.

Araújo, J. (2016). Turismo Sol e Mar. Recuperado em 25 de Setembro de 2016, de <http://know.net/terraselocais/turismo/turismo-sol-e-mar/>.

Ashley, C. & Garland, E. (1994). Promoting Community-Based Tourism Development: Why, What and How? Research Discussion Paper, Ministry of Environment and Tourism, Namibia.

Australian Heritage Commission (2003). Australian Natural Heritage Charter For the Conservation of Places of Natural Heritage Significance (2 ed.). Canberra, p.32.

Azevedo, V. (2013). A Magia do deserto. Recuperado em 12 de Agosto de 2016, de <http://expresso.sapo.pt/sociedade/a-magia-do-deserto=f806068>.

Baker, S., Kousis M., Richardson D. & Young S., (1997). The theory and practice of sustainable development in EU perspective. The politics of sustainable development. London & New York: Routledge, pp. 72-88.

Ballart, J. H. (2005); Patrimonio Cultural y Turismo Sostenible em el espacio Iberoamericano: retos Y oportunidades del presente. Revista Dialogos, vol.9, nº1, p.17.

Barreto, M. (1995). Manual de iniciação ao estudo do turismo. Campinas: Papirus, p.9.

Barreto, M. (2008a). Manual de iniciação ao estudo do turismo. Campinas: Papirus, 17 Edição, pp. 21.

Barreto, M. (2008b). Manual de iniciação ao estudo do turismo. Campinas: Papirus, 17 Edição, p. 9.

Beni, M. C. (1998). Análise estrutural do turismo. São Paulo: Senac, pp.38,153.

Beni, M. C. (2001). Fundamentos da Teoria de Sistemas Aplicados ao Turismo. São Paulo: Senac, p. 36.

Beni, M. C. (2003). Análise estrutural do turismo (10^o ed.). São Paulo: Senac, p. 36.

Bento, L. C. M. & Rodrigues, S. C. (2013). Geoturismo em unidades de conservação: uma nova tendência ou uma necessidade real? – Estado da arte. Revista do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, v. 25, p. 77-97, 2013. Recuperado em 30 de Outubro de 2013, de <http://revistas.ufpr.br/raega/article/view/21246>.

Black, R. & Crabtree, A. (2007). Quality assurance and certification in ecoturismo. Wallingford: CABI, p.113.

Blamey, R. (1997). Ecotourism: The search for an operational definition. *Journal of Sustainable Tourism*, 5(2), pp.109-130.

Borba, A. W. (2011). Geodiversidade e geopatrimónio como bases para estratégias de geoconservação: conceitos, abordagens, métodos de avaliação e aplicabilidade no contexto do Estado do Rio Grande do Sul. *Revista Pesquisa em Geociências*, v.38, nº1; p.3-14, jan/abr. Recuperado em 15 de fevereiro de 2012, de <http://www.pesquisasemgeociencias.ufrgs.br/3801/01-3801.pdf>.

Brechin, S. R. & Wilshusen, P. R. & Fortwangler, C. L. & West, P. (2003). *Contested Nature: Promoting International Biodiversity with Social Justice*. Nova Iorque: Suny.

Brilha, J. (2005). Património Geológico e Geoconservação: A Conservação da Natureza na sua Vertente Geológica. Braga: Palimage, pp.25, 95-111.

Brito, M. (2012). *Percurso de sustentabilidade: políticas e práticas de planeamento para o desenvolvimento turístico do Município de Sines*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.

Burek, C. & Potter, J. (2006). *Local Geodiversity Action Plans - Setting the context for geological conservation*. English Nature Research Reports, No 560.

Bursztyn, I. (2012). *Desatando Um Nó Na Rede: Sobre Um Projeto De Facilitação Do Comércio Direto Do Turismo De Base Comunitária Na Amazônia*. Tese de Doutoramento, Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, Universidade Federal de Rio de Janeiro.

Candiotto, L. P. (2004). Uma reflexão sobre ciência e conceitos: o território na geografia. In: A. D., Ribas; E. S., Sposito; M. A., Saquet (2004). *Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens*. Unioeste: Francisco Beltrão.

Carcavila, U. L & Urqui, L. & Martinez, J. L. & Valsero, J. D. (2007). *Patrimonio geológico y geodiversidad: investigación, conservación, gestión y relación con los espacios naturales protegidos*. Cuadernos del Museo Geominero. Madrid: IGME, nº 7, p. 360.

Carmo, H. & Ferreira, M. F. (1998). Metodologia da investigação – guia para auto-aprendizagem. Lisboa: Universidade Aberta, p.178.

Carvalho, N. & Rodrigues, J. (2009). New challenges with geotourism. Proceedings of the VIII European geoparks Conference. Idanha-a-Nova, pp.188-193.

Carvalho, P. & Fernandes, J. L. J. (2002). Paisagem e apropriação dos territórios. Reflexão em torno de dois exemplos comparativos: a Serra da Lousã e o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros. In L., Caetano (2002). Território, Globalização e Trajectórias de Desenvolvimento. Coimbra: CEG, pp.275-320.

Carvalho, V. F. (2007). O Turismo Comunitário como instrumento de desenvolvimento sustentável. Recuperado em 1 de Agosto de 2016, de <http://www.revistaecotur.com.br/novo/home>.

Castro, J. P. R (2004). Parque Natural Douro Internacional / Arribes del Duero: Territórios Transfronteiriços – suas dinâmicas. Tese de Mestrado, Universidade do Minho.

Caxeiro, C. (2009). Fácies, Ambientes e Geometrias dos Depósitos do “Miradouro Da Lua” Sul de Luanda. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciência, Universidade Agostinho Neto, Luanda, Angola.

Cazalma A. (2014). A Educação para a Cidadania Democrática em Angola: O Papel da Educação para a Cidadania no Bem-Estar Social e Escolar. Tese de doutorado, Faculdade de Ciências da Educação, Universidade de Granada, Granada, Espanha.

Cazalma, A. & Cravidão, F & Cunha, L (2013). O Contributo do Desenvolvimento Sustentável do Turismo nas Áreas Transfronteiriças de Conservação para a Inclusão das Comunidades e para a Manutenção da Paz. Revista Turismo e Desenvolvimento, Aveiro, 21-22, pp.487-496.

Cazalma, A. (2012). Rumo às Terras do Fim do Mundo, Pangeia, Lisboa.

Ceballos-Lascurain, H. (1996). Tourism, ecotourism and protected areas: The state of ature-based tourism around the world and guidelines for its development. IUCN: Gland, Switzerland and Cambridge, p.301.

Child, B. & Dalal-Clayton. B. (2004). Transforming Approached to CBNRM: Learning from the Luangwa Experience, Zambia. p. 256-289. In T.O., McShane; & M. P., Wells (2004). Getting Biodiversity Projects to Work: Towards More Effective Conservation and Development. Nova Iorque: Columbia University Press.

Coccosis H. (1996). Tourism and sustainability; perspectives and implications. In G.K. Priestley & H. Coccosis. Sustainabe Tourism? European Experiences. Oxon: CAB International, pp. 1-21.

Colas & Buendia (2001). Técnica mais utilizada na Investigação educativa. Sevilha, Alfar.

Coriolano (2003). O Turismo de inclusão e o desenvolvimento local. Fortaleza: Funece, p.191.

Coriolano, L. N. M. T (2006). Os limites do desenvolvimento e do turismo. In L. N. M. T., Coriolano (2003). O Turismo de inclusão e o desenvolvimento local. Fortaleza: Funece.

Coutinho, C. (2011). Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática. Coimbra: Edições Almedina, p. 24.

Cravidão, F. (2006). Turismo e cultura: dos itinerários ao lugar os lugares. In M. L. Fonseca. Desenvolvimento e território – Espaços Rurais Pós-agrícolas e Novos Lugares de Turismo e lazer. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, pp.269-279.

Cravidão, F. (2013). Turismo, desenvolvimento e recursos humanos – uma trilogia em construção permanente. Atas do 1º Encontro Regional de Técnicos do Turismo. Coimbra: Nocamil.

Cui, Z. (2001). "Particular, universal e infinito: transcender o centralismo ocidental e o relativismo cultural no Terceiro Mundo" in Marx, L; Mazlish, B. Progresso. Realidade ou ilusão?, Lisboa: Bizâncio, pp. 221-238

Cunha, L. & Vieira, A. (2002/04). Património geomorfológico, recurso para o desenvolvimento local em espaços de montanha. Exemplos no Portugal Central. Cadernos de Geografia, Coimbra, pp.21-23.

Cunha, L. (2003). Maciço de Sicó. Valorização dos recursos naturais e criação de emprego a nível local. In L., Caetano (2003). Territórios, do global ao local e trajectórias de desenvolvimento. Coimbra: Centro de estudos geográficos, pp.185-198.

Cunha, L. & Abrantes, A. (2013). Introdução ao Turismo (5º ed.). Lisboa: Verbo.

De La Torre, O. (1992). El turismo, fenómeno social. Cidade do México: Fondo, p.15.

Delors, J. (1996). Educação, um tesouro a descobrir. Porto: Asa.

Dias, R. & Figueira, V. (2011). A responsabilidade Social no Turismo. Lisboa: Editora Escolar.

Dias, R. (2003). Sociologia do Turismo. São Paulo: Atlas.

Diaz, J. (2011). Turismo, Formação e Inovação: Turismo como alavanca para o desenvolvimento. Lisboa: Pedagogo.

Diegues, A. C. (2001) O mito moderno da natureza intocada (5 ed.). São Paulo: Hucitec.

Diegues, A. C. (2003). Sociedades e comunidades estáveis. São Paulo: USP/NUPAUB. Recuperado em 26 de Setembro de 2016, de www.usp.br/nupaub/comsust1.pdf.

Diniz, A. Castanheira (1973). Características mesológicas de angola. Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola. Lisboa: Nova Lisboa.

- Dresner, S. (2002). *The principles of sustainability*. London: Earthscan.
- Fennel, D. (2001). A Content Analysis of Ecotourism Definitions. *Current Issues in Tourism*, 4(5), pp. 403-421.
- Fernandes, J. L. J. (2008). A desterritorialização como factor de insegurança e crise social no mundo contemporâneo. In *Jornadas Internacionais de Estudos sobre Questões Sociais (1 ed.)*. Póvoa de Varzim: Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sociocultural, pp. 423-447.
- Fernandes, J. L. J. (2012). *Parques Naturais e Outras Áreas Classificadas no Modelo de Desenvolvimento Português*. Coimbra: Terra de Sena, p.537.
- Fernandes, J. L. J. (2013). Turismo, precariedade territorial e dinâmicas de desterritorialização. In F., Cravidão & N., Santos. *Turismo e Cultura, destinos e competitividade*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp.111-133
- Ferreira, C. C. & Simões, J. M. (2009). *Turismo de Nicho: Motivações, Produtos, Territórios*. Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Fisher, B. (2003). Within boundaries: the implications of pro-poor conservation for protected areas [Relatório]. V Congresso Mundial de Parques, Durban
- Fortin, M.F. (1999). *O processo de investigação: da concepção à realização (2ª ed.)*. Loures: Lusociência.
- Frederico, M. (2011). Impacto e sustentabilidade do turismo comunitário: Estudo de caso de Tinti Gala e Tsakane Ka Madjadjane Lodges em Maputo. São Paulo: GEOUSP - Espaço e Tempo, nº 29, pp. 145-168.
- Fullana, P. & Ayuso, S. (2002) *Turismo Sostenible*. Barcelona: Rubes, p.30.
- Geisler, C. (2003). Your park, my poverty: using impact assessment to counter the displacement effects of environmental greening. In S.R., Brechin & P.R., Wilshusen & C.L., Fortwangler & P., West (2003). *Contested Nature: Promoting International Biodiversity with Social Justice*. Nova Iorque: Suny Press.

Ghimire, K. B. & Pimbert, M. P. (1997). *Social Change and Conservation: Environmental Politics and Impacts of National Parks and Protected Areas*. London: Earthscan.

Giddens A. (2000). *Mundo em descontrolo: O que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro: Record.

Gill, A. (2006). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social (5ª edição)*. São Paulo; Atlas.

González, J. T (2007). *El macizo central de los picos de Europa. Geomorfología y sus implicaciones geoecológicas en la alta montaña cantábrica*. Tese Doutoramento, Univ. Cantábria, Santander.

Gouzee, N. & Mazijn, B. & Billharz, S. (1995). *Indicators of sustainable development for decision-making. Report of the workshop of Ghent*. Belgium: Federal Planning Office of Belgium.

Gray, M. (2004). *Geodiversity. Valuing and conserving abiotic nature*. Chichester: Wiley, p. 434.

Greenwood, C. & Yeoman, I. (2007). *What will activity and adventure tourism look like in 2015?* Scotland: Visit Scotland.

Gunter, I. (2016). *Oportunidades e desafios para os destinos turísticos*. *Tourism Trends Review (Turismo '16)*. Porto.

Haesbaert, R. & Limonad, E. (2007). *O Território em tempos de globalização*. *Revista Electrónica de Ciências Sociais Aplicadas*, 1, 2.

Haesbaert, R. (1997). *Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no nordeste*. Niterói: EdUFF.

Haesbaert, R. (2002). *A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda*. São Paulo: Terra Livre, v. 1, n. 18, jan/jun 2002, pp.37- 46.

Haesbaert, R. (2010). Territórios, insegurança e risco em tempos de contenção territorial. In: H. N., Póvoa & A. Vainer & M. Santos. A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções. Rio de Janeiro.

Hall, C. (2004). Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto, p.46.

Henriques, A. C. (2010). No Princípio estava o Mar – Peniche: O Património Cultural, o Turismo e o Mar. Tese de Mestrado em Lazer, Património e Desenvolvimento, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, p.105.

Henriques, M. H. & Andrade, A. I. & Quinta-Ferreira, M. & Lopes, F. C. & Barat, M. T. & Pena dos Reis, R. & Machado, A. (2012). O Património Natural do Arco (Namibe, Angola): enquadramento geológico e evolução geomorfológica. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Hernández Pina, F. (1999). Los enfoques de aprendizaje en el contexto de la evaluación de la calidad de las universidades. Informe final - Programa sectorial de promoción general del conocimiento.

Hill, M. M. & Hill, A. (2012) Investigação por Questionário (2ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.

Honey, M. (2008). Tourism: Preventing Conflict, Promoting Peace. Recuperado em 30 Junho 2011, de <http://www.responsibletravel.org>.

Hose, T. A. (1995). Geotourism – Selling the Earth to Europe. Engineering Geology and Environment. Roterdão: Balkema, p.17.

Hose, T. A. (2005). Geotourism. Appreciating the deep time of landscapes. Niche Tourism: contemporary issues, trends and cases. Oxford: Butterworth-Heinemann.

Ignarra, L. R. (1998). Fundamentos do turismo. São Paulo: Pioneira, p.12.

Info-Angola (2016). Recuperado em 20 de Setembro de 2016, de http://www.infoangola.ao/index.php?option=com_content&view=article&id=1178:angola-geomorfologia&catid=617:geomorfologia&Itemid=1113.

Jardim, C. (2010). Educação para a cidadania no 1º CEB num agrupamento de Escolas. Tese de doutoramento. Universidade de Aveiro.

João Paulo II (2001). Mensagem de Sua Santidade João Paulo II por ocasião do XXII Dia Mundial do Turismo. Recuperado em 25 de Setembro de 2016, de http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/messages/tourism/documents/hf_jp-ii_mes_20010619_giornata-mondiale-turismo_po.html.

Johnson, K. A. (1997). Trophy hunting as a conservation tool for Caprineae in Pakistan, p. 393-423. In C. H., Freese (1997). Harvesting Wild Species: Implications for Biodiversity Conservation. Baltimore & London: Johns Hopkins University Press.

Jones, B. & Murphree, M.W. (2001). The Evolution of Policy on Community Conservation, p. 38-58. In Hulme, D. & Murphree, M.W. African Wildlife and Livelihoods: the Promise and Performance of Community Conservation. Oxford: James Currey.

Julião, L. C. (2013). Cidade, Cultura e Turismo: o impacto turístico em Guimarães, Capital Europeia da Cultura 2012. Tese de Mestrado, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril.

Ki-moon, B. (2011). Secretary-General, in Message for World Tourism Day, Welcomes Chance to Recognize Sector as Force for Global Tolerance, Unity. Recuperado em 27 de Setembro de 2016, de <http://www.un.org/press/en/2011/sgsm13810.doc.htm>.

Kozłowski, S. & Migaszewski, M. Z. & Galuszka, A. (2004). Geodiversity conservation - conserving our geological heritage. Polish Geological Institute Papers, 13.

Kunwar, R. R. (2010). *Tourists & Tourism: Science and Industry Interface*. Kathmandu: Ganga Sen Kunwar.

La Torre, del Rincón y Amal (2003). *Bases metodológicas de la investigación educativa*. Barcelona: Ediciones Experiencia.

Lage, B. G. & Milone, P.C. (2000). *Turismo: teoria e prática*. São Paulo: Atlas.

Langley, S. (2001). The systems of protected areas in the United States. In Benjamin, A.H. *Direito ambiental das áreas protegidas*. São Paulo: Forense Universitária.

Lévy, J. (1993). A-t-on encore (vraiment) besoin du territoire? Paris: *Espaces Temps*, n° 51-52, 102-142.

Lewis, D. & Carter, N. (1993). *Voices from Africa: Local Perspectives on Conservation*. Washington: WWF-US.

Lickorish, L. J. & Jenkins, C. L. (2000). *Introdução ao turismo*. Rio de Janeiro: Campus.

Lima, F. F. (2008). *Proposta metodológica para a inventariação do património geológico brasileiro*. Tese de Mestrado em Património Geológico e Geoconservação, Escola de Ciências da Universidade do Minho, p.14.

Máquina, M. A. & Tavares, A. O. & Henriseques, M. H. (2012). *Para aprender com a Terra: memórias e notícias de Geociências no espaço lusófono*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Marôco, J. (2014). *Análise Estatística com o SPSS Statistics*. 6ª ed. Pero Pinheiro: Report Number – Análise e Gestão de Informação, Lda. 990 p. ISBN: 978-989-96763-4-3.

Marques, J. (2013). *Turismo de Negócios: Convention & Visitors Bureau na Região Centro de Portugal*. Tese de doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

Martins, A. (2012). Património Nacional para a Fenda da Tundavala na Serra da Leba. Recuperado em 12 de Agosto de 2016, de <http://www.angolabelazebelo.com/2012/09/patrimonio-nacional-para-a-fenda-da-tundavala-na-serra-da-leba/>.

Mathieson, A. & Wall, G. (1982). *Tourism-Economical, Psysical and Social Impacts*. London: Longman.

McIntosh, R. & Gupta, S. (1993). *Turismo: planeación, administración y perspectivas*. México: Limusa Noriega, p.593.

McNeely, J. A. & Miller, K. R. (1984). *National Parks, Conservation, and Development: the Role of Protected Areas in Sustaining Society*. Washington: Smithsonian Institution Press.

McNeely, J. A. (1993). *Parks for Life [Report of 4th World Congress on National Parks and Protected Areas]*. IUCN, Gland, Switzerland.

Meadows, D. & Meadows, D. & Randers, J. & Behrens III, W. (1972). *The limits to growth*. New York: Universe Books.

Medeiros, R. J. (2003). *A Proteção da Natureza das Estratégias Internacionais e Nacionais às demandas Locais*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Migiro, A. R. (2011). Deputy Secretary-General Urges Delegates at World Tourism Organization Assembly to Advocate for Tourism's Potential to Create Jobs, Stimulate Local Economies. Recuperado em 24 de Setembro de 2016, de <http://www.un.org/press/en/2011/dsgsm577.doc.htm>.

Milano, M. (2001). Unidades de conservação – Técnica, lei e ética para a conservação da biodiversidade. In Benjamin, A. H. *Direito ambiental das áreas protegidas*. São Paulo: Forense Universitária.

Millington, K. & Locke, T. & Locke, A. (2001). Occasional studies: adventure travel. *Travel and Tourism Analyst*, 4, pp.65-97.

Moniz, A. (2006). A sustentabilidade do Turismo em Ilhas de Pequena Dimensão: o caso dos Açores. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, p.108.

Morgan, D. L. (1988). Focus Groups as Qualitative Research. Newbury Park: NY. Anchor.

Morin, E. & Kern, A. B. (1995). Terra Pátria. Porto Alegre: Sulina.

Mucchielli, A. (1996). Dictionnaire des methods qualitatives. Paris: Armand Collin.

Munsters, W. J. (2004). Culture x Tourism: merely a marriage of convenience?. Maastricht: W. J. Munsters.

Nascimento, M. A. & Neto, V. (2007). Geoturismo: um novo segmento do turismo. Revista de T. Brasil: PUC Minas, vol. 2, nº2, p.1.

Nascimento, M. A. L. & Ruchkys, U. & Mantesso-Neto, V. (2008). Geodiversidade, geoconservação e geoturismo: trinómio importante para protecção do património geológico. São Paulo: SBGEO, p.10.

Nash, D. (1981). Tourism as an Anthropological Subject. Current Anthropology. Vol 22, N 5, 461-481, 1981.

Nelson, J. & Hossack, L. (2003). From Principles to Practice: Indigenous Peoples and Protected Areas in Africa. Moreton-in Marsh: Forest Peoples Programme.

Newsome, D. & Downling, R; (2005). The scope and nature of geotourism. Geotourism. Oxford: Elsevier.

Nieto, L. M. (2001). Geodiversidad: propuesta de una definición intergradadora. Boletín Geológico y Minero, vol. 112, 2, pp.3-12.

Oliveira, F. (2006). Espaço, Lugar, Identidade e Urbanização – conceitos geográficos na abordagem do Turismo. Tese de Mestrado. Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.

Oliveira, P. A. & Pedrosa, A. S. & Rodrigues, S. C. (2013). Uma Abordagem Inicial Sobre os Conceitos de Geodiversidade, Geoconservação e Património Geomorfológico. Curitiba: Ra'e Ga.

Oliveira, P. A. (2013). Avaliação do património geomorfológico potencial dos municípios de Coromandel e Vazante, MG. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil, p.17-21.

Pakman, E. T. (2014). Sobre as definições de turismo da OMT: uma contribuição à História do Pensamento Turístico [Conference Paper]. XI Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, Universidade do Estado do Ceará.

Panizza, M. & Piacentes, S. (2003). Geomorfologia cultural. Bologna: Pitagora.

Panizza, M. & Piacentes, S. (2008). Geomorphosites and geotourism. Rev. Geogr. Académica, v.2, n.1. , p.8.

Panizza, M. (2007). Geodiversity, Geological Heritage and Geotourism [Workshop Abstracts]. Geomorphosites, Geopark and Geotourism. Lesvos: 30.

Pearce, D. G. & Butler, R. W. (2002). Desenvolvimento em turismo: Temas contemporâneos. São Paulo: Contexto, p.325.

Pena dos Reis, R. & Henriques, M. H. (2009). Approaching an integrated qualification and evaluation system of the geological heritage. Geoheritage, 1, p.1-10.

Pereira, D. (2013). Estrutura Ecológica Nacional – Conceitos e Delimitações [Conferência Internacional]. Lisboa.

Pereira, D. (2013). O Subsistema da Estrutura Ecológica Nacional – Geossítios [Conferência Internacional]. Lisboa.

Pestana, M. & Gageiro, J. (2014). Análise de Dados para Ciências Sociais: A Complementaridade do SPSS. 6ª ed. Lisboa: Edições Sílabo, Lda. 1240 p. ISBN: 978-972-618-775-2.

Piacente, S. (2005). Geodiversity for a cultural approach to Geology. II Quaternario, 18 (1).

Pires, E. (2004). As Inter-relações Turismo, Meio Ambiente e Cultura. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança, p.11.

Poon, A. (1993). Tourism, Technology and Competitive Strategies. Walingford: CABI.

Prats, L. (2005) Concepto Y gestión del patrimonio local. Cuadernos de Antropologia Social, n.21. p.19.

Raffestin, Claude. (1993) Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática.

Ramalho, M. (2004). Património Geológico Português – importância científica, pedagógica e socioeconómica. Associação Portuguesa de Geólogos. Geonovas, nº 18.

Reynard E. & Cortza, P. (2007). Geomorphosites and geodiversity: a new domain of research. Geographica Hevetica, 62.

Robinson, M. & Novelli, M. (2005). Niche Tourism: contemporary issues, trends and cases. Oxford: Butterworth-Heinemann.

Rodrigues, A. B. (1999). Turismo e Espaço - Rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, p. 29.

Rodrigues, M. L. (2009). Geodiversidade, Património Geomorfológico e Geoturismo. Lisboa: Instituto de Geografia e Ordenamento do território & Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

Rodrigues, M. L. (2009). Turismo de nicho. Motivações, produtos, territórios. Geoturismo. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

Rodrigues M. L. & Fonseca A. (2009). Geopatrimónio e Desenvolvimento Sustentável Estratégias de Valorização de Áreas Rurais. Cultura, Inovação e

Território: o Agroalimentar e o Rural. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, pp. 143-152.

Roe, D. & Elliott, J. (2003). Pro-poor conservation: the elusive win-win for conservation and poverty reduction? [Relatório]. V Congresso Mundial de Parques, Durban.

Ruban, D.A. (2003). Quantification of geodiversity and its loss. Proceedings of the Geologists' Association, 121, pp. 326-333.

Ruschmann, D. (1997). Turismo e Planeamento Sustentável: a Proteção do Meio Ambiente. São Paulo: Papirus.

Sancho, A. (Ed.). (1998). Introducción al turismo. Madrid: Organización Mundial del Turismo.

Sachs, I. (1990). Desarrollo sustentable, bio-industrialización descentralizada y nuevas configuraciones rural-urbanas. Los casos de India y Brasil. Pensamiento Iberoamericano, 46, pp. 235-256.

Santos, M. & Silveira, M. L. (2003). O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record.

Santos, M. & Souza, M. A. & Silveira, M. L. (2002). Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec.

Santos, M. (1985). Espaço e método. São Paulo: Nobel.

Santos, M. (1996). Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec.

Santos, M. (2002). A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp.

Santos, M. (2008) A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção, S.Paulo. In M., Marujo & F., Cravidão (2012). Turismo e lugares uma visão geográfica. Pasos - Revista de Turismo y Património Cultural, 10(3), pp.281-288.

Santos, N. P. S. & Cravidão, F. D. & Cunha, L. S. (2010). Natureza, Paisagens Culturais e os Produtos Turísticos Associados ao Território [Conference Paper]. 4º Congresso Latino-americano de Investigação Turística. Montevideo, Uruguai, p.7,16.

Saquet, M. A. (2004). O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In A. D. Ribas & E. S. Sposito & M. A. Saquet. Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste.

Sarmiento, E. S. (2009). Uma perspectiva socioeconómica sobre a potencialidade do turismo na economia angolana. Livro de actas. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa, Portugal, p.535-536.

Schenini, P. C. & Costa, A. M & Casarin, V. W. (2004). Unidades de Conservação: aspectos históricos e sua evolução. In Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário. Florianópolis: UFSC.

Scherl, L.M. (2003). Working the Links between Protected Areas and Poverty [Relatório]. V Congresso Mundial de Parques, Durban.

Sen A., (2003). O desenvolvimento como liberdade. Trajectos nº57. Lisboa: Gradiva.

Sen, A. (1999). Development as Freedom. Oxford: Oxford University Press.

Sen, A. (2010). Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras.

Serrano, E. & Ruiz- Flaño, P. (2007). Geodiversity: a Theoretical and applied concept. Geographica Helvetica, p. 62.

Sharples, C. (1995). Geoconservation in forest management-principles and procedures. Tasforests. Forestry Tasmania, p. 7.

Sharples, C. (2002). Concepts and Principles Of Geoconservation. Recuperado em Janeiro de 2016, de <http://dpiuwe.tas.gov.au/Documents/geoconservation.pdf>.

Shepherd, G. (2004). Poverty and Forests: Sustaining Livelihoods in Integrated Conservation and Development. In McShane, T. O. & Wells, M.P. (2004). Getting Biodiversity Projects to Work: Towards More Effective Conservation and Development. Nova Iorque: Imprensa Universidade Columbia.

Shiva, V. & Bandyopadhyav, J. (1991). The Chipko movement. In J. Ives & D.C.Pitt. Deforestation. Social dynamics in watersheds and mountain ecosystems. London: Routledge.

Silva, F. S. (2013). Turismo na natureza como base do desenvolvimento turístico responsável nos Açores. Tese de Doutoramento, Geografia, Instituto De Geografia E Ordenamento Do Território, Universidade De Lisboa.

Šimková, E. (2013). Psychology and its application in tourism. World Conference on Psychology (4 ed.).

Sousa, A. (2005). Investigação em Educação. Lisboa: Livros Horizonte.

Sposito, E. S (2004). Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná. In A. D. Ribas; E. S. Sposito & M. A. Saquet. Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste.

Stanley, M. (2000). Geodiversity, Earth Heritage, nº 14, p.15.

Steil, C. A. (2006). Antropologia do turismo: Comunidade e desterritorialização, in Peralta, E. & Anico, M. (2006). Patrimónios e Identidades. Ficções contemporâneas, Oeiras: Celta.

Steiman, R. (2008). Áreas Protegidas nas Zonas de Fronteira Internacional da Amazônia Brasileira. Tese de Doutoramento, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Svedin, U. (1989). The challenge of sustainability. The search for a dynamic relationship between ecosystemic, social and economic factors. Comunicação apresentada no workshop Ecological Sustainability of Regional Development, Vilnius, Lithuania.

Swarbrooke, J. & Beard, C. & Leckie, S. & Pomfret, G. (2003). Turismo de aventura. São Paulo: Aleph.

Swarbrooke, J. (2000). Turismo sustentável: turismo cultural, ecoturismo e ética. São Paulo: Aleph.

Talavera, A. (2003). Mirando Culturas: La Antropología del Turismo. In: Rubio Gil, A. (2003). Sociología del Turismo. Barcelona: Ariel, pp. 103-125.

Tuckman, B.W. (2000). Manual de Investigação em Educação. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

UNRIC (2016). Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. Recuperado em 1 de Junho de 2016, de <http://www.unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>.

Urry, J. (2001). *O olhar do turista: Lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel SESC, p.17.

Valentim, D. (2012). A Importância do Património Natural na Escolha de um Destino Turístico – O caso de Peniche. Tese de Mestrado. Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, Instituto Politécnico de Leiria.

Vieira, A. (2008). Serra de Montemuro: Dinâmicas geomorfológicas, evolução da paisagem e património natural. Tese de Doutoramento, Geografia, Universidade de Coimbra.

Wearing, S. & Neil, J. (2001). Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades. São Paulo: Manole, p.5.

Weaver, D. & Lawton, L. (2007). Twenty years on: the state of contemporary ecotourism research. *Tourism Management*, 28, pp. 1168-1179.

Weaver, D. (2006). *Sustainable tourism: Theory and practice*. Oxford: Butterworth-Heinemann.

Weaver, D. B. & Oppermann, M. (2000). *Tourism Management*. Australia: John Wiley & Sons.

White, F. (1983). The vegetation of Africa. A descriptive memoir to accompany the UNESCO/AETFAT/UNSO Vegetation Map of Africa. Natural Resources Research, XX. UNESCO, p. 356.

William, E.; White, A.; Spencey, A. (2001). UCOTA – the Uganda Community Tourism Association: a comparison with NACOBTA [Working Paper Nº 5]. Pro-Poor Tourism. Disponível em www.propoortourism.org.uk.

Wolfe, M. (1996). Elusive Development. London: Zed Books

Worah, S. (2002). The challenge of community-based protected area management. Parks, 12 (2), pp. 80-93.

Xavier, M.C. (2013). Sustentabilidade em Turismo de Natureza e Aventura: Área Transfronteiriça de Conservação Kavango-Zambezi. Tese de Mestrado, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, Lisboa, Portugal.

Xesús, R. J. (2007). Educar para a paz em tempos difíceis. São Paulo: Palas Athena.

Zamora, J. (2011). Carta pastoral sobre el sacramento de la penitencia. Recuperado em 25 de Setembro de 2016, de https://es.zenit.org/articles/carta-pastoral-sobre-el-sacramento-de-la-penitencia-i/#_ftn4.

Zanirato, S. (2011). Património natural e turístico – Desafios para a adoção da sustentabilidade em áreas protegidas no Brasil. Revista Memória em Rede, Pelotas, 2 (4), p.106.

NETGRAFIA

<http://agora.co.ao/fotos/2014/2/5/57690.jpg?type=artigo>. Acedido em 2 de Janeiro de 2016.

<http://wasmanyangola.blogspot.pt/2011/01/mussulo.html>. Acedido em 5 de Maio de 2016

<http://www.active-tourism.com/Questions1ActTour.html>. Acedido em 23 de Fevereiro de 2016.

<http://www.angolabelazebelo.com/2012/09/patrimonio-nacional-para-a-fenda-da-tundavala-na-serra-da-leba/>. Acedido em 31 de Março de 2015.

<http://www.redeangola.info/>. Acedido em 30 de Agosto de 2015.

www.angolaxyami.com. Acedido em 15 de Junho de 2016.

www.hotelium.com/Kasane. Acedido em 24 de Janeiro de 2016.

www.hotelium.com/Katima-Mulilo. Acedido em 24 de Janeiro de 2016.

www.indexmundi.com/map/. Acedido em 30 de Julho de 2016.

www.info-angola.ao. Acedido em 30 de Novembro de 2015.

www.tripadvisor.com.br/livingstone-hoteis. Acedido em Fevereiro de 2016.

www.vitoriafallshotel.com. Acedido em 28 de Fevereiro de 2016.

www.worldatlas.com. Acedido em 13 de Maio de 2016.

www.africanomundo.blogs.sapo.pt/3041.html. Acedido em 27 de Setembro de 2016

DOCUMENTOS LEGAIS UTILIZADOS

ATFC KAZA (2011). Tratado Constitutivo da Área Transfronteiriça de Conservação Okavango Zambeze.

ATFC KAZA (2012). Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico da Área Transfronteiriça de Conservação Okavango - Zambeze - Componente Angolana.

ATFC KAZA (2013). Estratégia de Sustentabilidade Financeira do período de 2013/18.

ATFC KAZA (2014). Levantamento Socioeconómico.

ATFC KAZA (2014). Plano Director de Desenvolvimento Integrado 2014-19.

ATFC KAZA (2014). Programa dos Fogos Transfronteiriços.

Carta Fito-Geográfica de Angola.

Carta Geomorfológica de Angola.

CBD (2015). Turismo favorecendo a Biodiversidade – Um manual para a aplicação das Diretrizes da CDB para a Biodiversidade e o Desenvolvimento do Turismo. Montreal.

Centro de Estudos de Pedologia Tropical (1968). Carta Generalizada dos Solos de Angola.

Conselho da Europa (1995). Uma política de turismo sustentável em áreas protegidas. Recomendação 95.

Conselho de Ministros da República de Angola (2007). Memorando de Entendimento aprovado pela resolução 43/07.

Convenção Africana Revista sobre a conservação da natureza e dos recursos naturais: Perspectivas para um Tratado Abrangente para a gestão dos Recursos Naturais da África (2013).

Convenção Africana sobre a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (1968).

Convenção de Combate à Desertificação (1994).

Convenção de RAMSAR sobre a Conservação de Zonas Húmidas (1971)

Convenção dos Cursos de Água relativa à Componente Angolana da ATFC KAZA (1997).

Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição causada por Navios (73/78).

Convenção para a Proteção da Natureza e Preservação da Vida Selvagem no Hemisfério Ocidental (1940).

Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural (1972).

Convenção para a Protecção, Gestão e Desenvolvimento do Ambiente Marinho e Costeiro da Região da África Oriental (1985).

Convenção sobre a Diversidade Biológica (1992).

Convenção sobre a Prevenção da Poluição Marinha por Alojamento de Resíduos e Outras Matérias (1972).

Convenção sobre as Alterações Climáticas (1992).

Convenção sobre as Espécies Migratórias (1979).

Convenção sobre as Terras Húmidas (1971).

Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (1973).

Convenção sobre o Direito do Mar (1982).

Decreto Estadual nº 335, de 10 de fevereiro de 1896. Cria o Instituto Florestal de São Paulo. São Paulo, Brasil.

Decreto Executivo Conjunto nº 23/15, de 23 de Janeiro, Luanda, de 2015.

Decreto Executivo Conjunto nº 470/2015, 14 de Julho de 2015. Aprovação das Regras de Concessão de Espaços Destinados ao Fomento do Ecoturismo nas Áreas Protegidas de Angola. 2015.

Decreto Executivo nº262/12, de 21 de Agosto de 2012. Classificação da “Fenda da Tundavala” como Paisagem Cultural. Luanda, 2012.

Decreto nº 51/07, de 23 de Julho de 2007. Avaliação do Impacto Ambiental. Luanda, 2007.

Decreto Presidencial nº 36/16, de 15 de Janeiro de 2016. Aprova o Regime Jurídico da Instalação, Exploração e Funcionamento dos Empreendimentos Turísticos. Luanda, 2016.

INE-Angola (2014). Censo de 2014.

IUCN (1980). Documento sobre sustentabilidade do meio ambiente.

IUCN (1992). Congresso Mundial de Parques, 4ªedição.

IUCN (1992). Relatório Anual.

IUCN (2003). Pro poor conservation: elements of IUCN’s conceptual framework. Cambridge: IUCN Publications Services.

IUCN (2016) - Base de Dados Mundial de Áreas Protegidas. Recuperado em 1 de Janeiro de 2016, de www.iucn.org.

Lei n.º 5/98, de 19 de Junho de 1998. Bases do Ambiente. Luanda, 1998.

Lei nº 15/03, de 22 de Julho de 2003. Defesa do Consumidor. Luanda, 2003.

Lei nº 23/92, de 16 de Setembro de 1992. Revisão Constitucional. Luanda, 1992.

Lei nº 3/04, de 25 de Junho de 2004. Urbanização e a Administração do Território. Luanda, 2004.

Lei nº 3/06, de 18 de Janeiro de 2006. Associações de Defesa do Ambiente. Luanda, 2006.

Lei nº 6-A/04, de 8 de Outubro; de 2004. Recursos Aquáticos Biológicos. Luanda, 2004.

Ministério do Planeamento de Angola, Estratégia de Desenvolvimento de Angola 2025.

Ministério do Ambiente de Angola, Estratégia e Plano de Acção Nacional para a Biodiversidade de Angola (2007-2012).

Ministério de Hotelaria e Turismo de Angola, Estratégia Nacional da Formação de Angola (2015).

Ministério de Hotelaria e Turismo de Angola, GEPE/MINHOTUR (2015). Anuário de Estatísticas do Turismo de Angola de 2014 (ed. 2015), nº 10.

Ministério do Ambiente de Angola, INBAC (2014). Documento sobre a Situação dos Parques Nacionais. Luanda, Angola.

Ministério do Ambiente de Angola, Memorando de Entendimento da Área Transfronteiriça de Conservação Maiombe Forest (2009)

Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural & Ministério do Urbanismo e Ambiente da República de Angola (2006). Política Nacional de Florestas, Fauna Selvagem e Áreas de Conservação, 2ª versão.

Ministério da Hotelaria e Turismo de Angola (2006, 2016). Direcção Nacional da Hotelaria e Similares

Ministério da Hotelaria e Turismo de Angola (2014, 2015, 2016). Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística.

Ministério do Ambiente de Angola (2011). Avaliação Rápida da Biodiversidade da Região da Lagoa Carumbo. Luanda, Angola.

Ministério do Ambiente de Angola (2015). Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística.

Ministério do Planeamento de Angola (2011, 2014, 2015). Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística.

Ministério do Planeamento de Angola. Monografia (2005).

Ministério do Turismo do Brasil (2007). Plano Nacional do Turismo.

Ministério do Turismo do Brasil (2010) – Turismo de Sol e Praia: Orientações Básicas. 2º Ed. Brasília.

Ministério do Turismo do Brasil (2010). Turismo de Sol e Praia: Orientações Básicas (2 ed.). Brasília.

Ministério do Urbanismo e Ambiente da República de Angola (1998). Primeiro Relatório Nacional para a Conferência das Partes da Convenção da Diversidade Biológica.

Ministério do Urbanismo e Ambiente de Angola (2006) Estratégia e Plano de Acção Nacionais para a Biodiversidade. Luanda, Angola.

Ministério do Urbanismo e Ambiente de Angola (2006). Relatório do Estado Geral do Ambiente em Angola.

Ministério do Urbanismo e Ambiente de Angola (2011). Plano Estratégico da Rede Nacional de Áreas de Conservação de Angola. Luanda, Angola.

Ministério dos Negócios Estrangeiros (2015). Conheça os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. Recuperado em 28 de Fevereiro de 2016, de <http://www.instituto-camoes.pt/cooperacao/17-objetivos-desenvolvimento-sustentavel#sthash.71cOxlmq.dpuf>

Ministério de Hotelaria e Turismo de Angola, Plano de Desenvolvimento Integrado para a componente Angolana da Área Transfronteiriça de Conservação Okavango/Zambeze (2011).

Ministério de Hotelaria e Turismo de Angola, Plano Director do Turismo de Angola (2011/2020)

Ministério do Planeamento de Angola, Plano Nacional de Desenvolvimento (2013/2017) do Governo de Angola.

Ministério da Reinserção Social de Angola, Plano Operacional de Desminagem do Projecto Okavango Zambeze (2011)

Ministério de Hotelaria e Turismo de Angola, Plano Operativo do Turismo para a Diversificação da Economia Angolana (2016/17).

OIT (2008). Declaração sobre Justiça Social para uma Globalização Justa.

OIT (2011). Manual para a redução da pobreza por meio do turismo.

OKACOM (2011). Relatório de Análise Diagnóstica Transfronteiriça da Bacia Hidrográfica do Cubango-Okavango.

ONU (1962). Conferência sobre Conservação Geológica e Paisagística. Malvern, Reino Unido.

ONU (1962). Conferência sobre o Turismo e as Viagens Internacionais, Roma.

ONU (1992). Conferência sobre Ambiente e Desenvolvimento, Rio de Janeiro.

ONU (1963). Conferência sobre o Turismo e as Viagens Internacionais, Roma.

ONU (1992). Programa para o Ambiente.

ONU (2000). Cimeira do Milénio

ONU (2000). Declaração do Milénio e Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

ONU (2002). Conferência para o Desenvolvimento Sustentável, Joanesburgo.

ONU (2010). Conferência sobre as Trocas Comerciais e o Desenvolvimento.

ONU (2015). 17 Goals to Transform Our World. Recuperado em 1 de Julho de 2016, de <http://www.un.org/sustainabledevelopment/>.

ONU (2015). Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável.

Plano de Acção de Bali (1982)

Governo da Província do Cuando Cubango - Plano de Desenvolvimento Estratégico para 2013/2017 para a Província do Cuando Cubango, Angola, 2013.

PNUD (2011). Relatório do Desenvolvimento Humano de 2011. Sustentabilidade e equidade: Um futuro melhor para todos. Nova Iorque: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

RETOSA (2009, 2010). Relatório Anual.

SADC (1992). Declaração e o Tratado da SADC. Gaborone. Botswana.

SADC (1997). Estratégia e Política sobre a Fauna Selvagem.

SADC (1999). Protocolo sobre Conservação de Fauna Bravia e Policiamento. Gaborone, Botswana.

SADC (2001). Plano de Desenvolvimento Estratégico Indicativo Regional. Gaborone, Botswana.

SADC (2002). Protocolo sobre Florestas.

SADC (2002). Protocolo sobre os Cursos de Água Partilhados.

SADC (2003) Protocolo Revisto sobre os Cursos de Água Partilhados. Gaborone, Botswana.

SADC (2006). Estratégia sobre a Biodiversidade. Gaborone, Botswana.

SADC (2012). Plano Director Regional da SADC

SADC (2013). Programa para as Áreas de Conservação Transfronteiriças, Gaborone, Botswana.

SADC. Plano-Mestre Regional para o Desenvolvimento de Infra-estruturas (2005). Gaborone, Botswana.

UNEP-WCMC Global List of Transboundary Protected Areas, Lysenko L., Besançon C., Savy C. (2007) e SADC (2013)

UNESCO (1971). Programa “O Homem e a Biosfera”.

UNESCO (1992). Declaração de Caracas.

UNESCO (1996). Educação: um tesouro a descobrir; Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI. Porto: Asa.

UNESCO. (2002). Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

UNWTO (1980). Conferência de Manila. Filipinas.

UNWTO (1991). Conferência Internacional sobre Estatísticas de Viagens e Turismo, Ottawa.

UNWTO (1995). Compilación de las estadísticas del gasto turístico. Manual Técnico, nº 2.

UNWTO (1999). Actualización de las Recomendaciones sobre estadísticas de turismo. Serie M, nº 83.

UNWTO (2001). Apuntes de Metodología de la Investigación en Turismo. Madrid: UNWTO.

UNWTO (2002). Programa de Turismo Sustentável e Eliminação da Pobreza.

UNWTO/ONU (2008). Recomendaciones internacionales para estadísticas de turismo. Madrid/Nova Iorque: ONU.

UNWTO/NU/CCE/OCDE (2008). Cuenta satélite de turismo: Recomendaciones sobre el marco conceptual. Estudios de métodos. Serie F, No. 80/Rev.1. Madrid/Luxemburgo/Nova Iorque/Paris: UNWTO.

UNWTO (2013). Recuperado em 8 de Junho de 2013, de <http://www2.unwto.org>.

UNWTO (2013). Relatório Anual 2012. Madrid: UNWTO.

UNWTO (2014). Código Mundial de Ética. Recuperado em 29 de Janeiro de 2014, de ethics.unwto.org/sites/files/docpdf/Portugal.pdf.

UNWTO (2014). Relatório Anual 2013. Madrid: UNWTO.

UNWTO (2016). Tourism and Poverty Alleviation. Recuperado em 1 de Julho de 2016, de <http://step.unwto.org/content/st-ep-projects>.

UNWTO (2012). Tourism and Intangible Cultural Heritage (1ª ed.). Madrid: UNWTO.

UNWTO (2013). 20ª Assembleia Geral. Livingstone & Vitória Falls.

USAID (2008). Relatório Final 2008: Strengthening Land Tenure And Property Rights.

World Commission on Environment and Development (1987). Our Common Future. Oxford: Oxford University Press.

WTTC (2000, 2001, 2010). Relatório Anual.





- **INQUÉRITO AOS PONTOS FOCAIS DA SADC**

INQUIRE OF SADC'S FOCAL POINTS

Dear members,

We are hereby requesting for your contribution to fill the questionnaire bellow. The objective of the research is to elaborate a PhD thesis in the tourism subject, culture and recreational at the Coimbra University in Portugal. Please, read and accordingly mark with x your response.

I – Personal details:

1. Age : ___ years 2. Country of origin _____ 3. Nationality _____
 4. Citizenship _____ 5. Profession _____ 6. Company name _____

7. Gender: Female Male

8. Civil Status: single Married Divorced Widow

9. Education background: PhD degree Master degree Graduate Bsc Degree

Other _____

II – Please read each items and write a number according to your answer.

1 Not	2 Few	3 Medium	4 Very Good	5 Excellent
----------	----------	-------------	----------------	----------------

TFCAs AND ECONOMIC DEVELOPMENT

1	What is your participation in the ATFC	
2	Does ATFC brings economic benefits?	<input type="checkbox"/>
	- Visa entry	<input type="checkbox"/>
	- Buying food	<input type="checkbox"/>
	- job creation	<input type="checkbox"/>
	- others	<input type="checkbox"/>
3	Does ATFC, brings Social benefits?	<input type="checkbox"/>
	- poverty alleviation	<input type="checkbox"/>
	- Job for women	<input type="checkbox"/>
	- Increase the quality of life	<input type="checkbox"/>

	- others	<input type="checkbox"/>
4	Does ATFC brings organizational benefits between countries	<input type="checkbox"/>
5	Does ATFC enable the involvement and the development of communities	<input type="checkbox"/>
ATFC and Tourism		
6	Does the KAZA has the objectives of tourism development?	<input type="checkbox"/>
7	Are There advantages in receiving foreing tourists in the ATFC area?	<input type="checkbox"/>
	- Visa entry	<input type="checkbox"/>
	- Economic advantages	<input type="checkbox"/>
	- Social advantages	<input type="checkbox"/>
	- Contact with others cultures	<input type="checkbox"/>
	- Development of local cultures	<input type="checkbox"/>
	-Others	<input type="checkbox"/>
8	Is There inconvenient having foreigner tourists in the ATFC AREA?	<input type="checkbox"/>
	- Increase the price of essential goods	<input type="checkbox"/>
	- Communities cultures identity decrease	<input type="checkbox"/>
	- others	<input type="checkbox"/>
9	Are There good conditions for receiving tourists	<input type="checkbox"/>
10	he development of the ATFC allow the increase of job consequently a decrease of the poor	<input type="checkbox"/>
ATFC AND PEACE		
11	Does join management (among the partner countries) promote stability of the boundaries, respect of the sovereignty of the Partners States?	<input type="checkbox"/>
12	The join management (among the partner countries) of ATFC promote solidarity, security and peace?	<input type="checkbox"/>
13	The transboundary movement promote Peace?	<input type="checkbox"/>
14	Does the transboundary movement promote insecurity?	<input type="checkbox"/>
15	Are ATFC a process to teach the peacefull relation among the nations?	<input type="checkbox"/>
16	Does the colaboration of the involved countries brings advantages	<input type="checkbox"/>
17	Does tourism promote peace	<input type="checkbox"/>
18	In your view which tourism activities should be developed?	

19	Indicate 3 words which have relation with the TFCAs	



ANEXO 2

- **ENTREVISTA AOS POLÍTICOS RESPONSÁVEIS E MILITARES**

ENTREVISTA AOS POLÍTICOS E MILITARES

O meu nome é Amélia C. D. Carlos Cazalma, sou Funcionaria do Ministério de Turismo de Angola, ex-Coordenadora Executiva da Área Transfronteiriça de Conservação Okavango Zambeze /KAZA, da componente Angolana do Ministério do Turismo, Doutoranda do curso de Turismo, Cultura e Lazer, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, dirijo-me a Vossa Excelência, no sentido de obter algumas considerações e opiniões sobre o Desenvolvimento do Turismo Sustentável na ATFC KAZA. Os nossos eternos agradecimentos pela sua preciosa colaboração e aproveitamos a oportunidade para informar que mantemos a confidencialidade dos dados.

IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Idade: _____ Nacionalidade: _____ Residente: _____

Função: _____

Formação Académica: _____

Formação Profissional: _____

Outras funções que exerce: _____

1. Indique 3 palavras com as quais relaciona o ATFC KAZA?

2. Que benefícios podem advir da gestão conjunta e do desenvolvimento turístico sustentável na ATFC KAZA, para as Comunidades e para os Países parceiros? Porquê?

3. Na sua opinião, o desenvolvimento turístico do KAZA permitirá segurança, insegurança, vantagens, desvantagens, devido a circulação de turistas? Porque?

4. Na sua opinião, quais as atividades turísticas que devem ser desenvolvidas na ATFC KAZA?

5. Se pudesse ser interventivo quais seriam as 2 primeiras ações que desenvolveriam?

6. Como é do Seu conhecimento há um Plano Diretor do Turismo de Angola. Acha útil a articulação com a ATFC KAZA.

7. A ATFC poderá ser considerada um processo de ensino da convivência pacífica entre as Nações? Promoção da Paz? Porque?

INTERVIEW WITH POLITICAL AND MILITARY BODIES

My name is Amelia C. D. Carlos Cazalma. I work in the Ministry of Tourism in Angola, as Ex-Executive Coordinator KAZA Transfrontier Conesevation Area, in the Angolan Component, I'm doing a PHD on Tourism, Culture and Recreation, at the Faculty of Letters of the University of Coimbra. I am here to collect some of information and your opinion on the Development of Sustainable Tourism of the KAZA TFCA.

IDENTIFICATION

Name: _____

Age: _____ Nationality: _____ Address: _____

Position: _____

Academic Training: _____

Professional Training: _____

Others: _____

1. Indicate 3 words that have relation with KAZA TFCA.

2. What are the benefits that you think can be provided from the join management and sustainable tourism development of the KAZA TFCA, for the communities and for the involvement countries or partner countries?

4. In your opinion, which tourism activities should developed in the KAZA TFCA?

5. If you have a chance to intervene, in your view what are the two first action, to put in place?

6. As you are aware, are the Tourism Master Plan in Angola. Do you think this plan can be used for the KAZA TFCA?

7. Can a TFCA be considered a teaching process for the pacific convenience between nations? Promotion of Peace? Why?



ANEXO 3

- **QUESTIONÁRIO À COMUNIDADE**

QUESTIONÁRIO À COMUNIDADE

Prezada comunidade, vimos por este meio solicitar o vosso contributo no preenchimento do questionário abaixo. O objetivo da presente investigação centra-se no âmbito da elaboração da tese de doutoramento do curso de Turismo, Cultura e Lazer, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Os nossos eternos agradecimentos pela sua preciosa colaboração.

Por favor leia cada item e depois assinale um **X** no espaço ao lado da respetiva frase, de acordo com a sua resposta.

PARTE I

(Identificação pessoal)

Caracterização pessoal:

1. Idade : ___ anos 2. Cidadão Local 3. Turista

4. País Residente _____

2. Género : Feminino Masculino

3. Nacionalidade: _____ Naturalidade: _____

4. Grau de escolaridade:

1º Nível (até 6ª classe)	<input type="checkbox"/>	1º Ciclo (7ª à 9ª Classe)	<input type="checkbox"/>	2º Ciclo (10ª à 13ª Classe)	<input type="checkbox"/>
Bacharelato	*	Licenciatura	<input type="checkbox"/>	Mestrado	<input type="checkbox"/>
Doutoramento	<input type="checkbox"/>	Outro	<input type="checkbox"/>		

5. Profissão:

Profissional por conta de outrém	<input type="checkbox"/>	Profissional por conta própria	<input type="checkbox"/>	Não legalizado	<input type="checkbox"/>
Militar / Polícia	<input type="checkbox"/>	Funcionário Público	<input type="checkbox"/>	Outro	<input type="checkbox"/>

Gestores de parques

ONG's

6. Estado Civil:

Solteiro(a)

Casado(a)

União de Facto

Divorciado

Viúvo(a)

PARTE II

(A ATFC Okavango Zambeze – KAZA e o Desenvolvimento Económico)

Por favor leia cada item (para uma avaliação pessoal) e depois escreva o número que expressa a sua resposta no espaço ao lado da respetiva frase, de acordo com a **seguinte escala**:

	1	2	3	4	5
	Nada	Pouco	Médio (Assim-Assim)	Muito	Muitíssimo
1. Participa do ATFC KAZA?					
O KAZA traz benefícios económicos?					
Entrada de divisas					
2. Compra de alimentos					
Criação de emprego					
Outros					
O KAZA traz benefícios sociais?					
Diminuição da pobreza					
3. Emprego das mulheres					
Aumento da qualidade de vida					
Outros					
4. O KAZA proporciona benefícios organizacionais (entre os Países)?					
5. O KAZA proporciona a inclusão e o desenvolvimento das Comunidades?					

PARTE III

(A ATFC Okavango Zambeze – KAZA e o Turismo)

6.	O KAZA tem como objectivo o desenvolvimento do turismo?	
7.	Há vantagens em receber turistas estrangeiros na área do KAZA?	
	Entrada de divisas	
	Vantagens económicas	
	Vantagens Sociais	
	Contacto com outras culturas	
	Desenvolvimento da cultura local	
	Outros	
	Há inconvenientes em ter turistas estrangeiros na área do KAZA?	
	Aumento do preço dos bens essenciais	
8.	Diminuição da identidade cultural das comunidades	
	Outros	
9.	Há condições para receber turistas?	
10.	O Desenvolvimento do Turismo na área do KAZA, permite o aumento de emprego e consequentemente a redução da pobreza?	

PARTE IV

(A ATFC Okavango Zambeze – KAZA e PAZ)

11.	A Gestão Conjunta (entre os países parceiros) do KAZA promove a estabilidade fronteiriça, o respeito pela soberania dos Estados Parceiros?	
12.	A Gestão Conjunta (entre os países parceiros) do KAZA promove, a solidariedade, a segurança e a paz?	
13.	A circulação nas fronteiras promove a paz?	
14.	A circulação nas fronteiras promove a insegurança?	
15.	O KAZA pode ser considerado um processo de ensino da convivência pacífica entre as Nações?	
16.	A colaboração com os países parceiros do KAZA, traz vantagens?	
17.	O turismo promove a paz?	

18. Quais os Países do ATFC KAZA que já visitou?

Angola

Bostwana

Namibia

Zâmbia

Zimbabwe

19. Na sua opinião quais as atividades turísticas que devem ser desenvolvidas?

20. Se pudesse ser interveniente quais seriam as primeiras ações que desenvolveria?

21. Indique 3 palavras com as quais relaciona o ATFC KAZA ?



- **Quadro 1:** Hotéis em Vitoria Falls – Zimbabwe
- **Quadro 2 :** Hotéis em Kasane – Botswana
- **Quadro 3:** Hotéis em Katima Mulilo - Namíbia
- **Quadro 4:** Hotéis em Livingstone - Zâmbia

-Quadro 1: Hotéis em Vitoria Falls – Zimbabwe

HOTEIS EM VITORIA FALLS - ZIMBABWE			
	NOME DO HOTEL	CATEGORIA	Nº DE QUARTOS
1	Cresta Sprayview	3 Estrelas	65
2	Victoria Falls	5 Estrelas	161
3	Rainbow Vic Falls	5 Estrelas	88
4	Hotel The Kingdom		294
5	Rainbow A'zambezi River Lodge	4 Estrelas	87
6	Elephant Hills Resort	4 Estrelas	276
7	Victoria Falls Safari Lodge	4 Estrelas	72
8	The Victoria Falls Deluxe Suites	4 Estrelas	14
9	Pamusha Lodge	4 Estrelas	17
10	Lokuthula Lodges	5 Estrelas	31
11	Guest Paradise Lodge	4 Estrelas	17
12	Wild Trekkers Lodge	3 Estrelas	9
13	The N1 Hotel Victoria Falls	1 Estrela	
14	Mopani Lodge	3 Estrelas	10
15	Mandebale Lodge	3 Estrelas	4
16	Amadeus Garden	3 Estrelas	11
17	Jafuta Lodge	2 Estrela	8
Total	17 Unidades		1164

Fonte: www. Vitoriafallshotel.com (2016)

Quadro 2 : Hotéis em Kasane - Botswana

HOTEIS EM KASANE			
	NOME DO HOTEL	CATEGORIA	Nº DE QUARTOS
1	Cresta Mowana Lodge	3 Estrelas	116
2	Chobe Marina Lodge	3 Estrelas	66
3	Old House	Restaurante de 1 Estrela	10
4	Garden Lodge	Hospedaria de 1 Estrela	8
5	Kubu Lodge	3 Estrelas	11
6	Kwalape Safari Lodge	Lodge	24
7	Waterlily Lodge	Hospedaria	10
8	Thebe River Camping	3 Estrela	31
9	Liya Guest Lodge	Lodge	5
10	Chobe Chilwero Lodge	Lodge	15
11	Sanctuary Chobe Chilwero	4 Estrelas	15
12	Chobe Game Lodge	5 Estrelas	47
Total	12 Unidades		358 Quartos

Fonte: www.hotelium.com/ Kasane

Quadro 3: Hotéis em Katima Mulilo – Namíbia

HOTEIS EM KATIMA MULILO			
	NOME DO HOTEL	CATEGORIA	Nº DE QUARTOS
1	Namushasha River Lodge	3 Estrelas	24
2	<u>Caprivi Houseboat Safari Lodge</u>	3 Estrelas	6
3	Protea Hotel	3 Estrelas	42
4	Zambezi River Lodge	3 Estrelas	42
5	Protea Hotel Zambezi River	3 Estrelas	42
Total	5 Unidades		156 Quartos

Fonte: www.hotelium.com/Katima-Mulilo

Quadro 4: Hotéis em Livingstone - Zâmbia

HOTEIS EM LIVINGSTONE			
	NOME DO HOTEL	CATEGORIA	Nº DE QUARTOS
1	Zambezi Sun	4 Estrelas	212
2	Royal Livingstone	5 Estrelas	173
3	Three Cities Thomtree River Lodge	4 Estrelas	77
4	The David Livingstone Lodge	4 Estrelas	72
5	Chrismar Hotel Livingstone	4 Estrelas	127
6	Victoria Falls Waterfront	3 Estrelas	47
7	Taita Falcon Lodge	3 Estrelas	7
8	Protea Hotel Livingstone	3 Estrelas	80
9	Oriental Swan Hotel Livingstone	3 Estrelas	41
10	Mosi-O-Tunya Executive Lodge	3 Estrelas	14
11	Limbo Lodge	3 Estrelas	10
12	Lepatino Bed & Breakfast	3 Estrelas	10
13	Golden Chopsticks	3 Estrelas	40
14	Comfort Corner Guesthouse	3 Estrelas	16
15	Bushfront Lodge	3 Estrelas	46
16	Zinga Backpackers	1 Estrela	8
Total	16 Unidades		980 Quartos

Fonte: www.tripadvisor.com.br/livingstone-hotéis



ANEXO 5

- **PARQUES NACIONAIS**
- **RESERVA NATURAL INTEGRAL**
- **RESERVA NATURAL PARCIAL**

• **PARQUES NACIONAIS**

Nº	Parque Nacionais	Províncias	Superfície (km ²)	Ano de Criação	Objectivos de Conservação
1	Quiçama	Bengo	9.960	1957	Protecção e conservação de grandes espécies de mamíferos, como Elefante, Palanca vermelha, Gunga, Pacaça e Hipopótamo.
2	Cangandala	Malanje	630	1960	Protecção e conservação da Palanca negra gigante e outros grandes mamíferos.
3	Cameia	Moxico	14.450	1957	Protecção e conservação de grandes espécies de mamíferos com leão, chita, hiena, Gnu e nunce entre outros.
4	Bicuar	Huíla	7.900	1964	Protecção e conservação de grandes espécies de mamíferos como, Elefante, Golungo, olongo e outros.
5	Mupa	Cunene/Huíla	6.600	1964	Protecção e conservação da Girafa, elefante, caama, bâmibi, leopardo.
6	Iona	Namibe	16.150	1957	Protecção e conservação das espécies tais como, mabeco, Órix, Zebra da montanha, impala etc.
7	Maiombe	Cabinda	1.930	2011	Protecção e conservação dos Grandes primatas (Gorilas e Chimpanzés), Elefantes da floresta, macacos, répteis, papagaio cinzentos, pequenos herbívoros, etc.
8	Mavinga	Quando Cubango	46.072	2011	Elefante (<i>Loxodonta Africana</i>), Zebra de planície (<i>Equus burchellii</i>), Girafa (<i>Giraffa camelopardalis</i>), Búfalo (<i>Syncerus caffer</i>), Olongo (<i>Tragelaphus strepsiceros</i>), Gunga (<i>Taurotragus oryx</i>), Cacu (<i>Damaliscus lunatus</i>), Gnu (<i>Connochaetes taurinus</i>) e Palanca preta (<i>Hippotragus niger</i>).
9	Luengue-Luiana	Quando Cubango	45.610	2011	O Rinoceronte preto (<i>Diceros bicornis</i>), Leão (<i>Panthera leo</i>), Leopardo (<i>Panthera pardus</i>), Chita (<i>Acinonyx jubatus</i>), Mabeco (<i>Lycaon pictus</i>) e Hiena malhada (<i>Crocuta crocuta</i>).

Fonte: Ministério do Ambiente (2015)

• **RESERVA NATURAL INTEGRAL**

	Província	Superfície (Km2)	Ano de criação	Objectivo de conservação
Luando	Malanje/Bié	8.280	1957	Protecção e preservação da Palanca negra gigante. Os mamíferos mais abundantes são o puku, lechwe (Kobus leche), palanca negra gigante (Hippotragus niger) e a inhala (Kobus ellipsiprymnus - cabra de água). O parque é também conhecido como o paraíso das aves.
Ilhéu dos Pássaros	Luanda	2	1973	Protecção de Aves migratórias (flamingo), palmípedes e penaltas.

Fonte: Ministério do Ambiente (2015)

• **RESERVA NATURAL PARCIAL**

	Província	Superfície (Km2)	Ano de criação	Objectivo de conservação
Namibe	Namibe	4.450	1963	Zona tampão ao Parque Nacional do Iona. Apesar do meio ser pouco propício à manutenção de fauna, são observados cabra de leque, ongos (Strepsiceros strepsiceros - kudu), rinocerontes negros e zebras da montanha.
Búfalo	Benguela	400	1971	O búfalo negro (Syncerus caffer caffer) é o mamífero mais abundante. Existem também onças, chacais, hienas, leões, mabecos (Lycaon), hipopótamos, golungos (Tragelaphus scriptus), ongos (Strepsiceros strepsiceros - kudu), palancas vermelhas (Equinus de Hippotragus), bambis (Sylvicapra grimmia), javalis africanos (Potamochoerus porcus e Phacochoerus aethiopicus) e mandris (Papio ursinus).

Fonte: Ministério do Ambiente (2015)



ANEXO 6

- **PROJECTOS DE INFRA-ESTRUTURAS RELATIVOS AO SECTOR DO TURISMO**

PROJECTOS DE INFRA-ESTRUTURAS RELATIVOS AO SECTOR DO TURISMO

1. MODERNIZAÇÃO DO DESFILADEIRO SANI DE HIMVILLE (ÁFRICA DO SUL) ATÉ MOKHOTLONG (LESOTHO)

Patrocinadores do Projecto	Departamento de Transporte, Departamento de Relações Internacionais e Cooperação (African'Renaissance'Fund) da África do Sul, Ministério das Obras Públicas e Transporte do Lesoto.		
Corredor	Área de Conservação Transfronteiriça Maloti Drakensberg		
Países Participantes	África do Sul, Lesoto		
Objectivos	Criação do corredor Thaba Tseka Mokhotlong-Sani Pass Himeville Underberg Pietermaritzburg, criando igualmente acesso ao Parque Transfronteiriço Maloti Drakensberg e ao sítio de património mundial, promovendo assim o turismo nesta região.		
Descrição do Projecto	Modernização da estrada do desfiladeiro Sani com 87 km de Himeville até Mokhotlong		
Resultados Esperados	Criação do corredor de turismo na Área de Conservação Transfronteiriça Maloti Drakensberg		
Actividades conexas em curso na SADC/Região do Tripartido	MdE sobre o estabelecimento desta TFCA foi assinado em 2001		
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	Estratégia de Conservação de MDTP de 20 anos Plano de acção de MDTP de 5 anos para facilitar a implementação desta estratégia		
Ponto da Situação	AURECON Lesoto iniciou este trabalho em Janeiro de 2011. A primeira parte deste trabalho inclui a realização de um estudo de viabilidade económica, o desenho de engenharia detalhado, e a produção de documentos do concurso público, previsto para ser concluído no prazo de 8 meses, ou seja, até o final de Agosto de 2011. Todavia, devido à queda de neve intensa na área do projecto durante Junho/Julho desse ano, o Consultor não conseguiu realizar o levantamento do solo da linha central da estrada, e por conseguinte, os documentos do concurso público apenas foram submetidos nos meados de Novembro de 2011.		
Próximas Etapas	Adjudicação do contracto de construção deve ser realizada em Fevereiro de 2012.		
Modelo Comercial	Projecto financiado pelo sector público.		
Partes principais existentes	Departamento de Assuntos Ambientais (RAS), Departamento de Transporte (RAS), Ministério do Turismo, Meio Ambiente e Cultura (Lesoto), Ministério de Obras Públicas e Transporte (Lesoto).		
Partes principais futuras	N/A		
Notas técnicas/operacionais	O trabalho no projecto está previsto para começar em Fevereiro de 2012		
Documentação do Projecto Disponível	O relatório da avaliação das ofertas, relatórios de progresso e MdE entre os governos da África do Sul e o Reino do Lesoto em relação à modernização da estrada.		
Intervenção que necessita de financiamento	Financiamento adicional será necessário para o componente do Lesoto do projecto.		
Receitas para reembolso do financiamento	N/A		
Custo-total-estimado-	<i>Financiamento- garantido-</i>	<i>Financiamento-não-garantido-</i>	<i>Comentário-/Financiador/-</i>
EUA\$ 62.5 milhões	<i>EUA\$32.25-milhões-</i>	<i>+R-EUA\$32.25-milhões-</i>	<i>N/A-</i>

2. RESTABELECIMENTO DO POSTO FRONTEIRIÇO NO DESFILADEIRO SANI DENTRO DO PARQUE TRANSFRONTEIRIÇO MALOTI DRAKENSBERG			
Patrocinadores do Projecto	Governo da República de África do Sul (Tesouro) Departamento de Obras Públicas (África do Sul) (Apenas fase de planeamento)		
Corredor	Área de Conservação Transfronteiriça Maloti Drakensberg		
Países Participantes	África do Sul Lesoto		
Objectivos	Criação do corredor Thaba Tseka Mokhotlong Sani Pass Himeville Underberg Pietermaritzburg, criando igualmente acesso ao Parque Transfronteiriço Maloti Drakensberg e ao sítio de património mundial, promovendo assim o turismo nesta região.		
Descrição do Projecto	O projecto visa restabelecer o posto fronteiriço actual no desfiladeiro Sani para um sítio mais apropriado identificado na periferia do sítio de património mundial do Parque Ukhahlamba Drakensberg. O restabelecimento do posto fronteiriço simplificará a operação fronteiriça que apoiará o comércio interno e as relações de desenvolvimento entre os dois países parceiros na TFCA, e minimizando e gerindo o impacto sobre o meio ambiente.		
Resultados Esperados	O posto fronteiriço renovado acolherá igualmente a infra-estrutura associada ao turismo.		
Actividades conexas em curso na SADC/Região do Tripartido	N/A		
Descrição do Plano Nacional	O projecto visa aumentar o número de turistas ao nóculo do Parque		
Relativo ao projecto	Transfronteiriço Maloti Drakensberg		
Ponto da Situação	Fase inicial (AIA concluída, desenho estrutural e relatórios geotécnicos concluídos)		
Próximas Etapas	Fase de construção		
Modelo Comercial	N/A		
Partes principais existentes	RAS: (Departamentos de Obras Públicas, Transporte, Turismo, Meio Ambiente) Lesoto: (igual ao anterior)		
Partes principais futuras	N/A		
Notas técnicas/operacionais	N/A		
Documentação do Projecto Disponível	Desenho do projecto, relatórios da AIA, Relatório Geotécnico.		
Intervenção que necessita de financiamento	Construção		
Receitas para reembolso do financiamento	Turismo		
Custo-total-estimado-	<i>Financiamento- garantido-</i>	<i>Financiamento-não-garantido-</i>	<i>Comentário-/Financiador/-</i>
R 52 milhões	Não	N/A-	N/A-

3. TRAVESSIA DO RIO LIMPOPO NA ÁREA DE CONSERVAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA DO GREAT LIMPOPO (GLTFCA)			
Patrocinadores do Projecto	Trabalho actual patrocinado pela África do Sul		
Corredor	Área de Conservação Transfronteiriça do Great Limpopo		
Países Participantes	África do Sul e Zimbabué		
Objectivos	O objectivo geral do projecto será abrir uma ligação directa entre o Parque Nacional Gonarezhou no Zimbabué e o Parque Nacional Kruger na África do Sul. Esta ligação deve facilitar o acesso aos turistas que visitarem a GLTFCA.		
Descrição do Projecto	Travessia do rio Limpopo na GLTFCA. Estabelecimento da ligação de acesso entre os Parques Nacionais Kruger e Gonarezhou – posto fronteiriço e a estrada de terra.		
Resultados Esperados	Uma ponte ligando o Parque Nacionais Kruger e Gonarezhou através de um posto fronteiriço não comercial (Instalação de acesso turístico)		
Actividades conexas em curso na SADC/Região do Tripartido	N/A		
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	Plano de Desenvolvimento Integrado GLTP		
Ponto da Situação	O projecto está na fase inicial, a AIA já foi concluída, o Relatório de Parecer concluído, o local já foi identificado e aceite. Os dois países ainda devem identificar e garantir os fundos.		
Próximas Etapas	Identificar os fundos para a implementação do projecto		
Modelo Comercial	Turismo		
Partes principais existentes	África do Sul: Departamento de Assuntos Internos, Assuntos Ambientais, Transporte, Obras Públicas. Zimbabué: Ministério de Turismo e outros intervenientes relevantes nos dois países.		
Partes principais futuras	N/A		
Notas técnicas/operacionais	N/A		
Documentação do Projecto Disponível	AIA e relatório de parecer Relatório de engenharia		
Intervenção que necessita de financiamento	Financiamento necessário para a implementação do projecto. O Zimbabué e a África do Sul devem identificar os fundos para a construção.		
Receitas para reembolso do financiamento	Por estabelecer		
Custo-total-estimado-	<i>Financiamento- garantido-</i>	<i>Financiamento-não-garantido-</i>	<i>Comentário- /Financiador/-</i>
EUA\$2.4-milhões-	Não	N/A	N/A-

4. DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA PARA A ÁREA DE MAIOR RECURSO DA TFCA SONGIMVELO- MALOLOTJA	
Patrocinadores do Projecto	Nenhuns
Corredor	Assistir na ligação entre os corredores de Maputo e Durban
Países Participantes	Suazilândia e África do Sul
Objectivos	Melhorar a infra-estrutura da Área de Recurso da TFCA Songimvelo Malolotja
Descrição do Projecto	Modernização da estrada Bulembu Piggs Peak (MR20), Suazilândia
Resultados Esperados	Conclusão da estrada e aumento no trânsito na Área de Maior Recurso da TFCA e no resto da Suazilândia
Actividades conexas em curso na • SADC/Região do Tripartido	A África do Sul já concluiu a estrada complementar de Barberton até Bulembu (R40) e continua a desenvolver outras variantes nas áreas circundantes com o intuito de criar a infra-estrutura compreensiva em redor da TFCA. A TFCA Lubombo está em vias de desenvolvimento da rota de turismo de Lubombo que criará maior acesso e travessia para os turistas entre Moçambique, África do Sul e Suazilândia.
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	A estrada é uma prioridade nacional para a Suazilândia, mas devido à falta de recursos, não pode ser desenvolvida a tempo para ter um impacto sobre a indústria do turismo, assim como nas economias dos dois países."
Ponto da Situação	É presentemente uma estrada de terra para 4x4
Próximas Etapas	Realizar um estudo de viabilidade e AIA para o projecto.
Modelo Comercial	Desenvolvimento de infra-estrutura para atrair actividades turísticas e gerar receita para as TFCA e a área de maior recurso económico.
Partes principais existentes	Ministério de Obras Públicas e Transporte, Ministério de Desenvolvimento Económico, Ministério de Assuntos Ambientais, BARTOBIC, DEA.
Partes principais futuras	Consultores (AIA, Agrimensor e Gestores do Projecto), Empreiteiro de construção de estradas.
Notas técnicas/operacionais	Governo da Suazilândia será responsável pela manutenção e as operações da estrada
Documentação do Projecto Disponível	Mapas
Intervenção que necessita de financiamento	O projecto completo

5. CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DE DINOSSAUROS NO PARQUE NACIONAL GOLDEN GATE NA ÁREA DE CONSERVAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA DRAKENSBERG			
Patrocinadores do Projecto	Programa Transfronteiriço Maloti Drakensberg (apenas para planeamento)		
Corredor	Área de Conservação Transfronteiriça Maloti Drakensberg		
Países Participantes	África do Sul e Lesoto		
Objectivos	Desenvolver um centro de interpretação e de educação de nível mundial baseado sobre os recursos naturais e culturais do Parque Nacional Golden Gate Highlands e as áreas circundantes como uma atracção de turismo para o GGHNP, Província do Free State, a África do Sul, e a Área de Conservação Transfronteiriça Maloti Drakensberg.		
Descrição do Projecto	O projecto visa a construção de um centro de interpretação e de educação moderno para o GGHNP na Área de Conservação Transfronteiriça Maloti Drakensberg		
Resultados Esperados	Um centro de interpretação e de educação operacional que origina receita.		
Actividades conexas em curso na SADC/Região do Tripartido	N/A		
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	O desenvolvimento de uma atracção icónica e um centro de interpretação. Um centro de interpretação e de educação de nível internacional baseado sobre os recursos consideráveis naturais e culturais do GGHNP e das áreas circundantes como pontos de atracção turística na TFCA Maloti[Drakensberg.		
Ponto da Situação	Os documentos de planeamento já foram concluídos para este projecto (financiado pelo Programa Transfronteiriço Maloti Drakensberg): Plano Comercial e Estudo de Viabilidade, Desenho da Exposição Conceptual, Desenho Arquitectónico Conceptual e Estratégia de Interpretação		
Próximas Etapas	Fase de construção		
Modelo Comercial	Modelo Comercial de Turismo		
Partes principais existentes	Intervenientes de Maloti Drakensberg		
Partes principais futuras	N/A		
Notas técnicas/operacionais	N/A		
Documentação do Projecto Disponível	Plano Comercial e Estudo de Viabilidade, Desenho da Exposição Conceptual, Desenho Arquitectónico Conceptual e Estratégia de Interpretação		
Intervenção que necessita de financiamento	Construção do Centro		
Receitas para reembolso do financiamento	Receitas serão provenientes das actividades turísticas		
Custo-total-estimado-	<i>Financiamento- garantido-</i>	<i>Financiamento-não-garantido-</i>	<i>Comentário /Financiador/</i>
EUA\$28 milhões	<i>Não</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>

6. MELHORAMENTO DO DESVIO DE JOEL PARA O DESFILADEIRO DE MONONTSA E POSTO FRONTEIRIÇO			
Patrocinadores do Projecto	A ser decidido		
Corredor	Área de Conservação Transfronteiriça de Maloti no Drakensberg		
Países Participantes	Lesoto e África do Sul		
Objectivos	Actualizar o caminho para uma estrada de alcatrão e estabelecer uma facilidade de “uma paragem” de posto de fronteira no Posto de Monontsa existente do lado da África do Sul.		
Descrição do Projecto	<p>O nó do projecto está entre o norte do Lesoto e o leste do Estado de Free State na África do Sul. O nó é popular e é uma excelente base para explorar o Maluti e as montanhas do Drakensberg e várias actividades de turismo de aventura, etc. Há uma instalação existente de fronteira no lado Sul[Africano enquanto que no lado do Lesoto não há nada. Devido à ausência desta fronteira, os visitantes não podem entrar ou sair usando a instalação existente. Além disso, a estrada que liga os 114,5 km é de cascalho mas está em bom estado, mas precisa de ser melhorada para uma superfície de alcatrão, o que irá facilitar o acesso através da instalação do posto de fronteira de Monontsa. Portanto, é necessário actualizar a estrada que liga o desvio de Joel e o desfiladeiro de Monontsa para Marakabei no lado do Lesoto. Isto inclui alojamento para o pessoal das agências de Fronteira do Lesoto</p>		
Resultados Esperados	<ul style="list-style-type: none"> • Uma estrada alcatroada de 114,5 km. • Uma instalação de posto de fronteira de “uma paragem” (one/stop) • Aumento no número de chegada de turistas ao Lesoto 		
Actividades conexas em curso na SADC/Região do Tripartido	Memorando de Entendimento sobre a criação desta TFCA assinado em 2001 Projecto perfilado na Carteira de Investimentos da Boundless África Austral		
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	Estratégia de Conservação MDTP de 20 anos. Plano de Acção de 5 anos para facilitar a implementação da estratégia.		
Ponto da Situação	À procura de investidor.		
Próximas Etapas	Continuação de promoção do investimento.		
Modelo Comercial	Esta é uma parceria entre o Governo do Lesoto e do investidor privado (Parceria Pública[Privada])		
Partes principais existentes	Ministério de Turismo, Ambiente e Cultura do Lesoto.		
Partes principais futuras	Financeiros.		
Notas técnicas/operacionais	Nenhuma		
Documentação do Projecto Disponível	Catálogo da Boundless Southern Africa		
Intervenção que necessita de financiamento	A ser decidido		
Receitas para reembolso do financiamento	A ser decidido		
Custo-total-estimado-	Financiamento- garantido-	Financiamento-não-garantido-	Comentário-/Financiador-
-	Não	EUA\$42 milhões	Este é o investimento de capital estimado para este projecto

7. UPGRADE DE HA MPITI PARA O PARQUE NACIONAL DE SEHLABATHEBE VIA DE PASSAGEM DA FRONTEIRA DE RAMATSELISO			
Patrocinadores do Projecto	A ser decidido		
Corredor	Área de Conservação Transfronteiriça de Maloti no Drakensberg		
Países Participantes	Lesoto e África do Sul		
Objectivos	Actualizar o caminho para uma estrada de alcatrão entre Mpiti e o Parque Nacional de Sehlabathebe.		
Descrição do Projecto	O nó do projecto liga as Terras Altas do Este do Lesoto e o KZN. Esta iniciativa apoiará a extensão do estado de Património Mundial da Ukahlamba do Drakensberg para incluir o Parque Nacional de Sehlabathebe. A estrada existente, que é uma estrada de cascalho, está, em parte, em mau estado e restringe o acesso de turistas ao Parque Nacional de Sehlabathebe, que oferecem uma ampla gama de actividades de turismo. Actualmente, a concessão de uma facilidade de acomodação dentro do parque está em curso embora o desafio do acesso tenha tornado a concessão menos atraente para os investidores potenciais.		
Resultados Esperados	Uma estrada alcatroada de 90 km. Um aumento de visitantes ao parque Oportunidades de emprego para as comunidades locais Geração de receita para o parque		
Actividades conexas em curso na SADC/Região do Tripartido	Memorando de Entendimento sobre a criação desta TFCA assinado em 2001 Projecto perfilado na Carteira de Investimentos da Boundless África Austral		
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	Estratégia de Conservação MDTP de 20 anos. Plano de Acção de 5 anos para facilitar a implementação da estratégia.		
Ponto da Situação	À procura de investidor.		
Próximas Etapas	Continuação de promoção do investimento.		
Modelo Comercial	Esta é uma parceria entre o Governo do Lesoto e do investidor privado (Parceria Pública[Privada])		
Partes principais existentes	Ministério de Turismo, Ambiente e Cultura do Lesoto.		
Partes principais futuras	Financeiros.		
Notas técnicas/operacionais	Nenhuma		
Documentação do Projecto Disponível	Catálogo da Boundless Southern África		
Intervenção que necessita de financiamento	A ser decidido		
Receitas para reembolso do financiamento	A ser decidido		
Custo-total-estimado-	<i>Financiamento- garantido-</i>	<i>Financiamento-não-garantido-</i>	<i>Comentário-/Financiador-</i>
-	Não	EUA\$112,5 milhões	Este é o investimento de capital estimado para este projecto

8. MODERNIZAÇÃO DO DESFILADEIRO DE ONGELUKSNEK E CRIAÇÃO DE UM POSTO FRONTEIRIÇO DE “ONE STOP”			
Patrocinadores do Projecto	A ser decidido		
Corredor	Área de Conservação Transfronteiriça de Maloti no Drakensberg		
Países Participantes	Lesoto e África do Sul		
Objectivos	Actualizar o caminho para uma estrada de alcatrão e estabelecer um posto fronteiriço de “one[stop]” no posto existente de Ongeluksnek do lado da África do Sul.		
Descrição do Projecto	O nó do projecto está situado na parte sul da Área de Conservação Transfronteiriça do Maluti no Drakensberg e consiste da Reserva Natural de Ongeluksnek e Letseng[la[Letsie no Lesoto. Esforços estão em andamento para ligar as duas áreas de conservação a um Parque Transfronteiriço. No entanto, devido à condição de estrada que é, em parte de má qualidade do lado Lesoto e apenas razoável do lado da RSA, o acesso ao Lesoto por Letseng[la[Letsie permanece uma dificuldade. Além disso, a ausência da instalação de imigração do lado Lesoto dificulta o desenvolvimento do turismo futuro na região. Portanto, existe a necessidade de actualizar a estrada de 13,6 km entre a fronteira de Ongeluksnek a Letseng[la[Letsie, assim como estabelecer um posto de fronteira de “one[stop]” no posto existente de Ongeluksnek no lado da África do Sul. Isto inclui alojamento para o pessoal das agências de fronteira do Lesoto.		
Resultados Esperados	Uma estrada alcatroada de 13,6 km. Um aumento de visitantes ao parque transfronteiriço Oportunidades de emprego para as comunidades locais Geração de receita para o parque		
Actividades conexas em curso na SADC/Região do Tripartido	Memorando de Entendimento sobre a criação desta TFCA assinado em 2001 Projecto perfilado na Carteira de Investimentos da Boundless África Austral		
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	Estratégia de Conservação MDTP de 20 anos. Plano de Acção de 5 anos para facilitar a implementação da estratégia.		
Ponto da Situação	À procura de investidor.		
Próximas Etapas	Continuação de promoção do investimento.		
Modelo Comercial	Esta é uma parceria entre o Governo do Lesoto e do investidor privado (Parceria Pública-Privada).		
Partes principais existentes	Ministério de Turismo, Ambiente e Cultura do Lesoto.		
Partes principais futuras	Financeiros.		
Notas técnicas/operacionais	Nenhuma		
Documentação do Projecto Disponível	Catálogo da Boundless Southern Africa		
Intervenção que necessita de financiamento	A ser decidido		
Receitas para reembolso do financiamento	A ser decidido		
Custo-total-estimado-	<i>Financiamento' garantido'</i>	<i>Financiamento' não' garantido'</i>	<i>Comentário/'Financiador'</i>
-	Não	EUA\$36 milhões	Este é o investimento de capital estimado para este projecto

9. MODERNIZAÇÃO DE ALIWALSKOP PARA A ESTRADA DE TELEBRIDGE			
Patrocinadores do Projecto	A ser decidido		
Corredor	Área de Conservação Transfronteiriça de Maloti no Drakensberg		
Países Participantes	Lesoto e África do Sul		
Objectivos	Actualizar o caminho para uma estrada de alcatrão entre Telebridge e Aliwalskop		
Descrição do Projecto	O projecto é nó que liga o sul do Lesoto com o Este do Free State e o Norte do Eastern Cape. A estrada liga o tráfego turístico das províncias para o distrito Quthing que é conhecido por projectos de arte rupestre, em especial no vale de Letseng[la] Letsie (um sítio Ramsar). A modernização da estrada existente de 9.5 km de cascalho em estado razoável requer uma superfície asfaltada entre Telebridge e Aliwalskop para facilitar o acesso ao sul do Lesoto		
Resultados Esperados	Uma estrada alcatroada de 9,5 km. Um aumento de visitantes ao parque Oportunidades de emprego para as comunidades locais Geração de receita para o parque		
Actividades conexas em curso na SADC/Região do Tripartido	Memorando de Entendimento sobre a criação desta TFCA assinado em 2001 Projecto perfilado na Carteira de Investimentos da Boundless África Austral		
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	Estratégia de Conservação MDTP de 20 anos. Plano de Acção de 5 anos para facilitar a implementação da estratégia.		
Ponto da Situação	À procura de investidor.		
Próximas Etapas	Continuação de promoção do investimento.		
Modelo Comercial	Esta é uma parceria entre o Governo do Lesoto e do investidor privado (Parceria Pública/Privada)		
Partes principais existentes	Ministério de Turismo, Ambiente e Cultura do Lesoto.		
Partes principais futuras	Financeiros.		
Notas técnicas/operacionais	Nenhuma		
Documentação do Projecto Disponível	Catálogo da Boundless Southern Africa		
Intervenção que necessita de financiamento	A ser decidido		
Receitas para reembolso do financiamento	A ser decidido		
Custo-total-estimado-	<i>Financiamento- garantido-</i>	<i>Financiamento-não-garantido-</i>	<i>Comentário-/Financiador-</i>
-	Não	EUA\$7,2 milhões	Este é o investimento de capital estimado para este projecto

10. VEDAÇÃO DA ÁREA DE CONSERVAÇÃO DA COMUNIDADE DE USUTHU GORGE (MAMBANE)			
Patrocinadores do Projecto	A ser decidido		
Corredor	Área de Conservação Transfronteiriça de Lubombo		
Países Participantes	Moçambique, África do Sul e Suazilândia		
Objectivos	Estabelecer uma área de conservação da comunidade do lado da Suazilândia no UTF da TFCA		
Descrição do Projecto	Construir uma vedação numa área de 9000 ha de CCA e erigir uma casa de portão.		
Resultados Esperados	Vedar a área com vedação à prova dos animais selvagens Construção da casa de portão Esquema de geração de receita para o parque.		
Actividades conexas em curso na SADC/Região do Tripartido	Protocolo do Estabelecimento do TFCA assinado em 2000 Desenvolvimento de um Santuário de Animais Selvagens em Muzi Futi		
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	<i>UUTURTEMBERFUTI</i> Rascunho do Plano de Gestão Integrada		
Ponto da Situação	À procura de investidor.		
Próximas Etapas	Continuação de promoção do investimento.		
Modelo Comercial	Esta é uma parceria entre o Governo da Suazilândia e um investidor privado (Parceria Pública/Privada)		
Partes principais existentes	Ministério de Turismo e Assuntos Ambientais, Suazilândia		
Partes principais futuras	Financeiros.		
Notas técnicas/operacionais	Nenhuma		
Documentação do Projecto Disponível	Catálogo da Boundless Southern Africa		
Intervenção que necessita de financiamento	A ser decidido		
Receitas para reembolso do financiamento	A ser decidido		
Custo-total-estimado-	<i>Financiamento- garantido-</i>	<i>Financiamento-não-garantido-</i>	<i>Comentário-/- Financiador-</i>
-		EUA\$7 milhões	Este é o investimento de capital estimado para este projecto

11. CONSTRUÇÃO DA PONTE DE ACESSO ENTRE MOOPLAAS EO PORTÃO DE DOORHOEK, SONGIMVELO, NA RESERVA NATURAL			
Patrocinadores do Projecto	A ser decidido		
Corredor	Área de Conservação Transfronteiriça de Songimvelo Malolotjha		
Países Participantes	República da África do Sul		
Objectivos	Construir ponte de acesso a Songimvelo		
Descrição do Projecto	Construção de uma ponte de acesso externa entre Mooiplaas e Portão do parque de Doornhoek para a gestão de atracções turísticas e acesso a Songimvelo.		
Resultados Esperados	Proporcionar acesso a atracções de turismo e efeitos de produtos e conservação da biodiversidade e gestão de infra-estrutura. Oportunidades de emprego.		
Actividades conexas em curso na SADC/Região do Tripartido	Gestão está em curso em Songimvelo Grande desafio de acesso para o público, negócios privados, etc.		
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	Plano Conjunto de Gestão e Plano Director Integrado de Turismo		
Ponto da Situação	À procura de investidor.		
Próximas Etapas			
Modelo Comercial	Parceria com Negócio Privado, CPA e MTPA		
Partes principais existentes	República da África do Sul		
Partes principais futuras	Financeiros.		
Notas técnicas/operacionais	Nenhuma		
Documentação do Projecto Disponível	Plano Conjunto de Gestão e Plano Director Integrado de Turismo		
Intervenção que necessita de financiamento	A ser decidido		
Receitas para reembolso do financiamento	A ser decidido		
Custo-total-estimado-	<i>Financiamento- garantido-</i>	<i>Financiamento-não-garantido-</i>	<i>Comentário/-Financiador-</i>
-		EUA\$3 milhões	

12. DESENVOLVIMENTO DE UMA ESTRADA TURÍSTICA INTERNA E LIGAÇÃO ENTRE A RESERVA NATURAL DE SONGIMVELO			
Patrocinadores do Projecto	Nenhum		
Corredor	Área de Conservação Transfronteiriça de Songimvelo Malolotjha		
Países Participantes	República da África do Sul e Reino da Suazilândia		
Objectivos	Estrada de acesso da ligação turística interna entre Songimvelo (África do Sul) e Malolothja (Suazilândia)		
Descrição do Projecto	Uma estrada de ligação junto ao rio Komati entre Songimvelo e a Reserva Natural de Malolotjha Reserva – uma área montanhosa remota usado para caminhadas e excursões de 4x4.		
Resultados Esperados	Proporcionar acesso turístico transfronteiriço perfeito entre as duas reservas Acesso a um alojamento para turistas Potencial para oportunidades de emprego Esquema gerador de receitas Tradução prática da visão SMTFCA em acção implementável na região.		
Actividades conexas em curso na SADC/Região do Tripartido	Raramente usado como terreno para uso por 4x4's		
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	Plano Conjunto de Gestão e Plano Director Integrado de Turismo e Plano de Zonas concluído e a ser implementado.		
Ponto da Situação	À procura de investidor.		
Próximas Etapas	A definir		
Modelo Comercial	Parceria com Negócio Privado, CPA e MTPA		
Partes principais existentes	República da África do Sul e o Reino da Suazilândia		
Partes principais futuras	Financeiros.		
Notas técnicas/operacionais	Nenhuma		
Documentação do Projecto Disponível	Plano Conjunto de Gestão e Plano Director Integrado de Turismo		
Intervenção que necessita de	A ser decidido		
Receitas para reembolso do financiamento	A ser decidido		
Custo-total-estimado-	<i>Financiamento- garantido-</i>	<i>Financiamento-não-garantido-</i>	<i>Comentário-/- Financiador-</i>
-		EUA\$1,5 milhões	



ANEXO 7

- **PROJECTOS DE INFRA-ESTRUTURAS TURISTICAS PARA AS ÁREAS TRANSFRONTEIRIÇAS DA SADC**

1. PROJECTO: CONCESSÕES DE CANOAGEM NO RIO ORANGE			
Patrocinadores do Projecto	A ser estabelecido		
Corredor	Parque Transfronteiriço /Ai/Ais-Richtersveld (ARTP)		
Países Participantes	Namíbia e África do Sul		
Objectivos	Criar um pólo operacional de turismo na margem norte do rio Orange no Parque das Termas Quentes /Ai-/Ais na Namíbia		
Descrição do Projecto	<ul style="list-style-type: none"> • Uma concessão fluvial localizada na margem norte do rio Orange no Parque das Termas Quentes /Ai-/Ais. Composto de três componentes, nomeadamente, safari fluvial de luxo, um trilho fluvial e operações de pesca. • Prevêem-se igualmente projectos de alojamento: dois campos de safari de luxo, dois sítios de campismo ao lado do rio para turistas de aventura, campo de safari de pesca, e um pólo de aventura na confluência do rio Gamkab. É necessário um investidor para estabelecer estas instalações. 		
Resultados Esperados	<ul style="list-style-type: none"> • Alojamento para turistas de luxo e de aventura; um campo de pesca e um pólo de aventura • Oportunidades de emprego para as comunidades locais • Receitas geradas para o parque 		
Actividades conexas em curso na SADC/Região do Tripartido	<ul style="list-style-type: none"> • Tratado estabelecendo o ARTP foi assinado em 2003 pelos respectivos Chefes de Estado. • Projecto exposto na carteira de investimentos da <i>Boundless Southern Africa</i>. 		
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	Plano de Turismo Regional Integrado ARTP e Plano de Desenvolvimento Integrado da TFCA do rio Lower Orange.		
Ponto da Situação	Negociações em curso entre o governo e o investidor privado		
Próximas Etapas	Conclusão das negociações		
Modelo Comercial	Constitui uma parceira entre o Governo da Namíbia e o Investidor Privado (Parceria Pública-Privada).		
Partes principais existentes	Ministério do Ambiente e Turismo, Namíbia		
Partes principais futuras	Investidor Privado		
Notas técnicas/operacionais	-		
Documentação do Projecto Disponível	Catálogo de Investimento da <i>Boundless Southern Africa</i>		
Intervenção que necessita de financiamento	A ser estabelecido		
Receitas para reembolso do financiamento	A ser estabelecido		
Custo total estimado	Financiamento garantido	Financiamento não garantido	Comentário / Financiador/
		EUA\$ 2.9 milhões	Este é o nível de investimento estimado para este projecto

2. PROJECTO: ROOIPUTS LODGE			
Patrocinadores do Projecto	A ser estabelecido		
Corredor	Parque Transfronteiriço Kgalagadi		
Países Participantes	Botswana e África do Sul		
Objectivos	Desenvolvimento da unidade de hotelaria na secção do Botswana do Parque Transfronteiriço Kgalagadi.		
Descrição do Projecto	<p>Rooiputs Lodge fica localizado no sul do Parque Transfronteiriço Kgalagadi, ao longo do rio Nossob. Este hotel fica localizado a 22 km a norte da entrada de Twee Rivieren, tornando-o acessível aos viajantes de 4x4 procurando uma experiência exclusiva ao entrarem no parque. A pista de aterragem Twee Rivieren oferece o acesso aéreo fiável.</p> <p>Propõe-se empreendimento de cinco estrelas composto de 24 camas, nas dunas majestosas ao leste do rio Nossob, oferecendo 12 chalés rústicos com vistas sobre o leito do rio frequentado por animais.</p>		
Resultados Esperados	Alojamento para turistas de médio nível e de luxo; Oportunidades de emprego para as comunidades locais; Receitas geradas através do parque.		
Actividades conexas em curso na SADC/Região do Tripartido	Acordo estabelecendo o Parque Transfronteiriço foi assinado em 2000 Perfil do projecto apresentado na carteira de investimentos da <i>Boundless Southern Africa</i> Instalações de acesso turístico de Mata Mata e Twee Rivieren estão operacionais		
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	Plano de gestão KTP estabelecido e em vias de implementação Receitas geradas através dos preços de entrada serão repartidas numa base de 50% entre os dois países.		
Ponto da Situação	Procura-se ainda um investidor		
Próximas Etapas	Continuar com a promoção do investimento para este local.		
Modelo Comercial	Parceria entre o Governo do Botswana e o investidor privado (Parceria Pública-Privada).		
Partes principais existentes	Ministério do Ambiente, Vida Selvagem e Turismo, Botswana		
Partes principais futuras	Investidor Privado		
Notas técnicas/operacionais	Nenhumas		
Documentação do Projecto Disponível	Catálogo de Investimento da <i>Boundless Southern Africa</i>		
Intervenção que necessita de financiamento	A ser estabelecido		
Receitas para reembolso do financiamento	A ser estabelecido		
Custo total estimado	Financiamento garantido	Financiamento não garantido	Comentário /Financiador/
		EUA\$ 3.16 milhões	Este é o nível de investimento estimado para este projecto

3. PROJECTO: POLENTSWA LODGE			
Patrocinadores do Projecto	A ser estabelecido		
Corredor	Parque Transfronteiriço Kgalagadi		
Países Participantes	Botswana e África do Sul		
Objectivos	Desenvolvimento de um empreendimento na secção do Botswana do Parque Transfronteiriço Kgalagadi.		
Descrição do Projecto	Polentswa Lodge fica localizado na margem de uma extensa várzea, criada pelo rio Polentswa na sua confluência com o rio Nossob a 70 km a norte do campo Nossob no majestoso Parque Transfronteiriço Kgalagadi. O ponto de água do Polentswa existente tem água potável e garante a congregação de animais que podem ser observados do conforto deste empreendimento construído à sombra das acácias (<i>Acacia erioloba</i>), na encosta de uma duna com vistas panorâmicas da várzea do Polentswa. O local pode ser acedido através de 4x4 ou uma pista de aterragem.		
Resultados Esperados	Alojamento para turistas de médio nível e de luxo; Oportunidades de emprego para as comunidades locais; Receitas geradas através do parque.		
Actividades conexas em curso na SADC/Região do Tripartido	Acordo estabelecendo o Parque Transfronteiriço foi assinado em 2000 Perfil do projecto apresentado na carteira de investimentos da Boundless Southern Africa Instalações de acesso turístico de Mata Mata e Twee Rivieren estão operacionais		
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	Plano de gestão KTP estabelecido e em vias de implementação Receitas geradas através dos preços de entrada serão repartidas numa base de 50% entre os dois países.		
Ponto da Situação	Procura-se ainda um investidor		
Próximas Etapas	Continuar com a promoção do investimento para este local.		
Modelo Comercial	Parceria entre o Governo do Botswana e o investidor privado (Parceria Pública-Privada).		
Partes principais existentes	Ministério do Ambiente, Vida Selvagem e Turismo, Botswana		
Partes principais futuras	Investidor Privado		
Notas técnicas/operacionais	Nenhumas		
Documentação do Projecto Disponível	Catálogo de Investimento da Boundless Southern Africa		
Intervenção que necessita de financiamento	A ser estabelecido		
Receitas para reembolso do financiamento	A ser estabelecido		
Custo total estimado	Financiamento garantido	Financiamento não garantido	Comentário /Financiador/
		EUA\$ 3,22 milhões	Este é o nível de investimento estimado para este projecto

4. PROJECTO: UNIONS END LODGE			
Patrocinadores do Projecto	A ser estabelecido		
Corredor	Parque Transfronteiriço Kgalagadi		
Países Participantes	Botswana e África do Sul		
Objectivos	Desenvolvimento de um empreendimento na secção do Botswana do Parque Transfronteiriço Kgalagadi.		
Descrição do Projecto	Unions End Lodge é um empreendimento de luxo de 24 camas numa área de uso exclusivo na margem norte do rio Noosob, no limite ocidental do Parque Transfronteiriço Kgalagadi, onde o rio Noosob entra o parque em Unions End. Oferece vistas de um ponto de água muito frequentado por animais. O local pode ser acedido através de 4x4 ou uma pista de aterragem.		
Resultados Esperados	Alojamento para turistas de médio nível e de luxo; Oportunidades de emprego para as comunidades locais; Receitas geradas através do parque.		
Actividades conexas em curso na SADC/Região do Tripartido	Acordo estabelecendo o Parque Transfronteiriço foi assinado em 2000 Perfil do projecto apresentado na carteira de investimentos da <i>Boundless Southern Africa</i> Instalações de acesso turístico de Mata Mata e Twee Rivieren estão operacionais		
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	Plano de gestão KTP estabelecido e em vias de implementação Receitas geradas através dos preços de entrada serão repartidas numa base de 50% entre os dois países.		
Ponto da Situação	Procura-se ainda um investidor		
Próximas Etapas	Continuar com a promoção do investimento para este local.		
Modelo Comercial	Parceria entre o Governo do Botswana e o investidor privado (Parceria Pública-Privada).		
Partes principais existentes	Ministério do Ambiente, Vida Selvagem e Turismo, Botswana		
Partes principais futuras	Investidor Privado		
Notas técnicas/operacionais	Nenhumas		
Documentação do Projecto Disponível	Catálogo de Investimento da <i>Boundless Southern Africa</i>		
Intervenção que necessita de financiamento	A ser estabelecido		
Receitas para reembolso do financiamento	A ser estabelecido		
Custo total estimado	Financiamento garantido	Financiamento não garantido	Comentário /Financiador/
		EUA\$ 3,1 milhões	Este é o nível de investimento estimado para este projecto

5. PROJECTO: TSOE LODGE			
Patrocinadores do Projecto	A ser estabelecido		
Corredor	Área de Conservação Transfronteiriça de Kavango Zambezi		
Países Participantes	Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabué		
Objectivos	Desenvolvimento de um empreendimento na secção do Botswana da TFCA Kavango Zambezi.		
Descrição do Projecto	<p>O local fica localizado na margem ocidental do rio Boteti, com vistas do leito do rio seco e a margem oriental rochosa do rio Boteti. Tem vistas para o lado oriental do rio e do Parque Nacional Makgadikgadi Pans (MPNP). Proporciona vistas magníficas do leito do rio seco.</p> <p>O desenho conceptual do alojamento dos turistas será produzido pelas comunidades Boteti utilizando desenhos e materiais locais. A unidade de hotelaria é acessível pela estrada alcatroada Motopi-Rakops e depois num trilho de 2km. O local apenas é acessível a viaturas 4x4. A maioria dos turistas deve chegar por via aérea até a pista de aterragem Rakops (cerca de 50 km ao sul).</p>		
Resultados Esperados	<p>Alojamento para turistas de luxo e de aventura;</p> <p>Oportunidades de emprego para as comunidades locais</p> <p>Receitas geradas para o parque</p>		
Actividades conexas em curso na SADC/Região do Tripartido	<p>MdE sobre o estabelecimento desta TFCA assinado pelos respectivos Ministros em 2006</p> <p>Tratado estabelecendo a TFCA foi assinado em 2011 pelos Chefes de Estado</p> <p>Perfil do projecto apresentado na carteira de investimento da <i>Boundless Southern Africa</i></p>		
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	Planos de Desenvolvimento Integrado estão a ser elaborados para cada um dos 5 componentes da TFCA. Estes 5 planos serão utilizados como a base de preparação do Plano Director de Desenvolvimento Integrado KAZA		
Ponto da Situação	Procura-se investidor		
Próximas Etapas	Continuar com a promoção de investimento		
Modelo Comercial	Parceria entre o Governo do Botswana e o Investidor privado (Parceria Pública-Privada).		
Partes principais existentes	Ministério do Ambiente, Vida Selvagem e Turismo, Botswana		
Partes principais futuras	Investidor privado		
Notas técnicas/operacionais	Nenhuma		
Documentação do Projecto Disponível	Catálogo de Investimento da Boundless Southern Africa		
Intervenção que necessita de financiamento	A ser estabelecido		
Receitas para reembolso do financiamento	A ser estabelecido		
Custo total estimado	<i>Financiamento garantido</i>	<i>Financiamento não garantido</i>	<i>Comentário /Financiador/</i>
		EUA\$ 3 milhões	Este é o nível de investimento estimado para este projecto

6. PROJECTO: NOGATSHAA LODGE			
Patrocinadores do Projecto	A ser estabelecido		
Corredor	Área de Conservação Transfronteiriça de Kavango Zambezi		
Países Participantes	Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabué		
Objectivos	Desenvolvimento de um empreendimento na secção do Botswana da TFCA Kavango Zambezi.		
Descrição do Projecto	O sítio fica localizado ao norte de Mapororo Pan. O sítio tem vistas panorâmicas para o sul. O sítio é acessível pelo portão de entrada Sedudu próximo de Kasane, pelo portão de entrada Phoha por Peamatenga e de Savuti por Zweizwei Pan seguindo o rio Ngwezumba. O sítio é acessível apenas por veículos de 4x4. A maioria dos turistas deve chegar por via aérea. A grande concentração de animais servirá de atracção turística. O local fica aproximadamente a 11 km de Nogatshaa Pan e 27 km do portão de entrada Phoha.		
Resultados Esperados	Alojamento para turistas de luxo e de aventura; Oportunidades de emprego para as comunidades locais Receitas geradas para o parque		
Actividades conexas em curso na SADC/Região do Tripartido	MdE sobre o estabelecimento desta TFCA foi assinado pelos respectivos Ministros em 2006 Tratado estabelecendo a TFCA foi assinado em 2011 pelos Chefes de Estado Perfil do projecto apresentado na carteira de investimento da <i>Boundless Southern Africa</i>		
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	Planos de Desenvolvimento Integrado estão a ser elaborados para cada um dos 5 componentes da TFCA. Estes 5 planos serão utilizados como a base de preparação do Plano Director de Desenvolvimento Integrado KAZA.		
Ponto da Situação	Procura-se investidor		
Próximas Etapas	Continuar com a promoção de investimento		
Modelo Comercial	Parceria entre o Governo do Botswana e o Investidor Privado (Parceria Pública-Privada).		
Partes principais existentes	Ministério do Ambiente, Vida Selvagem e Turismo, Botswana		
Partes principais futuras	Investidor privado		
Notas técnicas/operacionais	Nenhuma		
Documentação do Projecto Disponível	Catálogo de Investimento da Boundless Southern Africa		
Intervenção que necessita de financiamento	A ser estabelecido		
Receitas para reembolso do financiamento	A ser estabelecido		
Custo total estimado	Financiamento garantido	Financiamento não garantido	Comentário /Financiador/
		EUA\$ 3 milhões	Este é o nível de investimento estimado para este projecto

7. PROJECTO: GHOHA HILLS LODGE			
Patrocinadores do Projecto	A ser estabelecido		
Corredor	Área de Conservação Transfronteiriça de Kavango Zambezi		
Países Participantes	Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabué		
Objectivos	Desenvolvimento de um empreendimento na secção do Botswana da TFCA Kavango Zambezi.		
Descrição do Projecto	<p>O sítio fica aproximadamente a 1 km sudoeste de Ghoha Hills numa área com tecas maduras e vistas do ponto de água. Há muita vegetação natural entre o local e o ponto de água. A vegetação é composta principalmente de mopani, teca, imbondeiros, acácias e seringueiras brancas.</p> <p>O local seleccionado oferece vistas magníficas do ponto de água a sudeste. O local fica a 1 hora de viagem da pista de aterragem Savuti (cerca de 30 km sudoeste do local). O acesso actual é pelo portão de entrada Ghoha e Savuti</p>		
Resultados Esperados	Alojamento para turistas de luxo e de aventura; Oportunidades de emprego para as comunidades locais Receitas geradas para o parque		
Actividades conexas em curso na SADC/Região do Tripartido	MdE sobre o estabelecimento desta TFCA foi assinado pelos respectivos Ministros em 2006. Tratado estabelecendo a TFCA foi assinado em 2011 pelos Chefes de Estado. Perfil do projecto apresentado na carteira de investimento da <i>Boundless Southern Africa</i> .		
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	Planos de Desenvolvimento Integrado estão a ser elaborados para cada um dos 5 componentes da TFCA. Estes 5 planos serão utilizados como a base de preparação do Plano Director de Desenvolvimento Integrado KAZA		
Ponto da Situação	Procura-se investidor		
Próximas Etapas	Continuar com a promoção de investimento		
Modelo Comercial	Parceria entre o Governo do Botswana e Investidor privado (Parceria Pública-Privada).		
Partes principais existentes	Ministério do Ambiente, Vida Selvagem e Turismo, Botswana		
Partes principais futuras	Investidor privado		
Notas técnicas/operacionais	Nenhuma		
Documentação do Projecto Disponível	Catálogo de Investimento da <i>Boundless Southern Africa</i>		
Intervenção que necessita de financiamento	A ser estabelecido		
Receitas para reembolso do financiamento	A ser estabelecido		
Custo total estimado	Financiamento garantido	Financiamento não garantido	Comentário/Financiador
		EUA\$ 3.5milhões	Este é o nível de investimento estimado para este projecto

8. PROJECTO: COUTADA'S LODGE			
Patrocinadores do Projecto	A ser estabelecido		
Corredor	Área de Conservação Transfronteiriça de Kavango Zambezi		
Países Participantes	Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabué		
Objectivos	Desenvolvimento de um empreendimento na secção angolana da TFCA Kavango Zambezi.		
Descrição do Projecto	4 Concessões de <i>lodges</i> de caça já foram adjudicadas a um investidor local que quer criar uma parceria com investidores privados no desenvolvimento de cada concessão composta de 0 instalações de duas camas.		
Resultados Esperados	Alojamento para turistas de luxo e de aventura; Oportunidades de emprego para as comunidades locais Receitas geradas para o parque		
Actividades conexas em curso na SADC/Região do Tripartido	MdE sobre o estabelecimento desta TFCA foi assinado pelos respectivos Ministros em 2006. Tratado estabelecendo a TFCA foi assinado em 2011 pelos Chefes de Estado. Perfil do projecto apresentado na carteira de investimento da <i>Boundless Southern Africa</i> .		
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	Planos de Desenvolvimento Integrado estão a ser elaborados para cada um dos 5 componentes da TFCA. Estes 5 planos serão utilizados como base de preparação do Plano Director de Desenvolvimento Integrado KAZA		
Ponto da Situação	Procura-se investidor		
Próximas Etapas	Continuar com a promoção de investimento		
Modelo Comercial	Isto é uma parceria entre o Governo de Angola e o Investidor privado (Parceria Pública-Privada).		
Partes principais existentes	Ministério da Hotelaria e Turismo, Angola		
Partes principais futuras	Investidor privado		
Notas técnicas/operacionais	Nenhuma		
Documentação do Projecto Disponível	Catálogo de Investimento da <i>Boundless Southern Africa</i>		
Intervenção que necessita de financiamento	A ser estabelecido		
Receitas para reembolso	A ser estabelecido		
Custo total estimado	Financiamento garantido	Financiamento não garantido	Comentário /Financiador/
		<i>A definir estabelecido</i>	

9. PROJETO: LUIANA GAME LODGE EM JAMBA			
Patrocinadores do Projecto	A ser estabelecido		
Corredor	Área de Conservação Transfronteiriça de Kavango Zambezi		
Países Participantes	Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabué		
Objectivos	Desenvolvimento de um empreendimento na secção angolana da TFCA Kavango Zambezi.		
Descrição do Projecto	O concessionário pretende atrair investimento para o desenvolvimento de um <i>lodge</i> composto de 16 unidades de duas camas cada. Jamba é um dos destinos mais populares em Angola devido à sua natureza diversa e ricas tradições culturais. O acesso é através do aeroporto de Jamba, que opera voos domésticos.		
Resultados Esperados	Alojamento para turistas de luxo e de aventura; Oportunidades de emprego para as comunidades locais Receitas geradas para o parque		
Actividades conexas em curso na SADC/Região do Tripartido	MdE sobre o estabelecimento desta TFCA foi assinado pelos respectivos Ministros em 2006. Tratado estabelecendo a TFCA foi assinado em 2011 pelos Chefes de Estado. Perfil do projecto apresentado na carteira de investimento da <i>Boundless Southern Africa</i> .		
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	Planos de Desenvolvimento Integrado estão a ser elaborados para cada um dos 5 componentes da TFCA. Estes 5 planos serão utilizados como a base de preparação do Plano Director de Desenvolvimento Integrado KAZA		
Ponto da Situação	Procura-se investidor		
Próximas Etapas	Continuar com a promoção de investimento		
Modelo Comercial	Isto é uma parceria entre o Governo de Angola e o Investidor Privado (Parceria Pública-Privada).		
Partes principais existentes	Ministério da Hotelaria e Turismo, Angola		
Partes principais futuras	Investidor privado		
Notas técnicas/operacionais	Nenhuma		
Documentação do Projecto Disponível	Catálogo de Investimento da <i>Boundless Southern Africa</i>		
Intervenção que necessita de financiamento	A ser estabelecido		
Receitas para reembolso do financiamento	A ser estabelecido		
Custo total estimado	<i>Financiamento garantido</i>	<i>Financiamento não garantido</i>	<i>Comentário /Financiador/</i>
		<i>A ser estabelecido</i>	

10. PROJECTO: CONCESSÕES EM SIOMA NGWEZI			
Patrocinadores do Projecto	A ser estabelecido		
Corredor	Área de Conservação Transfronteiriça de Kavango Zambezi		
Países Participantes	Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabué		
Objectivos	Desenvolvimento de um empreendimento na secção zambiana da TFCA Kavango Zambezi.		
Descrição do Projecto	<p>A Autoridade Zambiana de Vida Selvagem (ZAWA) identificou seis concessões no Parque Nacional Sioma Ngwezi. As concessões têm como finalidade as actividades baseadas na vida selvagem. Estas incluem Mufulani, Katuli, Kweo, Ibaale, Ngwezi e Kalolo.</p> <p>As concessões Mufulani, Katuli, e Kweo são de 50 000 hectares cada. As concessões Ibaale, Ngwezi e Kalolo são aproximadamente 40 000 hectares cada. O parque pode ser acedido por estrada de Livingstone e Mongu. Há uma estrada nova que liga Livingstone a Sesheke e Katima Mulilo, e existe uma estrada alcatroada de Mongu até Senanga.</p>		
Resultados Esperados	<p>Alojamento para turistas de luxo e de aventura;</p> <p>Oportunidades de emprego para as comunidades locais;</p> <p>Receitas geradas para o parque.</p>		
Actividades conexas em curso na SADC/Região do Tripartido	<p>MdE sobre o estabelecimento desta TFCA foi assinado pelos respectivos Ministros em 2006.</p> <p>Tratado estabelecendo a TFCA foi assinado em 2011 pelos Chefes de Estado.</p> <p>Perfil do projecto apresentado na carteira de investimento da Boundless Southern Africa.</p>		
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	Planos de Desenvolvimento Integrado estão a ser elaborados para cada um dos 5 componentes da TFCA. Estes 5 planos serão utilizados como a base de preparação do Plano Director de Desenvolvimento Integrado KAZA.		
Ponto da Situação	Procura-se investidor		
Próximas Etapas	Continuar com a promoção de investimento		
Modelo Comercial	Isto é uma parceria entre o Governo da Zâmbia e o Investidor Privado (Parceria Pública-Privada).		
Partes principais existentes	Ministério de Turismo, Ambiente e Recursos Naturais, Zâmbia, através da Autoridade Zambiana da Vida Selvagem		
Partes principais futuras	Investidor privado		
Notas técnicas/operacionais	Nenhuma		
Documentação do Projecto Disponível	Catálogo de Investimento da Boundless Southern Africa		
Intervenção que necessita de financiamento	A ser estabelecido		
Receitas para reembolso do financiamento	A ser estabelecido		
Custo total estimado	Financiamento garantido	Financiamento não garantido	Comentário /Financiador/
		A ser estabelecido	

11. PROJECTO: TSOWA ISLE ZAMBEZI RIVER LODGE			
Patrocinadores do Projecto	A ser estabelecido		
Corredor	Área de Conservação Transfronteiriça de Kavango Zambezi		
Países Participantes	Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabué		
Objectivos	Desenvolvimento de um empreendimento na secção do Zimbabué da TFCA de Kavango Zambezi.		
Descrição do Projecto	A concessão visa estabelecer 10 recintos de tendas de luxo na Tsowa Isle no rio Zambeze próximo das cataratas de Victoria. A instalação planeada proporcionará uma experiência africana autêntica. Tsowa Isle será acedida por barco e/ou voos charter de Harare e Victoria Falls. Tsowa Isle oferecerá		
Resultados Esperados	Alojamento para turistas de luxo e de aventura; Oportunidades de emprego para as comunidades locais; Receitas geradas para o parque.		
Actividades conexas em curso na SADC/Região do Tripartido	MdE sobre o estabelecimento desta TFCA foi assinado pelos respectivos Ministros em 2006. Tratado estabelecendo a TFCA foi assinado em 2011 pelos Chefes de Estado. Perfil do projecto apresentado na carteira de investimento da Boundless Southern Africa.		
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	Planos de Desenvolvimento Integrado estão a ser elaborados para cada um dos 5 componentes da TFCA. Estes 5 planos serão utilizados como a base de preparação do Plano Director de Desenvolvimento Integrado KAZA		
Ponto da Situação	Procura-se investidor		
Próximas Etapas	Continuar com a promoção de investimento		
Modelo Comercial	Isto é uma parceria entre o Governo de Zimbabué e o Investidor Privado (Parceria Pública-Privada).		
Partes principais existentes	Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, Zimbabué		
Partes principais futuras	Investidor privado		
Notas técnicas/operacionais	Nenhuma		
Documentação do Projecto Disponível	Catálogo de Investimento da Boundless Southern Africa		
Intervenção que necessita de financiamento	A ser estabelecido		
Receitas para reembolso do financiamento	A ser estabelecido		
Custo total estimado	Financiamento garantido	Financiamento não garantido	Comentário /Financiador/
		EUA\$ 1,5 milhões	Este é o nível de investimento estimado para este projecto

12. PROJECTO: NAM 10 NO CAPRIVI			
Patrocinadores do Projecto	A ser estabelecido		
Corredor	Área de Conservação Transfronteiriça de Kavango Zambezi		
Países Participantes	Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabué		
Objectivos	Desenvolvimento de um empreendimento na secção da Namíbia da TFCA Kavango Zambezi.		
Descrição do Projecto	Desenvolvimento na área ribeirinha em Katima Mulilo composto de um hotel de 4/5 estrelas com 80 quartos, um hotel de 3 estrelas de 60 quartos, uma estância de apartamentos com cozinha, e um centro de conferências para 500 pessoas.		
Resultados Esperados	<ul style="list-style-type: none"> • Alojamento para turistas de luxo e de aventura; • Oportunidades de emprego para as comunidades locais • Receitas geradas para o parque 		
Actividades conexas em curso na SADC/Região do Tripartido	<ul style="list-style-type: none"> • MdE sobre o estabelecimento desta TFCA foi assinado pelos respectivos Ministros em 2006 • Tratado estabelecendo a TFCA foi assinado em 2011 pelos Chefes de Estado • Perfil do projecto apresentado na carteira de investimento da <i>Boundless Southern Africa</i> 		
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	Planos de Desenvolvimento Integrado estão a ser elaborados para cada um dos 5 componentes da TFCA. Estes 5 planos serão utilizados como a base de preparação do Plano Director de Desenvolvimento Integrado KAZA		
Ponto da Situação	Procura-se investidor		
Próximas Etapas	Continuar com a promoção de investimento		
Modelo Comercial	Isto é uma parceria entre o Governo da Namíbia e o Investidor Privado (Parceria Pública-Privada).		
Partes principais existentes	Ministério do Ambiente e Turismo, Namíbia		
Partes principais futuras	Investidor privado		
Notas técnicas/operacionais	Nenhuma		
Documentação do Projecto Disponível	Catálogo de Investimento da <i>Boundless Southern Africa</i>		
Intervenção que necessita de financiamento	A ser estabelecido		
Receitas para reembolso do financiamento	A ser estabelecido		
Custo total estimado	Financiamento garantido	Financiamento não garantido	Comentário /Financiador/
		<i>A ser estabelecido</i>	

13. PROJECTO: MARAMANI LODGE			
Patrocinadores do Projecto	A ser estabelecido		
Corredor	Área de Conservação Transfronteiriça Mapungubwe		
Países Participantes	Botswana, África do Sul e Zimbabué		
Objectivos	Desenvolvimento de um empreendimento na secção do Zimbabué da TFCA Mapungubwe.		
Descrição do Projecto	Maramani Lodge fica situado na parte do Zimbabué da TFCA Limpopo/Shashe. O sítio poderá ser localizado na margem oriental do rio Shashe ou na margem norte do rio Limpopo. A partir daqui, os visitantes podem visitar o sítio de património cultural em Mapungubwe assim como fazer safaris ou passeios a pé		
Resultados Esperados	Alojamento para turistas de luxo e de aventura; Oportunidades de emprego para as comunidades locais Receitas geradas para o parque		
Actividades conexas em curso na SADC/Região do Tripartido	MdE sobre o estabelecimento desta TFCA foi assinado pelos respectivos Ministros em 2006 Tratado estabelecendo a TFCA está 98% concluído. Perfil do projecto apresentado na carteira de investimento da <i>Boundless Southern Africa</i> Estabelecimento de ligações por 4x4		
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	Projecto do Plano Director Integrado da GMTFCA já estabelecido.		
Ponto da Situação	Procura-se investidor		
Próximas Etapas	Continuar com a promoção de investimento		
Modelo Comercial	Isto é uma parceria entre o Governo de Zimbabué e o Investidor Privado (Parceria Pública-Privada).		
Partes principais existentes	Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, Zimbabué		
Partes principais futuras	Investidor privado		
Notas técnicas/operacionais	Nenhuma		
Documentação do Projecto Disponível	Catálogo de Investimento da <i>Boundless Southern Africa</i>		
Intervenção que necessita de financiamento	A ser estabelecido		
Receitas para reembolso do financiamento	A ser estabelecido		
Custo total estimado	Financiamento garantido	Financiamento não garantido	Comentário /Financiador/
		EUA\$ 2.34 milhões	Este é o nível de investimento estimado para este projecto

14. PROJECTO: TULI SAFARI LODGE			
Patrocinadores do Projecto	A ser estabelecido		
Corredor	Área de Conservação Transfronteiriça Mapungubwe		
Países Participantes	Botswana, África do Sul e Zimbabué		
Objectivos	Desenvolvimento de um empreendimento na secção do Zimbabué da TFCA Mapungubwe.		
Descrição do Projecto	Isto é um sítio histórico que necessita de reabilitação e a construção de uma nova unidade de hotelaria. Uma concessão foi adjudicada e o concessionário procura parceiros para o investimento.		
Resultados Esperados	Alojamento para turistas de luxo e de aventura; Oportunidades de emprego para as comunidades locais; Receitas geradas para o parque.		
Actividades conexas em curso na SADC/Região do Tripartido	MdE sobre o estabelecimento desta TFCA foi assinado pelos respectivos Ministros em 2006 Tratado estabelecendo a TFCA está 98% concluído. Perfil do projecto apresentado na carteira de investimento da <i>Boundless Southern Africa</i> Estabelecimento de ligações por 4x4		
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	Projecto do Plano Director Integrado da GMTFCA já estabelecido.		
Ponto da Situação	Procura-se investidor		
Próximas Etapas	Continuar com a promoção de investimento		
Modelo Comercial	Isto é uma parceria entre o Governo de Zimbabué e o Investidor Privado (Parceria Pública-Privada).		
Partes principais existentes	Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, Zimbabué		
Partes principais futuras	Investidor privado		
Notas técnicas/operacionais	Nenhuma		
Documentação do Projecto Disponível	Catálogo de Investimento da <i>Boundless Southern Africa</i>		
Intervenção que necessita de financiamento	A ser estabelecido		
Receitas para reembolso do financiamento	A ser estabelecido		
Custo total estimado	Financiamento garantido	Financiamento não garantido	Comentário /Financiador/
		A ser estabelecido	

15. PROJECTO: CASAS FLUTUANTES NA REPRESA MASSINGIR			
Patrocinadores do Projecto	A ser estabelecido		
Corredor	Parque Transfronteiriço Great Limpopo		
Países Participantes	Moçambique, África do Sul e Zimbabué		
Objectivos	Desenvolvimento de um empreendimento na secção moçambicana do Parque Transfronteiriço Great Limpopo.		
Descrição do Projecto	As concessões 1/2 das casas flutuantes na represa Massingir operarão a partir de uma base na margem oriental da represa Massingir. Este nóculo ficará contíguo à estância Massingir, que servirá de ponte para os clientes dos safaris nas casas flutuantes. Esta represa espectacular no rio Olifants, a leste da cordilheira das montanhas Lebombo, oferece muita vida selvagem e vistas panorâmicas. Cada concessão será composta de duas casas flutuantes com acesso à represa e várias baías para pernoitar. Haverá barcos para passeios de safari e pesca.		
Resultados Esperados	Alojamento para turistas de luxo e de aventura Oportunidades de emprego para as comunidades locais Receitas geradas para o parque		
Actividades conexas em curso na SADC/Região do Tripartido	MdE sobre o estabelecimento desta TFCA foi assinado pelos respectivos Ministros em 2000. O Tratado estabelecendo o Parque Transfronteiriço foi assinado em 2002 pelos Chefes de Estado. A instalação de acesso turístico de Giriyondo está operacional. O projecto-piloto transfronteiriço de aplicação da lei nas TFCA na região da SADC Estabelecimento de ligações de travessia de 4x4		
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	O plano de desenvolvimento de turismo integrado GLTP estabelecido e em vias de implementação. Projecto do Desenvolvimento Integrado GLTP & Plano Comercial estabelecidos		
Ponto da Situação	Procura-se investidor		
Próximas Etapas	Continuar com a promoção de investimento		
Modelo Comercial	Isto é uma parceria entre o Governo de Moçambique e o Investidor privado (Parceria Pública-Privada).		
Partes principais existentes	Ministério de Turismo, Moçambique		
Partes principais futuras	Investidor privado		
Notas técnicas/operacionais	Nenhuma		
Documentação do Projecto Disponível	Catálogo de Investimento da <i>Boundless Southern Africa</i>		
Intervenção que necessita de financiamento	A ser estabelecido		
Receitas para reembolso do financiamento	A ser estabelecido		
Custo total estimado	Financiamento garantido	Financiamento não garantido	Comentário /Financiador/
		EUA\$ 4.8 milhões	Este é o nível de investimento estimado para este projecto

16. PROJECTO: MAPAI COMMUNITY LODGE			
Patrocinadores do Projecto	A ser estabelecido		
Corredor	Parque Transfronteiriço Great Limpopo		
Países Participantes	Moçambique, África do Sul e Zimbabué		
Objectivos	Desenvolvimento de um empreendimento na secção moçambicana do Parque Transfronteiriço Great Limpopo		
Descrição do Projecto	<p>O Mapai Community Lodge fica situado no rio Limpopo na aldeia de Mapai. Mapai é uma travessia muito frequentada entre a rota do posto fronteiriço de Pafuri, o posto fronteiriço de Giryondo e a costa moçambicana em Xai Xai e as áreas do norte. O sítio é localizado num planalto com vistas panorâmicas do vale do rio Limpopo. Este local de alojamento serve para pernoitar na rota supracitada ou como uma base para expedições de 4x4 pelo rio Limpopo e na região ocidental do Parque Nacional do Limpopo.</p>		
Resultados Esperados	<p>Alojamento para turistas de luxo e de aventura Oportunidades de emprego para as comunidades locais Receitas geradas para o parque</p>		
Actividades conexas em curso na SADC/Região do Tripartido	<p>MdE sobre o estabelecimento desta TFCA foi assinado pelos respectivos Ministros em 2000. O Tratado estabelecendo o Parque Transfronteiriço foi assinado em 2002 pelos Chefes de Estado. A instalação de acesso turístico de Giryondo está operacional. O projecto-piloto transfronteiriço de aplicação da lei nas TFCA na região da SADC. Estabelecimento de ligações de travessia de 4x4.</p>		
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	<p>O plano de desenvolvimento de turismo integrado GLTP estabelecido e em vias de implementação. Projecto do Desenvolvimento Integrado GLTP & Plano Comercial estabelecidos.</p>		
Ponto da Situação	Procura-se investidor		
Próximas Etapas	Continuar com a promoção de investimento		
Modelo Comercial	Isto é uma parceria entre o Governo de Moçambique e o Investidor Privado (Parceria Pública-Privada).		
Partes principais existentes	Ministério de Turismo, Moçambique		
Partes principais futuras	Investidor privado		
Notas técnicas/operacionais	Nenhuma		
Documentação do Projecto Disponível	Catálogo de Investimento da <i>Boundless Southern Africa</i>		
Intervenção que necessita de financiamento	A ser estabelecido		
Receitas para reembolso do financiamento	A ser estabelecido		
Custo total estimado	Financiamento garantido	Financiamento não garantido	Comentário /Financiador/
		EUA\$ 2 milhões	Este é o nível de investimento estimado para este projecto

17. PROJECTO: CHIBUTANE COMMUNITY LODGE			
Patrocinadores do Projecto	A ser estabelecido		
Corredor	Parque Transfronteiriço Great Limpopo		
Países Participantes	Moçambique, África do Sul e Zimbabué		
Objectivos	Desenvolvimento de um empreendimento na secção moçambicana do Parque Transfronteiriço Great Limpopo.		
Descrição do Projecto	O Chibutane Community Lodge fica situado no rio Olifants a jusante da represa Massingir e na entrada sul do Parque na vila de Massingir. Este empreendimento oferecerá oportunidades aquáticas na represa Massingir, safaris no parque, acesso a veículos de 4x4, e canoagem no rio Olifants. Este local de alojamento serve para pernoitar na rota entre o posto fronteiriço Giriondo e a costa moçambicana.		
Resultados Esperados	Alojamento para turistas de luxo e de aventura Oportunidades de emprego para as comunidades locais Receitas geradas para o parque		
Actividades conexas em curso na SADC/Região do Tripartido	MdE sobre o estabelecimento desta TFCA foi assinado pelos respectivos Ministros em 2000. O Tratado estabelecendo o Parque Transfronteiriço foi assinado em 2002 pelos Chefes de Estado. A instalação de acesso turístico de Giriyondo está operacional O projecto-piloto transfronteiriço de aplicação da lei nas TFCA na região da SADC. Estabelecimento de ligações de travessia de 4x4.		
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	O plano de desenvolvimento de turismo integrado GLTP estabelecido e em vias de implementação. Projecto do Desenvolvimento Integrado GLTP & Plano Comercial estabelecidos.		
Ponto da Situação	Procura-se investidor		
Próximas Etapas	Continuar com a promoção de investimento		
Modelo Comercial	Isto é uma parceria entre o Governo de Moçambique e o Investidor Privado (Parceria Pública-Privada).		
Partes principais existentes	Ministério de Turismo, Moçambique		
Partes principais futuras	Investidor privado		
Notas técnicas/operacionais	Nenhuma		
Documentação do Projecto Disponível	Catálogo de Investimento da <i>Boundless Southern Africa</i>		
Intervenção que necessita de financiamento	A ser estabelecido		
Receitas para reembolso do financiamento	A ser estabelecido		
Custo total estimado	Financiamento garantido	Financiamento não garantido	Comentário /Financiador/
		EUA\$ 2 milhões	Este é o nível de investimento estimado para este projecto

18. PROJECTO: PONTA MUCOMBAOU MAJUMBO LODGE			
Patrocinadores do Projecto	A ser estabelecido		
Corredor	Área de Conservação Transfronteiriça Lubombo		
Países Participantes	Moçambique, África do Sul e Suazilândia		
Objectivos	Desenvolvimento de um empreendimento na secção moçambicana da Área de Conservação Transfronteiriça Lubombo O empreendimento Ponta Mucombaou Majumbo Lodge fica aproximadamente a 50 km a sudeste de Maputo dentro de uma reserva natural comunitária na TFCA Usuthu-Tembe-Futi. O lodge é acessível por estrada através da Reserva de Elefantes de Maputo, voos <i>charter</i> até uma pista de aterragem (método preferido), e por barco atravessando a vasta baía de Maputo. O empreendimento proposto de 4 estrelas é composto de 15 unidades exclusivas (30 camas) situadas numa floresta de dunas costeiras, cada uma com vistas espectaculares de uma praia virgem do Oceano Índico quente.		
Resultados Esperados	Alojamento para turistas de luxo e de aventura Oportunidades de emprego para as comunidades locais Receitas geradas para o parque		
Actividades conexas em curso na SADC/Região do Tripartido	Protocolo estabelecendo a TFCA foi assinado em 2000 Desenvolvimento da Reserva Natural Muzi-Futi Modernização da estrada ligando Ponta-do-Ouro a Maputo		
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	TFCA USUTHU-TEMBE-FUTI TFCA Usuthu-Tembe-Futi Plano de Desenvolvimento do Conceito TFCA Usuthu-Tembe-Futi Plano de Implementação		
Ponto da Situação	Procura-se investidor		
Próximas Etapas	Continuar com a promoção de investimento		
Modelo Comercial	Isto é uma parceria entre o Governo de Moçambique e o Investidor Privado (Parceria Pública-Privada).		
Partes principais existentes	Ministério de Turismo, Moçambique		
Partes principais futuras	Investidor privado		
Notas técnicas/operacionais	Nenhuma		
Documentação do Projecto Disponível	Catálogo de Investimento da <i>Boundless Southern Africa</i>		
Intervenção que necessita de financiamento	A ser estabelecido		
Receitas para reembolso do financiamento	A ser estabelecido		
Custo total estimado	Financiamento garantido	Financiamento não garantido	Comentário /Financiador/
		EUA\$ 4.2 milhões	Este é o nível de investimento estimado para este projecto

19. PROJETO: PONTA MEMBENE LODGE			
Patrocinadores do Projecto	A ser estabelecido		
Corredor	Área de Conservação Transfronteiriça Lubombo		
Países Participantes	Moçambique, África do Sul e Suazilândia		
Objectivos	Desenvolvimento de um empreendimento na secção moçambicana da Área de Conservação Transfronteiriça Lubombo		
Descrição do Projecto	O empreendimento Ponta Membene Lodge fica aproximadamente a 60 km a sudeste de Maputo dentro de uma reserva natural comunitária na TFCA Usuthu-Tembe-Futi. O lodge é acessível por estrada através da Reserva de Elefantes de Maputo, voos <i>charter</i> até uma pista de aterragem (método preferido). O empreendimento proposto de 4 estrelas é composto de 15 unidades exclusivas (30 camas) situadas numa floresta de dunas costeiras, cada uma com vistas espectaculares de uma praia virgem do Oceano Índico quente.		
Resultados Esperados	Alojamento para turistas de luxo e de aventura Oportunidades de emprego para as comunidades locais Receitas geradas para o parque		
Actividades conexas em curso na SADC/Região do Tripartido	Protocolo estabelecendo a TFCA foi assinado em 2000 Desenvolvimento da Reserva Natural Muzi-Futi Modernização da estrada ligando Ponta-do-Ouro a Maputo		
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	TFCA USUTHU-TEMBE-FUTI TFCA Usuthu-Tembe-Futi Plano de Desenvolvimento do Conceito TFCA Usuthu-Tembe-Futi Plano de Implementação		
Ponto da Situação	Procura-se investidor		
Próximas Etapas	Continuar com a promoção de investimento		
Modelo Comercial	Isto é uma parceria entre o Governo de Moçambique e o Investidor Privado (Parceria Pública-Privada).		
Partes principais existentes	Ministério de Turismo, Moçambique		
Partes principais futuras	Investidor privado		
Notas técnicas/operacionais	Nenhuma		
Documentação do Projecto Disponível	Catálogo de Investimento da <i>Boundless Southern Africa</i>		
Intervenção que necessita de financiamento	A ser estabelecido		
Receitas para reembolso do financiamento	A ser estabelecido		
Custo total estimado	Financiamento garantido	Financiamento não garantido	Comentário /Financiador/
		EUA\$ 3.2 milhões	Este é o nível de investimento estimado para este projecto

20. PROJECTO: CAMEJUBA PENÍNSULA CAMP			
Patrocinadores do Projecto	A ser estabelecido		
Corredor	Área de Conservação Transfronteiriça Lubombo		
Países Participantes	Moçambique, África do Sul e Suazilândia		
Objectivos	Desenvolvimento de um empreendimento na secção moçambicana da Área de Conservação Transfronteiriça Lubombo		
Descrição do Projecto	<p>O empreendimento Camejuba Península Camp fica localizado na TFCA Usuthu-Tembe-Futi. O campo fica situado numa duna coberta de vegetação na margem oriental do rio Maputo antes de escoar no delta da baía de Maputo. O empreendimento fica cerca de 50 km a sul de Maputo, e é acessível por barco da antiga cidade colonial portuguesa de Bela Vista. Bela Vista tem uma pista de aterragem que facilitará o acesso aéreo. O acesso por estrada é possível através da Reserva de Elefantes de Maputo. O empreendimento proposto de 4 estrelas oferece aos turistas uma oportunidade de explorar as zonas costeiras dos rios Futi e Maputo.</p>		
Resultados Esperados	<p>Alojamento para turistas de luxo e de aventura Oportunidades de emprego para as comunidades locais Receitas geradas para o parque</p>		
Actividades conexas em curso na SADC/Região do Tripartido	Protocolo estabelecendo a TFCA foi assinado em 2000 Desenvolvimento da Reserva Natural Muzi-Futi Modernização da estrada ligando Ponta-do-Ouro a Maputo		
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	<p>TFCA USUTHU-TEMBE-FUTI TFCA Usuthu-Tembe-Futi Plano de Desenvolvimento do Conceito TFCA Usuthu-Tembe-Futi Plano de Implementação</p>		
Ponto da Situação	Procura-se investidor		
Próximas Etapas	Continuar com a promoção de investimento		
Modelo Comercial	Isto é uma parceria entre o Governo de Moçambique e Investidor privado (Parceria Pública-Privada).		
Partes principais existentes	Ministério de Turismo, Moçambique		
Partes principais futuras	Investidor privado		
Notas técnicas/operacionais	Nenhuma		
Documentação do Projecto Disponível	Catálogo de Investimento da <i>Boundless Southern Africa</i>		
Intervenção que necessita de financiamento	A ser estabelecido		
Receitas para reembolso do financiamento	A ser estabelecido		
Custo total estimado	Financiamento garantido	Financiamento não garantido	Comentário /Financiador/
		EUA\$4 milhões	Este é o nível de investimento estimado para este projecto

21. PROJECTO: ACAMPAMENTO NO RIO FUTU			
Patrocinadores do Projecto	A ser estabelecido		
Corredor	Área de Conservação Transfronteiriça Lubombo		
Países Participantes	Moçambique, África do Sul e Suazilândia		
Objectivos	Desenvolvimento de um empreendimento na secção moçambicana da Área de Conservação Transfronteiriça Lubombo		
Descrição do Projecto	O acampamento no rio Futi oferece uma experiência única ao aventureiro para descobrir os tesouros naturais da área. O acampamento fica situado entre a vegetação ribeirinha nas margens do rio Futi, que corre pela zona das palmeiras da TFCA Usuthu-Tembe-Futi. O único acesso ao local é através de veículos 4x4. Prevê-se a criação de dois acampamentos e cada local acolherá um total de 12 pessoas.		
Resultados Esperados	Alojamento para os turistas de aventura Oportunidades de emprego para as comunidades locais Receitas geradas para o parque Receitas geradas para o parque		
Actividades conexas em curso na SADC/Região do Tripartido	Protocolo estabelecendo a TFCA foi assinado em 2000 Desenvolvimento da Reserva Natural Muzi-Futi Modernização da estrada ligando Ponta-do-Ouro a Maputo		
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	TFCA USUTHU-TEMBE-FUTI TFCA Usuthu-Tembe-Futi Plano de Desenvolvimento do Conceito TFCA Usuthu-Tembe-Futi Plano de Implementação		
Ponto da Situação	Procura-se investidor		
Próximas Etapas	Continuar com a promoção de investimento		
Modelo Comercial	Isto é uma parceria entre o Governo de Moçambique e o Investidor Privado (Parceria Pública-Privada).		
Partes principais existentes	Ministério de Turismo, Moçambique		
Partes principais futuras	Investidor privado		
Notas técnicas/operacionais	Nenhuma		
Documentação do Projecto Disponível	Catálogo de Investimento da <i>Boundless Southern Africa</i>		
Intervenção que necessita de financiamento	A ser estabelecido		
Receitas para reembolso do financiamento	A ser estabelecido		
Custo total estimado	Financiamento garantido	Financiamento não garantido	Comentário /Financiador/
		<i>EUA\$ 0.3 milhões</i>	Este é o nível de investimento estimado para este projecto.

22. PROJECTO: TINTI GALA LODGE			
Patrocinadores do Projecto	A ser estabelecido		
Corredor	Área de Conservação Transfronteiriça Lubombo		
Países Participantes	Moçambique, África do Sul e Suazilândia		
Objectivos	Desenvolvimento de um empreendimento na secção moçambicana da Área de Conservação Transfronteiriça Lubombo		
Descrição do Projecto	Tembe Gate Community Lodge (Gala Gate Community Lodge) é um empreendimento existente desenvolvido através de um programa de parceria comunitária. Este empreendimento está bem posicionado para receber os visitantes de 4x4 que atravessam a TFCA Usuthu-Tembe-Futi. Serve igualmente como a entrada ideal e o destino de pernoite para os visitantes que chegam tarde ou saem cedo. O empreendimento fica aproximadamente a 45 km a norte de Kosi Bay/Ponta do Ouro (2 horas de viagem de carro).		
Resultados Esperados	Alojamento para os turistas de aventura Oportunidades de emprego para as comunidades locais Receitas geradas para o parque		
Actividades conexas em curso na SADC/Região do Tripartido	Protocolo estabelecendo a TFCA foi assinado em 2000 Desenvolvimento da Reserva Natural Muzi-Futi Modernização da estrada ligando Ponta-do-Ouro a Maputo?		
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	TFCA USUTHU-TEMBE-FUTI TFCA Usuthu-Tembe-Futi Plano de Desenvolvimento do Conceito TFCA Usuthu-Tembe-Futi Plano de Implementação		
Ponto da Situação	Procura-se investidor		
Próximas Etapas	Continuar com a promoção de investimento		
Modelo Comercial	Isto é uma parceria entre o Governo de Moçambique e o Investidor Privado (Parceria Pública-Privada).		
Partes principais existentes	Ministério de Turismo, Moçambique		
Partes principais futuras	Investidor privado		
Notas técnicas/operacionais	Nenhuma		
Documentação do Projecto Disponível	Catálogo de Investimento da <i>Boundless Southern Africa</i>		
Intervenção que necessita de financiamento	A ser estabelecido		
Receitas para reembolso do financiamento	A ser estabelecido		
Custo total estimado	Financiamento garantido	Financiamento não garantido	Comentário /Financiador/
		EUA\$ 1.3 milhões	Este é o nível de investimento estimado para este projecto

23. PROJECTO: TSAKANI COMMUNITY LODGE			
Patrocinadores do Projecto	A ser estabelecido		
Corredor	Área de Conservação Transfronteiriça Lubombo		
Países Participantes	Moçambique, África do Sul e Suazilândia		
Objectivos	Desenvolvimento de um empreendimento na secção moçambicana da Área de Conservação Transfronteiriça Lubombo		
Descrição do Projecto	Futi Gate Community Lodge é um empreendimento existente desenvolvido através de um programa de parceria comunitária. Este empreendimento está bem posicionado para receber os visitantes de 4x4 que atravessam a TFCA Usuthu-Tembe-Futi. Serve igualmente como a entrada ideal e o destino de pernoite para os visitantes que chegam tarde ou saem cedo. O empreendimento fica aproximadamente a 55km de Maputo (uma viagem fácil de hora e meia por estrada)		
Resultados Esperados	Alojamento para os turistas de aventura Oportunidades de emprego para as comunidades locais Receitas geradas para o parque		
Actividades conexas em curso na SADC/Região do Tripartido	Protocolo estabelecendo a TFCA foi assinado em 2000 Desenvolvimento da Reserva Natural Muzi-Futi Modernização da estrada ligando Ponta-do-Ouro a Maputo		
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	TFCA USUTHU-TEMBE-FUTI TFCA Usuthu-Tembe-Futi Plano de Desenvolvimento do Conceito TFCA Usuthu-Tembe-Futi Plano de Implementação		
Ponto da Situação	Procura-se investidor		
Próximas Etapas	Continuar com a promoção de investimento		
Modelo Comercial	Isto é uma parceria entre o Governo de Moçambique e o Investidor Privado (Parceria Pública-Privada).		
Partes principais existentes	Ministério de Turismo, Moçambique		
Partes principais futuras	Investidor privado		
Notas técnicas/operacionais	Nenhuma		
Documentação do Projecto Disponível	Catálogo de Investimento da <i>Boundless Southern Africa</i>		
Intervenção que necessita de financiamento	A ser estabelecido		
Receitas para reembolso do financiamento	A ser estabelecido		
Custo total estimado	Financiamento garantido	Financiamento não garantido	Comentário /Financiador/
		EUA\$ 1.3 milhões	Este é o nível de investimento estimado para este projecto

24. PROJECTO: USUTHU GORGE WILDERNESS CAMP			
Patrocinadores do Projecto	A ser estabelecido		
Corredor	Área de Conservação Transfronteiriça Lubombo		
Países Participantes	Moçambique, África do Sul e Suazilândia		
Objectivos	Desenvolvimento de um empreendimento na secção da Suazilândia da Área de Conservação Transfronteiriça Lubombo		
Descrição do Projecto	Os dois acampamentos ficam situados no único desfiladeiro virgem nas montanhas Lubombo. Cada acampamento pode acomodar o máximo de 20 pessoas. A área pode ser acedida através de veículos 4x4 pela Suazilândia. O desfiladeiro oferece vegetação mista espectacular caindo 300 m até o rio Usuthu. O Abercorns Drift histórico oferece a ligação entre a Suazilândia e a África do Sul. O desfiladeiro Usuthu é a entrada no sudoeste da TFCA Usuthu- Tembe-Futi, e a partir daqui os visitantes podem visitar as reservas naturais de Ndumo e Tembe antes de atravessar a fronteira para Moçambique.		
Resultados Esperados	Alojamento para os turistas de aventura Oportunidades de emprego para as comunidades locais Receitas geradas para o parque		
Actividades conexas em curso na SADC/Região do Tripartido	Protocolo estabelecendo a TFCA foi assinado em 2000 Desenvolvimento da Reserva Natural Muzi-Futi Modernização da estrada ligando Ponta-do-Ouro a Maputo		
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	TFCA USUTHU-TEMBE-FUTI FCA Usuthu-Tembe-Futi Plano de Desenvolvimento do Conceito TFCA Usuthu-Tembe-Futi Plano de Implementação		
Ponto da Situação	Procura-se investidor		
Próximas Etapas	Continuar com a promoção de investimento		
Modelo Comercial	Isto é uma parceria entre o Governo de Suazilândia e Investidor privado (Parceria Pública-Privada).		
Partes principais existentes	Ministério de Turismo e Assuntos Ambientais, Suazilândia		
Partes principais futuras	Investidor privado		
Notas técnicas/operacionais	Nenhuma		
Documentação do Projecto Disponível	Catálogo de Investimento da <i>Boundless Southern Africa</i>		
Intervenção que necessita de financiamento	A ser estabelecido		
Receitas para reembolso do financiamento	A ser estabelecido		
Custo total estimado	Financiamento garantido	Financiamento não garantido	Comentário /Financiador/
		EUA\$ 0.4 milhões	Este é o nível de investimento estimado para este projecto

25. PROJETO PONTA MILIBANGALALA			
Patrocinadores do Projecto	A ser estabelecido		
Corredor	Área de Conservação Transfronteiriça Lubombo		
Países Participantes	Moçambique, África do Sul e Suazilândia		
Objectivos	Desenvolvimento de um empreendimento na secção moçambicana da Área de Conservação Transfronteiriça Lubombo		
Descrição do Projecto	A concessão Ponta Milibangalala fica aproximadamente a 50 km a sudeste de Maputo. A concessão de 3000 ha pode ser acedida por estrada através da Baía especial de Maputo. Este empreendimento proposto será uma unidade de hotelaria de 4 estrelas composto de 35 – 40 unidades exclusivas nas florestas das dunas costeiras com vistas magníficas das praias.		
Resultados Esperados	Alojamento para os turistas de aventura e de luxo Oportunidades de emprego para as comunidades locais Receitas geradas para o parque		
Actividades conexas em curso na SADC/Região do Tripartido	Protocolo estabelecendo a TFCA foi assinado em 2000 Desenvolvimento da Reserva Natural Muzi-Futi Modernização da estrada ligando Ponta-do-Ouro a Maputo		
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	TFCA USUTHU-TEMBE-FUTI TFCA Usuthu-Tembe-Futi Plano de Desenvolvimento do Conceito TFCA Usuthu-Tembe-Futi Plano de Implementação		
Ponto da Situação	Procura-se investidor		
Próximas Etapas	Continuar com a promoção de investimento		
Modelo Comercial	Isto é uma parceria entre o Governo de Moçambique e o Investidor Privado (Parceria Pública-Privada).		
Partes principais existentes	Ministério de Turismo, Moçambique		
Partes principais futuras	Investidor privado		
Notas técnicas/operacionais	Nenhuma		
Documentação do Projecto Disponível	Catálogo de Investimento da <i>Boundless Southern Africa</i>		
Intervenção que necessita de financiamento	A ser estabelecido		
Receitas para reembolso do financiamento	A ser estabelecido		
Custo total estimado	<i>Financiamento garantido</i>	<i>Financiamento não garantido</i>	<i>Comentário /Financiador/</i>
		<i>EUA\$ 4.0 milhões</i>	Este é o nível de investimento estimado para este projecto

26. PROJECTO: MALOLOTJA FAMILY LODGE			
Patrocinadores do Projecto	A ser estabelecido		
Corredor	Área de Conservação Transfronteiriça Lubombo		
Países Participantes	Moçambique, África do Sul e Suazilândia		
Objectivos	Desenvolvimento de um empreendimento na secção da Suazilândia da Área de Conservação Transfronteiriça Lubombo		
Descrição do Projecto	<p>Este empreendimento de apartamentos para famílias, composto de 40 camas, ficará situado na Reserva Natural de Malolotja no noroeste da Suazilândia. A Reserva Natural Malolotja de 18 000 hectares é o componente principal da Área de Conservação Transfronteiriça Songimvelo-Malolotja que atravessa a fronteira da África do Sul e da Suazilândia, abrangendo um total de 90 000 hectares livres de paludismo.</p> <p>Este empreendimento é acessível por estrada alcatroada de Mbabane (40 km) e Gauteng (340 km). O aeroporto internacional de Matsapa nos arredores de Manzini e o aeroporto KMI próximo de Nelspruit ficam a 1 e 2 horas respectivamente de distância por estrada. O posto fronteiriço Oshoek-Ngwenya fica a 15 km de distância.</p>		
Resultados Esperados	Alojamento para os turistas de aventura e de família Oportunidades de emprego para as comunidades locais Receitas geradas para o parque		
Actividades conexas em curso na SADC/Região do Tripartido	Protocolo estabelecendo a TFCA foi assinado em 2000 Desenvolvimento da Reserva Natural Muzi-Futi		
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	SONGIMVELO-MALOLOTJA TFCA Plano Director de Turismo Integrado da TFCA Songimvelo-Malolotja Plano de Gestão Conjunto da TFCA Songimvelo-Malolotja		
Ponto da Situação	Procura-se investidor		
Próximas Etapas	Continuar com a promoção de investimento		
Modelo Comercial	Isto é uma parceria entre o Governo de Suazilândia e o Investidor Privado (Parceria Pública-Privada).		
Partes principais existentes	Ministério de Turismo e Assuntos Ambientais, Suazilândia		
Partes principais futuras	Investidor privado		
Notas técnicas/operacionais	Nenhuma		
Documentação do Projecto Disponível	Catálogo de Investimento da <i>Boundless Southern Africa</i>		
Intervenção que necessita de financiamento	A ser estabelecido		
Receitas para reembolso do financiamento	A ser estabelecido		
Custo total estimado	Financiamento garantido	Financiamento não garantido	Comentário /Financiador/
		EUA\$ 2,1 milhões	Este é o nível de investimento estimado para este projecto

27. PROJECTO: CAMPO DE TENDAS DE MALOLOTJA			
Patrocinadores do Projecto	A ser estabelecido		
Corredor	Área de Conservação Transfronteiriça Lubombo		
Países Participantes	Moçambique, África do Sul e Suazilândia		
Objectivos	Desenvolvimento de um empreendimento na secção da Suazilândia da Área de Conservação Transfronteiriça Lubombo		
Descrição do Projecto	Este empreendimento consiste de 15 tendas de 2 camas cada dentro da Reserva Natural de Malolotja, no nordeste da Suazilândia. A Reserva Natural Malolotja de 18 000 hectares é o componente principal da Área de Conservação Transfronteiriça Songimvelo-Malolotja que atravessa a fronteira da África do Sul e da Suazilândia, abrangendo um total de 90 000 hectares livres de paludismo. Este empreendimento é acessível por estrada alcatroada de Mbabane (40 km) e Gauteng (340 km). O aeroporto internacional de Matsapa nos arredores de Manzini e o aeroporto KMI próximo de Nelspruit ficam a 1 e 2 horas respectivamente de distância por estrada. O posto fronteiriço Oshoek-Ngwenya fica a 15 km de distância		
Resultados Esperados	Alojamento para os turistas de aventura e de família Oportunidades de emprego para as comunidades locais Receitas geradas para o parque		
Actividades conexas em curso na SADC/Região do Tripartido	Protocolo estabelecendo a TFCA foi assinado em 2000 Desenvolvimento da Reserva Natural Muzi-Futi		
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	SONGIMVELO-MALOLOTJA TFCA Plano Director de Turismo Integrado da TFCA Songimvelo-Malolotja Plano de Gestão Conjunto da TFCA Songimvelo-Malolotja		
Ponto da Situação	Procura-se investidor		
Próximas Etapas	Continuar com a promoção de investimento		
Modelo Comercial	Isto é uma parceria entre o Governo de Suazilândia e o Investidor Privado (Parceria Pública-Privada).		
Partes principais existentes	Ministério de Turismo e Assuntos Ambientais, Suazilândia		
Partes principais futuras	Investidor privado		
Notas técnicas/operacionais	Nenhuma		
Documentação do Projecto Disponível	Catálogo de Investimento da <i>Boundless Southern Africa</i>		
Intervenção que necessita de financiamento	A ser estabelecido		
Receitas para reembolso do financiamento	A ser estabelecido		
Custo total estimado	Financiamento garantido	Financiamento não garantido	Comentário /Financiador/
		EUA\$ 1,4 milhões	Este é o nível de investimento estimado para este projecto

28. PROJECTO: TRILHO DE 4X4 NA TFCA MALOLOTJA			
Patrocinadores do Projecto	A ser estabelecido		
Corredor	Área de Conservação Transfronteiriça Lubombo		
Países Participantes	Moçambique, África do Sul e Suazilândia		
Objectivos	Desenvolvimento de um empreendimento na secção da Suazilândia da Área de Conservação Transfronteiriça Lubombo		
Descrição do Projecto	O trilho de 4x4 na TFCA Malolotja oferece alojamento rústico em três campos separados até o máximo de 12 visitantes cada. Estes empreendimentos ficarão situados no vale Mhlangamphepha, no ocidente da Reserva Natural Malolotja, no nordeste da Suazilândia.		
	O trilho 4x4 Malolotja de 60 km constitui um componente da Área de Conservação Transfronteiriça Songimvelo-Malolotja – o primeiro deste tipo na África Austral.		
Resultados Esperados	Alojamento para os turistas de aventura e de família Oportunidades de emprego para as comunidades locais Receitas geradas para o parque		
Actividades conexas em curso na SADC/Região do Tripartido	Protocolo estabelecendo a TFCA foi assinado em 2000 Desenvolvimento da Reserva Natural Muzi-Futi		
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	SONGIMVELO-MALOLOTJA TFCA Plano Director de Turismo Integrado da TFCA Songimvelo-Malolotja Plano de Gestão Conjunto da TFCA Songimvelo-Malolotja		
Ponto da Situação	Procura-se investidor		
Próximas Etapas	Continuar com a promoção de investimento		
Modelo Comercial	Isto é uma parceria entre o Governo de Suazilândia e o Investidor Privado (Parceria Pública-Privada).		
Partes principais existentes	Ministério de Turismo e Assuntos Ambientais, Suazilândia		
Partes principais futuras	Investidor privado		
Notas técnicas/operacionais	Nenhuma		
Documentação do Projecto Disponível	Catálogo de Investimento da <i>Boundless Southern Africa</i>		
Intervenção que necessita de financiamento	A ser estabelecido		
Receitas para reembolso do financiamento	A ser estabelecido		
Custo total estimado	Financiamento garantido	Financiamento não garantido	Comentário /Financiador/
		EUA\$ 2,5 milhões	Este é o nível de investimento estimado para este projecto.

29. PROJECTO: TRILHO DE 4X4 SONGIMVELO			
Patrocinadores do Projecto	A ser estabelecido		
Corredor	Área de Conservação Transfronteiriça Lubombo		
Países Participantes	Moçambique, África do Sul e Suazilândia		
Objectivos	Desenvolvimento de um empreendimento na secção sul-africana da Área de Conservação Transfronteiriça Lubombo		
Descrição do Projecto	O trilho de 4x4 Songimvelo fica a 3 horas de Gauteng e oferece alojamento rústico em dois acampamentos separados para 12 visitantes cada. O primeiro destes campos ficará localizado nos planaltos Mendon da Reserva Natural Songimvelo a 1 600 m acima do nível do mar, acessível a partir do célebre Saddleback Pass que sobe as montanhas de Barberton a partir da vila de Barberton. O segundo acampamento ficará situado no vale Dunbar, a 800 metros abaixo do primeiro acampamento.		
Resultados Esperados	Alojamento para os turistas de aventura e de família Oportunidades de emprego para as comunidades locais Receitas geradas para o parque		
Actividades conexas em curso na SADC/Região do Tripartido	Protocolo estabelecendo a TFCA foi assinado em 2000 Desenvolvimento da Reserva Natural Muzi-Futi		
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	SONGIMVELO-MALLOTJA TFCA Plano Director de Turismo Integrado da TFCA Songimvelo-Malolotja Plano de Gestão Conjunto da TFCA Songimvelo-Malolotja		
Ponto da Situação	Procura-se investidor		
Próximas Etapas	Continuar com a promoção de investimento		
Modelo Comercial	Isto é uma parceria entre o Governo de África do Sul e o Investidor Privado (Parceria Pública-Privada).		
Partes principais existentes	Agência de Turismo e Parques de Mpumalanga		
Partes principais futuras	Investidor privado		
Notas técnicas/operacionais	Nenhuma		
Documentação do Projecto Disponível	Catálogo de Investimento da <i>Boundless Southern Africa</i>		
Intervenção que necessita de financiamento	A ser estabelecido		
Receitas para reembolso do financiamento	A ser estabelecido		
Custo total estimado	Financiamento garantido	Financiamento não garantido	Comentário /Financiador/
		EUA\$ 2,5 milhões	Este é o nível de investimento estimado para este projecto.

30. PROJECTO: COMPLEXO DE CONFERÊNCIAS DE MAGADZAVANE			
Patrocinadores do Projecto	A ser estabelecido		
Corredor	Área de Conservação Transfronteiriça Lubombo		
Países Participantes	Moçambique, África do Sul e Suazilândia		
Objectivos	Desenvolvimento de um empreendimento na secção da Suazilândia da Área de Conservação Transfronteiriça Lubombo		
Descrição do Projecto	<p>O Magadzavane Complex fica aproximadamente a 75 km a nordeste de Manzini dentro da Reserva Natural Mlawula da TFCA Lubombo- Conservancy-Goba. O empreendimento é acessível por estrada de Maputo e Manzini/Mbabane. Este empreendimento é uma instalação existente de 4 estrelas composta de 20 unidades exclusivas (40 camas) situada nas montanhas Lubombo, cada uma com vistas espectaculares da vegetação natural do Lowveld. O empreendimento necessita de remodelação.</p>		
Resultados Esperados	<p>Alojamento para os turistas de aventura e de família Oportunidades de emprego para as comunidades locais Receitas geradas para o parque</p>		
Actividades conexas em curso	Protocolo estabelecendo a TFCA foi assinado em 2000		
na SADC/Região do Tripartido	Desenvolvimento da Reserva Natural Muzi-Futi		
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	A estabelecer		
Ponto da Situação	Procura-se investidor		
Próximas Etapas	Continuar com a promoção de investimento		
Modelo Comercial	Isto é uma parceria entre o Governo de Suazilândia e o Investidor Privado (Parceria Pública-Privada).		
Partes principais existentes	Ministério de Turismo e Assuntos Ambientais, Suazilândia		
Partes principais futuras	Investidor privado		
Notas técnicas/operacionais	Nenhuma		
Documentação do Projecto Disponível	Catálogo de Investimento da <i>Boundless Southern Africa</i>		
Intervenção que necessita de financiamento	A ser estabelecido		
Receitas para reembolso do financiamento	A ser estabelecido		
Custo total estimado	Financiamento garantido	Financiamento não garantido	Comentário /Financiador/
		USA\$ 2.0 milhões	Estimativa do investimento de capital para este projecto

31. PROJECTO: ACAMPAMENTO MLAWULA			
Patrocinadores do Projecto	A ser estabelecido		
Corredor	Área de Conservação Transfronteiriça Lubombo		
Países Participantes	Moçambique, África do Sul e Suazilândia		
Objectivos	Desenvolvimento de um empreendimento na secção da Suazilândia da Área de Conservação Transfronteiriça Lubombo		
Descrição do Projecto	O acampamento Mlawula fica aproximadamente a 75 km a nordeste de Manzini dentro da Reserva Natural Mlawula da TFCA Lubombo- Conservancy-Goba. O empreendimento é acessível por estrada de Maputo e Manzini/Mbabane. Este empreendimento é um acampamento existente composto de 8 unidades exclusivas 8 (16 camas) localizadas próximo do rio Mbuluzi cada uma com vistas espectaculares da vegetação natural do Lowveld		
Resultados Esperados	O empreendimento necessita de remodelação. Alojamento para os turistas de aventura e de família Oportunidades de emprego para as comunidades locais Receitas geradas para o parque		
Actividades conexas em curso na SADC/Região do Tripartido	Protocolo estabelecendo a TFCA foi assinado em 2000 Desenvolvimento da Reserva Natural Muzi-Futi		
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	A estabelecer		
Ponto da Situação	Procura-se investidor		
Próximas Etapas	Continuar com a promoção de investimento		
Modelo Comercial	Isto é uma parceria entre o Governo de Suazilândia e o Investidor Privado (Parceria Pública-Privada).		
Partes principais existentes	Ministério de Turismo e Assuntos Ambientais, Suazilândia		
Partes principais futuras	Investidor privado		
Notas técnicas/operacionais	Nenhuma		
Documentação do Projecto Disponível	Catálogo de Investimento da <i>Boundless Southern Africa</i>		
Intervenção que necessita de financiamento	A ser estabelecido		
Receitas para reembolso do financiamento	A ser estabelecido		
Custo total estimado	Financiamento garantido	Financiamento não garantido	Comentário /Financiador/
		EUA\$ 1,4 milhões	Este é o nível de investimento estimado para este projecto.

32. PROJECTO: MAPELEPELE COTTAGE			
Patrocinadores do Projecto	A ser estabelecido		
Corredor	Área de Conservação Transfronteiriça Lubombo		
Países Participantes	Moçambique, África do Sul e Suazilândia		
Objectivos	Desenvolvimento de um empreendimento na secção da Suazilândia da Área de Conservação Transfronteiriça Lubombo		
Descrição do Projecto	<p>A Mapelepele Cottage fica aproximadamente a 75 km a nordeste de Manzini dentro da Reserva Natural Mlawula da TFCA Lubombo- Conservancy-Goba. O empreendimento é acessível por estrada de Maputo e Manzini/Mbabane. O empreendimento oferece uma pequena casa, uma casa maior com 20 quartos, WC, chuveiro, cozinha e sala de jantar, localizadas na vegetação natural do Lowveld. O empreendimento necessita de remodelação.</p>		
Resultados Esperados	<p>Alojamento para os turistas de aventura e de família Oportunidades de emprego para as comunidades locais Receitas geradas para o parque</p>		
Actividades conexas em curso na SADC/Região do Tripartido	Protocolo estabelecendo a TFCA foi assinado em 2000 Desenvolvimento da Reserva Natural Muzi-Futi		
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	A estabelecer		
Ponto da Situação	Procura-se investidor		
Próximas Etapas	Continuar com a promoção de investimento		
Modelo Comercial	Isto é uma parceria entre o Governo de Suazilândia e o Investidor Privado (Parceria Pública-Privada).		
Partes principais existentes	Ministério de Turismo e Assuntos Ambientais, Suazilândia		
Partes principais futuras	Investidor privado		
Notas técnicas/operacionais	Nenhuma		
Documentação do Projecto Disponível	Catálogo de Investimento da <i>Boundless Southern Africa</i>		
Intervenção que necessita de financiamento	A ser estabelecido		
Receitas para reembolso do financiamento	A ser estabelecido		
Custo total estimado	Financiamento garantido	Financiamento não garantido	Comentário /Financiador/
		EUA\$ 2,5 milhões	Este é o nível de investimento estimado para este projecto.

33. PROJECTO: MHLUMENI LODGE			
Patrocinadores do Projecto	A ser estabelecido		
Corredor	Área de Conservação Transfronteiriça Lubombo		
Países Participantes	Moçambique, África do Sul e Suazilândia		
Objectivos	Desenvolvimento de um empreendimento na secção da Suazilândia da Área de Conservação Transfronteiriça Lubombo		
Descrição do Projecto	Mhlumeni Lodge ficará situado na fronteira Mhlumeni/Goba com Moçambique. O complexo fica aproximadamente a 75km a nordeste de Manzini dentro da Reserva Natural Mlawula da TFCA Lubombo- Conservancy-Goba. O empreendimento é acessível por estrada de Maputo e Manzini/Mbabane. O empreendimento proposto de 5 estrelas será constituído de 20 unidades exclusivas (40 camas) situadas nas montanhas Lubombo, cada uma com vistas espectaculares.		
Resultados Esperados	Alojamento para os turistas de aventura e de família Oportunidades de emprego para as comunidades locais Receitas geradas para o parque		
Actividades conexas em curso na SADC/Região do Tripartido	Protocolo estabelecendo a TFCA foi assinado em 2000 Desenvolvimento da Reserva Natural Muzi-Futi		
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	A estabelecer		
Ponto da Situação	Procura-se investidor		
Próximas Etapas	Continuar com a promoção de investimento		
Modelo Comercial	Isto é uma parceria entre o Governo de Suazilândia e o Investidor Privado (Parceria Pública-Privada).		
Partes principais existentes	Ministério de Turismo e Assuntos Ambientais, Suazilândia		
Partes principais futuras	Investidor privado		
Notas técnicas/operacionais	Nenhuma		
Documentação do Projecto Disponível	Catálogo de Investimento da <i>Boundless Southern Africa</i>		
Intervenção que necessita de financiamento	A ser estabelecido		
Receitas para reembolso do financiamento	A ser estabelecido		
Custo total estimado	<i>Financiamento garantido</i>	<i>Financiamento não garantido</i>	<i>Comentário /Financiador/</i>
		EUA\$ 4,0 milhões	Este é o nível de investimento estimado para este projecto.

34. PROJECTO: SEHLABATHEBE NATIONAL PARK MOUNTAIN RESORT			
Patrocinadores do Projecto	A ser estabelecido		
Corredor	Área de Conservação Transfronteiriça Maloti Drakensberg		
Países Participantes	Lesoto e África do Sul		
Objectivos	Desenvolvimento de um empreendimento na secção do Lesoto da Área de Conservação Transfronteiriça Maloti-Drakensberg		
Descrição do Projecto	O Sehlabathebe Mountain Resort fica situado na parte nordeste do parque num planalto com vistas para o norte dos picos das montanhas Maloti. Este empreendimento é acessível por estrada de Lesoto, e por trilho de cavalo de Bushman's Neck. As actividades incluem, entre outras, passeios a pé e a cavalo nas montanhas com vistas deslumbrantes do KwaZulu-Natal Midlands.		
Resultados Esperados	Alojamento para turistas de luxo e de aventura; Oportunidades de emprego para as comunidades locais Receitas geradas para o parque		
Actividades conexas em curso na SADC/Região do Tripartido	MdE estabelecendo esta TFCA foi assinado em 2001 Perfil do projecto apresentado na carteira de investimento da <i>Boundless Southern Africa</i> Restabelecimento do ponto de entrada do Desfiladeiro Sani Modernização da estrada do Desfiladeiro Sani de 87 km de Himeville até Mokhotlong		
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	Estratégia de Conservação de MDTP de 20 anos Plano de acção de MDTP de 5 anos para facilitar a implementação desta estratégia		
Ponto da Situação	Procura-se investidor		
Próximas Etapas	Continuar com a promoção de investimento		
Modelo Comercial	Isto é uma parceria entre o Governo de Lesoto e o Investidor Privado (Parceria Pública-Privada).		
Partes principais existentes	Ministério de Turismo, Meio Ambiente e Cultura (Lesoto)		
Partes principais futuras	Investidor privado		
Notas técnicas/operacionais	Nenhuma		
Documentação do Projecto Disponível	Catálogo de Investimento da <i>Boundless Southern Africa</i>		
Intervenção que necessita de financiamento	A ser estabelecido		
Receitas para reembolso do financiamento	A ser estabelecido		
Custo total estimado	Financiamento garantido	Financiamento não garantido	Comentário /Financiador/
		<i>EUA\$ 2,2 milhões</i>	Este é o nível de investimento estimado para este projecto

35. PROJECTO: CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO SEHLABATHEBE NATIONAL PARK			
Patrocinadores do Projecto	GOL		
Corredor	Área de Conservação Transfronteiriça Maloti Drakensberg		
Países Participantes	Lesoto e África do Sul		
Objectivos	Desenvolvimento de um empreendimento na secção do Lesoto da Área de Conservação Transfronteiriça Maloti-Drakensberg		
Descrição do Projecto	O projecto é um dos componentes da segunda fase da implementação do Programa de Desenvolvimento e Conservação do Drakensberg – Maloti. O projecto inclui a construção de habitações para o pessoal e um escritório no Centro Ambiental já existente, que tem alojamento em 72 camas no Park Nacional de Sehlabathebe (SNP) e portão de acesso, melhoramento de 10km de estrada dentro do parque e instalações de comunicação e energia. O governo do Lesoto está em vias de solicitar um operador para tomar cargo das facilidades existentes por um período de 2-3 anos com um contrato que pode ser renovado por mais dois anos.		
Resultados Esperados	Alojamento para turistas de luxo e de aventura; Oportunidades de emprego para as comunidades locais Receitas geradas para o parque		
Actividades conexas em curso na SADC/Região do Tripartido	MdE estabelecendo esta TFCA foi assinado em 2001 e foi revisto em 2008. Perfil do projecto apresentado na carteira de investimento da <i>Boundless Southern Africa</i> . Restabelecimento do ponto de entrada do Desfiladeiro Sani. Modernização da estrada do Desfiladeiro Sani de 87 km de Himeville até Mokhotlong		
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	Estratégia de Conservação de MDTP de 20 anos Plano de acção de MDTP de 5 anos para facilitar a implementação desta estratégia. Estratégia de Segurança e Protecção de MDTP de 5 anos Estratégia de Marketing de Turismo de 2011 para MDR		
Ponto da Situação	Procura-se investidor		
Próximas Etapas	Continuar com a promoção de investimento Construção de habitações para o pessoal, escritório e portão de acesso, melhoramento de 10km de estrada dentro do parque e instalações de comunicação e energia.		
Modelo Comercial	Isto é uma parceria entre o Governo de Lesoto e o Investidor Privado (Parceria Pública-Privada).		
Partes principais existentes	Ministério de Turismo, Meio Ambiente e Cultura (Lesoto)		
Partes principais futuras	Investidor privado		
Notas técnicas/operacionais	Nenhuma		
Documentação do Projecto Disponível	Catálogo de Investimento da <i>Boundless Southern Africa</i>		
Intervenção que necessita de financiamento	Construção de habitações para o pessoal, escritório e portão de acesso, melhoramento de 10km de estrada dentro do parque e instalações de comunicação e energia.		
Receitas para reembolso do financiamento	Entradas nas instalações (ao portão), e instalações de alojamento		
Custo total estimado	Financiamento garantido	Financiamento não garantido	Comentário /Financiador/
		EUA\$ 4,5 milhões	Este é o nível de investimento estimado para este projecto

36. PROJECTO: RESERVA NATURAL BOKONG			
Patrocinadores do Projecto	A ser estabelecido		
Corredor	Área de Conservação Transfronteiriça Maloti Drakensberg		
Países Participantes	Lesoto e África do Sul		
Objectivos	Desenvolvimento de um empreendimento na secção do Lesoto da Área de Conservação Transfronteiriça Maloti-Drakensberg		
Descrição do Projecto	A Reserva Natural Bokong fica no cimo do desfiladeiro Mafika Lisiu e chega a uma altitude de 3090 metros acima do nível do mar. As atracções turísticas principais são as quedas de Lepaqa, vários trilhos de passeios a pé e a cavalo, observação do abutre raro de quebra-ossos. A infra-estrutura actual inclui cinco chalés de cinco camas cada, e um centro de visitas com instalações de piquenique. O operador deve construir serviços suplementares.		
Resultados Esperados	Alojamento para turistas de luxo e de aventura; Oportunidades de emprego para as comunidades locais Receitas geradas para o parque		
Actividades conexas em curso na SADC/Região do Tripartido	MdE estabelecido esta TFCA foi assinado em 2001 Perfil do projecto apresentado na carteira de investimento da <i>Boundless Southern Africa</i> Restabelecimento do ponto de entrada do Desfiladeiro Sani Modernização da estrada do Desfiladeiro Sani de 87 km de Himeville até Mokhotlong		
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	Estratégia de Conservação de MDTP de 20 anos Plano de acção de MDTP de 5 anos para facilitar a implementação desta estratégia		
Ponto da Situação	Procura-se investidor		
Próximas Etapas	Continuar com a promoção de investimento		
Modelo Comercial	Isto é uma parceria entre o Governo de Lesoto e o Investidor Privado (Parceria Pública-Privada).		
Partes principais existentes	Ministério de Turismo, Meio Ambiente e Cultura (Lesoto)		
Partes principais futuras	Investidor privado		
Notas técnicas/operacionais	Nenhuma		
Documentação do Projecto Disponível	Catálogo de Investimento da <i>Boundless Southern Africa</i>		
Intervenção que necessita de financiamento	A ser estabelecido		
Receitas para reembolso do financiamento	A ser estabelecido		
Custo total estimado	Financiamento garantido	Financiamento não garantido	Comentário /Financiador/
		EUA\$ 2,14 milhões	Este é o nível de investimento estimado para este projecto

37. PROJETO: ALDEIA MOHALE			
Patrocinadores do Projecto	A ser estabelecido		
Corredor	Área de Conservação Transfronteiriça Maloti Drakensberg		
Países Participantes	Lesoto e África do Sul		
Objectivos	Desenvolvimento de um empreendimento na secção do Lesoto da Área de Conservação Transfronteiriça Maloti-Drakensberg		
Descrição do Projecto	A aldeia de Mohale fica situada próximo da represa Mohale, cerca de 86 km de Maseru. A aldeia Mohale serviu de alojamento durante a construção da fase 1B do Projecto Hidroeléctrico do Highlands no Lesoto, e esta aldeia tem o potencial de atrair um número considerável de turistas. O alojamento inclui 81 casas & 79 quartos individuais, completamente mobilados e apetrechados, que devem ser remodelados e operacionalizados.		
Resultados Esperados	Alojamento para turistas de luxo e de aventura; Oportunidades de emprego para as comunidades locais Receitas geradas para o parque		
Actividades conexas em curso na SADC/Região do Tripartido	MdE estabelecendo esta TFCA foi assinado em 2001 Perfil do projecto apresentado na carteira de investimento da Boundless Southern Africa Restabelecimento do ponto de entrada do Desfiladeiro Sani Modernização da estrada do Desfiladeiro Sani de 87 km de Himeville até Mokhotlong		
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	Estratégia de Conservação de MDTP de 20 anos Plano de acção de MDTP de 5 anos para facilitar a implementação desta estratégia		
Ponto da Situação	Procura-se investidor		
Próximas Etapas	Continuar com a promoção de investimento		
Modelo Comercial	Isto é uma parceria entre o Governo de Lesoto e o Investidor Privado (Parceria Pública-Privada).		
Partes principais existentes	Ministério de Turismo, Meio Ambiente e Cultura (Lesoto)		
Partes principais futuras	Investidor privado		
Notas técnicas/operacionais	Nenhuma		
Documentação do Projecto Disponível	Catálogo de Investimento da <i>Boundless Southern Africa</i>		
Intervenção que necessita de financiamento	A ser estabelecido		
Receitas para reembolso do financiamento	A ser estabelecido		
Custo total estimado	<i>Financiamento garantido</i>	<i>Financiamento não garantido</i>	<i>Comentário /Financiador/</i>
		<i>A ser estabelecido</i>	

38. PROJECTO: AFRI-SKI LEISURE KINGDOM			
Patrocinadores do Projecto	A ser estabelecido		
Corredor	Área de Conservação Transfronteiriça Maloti Drakensberg		
Países Participantes	Lesoto e África do Sul		
Objectivos	Desenvolvimento de um empreendimento na secção do Lesoto da Área de Conservação Transfronteiriça Maloti-Drakensberg		
Descrição do Projecto	A estância fica localizada no desfiladeiro Mahlasela no distrito de Butha- Buthe, no norte do Lesoto. A estância pode ser acedida por uma estrada alcatroada a partir da estrada nacional A1 entre Butha-Buthe e Mokhotlong e Sani Pass, o local do bar mais alto do mundo. Afri-Ski lançou uma campanha de vendas de 100 chalés de ski a serem construídas neste local. Por conseguinte, existe a oportunidade de ter titularidade parcial ou total dos chalés de ski.		
Resultados Esperados	Alojamento para turistas de luxo e de aventura; Oportunidades de emprego para as comunidades locais Receitas geradas para o parque		
Actividades conexas em curso na SADC/Região do Tripartido	MdE estabelecendo esta TFCA foi assinado em 2001 Perfil do projecto apresentado na carteira de investimento da <i>Boundless Southern Africa</i> Restabelecimento do ponto de entrada do Desfiladeiro Sani Modernização da estrada do Desfiladeiro Sani de 87 km de Himeville até Mokhotlong		
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	Estratégia de Conservação de MDTP de 20 anos Plano de acção de MDTP de 5 anos para facilitar a implementação desta estratégia		
Ponto da Situação	Procura-se investidor		
Próximas Etapas	Continuar com a promoção de investimento		
Modelo Comercial	Isto é uma parceria entre o Governo de Lesoto e o Investidor Privado (Parceria Pública-Privada).		
Partes principais existentes	Ministério de Turismo, Meio Ambiente e Cultura (Lesoto)		
Partes principais futuras	Investidor privado		
Notas técnicas/operacionais	Nenhuma		
Documentação do Projecto Disponível	Catálogo de Investimento da <i>Boundless Southern Africa</i>		
Intervenção que necessita de financiamento	A ser estabelecido		
Receitas para reembolso do financiamento	A ser estabelecido		
Custo total estimado	Financiamento garantido	Financiamento não garantido	Comentário /Financiador/
		<i>A ser estabelecido</i>	

39. PROJECTO: ALDEIA TURÍSTICA KATSE			
Patrocinadores do Projecto	A ser estabelecido		
Corredor	Área de Conservação Transfronteiriça Maloti Drakensberg		
Países Participantes	Lesoto e África do Sul		
Objectivos	Desenvolvimento de um empreendimento na secção do Lesoto da Área de Conservação Transfronteiriça Maloti-Drakensberg		
Descrição do Projecto	A área da barragem Katse é o destino turístico principal no Lesoto. A aldeia foi construída para alojar o pessoal durante a fase de construção da barragem e não está a uso neste momento. A aldeia dispõe de infra- estrutura efectiva e operacional e seria ideal para turismo. Prevê-se que a aldeia inclua um hotel e centro de conferências, apartamentos, restaurantes, lojas, lojas de artesanato, bares e um museu.		
Resultados Esperados	Alojamento para turistas de luxo e de aventura; Oportunidades de emprego para as comunidades locais Receitas geradas para o parque		
Actividades conexas em curso na SADC/Região do Tripartido	MdE estabelecendo esta TFCA foi assinado em 2001 Perfil do projecto apresentado na carteira de investimento da <i>Boundless Southern Africa</i> Restabelecimento do ponto de entrada do Desfiladeiro Sani Modernização da estrada do Desfiladeiro Sani de 87 km de Himeville até Mokhotlong		
Descrição do Plano Nacional relativo ao projecto	Estratégia de Conservação de MDTP de 20 anos Plano de acção de MDTP de 5 anos para facilitar a implementação desta estratégia		
Ponto da Situação	Procura-se investidor		
Próximas Etapas	Continuar com a promoção de investimento		
Modelo Comercial	Isto é uma parceria entre o Governo de Lesoto e o Investidor Privado (Parceria Pública-Privada).		
Partes principais existentes	Ministério de Turismo, Meio Ambiente e Cultura (Lesoto)		
Partes principais futuras	Investidor privado		
Notas técnicas/operacionais	Nenhuma		
Documentação do Projecto Disponível	Catálogo de Investimento da <i>Boundless Southern Africa</i>		
Intervenção que necessita de financiamento	A ser estabelecido		
Receitas para reembolso do financiamento	A ser estabelecido		
Custo total estimado	<i>Financiamento garantido</i>	<i>Financiamento não garantido</i>	<i>Comentário /Financiador/</i>
		<i>EUA\$ 140 milhões</i>	Este é o nível de investimento estimado para este projecto



ANEXO 8

- **PROJECTOS IDENTIFICADOS E SEU PLANO DE ACÇÃO**

Projectos Identificados e seu Plano de Acção

Tabela 1: Plano de Desenvolvimento do Turismo

Objectivo	Dar uma visão do desenvolvimento do potencial turístico da área.	
Argumento	O Desenvolvimento do Turismo irá melhorar o zoneamento da área, sua utilização, assim como o tipo de actividades que podem ter lugar na mesma.	
Estratégia	Revelar o potencial do turismo ecológico da área irá necessitar da preparação de planos melhorados com base nas linhas de orientação incluídas no PDI, culminando num Plano de Desenvolvimento do Turismo detalhado. Por sua vez, este plano deve ser melhorado em planos detalhados para cada ponto principal de desenvolvimento do turismo com base nas possibilidades de concessão identificadas. Assim que os planos básicos passem a vigorar, o Plano de Desenvolvimento do Turismo pode ser lançado, com vista a solicitar o investimento para os vários pontos do desenvolvimento do turismo. Supervisionar os níveis do desenvolvimento do turismo, do investimento e das operações face aos objectivos definidos na Componente Angolana KAZA ATFC que irá permitir o sucesso de vários planos.	
Projectos de Acção	Descrição	Responsabilidade
	Melhorar as linhas de orientação apresentadas pelo PDI num plano de turismo detalhado.	Ministério da Hotelaria e Turismo; CIM
	Preparar planos detalhados para os pontos principais de desenvolvimento do turismo.	Ministério da Hotelaria e Turismo; CIM
	Lançar os planos de acordo com o Plano Estratégico de Comercialização, o plano de comercialização das concessões e o Plano de Desenvolvimento do Turismo.	CIM
	Solicitar investidores para os vários os pontos de desenvolvimento do turismo de acordo com as linhas de orientação do Plano de Comercialização de concessões	CIM
	Supervisionar o nível de desenvolvimento, investimento e operação do turismo face aos objectivos definidos da Componente Angolana KAZA ATFC.	CIM

Tabela 2: Estudo Socioeconómico das Comunidades Locais

Objectivo	Realizar um estudo que visa comparar as condições socioeconómicas das comunidades locais no âmbito da Componente Angolana KAZA ATFC.	
Argumento	Para revisar o impacto das oportunidades da conservação e do turismo ecológico nas várias comunidades dentro e adjacentes à área, é importante estabelecer os níveis socioeconómicos das comunidades afectadas, e depois avaliar o impacto das várias intervenções e iniciativas.	
Estratégia	Realizar um estudo socioeconómico de base através de propostas rurais de participação, informação demográfica e recolha de dados disponíveis.	
Projectos de Acção	Descrição	Responsabilidade
	Desenvolver uma metodologia em conjunto com a administração provincial para obter informações socioeconómicas de base através de propostas rurais de participação, informação demográfica e recolha de dados disponíveis.	Minars, MinPlan, Gov. K.K; Ministério do Ambiente
	Solicitar apoio ao Governo de Angola, Agências de Ajuda, ONGs e Doadores para o estudo socioeconómico.	CIM e Gov. K.K
	Realizar um estudo de toda a área juntamente com a administração provincial.	CIM, Gov. K.K
	Partilhar dados com os países parceiros da KAZA ATFC.	CIM, Gov. K.K

Tabela 3: Plano de Mitigação do Conflito Homem/Animal

Objectivo	Elaborar e implementar um Plano de Mitigação do Conflito Homem/Animal para a Componente Angolana KAZA ATFC.	
Argumento	Os conflitos, como consequência da destruição das culturas pela Fauna Selvagem, que ameaçam as populações, matam os animais domésticos etc., prejudicam as iniciativas da conservação em Angola e na região. Se as atitudes no sentido da conservação devem ser mudadas, os planos de mitigação devem ser implementados. Poderiam incluir aspectos como esquemas de auto defesa, opções de subsistência diversificada, assim como medidas de mitigação como linhas de contenção de elefantes, aldeias vedadas, e opções de desenvolvimento do turismo ecológico.	
Estratégia	A estratégia proposta da mitigação do Conflito Homem/Animal baseia-se no planeamento da ocupação do solo, na verificação de corredores da Fauna Selvagem e nos modelos preferenciais do habitat para identificar as áreas onde o Conflito Homem/Animal tem mais probabilidade de ocorrer. Desenvolver estratégias para mitigar o impacto e apresentar orientações claras às comunidades afectadas através de programas de consciencialização e sensibilização. Além de um conjunto de métodos preventivos, adequados à área, tudo faz parte da abordagem de gestão do Conflito Homem/Animal.	
Projectos de Acção	Descrição	Responsabilidade
	Identificar as áreas onde o Conflito Homem/Animal tem mais probabilidade de ocorrer acompanhadas de conhecimentos locais e respostas de especialistas.	CIM, Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas; Minars, MinPlan, Gov. K.K ; Ministério do Ambiente.
	Investigar e desenvolver as estratégias de mitigação do Conflito Homem/Animal incluindo os aspectos como os esquemas de compensação.	Identificar as ONGs activa na área
	Apresentar orientações claras às comunidades afectadas, e incluí-las numa campanha de sensibilização.	CIM, Gov. K.K
	Analisar a possibilidade de outras medidas como cercas para a caça, aldeias vedadas, linhas de contenção de elefantes, cercas de pimentões, destacamento de guardas de caça e integrar estas medidas num conjunto de opções disponíveis para mitigar o Conflito Homem/Animal.	Identificar as ONGs activa na área

Tabela 4: Avaliação da Biodiversidade

Objectivo	Identificar os principais elementos e processos da biodiversidade assim como as paisagens que os apoiam.	
Argumento	Os processos e as paisagens biofísicas que apoiam a biodiversidade da região devem ser compreendidos e contextualizados, para que as prioridades e as necessidades de conservação possam ser confirmadas. As espécies endémicas, ameaçadas e raras e os condutores do ecossistema na região devem ser identificados.	
Estratégia	Identificar e melhorar as características do ecossistema e desenvolver os planos e os programas, que visam tratar as ameaças e revelar oportunidades. Harmonizar o PDI com as iniciativas do planeamento regional na Província de Cuando Cubango, e desenvolver um plano conjunto com base no resultado total. Distribuir e realizar programas de investigação que visam supervisionar a dinâmica do ambiente e do ecossistema para revisar se a ATFC e as iniciativas relacionadas a conservação atingem os objectivos definidos na região.	
Projectos de Acção	Descrição	Responsabilidade
	Identificar as características do ecossistema.	Ministério do Ambiente; Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas; CIM
	Desenvolver planos e processos que visam tratar as ameaças e revelar oportunidades.	CIM
	Integrar os resultados do PDI dentro do planeamento regional.	CIM
	Desenvolver um plano conjunto	CIM
	Supervisionar as dinâmicas do ambiente e do ecossistema através da distribuição e da realização de programas de investigação.	CIM Ministério do Ambiente (MINAMB)

Tabela 5: Desenvolvimento de Infra-estrutura do Turismo

Objectivo	Incentivar o investimento e o turismo na área da Componente Angolana KAZA ATFC através do desenvolvimento de uma infra-estrutura do turismo adequada.	
Argumento	Sem visitantes na área não será possível criar receitas nem benefícios para a região ou para a sua população. Incentivar o turismo é importante para que a infra-estrutura turística básica seja desenvolvida. No entanto, é importante que este desenvolvimento seja realizado de maneira adequada e harmonizada com as sensibilidades ambientais da região.	
Estratégia	A estratégia será identificar projectos de desenvolvimento da infra-estrutura como conceptualizados no âmbito do PDI, que se basearam nas sensibilidades ambientais da área, e harmonizaram estas com a sua avaliação das necessidades. Os planos e os orçamentos detalhados para cada projecto necessitam de ser preparados com base em critérios e parâmetros específicos do local, após o apoio às várias necessidades dos projectos a serem elaborados. Ao manter o apoio, os projectos específicos devem ser lançados de acordo com um plano definido.	
Projectos de Acção	Descrição	Responsabilidade
	Identificar os projectos da infra-estrutura principal necessários para revelar o potencial do turismo ecológico da área como conceptualizado no âmbito do PDI, e com base numa avaliação das necessidades da área.	Ministério da Hotelaria e Turismo; CIM; Ministério do Ambiente
	Preparar os planos e os orçamentos detalhados para cada projecto.	Ministério da Hotelaria e Turismo; CIM; Ministério do Ambiente
	Solicitar apoio para os projectos da infra-estrutura ao Governo de Angola, Agências de Ajuda e Doadores.	CIM
	Lançar os projectos e os programas assim que o apoio tenha sido recolhido.	Ministério da Hotelaria e Turismo; CIM; Ministério do Ambiente Departamento das Áreas de Conservação, Parques e Reservas Naturais)
	Supervisionar o impacto dos projectos de desenvolvimento face aos objectivos de investimento e operação.	CIM



- **LEGISLAÇÃO DE ORIENTAÇÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO, DA COMPONENTE ANGOLANA**

Legislação de Orientação para a Administração, da Componente Angolana

Políticas e Leis	Descrição
<p>Agenda 21</p>	<p>Um plano de acção reproduzido para uma parceria global para o desenvolvimento sustentável, para integrar preocupações sobre o ambiente e o desenvolvimento no sentido de atender às necessidades básicas, aos padrões de vida melhorados de todas as pessoas e aos ecossistemas mais bem controlados e protegidos.</p> <p>O capítulo 15 é o mais importante da KAZA ATFC enquanto capítulo que reconhece o valor da biodiversidade, reflectindo nos seus objectivos “a conservação da diversidade biológica e a utilização sustentável dos recursos biológicos.”</p>
<p>Princípios gerais e normas da lei internacional.</p>	<p>Carta das Nações Unidas de 1945 obriga os Estados a “promover o progresso económico e social de todas as pessoas.”</p> <p>Apesar da Carta não tratar de assuntos sobre a biodiversidade, pode argumentar-se que a KAZA ATFC forma uma plataforma deste progresso.</p>
<p>Convenção da IUCN sobre a Biodiversidade (1992)</p>	<p>O primeiro instrumento internacional vinculativo para a conservação da biodiversidade sendo os seus objectivos: “a conservação da biodiversidade, a utilização sustentável das suas componentes, e a justa e equitativa partilha de benefícios que provêm da utilização de fontes genéticas.”</p>
<p>Convenção de Bona sobre as Espécies Migratórias de Animais Selvagens (1983)</p>	<p>Um importante documento da conservação da biodiversidade enquanto estabelece uma lei internacional sobre a vida selvagem que se concentra no controlo das espécies migratórias.</p> <p>As disposições mais importantes aplicáveis à KAZA ATFC obrigam os vários Estados a apresentar uma protecção imediata para as espécies migratórias, empenhando-se a celebrar acordos multilaterais a fim de assegurar a sua conservação e o seu controlo e a realizar Actividades conjuntas de pesquisa.</p> <p>A conservação e a gestão das espécies migratórias encontram-se entre os principais propósitos das Áreas de Conservação Transfronteiriças.</p>
<p>Convenção de Combate à Desertificação</p>	<p>A UNCCD (Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação) visa mitigar os efeitos da seca e combater a desertificação com o objectivo de implementar estratégias integradas a longo prazo que se concentram simultaneamente nas áreas afectadas e na produtividade melhorada de recursos do solo, assim como na reabilitação, conservação e controlo</p>

	<p>sustentável do solo e dos recursos hídricos.</p> <p>Sucedem que a KAZA ATFC pode ser utilizada como plataforma para implementar as disposições da UNCCD explicadas acima a fim de controlar a desertificação, mas também conservar a biodiversidade.</p>
<p>Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e Flora Selvagens em Vias de Extinção (CITES) (1975)</p>	<p>A CITES concentra-se na regulação do comércio global das espécies ameaçadas e em vias de extinção. Esta regulação restringe o comércio de espécies raras e parte de espécies que atravessam fronteiras estatais.</p> <p>As disposições apresentadas pela CITES são razoavelmente aplicáveis para a conservação da biodiversidade na KAZA ATFC. Isto porque travar o comércio internacional de espécies ameaçadas e em vias de extinção não é possível alcançar apenas por um Estado sozinho. A necessidade de cooperação é defendida no preâmbulo da CITES.</p>
<p>Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural de (1972)</p>	<p>O objectivo da CPPMCN é proteger o património cultural e natural dos extraordinários valores universais.</p> <p>É directamente importante para a KAZA ATFC como as partes desta Convenção devem reconhecer que é seu dever primordial assegurar a identificação, a protecção, a conservação, a apresentação e a transmissão a futuras gerações do património cultural e natural e, quando apropriado, com o apoio e a cooperação internacionais.</p>
<p>Convenção RAMSAR sobre as Zonas Húmidas (1971)</p>	<p>A Convenção RAMSAR sobre as Zonas Húmidas procura conservar e controlar as zonas húmidas de importância internacional.</p> <p>Um dos princípios fundamentais aplicáveis ao contexto da KAZA ATFC obriga os Estados a “consultarem-se entre eles sobre a implementação de obrigações que provêm da Convenção RAMSAR, especialmente no caso de uma zona húmida que se estenda por territórios de mais de uma Parte Contratante.”</p> <p>As partes são posteriormente obrigadas a “coordenar e a apoiar as políticas presentes e futuras e as regulações respeitantes à conservação das zonas húmidas e da sua flora e fauna.”</p>
<p>Convenção dos Cursos de Água (1997)</p>	<p>Abrangendo a utilização da água em Estados a montante e a jusante, esta Convenção obriga as partes a utilizar os cursos de água internacionais responsabilmente e a tomar medidas de protecção e controlo relativas à utilização destes cursos de água.</p> <p>Obriga os Estados a utilizar os recursos hídricos</p>

	partilhados de uma maneira equitativa e sustentável. Além disso, os Estados são obrigados a não prejudicar os recursos dos cursos de água partilhados por mais de um Estado. Assim, as partes estatais da KAZA ATFC são obrigadas a consultarem-se entre elas a fim de estabelecer listas de substâncias e Actividades que devem ser proibidas, limitadas, investigadas ou controladas.
Tratado de 1991	Estabelece a Comunidade Económica Africana.

Estrutura jurídica regional africana

Estrutura jurídica	Descrição
Carta Africana (Banjul) sobre os Direitos Humanos e do Indivíduo.	A Carta Banjul é o primeiro documento vinculativo dos direitos humanos com base numa abordagem do ambiente. Apresenta os direitos de todos os indivíduos de modo a viverem num ambiente no geral satisfatório e que seja favorável ao seu desenvolvimento.
Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD)	A Carta Banjul é o primeiro documento vinculativo dos direitos humanos com base numa abordagem do ambiente. Apresenta os direitos de todos os indivíduos de modo a viverem num ambiente no geral satisfatório e que seja favorável ao seu desenvolvimento.
Convenção Africana sobre a Conservação da Natureza (1968)	Os objectivos da Convenção incluem a protecção do ambiente, a conservação e a utilização sustentável dos recursos naturais, assim como a conformidade e a coordenação das políticas nestas áreas. O artigo XII pode ser utilizado para a conservação da biodiversidade na KAZA ATFC. Enquanto obrigatório para que os Estados estabeleçam, mantenham e alarguem as áreas de conservação onde é apropriado. Isto inclui o estabelecimento das áreas de conservação adicionais a fim de assegurar a conservação a longo prazo da diversidade biológica.
Convenção Revista Africana de 2003 sobre a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais	Aos Estados é exigida a cooperação na utilização de recursos minerais e hídricos, e a coordenação e a conformidade com as suas políticas e programas nas áreas dos recursos energéticos e naturais através da adopção de políticas, estratégias e programas a nível

	nacional, regional e continental.
Tratado de 1992	Estabelece a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
O Protocolo de 2003 (Revisto) sobre os Cursos de Água Partilhados	<p>O principal objectivo do Protocolo é apresentar uma cooperação mais estreita no controlo, na protecção e na utilização dos cursos de água partilhados ponderados e sustentáveis.</p> <p>Promove planos de desenvolvimento e controlo coordenados e integrados dos cursos de água partilhados que são importantes a nível do ambiente.</p> <p>Promove a conformidade e o controlo da legislação e das políticas para o planeamento, o desenvolvimento, a conservação, a protecção dos cursos de água partilhados, e a distribuição dos recursos dos mesmos.</p> <p>No contexto da KAZATFCA, as disposições mais importantes obrigam os Estados participantes a manter uma utilização sustentável e equitativa dos cursos de água partilhados. Além disso, o Protocolo não apresenta “nenhum perigo significativo” para os cursos de água de outros Estados.</p>
O Protocolo de 1999 da SADC sobre a Conservação da Vida Selvagem e a Aplicação da Lei	<p>O Protocolo procura conservar a vida selvagem e assegurar a utilização sustentável dos seus recursos.</p> <p>O primeiro objectivo é “estabelecer dentro da região e dentro da estrutura das respectivas leis nacionais de cada Estado participante, abordagens comuns para a conservação e a utilização sustentável dos recursos da vida selvagem e apoiar a aplicação de leis eficazes que regem estes recursos.”</p> <p>A aplicação mais importante à KAZA ATFC, exige que os Estados participantes promovam a conservação dos recursos da vida selvagem partilhados através do estabelecimento das áreas de conservação transfronteiriças.</p> <p>Os Estados contratantes estão obrigados a pôr em conformidade estruturas jurídicas que regem a utilização e a conservação da vida selvagem.</p>
Protocolo de 2002 sobre Florestas	<p>“Promover o desenvolvimento, a conservação, o controlo sustentável e a utilização de todos os tipos de florestas e árvores; promover o comércio em produtos florestais através da região a fim de diminuir a pobreza e criar oportunidades económicas para a população da região e</p>

	<p>alcançar uma protecção efectiva do ambiente.”</p> <p>O artigo 14 do Protocolo é importante para a KAZATFCA, enquanto exige que os Estados participantes celebrem acordos no sentido de promover o controlo cooperativo e integrado das florestas e das Áreas de Conservação transfronteiriças.</p>
Protocolo sobre Pesca	<p>Define um objectivo da “ [promoção] responsável e da utilização sustentável dos recursos da vida aquática e dos ecossistemas aquáticos de interesse para os Estados participantes”.</p> <p>Este objectivo tem como principal intenção tornar eficazes as fronteiras nacionais, mas onde existem recursos partilhados como na KAZATFCA.</p>

Legislação que apoia a protecção do ambiente em Angola

Legislação	Descrição
Lei nº 23/92 de 16 de Setembro	Constituição da República de Angola
Lei nº 5/98 de 19 de Junho	Lei da Estrutura sobre o Ambiente
Lei nº 3/04 de 25 de Junho;	Lei sobre a Urbanização e a Administração do Território
Lei nº 6-A/04 de 8 de Outubro;	Lei sobre os Recursos Aquáticos Biológicos
Lei nº 15/03 de 22 de Julho	Lei da Defesa do Consumidor
Lei nº 3/06 de 18 de Janeiro	Lei da Associação da Defesa do Ambiente
Decreto nº 51/07 de 23 de Julho	Decreto sobre a Avaliação do Impacto sobre o Ambiente
Resolução nº 9/04 de 4 Julho	Estratégia sobre a Pobreza



ANEXO 10

- **TABELA LISTA GLOBAL DAS ÁREAS TRANSFRONTEIRIÇAS DE CONSERVAÇÃO DE 2007/2012**

TABELA LISTA GLOBAL DAS ÁREAS TRANSFRONTEIRIÇAS DE CONSERVAÇÃO DE 2007/2012

Nº	TFCA NAME	COUNTRY	CONTINENT	AREA KM2
1	Ellesmere/Greenland Transboundary Complex	Canada e Greenland	América do Norte	1 008 470.17
2		Canada, e, United States	América do Norte	146 824.27
3	Alaska-Yukon-British Columbia Borderlands	Canada, United States	América do Norte	190 238.41
4		Canada, United States	América do Norte	41 463.30
5	Waterton Glacier International Peace Park (1932) plus other áreas	Canada, United States	América do Norte	30 974.59
6		Canada, United States	América do Norte	846.49
7		Granada, United States	América do Norte	11 902.65
8		Canada, United States	América do Norte	24 553.83
9	Roosevelt Campobello International Park	Canada, United States	América do Norte	21.86
10		Canada, United States	América do Norte	73.90
11	Dry Borders - Sonoran Desert Biosphere Reserve Network (1997)	Mexico, United States	América do Norte	48 228.47
12	El Carmen-Big Bend Complex	Mexico, United States	América do Norte	8 029.14
13		Belize, Guatemala, Honduras, Mexico	América do Norte	19 558.54
14	Maya Tropical Forest Complex	Belize, Guatemala, Mexico	América do Norte	41 216.87
15		Guatemala, Mexico	América do Norte	92.90
16		Belize, Guatemala	América do Norte	786.13
17		Guatemala, Honduras	América do Norte	236.94

O Desenvolvimento do Turismo Sustentável nas Áreas Transfronteiriças de Conservação para a Inclusão das Comunidades e Promoção da Paz

18	Montecristo Trifinio Transboundary Protected Area Complex (1991)	El Salvador, Honduras	América do Norte	35.33
19		Honduras, Nicaragua	América do Norte	2 492.99
20		Honduras, Nicaragua	América do Norte	42 732.12
21	San Juan River Basin (Si-a- Paz)	Costa Rica, Nicaragua	América do Norte	19 684.36
22	Parque Internacional La Amistad	Costa Rica, Panama	América do Norte	13 311.95
23		Colombia, Panama	América Sul/ Norte	12 700.74
24		Colombia, Venezuela	América do Sul	13 063.26
25		Brazil, Colombia	América do Sul	80 389.12
26		Colombia, Equador, Peru	América do Sul	36 341.62
27	Cordillera del Cóndor (1998 Peace Accord)	Equador, Peru	América do Sul	17 888.47
28		Brazil, Venezuela	América do Sul	443 976.25
29		Guiana Francesa, Suriname	América do Sul	3 667.44
30		Brazil, Suriname	América do Sul	47 147.36
31		Brazil, Peru	América do Sul	56 858.71
32		Bolivia, Brazil	América do Sul	30 122.45
33		Bolivia, Brazil, Paraguay	América do Sul	305 747.04
34	Iguaçu-Iguazú	Argentina, Brazil, Paraguay	América do Sul	3 427.63
35		Argentina, Brazil	América do Sul	2 543.76
36		Brazil, Uruguay	América do Sul	4 009.80
37		Bolivia, Peru	América do Sul	53 712.89
38		Bolivia, Chile	América do Sul	6 517.97
39		Argentina, Bolivia, Chile	América do Sul	10 868.48
40		Argentina, Bolivia	América do Sul	4 999.80
41		Argentina, Bolivia	América do Sul	3 140.36

O Desenvolvimento do Turismo Sustentável nas Áreas Transfronteiriças de Conservação para a Inclusão das Comunidades e Promoção da Paz

42		Bolivia, Paraguay	América do Sul	40 675.67
43		Argentina, Chile	América do Sul	18 876.27
44		Argentina, Chile	América do Sul	859.40
45		Argentina, Chile	América do Sul	16 452.93
46		Argentina, Chile	América do Sul	2 707.14
47	Glaciares-Torres del Paine-O'Higgins Complex	Argentina, Chile	América do Sul	67 854.97
48		Norway, Sweden	Europa	59.13
49		Norway, Sweden	Europa	400.74
50		Norway, Sweden	Europa	3 583.02
51		Norway, Sweden	Europa	1 140.84
52		Norway, Sweden	Europa	17 631.41
53		Finland, Norway	Europa	3 644.80
54		Finland, Norway	Europa	9 670.34
55	Pasvik Nature Reserve (1993)	Finland, Norway	Europa	1 793.05
56		Finland, Sweden	Europa	1 005.28
57		Finland, Russian Federation	Europa	11 515.88
58		Finland, Russian Federation	Europa	1 739.66
59	Friendship Nature Reserve (1991)	Finland, Russian Federation	Europa	972.49
60		Finland, Russian Federation	Europa	2 395.51
61		Ireland, United Kingdom	Europa	183.36
62		Ireland, United Kingdom	Europa	1 606.42
63		Ireland, United Kingdom	Europa	41.86
64		Ireland, United Kingdom	Europa	25.94
65		Ireland, United Kingdom	Europa	139.66
66		Ireland, United Kingdom	Europa	148.59

O Desenvolvimento do Turismo Sustentável nas Áreas Transfronteiriças de Conservação para a Inclusão das Comunidades e Promoção da Paz

67		Ireland, United Kingdom	Europa	1.17
68		Ireland, United Kingdom	Europa	772.37
69		Portugal, Spain	Europa	1 483.35
70		Portugal, Spain	Europa	350.45
71	Pyrenees-Mount Perdu World Heritage Site (1997)	France, Spain	Europa	4 201.76
72		France, Spain	Europa	47.92
73		France, Italy	Europa	1 046.02
74		France, Italy	Europa	2 753.87
75		France, Italy	Europa	2 918.98
76		France, Federal Republic of Germany	Europa	4 933.88
77		Belgium, France	Europa	692.23
78		Belgium, Netherlands	Europa	119.66
79		Belgium, Netherlands	Europa	56.37
80	Wadden Sea International Protected Region	Denmark, Federal Republic of Germany, Netherlands,	Europa	33 518.59
81		Federal Republic of Germany, Netherlands	Europa	468.49
82		Belgium, Federal Republic of Germany	Europa	2 429.54
83		Federal Republic of Germany, Luxembourg	Europa	1 183.47
84		Belgium, Luxembourg	Europa	199.12
85		Austria, Czech Republic, Federal Republic of Germany	Europa	5 758.27
86		Austria, Federal Republic of Germany	Europa	716.10
87		Italy, Switzerland	Europa	3 534.69
88		Italy, Slovenia	Europa	949.56
89		Italy, Slovenia	Europa	9.90

O Desenvolvimento do Turismo Sustentável nas Áreas Transfronteiriças de Conservação para a Inclusão das Comunidades e Promoção da Paz

90		Federal Republic of Germany, Poland	Europa	493.54
91		Federal Republic of Germany, Poland	Europa	242.51
92		Czech Republic, Federal Republic of Germany	Europa	328.14
93		Czech Republic, Federal Republic of Germany	Europa	990.49
94		Austria, Czech Republic	Europa	848.27
95		Austria, Czech Republic	Europa	288.65
96		Austria, Czech Republic, Slovakia	Europa	1 600.43
97		Austria, Hungary	Europa	913.09
98		Czech Republic, Poland	Europa	1 168.97
99		Czech Republic, Poland	Europa	924.72
100		Czech Republic, Slovakia	Europa	1 877.26
101		Czech Republic, Slovakia	Europa	1 658.59
102		Hungary, Slovakia	Europa	609.93
103		Hungary, Slovakia	Europa	1 568.51
104	Eastern Carpathian Biosphere Reserve (1991)	Poland, Slovakia, Ukraine	Europa	5 998.89
105		Poland, Slovakia	Europa	48.60
106		Poland, Slovakia	Europa	1 272.62
107		Poland, Slovakia	Europa	1 119.44
108		Hungary, Serbia, Republic of	Europa	589.19
109		Croatia, Hungary	Europa	755.11
110		Bosnia and Herzegovina Montenegro, Republic of Serbia and Montenegro Serbia, Republic of	Europa	2 834.26
111		Macedonia Serbia, Republic of	Europa	655.31

O Desenvolvimento do Turismo Sustentável nas Áreas Transfronteiriças de Conservação para a Inclusão das Comunidades e Promoção da Paz

112		Romania Serbia, Republic of	Europa	636.12
113		Greece, Macedonia	Europa	1 045.48
114	Rhodope Mountains	Bulgaria, Greece	Europa	461.61
115	Danube Delta/Green Corridor of Europe	Moldova, Republic of Romania, Ukraine	Europa	13 127.08
116		Poland, Ukraine	Europa	101.35
117		Belarus, Poland, Ukraine	Europa	2 450.38
118		Belarus, Poland	Europa	5 259.67
119		Lithuania, Russian Federation	Europa	544.28
120		Lithuania, Russian Federation	Europa	426.73
121		Estonia, Latvia	Europa	4 945.11
122		Estonia, Russian Federation	Europa	647.36
123		Estonia, Russian Federation	Europa	2 383.61
124		Belarus, Latvia, Russian Federation	Europa	1 426.75
125		Belarus, Ukraine	Europa	327.51
126		Belarus, Ukraine	Europa	580.20
127		Belarus, Ukraine	Europa	845.59
128		Russian Federation, Ukraine	Europa	82.65
129		Russian Federation, Ukraine	Europa	231.56
130		Egypt, Israel	África e Ásia	10 351.46
131		Mauritania, Senegal	África	440.32
132		Gambia, Senegal	África	3 346.96
133	Niokolo Koba-Badiar (1988)	Guinea, Senegal	África	14 151.18
134		Liberia, Sierra Leone	África	3 996.29
135		Guinea, Liberia	África	2 143.55
136	Mount Nimba	Côte d'Ivoire, Guinea, Liberia	África	1 743.35

O Desenvolvimento do Turismo Sustentável nas Áreas Transfronteiriças de Conservação para a Inclusão das Comunidades e Promoção da Paz

137		Côte d'Ivoire, Liberia	África	4 372.19
138		Burkina Faso, Côte d'Ivoire	África	2 343.22
139		Côte d'Ivoire, Ghana	África	873.17
140		Côte d'Ivoire, Ghana	África	1 340.60
141		Côte d'Ivoire, Ghana	África	697.86
142	"W" Park	Benin, Burkina Faso, Niger, Togo	África	52 619.01
143		Benin, Nigeria	África	3 597.73
144		Cameroon, Chad, Nigeria	África	3 682.94
145		Cameroon, Nigeria	África	12 580.04
146		Cameroon, Nigeria	África	8 453.29
147		Cameroon, Equatorial Guinea	África	2 934.43
148	Tri-National de la Sangha (2000)	Cameroon, Central African, Republic Congo	África	14 381.80
149		Central African, Republic of Sudan	África	17 904.23
150		Congo, Gabon	África	4 500.85
151		Democratic Republic of the Congo, Sudan	África	15 610.32
152		Sudan, Uganda	África	1 154.85
153	Kidepo	Sudan, Uganda	África	14 429.27
154		Kenya, Uganda	África	14 535.91
155		Kenya, Somalia	África	6 889.28
156	The Virunga Volcanoes Transboundary Conservation Area, plus other adjacent áreas	Democratic Republic of the Congo, Rwanda, Uganda	África	19 722.72
157		Burundi, Rwanda	África	1 343.55
158		Rwanda, Tanzania, United Republic of	África	1 220.17

O Desenvolvimento do Turismo Sustentável nas Áreas Transfronteiriças de Conservação para a Inclusão das Comunidades e Promoção da Paz

159		Tanzânia, United Republic of, Uganda	África	504.56
160	Serengeti-Masai	Kenya, Tanzânia, United Republic of	África	43 460.33
161	Kilimanjaro (1997)	Kenya, Tanzania, United Republic of	África	33 515.00
162		Tanzânia, United Republic of, Zâmbia	África	1 001.12
163	Transfronteir Conservation Área Niassa- Selous	Mozambique, Tanzânia, United Republic of	África	45 985.79
164		Malawi, Zâmbia	África	122.04
165		Malawi, Zâmbia	África	3 389.21
166	Vwaza Marsh (1994, 2004) plus other áreas	Malawi, Zâmbia	África	49 577.65
167		Malawi, Zâmbia	África	219.83
168	Transfronteir Conservation Área lower Zambezi-Mana Pools	Zâmbia, Zimbabwe	África	34 747.59
169	Transfronteir Conservation Área Kavango Zambezi – KAZA	Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia, Zimbabwe	África	519 912.00
170	Iona/Skeleton Coast Transfrontier Conservation Area (Angola and Namibia 2003)	Angola, Namíbia	África	43 790.00
171	Ais/Ais- Richtersveld Tranfronteir Park	Namíbia, South Africa	África	78 512.19
172	Kgalagadi Transfrontier Park -2000	Botswana, Namíbia, South Africa	África	35 388.70
173		South Africa, Zimbabwe	África	630.99
174	Great Limpopo Transfrontier Park (Mozambique and South Africa 2002)	Mozambique, South Africa, Zimbabwe	África	65 092.40
175	Lubombo Transfrontier, Conservation	Mozambique, South Africa, Swaziland	África	4 609.27

	Area (2000)			
176	Maloti-Drakensberg Transfrontier Conservation and Development Area (2001)	Lesotho, South Africa	África	5 143.31
177		Georgia, Russian Federation	Ásia, Europa	6 015.94
178		Azerbaijan, Georgia, Russian Federation	Ásia, Europa	1 797.50
179		Armenia, Azerbaijan	Ásia, Europa	314.77
180		Azerbaijan, Islamic Republic of Iran	Europa, Ásia	877.14
181		Kazakhstan, Russian Federation	Ásia, Europa	17 887.63
182		China, Kazakhstan, Mongolia, Russian Federation	Ásia, Europa	34 767.63
183		Mongolia, Russian Federation	Ásia, Europa	1 632.41
184		Mongolia, Russian Federation	Ásia, Europa	21 041.89
185		Mongolia, Russian Federation	Ásia, Europa	112 366.59
186	The Daurian Steppes (Dauria International PA, 1994)	China, Mongolia, Russian Federation	Ásia, Europa	12 146.84
187		China, Russian Federation	Ásia, Europa	4 332.00
188		China, Russian Federation	Ásia, Europa	3 690.59
189		China, Russian Federation	Ásia, Europa	7 546.39
190		China, Korea, Democratic People's Republic of, Russian Federation	Ásia, Europa	6 034.97
191		China, Mongolia	Ásia	18 073.13
192		China, Mongolia	Ásia	155.02
193	Taxkorgan (1995)	China, Pakistan	Ásia	21 314.79

O Desenvolvimento do Turismo Sustentável nas Áreas Transfronteiriças de Conservação para a Inclusão das Comunidades e Promoção da Paz

194		China, India, Nepal	Ásia	51 903.25
195		China, India	Ásia	11 552.26
196		China, India Myanmar	Ásia	37 783.53
197		China, Lao PDR	Ásia	6 138.12
198		China, Lao PDR, Viet Nam	Ásia	3 826.62
199		China, Viet Nam	Ásia	907.12
200		China, Viet Nam	Ásia	126.56
201		China, Viet Nam	Ásia	377.54
202	Western Tien Shan/Chatkal Mountains	Kazakhstan, Kyrgyzstan, Uzbekistan	Ásia	8 868.54
203		Islamic Republic of Iran , Turkmenistan	Ásia	773.08
204		Turkmenistan, Uzbekistan	Ásia	834.47
205		Afghanistan, Islamic Republic of Iran	Ásia	3 532.98
206		India,Pakistan	Asia	21 328.31
207		India,Nepal	Asia	2 639.38
208		India,Nepal	Asia	3 677.88
209		Bhutan, India	Ásia	3 694.18
210	Sundarbans	Bangladesh, India	Ásia	14 999.86
211		Bangladesh, India	Ásia	735.66
212		Lao PDR, Viet Nam	Ásia	3 250.00
213		Lao PDR, Viet Nam	Ásia	9 690.49
214		Cambodia, Lao PDR, Viet Nam	Ásia	19 098.34
215		Malaysia, Thailand	Ásia	4 608.78
216		Myanmar, Thailand	Ásia	2 679.62
217		Myanmar, Thailand	Ásia	6 114.76
218		Lao PDR, Thailand	Ásia	6 814.10

O Desenvolvimento do Turismo Sustentável nas Áreas Transfronteiriças de Conservação para a Inclusão das Comunidades e Promoção da Paz

219		Lao PDR, Thailand	Ásia	1 571.17
220		Cambodia, Thailand	Ásia	11 612.18
221		Cambodia, Thailand	Ásia	8 345.24
222		Indonesia, Malaysia	Ásia	1 351.45
223	The Lanjak Entimau/Batang Ai/Betung Kerihun Complex	Indonesia, Malaysia	Ásia	31 685.86
224		Indonesia, Malaysia	Ásia	652.85
225	Labi Hills/Gunung Pulu Transboundary Complex	Brunei Darussalam, Malaysia	Ásia	909.29
226	Wasur-Tonda Transboundary Conservation Area	Indonesia, Papua New Guinea	Ásia	16 161.47
227	Turtle Islands	Malaysia, Philippines	Ásia	2 265.69
228	Liuiwa Plains-Mussuma Transfronteir Conservation Área	Angola, Zambia	África	15 648.00
229	Mayombe Forest Transfronteir Conservation Area (2009)	Angola, Democratic Republic of the Congo, Republic of Congo	África	36 000.00
	TOTAL			4,949,222.23

Fonte : 2007 UNEP-WCMC Global List of Transboundary Protected Areas, Lysenko L., Besançon C., Savy C. e SADC (2013), adaptação (Amelia Cazalma)



- **Linhas gerais do Programa - componentes chaves do Programa da SADC /ACTFs, objetivos, atividades e resultados específicos efetuados a nível regional, sub-regional e nacional**

Linhas gerais do Programa - componentes chaves do Programa da SADC /ACTFs, objetivos, atividades e resultados específicos efetuados a nível regional, sub-regional e nacional

DESCRIÇÃO	RESULTADOS	PARCEIROS INSTITUCIONAIS	SUPOSIÇÕES
<p>Objetivo global:</p> <p>Desenvolvimento de uma rede funcional e integrada de Áreas Transfronteiriças de Conservação onde os recursos naturais partilhados sejam co-geridos e conservados para fomentar o desenvolvimento económico e social, turismo, e integração regional para o benefício das pessoas que vivem dentro de e ao redor das ATFC e a humanidade em geral.</p>			
<p>Componente 1: Advocacia e Harmonização</p>	<ul style="list-style-type: none"> Propostas de soluções conjuntas para harmonizar as políticas e quadros jurídicos relevantes no sentido da gestão das ACTFs para todos os Estados Membros da SADC Conscientização sobre e suporte para as ACTFs, tanto a nível nacional como regional Mais ACTFs formalmente estabelecidas 	<p>Ministérios relevantes dos Estados Membros da SADC, Secretariado da SADC, agentes responsáveis pela execução, ONGs</p>	<p>Existência da vontade política para harmonizar o quadro regulamentar nacional</p>
<p>Objetivos:</p> <p>1-Apoiar a harmonização das políticas e quadros jurídicos para a gestão das ACTFs: e</p> <p>2-Promover a vontade política em favor do desenvolvimento das ACTFs</p>			
<p>Atividades chave:</p>			
<p>1.1 Gerar diretrizes da SADC para o desenvolvimento das ACTFs</p>			
<p>1.2 Identificar lacunas e propor soluções conjuntas para as políticas</p>			
<p>1.3 Facilitar os processos de negociação para o estabelecimento formal das ACTFs</p>			
<p>1.4 Atualizar o Protocolo sobre a Conservação da Fauna Bravia e Policiamento da SADC</p>			
<p>1.5 Sensibilização relativa às ACTFs aos níveis nacional e regional</p>			
<p>Componente 2: Melhoria de mecanismos de financiamento para as ACTFs</p>	<ul style="list-style-type: none"> Diversificação dos mecanismos de financiamento 	<p>Estados Membros, Secretariado da SADC, RETOSA,</p>	<ul style="list-style-type: none"> Interesse contínuo dos Estados Membros e

O Desenvolvimento do Turismo Sustentável nas Áreas Transfronteiriças de Conservação para a Inclusão das Comunidades e Promoção da Paz

DESCRIÇÃO	RESULTADOS	PARCEIROS INSTITUCIONAIS	SUPOSIÇÕES
<p>Objetivos:</p> <p>1-Desenvolver mecanismos de financiamento que sejam sustentáveis para as ACTFs</p>	<ul style="list-style-type: none"> Mais ACTFs financiadas sustentavelmente Estabelecimento de um Fundo Regional para as ACTFs 	<p>Parceiros de Cooperação Internacional, setor privado</p>	<p>Parceiros de Cooperação Internacional no apoio das ACTFs,</p>
<p>Atividades chave:</p>			
<p>2.1 Desenvolver e comercializar um portfólio de atividades de apoio às ACTFs</p>			
<p>2.2 Realizar um estudo de viabilidade sobre a viabilidade de estabelecer um Fundo Regional para as ACTFs</p>			
<p>2.3 Realizar um estudo de viabilidade para as ACTFs no âmbito destas terem acesso aos fundos ambientais internacionais e outros fundos relacionados</p>			
<p>2.4 Desenvolver e testar modelos de negócio para a geração de receitas para as ACTFs</p>			
<p>2.5 Advogar para os Estados Membros integrar os custos operacionais nos seus orçamentos nacionais</p>			
<p>Componente 3: Capacitação para os intervenientes das ACTFs</p>	<ul style="list-style-type: none"> Diferentes grupos de intervenientes têm uma melhor compreensão do seu papel no desenvolvimento das ACTFs Fortalecimento das competências dos grupos de intervenientes chave Estabelecimento das parcerias regionais entre as instituições de formação e ensino 	<p>Secretariado da SADC, Estados Membros, Instituições de Recursos Naturais, ONGs, formadores consultores</p>	<p>1-Disponibilidade de financiamento suficiente para o desenvolvimento das competências</p> <p>2-Existência de um ambiente propício ao desenvolvimento profissional no seio dos Ministérios</p> <p>3-Vontade de instituições regionais a estabelecer parcerias umas com as outras</p>
<p>Objetivos:</p> <p>1-Melhorar as competências para o desenvolvimento e gestão bem-sucedidos das ACTFs</p>			
<p>Atividades chave:</p>			
<p>3.1 Realizar uma avaliação das necessidades de formação para os principais grupos de intervenientes</p>			

DESCRIÇÃO	RESULTADOS	PARCEIROS INSTITUCIONAIS	SUPOSIÇÕES
das ACTFs			
3.2 Desenvolver e implementar programas de formação regionais e nacionais para os intervenientes das ACTFs			
3.3 Produzir diferentes conjuntos de diretrizes para as áreas prioritárias identificadas das ACTFs como CBNRM; policiamento conjunto transfronteiriço			
3.4 Organizar seminários específicos de apoio regionais sobre temas chave das ACTFs de relevância regional			
3.5 Facilitar parcerias e ligações entre instituições de ensino nacionais e regionais (inclusive os Centros de Excelência) para colmatar as lacunas de formação identificadas na gestão das ACTFs			
Componente 4: Estabelecimento dos sistemas de gestão de dados e conhecimento			
Objetivos: 1-Estabelecimento de plataformas para a gestão de dados e conhecimento e troca de informações; e 2-Estabelecimento de quadros de monitoria e avaliação para o desenvolvimento das ACTFs e a gestão a nível regional e das ACTFs	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria na troca de informações entre os grupos de intervenientes, ACTFs e Secretariado da SADC Estabelecimento dos mecanismos de captura de dados e disseminação Mediação e avaliação periodica do progresso das ACTFs individuais e do Programa da SADC 	Secretariado da SADC Estados Membros, Parceiros de Cooperação Internacional, ONGs, setor privado	<ul style="list-style-type: none"> Importância da captura de dados reconhecida e apoiada pelos Estados Membros
Atividades chave:			
4.1 Estabelecimento de um Fórum dos intervenientes das ACTFs			
4.2 Documentação e divulgação das abordagens inovadoras.			
4.3 Criação de um portal das ACTFs para ligar as páginas Web existentes			

DESCRIÇÃO	RESULTADOS	PARCEIROS INSTITUCIONAIS	SUPOSIÇÕES
das ACTFs e outros documentos e ter acesso aos outros documentos			
4.4 Estabelecimento de um forum de coordenação dos ICPs para apoiar o programa das ACTFs			
4.5 Estabelecimento de um banco de dados central sobre as ACTFs			
4.6 Estabelecimento dos sistemas de monitoria e avaliação para o nível regional e das ACTFs			
Componente 5: Melhoria da subsistência local			
Objetivos:			
1-Capacitar as comunidades locais, especialmente as mulheres, para participar nos processos de tomada de decisões das ACTFs;	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de um ambiente propício para a participação local nos processos de tomada de decisões das ACTFs; • Aumento no fluxo de benefícios para as comunidades locais; • Melhoria nas economias locais; e • Integração das questões de género e HIV/SIDA nos planos de gestão das ACTFs 	Secretariado da SADC Estados Membros, setor privado, ONGs para mulheres e jovens	1-Alto nível de interesse do setor privado nos projetos transfronteiriços
2-Facilitar os investimentos publicos e privados em infra-estruturas transfronteiriças, comércio e projetos de turismo;			2-Os Estados Membros reconhecem a importância de engajar as comunidades locais no desenvolvimento das ACTFs
3-Aumentar as oportunidades de investimento em atividades de geração de renda para as comunidades locais;			3-Comunidades locais interessadas no desenvolvimento das ACTFs
4-Facilitar a integração do género e HIV/SIDA no desenvolvimento das ACTFs			4-Vontade dos Estados Membros de retirar as barreiras ao comércio regional
Atividades chave:			
5.1 Alinhar as atividades das ACTFs com estratégias de redução de pobreza e programas regionais			
5.2 Rever e melhorar o quadro das políticas para a participação local nos processos de tomada de decisões para as ACTFs			
5.3 Elaborar projetos geradores de receitas a serem implementados por mulheres e jovens			
5.4 Estabelecer quadros institucionais a			

DESCRIÇÃO	RESULTADOS	PARCEIROS INSTITUCIONAIS	SUPOSIÇÕES
nível local para facilitar o processo à assistência técnica e financeira			
5.5 Desenvolver um portfólio de infra-estruturas transfronteiriças, comércio e projetos de turismo dentro das ACTFs			
5.6 Identificar e elaborar projetos geradores de renda e projetos específicos para mulheres e jovens			
5.7 Integrar planos de ação de HIV/SIDA nos planos de gestão das ACTFs			
5.8 Facilitar a flexibilização de barreiras ao comércio através de fronteiras			
5.9 Convocar conferências de investidores para incentivar o investimento nesses projetos transfronteiriços			
Componente 6: Redução da vulnerabilidade dos ecossistemas e pessoas aos efeitos das alterações climáticas	<ul style="list-style-type: none"> Redução na vulnerabilidade dos ecossistemas e das comunidades que vivem dentro de e ao redor das ACTFs aos efeitos das alterações climáticas 	Estados Membros, Secretariado da SADC, ONGs, comunidades locais	<ul style="list-style-type: none"> Vontade dos Estados Membros de integrar as questões de alterações climáticas nas estratégias de desenvolvimento
Objetivos:			
1-Apoiar o desenvolvimento de mitigação das alterações climáticas e medidas de adaptação dentro das ACTFs			
Atividades chave:			
6.1 Aumentar o conhecimento sobre o fenómeno das alterações climáticas entre gestores das ACTFs e comunidades locais			
6.2 Desenvolver sistemas para monitorar os impactos das alterações climáticas e variabilidade na biodiversidade, ecossistemas e meios de subsistência locais			
6.3 Desenvolver medidas de adaptação para lidar com as consequências das alterações climáticas e variabilidade sobre a biodiversidade			

O Desenvolvimento do Turismo Sustentável nas Áreas Transfronteiriças de Conservação para a Inclusão das Comunidades e Promoção da Paz

DESCRIÇÃO	RESULTADOS	PARCEIROS INSTITUCIONAIS	SUPOSIÇÕES
e os meios de subsistência			
Componente 7: Desenvolvimento das ACTFs em produtos turísticos regionais que podem ser comercializados	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento no turismo para a região. • Alívio no movimento transfronteiriço; e • Melhoria nas parcerias entre o setor privado e as comunidades relativamente ao turismo 	Secretariado da SADC, RETOSA, Conselhos de Turismo Nacionais, Agências de Conservação Nacionais, Agências de Promoção de Investimentos, Sector Privado, ICPs	1-Melhoria na economia mundial 2-Existência de políticas e diretrizes para as parcerias de <i>joint-venture</i> entre o sector privado e as comunidades locais
Objetivos: 1-Aumento no valor e volume de fluxos sustentáveis de turismo baseado na natureza para a região; e 2-Inculcar as parcerias mais equitativas entre o setor privado e as comunidades na indústria do turismo			
Atividades chave:			
7.1 Desenvolver e comercializar produtos regionais emblemáticos de turismo transfronteiriços			
7.2 Identificar, empacotar e fazer marketing das oportunidades de investimento nas ACTFs			
7.3 Desenvolver e implementar um sistema de certificação para os produtos de turismo das ACTFs			
7.4 Desenvolver orientações para facilitar parcerias de <i>joint venture</i> equitativas entre as comunidades locais e o setor privado			
7.5 Facilitar o estabelecimento de um fórum regional para as associações envolvidas na produção e comercialização de artesanato local			
7.6 Incluir o setor privado em plataformas de desenvolvimento das ACTFs nos níveis nacional e regional para contribuir mais ativamente para o desenvolvimento do turismo			

Fonte: Programa da SADC para as Áreas de Conservação Transfronteiriças (2013)

